



**Universidade Federal da Bahia**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA**

**FILHOS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL:**  
**um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000.**

Salvador (BA)

Outubro, 2013

**LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA**

**FILHOS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL:  
um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Graça Druck de Faria

Salvador (BA)

Outubro, 2013

---

Oliveira, Luiz Paulo Jesus de  
O48 Filhos da precarização social do trabalho no Brasil: um estudo de caso  
sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000 / Luiz Paulo Jesus  
de Oliveira. – Salvador, 2013.  
330f. : il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria da Graça Druck de Faria.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

1. Trabalho – Brasil. 2. Juventude - Trabalho. 3. Mercado de  
Trabalho - Salvador, Região Metropolitana de (BA). 4. Trabalho – Aspectos  
sociais. I. Faria, Maria da Graça Druck de. II. Universidade Federal da  
Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 331.11

---

**LUIZ PAULO JESUS DE OLIVEIRA**

**FILHOS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO  
NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A JUVENTUDE  
TRABALHADORA NOS ANOS 2000.**

Tese apresentada ao Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais Sociologia, e, aprovada em 18 de outubro de 2013, pela Comissão formada pelos professores:

  
Prof(a). José Humberto da Silva (UNEB)

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas

  
Prof(a). Ângela Maria Carvalho Borges (UCSAL)  
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia

  
Prof(a). Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA)  
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo

  
Prof(a). Selma Cristina Silva de Jesus (UFBA)  
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia

  
Prof(a). Maria da Graça Druck de Faria (UFBA)  
Doutora em Sociologia pela Universidade de Campinas

*Aos jovens trabalhadores que residem nos  
bairros populares e favelas da cidade de Salvador.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é acima de tudo um ato de reconhecimento de que o nosso trabalho não foi escrito solitariamente, mas que é produto de uma construção coletiva, fruto do processo de descoberta do mundo e do aprender com os outros. Por isso, várias pessoas e instituições, cada uma ao seu modo e em tempos diferentes, são coautores desta Tese de Doutorado.

À equipe de pesquisadores e técnico-administrativos do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia pela valiosa contribuição que ofereceram para meu amadurecimento intelectual e pessoal, e principalmente pelo acolhimento fraternal que me deram desde os tempos de bolsista de iniciação científica do PIBIC/UFBA ou como aluno do Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vinculado à linha de pesquisa Trabalho, Saúde e Meio Ambiente.

Aos colegas da disciplina Leituras Dirigidas em Sociologia do Trabalho, André Aguiar, Denise Lemos, Elaine Souza, Jarbas Barbosa, Luis Augusto, Selma Cristina, Soraya, Theo Barreto, Vitor Filgueiras, Mhara Diaz, Tânia Benevides, Isabel Fadul, agradeço pelos comentários, sugestões e críticas ao dossiê de qualificação do doutorado.

Agradeço as professoras Ângela Borges (UCSAL) e Inaiá de Carvalho (UFBA/UCSAL), pelas importantes sugestões e críticas que fizeram ao meu trabalho no exame de qualificação.

A Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, em especial à Dora Alencar, pela atenção, solidariedade e competência nos encaminhamentos burocráticos que regulam a vida estudantil no âmbito da pós-graduação.

Agradeço a Avante Mobilização Social e Educação, por ter disponibilizado um conjunto de informações secundárias do Consórcio Social da Juventude da Região de Metropolitana de Salvador, indispensáveis à construção da rota de pesquisa no trabalho de campo.

Aos membros da equipe técnica da Avante, que estiveram envolvidos diretamente com Consórcio Socialmente da Juventude entre 2004 e 2007, com os quais tive a oportunidade de entrevistar ou dialogar informalmente. Agradeço, especialmente, a Thereza Marcílio pelas sugestões feitas ao projeto de pesquisa do doutorado, bem como a valiosa contribuição na definição das estratégias de localização e realização das entrevistas com os jovens egressos do Consórcio.

Aos jovens trabalhadores entrevistados durante o trabalho de campo por terem permitido escutar e registrar as suas trajetórias e os percursos sócio-laborais em busca de um trabalho decente.

A Theo Barreto, amigo de longa data, meus sinceros agradecimentos pelo companheirismo sempre constante, principalmente nos momentos de angústias e de dificuldades de finalização desta tese.

A Selma Cristina agradeço pelo apoio solidário e incentivo para conclusão desta tese.

Aos colegas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em especial do Centro de Formação de Professores, com quem compartilhei nos últimos anos a experiência contraditória do trabalho docente numa universidade recém-criada, no contexto da expansão e interiorização do ensino superior dos anos 2000. Bem como, as angústias e desafios de escrever uma tese na condição estudante-trabalhador. Em especial, David Romão; Fábio Josué, Terciana Vidal, Luís Flávio, Adriana Lourenço; Susana Couto Pimentel, Ana Rita Santiago; Gilfranco Lucena, Tarcísio Cordeiro, Karina Cordeiro, José Raimundo Santos, Dyane Reis, Gleide Sacramento, Ana Cristina Givigi; Kleyson Assis, Gredson Santos e Priscila Dorneles.

Aos estudantes do curso de Licenciatura de Pedagogia da UFRB, Marly Anjos, Bárbara Esperança, Paulo Ricardo e Soraia Oliveira, pela transcrição das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

Agradeço aos meus pais, Luís Carlos e Maria da Conceição, que sempre proporcionaram todas as condições necessárias para que eu pudesse concluir meus estudos de graduação e prosseguir na carreira acadêmica. A eles, a minha gratidão.

Aos meus parentes e amigos, próximos e distantes, por compreenderem o meu momentâneo isolamento social na reta final da escrita da tese.

À Nadir, companheira de todas as horas, pela paciência, compreensão e o encorajamento necessário para superar os momentos de crises na escrita da tese.

Aos meus filhos, Íris e Augusto, que sempre, ansiosamente, compreenderam a ausência do pai presente principalmente no período de finalização da tese. Mas, que agora não precisarão fazer a desconcertante pergunta: “Pai, acabou?”

Por fim, um agradecimento muito especial à Prof<sup>ª</sup>. Graça Druck pela sua orientação cuidadosa durante a minha trajetória acadêmica nesta universidade e pelo exemplo de seriedade, compromisso e luta em defesa da Universidade pública e de qualidade. Mas acima de tudo, agradeço por compreender os meus limites e fragilidades durante o processo de doutoramento.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as principais transformações e especificidades dos processos de transição e inserção da força de trabalho juvenil no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000. Parte-se do pressuposto de que o trabalho é um eixo estruturante da condição juvenil brasileira, não sendo, portanto, nenhum truísmo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. Dadas às especificidades históricas da realidade brasileira, a juventude não pode ser caracterizada como *moratória* em relação ao trabalho, mas antes a condição juvenil só é vivida porque trabalham. A partir dos anos de 1990 houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva que implicaram o adiamento da entrada no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida, e conseqüentemente, a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas) passaram a ser disputadas entre jovens e adultos. Nos anos 2000, observa-se uma relativa melhora dos principais indicadores do mercado de trabalho (aumento da formalização do emprego; a redução do desemprego e a elevação do rendimento médio dos trabalhadores). Mas, tal processo não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos, sobre eles recai a vivência desigual da precarização social do trabalho, estando mais vulneráveis ao desemprego, e às formas de trabalho e contrato mais precários (terceirizado, contrato temporário, estágios etc.). Neste sentido, conclui-se que na cartografia social dos mercados de trabalho metropolitanos, os jovens trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador (RMS) são aqueles que estão mais expostos à condição mais instável e precária do mercado de trabalho: a condição de desempregados. Portanto, sobre eles o peso das transformações do mundo do trabalho assume feições próprias, cujos percursos, trajetórias de trabalho e expectativas futuras carregam as marcas materiais e simbólicas da herança socialmente imposta: *filhos da precarização social do trabalho*. Por fim, este estudo se baseia na análise dos dados secundários e nos principais resultados de um estudo de caso, de caráter qualitativo, realizado com 21 jovens egressos do Consórcio Social da Juventude na RMS.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude trabalhadora; Mercado de Trabalho; Precarização Social do Trabalho.



## ABSTRACT

The present study aims to analyze the main changes and specificities of transition processes and insertion of the working youth force in the Brazilian labor market in the years 2000s. It assumes that the work is a structuring axis of Brazilian youth condition; therefore, it is no truism to qualify it as Brazilian youth worker. Based on the historical specificities of Brazilian reality, the youth may not be characterized as moratorium in relation to work, once the juvenile condition is only lived because they work. From the year of 1990 there have been significant changes in Brazilian standard of school-to-work transition; caused by the expansion of the educational system and by productive restructuring that resulted in the postponement of entry into the labor market; unemployment at the beginning of life histories, and consequently, the constitution of a highly competitive labor market, whose vacancies (scarce) started to be disputed between youth and adults. In the years 2000, it was observed a relative improvement of the main indicators of the labor market (increase of the formal employment; reduction of unemployment and elevation of the average income of workers). But, this process has not benefited the young people in the same way that it did to adults, on them lies the uneven experience of social precariousness of work, once they are more vulnerable to unemployment, and to more precarious forms of work and contract (outsourced, temporary contract, internships etc.). In this regard, it is concluded that in social cartography of metropolitan labor markets, the MRS young workers are those who are most exposed to the most unstable and precarious labor market condition: the unemployed. Therefore, upon them the weight of the transformations of the world of work takes its own features, whose own pathways, trajectories of work and future expectations carry the marks of material and symbolic inheritance socially imposed: sons of the precariousness of social work. Finally, this study is based on the analysis of secondary data and the main results of a study case, of qualitative nature, carried out with 21 young graduates of the Social Youth Consortium in the Metropolitan Region of Salvador.

**KEYWORDS:** Working Youth; Labor Market; Social Precariousness of Work

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Participação relativa dos grupos etários no total população .....	133
Gráfico 2 - Incremento quinquenal entre coortes - Brasil - 2000/2010.....	135
Gráfico 3- Distribuição da população por grupos etários quinquenais - Brasil – 2000 e 2010 .....	136
Gráfico 4 - Relação trabalho e estudos dos jovens de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2001 .....	156
Gráfico 5 - Relação trabalho e estudos dos jovens de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2011 .....	156
Gráfico 6 - Relação trabalho e estudos dos homens de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2011 .....	160
Gráfico 7 - Relação trabalho e estudos das mulheres de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2011 .....	160
Gráfico 8 - Relação trabalho e estudos de jovens de 15 a 29 anos com renda per capita domiciliar de até 1 SM - Brasil Metropolitano – 2011.....	160
Gráfico 9 - Relação trabalho e estudos de jovens de 15 a 29 anos com renda per capita domiciliar de 5 ou + SM - Brasil Metropolitano – 2011 .....	160
Gráfico 10 - Evolução da taxa de desemprego por faixa etária - 1992 a 2011- Brasil Metropolitano .....	177

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Situações distintas da relação estudo e trabalho – jovens de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2011 .....	155
Quadro 2 – Perfil dos Entrevistados .....	242
Quadro 3 - Situação Ocupacional dos jovens entrevistados em 2010/2011 .....	286

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- População de 15 a 29 anos no Brasil - 1940 a 2010.....	134
Tabela 2 - Distribuição da população residente de 15 a 29 por Grandes Regiões do Brasil – 2010.....	138
Tabela 3 - Proporção de jovens de 15 a 29 anos residentes em áreas urbanas por Grandes Regiões do Brasil – 2000 e 2010 .....	139
Tabela 4 - Proporção de jovens de 15 a 29 anos residentes em áreas rurais por Grandes Regiões do Brasil – 2000 e 2010 .....	139
Tabela 5 - Distribuição dos jovens que freqüentavam escola por nível de ensino e grupos de idade - Brasil – 2010 .....	143
Tabela 6 - Distribuição da população nível de instrução mais elevado segundo grupos etários – Brasil -2010.....	144
Tabela 7- Distribuição dos jovens metropolitanos e proporção dedicada a afazeres domésticos, segundo a condição de ocupação, freqüência a escola e sexo – 2001 e 2011 ...	159
Tabela 8 - Distribuição dos jovens metropolitanos por renda domiciliar per capita, segundo a condição de ocupação, freqüência à escola – 2011. ....	161
Tabela 9 - Taxa de Desocupação de Pessoas com 15 a 29 anos por Região Metropolitana – 1992 a 2011 .....	179
Tabela 10 - Taxa de desocupação dos Jovens Metropolitanos por sexo, cor/raça, anos de estudos, renda domiciliar per capita – 2001 e 2011 .....	181
Tabela 11 - Taxa de Desocupação e Distribuição dos jovens metropolitanos desempregados na segundo anos de estudos – 2001 e 2011.....	182
Tabela 12 - Taxa de desocupação dos Jovens Metropolitanos segunda renda domiciliar per capita <sup>1</sup> – 2005 e 2011 .....	183
Tabela 13 - Distribuição dos jovens metropolitanos por posição na ocupação do trabalho principal – 2001 e 2011 .....	185
Tabela 14 - Ranking das 10 Ocupações Formais do 1º Emprego dos Jovens Metropolitanos- 2011 .....	189
Tabela 15 - Rendimento médio e jornada de trabalho dos ocupados metropolitanos por grupos etários, segundo a posição na ocupação do trabalho principal – 2011 .....	191
Tabela 16 - Rendimento médio e jornada de trabalho dos ocupados metropolitanos por grupos etários, segundo grupo de atividade do trabalho principal – 2011 .....	192
Tabela 17- Quantidade de acidentes do trabalho de jovens de 20 a 29 anos segundo o motivo <sup>1</sup> – Brasil – 2001 a 2011 .....	193
Tabela 18 - Taxas de participação, desocupação, informalidade e proporção de sem emprego – pessoas de 15 a 29–Região Metropolitana de Salvador -1992 a 2011 .....	200
Tabela 19 - Taxas de participação, desocupação, informalidade e proporção de sem emprego – pessoas de 15 a 29 anos – Regiões Metropolitanas – 2011.....	201

Tabela 20 - Jovens atendidos por ações de qualificação profissional para inserção do PNPE .....	211
Tabela 21 - Perfil dos Jovens qualificados pelo Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador – 2004 a 2007 .....	225
Tabela 22 - Número de Jovens qualificados e inseridos no mercado de trabalho pelo Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador 2004-2007.....	232
Tabela 23 - Distribuição dos jovens inseridos por formas de inserção no mundo do trabalho Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador- 2004 a 2007 .....	233

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1.O percurso de construção do objeto de estudo: travessias sociológicas da fábrica aos jovens.....	16
1.2. Escolhas metodológicas da pesquisa: problema, objetivos e estratégias de verificação de empírica.....	20
1.3. Anunciando o porvir: os capítulos da tese.....	25
<b>2. JUVENTUDE E TRABALHO: PROBLEMATIZANDO CONCEITOS E INTERROGANDO REALIDADES</b> .....	27
2.1 Juventude: um conceito ambíguo e impreciso?.....	28
2.2 A construção sócio-histórica da juventude.....	32
2.3. Mutações sociais e condição juvenil .....	40
2.3.1 O fenômeno do prolongamento juvenil.....	43
2.3.2 A diversificação dos itinerários biográficos e das modalidades emergentes de transição para a vida adulta .....	48
2.3.3 Individualização, despadronização e reversibilidade das trajetórias juvenis: trajetórias yô-yô e a condição juvenil contemporânea. ....	56
2.3.4. Para além das convergências e divergências teórico-analíticas: jovens, transições, trajetórias e os sentidos do trabalho.....	66
2.4 Considerações parciais .....	74
<b>3. O TRABALHO: UMA CATEGORIA CENTRAL NOS ITINERÁRIOS E TRAJETÓRIAS JUVENIS.</b> .....	76
3.1 O Trabalho: da origem do termo aos nossos dias.....	77
3.2 Revisitando o debate sobre a crise e o fim do trabalho: Qual trabalho? Qual crise? .....	82
3.2.1 Uma leitura marxista: Adeus ao trabalho ou heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho e da classe-que-vive-do-trabalho? .....	84
3.2.2 Uma leitura contratualista: crise da sociedade salarial e a centralidade do trabalho como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social.....	91
3.3. Os jovens e a relação com o trabalho .....	97
3.3.1. A relação com o trabalho do ponto de vista geracional.....	107
3.3.2 A diversidade de atitudes dos jovens frente ao trabalho: em busca de uma explicação sociológica.....	117
3.4 Considerações parciais: juventude trabalhadora e duplo registro sociológico .....	122
<b>4. JOVENS E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: DESVENDANDO A CARTOGRAFIA DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL E NA BAHIA.</b> .....	125
4.1 Breve caracterização da situação juvenil do Brasil: quem são, onde vivem e o que fazem os jovens brasileiros? .....	130

4.2 A relação entre estudo-trabalho e a transição para a vida adulta: o trabalho faz juventude(s) no Brasil?.....	145
4.3 A inserção dos jovens no mercado de trabalho nos anos 2000: a vivência desigual da precarização do trabalho.....	162
4.3.1. Indicadores gerais da precarização social do trabalho juvenil no mercado de metropolitano brasileiro.....	169
4.3.1.1. A redundância da precarização social do trabalho juvenil: o caso da Região Metropolitana de Salvador.....	194
4.4 Considerações parciais .....	202
<b>5. TRAJETÓRIAS JUVENIS NO MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DOS JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA PRIMERIO EMPREGO NA CIDADE DE SALVADOR .....</b>	<b>204</b>
5.1 Elementos introdutórios para investigação dos itinerários sócio-laborais dos jovens trabalhadores pesquisados .....	204
5.2. Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador: ponto de partida e cenário da pesquisa de campo.....	216
5.2.1 Escavações e lapidações do objeto de pesquisa: documentos, números e falas de outros sobre os jovens pesquisados. ....	217
5.2.2 As especificidades do Consórcio Social da Juventude de Salvador.....	219
5.2.3. O perfil dos jovens atendidos .....	224
5.2.4. A difícil tarefa de inserir jovens pobres no mercado de trabalho metropolitano .....	226
5.3. Os critérios de seleção dos jovens entrevistados.....	233
5.4 Caminhos e aventuras sociológicas pela cidade de Salvador: o encontro com os jovens entrevistados.....	237
5.5 Jovens trabalhadores da cidade de Salvador: de quem estamos falando?.....	239
5.5.1 Perfil dos jovens entrevistados .....	239
5.5.2.Origem social e arranjos familiares .....	243
5.5.3 Os percursos escolares e a aquisição das credenciais mínimas para busca do primeiro emprego .....	245
5.6 Itinerários e experiências de trabalho de jovens na Bahia de Todos os Pobres: motivações, itinerários e os sentidos do trabalho. ....	250
5.6.1 As motivações juvenis para o trabalho .....	251
5.6.2 Os itinerários dos jovens pesquisados pelo mercado de trabalho metropolitano .....	254
5.6.3. Os sentidos atribuídos ao trabalho.....	287
5.7 Tecendo o futuro: o trabalho como fio articulador dos sonhos, efetividades e horizontes de possibilidades. ....	294
5.8 Considerações parciais .....	300
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>301</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>306</b>

Anexo A – Instituições executoras do Consórcio Social da Juventude – 2005 a 2007.....	321
Anexo B - Oficinas de formação básica e qualificação ofertadas pelas instituições executoras do Consórcio Social da Juventude entre 2005 e 2007.....	324
Anexo C - Oficinas de Formação Básica / Ações Transversais – 2005 a 2007 .....	329
Anexo D – Localização das Entidades Executoras e dos Jovens – CSJ/RMS -2007.....	330



## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho que ora apresento como produto final do projeto de pesquisa de doutoramento, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, representa um momento de aprendizagem e de incorporação de novos saberes à experiência de pesquisa acumulada ao longo da última década na área de estudos da sociologia do trabalho. Adiciona-se a este percurso a recente incursão em estudos vinculados à sociologia da educação e da juventude, os quais se traduzem no esforço teórico-analítico de compreensão do objeto de estudo desta tese de doutoramento.

A seguir, apresentaremos um breve relato do nosso processo de formação acadêmica que possibilitou a construção do objeto de estudo; na sequência, explicitaremos o problema, os objetivos, as escolhas metodológicas da pesquisa e estratégias de verificação empírica; e por último, uma sinopse dos capítulos desta tese.

### **1.1. O percurso de construção do objeto de estudo: travessias sociológicas dos trabalhadores da fábrica aos jovens trabalhadores.**

O ponto de partida da nossa formação acadêmica iniciou-se em 1999, na condição de bolsista de iniciação científica no Centro de Recursos Humanos (CRH/FFCH/UFBA), na Linha de Pesquisa Trabalho, Saúde e Meio Ambiente coordenada pela Professora Maria da Graça Druck, na qual participei como bolsista dos seguintes projetos de pesquisa: *A Reestruturação Produtiva e os Impactos sobre o Trabalho e o Emprego no Setor Bancário na Bahia (1999-2000)*, *Velhos e Novos Trabalhadores Informais: O Trabalho nas Ruas em Salvador – Bahia (2000-2001)* e *O Trabalho Informal na Cidade de Salvador (2001-2002)*, todos apoiados pelo PIBIC/CNPq.

O envolvimento nas atividades de pesquisa no CRH impulsionou e reorientou a minha compreensão do mundo vivido e do mundo construído sociologicamente. Os primeiros passos foram trilhados na elaboração do trabalho monográfico de conclusão do bacharelado em Ciências Sociais (2003) intitulado: *Seguro no emprego? Quem Está? A “desestabilização dos estáveis” do Pólo Petroquímico de Camaçari nos anos de 1990*. Os caminhos investigativos percorridos nesse estudo indicaram que os trabalhadores de complexo industrial da década de 1990 vivenciaram uma experiência de trabalho diferenciada da geração de trabalhadores dos anos de 1980. Símbolo da modernização baiana, no contexto da nova ordem produtiva

transformou-se radicalmente através de uma reestruturação sistêmica, alterando os rumos do segmento mais importante do operariado fabril baiano. Seus trabalhadores já não eram tão numerosos como nos anos de apogeu da fábrica de fazer fábricas e nem se destacavam do contingente de trabalhadores do mercado de trabalho regional como outrora. O trabalho no Pólo, que era símbolo de bom emprego e status social, apresentava-se degradado, ninguém se sentia seguro no emprego, cuja gênese se sustentava no medo coletivo de perder o emprego e na ameaça constante de se tornar um trabalhador terceirizado, sem dignidade e sem direitos garantidos pelo emprego formal (OLIVEIRA, L.P., 2003).

Desta travessia sociológica do mundo fabril abriram-se novos itinerários de pesquisa, que extrapolavam os seus muros. Durante cinco anos (2000-2005), o nosso itinerário de pesquisa concentrou a atenção sobre os trabalhadores informais de rua da cidade de Salvador, objeto de estudo que resultou na dissertação de Mestrado, defendida em 2005, intitulada *A condição provisória-permanente dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador* (OLIVEIRA, L.P., 2005). Nesse trabalho, sustentamos a tese de que o trabalho informal, ou seja, todas as formas e relações de trabalho não protegidas socialmente, no contexto de reestruturação produtiva, de desestruturação do mercado de trabalho e desertificação neoliberal da sociedade brasileira na década de 1990, se constituía na forma de integração da maioria da classe-que-vive-do-trabalho à cartografia do mercado de trabalho brasileiro (ANTUNES, 1995; 2004). Tomando como unidade de análise empírica os trabalhadores informais da cidade de Salvador que têm na rua o espaço privilegiado de trabalho através da oferta de bens e serviços à população em geral, buscamos entender como era engendrada a condição provisória-permanente do trabalhador informal.

Os resultados da pesquisa indicaram que a condição de trabalhador informal é ambivalente, pois é ao mesmo tempo provisória e permanente. É permanente porque as possibilidades efetivas de inserção ou re-inserção no núcleo estruturado do mercado de trabalho tornaram-se mínimas no contexto de desregulamentação e flexibilização do trabalho, principalmente para os trabalhadores mais velhos e menos escolarizados. Por outro lado, os riscos, as incertezas e a instabilidade das condições de trabalho nas ruas combinadas com a esperança de ter um emprego com carteira assinada fazem com que a condição permanente do trabalhador informal seja vivenciada sob o signo do provisório.

No projeto de pesquisa de doutoramento ampliamos a agenda de pesquisa e enveredamos por teias investigativas que contemplassem dimensões da cartografia social do mercado de trabalho metropolitana ainda pouco estudadas na atualidade, que pudessem nos ajudar a entender as consequências do processo precarização social do trabalho nos anos

2000. Assim, nova travessia fez-se necessária, interessando-nos analisar essa temática do ponto de vista das novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras que se inserem no novo e precário mundo do trabalho brasileiro e baiano (ALVES, 2000), isto é, **os jovens trabalhadores**.

O enfoque inicial do estudo se concentrava na relação entre trabalho informal, juventude e precariedade do trabalho na metrópole baiana, cujo objetivo central era a desconstrução do mito do empreendedorismo e da empregabilidade, em face de um contexto de incentivo, por parte das políticas públicas de emprego e renda, às formas alternativas de trabalho e renda como solução para o desemprego juvenil. Entretanto, as estatísticas oficiais do trabalho<sup>1</sup> evidenciam que há uma baixa participação dos jovens em atividades informais tradicionais, tendência também confirmada na pesquisa de campo da dissertação de mestrado (OLIVEIRA, L.P.; 2005). Dentre os fatores explicativos, destaca-se que o ingresso na informalidade requer alguns requisitos, que a maioria dos jovens não tem, a exemplo da disponibilidade de algum montante de capital, rede de relações sociais, experiência em algum tipo de ofício e maturidade para disputar um lugar no trabalho informal (BORGES, 2003; 2009). Partindo desse pressuposto, paulatinamente ocorreu um deslocamento do objeto de estudo, de modo que a inserção dos jovens no mercado de trabalho e os sentidos atribuídos ao trabalho num contexto de precarização social das relações e formas de trabalho ganharam centralidade no itinerário de pesquisa desta tese.

Novas inquietações teóricas e empíricas surgem após uma inflexão sistemática na literatura da sociologia do trabalho, da juventude e das gerações em busca de reflexões que pudessem orientar numa problematização sobre a questão dos jovens e sua inserção no mundo do trabalho. Novos desafios teórico-metodológicos foram imputados ao itinerário de pesquisa, ou seja, como é possível tecer uma costura analítica em que a inserção dos jovens no mundo do trabalho seja apreendida a partir de dispositivos políticos de mediação com o mercado de trabalho e de acesso ao primeiro emprego? Como operacionalizá-la no âmbito da pesquisa empírica?

Nesse sentido, os programas públicos de emprego e renda destinados aos jovens constituem-se como um espaço concreto de mediação política de inserção no mercado de trabalho e acesso ao primeiro emprego, passível de investigação empírica. Para tanto, faz-se necessário compreender este processo a partir sujeitos jovens, com recorte social definido como jovens pobres desempregados, usuários e egressos das ações desenvolvidas pelos

---

<sup>1</sup> Refiro-me basicamente a PME e PNAD/IBGE, PED/DIEESE.

programas públicos. As expectativas e as experiências de trabalho de jovens egressos no mercado de trabalho podem nos oferecer elementos que possibilitem compreender como se articulam as mutações intrínsecas ao mundo do trabalho na era do capitalismo flexível e ação do Estado frente ao problema político que atinge seriamente os jovens na sociedade brasileira nas últimas décadas, qual seja: o ingresso e permanência de jovens no mercado de trabalho. Deste modo, o recorte empírico desta tese de doutoramento põe em relevo analítico as trajetórias e as formas de inserção de jovens no mercado de trabalho metropolitano nos anos 2000, a partir da análise de dados secundários e de um estudo de caso com jovens egressos do Consórcio Social da Juventude na Região Metropolitana de Salvador (RMS), principal ação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego do Governo Federal, no Estado da Bahia, no período de 2004 a 2007.

Consideramos que é importante explicitar aos leitores desta tese as motivações e o próprio movimento de conscientização sobre o tema de estudo que impulsionou o deslocamento e a delimitação empírica do objeto de estudo, a saber: a) O contato com a literatura especializada sobre juventude, em especial nas ciências sociais e educação, fez repensar os horizontes da pesquisa, na medida em que o problema da inserção dos jovens no mercado de trabalho ganha maior atenção e destaque na agenda das políticas públicas e da academia, informada pelo aumento expressivo das taxas de desemprego, a partir dos anos de 1990; b) A compreensão sociológica sobre inserção juvenil no mercado de trabalho implica o reconhecimento e entendimento do lugar social que o trabalho ocupa nas trajetórias de vida e na construção das subjetividades juvenis; uma vez que parcela significativa da juventude brasileira torna-se jovem através do trabalho, sendo portanto, uma agência de socialização juvenil central se considerarmos as especificidades sócio-históricas da realidade brasileira; c) Frente a uma conjuntura favorável à retomada do crescimento da economia brasileira a partir de 2004 e de relativa melhora nos indicadores do mercado de trabalho; indaga-se em que medida isso significou uma ruptura com o processo de flexibilização, de desregulamentação das relações de trabalho e precarização dos anos 90, e quais as suas implicações no que diz respeito à inserção dos jovens no mercado de trabalho; d) Paralelamente, as ações empreendidas pelo governo federal frente ao problema do desemprego juvenil, a partir de 2003, principalmente com a criação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego e seu fracasso inicial no que diz respeito a sua principal meta, a geração de empregos para os jovens, despertaram o interesse pela investigação científica das trajetórias e formas de inserção de jovens, os quais foram objetos desta ação pública, com objetivo de entender como tais ações se incorporam às trajetórias dos jovens no mercado de trabalho em seus percursos

posteriores ao momento de participação das atividades do PNPE e quais as implicações das mesmas, no que tange à inserção dos jovens pobres desempregados no mercado de trabalho metropolitano.

As motivações acima fizeram da relação entre juventude e a precarização social do trabalho a problemática central desta tese, a partir de uma relação dialética entre teoria e o mundo prático dos jovens inter cruzado de trajetórias, experiências e expectativas presentes e futuras em relação ao mundo do trabalho. Muito mais do que um estudo sobre juventude, se trata de um estudo sobre sujeitos jovens, portadores de uma historicidade, circunscrita pela sua condição de classe, ou seja, filhos e filhas de trabalhadores, cuja reprodução social passa essencialmente pela venda da sua força de trabalho, que subordinada à lógica normativa das políticas públicas adotadas pelo Estado neoliberal, apenas aparecem como jovens pobres, vulneráveis, situação social, ou então, jovens perigosos, cujo tempo livre (forçado) precisa ser ocupado e contido, sob pena de colocar o próprio tecido social em risco.

A travessia sociológica que agora buscamos perseguir é guiada pelas aventuras, percursos, idas e voltas, percalços, insistências, sonhos, decepções e expectativas dos e das jovens frente ao mundo do trabalho, cuja marca central é precarização social do trabalho, para os quais não é uma novidade, tal como pode ser para os velhos trabalhadores fordistas, mas apenas a forma naturalizada com que o mundo do trabalho lhes é apresentado na atualidade. Compete-nos, no exercício da problematização sociológica, desnaturalizá-lo e explicitar as consequências políticas e sociais deste processo na vida dos jovens e na tessitura da sociedade brasileira, e em especial da sociedade baiana, em que o principal mecanismo de inscrição dos indivíduos à estrutura social encontra-se negado ou bloqueado parcialmente para a maioria dos jovens filhos de famílias da classe trabalhadora, ou seja, o direito ao trabalho decente nos termos propostos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009).

## **1.2. Escolhas metodológicas da pesquisa: problema, objetivos e estratégias de verificação de empírica.**

No início dos anos 2000, os jovens reaparecem na cena pública brasileira como problema social<sup>2</sup>, objeto de problematização e intervenção pública, que estava na agenda do

---

<sup>2</sup> Ao fazer retrospecto sócio-histórico da problematização social da juventude na realidade brasileira, Helena Abramo (1997) ressalta que a mesma aparece na maioria das vezes acompanhada de um pânico moral que reúne os medos e angústias relativas ao questionamento da ordem e da coesão da sociedade brasileira. Na década de 1950, a juventude era um problema social que se expressava nas condutas juvenis transgressoras e delinquentes, cristalizada na figura dos rebeldes sem causas. A partir dos anos de 1960, a juventude apareceu como categoria

dia dos pesquisadores das universidades, das instituições e organismos internacionais (UNESCO, OIT e outras), das Ong's, dos planejadores e executores das políticas públicas entre os diversos entes federados do Estado brasileiro. No epicentro da agenda, o problema do desemprego juvenil surgia enquanto preocupação e questão de primeira ordem a ser enfrentada na primeira década dos anos 2000, colocando em evidência as mutações e as dificuldades encontradas pelos jovens no processo de transição e inserção num mercado de trabalho brasileiro reestruturado.

Segundo os dados Pnad/IBGE, em 1999, havia 14 milhões de jovens brasileiros sem-emprego<sup>3</sup> na faixa etária de 15 a 24 anos, ou seja, 71% dos jovens economicamente ativos estavam desempregados (3,6 milhões) ou ocupados na informalidade (10,4 milhões). Quando comparado com os dados de 1992, verifica-se que os jovens dos anos de 1990 se incorporaram ao mercado de trabalho com déficits estruturais de lugares (CASTEL, 2010), uma vez que a taxa de desemprego juvenil aumentou expressivamente, saindo do patamar de 11,9% em 1992 para 18,3%, em 1999, um aumento de 1,4 milhões de jovens desempregados em 1999.

Embora se tenha observado uma retomada do nível de ocupação, de geração de empregos formais, redução das taxas de desemprego e elevação do rendimento médio dos trabalhadores ocupados, frente a uma conjuntura favorável à retomada do crescimento da economia brasileira a partir de 2004 (POCHMANN, 2009; BORGES, 2009), a herança dos anos de 1990 persiste ao longo dos anos 2000, sendo que as taxas de desemprego juvenil apresentam uma curva crescente até o ano de 2005 (19,6%), com redução nos anos seguintes até 2008 (15,7%), e em 2009, após os efeitos negativos da crise mundial, retoma ao mesmo patamar registrado pela Pnad em 1999 (18%). Após uma década, houve uma pequena redução dos jovens brasileiros sem emprego, de 8 p.p. (pontos percentuais), que em números absolutos significa que havia, em 2009, 13 milhões de jovens que ainda se encontravam à margem do trabalho socialmente protegido. Embora tenha ocorrido uma leve redução da taxa de

---

portadora da possibilidade de *transformação social*, tratava-se de uma geração de jovens que ameaçavam a ordem social mediante novos mecanismos políticos e culturais, cuja marca seria a atitude crítica perante o momento histórico e a efetivação de atos práticos a caminho da transformação social. Durante a década de 1980, a juventude aparece em contraste à imagem cristalizada das anteriores, tratava-se de uma nova geração: individualista, consumista, apática e indiferente às questões públicas. Nos anos de 1990, os jovens reaparecem como problema social, cuja imagem não mais estava associada à desmobilização e apatia da década anterior, mas à presença dos jovens em grande proporção nas ruas em diversos tipos de ações coletivas e individuais. Contudo, a ênfase se retém nas ações relacionadas ao individualismo, à fragmentação, à violência urbana e o desvio social (os meninos de rua, os arrastões, surf ferroviário, gangues, as rebeliões de menores infratores, criminalidade e tráfico de drogas etc.). Os jovens condensam em suas atitudes e práticas os dilemas e dificuldades com os quais a sociedade brasileira vem enfrentando a partir da *era de desertificação neoliberal* (ANTUNES, 2004).

<sup>3</sup> Sobre a categoria “sem emprego” ver BARRETO (2005).

desemprego, isto não implicou a redução do estoque de jovens desempregados (3,7 milhões, 100 mil a mais em relação a 1999), portanto, continuam sobre-representados entre desempregados do país (44%).

Neste sentido, objeto de estudo desta tese são as trajetórias e as formas de inserção de jovens trabalhadores egressos Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, entre os anos de 2004 e 2007, na região Metropolitana de Salvador. Seu objetivo geral é analisar as principais transformações e especificidades dos processos de transição e inserção da força de trabalho juvenil no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, mediante o estudo das trajetórias sócio-ocupacionais, das experiências de trabalho e expectativas futuras de jovens trabalhadores frente ao mundo do trabalho, as quais podem nos oferecer os elementos teórico-empíricos de compreensão das mutações do trabalho e de seus significados sociais, culturais e políticos incrustados na cartografia e na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, bem como as suas implicações na própria vivência da condição juvenil. Para tanto, o foco de análise deste estudo está circunscrito à realidade dos jovens que moram nas metrópoles brasileiras, onde vive, segundo dados da Pnad 2011<sup>4</sup>, aproximadamente 35% da população juvenil residente no país. Em especial, a Região Metropolitana de Salvador, historicamente marcada por um alto grau de desestruturação e de vulnerabilidade do seu já frágil mercado de trabalho, cujo indicador mais expressivo são as elevadas taxas de desemprego estrutural, as quais atingem principalmente os jovens.

Os objetivos específicos são os seguintes: 1) Problematizar teórica e empiricamente o lugar que o trabalho ocupa na construção das trajetórias e itinerários juvenis no contexto de precarização social do trabalho no Brasil e na Bahia nos anos 2000; 2) Traçar o perfil dos jovens brasileiros, a partir de informações censitárias, de modo a evidenciar que a condição juvenil brasileira é múltipla e desigual, assumindo formas particulares conforme a idade, a classe social, o sexo, as regiões geográficas do país, os locais de moradias, níveis de escolaridade e rendimento; 3) Identificar as principais rupturas e/ou continuidades no padrão de inserção juvenil no mercado de trabalho metropolitano brasileiro nos anos 2000; 4) Apresentar e problematizar os indicadores de precarização social do trabalho juvenil no mercado metropolitano brasileiro, em especial da Região Metropolitana de Salvador; 5) Analisar as particularidades do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, e em

---

<sup>5</sup> Os dados aqui aludidos ao Brasil Metropolitano referem-se à média das nove regiões metropolitanas pesquisadas pela PNAD, a saber: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal (Brasília).

específico o Consórcio Social da Juventude, enquanto uma resposta política ao “problema” da inserção dos jovens no mercado de trabalho nos anos 2000.

Para tanto, elegemos as seguintes questões norteadoras da pesquisa: Sendo o trabalho um elemento estruturante da condição juvenil brasileira, como construir vínculos, compromissos e projetos a longo prazo, quando os processos de transição e inserção no mercado de trabalho são pautados no efêmero, instável e no provisório? Quais são as implicações da precarização social do trabalho nos itinerários sócio-profissionais dos jovens metropolitanos, em especial da Região Metropolitana de Salvador? São os jovens egressos do Consórcio da Juventude um grupo privilegiado, cujas trajetórias de trabalho são uma exceção no universo dos jovens de baixa renda da metrópole baiana em relação à inserção no mercado de trabalho?

A investigação empírica do objeto de estudo, mediante a análise das trajetórias e formas de inserção dos jovens trabalhadores pesquisados, partiu dos seguintes pressupostos:

1) O trabalho é um eixo estruturante da condição juvenil brasileira, não sendo, portanto, nenhum truísmo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. Para os jovens pobres, filhos e filhas da classe trabalhadora, das camadas populares, como é o caso dos jovens pesquisados, a juventude não pode ser caracterizada como *moratória* em relação ao trabalho, mas antes a condição juvenil é vivida através do trabalho para assegurar o mínimo de recursos para a sobrevivência familiar, o lazer, o estudo, o namoro etc. Logo, o mundo do trabalho se configura como uma mediação efetiva e simbólica de experimentação da condição juvenil brasileira.

2) A partir dos anos de 1990 houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva que implicaram o adiamento da entrada no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida, e conseqüentemente, a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas) são disputadas entre jovens e adultos. Paradoxalmente, a geração dos jovens trabalhadores dos anos 2000, egressos da expansão escolar dos anos de 1990, descobre que o seu horizonte de futuro está marcado pela inserção precária e instável em um mercado de trabalho reconfigurado.

3) Nos anos 2000, principalmente a partir de 2004, a economia brasileira começou a apresentar resultados positivos que refletiram diretamente sobre o mercado de trabalho, através da expansão significativa da formalização do emprego combinada com a redução do desemprego e a elevação do rendimento médio dos trabalhadores brasileiros. No entanto, defendemos a tese de que há mais continuidades do que rupturas em relação ao padrão de



inserção dos jovens no mercado de trabalho dos anos 1990. O cenário de recuperação do emprego formal não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos. Sobre eles recai a vivência desigual da precarização social do trabalho (DRUCK; OLIVEIRA, L.P.; SILVA, 2010), estando mais vulneráveis ao desemprego, bem como estão submetidos aos postos de trabalho e às formas de contrato mais precárias (terceirizado, contrário temporário, estágios etc.) e as condições de aviltantes de exploração do trabalho, com elevado grau de exposição aos acidentes de trabalho e de adoecimento físico e mental.

4) A precarização social do trabalho no Brasil, ao mesmo tempo que homogeneiza aqueles que *vivem-do-trabalho*, atinge desigualmente os diferentes segmentos que compõem a população trabalhadora, especialmente os jovens. Contudo, não atinge da mesma forma, apresentando variações importantes conforme a estrutura dos mercados de trabalho metropolitanos e o perfil da juventude trabalhadora (sexo, cor, escolaridade e nível de renda).

5) A situação dos jovens trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se configura como um exemplo típico da redundância da precarização social do trabalho no Brasil.

No que diz respeito às estratégias de verificação empírica adotadas neste estudo, parte-se do pressuposto de que a problematização teórico-empírica a ser empreendida já anunciada requer a construção e análise combinada de dados quantitativos e qualitativos. Sendo assim, a coleta de dados secundários e a pesquisa de campo ocorreram através dos seguintes procedimentos:

- 1) Pesquisa bibliográfica da literatura especializada das ciências sociais, no âmbito nacional e internacional, sobre a temática da juventude, processo de transição e inserção no mercado de trabalho, políticas públicas de emprego, e transformações mundo do trabalho;
- 2) Construção de indicadores sobre a situação juvenil brasileira e os principais indicadores de precarização social do trabalho juvenil nos anos 2000, produzidos a partir de dados secundários, disponibilizadas por órgãos públicos oficiais, a saber:
  - a) Censos Demográficos e Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) do IGBE;
  - b) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego;
  - c) Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) do Ministério da Previdência Social;
  - d) Sinopse Estatística da Educação Básica, do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais (INEP).

- 3) Pesquisa documental sobre Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, e de modo específico do Consórcio Social da Juventude entre os anos de 2003 a 2007, a partir das seguintes fontes: a) Relatórios de Gestão do Ministério do Trabalho e Emprego; b) Relatórios finais do Consórcio do Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador (CSJ/RMS); c) Dados estatísticos sobre o perfil dos jovens atendidos pelo CSJ/RMS e as formas de inserção dos jovens inseridos no mercado de trabalho.
- 4) Pesquisa de campo: a) Realização de 04 entrevistas semiestruturadas com integrantes da equipe técnica da entidade responsável gestão administrativa do CSJ/RMS; b) Realização de 21 entrevistas semiestruturadas com jovens trabalhadores egressos do CSJ/RMS entre anos de 2004 e 2007, com faixa etária de 20 a 29 anos.

No que se refere à pesquisa de campo, ressalta-se que o período de realização das entrevistas ocorreu entre abril de 2010 e janeiro de 2011. Além disso, definimos como recorte empírico de investigação e unidade de análise os jovens egressos do Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador. Optamos pela realização de um estudo de caso, de caráter qualitativo, por entendermos que se trata uma modalidade de pesquisa que oferece vantagens analíticas para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa conforme detalharemos no capítulo 5. A seleção da amostra pesquisada teve como critério básico a diversificação dos casos a partir das formas de inserção no mercado de trabalho, ou seja, jovens que no momento de realização da entrevista encontravam-se posicionados no mercado de trabalho metropolitano na condição de desempregados ou de ocupados; inseridos ou não no mercado de trabalho pelo Consórcio Social da Juventude. Além desse critério, buscou-se diversificar os casos a partir do sexo, idade, escolaridade, local de moradia.

### **1.3. Anunciando o porvir: os capítulos da tese**

A tese está estruturada em cinco capítulos, incluindo a introdução.

No capítulo 2, problematizaremos as correlações teórico-analíticas entre juventude e trabalho, buscando evidenciar as interdependências entre as transformações do mundo do trabalho e o processo de reconfiguração da condição juvenil contemporânea. A partir das principais contribuições dos estudos sobre a transição dos jovens para a vida adulta, buscamos identificar elementos teóricos e metodológicos pertinentes à compreensão das trajetórias e

itinerários juvenis e o lugar que o trabalho ocupa na construção dos percursos e estratégias materiais e simbólicas dos jovens inseridos em determinada configuração sócio-histórica.

No capítulo 3, analisaremos como as mutações do mundo do trabalho se entrelaçam e (re) definem as experiências e os modos de vidas dos jovens. A partir do debate geral sobre a centralidade e a crise do trabalho, objeto de grande audiência no espaço acadêmico e público nas últimas décadas, concentramos o enfoque analítico nos elementos explicativos que possibilitem uma melhor compreensão da relação dos jovens com o trabalho e o lugar que ele ocupa no processo de socialização e de construção dos itinerários e trajetórias juvenis no contexto de precarização, flexibilização e instabilidade laboral existentes nos processos e nas relações de trabalho, no quadro do capitalismo financeiro globalizado.

O capítulo 4 tem como objetivo estabelecer mediações analíticas entre as questões teórico-metodológicas problematizadas e discutidas nos capítulos anteriores e os itinerários e trajetórias sócio-profissionais dos jovens investigados na pesquisa de campo, objeto de discussão do capítulo 5. Para tanto, inicialmente, caracterizaremos “quem são, onde estão e o que fazem os jovens brasileiros”, e na sequência, discutiremos a relação entre trabalho-estudo e a transição para a vida adulta, e por fim, analisaremos a evolução e as transformações no padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho metropolitano brasileiro e baiano na década de 2000, tendo em vista problematizarmos as especificidades da precarização social do trabalho juvenil e do emprego formal para jovens.

No capítulo 05, problematizaremos a relação dos jovens com o mundo do trabalho, num contexto de precarização social do mercado de trabalho metropolitano, a partir dos principais achados da pesquisa de campo, mediante a análise das trajetórias e experiência de trabalho de vinte e um jovens entrevistados, egressos do Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador nos anos 2000.

Por fim, as considerações finais.

## 2. JUVENTUDE E TRABALHO: PROBLEMATIZANDO CONCEITOS E INTERROGANDO REALIDADES

Neste capítulo problematizaremos as correlações teórico-analíticas entre juventude e trabalho, de modo que possibilite a construção de um eixo discursivo capaz de interrogar e desvelar as lógicas sociais incrustadas nas práticas dos sujeitos jovens e os sentidos atribuídos ao trabalho, num contexto de intensas mutações sociais cujos efeitos ressoam nas agências clássicas<sup>5</sup> de socialização juvenil e no mundo do trabalho em tempos de capitalismo flexível. Tal problematização opera nas fronteiras tênues de duas sociologias especiais<sup>6</sup>, as sociologias do trabalho e da juventude, contudo, recusam-se as sobreposições e investe-se de uma perspectiva sociológica relacional, concentrada nas conexões e intersecções entre juventude e trabalho. A utilização dessas categorias conceituais no processo de compreensão e investigação do mundo social, no qual circunscreve as experiências dos sujeitos, tem como *modus operandi* o jogo dialético entre os campos semânticos atinentes a estes conceitos, que no nosso entendimento exige uma *análise transversal*, portadora de inteligibilidade das interfaces e interdependências existentes entre tais categorias. Esse capítulo não tem como objetivo problematizar a juventude brasileira, mas destacar aspectos centrais do debate contemporâneo que são úteis para sua compreensão.

Por esta razão, o enfoque central deste capítulo diz respeito à construção de elementos teóricos que torne possível, do ponto de vista metodológico, uma análise transversal do objeto de estudo desta tese. Sendo assim, na sequência, percorremos os trilhos e caminhos que tornam possível a encruzilhada de sentidos entre jovens e mundo do trabalho, e é justamente nas suas envergaduras que se tecem os fios condutores da nossa análise, isto é, os jovens trabalhadores. Em síntese, a análise transversal a ser empreendida tem sua força explicativa na categoria sociológica *juventude trabalhadora*, que remete a uma determinada condição juvenil, historicamente construída e socialmente situada na dinâmica das relações de produção e reprodução das classes sociais.

---

<sup>5</sup> Na literatura especializada, a família e a escola são agências responsáveis pelo processo de socialização dos jovens tendo em vista a sua integração na vida adulta.

<sup>6</sup> O termo aqui é usado no sentido proposto por Florestan Fernandes, cujo legado teórico postulava que recortes específicos de investigação sociológica (trabalho, educação, juventude, cultura etc.) não deveriam se converter em segmentações e especializações excessivas, pois [...] “como acontece em qualquer ciência, os métodos sociológicos podem ser aplicados à investigação e à explicação de qualquer fenômeno social particular sem que, por isso, se deva admitir a existência de uma disciplina especial, com objeto e problemas próprios!... Sob outros aspectos o uso mais ou menos livre de tais expressões facilita a identificação do teor das contribuições, simplificando, assim, as relações do autor com o público. Isto parece ser suficiente para justificar o emprego delas, já que carecem de sentido lógico os intentos de subdividir, indefinidamente, os campos da Sociologia” (FERNANDES, 1960, p. 29-30).

## 2.1 Juventude: um conceito ambíguo e impreciso?

No âmbito das ciências sociais, em especial a sociologia, a juventude tem se constituído em um vasto campo de pesquisa, de longa tradição, cujos enfoques, as preocupações teóricas e os recortes empíricos vinculam-se e subordinam-se à própria dinâmica de (re) construção das teorias sociológicas, ao mesmo tempo em que é interpelada e influenciada pelas mudanças sociais ocorridas a partir da segunda metade do século XX, principalmente associadas ao mundo do trabalho e a crise do Estado de Bem-Estar, que produziram dispositivos sociais, políticos e administrativos da juventude enquanto “problema social”. Para tanto, a teoria sociológica será desafiada a romper com as representações e as visões correntes de juventude, e, por conseguinte, empreender rupturas com a doxa dominante, isto é, converter o problema social da juventude em um problema sociológico (PAIS, 1990).

A construção sociológica da juventude, do ponto de vista epistemológico, é formulada a partir de perspectivas sociológicas diferenciadas, que nem sempre compartilham dos mesmos critérios definidores, ou seja, é uma categoria com conteúdo heurístico e implicações práticas heterogêneas, objetivada, por exemplo, nas múltiplas formas de concebê-la enquanto objeto de investigação. O que define a juventude? Onde começa e termina? Qual é o seu lugar na distribuição do poder na sociedade? E a sua importância no percurso biográfico dos indivíduos? Quais seriam os marcadores sociais que delimitariam o seu fim? Enfim, conceituar é dar nome às coisas, criar representações mentais para determinada realidade, que torne possível entendê-la e interpretá-la. A juventude enquanto conceito reporta-se a uma determinada realidade, mas qual realidade? Seria a juventude apenas uma palavra (BOURDIEU, 1983a)? Ou mais que uma palavra? Uma condição social vital e vivida por sujeitos concretos (MARGULIS; URRESTI, 2008)?

Gerard Mauger (1994), ao fazer um balanço da produção acadêmica sobre jovens na França, afirma que um dos principais desafios encontrados refere-se a uma questão básica, a delimitação do domínio dos objetos, pois a própria definição da categoria juventude é epistemologicamente imprecisa, imbricada de sentidos múltiplos e variáveis de acordo com a perspectiva analítica de entendimento (psicológica, demográfica, sociológica, econômica etc.). Sendo assim, tal imprecisão advém da ausência de critérios consensuais, que possibilitassem uma definição do objeto de estudo. Tarefa inexecutável, se considerarmos que dificilmente essa categoria seria utilizada da mesma forma por todos os cientistas sociais. Para Marília Spósito (2002), a imprecisão dessa categoria não se constitui num impasse

metodológico e nem teórico, uma vez que o uso polissêmico do termo juventude já traz em si um problema de investigação sociológica, pois os critérios definidores de tal termo e os sujeitos sociais nele enquadrados são historicamente e culturalmente construídos. A juventude é ao mesmo tempo uma condição social e uma categoria explicativa (ou representação) conforme é evidenciado na literatura especializada (PERALVA 1997; GROppo 2000; GALLAND, 2009).

José Machado Pais (1990), com base em um vasto levantamento bibliográfico sobre a temática, aponta que a construção sociológica da juventude se estruturou em torno de dois grandes enfoques, a saber: o geracional e o classista. O enfoque geracional busca entender a juventude como um conjunto social vinculado a uma determinada fase da vida e enfatiza os aspectos uniformes e homogêneos, sendo que a questão central diz respeito à *continuidade/descontinuidade* dos valores intergeracionais<sup>7</sup>. O corpus teórico desse enfoque é constituído a partir das teorias da socialização de cunho funcionalista (PARSONS, 1968; EISENSTADT, 1968), e a teoria das gerações (MANNHEIM, 1968; 1978), as quais compartilham do mesmo pressuposto teórico para definir a juventude como uma geração social<sup>8</sup>, isto é, a questão das descontinuidades geracionais. A continuidade e a renovação da sociedade dependeriam das relações entre as gerações, uma vez que os indivíduos se situam e agem na sociedade enquanto membros de uma geração, e não como membros de uma classe, fazendo com que as experiências de indivíduos pertencentes a uma mesma geração sejam vividas enquanto um destino comum. Por sua vez, o enfoque classista rejeita a ideia de uma juventude no singular, e para tanto, procura demonstrar que a temática da juventude está referenciada em outras dimensões da vida social, definida por universos mais heterogêneos e relacionados principalmente às diferentes situações de classe, configurando a existência de juventudes como grupos culturais autônomos. Para esse enfoque, a questão da continuidade/descontinuidade intergeracional está vinculada à questão da reprodução social, e para tanto, sua compreensão remete à questão da reprodução das classes sociais. Disto decorre

---

<sup>7</sup> Para o enfoque geracional, “[...] os signos de continuidade e descontinuidade intergeracional poderão manifestar-se de duas formas: por um lado, na medida em que são alvo de processos de socialização através de instituições sociais específicas, como a família ou a escola, as gerações mais jovens interiorizariam e reproduziriam na sua vivência quotidiana toda uma série de crenças, normas, valores e símbolos próprios das gerações adultas, isto é, todo um conjunto de signos de *continuidade intergeracional*. Por outro lado, e na medida em que essa interiorização de signos não é feita de uma forma nem indiscriminada nem passiva, gerar-se-iam fraccionamentos culturais entre as várias gerações, fraccionamentos esses que teriam a ver, entre outras razões: com a própria consistência da cultura transmitida pelas instituições sociais dominadas pelas gerações mais velhas; com os comportamentos e atitudes do «mundo adulto» tal como são percebidos pelos jovens; e, finalmente, com os próprios processos de transformação social e de integração funcional das várias gerações” (PAIS, 1990, p. 156)

<sup>8</sup> A geração social é constituída por um conjunto de indivíduos com idades que se concentram em determinado intervalo de tempo, que compartilham entre si um destino comum na sociedade.

uma análise crítica da noção de juventude, principalmente associada à fase da vida, já que a mesma é expressão das relações dominantes de classe. Sendo assim, as formas de viver da juventude e os processos associados à transição para vida adulta estão subsumidos a lógica da reprodução das classes, que não se restringem apenas à divisão do trabalho, mas a outros processos, a exemplo da distribuição desigual do capital escolar.

Esses dois enfoques implicam formas diferenciadas de olhar a juventude, ou seja, como aparente unidade, uma vez que reporta a uma fase da vida; e como diversidade, quando se recorre a determinados atributos sociais para diferenciar jovens uns dos outros. Sendo assim, falar de jovens trabalhadores ou jovens estudantes, jovens urbanos ou rurais, jovens pobres ou jovens de classe média não assume o mesmo sentido de juventude enquanto fase da vida. Assim sendo, o estudo da juventude exige do raciocínio sociológico a constante vigilância epistemológica (BOURDIEU; CHAMBODERON; PASSERON, 2004), que implica a adoção do pressuposto metodológico de que a juventude não é socialmente homogênea. Portanto, “a juventude apareceria socialmente dividida em função dos interesses, de suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações” (PAIS, 1990, p. 149).

O debate entre esses enfoques sociológicos polarizou-se e intensificou-se a partir da metade dos anos de 1960, sendo que a principal questão era saber se a juventude existia como um grupo social relativamente homogêneo conforme a perspectiva de Mannheim (1968) ou era um construto social e histórico, apenas uma palavra como postulava Pierre Bourdieu (1983a).

Destaca-se ainda uma terceira perspectiva que busca problematizar sobre os modos de transição da condição juvenil para a vida adulta. Tal enfoque tornou-se recorrente principalmente a partir do conjunto de transformações sociais ocorridas pós-crise do fordismo e do Estado de Bem-Estar Social nas sociedades européias que alteraram profundamente o mercado de trabalho, o sistema de ensino e a dinâmica das relações familiares. Destacam-se, nesse cenário, de um lado as análises que sustentam *ideia do prolongamento da juventude* da fase da vida ou *moratória social* da juventude; e do outro lado, as que consideram os jovens contemporâneos como uma *geração suspensa*, *a geração ioiô*, *geração precária* ou a *geração a rasca* (PAIS, CAIRNS, PAPPÁMIKAIL, 2005; GALLAND, 1997; ABAD, 2002).

Portanto, se a juventude, histórica e socialmente, tem sido considerada como uma etapa do ciclo da vida caracterizada por certa instabilidade que está associada a certos problemas sociais, os quais não são imutáveis, os modos de apreensão também mudam. Assim, o discurso sociológico sobre a juventude ora enfatiza os aspectos positivos dos

segmentos juvenis, responsáveis da mudança social, ora investe nos atributos negativos dos problemas sociais e desvio<sup>9</sup> (SPOSITO, 2002).

A juventude enquanto um problema sociológico será fortemente influenciada pelas formulações de Durkheim sobre o papel da educação<sup>10</sup> no processo de conservação da ordem moderna, e em especial, no que se refere à noção de socialização. Portanto, não foi por acaso que nos anos de 1950 e 1960, o binômio ordem social/socialização aparece como elemento central da interpretação sociológica, logo, o jovem é “... *aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a um certo padrão normativo*” (PERALVA, 1997, p. 18).

Em meados dos anos de 1960, o “problema social” da juventude cristalizou-se em torno da noção de *geração* empreendida originariamente por Mannheim nos seus estudos sobre *o novo* na sociologia do conhecimento, a partir dos debates daquele período sobre o engajamento político da juventude. A juventude e as novas gerações aparecem na perspectiva manneiniana como forças transformadoras da modernidade, constituem-se como elementos dinamizadores de um tempo em constante mudança, independente do caráter progressista ou conservador de sua ação (GROPPO, 2000). A juventude deixa de ser vista como delinquente e desviante, pois sua marginalidade é fonte de inovação e de transformação social<sup>11</sup>.

A partir dos anos de 1970, com a crise do fordismo e da sociedade salarial, os *problemas* de emprego e da entrada na vida ativa passam a estar no centro dos estudos sobre a juventude, transformando-a quase em uma categoria econômica (PAIS, 1990). Nesse aspecto, cabe destacar que em boa medida as teses sobre fim da sociedade o trabalho, tomam como evidência empírica, dentre outras, a recusa dos jovens ao trabalho fordista, os quais seriam os anunciadores da mutação simbólica do trabalho, que na contemporaneidade se tornaria objetivamente disforme e um valor subjetivamente periférico (GORZ, 2004; OFFE, 1989).

Na atualidade, prevalecem nos estudos sociológicos da juventude perspectivas analíticas que buscam compreender as singularidades da condição juvenil, num contexto de profundas transformações nos mecanismos de transição para a vida adulta, que por um lado

---

<sup>9</sup> De acordo com Peralva (1997, p. 20) “é preciso ... reconhecer que os fundamentos da sociologia da juventude estão originalmente ligados a uma representação da ordem social, e do lugar dos grupos etários e de suas responsabilidades respectivas na preservação dessa ordem, na sua observância, na ruptura com relação a ela, ou na sua transformação. Quer o passado imprima ao futuro o seu significado, quer o futuro se imponha ao passado como perspectiva de renovação”.

<sup>10</sup> Segundo Durkheim (1952, p.32) a educação é “a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social”.

<sup>11</sup> “Quando eu era jovem, a crença corrente era de que a juventude é progressista por índole. Desde então isto revelou-se falso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem formar organizações juvenis.... A juventude não é conservadora nem progressista por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade” (MANNHEIM, 1978, p. 40-41).



ênfatisam certa linearidade no processo de prolongamento da transição para vida adulta (GALLAND, 2009) e do outro, o caráter labiríntico, fragmentado e flexível das trajetórias juvenis, as idas e vindas nos percursos biográficos ao longo do curso da vida (PAIS, 2001), bem como as modalidades emergentes de transição juvenil (CASAL, 1996).

## 2.2 A construção sócio-histórica da juventude

Muito embora as formas de apreensão sociológica da juventude apresentem enfoques teóricos divergentes e recortes empíricos diversificados, há uma convergência tácita na maioria das análises. Tradicionalmente a juventude é concebida como uma fase da vida, cuja característica diferenciadora seria a *transitoriedade* decorrente do caráter provisório dessa idade da vida. Assim, os elementos definidores do *ser jovem* se constituem a partir de um jogo de espelhos, situado entre a heteronomia da criança e a autonomia do adulto, onde a *indeterminação* seria a principal marca desse momento da vida. Enfim, um momento de incertezas, instabilidades, inseguranças e crises, geralmente associado a determinados problemas sociais, entre os quais se destacam as dificuldades de inserção dos jovens no mundo do trabalho. Tal concepção pressupõe que há um momento ou fase da vida, cujo ordenamento das relações sociais seria estável e durável, bem como uma hierarquização e divisão desigual do poder na sociedade a partir de uma classificação das idades. A juventude seria uma fase da vida subordinada à vida adulta, portadora de uma referência normativa de estabilidade em oposição às *inconstâncias* da condição juvenil. Segundo Pais (1990, p. 141),

Histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”. Se os jovens não se esforçam por contornar esses “problemas”, correm mesmo riscos de serem apelidados de “irresponsáveis” ou “desinteressados”. Um adulto é “responsável”, diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e provisão). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos.

Segundo Bourdieu (1983a, p. 152), as idades e as divisões entre idades são arbitrárias, ou seja, elas não existem *a priori*. As fronteiras entre juventude e velhice são construídas socialmente e sempre foram objeto de disputas em diferentes sociedades, uma vez que “*as classificações por idade equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem a qual um deve se ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar*”. A juventude não é um dado natural, mas é construída socialmente na luta entre jovens e velhos em torno da distribuição

do poder e das regras sociais que são atribuídas na sociedade, logo, a compreensão sociológica da juventude opera numa perspectiva relacional, pois “*somos sempre o jovem ou o velho de alguém*”. Afirma o referido autor:

... A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável, e que o fato de se falar dos jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação (BOURDIEU, 1983a, p. 153).

A noção de juventude como um momento de transição para a vida adulta é uma categoria social produzida pela sociedade moderna e suas agências de socialização, as quais sob o monopólio da ação do Estado são responsáveis pelo processo de fabricação das representações simbólicas e dos problemas associados ao universo juvenil, modeladoras e orientadoras do modo de pensar e agir dos sujeitos jovens, que nem sempre foram incorporados ou aceitos pelos próprios jovens<sup>12</sup>.

A lógica de reprodução social da sociedade moderna, constituída a partir da estrutura de classes, também opera com base na classificação social das idades e na institucionalização do curso da vida. As análises desenvolvidas por Áries (1981); Peralva (1997) e Abramo (1997) indicam que, com a emergência das sociedades industriais modernas, a juventude assumiu uma condição social diferenciada em decorrência das rápidas transformações históricas impulsionadas pela generalização do trabalho assalariado e suas implicações na organização familiar e nos modos de vida; e principalmente, na medida em que o Estado toma para si a responsabilidade pelas múltiplas dimensões da proteção social dos indivíduos, dentre elas a educação; as quais redefiniram e redimensionaram a cristalização social das idades<sup>13</sup>. Para além dos critérios de idade/aspectos biológicos, a juventude passa a ser reconhecida

---

<sup>12</sup> Segundo os estudos clássicos da sociologia da juventude, nem sempre os jovens aceitaram “os padrões de socialização” impostos pela sociedade moderna, exemplo disto foi a formação de juventudes “antiburguesas” influenciadas por diferentes práticas sociais que tinha em comum o caráter hostil à ordem burguesa, aos seus valores e instituições, tais como a tradição da boemia, do radicalismo estudantil e da delinquência (MATZA, 1968; GROppo, 2000).

<sup>13</sup> Na sociedade moderna a cristalização social da idade pressupõe uma contínua exclusão da criança do mundo do trabalho. Ao passo que a escolarização se difunde, mediante a ação do Estado, observa-se uma redução da população infantil ao mundo do trabalho, postergando a ingresso na vida adulta. Por outro lado, a proteção social da criança é resultado do próprio processo de lutas e conquistas das classes trabalhadoras contra a pauperização das famílias (ARIÈS, 1981). A análise de Marx (2001), em *O Capital*, demonstra como a introdução da maquinaria no processo de produção social capitalista revolucionou radicalmente o próprio trabalhador e suas condições de trabalho e de vida, sendo que a primeira mudança é que a força trabalho adulta torna-se supérflua com a autonomia do instrumental de trabalho, fazendo com que o capitalista utilize a força de trabalho das mulheres e de crianças, e por consequente, o rebaixamento do valor da força de trabalho adulta e ao aumento do grau de exploração do trabalho. Deste modo, a regulamentação e a delimitação do trabalho entre crianças e adolescentes tornaram-se um objeto de luta do movimento operário e de setores vinculados à burguesia.

como uma condição social, na qual os indivíduos devem ser formados e preparados para sua inserção futura (vida adulta) e efetiva na vida social, principalmente na estrutura da divisão social do trabalho<sup>14</sup>. Portanto, a constituição das sociedades modernas redefiniu o processo social de cristalização das idades, institucionalizando as diferentes fases idades da vida, via a ação do Estado, delimitando que os indivíduos ao longo do percurso da vida ocupariam sucessivamente lugares e papéis distintos na dinâmica da vida social, de tal modo que, haveria um ciclo de vida ternário, onde “*a juventude se forma, a idade adulta trabalha e a velhice tem direito ao repouso*” (PERALVA, 1997, p. 21).

Entretanto, o modelo de “juventude” produzido pela modernidade tem sua gênese a partir de uma determinada classe. Inicialmente foi difundido e vivenciado pelos filhos da classe burguesa e só depois, por intermédio da ação do Estado, a condição juvenil se estendeu aos filhos das classes trabalhadoras. Segundo Cavali (1980) citado por Dayrell (2001), até meados do século XIX a juventude era uma prerrogativa dos filhos das classes dominantes, os quais eram preparados para herdar as posições sociais dos pais na divisão social do trabalho, sendo que para a imensa maioria dos indivíduos pertencentes ao mesmo grupo etário esta condição era negada, dada a sua inserção precoce no mundo do trabalho.

A juventude como fato social das sociedades modernas assume formas diferenciadas, que variam conforme a classe social de origem, o grau de desenvolvimento econômico e da generalização dos direitos sociais de cada país ou região. Contudo, há de se perguntar pelas outras juventudes, como se dá o fazer-se<sup>15</sup> jovem, quando se pertence às outras classes sociais, em especial à classe trabalhadora. Portanto, “*a noção de juventude construída na modernidade – e da qual somos herdeiros – é fruto de uma determinada classe, a burguesia, e de sua determinada noção de tempo*” (DAYRELL, 2001, p.13).

É justamente a lógica do tempo moderno, do tempo linear, ditado pelos ritmos da produtividade e da racionalidade econômica do capital, pautado numa orientação finalista e corporificada na realização sempre adiada, expressa no ciclo ternário da vida (quando jovem, estuda-se para se tornar adulto; quando adulto, trabalha-se para gozar a velhice; quando velho, morre-se!) que reforça a ideia da juventude como uma *transitoriedade*, “um vir a ser”, tendo

---

<sup>14</sup> A sociologia da educação de Durkheim é uma das referências clássicas para os estudos sobre juventude numa perspectiva funcionalista (Parsons) e das gerações (Manheinn), uma vez que a função social da educação, através da escola laica, é assegurar o processo de integração das gerações mais novas à sociedade, conforme afirma o autor: “*para que haja educação, faz-se mister que haja, em face de uma geração de adultos, uma geração de indivíduos jovens, crianças e adolescentes; e que uma ação seja exercida pela primeira, sobre a segunda, [pois] ... a educação é “a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social”* (DURKHEIM, 1952, p. 39-42).

<sup>15</sup> Ver Thompson (1987).

no futuro a justificativa das ações do presente, reiterada continuamente na *doxa* dominante “a juventude é a promessa do futuro” ou, senão, “os jovens são a esperança do amanhã!”.

A noção de juventude associada a um momento de preparação implica a delimitação de critérios que caracterizem o ritual de passagem dessa etapa da vida ao mundo adulto, os quais estariam ancorados na ideia do ciclo ternário das idades, que tomam como parâmetro o *fim dos estudos, a inserção estável no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e morar sozinho, o casamento e o nascimento dos filhos*, enquanto marcadores sociais do fim da juventude.

A partir das transformações econômicas, políticas e culturais ocorridas nos pós-guerra, a juventude passa a ser reconhecida como uma idade da vida, dotada de especificidades, que transcenderia a uma determinada classe social, tornando-se um fenômeno mundial. A emergência do modelo de regulação fordista e do *Welfare State* criou as condições efetivas para a consolidação da juventude como um direito social assegurado aos indivíduos que se encontram nesse período do desenvolvimento humano, contribuindo de forma significativa para a ação coletiva dos jovens, os quais aparecem na cena pública, principalmente a partir dos anos de 1950, como portadores de uma cultura própria.

A juventude na modernidade é dialeticamente marcada por uma tensão, visto que a experiência desse momento da vida seria dotada de uma relativa autonomia, sendo possível aos jovens constituírem seus próprios mundos, relações de sociabilidades e subculturas; mas também seria um momento de distribuição dos indivíduos na estrutura social, daí a importância das agências de socialização responsáveis pela sua integração à sociedade. Dessa forma, a juventude não é definida apenas como um rito de passagem entre a infância e a maturidade, mas como um processo de distribuição das regras sociais. Portanto, a juventude é um produto da modernidade, do prolongamento do tempo formativo, e da incerteza relativa às relações entre as gerações no interior da sociedade (DUBET, 1996; GROppo, 2000). Sua construção é um espelho refletido das tensões e contradições sociais, na qual as divisões e contradições de classes são diluídas nas divisões por idade, que aparecem revestidos como conflitos geracionais. No percurso sócio-histórico de construção e representação da condição juvenil, da metade do século XX até a atualidade, predominantemente os jovens apareceram pela ótica do problema social e representam uma ameaça a si próprios ou à sociedade (delinquência, violência, drogas, desemprego), ou então, como promessa do futuro (ABRAMO, 1997).

Paradoxalmente, nas peças publicitárias, aos jovens são imputados valores e atitudes que coincidem com qualidades geralmente atribuídas ao moderno: interesse pela novidade,

extravagância, irreverência, espontaneidade, ousadia, rebeldia, exclusividade, diferença etc. A juventude como novidade, tão funcional ao mercado de consumo, é uma das formas de representação e ao mesmo tempo de apresentação da “modernidade”, como nos lembra Marx, o mundo do moderno é um mundo “*em que tudo que é sólido se desmancha no ar*”, um processo contínuo de transformações sociais, de crises econômicas, revoluções políticas e culturais, de descontinuidades e rupturas. Ela transcende e desvincula-se do seu signo, seu conteúdo não remonta a uma condição social ou etapa do curso da vida, vivida por indivíduos de determinada idade, transforma-se em um produto, mercadoria cultural, um valor simbólico orientador de uma estética dominante, cujos atributos e valores se apresentam como ideário a ser perseguido e consumido por todos e impregna em todas as esferas da vida social. Este processo é denominado por alguns autores como juvenização ou jovialização da sociedade, no qual valores atribuídos à juventude se convertem em modelos culturais (MARGULIS, URRESTI, 2008; DUBET, 1996; PERALVA, 1997). Um exemplo ilustrativo desse processo diz respeito às estratégias de dominação dos novos modelos de gestão e organização do trabalho que geralmente associam as mudanças do mundo trabalho à ideia de *jovialidade* das relações de trabalho, presentes em uma nova cultura do trabalho, entre os quais se destacam a flexibilidade, espírito de iniciativa, capacidade de adaptação, de experimentação, imediatismo, disposição a correr riscos e mudanças em tempo real (LINHART, 2011; SENNETT, 1999, 2006).

Enquanto categoria socialmente construída, a juventude não pode ser compreendida apenas a partir da sua dimensão simbólica, mas também a partir da materialidade histórica que envolve a sua produção social. Faz-se necessário reconhecer que o modelo de juventude, hegemonicamente produzido ao longo da sociedade moderna não foi e nem é vivido por todos os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo etário, da mesma forma. Para os sociólogos argentinos *Mário Margulis e Marcelo Urresti*, a noção de juventude como *moratória social*, diz respeito a um conjunto de jovens de determinados setores sociais, restrita a determinados períodos históricos,

... A partir de mediados del siglo XIX y en el siglo XX, ciertos sectores sociales logran ofrecer a sus jóvenes la posibilidad de postergar exigencias – sobre todo las que provienen de la propia familia y del trabajo -, tiempo legítimo para dedicarse al estudio y la capacitación, postergando el matrimonio, permitiéndoles así gozar de un cierto período durante el cual la sociedad brinda una especial tolerancia. La juventud termina, en el interior de las clases que pueden ofrecer a sus miembros recién llegados a la madurez física este beneficio, cuando estos asumen responsabilidades centradas, sobre todo, en formar el propio hogar, tener hijos, vivir del propio trabajo (MARGULIS; URRESTI, 2008, p.15-16).

Os referidos autores consideram que a condição juvenil não se apresenta e nem é vivida da mesma forma pelos sujeitos jovens, logo há de se considerar aspectos relacionados às desigualdades sociais que estão implícitos na noção de moratória social. Certos atributos outorgados à juventude em sua homogeneidade, na verdade, são expressões que encontram suas feições concretas na condição juvenil de determinados sujeitos jovens, que dadas as condições de classe do grupo de origem podem viver a juventude como um tempo da irresponsabilidade provisória (BORDIEU, 1983a). Aos jovens das camadas populares, filhos de trabalhadores, as possibilidades de viverem a juventude como moratória social se constituem muito mais numa *quimera* do que *realidade*. Para esses, o tempo da juventude é, antes de tudo, um tempo de ingresso temporão no mundo do trabalho, de constituição de obrigações familiares (contribuição no orçamento doméstico do grupo familiar de origem, constituição de família, procriação etc.), às vezes dividido ou sobreposto com o tempo da formação escolar, “*pois carecem de tempo e do dinheiro – moratória social-, para viver um período mais ou menos prolongado com relativa despreocupação e leveza*” (MERGULIS; URRESTI, 2008, p. 17). Sendo assim, a moratória social se configura como violência simbólica imputada aos jovens de camadas populares<sup>16</sup>, que ganha visibilidade em tempos de crises e de desemprego estrutural, já que o tempo livre é vivido e percebido como um tempo prolongado de frustrações, de sofrimento social<sup>17</sup> conforme veremos a partir das experiências dos jovens pesquisados nesta tese.

No horizonte dessa perspectiva, não se pode desprezar ou ignorar a importância das singularidades das configurações sócio-históricas existentes em cada país, ou se preferirmos, nas sociedades nacionais que condicionam o processo de construção social da noção de juventude. Os dispositivos que são mobilizados – sejam de cunho político, ideológico, simbólico etc. – no processo de fabricação da juventude, variam conforme os contextos sociais. De tal modo que, se nos países europeus, verifica-se a importância de determinadas agências formativas no processo de socialização dos jovens, a exemplo da escola, e não por acaso, os processos educativos ocupam um lugar central nas análises sociológicas da

---

<sup>16</sup> Vale registrar que a noção moderna de juventude, forjada a partir da experiência dos jovens burgueses, persiste até os dias hoje com um modelo ideal, através do qual são balizadas as possibilidades de jovens de outros setores sociais de alcançar esta condição ou de viver a juventude (ABRAMO, 2005).

<sup>17</sup> Segundo Abad (2002, p. 133), “muchos jóvenes de clases populares gozan de abundante tiempo libre, pero se trata de un tiempo de espera, vacío en virtud de la falta de trabajo, de estudio y de alternativas para un ocio creativo y vitalmente enriquecedor. No es un tiempo legitimado y valorado socialmente por su familia y sus pares, sino el tiempo de la congoja y la impotencia, el tiempo de la estigmatización social, un tiempo que empuja a la marginalidad y la exclusión, el tiempo de estar «marcando calavera» en una esquina, expuesto a los ofiçantes de la limpieza social”.

juventude, em especial da sociologia francesa; não se pode afirmar o mesmo para a realidade dos países latino-americanos, nos quais os processos de socialização juvenil historicamente se constituíram a partir de um mosaico de socializações em que ganha centralidade o trabalho, como agência formadora, e de certo modo, condição *sine qua non* da própria vivência da condição juvenil. No caso do Brasil, em que o processo de expansão escolar é recente, tal como em outros países da América Latina, há de se interrogar até que ponto a escola é um agente central e detentor do monopólio da transmissão cultural, tal como no caso da França (SPOSITO, 2005). Vários estudos indicam que a condição juvenil é marcada pelo ingresso precoce no mercado de trabalho e pela superposição entre trabalho e estudo, que assumem lugares diferenciados na vida dos jovens conforme o momento do ciclo da vida e as condições de reprodução social (MADEIRA, 1986; HASENBALG, 2003; GUIMARÃES, 2005).

Para encerrar esta seção, a título de esclarecimento metodológico, uma última consideração atinente às diferenciações entre juventude e jovens, condição juvenil e situação juvenil. Embora sejam tomadas, geralmente, como sinônimos, o uso dessas palavras e o seu poder semântico remetem a dimensões analíticas diferenciadas, que quando não reconhecidas e explicitadas contribuem ainda mais para a imprecisão da noção de juventude. Sposito (2003), amparada nas formulações de Attias-Donfut (1996), sugere que se trata de uma sobreposição entre momento da vida e sujeitos concretos, que indevidamente são abordadas como semelhantes. A noção de juventude sempre reporta a uma fase ou momento do ciclo da vida, portadora de determinados valores, atitudes e práticas, cujos sentidos e reconhecimento vinculam-se à constituição da sociedade moderna; inclusive, transformando-se em modelo cultural a ser seguido pela sociedade. Por sua vez, jovens são os sujeitos que vivem essa fase da vida, que podem ou não aceitar os modelos de juventude predominantes em determinado momento histórico, ou seja, “são sujeitos históricos concretos, situados em um tempo e espaço determinados” (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007).

Abad (2002) propõe uma distinção entre *condição juvenil e situação juvenil*, a primeira entendida como a maneira pela qual a sociedade constitui e atribui um significado a esse momento do ciclo da vida; e a segunda se refere ao modo como esta condição é experimentada a partir de diversas clivagens sociais: classe, gênero, pertencimento étnico e outras. Essas distinções não implicam uma dualidade analítica, mas dimensões interdependentes de um fato social instável (GAUTIER, 2000), que não podem ser negligenciadas ou incorporadas à investigação sociológica como se fossem idênticas, ao passo que revela os riscos de uma compreensão generalista da juventude e o uso de conceitos produzidos e validados a partir de contextos históricos. Nessa direção, surgem perspectivas

analíticas que adotam a noção de juventude, no sentido plural – juventudes – para expressar a diversidade de situações vividas pelos sujeitos nesse momento da vida. (ABRAMO, 2005; SPOSITO, 2003). Isso não encerra os riscos de imprecisão, pois a fragmentação e segmentação excessiva da juventude como objeto de estudo pode empobrecer a análise sobre os jovens, uma vez que dimensões relevantes que revestem as situações juvenis situam-se na interseção de agenciamentos múltiplos – trabalho, família, escola, lazer etc. (SPOSITO, 2010). De modo que unidade e diversidade são faces de um mesmo processo, devem ser compreendidas enquanto relação dialética que perpassam a vida dos sujeitos jovens, disso decorre a importância das análises transversais sobre a temática em questão.

Em virtude da complexidade da condição juvenil, Perez Islãs, em *Jóvenes y Instituciones em México, 1994-2000*, propõe um conceito de juventude caracterizado pelos seguintes aspectos: a) *um conceito relacional*, uma vez que só adquire sentido em um contexto social mais amplo e em sua relação com o não juvenil; b) *historicamente construído*, pois o significado do ser jovem se altera conforme o tempo histórico, sendo que o contexto social, econômico e político incide concretamente sobre a vida e formas de percepção do jovem; c) *situacional*, porque responde a contextos bem definidos, devendo-se evitar as generalizações; d) *representado*, na medida em que resulta dos processos de disputa e negociação entre hetero-representações (agentes ou instituições externas aos jovens) e as auto-percepções dos próprios jovens; e) *mutante*, se constrói e reconstrói continuamente na interação social; f) *se produz no cotidiano*, a partir das diversas experiências sociais que perpassam a vida dos jovens no âmbito íntimo, da vizinhança, família (bairro, escola, trabalho etc...); g) constitui-se a partir de *relações de poder*, de dominação e subalternidade, mas também por processo de complementaridade, de superposição ou negação; h) por fim, é *transitório*, os tempos biológico e social do jovem os integram ou expulsam da condição de jovem (PEREZ ISLÃS, 2000, p. 15).

Em suma, nesta tese optamos por trabalhar por uma visão multidimensional de juventude, focalizada na maneira como os jovens, sujeitos concretos, a partir das suas experiências sociais, e de forma específica, como as experiências de trabalho se encaixam e perpassam os modos de vida dos jovens e possibilitam a vivência da condição juvenil. Nesse sentido, é preciso levar em conta as profundas transformações sociopolíticas e culturais que ocorreram nas últimas décadas e suas implicações para a vivência da condição juvenil, principalmente para os jovens pobres, filhos e filhas da classe trabalhadora, das camadas populares, como é o caso da realidade brasileira e baiana, para os quais a juventude não pode ser caracterizada como *moratória* em relação ao trabalho, mas antes porque a condição



juvenil só é vivida porque trabalham, para assegurar o mínimo de recursos para o lazer, o estudo, a família, o namoro etc. Logo, o mundo do trabalho se configura como uma mediação efetiva e simbólica de experimentação de uma específica condição juvenil quando se toma como referência a realidade brasileira (DAYRELL, 2007, p.1109). Portanto, investigar a juventude no Brasil é investigar a juventude trabalhadora. De acordo com os dados da Pnad de 2011, 67% dos jovens de 15 a 29 anos já estavam trabalhando ou à procura de um trabalho, ou seja, aproximadamente 33 milhões de jovens brasileiros tinham como destino social o mercado do trabalho, que em sua grande maioria já tinha deixado o sistema escolar. Trata-se de um campo de investigação fundamental, principalmente quando as suas mutações delimitam e redefinem o universo das experiências juvenis e o campo de suas possibilidades.

### **2.3. Mutações sociais e condição juvenil**

As transformações do mundo do trabalho ocorridas pós-crise do fordismo e do modelo de proteção social, predominante no período do Estado de Bem-Estar, influenciaram na dinâmica social do ciclo da vida, principalmente naquelas sociedades onde a ação do Estado fora mais sistemática na sua institucionalização, a exemplo das experiências das social-democracias européias. As mutações sociais decorrentes da reestruturação produtiva sobre os mercados e processos de trabalho, expressos principalmente pelo desemprego estrutural e a precarização do emprego, redefiniram significativamente a distribuição do trabalho ao longo do ciclo da vida, em especial, para os jovens.

Em grande medida, a era fordista conferia aos indivíduos, via a inserção na sociedade salarial, a possibilidade de construir uma carreira ao longo do percurso etário apoiada na possibilidade de projeções futuras, garantidas pela permanência num emprego duradouro (SENNETT, 1999). Sob a égide do capitalismo flexível, o tempo linear e cumulativo da era fordista se esgota, dando lugar um tempo disforme, um tempo de produção e de trabalho flexíveis, pautada na lógica do curto prazo e da descartabilidade, lançando os indivíduos no mundo de incertezas, do desemprego e das formas precárias de trabalho que desestruturam outras esferas da vida e contribuiriam decisivamente para (des)cronolização do percurso etário.

Segundo Langevin (1998, p.139), o mercado de trabalho “*é um dos lugares onde se elaboram as regras de legitimação do valor das idades*”, as quais interferem nas idades mínimas e máximas para ingressar ou deixar de trabalhar. Sendo assim, a tendência é a imposição de regras (flexíveis) de uso da força de trabalho desvinculadas das referências cronológicas, passando a ser balizada em critérios funcionais, fundados na capacidade e

habilidades do trabalho, de modo que, amplia-se o tempo de trabalho ao longo da vida, borrando-se as fronteiras que delimitavam as idades. Evidencia-se uma ruptura geracional no mercado de trabalho que implica na fragmentação dos ciclos da vida estruturados a partir do trabalho, pois

La biografía productiva fordista era un continuo que discurría entre una incorporación relativamente temprana al trabajo corriente y una jubilación relativamente también tardía de la vida activa en una trayectoria levemente ascendente dentro de una misma empresa o con mínimos cambios entre categorías muy homogéneas. *El panorama posfordista es muy diferente*. En los niveles altos de ocupación la rotación y el salto de empresas aumenta al desvincularse en gran medida la idea de profesión a la idea de organización estable, en una trayectoria que primero convirtió al profesional liberal en profesional funcional (al servicio de una gran organización económica) y de este profesional funcional hemos ido pasando al profesional mercenario – vendedor de estrategias a corto plazo de una organización a otra-; pero a nivel cuantitativo es en los niveles más bajos de las escalas profesionales o en los mercados externos donde los ciclos biográficos se fracturan y fragmentan en permanentes entradas y salidas del empleo regular, aparcamientos y relaciones parciales con las ocupaciones regladas (ALONSO, 2000, p.75).

Alia-se a isto o fato de que, com a crise do Estado de Bem-Estar e adoção progressiva do receituário neoliberal, instaura-se um quadro de regressão da proteção social e alteram-se os dispositivos que regulam a saída definitiva dos indivíduos da atividade econômica, pois a saída da atividade econômica não assegura mais o ingresso automático no sistema de aposentadoria. No bojo deste processo, a cronologização do percurso etário se desmancha no ar e, por conseguinte as suas normatividades, dando um lugar ao um ordenamento impreciso, aleatório e não-controlável, em que prevalece o tempo instantâneo e imediato (PERALVA, 1997, p. 22).

No esquadro dessas mudanças que desestruturaram o modelo ternário do ciclo da vida, modificam-se os critérios e os atributos sociais definidores da juventude e as suas formas de acesso à maturidade. Imersos nas injunções e contradições do tempo presente, as múltiplas formas de vivência da condição juvenil são portadoras de inteligibilidades das mutações sociais contemporâneas, em particular às relativas ao mundo do trabalho. Concordamos com Peralva (1997, p. 23) quanto à importância e contribuição dos estudos sobre a temática da juventude na contemporaneidade:

Enquanto o adulto vive ainda sob o impacto de um modelo de sociedade que se decompõe, o jovem já vive em um mundo radicalmente novo, cujas categorias de inteligibilidade ele ajuda a construir. Interrogar essas categorias permite não somente uma melhor compreensão do universo de referências de um grupo etário particular, mas também da nova sociedade transformada pela mutação.

Se as experiências sociais dos jovens encerram e condensam-se em si mesmas a própria sociedade transformada, os problemas associados à juventude e suas dificuldades de acesso à vida ativa revelam os contornos, a intensidade e as consequências das mudanças sociais em curso no que tange à própria composição do tecido social. Por essa razão, é interessante recuperar algumas das principais contribuições dos estudos referentes à questão *da transição dos jovens para vida adulta*, já que se trata de um dos principais focos de atenção de pesquisadores, em diversos países, principalmente nos países desenvolvidos e industrializados.

O que se destaca nas análises empreendidas, e isto é consenso entre diferentes perspectivas teóricas, é que os dispositivos analíticos classicamente mobilizados pela interpretação sociológica para dar conta do processo de transição juvenil para a vida adulta, a saber, a conclusão dos estudos, o ingresso no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família, tornaram-se insuficientes no contexto das transformações ocorridas nas últimas décadas nos países centrais após os Trinta Gloriosos, uma vez que os mecanismos de passagem para esfera pública (ingresso no mundo do trabalho) e esfera privada (constituição de uma nova família) se complexificaram. Se até então, a transição acontecia de modo quase automático, variando conforme a posição social, sexo, etnia, região, podendo ser mais precoce ou retardada, mas de forma sincrônica (GALLAND, 2009), a partir do final da década de 1970, face ao processo de massificação escolar conjugado aos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho (demanda por trabalhadores qualificados, seletividade, desemprego etc.), a inserção dos jovens na vida adulta transformou-se em um problema político-administrativo, fazendo com que os jovens na Europa, Canadá, Estados Unidos permaneçam por mais tempo na escola e fiquem dependendo por mais tempo da família ou do Estado de Bem-Estar Social. Além disso, a elevação dos custos habitacionais e as mudanças das relações familiares (relações cada vez mais negociadas) também favoreceram o prolongamento da permanência dos filhos na casa dos pais. Esse processo tem sido caracterizado nos estudos sobre juventude como “prolongamento da juventude”, cuja marca seria a despadronização e fragmentação dos percursos juvenis à vida adulta, emergindo daí categorizações teóricas sobre esse processo, tais como a noção de pós-adolescência (GALLAND, 2009) ou de jovens adultos (PAIS, 2001; DU-BOIS-REYMOND; BLASCO, 2004).

Acrescentam-se, ainda, as investigações sociológicas preocupadas em entender as mudanças nos modos de transição de jovens à vida adulta, a partir da análise das trajetórias juvenis e das modalidades de transição emergentes nas últimas décadas, apoiadas no

individualismo metodológico por um lado, a exemplo dos estudos do GRET (CASAL, 1996; CASAL et al., 2011); e por outro lado, a ênfase nas transições de tipo iô-iô, nas trajetórias falidas; inspirada nas teorias da individualização e dos riscos na sociedade pós-industrial que prioriza as autonarrativas dos jovens e as formas de percepção dos processos que estão vivendo, aspecto geralmente ignorado pelas políticas públicas de transição para a vida adulta (DU-BOIS-REYMOND; BLASCO, 2004; PAIS, 2001).

Sobressai-se nas diferentes perspectivas de análise a constatação de que as mudanças ocorridas na transição da escola para o trabalho, modelo clássico de transição, tem implicações que ultrapassam as fronteiras da inserção juvenil no mundo do trabalho e perpassa as outras dimensões do processo de transição, exigindo o desenvolvimento de modelos teóricos e metodológicos capazes de compreender os fenômenos sociais emergentes e suas implicações no processo de transição como um todo. Em geral, as análises desenvolvidas questionam até que ponto a inserção profissional, o ingresso e permanência no mundo do trabalho se configuram como a única via de acesso à vida adulta, de modo que haveria um processo complexo, marcado por idas e vindas onde as fronteiras entre jovem/adulto; jovem estudante/trabalhador e tantas outras classificações sociais estariam cada vez mais embaraçadas e confusas, se considerarmos que as trajetórias juvenis construídas ao longo do período de transição à vida adulta são marcadas pelo signo da incerteza, da precariedade, da experimentação e da reversibilidade.<sup>18</sup>

### **2.3.1 O fenômeno do prolongamento juvenil**

Neste âmbito é interessante recuperar algumas das principais formulações sobre a problemática do prolongamento da juventude, enquanto um fenômeno social fortemente atrelado às mutações sociais ocorridas pós-crise do fordismo e da sociedade salarial. Dentre os estudos clássicos a esse respeito, destacam-se estudos de *Jean-Claude Chamboderon* (1966, 1985) e *Olivier Galland* (1997, 2009<sup>19</sup>), os quais a partir da realidade da sociedade francesa buscam explicar o surgimento de uma nova idade da vida, cujas especificidades não se explicam pelos efeitos demográficos (aumento da esperança de vida), mas estavam associadas às mudanças estruturais. No final da década de 1960, Chamboderon (1966)

---

<sup>18</sup>Convém destacar que a sistematização teórica apresentada nessa seção a respeito das diferentes perspectivas de análise de mutações da condição juvenil na contemporaneidade se deu a partir dos estudos realizados por Pimenta (2007); Tartuce (2007) que despertaram o interesse pela leitura e maior contato com a produção sociológica de outros países sobre a temática.

<sup>19</sup> O livro *Les Jeunes* de Olivier Galland teve sua 1ª edição publicada em 1994, e atualmente encontra-se na 7ª edição (2009) com atualizações feitas pelo autor.

apontava que havia uma fase da vida distinta entre a adolescência e a vida adulta, que não se resumiria a emergência de cultura de adolescente, tipificada pela futilidade das práticas de consumo, de lazer e vestuários da classe média conforme preconizava Edgar Morin<sup>20</sup>. Mas estaria vinculado ao modelo de organizar o ciclo da vida, inicialmente presente entre os jovens da classe média, expandindo-se às outras classes com a ampliação da escolaridade obrigatória e posteriormente, face às maiores incertezas em relação à inserção profissional, extrapolaria o período escolar e seguiria até a inserção na vida ativa, configurando o que Chamboderon denominou de pós-adolescência. Entre os fatores explicativos, o autor rejeitava uma leitura culturalista e apontava um conjunto de elementos estruturais que estão associados à expansão da fase de formação atrelada à generalização e prolongamento da escolarização; uma dilatação de período transição escola-trabalho, em decorrência das dificuldades de inserção no mercado de trabalho; o aumento no período de transição entre a família de origem e de procriação, e a postergação do casamento e o nascimento de primeiro filho. Por outro lado, também constatava uma antecipação de determinados atributos da maturidade, a exemplo do exercício da sexualidade, e sua desvinculação do estatuto de adulto, tais como o exercício da sexualidade dissociado da procriação, a obtenção do diploma escolar sem inserção profissional para área a qual se formou etc. ... Para Chamboderon, a emergência dos pós-adolescentes ou jovens-adultos era resultado da luta entre gerações, a fim de delimitar as posições sociais presentes e futuras entre as diferentes gerações. Essa análise se aproxima ou compartilha dos mesmos pressupostos de Pierre Bourdieu, no texto já mencionado anteriormente, no qual defende que “a juventude é apenas uma palavra”.

Compartilhando dessa perspectiva, Olivier Galland irá desenvolver uma nova formulação teórica sobre a transição para vida adulta, datada da década de 1980 e reformulada nos anos de 1990 e 2000. Para esse autor, a transição para a vida adulta está circunscrita a determinados processos e/ou eventos sociais, estruturados a partir de dois eixos: o primeiro seria o eixo escolar e profissional, correspondendo à vida pública do jovem; e o segundo, a vida familiar, correspondendo à esfera privada. Sob esses dois eixos ocorreriam quatro passagens, nas quais os jovens assumiriam papéis sociais significativos, sendo duas passagens de saída (a conclusão dos estudos e a saída da casa dos pais) e duas passagens de entrada (inserção no mundo do trabalho e o casamento ou conjugalidade). O ingresso no mundo do trabalho, a saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família configurariam um modelo tradicional de transição que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial na França.

---

<sup>20</sup> Na perspectiva de Morin, a existência da juventude se daria a partir de hábitos culturais semelhantes, de modo que ao falarmos de cultura de massa não há como dissociá-la da juventude.

Um dos aspectos centrais desse modelo é que a dupla passagem para vida adulta aconteceria sincronicamente, ou seja, esses eventos demarcadores da transição eram simultâneos, embora houvesse diferenciações segundo o sexo e posição social. O ingresso das mulheres na vida adulta seria mais precoce em decorrência da tendência de casarem mais cedo em relação aos homens, geralmente com homens mais velhos, e também pela pouca importância atribuída à inserção profissional, fator preponderante para a inserção dos homens na vida adulta. No que tange à origem social, também haveria diferenças no modelo de transição dos jovens operários e jovens burgueses, já que para os jovens trabalhadores a transição seria quase automática, marcada pela simultaneidade entre conclusão dos estudos, saída da família de origem e casamento; sendo a inserção no mundo trabalho condição indispensável para isso. Esse modelo de transição é denominado por Galland como modelo de instalação. Em contraposição, o modelo de diletantismo seria típico dos jovens burgueses, para os quais o prolongamento dos estudos e o adiamento do ingresso na vida adulta eram possíveis, ou seja, viviam a condição juvenil enquanto moratória social.

A partir da década de 1980, esses modelos tradicionais serão impactados em decorrência dos fatores relacionados ao prolongamento juvenil (a expansão da escolaridade obrigatória, dificuldades de inserção no mercado do trabalho e prolongamento na casa dos pais) e terão alterações significativas, distinguidas principalmente pela constatação de que haveria um retardamento do período de transição e pela *dessincronização* das etapas, dando origem a um conjunto de situações intermediárias. Em outros termos, o que se observa é a desconexão entre os processos de passagens para vida adulta, tanto entre os jovens de camadas populares quanto da classe média, de modo que um jovem poderia concluir os estudos, mas não conseguir se inserir no mercado de trabalho; ou então, lograr uma inserção profissional, sem deixar a casa da família de origem; ou ainda, sair da casa dos pais, encontrar um emprego e sem se casar.

Nos anos de 1990, a dessincronização das etapas já se estendia para os jovens de todas as classes sociais na França, e o prolongamento da juventude deixa de estar associado apenas à moratória social, condição geralmente desejada pelos jovens de classe média e sustentada pelas famílias, e passa a ser visto também como período indesejado, já que os jovens têm dificuldades de definir a sua posição social em um contexto de precariedade social (desemprego, contratos de trabalho precário, dificuldade de sustentar sozinho, dependência financeira dos pais etc...). Em análises posteriores, Galland (1997) constrói um novo modelo, constituído de várias situações intermediárias de transição para vida adulta, denominadas de *pós-adolescência*, *juventude* e *pré-adulta*. A pós-adolescência seria a etapa entre o final da

escolaridade obrigatória e a saída da casa dos pais, uma fase de independência parcial (autonomia residencial com dependência financeira dos pais); a “juventude” é compreendida como uma etapa intermediária marcada pela saída da casa dos pais e formação de um casal, considerada pelo autor como uma etapa fundamental para a construção identitária; e por último, a fase pré-adulta, período entre a formação de um casal e o nascimento dos filhos. Para Galland, o alongamento das transições e a desconexão das etapas são resultantes das mudanças ocorridas no modelo de socialização familiar e profissional que redefiniram os modos de acesso à vida adulta, e, por conseguinte, o modelo de socialização dos jovens em geral, havendo um deslocamento de um *modelo de identificação* para um *modelo de experimentação*, isto é, se no modelo tradicional os jovens ingressavam na vida adulta sem rupturas no quadro de transmissão de valores geracionais, agora estariam buscando fora do contexto familiar um quadro de referência de valores que lhes possibilitem a construção de uma identidade e de um estatuto.

Eu falo experimentação porque a definição de si se constrói, mais do que é herdada. Ela se constrói no interior de um processo interativo, feito de ensaios e erros, até o alcance de uma definição de si [...] Fundamentalmente esta fase de experimentação torna-se cada vez mais longa e explica o prolongamento da juventude e sua formação como nova idade da vida (GALLAND, 1997, p. 160 apud CORROCHANO, 2008; p. 22).

Embora essa formulação teórica busque entender as mudanças ocorridas nos modos de transição para vida adulta, tendo como mérito a tentativa de diferenciar a adolescência (etapa da vida mais próxima da infância e elevado grau de dependência) e a juventude (uma fase de maior autonomia sem completa independência); a mesma é bastante questionada e criticada por buscar explicar a condição juvenil contemporânea, a partir de uma perspectiva linear da transição para a vida adulta, operacionalizada em uma escala progressiva entre a imaturidade-dependência da adolescência à maturidade-independência da vida adulta (PIMENTA, 2007; TARTUCE, 2007; CORROCHANO, 2008). Ao tomar como pressuposto que a vida adulta é sinônimo de estabilidade (econômica, profissional, familiar), negligencia-se que os percursos dos indivíduos ao longo da vida são cada vez mais labirínticos e imprevisíveis no mundo contemporâneo, logo deixa de ser exclusividade dos jovens. Assim, não é possível compreender as mutações da condição juvenil, expressas na ideia de prolongamento da juventude, sem relacioná-las com as outras etapas do ciclo da vida, as quais também sofrem com as mudanças estruturais ocorridas a último quartel do século XX.

Segundo Lagree (1998) citado por Tartuce (2007), a forma como os jovens vivem os percursos em direção à vida adulta, bem como as próprias definições do ciclo da vida, podem variar conforme os contextos socioeconômicos e socioculturais, de modo que as transições juvenis não podem ser apreendidas unicamente de forma progressiva e linear. Para aqueles que se situam nos estratos superiores é possível que os percursos de vida se deem de forma linear e progressiva, enquanto os que estão nos estratos inferiores, cujas experiências são marcadas pelo desemprego e precarização do emprego, os percursos para outras fases da vida podem se encontrar bloqueados ou indefinidos. Assim, os itinerários juvenis tornam-se confusos, obscuros, incertos e inseguros, e põem em questão o próprio modelo clássico de integração a vida adulta, no qual o trabalho é o eixo estruturante da trajetória dos indivíduos ao longo do tempo, num contexto de metamorfoses e re-configurações do próprio mundo do trabalho.

Outros autores irão desenvolver formulações teóricas que se contrapõem a uma perspectiva linear e progressiva da transição à vida adulta no contexto das sociedades europeias. Amparados em estudos empíricos, com escopos metodológicos diferenciados, que envolvem desde as pesquisas de cunho longitudinais focadas na análise dos itinerários profissionais, formativos e familiares, a exemplo das pesquisas realizadas pelo *Grupo de Recerca Educació i Treball* (EL GRET)<sup>21</sup> da Universidade Autônoma de Barcelona sobre a situação social dos jovens catalães; até os estudos comparativos entre diversos países, notadamente de cunho qualitativo, preocupados em compreender o caráter despadronizado e reversível das trajetórias de transição e inserção dos jovens em diferentes contextos regionais e nacionais, a exemplo das pesquisas realizadas por pesquisadores europeus associados *European Society for Regional and International Social Research* (EGRIS)<sup>22</sup>. Entendemos que esses estudos põem em relevo os processos, os atores e as lógicas institucionais que estão em jogo nas múltiplas formas de transição à vida adulta e nas suas implicações objetivas e

---

<sup>21</sup> El GRET ([www.uab.cat/gret](http://www.uab.cat/gret)) foi criado em 1987, e é composto por um grupo de pesquisadores do Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciência Política Sociologia, Universidade Autônoma de Barcelona, sendo que as linhas de pesquisa se concentram em três campos de atuação: juventude, transição escola-trabalho; expansão da educação, competência e mercado de trabalho; e, o papel da formação universitária e a inserção social e profissional dos jovens. Dentre as pesquisas realizadas se destacam os estudos longitudinais sobre os jovens na Catalunha (*Enquesta als joves de Catalunya - 2002*) e as investigações sobre transição escola-trabalho na Espanha (*Itineraris educatius, laborals i familiars*, Generalitat de Catalunya, 2004; *Transición escuela-trabajo contratos i+d+i digicyt; transición 16-19 años y análisis socioestadístico de la encuesta ine-etefil 05*) (EL GRET, s/d).

<sup>22</sup> Trata-se de uma rede composta de pesquisadores provenientes da Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Espanha e Grã-Bretanha, que desde 1993 realizam investigações sobre as mudanças nas transições dos jovens à vida adulta. Dentre os estudos realizados, destaca-se a investigação socioeconômica realizada com apoio financeiro da União Europeia; intitulada “Trajetórias falidas: evolução das políticas de mercado de trabalho para jovens na Europa” (1998-2001), (EGRIS, s/d).



subjetivas na vida dos jovens, e ao fazerem isso, mesmo que não reconheçam explicitamente, evidenciam em suas análises como as transformações do mundo do trabalho ocupam um lugar central na re-configuração da condição juvenil contemporânea.

### **2.3.2 A diversificação dos itinerários biográficos e das modalidades emergentes de transição para a vida adulta**

Para os pesquisadores do GRET, a sociologia da juventude é por excelência uma **sociologia da transição**, e para tanto, propõe um novo enfoque teórico e metodológico alternativo às perspectivas vigentes nos últimos trinta anos, que conceberam a juventude como ciclo/etapa da vida (enfoque funcionalista) ou como uma geração em conflito (enfoque neomarxista e neoweberiano). De acordo com Joaquim Casal e outros (2006, 2011)<sup>23</sup>, no contexto das transformações sociais, políticas e culturais promovidas pelo capitalismo<sup>24</sup> essas perspectivas são insuficientes para explicar a nova condição juvenil. Sendo assim, o enfoque nos itinerários e trajetórias dos jovens se apresenta como uma proposta teórica e metodológica preocupada em entender a complexidade das transições dos jovens no século XXI, a partir de uma perspectiva crítica à linearidade das transições, típicas das sociedades industriais, bem como as perspectivas da reversibilidade das transições (transições iô-iô) no contexto atual. Para tanto, lança-se mão de um enfoque teórico fundamentado no individualismo metodológico, que concebe a transição como um processo social (construtivismo social) marcado por constrangimentos/coerções sociais (questão típica das análises sobre desigualdades sociais), que se ancora numa perspectiva longitudinal (terreno próprio dos itinerários e trajetórias). O pressuposto básico desse enfoque são os sujeitos sociais, isto é:

O ponto de partida é o ator social como um sujeito histórico e protagonista principal da própria vida que articula de forma complexa e paradoxal a escolha racional, emoções, restrições sociais e culturais e as estratégias para o futuro. A questão dos jovens e a juventude não é apenas um conflito de regras, e tão pouco um conflito entre as gerações; a perspectiva biográfica procura integrar esses aspectos na concepção de itinerário e de trajetória. É aí que reside o cerne da contribuição teórica. (CASAL et al., 2006, p. 28) (Tradução nossa)

A juventude é como parte de percurso biográfico dos indivíduos, que tem um determinado *tramo biográfico* (idades dos jovens), indo da adolescência até a aquisição da

<sup>23</sup> Os trabalhos do GRET são publicações de co-autoria, assinadas em geral por Joaquim Casal, Maribel Garcia, Rafael Merino e Miguel Quisada.

<sup>24</sup> Os autores utilizam em escritos a noção de capitalismo informacional, inspirados na discussão teórica da sociedade informacional de Manuel Castells (2007).

emancipação familiar plena, ou seja, “não é outra coisa senão um processo social de autonomia e emancipação familiar plena, que se conclui com o acesso a um domicílio próprio e independente” (idem). Em publicação mais recente, os pesquisadores do GRET afirmam que “sociologicamente, a juventude consiste na realização de duas transições: a transição profissional e a transição familiar” (CASAL et al., 2011, p. 1153-54). Aquisição da posição social e emancipação familiar são elementos-chave da concepção de transição, ou seja, “o que caracteriza o ‘ser jovem’ (isto é, a condição juvenil) é o processo de aquisição (profissional e familiar), que tem muito a ver com o status social” (idem). Dessa forma, a transição é conceituada como um processo de aquisição que diz respeito às relações de produção e reprodução social dos sujeitos. Tal definição conceitual leva em consideração três dimensões: o contexto sócio-histórico e territorial; os dispositivos institucionais de transição; e o processo biográfico ou conjunto de escolhas e significados que os sujeitos fazem. Essas três dimensões constituem e processam a transição, consolidando um sistema de transição.

A transição enquanto uma realidade sócio-histórica tem sempre um marco territorial, cultural e político determinado, que se processa a partir de dois eixos básicos. Um eixo longitudinal, de caráter histórico, que possibilita contextualizar como se dá a transição em determinados períodos históricos ao longo do processo de desenvolvimento capitalista; e o segundo seria um eixo transversal, de caráter espacial, através do qual é possível entender como a transição se processa em espaços territoriais e sociais diferenciados conforme o contexto socioeconômico; os fatores de desigualdade social (classe, gênero, etnia etc.) e os modelos de orientação social (família, meios de comunicação, o entorno social etc.). Enquanto um processo biográfico, a transição também é analisada como um conjunto de ações dos jovens a respeito da construção de expectativas futuras, das estratégias, das escolhas e uso dos recursos sociais que disponibilizam. As trajetórias dos jovens são efeitos de uma trama complexa de decisões, condicionadas pelas estruturas sociais e econômicas e os dispositivos institucionais, porém agem como um agente ativo, um ator racional. E por último, a transição é um sistema de dispositivos institucionais formado por uma rede de instituições sociais que interferem e regulam a existência da transição. Nesse aspecto, o papel do Estado é determinante na configuração global do modelo de transição para a vida adulta, no qual se destaca o papel do sistema escolar (agente diversificador das trajetórias através formação e certificação); do sistema de formação profissional; e a regulação do sistema produtivo e do mercado de trabalho (CASAL et al., 1996, p.300).

Em suma, o conceito de transição opera com uma articulação da tríade sociológica – estrutura, ação institucional e ator – buscando escapar ao determinismo das estruturas e ao

voluntarismo dos sujeitos. Em certo sentido, a proposta do GRET se aproxima das formulações teóricas de Bourdieu sobre o habitus<sup>25</sup>, uma vez que a transição é definida como uma articulação complexa entre disposições institucionais e processos biográficos.

O conceito de itinerário ocupa um lugar central nessa formulação teórica, sendo o lócus de intermediação e realização dessa articulação complexa (disposições e processos). Ele é entendido como itinerário vital construído a partir das escolhas e decisões dos indivíduos, condicionado pelas determinações familiares e do entorno social, assim como pelas determinações estruturais do contexto mais amplo da sociedade e de ordem cultural e simbólica. Além disso, a ideia de itinerário pressupõe uma dupla sequência: o itinerário percorrido e o itinerário do futuro provável, e por conseqüente, a sequência temporal é muito importante, e por isso os estudos longitudinais são essenciais para mapear os itinerários, suas segmentações e modalidades. De acordo com Casal e outros (2006), o itinerário realizado nada mais é do que o percurso biográfico do indivíduo até o presente (biografia passada), que supõe um conjunto de ações/eventos sociais encadeados com uma variedade de resultados e possibilidades, passíveis de serem medidos, logo, avaliados, já que incluem as escolhas e expectativas dos atores. Já o itinerário provável indica o rumo, as prováveis situações de futuro decorrente do itinerário percorrido, ou seja, as situações do passado, que na prática se configuram como probabilidades. Os caminhos rumo a vida adulta são abertos e com múltiplas possibilidades de desdobramentos, não estão definidos *a priori*, pois nem todos começam e acabam o itinerário juvenil da mesma forma e nos mesmos tempos, nem com a mesma velocidade (rápida x lenta; imposta x escolhida; direta x sinuosa), ou seja, os itinerários são distintos socialmente (êxito ou fracasso; simples ou complexo etc.).

Se a juventude enquanto processo social assume feições concretas bastante diversificadas, compete à análise sociológica estabelecer as conexões entre as biografias individuais e a diversidade dos itinerários juvenis, ou seja, vincular o processo social da juventude com as segmentações sociais. O que implica necessariamente a construção de uma tipologia das modalidades de itinerários básicos, no processo de agrupamento e classificação das situações concretas dos jovens tendo em vista a compreensão das desigualdades sociais que se escondem nos processos de transição; pois os itinerários não estão desvinculados da

---

<sup>25</sup> Para Bourdieu, a noção de habitus é uma categoria de mediação entre estrutura e ação social que se define como um: “(...) sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestrados, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (BOURDIEU, 1983b, p.61).

estrutura social e das segmentações, e nem são independentes das classes sociais, do gênero, da etnia etc.

Pensar nos itinerários equivale a pensar na diversidade e na desigualdade social: nos itinerários de transição há uma segmentação forte, vinculada as classes e as desigualdades, que permite descrever as linhas básicas do caráter longitudinal traduzida e sua tradução nos itinerários de êxito social, de aproximação, de precariedade ou de risco à marginalidade social, sem contudo cair em linearidades e determinismos ingênuos (CASAL et al., 2002, p. 15) (Tradução nossa).

A objetivação dessa diversidade e desigualdade ocorre mediante a construção de um esquema conceitual, no qual os autores acima citados tipificam quatro itinerários básicos da transição para vida adulta (família de origem, escola, transição escola-trabalho; inserção profissional. De modo simplificado, vejamos como se constitui a tipologia e suas especificidades: a) a família de origem (e o entorno social) se constitui como o ponto de partida do esquema, tipificada em quatro segmentações: famílias abastadas/ ricas; famílias de classes médias; famílias pertencentes às classes populares; e famílias em dificuldade e próximas da desestruturação e da pobreza; b) o itinerário formativo (a escola) refere-se a todo processo escolarização formal e complementar; o qual pode ser classificado em itinerários formativos de excelência, suficiência formativa, insuficiência formativa e fracasso escolar; c) a transição da escola ao trabalho é uma fase na qual se dão as posições iniciais na estrutura ocupacional, embora não sejam definitivas, são marcadas pela precariedade das ocupações e por contrato temporários e baixa correspondência entre estudos e trabalho; sendo identificados os seguintes itinerários: êxito precoce; aproximação sucessiva; precariedade laboral; desemprego crônico ou inserções laborais erráticas; d) a inserção profissional é muito do mais do que o primeiro emprego, refere-se à permanência dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho e a sua mobilidade (ascendentes e descendentes) na estratificação ocupacional, seguindo a teoria da segmentação do mercado de trabalho, sua classificação é composta de quatro tipos: inserção em trabalhos qualificados e carreira profissional representando êxito social; inserção em atividades qualificadas e de ofícios reconhecidas no mercado de trabalho primário; inserção em atividades pouco qualificadas, precárias e com risco de desemprego; e, atividades marginais (informais) de trabalho (Idem).

De acordo com a proposição de Casal e outros (2006), as posições sociais adquiridas na inserção laboral representam um ponto importante na transição dos jovens, uma que vez que as posições alcançadas anunciam futuros distintos, evidenciando a centralidade do trabalho enquanto suporte social privilegiado de integração e classificação dos jovens na

estrutura de funcionamento da sociedade (CASTEL, 1998; 2010). Os itinerários laborais implicam posições sociais desiguais, podendo variar desde as posições que possibilitam prestígio social e profissional, capacidade de consumo, bem-estar familiar até aquelas marcadas pela precariedade das condições de vida.

Com base nessa tipologia dos itinerários de transição, os pesquisadores do GRET criam outro esquema de conceitual, denominado de modalidades de transição, tendo em vista identificar quais são os efeitos das mudanças sociais ocorridas no contexto de crise de mundo do trabalho e o Estado de Bem-Estar, nas últimas décadas sobre a transição dos jovens na Europa. Os autores defendem que os jovens são diversos e desiguais no que tange à construção do seu futuro, bem como, que o novo capitalismo tem impactos significativos no itinerário profissional, escolar e familiar, fazendo emergir novas modalidades de transição e tornando recessivas outras modalidades, podendo ser classificadas da seguinte forma:

- 1) **Trajetórias de êxito precoce:** os itinerários acontecem muito rápidos e diretos, resultando em uma inserção profissional bem sucedida, ao mesmo passo que ocorrem formas aceleradas de emancipação familiar;
- 2) **Trajetórias operárias:** identifica os itinerários orientados por uma cultura do trabalho manual e pouco qualificada, cujo horizonte é muito limitado e a profissionalização se dá muito mais em função das demandas dos postos de trabalho e circunstâncias do que por escolha pessoal. Trata-se de uma inserção muito rápida em função de emancipação familiar precoce;
- 3) **Trajetórias de vinculação familiar:** são itinerários de pouca recorrência (casos isolados) que dizem respeito ao desenvolvimento de uma transição vinculada à família de origem, como é o caso das minorias étnicas segregadas, comunidades rurais dispersas e nos centros urbanos, empresas familiares ou no comércio a varejo;
- 4) **Trajetórias de aproximação sucessiva:** identifica os itinerários de jovens que apontam para uma inserção exitosa e demanda tomada de decisões e itinerários de formação prolongados. Além disso, predomina uma série de ensaios e erros, que implica demora ou ajustes nas situações de estudo e/ou trabalho, além de atrasos no processo de emancipação familiar devido as dificuldades econômicas ou estratégia pessoal;
- 5) **Trajetórias de precariedade:** nessa modalidade os itinerários juvenis são definidos por um mercado de trabalho precário, abrangendo tanto os jovens com baixa qualificação quanto os jovens com alta qualificação, mas com poucas chances de

promoção profissional. A precariedade advém da instabilidade e vulnerabilidade do trabalho (medo do desemprego, possibilidades remotas de crescimento profissional);

- 6) **Trajetórias erráticas ou bloqueadas:** identificam os itinerários de jovens com baixas expectativas de posicionamento social, que por razões diversas estão fora do circuito da escola e do trabalho. Geralmente estão inseridos em atividades ilegais, estando suscetíveis às situações contínuas e permanentes de desemprego e de sub-ocupação.

Segundo Casal (1996), no contexto econômico e social vigente entre o pós-guerra e a crise do mercado de trabalho nos anos de 1970, parte dos jovens europeus construíram os seus itinerários de transição, prioritariamente, com a base no êxito precoce, geralmente vinculados à universidade, a uma demanda crescente de posto de trabalhos qualificados e com expectativas de mobilidade social. Enquanto que para outros jovens, a transição se dava a partir das trajetórias operárias devido à mobilidade crescente de trabalhadores (migração) e a demanda intensiva de trabalhadores com baixa qualificação nos setores da indústria ou de serviços. Então, sob a égide do período fordista, o êxito precoce e as trajetórias operárias eram as formas hegemônicas de transição dos jovens a vida adulta.

Segundo Casal, da década de 1980 até os dias de hoje, há uma tendência generalizada de retardamento da emancipação familiar e da inserção no mundo trabalho, que não se resume apenas a conjuntura econômica recessiva e os seus efeitos sobre o mercado de trabalho. A transição dos jovens é extremamente afetada pelas mudanças estruturais do capitalismo, dentre as quais se destacam a globalização da economia, novos paradigmas tecnológicos e de produção, a flexibilização da produção, mudanças substantivas na estrutura ocupacional e na organização do trabalho etc. A articulação dessas mudanças com os processos formativos formais e não formais da escola de massas fez emergir novas modalidades. Se até então, as trajetórias eram marcadas por uma emancipação precoce e por uma inserção laboral, relativamente segura e rápida, agora a tendência aponta para trânsitos incertos, erráticos, precários e por tentativas constantes de erros e acertos. Ou seja, emergem nesse cenário três formas de transição dominantes: *as trajetórias erráticas, de precariedade e aproximação sucessiva.*

Esta última modalidade constitui o núcleo central da compreensão do fenômeno de prolongamento juvenil, na medida em põe em evidência as dificuldades de mobilidade social. Quanto mais altas forem as expectativas de posição social, geralmente construídas na interação família e escola, mais complexo e difícil será o processo de inserção. Isso atinge tanto os jovens de origem popular quanto de classes médias, que se veem obrigados a

estabelecer estratégias contra a mobilidade descendente. Muitas vezes, as escolhas não são congruentes entre si e conduzem os jovens a reformularem as suas expectativas e trilharem outros percursos, nem sempre conscientes, e geralmente marcados por descompassos entre a formação, as opções de trabalho, e o mercado de trabalho que geram tensões e incertezas frente ao futuro, tornando mais complexas as modalidades de emancipação familiar.

As pesquisas realizadas pelos pesquisadores do GRET a partir do marco conceitual dos itinerários biográficos, trajetórias e modalidades de transição apresentam aspectos inovadores para a compreensão da nova condição juvenil, na medida em que a transição não se restringe à passagem da escola ao trabalho, e introduz como questão central a análise dos aspectos relacionados à mobilidade e desigualdades sociais. A tipologia das modalidades de transição tem o mérito de associar a segmentação e as desigualdades nas trajetórias aos processos de precarização do mundo do trabalho e de desmonte do Estado do Bem-Estar, além das conexões complexas entre os processos formativos e o mundo do trabalho que reconfiguram radicalmente as formas de transição e atingem indistintamente jovens de todas as classes sociais, embora com efeitos sociais desiguais. As dificuldades de inserção deixam de ser exclusividade dos jovens com trajetórias erráticas ou bloqueadas, e passam a fazer parte dos itinerários de jovens universitários ou qualificados, cujas alternativas de inserção de mercado de trabalho também são precárias e instáveis, tendência que se verifica em diversos países, inclusive nos países latino-americanos, a exemplo do Brasil.

No caso do estudo para a Catalunha as questões emergentes à condição juvenil e a complexidade dos itinerários para a vida adulta têm como eixo estruturante a situação do mercado de trabalho. O trabalho é a referência central nos processos de aquisição de uma posição social na estrutura social, ou seja, “o trabalho consolida os jovens na classificação social” (CASAL et al, 2006, p.45). A nosso ver a situação social dos jovens em diversos países europeus nos anos 2000, principalmente na Espanha, Portugal, Grécia, França e outros, no contexto de crise da economia financeira e intensificação da precarização do trabalho (altas taxas de desemprego, contratos de trabalho parciais, contrato de trabalho intermitente, estágios, contratos de ajuda e aprendizagem, contrato de primeiro emprego etc.) apontam para um quadro de incerteza, precariedade e insegurança que interfere na vida dos jovens e nas suas expectativas quanto ao futuro, e não por acaso as trajetórias de precariedade e de exclusão social (bloqueio) ganham visibilidade no contexto atual.

Entretanto, a perspectiva teórica dos itinerários biográficos apresenta um modelo de análise focado na diversidade e segmentação social, que privilegia as cristalizações existentes ao fim do percurso de transição, ou seja, busca identificar o impacto da desigualdade de

oportunidades nas trajetórias, havendo pouca ênfase no caráter reversível dos itinerários de transição. Por isso, não é possível apreender o caráter processual dos itinerários e as possíveis mudanças de rumo que podem acontecer ao longo dos percursos em decorrência da vulnerabilidade e instabilidade da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A construção de uma tipologia das modalidades de itinerários juvenis é um recurso metodológico de análise das situações concretas dos jovens, capaz de oferecer à análise os subsídios para compreensão das desigualdades sociais associadas aos processos de transição. Do ponto de vista das experiências concretas, vividas e construídas pelos jovens, os itinerários se processam em contextos desiguais, ou seja, as oportunidades de partida são desiguais, que atuam como retentores ou potencializadores das oportunidades futuras. Daí porque a pouca ênfase, desse enfoque, na baixa reversibilidade de alguns itinerários juvenis, em contraposição à perspectiva da individualização, uma vez as probabilidades de êxito social nas transições supõem certas cristalizações sociais, e não o seu reverso (reversibilidade). A incidência de determinados eventos ao longo dos percursos de transição, tais como fracasso escolar na educação básica, abandono da formação sem titulação, gravidez indesejada, problemas de saúde física e mental, desemprego estrutural, interferem nas possibilidades de êxito social, tendo consequências negativas ao longo da vida dos jovens, as quais podem ser identificadas enquanto itinerários erráticos. Da mesma forma, que por fatores diversos, há eventos que podem vislumbrar possibilidades de êxito em decorrência de experiências significativas que supõem novas perspectivas, como por exemplo, a concessão de bolsa de estudos na educação superior ou em pós-graduação, apreender a manejar novas tecnologias, ou fazer um intercâmbio em outro país; como também há eventos que são fontes de incertezas e anunciam situações futuras de risco. As situações de instabilidade e precarização do trabalho se constituem, nesse caso, como experiências delimitadoras dos itinerários futuros de aquisição social e emancipação plena. Por isso, os eventos fixos na vida dos jovens são fundamentais para uma compreensão longitudinal dos itinerários (percorrido e provável) e das expectativas de posicionamento social. Assim, o foco explicativo se concentra nas tensões suscitadas pelos itinerários juvenis, ou seja, busca-se superar, na análise, o aspecto valorativo das escolhas, sem, contudo, desconsiderá-lo, uma vez que a compreensão da nova condição juvenil não restringe apenas no tipo de decisões ou escolhas que os jovens podem ou não empreender ao longo de suas transições, envolve também os sentidos que atribuem e a articulação das transições com o contexto.



### **2.3.3 Individualização, despadronização e reversibilidade das trajetórias juvenis: trajetórias iô-iô e a condição juvenil contemporânea.**

Por sua vez, os pesquisadores da rede EGRIS enfatizam em suas análises os processos de individualização, de despadronização e de reversibilidade das trajetórias juvenis e suas múltiplas transições, sincrônicas ou não, num contexto em que as transformações do mercado de trabalho (flexibilização e precarização) e nas estruturas familiares (diversificação das formas de organização familiar) enfraqueceram as referências culturais que orientavam a construção das trajetórias individuais, exigindo dos jovens o uso ativo de sua agência individual para inventar os novos caminhos, novas identidades, novas formas de trabalho, ou seja, a autorresponsabilização das suas próprias trajetórias, o que não anula as desigualdades sociais que experienciam e enfrentam no processo de transição à vida adulta.

Os trabalhos de Du-Bois-Reymund e outros (2002), Du-Bois-Reymund e Blasco (2004), e de Pais (2001) são representativos e sintetizam muito bem o tipo de problematização e de investigação empírica realizada pela rede de pesquisa EGRIS. Em linhas gerais alguns aspectos teórico-metodológicos chamam atenção nesses estudos: o conceito de “jovens adultos” enquanto categoria analítica das mudanças no modelo de transição; a noção de transição iô iô como metáfora teórica da não-linearidade da transição a vida adulta, e o uso da pesquisa comparada para compreender as especificidades das transformações sociais nos países europeus e suas implicações nos processos de transição<sup>26</sup>.

A hipótese central dessa perspectiva se assenta na premissa de que as transições dos jovens para a vida adulta ocorrem cada vez mais por processos despadronizados. No modelo de transição gestado na “era industrial”, a juventude era concebida como uma fase da vida, preparatória para a vida adulta, sendo que a transição entre a infância e a maturidade era considerada como um processo linear, gerador de uma biografia normalizada e diferenciada segundo o sexo, a classe, a posição ocupacional no mercado de trabalho. Entretanto, nos últimos anos, “se observa uma brusca ruptura desta linearidade das biografias que implicavam uma chegada 'natural' a vida adulta [...], a qual já não se concebe como uma fase, mas como uma condição vital caracterizada por sua incerteza, vulnerabilidade e reversibilidade” (DU-BOIS-REYMUND; BLASCO, 2004, p. 12).

---

<sup>26</sup>Destacam-se entre trabalhos realizados pela EGRIS, os projetos de pesquisa sobre as trajetórias falidas e as políticas de emprego para jovens europeus, juventude iô-iô e o papel das famílias nas transições dos jovens europeus no contexto de crise do mundo trabalho e das formas de proteção social do Estado de Bem Estar, todos financiados pela União Europeia.

Os conceitos de individualização e despadroneização dos modelos biográficos de Urick Beck (2010) são utilizados para explicar como as transições juvenis num contexto de enfraquecimento dos modelos coletivos de socialização se tornam mais incertos e imprevisíveis, não sendo possível estabelecer uma relação linear de causa-efeito entre o antes e o depois. Os jovens não estão simplesmente determinados pela sociedade, não são apenas meros objetos de socialização, mas são atores reais que administram ou pelos menos interferem nas condições de suas vidas, logo a juventude e a vida juvenil são metáforas representativas de uma realidade diversa, a qual se aplica outros critérios sociais (gênero, localização geográfica etc...).

A maneira como os jovens concebem a juventude e as condições pelas quais é produzida a transição à vida adulta tem uma importância crescente para a compreensão da condição juvenil e suas mutações, ou seja, o critério etário deixa de ser um parâmetro fundamental para distinguir a passagem de uma fase da vida à outra. Em parte, isso acontece porque os jovens, face às dificuldades de ascenderem ao mercado de trabalho após a conclusão dos estudos, encontram dificuldades de se reconhecerem como jovens ou adultos. Não é por acaso que em alguns países europeus tenha se estendido o conceito de jovens-adultos para 35 anos. Além disso, surgem situações intermediárias e reversíveis, mais ou menos transitórias em contraposição às dualidades jovem/velho; jovem/adulto, estudante/não estudante. Assim, o processo de transição não se restringe apenas ao aprendizado das regras da vida adulta, envolve formas complexas de transição e uma diversificação das rotas em direção à vida adulta, fortemente relacionadas com a individualização, que surge como consequência da extensão da educação obrigatória e pós-obrigatória, bem como da difusão e diversificação da cultura juvenil e do consumo.

O conceito de individualização implica que é o/a jovem quem tem que construir sua própria biografia sem depender da estabilidade dos contextos ou das tradições entre as quais se move. Quando a transição para vida adulta varia da normalidade a incerteza, os jovens sofrem uma pressão cada vez mais. Se veem obrigados a tomar decisões individuais – em matérias relacionadas com a educação ou o emprego, como também com o ócio – que podem ser de grande influência para a sua vida futura, sem serem capazes de prever claramente todas as implicações de suas opções. Os jovens devem tomar as decisões corretas, e devido a amplitude do leque de opções presentes na sociedade, devem tomar tais decisões de formas racionalizada e justificada (BOIS-REYMUND, 1998). Tomar decisões implica o risco de equivocarse e tornar-se socialmente excluído. (DU-BOIS-REYMUND; BLASCO, 2004, p. 14) (Tradução nossa).

Na visão dos referidos autores, a individualização não significa que a estruturação social perdeu sua importância no que tange à origem social e desigualdades de oportunidades,

pois as desigualdades sociais no acesso aos recursos e oportunidades acompanham as trajetórias. O que há de novo é que o indivíduo jovem se torna gestor de sua própria transição, contudo o desenvolvimento dessa capacidade depende do conhecimento cultural, do suporte da família e das oportunidades e restrições relacionadas à educação, gênero e origem social. Acrescenta-se, ainda, outra novidade, a gestão individualizada da transição é marcada pelo signo da incerteza, agravada ainda mais com o fenômeno do prolongamento juvenil, já que o futuro se converteu em uma grande incógnita para os jovens, os quais não sabem o que serão deles em termos de inserção no mundo trabalho, moradia, relações afetivas, autonomia familiar etc. Assim, o processo de individualização leva as múltiplas modalidades de transições iô-iô, tipificadas da seguinte forma: 1) jovens adultos com recursos limitados que são obrigados a alternar emprego precário, desemprego e formação profissional de caráter compensatória; 2) jovens adultos que dispõem de recursos e têm liberdade para escolher suas opções de acordo com os interesses e preferências; 3) jovens adultos que desejam experimentar novas soluções combinando formação e trabalho, mas que são obrigados a submeter seus anseios formativos e profissionais às trajetórias profissionais padronizadas e limitadas; 4) jovens adultos que são forçados a viver uma prolongada dependência dos pais devido à insuficiência da proteção social no caso do desemprego (Idem).

Essa tipologia do processo de transição indica que os jovens estão imersos em situações sociais labirínticas, que resultam em um conjunto de situações, oportunidades, espaços e ambientes diferentes, que antes eram organizados em eventos sequenciais e na atualidade se apresentam sobrepostos, interdependentes, progressivos e regressivos ao mesmo tempo. As transições já não são lineares (educação → emprego → matrimônio → filhos) e nem sincrônicas (educação + emprego), e passam a ser reversíveis tais como o movimento de iô-iô<sup>27</sup> (educação ↔ trabalho). De acordo com Pais (2001), a metáfora do iô-iô é bastante apropriada para se entender a condição juvenil na contemporaneidade, a qual é concebida nos seguintes termos:

Perante estruturas sociais cada vez mais fluidas e modeladas em função dos indivíduos e seus desejos, os jovens sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, flutuações, descontinuidades, reversibilidades, movimentos autênticos de vaivém: saem de casa dos pais, para um qualquer dia voltarem; abandonam os estudos, para os retomarem tempos passados; encontram um emprego, e em qualquer momento se veem sem ele; as suas paixões são como “voos de borboleta”, sem pouso certo; se casam, não é certo que sejam para toda a vida... São estes

<sup>27</sup> “Nas origens, iô-iô designa uma coisa: um disco preso por um fio com o qual se pode fazer movimentos oscilatórios. Como brinquedo que é, façamos um uso metafórico (lúdico) do yô-yô. Tomemos o nome da ‘coisa’ para designar outra. Como? Utilizamos a metáfora como uma lente interpretativa da actual condição juvenil e das ritualidades que a constituem” (PAIS, 2001, p. 70)

movimentos oscilatórios e reversíveis que o recurso à metáfora do yô-yô ajuda a expressar. (PAIS, 2001, p.69)

Por essa ótica, o princípio de reversibilidade nos processos de transição para a vida adulta (profissional, educacional, familiar) é o que permite caracterizar as trajetórias juvenis dos anos 1990 como trajetórias tipo iô-iô. As tradicionais portas de entrada na vida adulta são reversíveis, fazendo emergir uma multiplicidade de estatutos intermediários, precários e transitórios, assim como, deixam de ser lineares e uniformes, uma vez que a saída da casa dos pais nem sempre coincide com o término dos estudos ou com o casamento, ou a co-habitação, o casamento pode vir antes da inserção num emprego estável. Sendo assim, os processos de transição seriam marcados por heterogeneidades, descontinuidades e rupturas. Os jovens desta geração estariam imersos num tempo do eterno retorno (cruzamento do tempo flecha x tempo cíclico), da mesma forma que deixam de ser jovens e se tornam adultos (abandonam os estudos + conseguem emprego + se casam), redescobrem com a juventude (a recorrência do desemprego, o retorno à condição de estudante, o divórcio, a volta da casa dos pais). “Em suma, a geração ‘yô-yô’ é uma geração dominada pelo aleatório e parece assentar numa *ética de experimentação* que possibilita aos jovens que a integram uma deambulação pelos mais variados estatutos profissionais, estudantis ou conjugais, tornando possível o movimento yô-yô” (PAIS, 2001, p.85, grifo do autor).

De acordo com Du-Bois-Reimund e Blasco (2004), os resultados das investigações desenvolvidas pela Rede EGRIS indicam que apesar da emergência de trajetórias de transição não-lineares (iô-iô), as políticas de transição ainda estariam pautadas numa perspectiva linear, que na prática significaria a ausência de políticas destinadas aos jovens adultos. Para dar conta das discrepâncias entre as trajetórias de tipo iô-iô, gestadas sob a égide da cultura da aleatoriedade, da experimentação; e a biografia padronizada, incutida nas lógicas de funcionamento das instituições que constituem o sistema de transição, os pesquisadores do EGRIS propõem o conceito de trajetórias falidas. Esse conceito remonta ao processo pelo qual a estrutura (política) objetiva integrar socialmente os jovens mediante a orientação, educação, formação profissional, políticas de bem-estar e emprego, mas que na prática reproduzem ou reforçam os riscos de exclusão social a que estão expostos os jovens. Mesmo num quadro de despadronização das trajetórias, é possível observar algumas tendências gerais de transições, ainda que haja diferenciações entre os países europeus. Para tanto, analisam comparativamente a situação dos jovens europeus a partir de quatro categorias abrangentes de transição de escola-trabalho, diferenciadas por estatutos, nível de escolaridade e grau de precariedade, concebidas da seguinte forma: a) *trajetórias desqualificadas* (entrada direta no

mercado de trabalho sem finalização da escolarização obrigatória e pós-obrigatória, com passagem nos programas compensatórios); b) *trajetórias semiqualficadas* (qualificação obtida através da formação escolar ou pós-escolar, porém sem valorização profissional em decorrência da falta de nexo entre demandas do mercado de trabalho e a baixa qualificação); c) *trajetórias qualificadas* (qualificação especializada obtida na educação pós-obrigatória ou formação profissional com integração em setores importantes do mercado de trabalho); e *trajetórias acadêmicas* (obtenção de certificação no ensino superior e chances de ascender a postos de trabalho qualificados).

No esquadro desta tipologia, as trajetórias falidas se encontram com maior incidência entre as trajetórias de baixa qualificação e semiqualficada, sendo que as trajetórias acadêmicas teriam maiores probabilidades de obtenção de postos de trabalho mais estáveis, com melhores salários, ainda que não garanta o acesso permanente a uma posição segura e exitosa socialmente. Consideram-se falidas, as trajetórias e as políticas que:

- não levam em conta as perspectivas subjetivas dos jovens adultos, restringindo a integração social a integração no mercado de trabalho;
- funcionam como “contentores” cuja finalidade é retirar os jovens da rua e direcioná-los a planos de carreira em lugar de ajudá-los a construir seus próprios itinerários;
- mascaram o desajuste estrutural entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, personalizando o problema do trabalho insuficiente e definindo coletivos problemático os quais podem se atribuem a culpa pelos déficit estruturais;
- desmotivam os jovens exigindo-lhes mais educação, sem ser capazes de proporcionar uma educação que vale a pena;
- regulam o acesso as ajudas através de critérios burocráticos tais como idade, tempo do desemprego, nacionalidade, sexo, ao invés de levar em conta as necessidades individuais. (DU-BOIS-REYMUUND; BLASCO, 2004, p 18) (Tradução nossa).

Com base nessa tipologia, os autores argumentam que há processos de transição diferenciados em decorrência das especificidades estruturais no mercado de trabalho, no sistema educativo e de formação, de seguridade e proteção social dos países europeus, que implicam em trajetórias e políticas de transição diferenciadas, além de aspectos socioculturais específicos a cada país que interferem no processo de entrada na vida adulto. No âmbito dos estudos realizados pela rede EGRIS, constatou-se, a partir da uma análise comparativa entre três grupos de países, que as conseqüências das diferentes estruturas sobre as biografias dos jovens produzem trajetórias falidas numa escala que envolve um conjunto de fatores.

Em alguns países, as trajetórias falidas são decorrentes da alta flexibilidade do mercado de trabalho (elevada rotatividade combinada com individualização dos riscos) que

impossibilita a mobilidade social e igualdade de oportunidades entre jovens das classes trabalhadores, como é o caso da Inglaterra; da falta de seguridade social em decorrência do desajuste estrutural entre o sistema educacional e o mundo do trabalho, que obriga os jovens adultos a dependerem de suas famílias, a exemplo do acontece com os jovens italianos; ou ainda, da falta de oportunidades individuais para os jovens da Alemanha Ocidental que fracassam no sistema escolar altamente seletivo, que se veem obrigados a participar de programas de qualificação sem reconhecimento social, num modelo tradicionalmente caracterizado por forte propensão ao emprego qualificado, agora com significativo incremento de empregos *semiquualificados* ou *sem qualificação* (BRIGGART et al, 2002).

As trajetórias falidas também estão relacionadas à crise do sistema educativo em sociedades segmentadas, fortemente marcadas pela presença do sistema meritocrático, enquanto mecanismo de seleção e acesso ao mercado de trabalho, que tem redefinido profundamente a vida dos jovens e suas trajetórias. Num contexto de reestruturação de mercado de trabalho com elevadas taxas de desemprego e exigências de qualificação profissionais, os jovens se encontram sobrequalificados para os postos de trabalho que ocupam, a exemplo do que ocorre com os jovens espanhóis com alta qualificação acadêmica, porém só encontram empregos precários de baixa remuneração (também conhecido com o fenômeno dos *mileuristas*<sup>28</sup>). A escola e a família funcionam como salas de espera para os jovens que podem (ou não) ascender o mundo do trabalho (MORCH et al, 2002). Por fim, também se observa, principalmente na Irlanda, Países Baixos, Portugal e entre os jovens migrantes na Alemanha, que os desajustes entre o sistema educativo e o mundo do trabalho atingem incisivamente os jovens imigrantes ou pertencentes a minorias étnicas, os quais são considerados culpados pelos seus déficits estruturais, atribuindo-lhes a responsabilidade pela

---

<sup>28</sup> Este termo tem sido utilizado para designar parcela significativa dos jovens espanhóis e europeus, geralmente com elevado grau de escolaridade, inseridos em empregos precários, cuja remuneração não ultrapassa 1.000 euros. Acarta da jovem espanhola, Carolina Alguacil, publicada no Jornal *El País*, intitulada “Yo soy mileurista” sintetiza muito bem a expressão: “El *mileurista* es aquel joven, de 25 a 34 años, licenciado, bien preparado, que habla idiomas, tiene posgrados, másteres y cursillos. Normalmente iniciado en la hostelería, ha pasado grandes temporadas en trabajos no remunerados, llamados eufemísticamente becarios, prácticos (claro), *trainings*, etcétera. Ahora echa la vista atrás, y quiere sentirse satisfecho, porque al cabo de dos renovaciones de contrato, le han hecho fijo, en un trabajo que de alguna forma puede considerarse formal, ‘lo que yo buscaba’. Lleva entonces tres o cuatro años en el circuito laboral, con suerte la mitad cotizados. Y puede considerarse ya un especialista, un ejecutivo; lo malo es que no gana más de mil euros, sin pagas extras, y mejor no te quejes. El *mileurista* hace tiempo que decidió irse de casa, y gasta más de un tercio de su sueldo en alquiler, porque le gusta disfrutar de la gran ciudad. Comparte piso con más gente, a veces es divertido, pero ya cansa. ‘Yo en 30 metros me apañaría’. El *mileurista* no ahorra, no tiene casa, no tiene coche, no tiene hijos, vive al día. A veces es divertido, pero ya cansa. El *mileurista* ha ido a ‘Europa’ este verano, en uno de esos vuelos baratos donde te hablan de tú, y ha dormido en un hostel joven (qué divertido). El *mileurista* ha pagado lo mismo por un café, incluso menos por la comida, que en su ciudad. Pregunta, investiga y allí los alquileres son parecidos, y piensa que España está ya al nivel europeo. Pero lo malo es que se ríen cuando dice que gana ‘*nine hundred and ninety seven euros*’”. (ALGUACIL, 2005).

precária posição social, geralmente entendida como um problema de assimilação cultural (DU-BOIS-REYMUND et al, 2002).

O modelo analítico em discussão compreende a condição juvenil a partir de uma perspectiva teórica que prioriza as estruturas de oportunidades e as ações eletivas dos jovens numa sociedade individualizada, dando ênfase à dimensão reflexiva nas estratégias individuais, pois os “*jovens precisam avaliar constantemente o ajuste entre suas necessidades e expectativas individuais e as exigências procedentes do exterior*” (DU-BOIS-REYMUND; BLASCO, 2004, p. 16). Se os jovens são os responsáveis por suas biografias, isto significa que as biografias são eletivas ou autoconfiguradas, ou seja, a transição para a vida adulta depende em grande medida da capacidade dos jovens de inventar e reinventar suas trajetórias e seus percursos sócio-profissionais, de fazerem bricolagens que deem sentidos as suas ações e expectativas de vida. Isso também implica uma gestão contínua e permanente das novas oportunidades e dos riscos, bem como, na construção dos sentidos que se atrelam a própria vida dos indivíduos jovens.

A condição juvenil é problematizada sob o prisma de uma perspectiva sociológica centrada nas interações dos indivíduos e os contextos da ação, de tal forma que a compreensão dos sentidos que os jovens atribuem aos processos e as transformações subjacentes à construção da condição juvenil se tornam imprescindíveis, uma vez que esses processos são cada vez mais diversificados, complexos e diferenciados. Por essa razão emergem diferentes reações e atitudes dos jovens frente às diversas dimensões que envolvem a transição, principalmente no que se refere à relação com o trabalho, emprego, desemprego e as mudanças em curso no mundo do trabalho. Por essa ótica, os aspectos comumente considerados como determinantes das mutações da condição juvenil passam a ser vistos como elementos estruturantes do campo de escolhas e dos projetos pessoais, familiares e/ou profissionais, de modo que as mutações do mundo do trabalho não resultariam, *a priori*, em obstáculos ou bloqueios ao desenvolvimento dos trajetos juvenis rumo à vida adulta. A instabilidade laboral e a precarização do emprego não assumiriam um único sentido nos itinerários biográficos juvenis, mesmo para segmentos juvenis que compartilhem entre si dos mesmos atributos ou estratos sociais (origem social, cor, escolaridade, gênero etc.). Inclusive, os pesquisadores do EGRIS destacam em suas análises a recorrência de jovens com baixa escolarização e qualificação que utilizam de sua criatividade para desenvolver carreiras profissionais exitosas (DU-BOIS-REYMUND; BLASCO, 2004; PAIS, 2001).

Esta perspectiva analítica tem sido bastante utilizada nos estudos contemporâneos sobre trajetórias e formas de inserção de jovens no mundo do trabalho em diversos países,

principalmente entre os pesquisadores preocupados com a diversidade juvenil, mesmo que não compartilhem ou não incorporem integralmente tal perspectiva às suas análises<sup>29</sup>.

É necessário questionar os limites teóricos e políticos e suas consequências para a investigação empírica, quando se atribui aos indivíduos e as suas possibilidades de escolhas, o lócus central de entendimento das mudanças em cursos nos processos de construção das trajetórias e biografias. Principalmente quando se transfere para os jovens a responsabilidade exclusiva por sua transição e inserção na vida adulta, ou seja, quais os limites da criatividade dos jovens na construção dos seus itinerários biográficos e profissionais? Como se articulam empoderamento e protagonismo juvenis em contextos de precarização e instabilidade do trabalho? O que significa ser criativo quando se trata da inserção dos jovens no mercado de trabalho? Quais os dispositivos políticos-ideológicos que circunscrevem tais práticas? Porque as políticas públicas para juventude, especialmente aquelas relacionadas à inserção no mercado de trabalho, cada vez mais incorporam a sua lógica de funcionamento o envolvimento ativo dos jovens na busca pelo emprego e insistem numa pedagogia da empregabilidade e/ ou do empreendedorismo?

Para além dessas inquietações, uma das questões centrais posta à perspectiva da individualização e da despadronização das trajetórias juvenis diz respeito ao lugar que algumas categorias analíticas, clássicas da abordagem sociológica, a exemplo da classe social, ocupam neste tipo de enfoque. Andy Furlong e Fred Cartmel, em um livro publicado em 1997 (re-editado em 2007), intitulado “*Young people and social change: individualization and risk in late modernity*” (Jovens e mudança social: individualização e risco na modernidade tardia) questionam alguns dos pressupostos subjacentes a esta análise das transições juvenis. Em primeiro lugar, questionam se os parâmetros tradicionais das ciências sociais, que antes eram considerados como estruturais das chances e experiências de vida dos jovens, ainda são relevantes para compreender o processo de transição; e em segundo lugar, examinam em que medida os termos individualização e risco são capazes de transmitir uma imagem precisa da mudança nos contextos de vida dos jovens.

Furlong e Cartmel (1997) compartilham do argumento, comumente defendido entre pesquisadores da área da sociologia da juventude, de que as experiências dos jovens nas sociedades modernas sofreram mudanças significativas e afetaram múltiplas dimensões de suas vidas, interferindo em suas trajetórias escolares, nas experiências de trabalho, nas

---

<sup>29</sup> As teses de doutoramento de María –Eugenia Longo (2011) sobre trajetórias laborais de jovens na Argentina e de Alessandro Gentili (2009) sobre instabilidade laboral e estratégias de emancipação de jovens-adultos mileuristas em Barcelona e Roma são bons exemplo deste tipo preocupação teórico-empírica.



relações familiares e afetivas, nas redes de sociabilidade e lazer, nos estilos de vida. As consequências dessas mudanças, na sua maioria, estão diretamente relacionadas com a reestruturação dos mercados de trabalho, o aumento da procura por trabalhadores escolarizados, a adoção de práticas de trabalho flexíveis e de políticas sociais que têm prolongado o período de dependência dos jovens em relação aos seus pais. Frente a isso, os jovens precisam negociar um conjunto de riscos completamente desconhecidos da geração de seus pais, num contexto de rápidas mudanças vividas sob a égide do curto prazo, em que os marcadores sociais que serviam como elementos norteadores e/ou facilitadores do processo de reprodução social tornaram-se obscuros, fazendo com que a incerteza em relação às perspectivas de transição para a vida adulta se transformasse em fonte de estresse e vulnerabilidade social.

Na visão dos sociólogos britânicos, as análises contemporâneas, em especial aquelas inspiradas nas teorias pós-modernas, acabam reificando as noções de mudança, de transição não-linear e subestimam os elementos de continuidade no processo de reprodução social. E nesse aspecto, demonstram certa desconfiança em relação às perspectivas teóricas que desconsideram ou invisibilizam a utilidade de variáveis explicativas de caráter estrutural na compreensão das mudanças em curso. Embora as estruturas aparentemente se apresentem fragmentadas, complexas e obscuras, isso não significa que as experiências de vida dos indivíduos deixaram de ser moldadas pelo lugar que ocupam nas estruturas sociais. É verdade que a forma de tradicional de conceituação da classe requer adequações para compreensão da distribuição das oportunidades de vida na modernidade tardia, principalmente se considerarmos que as relações de emprego e a estrutura ocupacional, elementos-chave para a análise convencional de classe, mudaram significativamente. As relações de emprego são flexíveis e precárias e a habilidade dos indivíduos na gestão dos riscos torna-se um recurso significativo, o que implica reconhecer que análises das classes devem levar em conta o papel da agência nos processos de reprodução social. Na perspectiva desses autores, as análises de Giddens (2002), Beck (2010), Sennett (1999) Bauman (2001) são bem sucedidas na identificação dos processos de individualização e de riscos que caracterizam a modernidade tardia, ou a alta modernidade, e suas implicações nas experiências de vida e nas formas de representação das divisões sociais. Contudo, a vida de modernidade tardia gira em torno de uma falácia epistemológica:

Apesar das estruturas sociais, tais como a classe, continuarem a moldar as oportunidades de vida, essas estruturas tendem a tornarem-se cada vez mais obscuras conforme tradições coletivas se enfraquecem e valores individualistas se

intensificam. Como consequência dessas mudanças, as pessoas veem o mundo social como imprevisível e cheio de riscos, que só podem ser negociados ao nível individual, embora as cadeias de interdependência (Elias, 1978, 1982) permaneçam intactas (FURLONG; CARTMEL, 1997, p. 2, Tradução nossa).

A falácia epistemológica da modernidade da tardia tem como característica central a dissociação entre as dimensões subjetivas e objetivas da vida. Ainda que as estruturas de desigualdades permaneçam enraizadas e se expressem no alto grau de estruturação das oportunidades ao longo da vida, cada vez mais procuram-se soluções e ou se atribuem as responsabilidades ao indivíduo, cujos resultados dos processos sociais são experimentados no plano das carências individuais e não como consequências de processos que escapam ao controle pessoal dos indivíduos. Assim sendo, o desemprego e o fracasso escolar, por exemplo, são vistos muito mais como problemas sociais decorrentes da falta de habilidades e competências desenvolvidas pelos indivíduos, do que relacionadas aos déficits de postos de trabalho ou aos mecanismos de desigualdade e exclusão intra e extraescolares. Portanto, a individualização dos riscos remete à ideia de que as situações que remeteriam a uma ação política agora são interpretadas como algo que só pode ser resolvido a nível individual e, por isso, requer uma ação pessoal. Esses processos implicam uma fragmentação e diversificação das trajetórias e experiências de vida que ocultam as relações de classe subjacentes, que aparentemente podem dar a impressão de igualdade, porém não apresentam alterações substanciais no que concerne aos processos de reprodução social.

De acordo com Furlong e Cartmel, os estudos sobre juventude têm apresentado contribuições importantes para este debate, tanto no tocante às novas formas em que as experiências de vida juvenis são afetadas pelas relações de classe quanto pela observação das formas em que os processos de reprodução se desdobram nessa fase do ciclo da vida. A questão central refere-se justamente à compreensão da relação entre agência e estrutura, ou seja, entender como as divisões socioeconômicas são recriadas através das experiências individualizadas dos atores sociais jovens e os processos pelos quais a reflexividade está imbricada nas relações de classe. Furlong e outros (2003) sugerem que as transições juvenis devem ser compreendidas enquanto teias de interdependências (ELIAS, 1970) entre os contextos externos, recursos, agência individual e racionalização. Para tanto, há de considerar que qualquer resultado, no mercado de trabalho ou na educação, exige uma mobilização tanto de recursos estruturais (como por exemplo, capital econômico, social e cultural) quanto de capacidades geralmente consideradas típicas da agência individual (tais como motivação, persistência e determinação).

Essas dimensões estão inter-relacionadas e envolvem a capacidade de acionar recursos escassos a fim de alcançar o resultado almejado. Essa mobilização de recursos pode ser consciente ou inconsciente, muito embora nenhum indivíduo seja totalmente consciente das condições em que atua, dos recursos que utiliza e das limitações das suas ações, isto é, os indivíduos não são plenamente conscientes e nem completamente cegos em relação às condições de vida no mundo moderno. Além disso, qualquer mobilização é precedida de uma ação racional, ou seja, os indivíduos agem de maneira que consideram as mais adequadas em determinadas circunstâncias. Certamente a racionalização envolve algum grau de distorção, já que os indivíduos buscam reconstruir eventos e biografia de tal forma que tentam dar as suas vidas um sentido e coerência global. Em uma sociedade individualizada, as pessoas podem não ter consciência da existência de condicionantes e como estes intervêm no plano pessoal, logo o processo de racionalização pode levar a um exagero sobre o papel da ação individual. Por isso, a relação entre ação individual, mobilização de recursos e o resultado obtido deve ser tratada de forma dinâmica nos processos de transição juvenil.

Resumindo, as mudanças sociais ocorridas nos processos de transição juvenil não implicam um enfraquecimento e/ou desaparecimento das estruturais sociais, mas evidenciam a continuidade das cadeias de interdependência entre agência e estrutura nos processos de reprodução social na modernidade tardia.

#### **2.3.4. Para além das convergências e divergências teórico-analíticas: jovens, transições, trajetórias e os sentidos do trabalho.**

Tendo em vista os objetivos desta tese, faz-se necessário explicitar, a partir das diferentes perspectivas analíticas aqui destacadas, as suas contribuições para uma perspectiva transversal de análise dos jovens e o mundo do trabalho, bem como nosso posicionamento frente ao mesmo. Em primeiro lugar, é importante ressaltar o lugar do trabalho e sua transversalidade com as múltiplas dimensões subjetivas e objetivas da vida juvenil neste contexto de mudanças. Seja enquanto o mecanismo de aquisição e classificação na estruturação, um suporte social privilegiado, ou enquanto dimensão necessária nos processos de gestão da vida e de biografização na sociedade individualizada e dos riscos, o trabalho e suas mutações históricas se constituem como dimensão central de estruturação das transições e trajetórias juvenis. Os argumentos e evidências empíricas apresentadas nas diferentes perspectivas reforçam, direta e indiretamente, as teias de interdependências entre as

transformações do mundo do trabalho e os processos de reconfiguração da condição juvenil contemporânea.

Contudo, a problematização conceitual e metodológica da perspectiva dos itinerários biográficos, proposta por Joaquim Casal e os pesquisadores do GRET, na medida em que considera as posições sociais adquiridas na inserção laboral como um aspecto fundamental na transição dos jovens, oferece elementos analíticos interessantes, que ajustados às especificidades do locus de investigação desta tese, possibilita a construção de uma tipologia de análise dos itinerários laborais de jovens pobres, tendo como eixo transversal os sentidos que atribuem ao trabalho e as expectativas futuras relativas aos projetos pessoais e sócio-profissionais, em contexto de desestruturação do mercado de trabalho e de precarização social do trabalho na realidade brasileira, especialmente nos espaços metropolitanos, como é o caso da cidade do Salvador da Bahia.

Conforme já mencionamos anteriormente, a transição para a vida adulta não é o tema central desta tese, embora não deixe de perpassá-la, já que a inserção e os itinerários sócio-ocupacionais são uma dimensão importante nos processos de transição. Este é o eixo central da nossa investigação, e, é a partir da relação dos jovens com o trabalho e os itinerários percorridos que buscamos entender as implicações e conexões existentes com outros itinerários básicos, a saber: a família de origem, o entorno social, a escolaridade, os dispositivos institucionais de transição escola-trabalho (em especificamente, as políticas governamentais de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho).

Nessa direção, a inserção e permanência dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho e suas mobilidades ocupacionais (ascendentes ou descendentes) não se processam em um vazio social, mas fazem parte de uma teia complexa de relações e processos sociais que envolvem os itinerários biográficos juvenis. Em síntese, o esquema conceitual dos itinerários tem o mérito de identificar os efeitos sociais das mudanças ocorridas no contexto de crise do mundo trabalho fordista e do Estado de Bem-Estar sobre as transições juvenis, tendo como hipótese subjacente que o novo capitalismo tem impactos significativos nos itinerários profissionais, familiares e escolares, fazendo emergir novos itinerários e modalidades de transição, experienciadas pelos jovens de forma diversa e desigual, já que as desigualdades de classes e clivagens de gênero e etnia estão imbricadas nas transições.

Guardadas as devidas especificidades sócio-históricas, também se observa no caso brasileiro a prevalência das trajetórias de aproximação sucessiva, de precariedade e erráticas nos itinerários juvenis contemporâneos. Entretanto, a nosso ver, as fronteiras práticas que separam os percursos constituintes das trajetórias emergentes não são estáticas ou fixas, são

passíveis de reconversão ao longo dos itinerários, a depender dos recursos e suportes sociais acionados pelos jovens num contexto de incertezas e instabilidades socioeconômicas. Portanto, não se trata de transposição automática de um modelo explicativo construído para entender as especificidades da realidade dos jovens europeus, mas de incorporar a nossa perspectiva os elementos teóricos cuja validade empírica dos pressupostos subjacentes também se aplica à realidade brasileira. Por isso, o contexto sócio-histórico e suas transformações, os dispositivos institucionais e os sentidos que os atores sociais atribuem aos itinerários constituem-se como unidade analítica de investigação do objeto de estudo desta tese.

Em outros termos, isso significa a adoção de uma noção ampliada dos processos de transição de jovens trabalhadores, que não se reduz a uma leitura economista (transição enquanto entrada na vida ativa, economicamente) ou funcionalista (transição enquanto aquisição dos valores e papéis da vida adulta), e nem tampouco uma leitura pós-moderna da condição juvenil. A centralidade do trabalho e os sentidos a ele atribuídos se fazem no e pelo itinerário biográfico, que devem ser apreendidos nas múltiplas conexões com as outras dimensões da vida dos jovens. Se a condição juvenil está baseada em uma dupla transição (profissional e familiar), isso significa que a juventude se constitui de itinerários (caminhos) percorridos pelos jovens para alcançar uma posição social (transição profissional) e a emancipação familiar, e, portanto, do ponto de vista da análise sociológica, o lócus de investigação é sempre a situação social dos jovens, suas segmentações e diferenciações, tipificadas a partir das modalidades de transições, que se alteram e são afetadas pelas mudanças sociais.

Por fim, duas questões de ordem teórico-metodológica merecem a nossa atenção quanto à operacionalização dessa tipologia.

A *primeira questão* diz respeito à distinção conceitual entre transição e trajetória. Nas problematizações e investigações sociológicas sobre a juventude na contemporaneidade, principalmente nos estudos sobre as mutações na condição juvenil, observa-se que transição e trajetórias, na maioria das vezes, são utilizadas como categorias portadas do mesmo conteúdo heurístico, como se fossem sinônimos. Na verdade, transições e trajetórias estão em planos distintos, embora sejam processos com implicações mútuas e múltiplas conexões. A juventude entendida enquanto um processo de transição para a vida adulta implica necessariamente o reconhecimento de que não se trata de momento do ciclo da vida de pura latência, inércia ou de moratória inativa. Mas, o contrário, a transição como um processo de mudanças e transformações dos sujeitos jovens, tanto nos aspectos biológicos quanto na

condição social, cuja sequência dos eventos, sua ordem e seus tempos assumem formas distintas de se tornar adulto, configurando diferentes estruturas de transições que se alteram conforme os contextos históricos e geopolíticos. Dessa forma, a estrutura linear de transição, constituída por uma sequência de eventos culturalmente estabelecida e reproduzida socialmente, típica do período fordista, cede lugar às novas formas de transição que não asseguram o ingresso automático no mundo trabalho e a emancipação familiar num quadro generalizado de instabilidade, incerteza e insegurança das relações sociais, emergidas pós- crise dos dispositivos institucionais de inserção dos jovens na vida adulta.

A análise das transições possibilita identificar as diversas situações juvenis, os percursos, as rotas e as estratégias em termos de inserção sócio-profissional, autonomia familiar etc. serve para entender como cada um dos eventos que compõe a trajetória (escolaridade, busca do primeiro emprego, início da carreira profissional, constituição de família, nova moradia etc.) se sucede e/ou (des) conecta ao longo ao período que constitui o ciclo de vida juvenil. De acordo com Soto e Leon (2008), o tempo é uma variável central da análise das transições, pois qualquer mudança nas estruturas de transições, as quais são produto de transformações sócio-históricas, produz mudanças nas formas de conceber o tempo, de se situar em relação ao presente e ao futuro, que se expressa de maneira intensa na vida juvenil. Nesse ciclo da vida, os jovens, interpelados pelas agências socializadoras (escola, família), são inculcados a definir o futuro, outorgam-lhes o direito de elaborar o projeto de vida, portanto, a projeção presente da vida futura seria um aspecto importante da subjetividade juvenil. Contudo, as aspirações e sonhos futuros nascem das condições sociais de que os jovens dispõem para transformar o ideal em possível, e é entre as aspirações e expectativas que aos poucos se tornam adultos e ocupam um lugar na sociedade, em suma, realizam e entrelaçam transições que configuram uma trajetória.

Todavia, a trajetória está em outro patamar de análise. Aqui, cabe o rápido registro de que a noção de trajetória (laboral, familiar, biográfica etc.) no campo das ciências sociais é bastante heterogênea, cujos usos teóricos operam um campo de disputa de sentidos, que se reflete nos estudos sociológicos sobre a temática juvenil. Longo (2011), em sua tese de doutoramento, apresenta uma boa síntese das diferenças perspectivas presentes na literatura internacional, em especial a literatura francesa e anglo-saxônica, sobre o uso dos conceitos de trajetória (*trajectoire*), percurso (*parcours*), itinerário (*itinéraire*), carreira (*career*) e de navegação (*navigation*), evidenciando em sua análise que não há palavras inocentes, tal como postulava Bourdieu (2003) e portanto, qualquer que seja a noção adotada, tem implicações teórico-metodológicas e políticas distintas.

Em linhas gerais, as formulações teóricas de Pierre Bourdieu (2006) contribuíram significativamente para a construção de uma noção de trajetória em oposição à noção de história de vida como um todo coerente e orientado. Para ele, a noção de trajetória diz respeito “*a uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ( ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações*” (BOURDIEU, 2006, p.207), ou seja, é o movimento que os agentes realizam dentro de um campo de possíveis, estruturalmente delimitado. A compreensão da trajetória requer a construção prévia dos estados sucessivos do campo (intelectual, profissional, cultura...) em que a mesma se desenvolve, a identificação das relações objetivas que vincula um agente ao conjunto dos outros agentes envolvidos do mesmo campo no espaço social.

Seguindo o pressuposto bourdiesiano, Passeron (1990) considera que as trajetórias devem ser compreendidas como produto decorrente do cruzamento entre as decisões subjetivas dos indivíduos e a objetividade das limitações (econômicas, culturais, políticas) existentes nos itinerários percorridos.

É neste campo semântico que o uso dos termos carreira, percorrido, itinerário ganha o seu sentido heurístico na análise das trajetórias. A noção de itinerário e trajetória adotada pelo grupo de pesquisadores do GRET compartilha da perspectiva analítica de Bourdieu e Passeron, já que o tramo biográfico é composto do itinerário percorrido (*la singladura*) e o itinerário possível (*el rumbo*), que possibilitam identificar probabilidades futuras, de cada itinerário a partir do jogo dialético entre eleições racionais e constrangimentos sociais, entretanto sua formulação está direcionada para a compreensão da situação concreta dos jovens. Por outro lado, observa-se que os estudos que atribuem um peso excessivo à reflexividade dos indivíduos nos processos de escolha e gestão das trajetórias biográficas, sob forte influência do interacionismo simbólico, preferem o uso do termo carreira ou navegação, os quais são considerados como mais apropriados para captar as dimensões subjetivas das escolhas dos indivíduos, principalmente os jovens, frente às estruturas de oportunidades, bem como os desajustes entre as expectativas e os percursos realizados.

Os embates teóricos subjacentes à noção de trajetória não se encerram por aí e nem tem como esgotá-los no corpo desta tese. Entretanto, se é possível chegar a alguma conclusão passível de consenso, refere-se ao caráter simplicista e/ou reducionista das análises que enfatizam o determinismo do contexto daqueles que se concentram na ação estratégica dos indivíduos. As trajetórias não podem ser compreendidas, senão pela correlação e interação de elementos objetivos e subjetivos que as produzem e reproduzem no espaço e tempo, historicamente determinados. Os múltiplos fatores e escalas sociais devem integrar a análise

das trajetórias juvenis tendo em vista a apreensão e compreensão das singularidades e homogeneidades engendradas em seus itinerários sócio-profissionais. Esse é o desafio do nosso trabalho de pesquisa, o exercício do olhar transversal, para além das dicotomias e ambiguidades, pois a questão central não é apenas analisar a sequência de eventos e/ou ritos que vão configurando a formação das novas gerações (de trabalhadores), mas como os itinerários (leia-se trajetórias) percorridos prefiguram os campos de possibilidades em relação ao futuro, em termos de inserção e posicionamento na sociedade a partir do mundo do trabalho. Para isso, as transições e as trajetórias, ainda que ocupem planos distintos na análise conceitual, são interdependentes e intercambiáveis na elaboração de um quadro interpretativo das mutações da condição juvenil e suas implicações para os jovens trabalhadores.

Além dessas distinções conceituais, *uma segunda questão* a ser considerada é de cunho metodológico. Tradicionalmente os estudos e pesquisas sobre itinerários ou trajetórias (biográficas, familiares, laborais) no campo das ciências sociais, seja na América Latina ou outros contextos nacionais, se orientaram por um viés metodológico de caráter essencialmente qualitativo. Contudo, tem se observado na análise dos itinerários e trajetórias, principalmente nos enfoques preocupados em delimitar as segmentações e desigualdades sociais existentes nos percursos biográficos, certa recorrência da utilização de técnicas estatísticas e dados quantitativos, principalmente o uso de metodologia de corte longitudinal. Destaca-se, nesse tipo de enfoque, a importância da análise temporal das sequências dos eventos/acontecimentos e posições sociais ocupadas pelos indivíduos ou grupos em determinada escala de tempo, tendo em vista identificar as prefigurações sociais existentes e as probabilidades futuras em termos de classificação ou desqualificação no espaço social. As escalas de tempo (anos, meses...) podem variar conforme a perspectiva adotada de pesquisador para pesquisador, bem como as trajetórias podem ser investigadas a partir dos acontecimentos e sequências do passado, analisados através de dispositivos retrospectivos, ou seja, os indivíduos são interpelados em único momento sobre suas experiências passadas e suas vinculações e implicações com o presente. Em outros casos, as trajetórias são reconstruídas ao longo de um período, no qual se investigam os mesmos indivíduos ou grupos, em momentos distintivos, em que se interrogam os sujeitos entrevistados sobre o passado, o presente e o futuro de suas trajetórias (LONGO, 2011).

No caso específico da perspectiva analítica dos itinerários biográficos e as modalidades de transição, Joaquim Casal e outros (2011) consideram que a análise longitudinal retrospectiva é mais adequada e fecunda para operacionalização do esquema teórico da tipologia das modalidades de transição e trajetórias juvenis. Na medida em que as



categorias de itinerário (expressão de percurso realizado) e trajetória (futuro anunciado) são centrais para uma sociologia da juventude, já que o seu objeto de estudo é identificar os itinerários e as probabilidades de transição com êxito ou fracasso social, a análise longitudinal retrospectiva permite reconstruir os itinerários escolares e formativos, as primeiras movimentações laborais até a consolidação de uma ocupação ou o seu reverso (a presença continuada de desocupação ou desemprego), identificar a posição inicial no mercado de trabalho (não se restringe ao primeiro emprego, mas inserção na cartografia social do trabalho) e captar as expectativas em relação à inserção social e a emancipação familiar plena. Nesse sentido, a tipologia das trajetórias e modalidades de transição é construída do cruzamento das variáveis: tempo das transições sócio-profissional e familiar (precoce, tardia) e o grau de expectativas de posicionamento social (simples e complexo), de modo que a análise longitudinal possibilita estabelecer os nexos entre os processos biográficos, os contextos, os períodos e os constrangimentos estruturais das transições juvenis. Portanto, a escolha da perspectiva metodológica não é inocente, atende aos interesses da proposta teórica de investigação, ou seja, se é tarefa do trabalho sociológico desvelar as desigualdades sociais incrustadas na situação juvenil, isso significa que itinerários e trajetórias estão atrelados a uma materialidade sócio-histórica e sua compreensão não se restringe ao caráter subjetivo dos itinerários e das escolhas dos indivíduos.

Embora os argumentos em defesa da metodologia de longitudinal retrospectiva com base em dados quantitativos sejam plausíveis, consideramos que são insuficientes quando se propõe a investigar os itinerários e trajetórias juvenis enquanto uma articulação complexa entre estrutura, dispositivos institucionais e ator. Ainda que se considerem os dados quantitativos como uma ferramenta valiosa para construção de uma tipologia de itinerários, uma vez que é possível, mediante as técnicas estatísticas, medir a sequência de eventos e posições dos jovens ao longo de um período, as quais se encaixam em escalas de regularidades sociais dotadas de inteligibilidade quanto às segmentações e desigualdades dos itinerários juvenis, os mesmos são incompletos e não contemplam outras dimensões analíticas dos itinerários. A perspectiva qualitativa, por sua vez, oferece possibilidades de análise para além dos limites dos números, pois dispõe de técnicas de pesquisa que permitem acessar o modelo nativo, ou seja, o acesso às experiências, as lógicas de ação dos itinerários e às expectativas subjetivas dos jovens em relação ao futuro (profissional e projetos de vida), tornando possível a construção de esquema interpretativo das conexões causais entre os elementos objetivos e subjetivos dos itinerários e trajetórias. Em suma, trata-se de entender as singularidades e homogeneidades da condição juvenil do ponto de vista dos sujeitos

concretos, fazendo uma imersão em suas experiências sociais (escolares, familiares, laborais) e a partir delas, fazer articulação, no plano do discurso, entre os processos, os tempos, as escolhas e os contextos configuracionais das trajetórias juvenis.

Neste estudo, os itinerários e as trajetórias dos jovens trabalhadores pesquisados foram construídos e analisados a partir de um enfoque qualitativo. Para isso, as estratégias de pesquisas e os instrumentos de coleta de dados possibilitam, mediante dispositivos retrospectivos, compreender os processos e as posições sociais que acompanham os jovens e a inserção no mundo do trabalho. Embora a estrutura analítica desta tese privilegie a utilização de dados qualitativos, isto não significa que concordemos com a falsa oposição entre métodos qualitativos e quantitativos. Na verdade, trata-se de perspectivas metodológicas diferenciadas, capazes de compreender as trajetórias juvenis de determinado ponto de vista, de determinado ângulo, cujas escalas e grau de aproximação da realidade apresentam vantagens e limites a investigação social, a depender dos objetivos e pressupostos teóricos adotados na construção dos dados de pesquisa. Considerando a premissa de que os itinerários e trajetórias juvenis se processam a partir da articulação complexa (estrutura, contextos e ação), a utilização de dados que permita a articulação entre as diversas escalas de análise (macro e micro) enriquece mais ainda a compreensão das intersecções e interdependências sociais existentes nas trajetórias laborais juvenis.

No plano analítico, a utilização de dados quantitativos e qualitativos se complementa, principalmente na construção das mediações teórico-empíricas entre os processos e as configurações sociais (estruturas) dos itinerários sócio-profissionais de jovens trabalhadores. Com isso, escapa-se dos *“fetiches e armadilhas que as informações quantitativas e qualitativas podem levar”* (DRUCK, 2011, p.37), expressos tanto na compreensão do quantitativo como condição *sine qua non* da objetividade (a estatística como única forma de legitimidade do conhecimento da realidade) quanto no tipo de análise que rejeita o caráter homogeneizante e massificante, que converte as relações sociais e os homens a números, a uma simples contagem, e em seu lugar, ressalta os aspectos subjetivos, as singularidades e a agência individual como única alternativa de conhecimento social. Os números não são fotografias da realidade e nem tampouco as falas dos entrevistados ganham sentido por elas mesmas, pois como nos lembra Bourdieu, Chamboderon e Passeron (2004) *“todo fato científico é conquistado, construído e constatado”*, logo, os dados são um artefato produzido em determinadas condições de pesquisa e que exigem a vigilância epistemológica e controle sistemático do pesquisador no próprio fazer-se sociológico.

## 2.4 Considerações parciais

O esforço empreendido neste capítulo concentrou-se num primeiro momento na problematização sociológica da juventude, portadora de um duplo conteúdo heurístico. É uma condição social vivida por sujeitos concretos (os jovens) e ao mesmo tempo, uma categoria explicativa (representação) da realidade social, que assumem feições analíticas e concretas diferenciadas conforme os contextos históricos e configurações socioculturais predominantes nos diversos países ou sociedades nacionais. Embora a sociedade moderna tenha fabricado um “modelo de juventude”, ao qual se associam determinados atributos, papéis e valores, nem sempre foi e nem é vivido da mesma forma pelos sujeitos jovens, evidenciando que é uma condição social que se produz e reproduz a partir de uma materialidade social. Daí porque não se pode desconsiderar o peso das configurações sócio-históricas existentes em cada país e dos dispositivos institucionais que são mobilizados no processo de construção da juventude. A produção sociológica no Brasil e na América Latina sobre esta temática tem demonstrado o quanto a noção de moratória social é insuficiente para compreender a condição juvenil em contextos regionais fortemente marcados por desigualdades e clivagens sociais que se multiplicam entre as diversas situações em que se inscrevem as experiências e trajetórias juvenis. Isso também implica o reconhecimento de que os processos de socialização juvenil, historicamente nos países latino-americanos, se constituíram a partir de um mosaico de socializações, no qual o trabalho é uma agência central de socialização dos sujeitos e condição *sine qua non* da própria vivência da condição juvenil (MADEIRA, 1986; SPOSITO, 2005, 2003; DAYRELL, 2007; ABAD, 2005,2002; MARGULIS, URRESTI, 2008; LONGO, 2011).

Por outro lado, o contexto atual de crises econômicas, pautadas pelos moinhos anárquicos do capital financeiro cujas implicações são expressivas no tecido social nos países europeus (políticas econômicas de austeridade fiscal, aumento da precarização do trabalho e o desemprego), tem posto abaixo as teses sobre o fim do trabalho e indicado a importância do trabalho, ainda que seja pela sua negação (o desemprego), enquanto suporte social privilegiado de inscrição dos indivíduos na estrutura social, que tem efeitos sociais nas trajetórias e transições dos jovens. E são justamente os jovens que têm constituído massivamente a fração da classe trabalhadora precarizada, denominada por alguns autores como o precariado (CASTEL, 2006, 2010; STANDING, 2011), e mediante novas formas de ação coletivas, ainda que embrionárias, lançam mão de estratégias de resistência contra a onda ofensiva de precarização laboral e desemprego que atinge as suas trajetórias e perspectivas de

vida em longo prazo. Portanto, as evidências empíricas indicam que o trabalho é uma categoria chave de compreensão da condição juvenil, bem como as experiências juvenis e seus percursos no mundo do trabalho também revelam a natureza, socialmente construída, e as implicações sociopolíticas e culturais das mutações em curso.

Optamos neste estudo por uma concepção multidimensional da juventude (PEREZ ISLÁS, 2000), focalizada na maneira como os jovens, sujeitos concretos, a partir das suas experiências de trabalho, vivenciam a sua condição juvenil. Consideramos que a problematização sobre as mutações sociais e a condição juvenil contemporânea, a partir das principais contribuições dos estudos sobre a transição dos jovens para a vida adulta, oferecem elementos teóricos e metodológicos interessantes para a compreensão das trajetórias e itinerários juvenis e o lugar que o trabalho ocupa na construção dos percursos e estratégias materiais e simbólicas dos jovens tendo em vista sua emancipação profissional e familiar. Conforme elucidado no corpo deste capítulo, as perspectivas analíticas, aqui discutidas, evidenciam as teias de interdependência entre as transformações do mundo do trabalho e os processos de reconfiguração da condição juvenil contemporânea nos países europeus. Também já indicamos que a *perspectiva analítica dos itinerários biográficos* se mostra bastante útil na construção de um modelo interpretativo dos itinerários dos jovens trabalhadores estudados nesta tese, ainda que tenhamos discordâncias metodológicas.

Agora, compete-nos discutir, no capítulo seguinte, os pressupostos teóricos e empíricos que conferem ao trabalho uma categoria central nas trajetórias e itinerários juvenis. Até aqui, o percurso analítico tomou como partida a condição juvenil e suas mutações, de modo a identificar os processos (sociais, econômicos e culturais) que têm interferido significativamente na vida dos jovens e suas perspectivas futuras, enquanto sujeitos sociais inseridos em determinada estrutura social. O próximo passo é enveredar nas tramas do mundo do trabalho e partir dele, entender como as suas mutações se entrelaçam e (re) definem as experiências e os modos de vidas dos jovens, e assim, lançar mão de pistas investigativas capazes de desvelar o lugar e os sentidos do trabalho para jovens no contexto de precarização, flexibilização e instabilidade laboral existentes nos processos e nas relações de trabalho, no quadro do capitalismo financeiro globalizado.

### **3. O TRABALHO: UMA CATEGORIA CENTRAL NOS ITINERÁRIOS E TRAJETÓRIAS JUVENIS.**

Na década de 1970, num contexto sociopolítico de crise do pacto fordista, quando os sinais de esgotamento da era de ouro do capitalismo fordista e de suas formas de regulação, em especial o Estado de Bem-Estar Social, ganhavam contornos nítidos no tecido social de diversos países desenvolvidos, inúmeras mudanças foram registradas na esfera produtiva (reestruturação sistêmica da gestão e organização do trabalho) e no regime de acumulação do capital (capital flexível). A contra ofensiva do neoliberalismo, enquanto ideologia política e técnica de gestão da esfera pública (Estado), e a perda progressiva dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores assalariados durante esse período (estabilidade no emprego, redução do tempo de trabalho, elevação do nível de vida e acesso a bens e serviços fundamentais) passou a ser a tônica deste período (HARVEY, 1992; BIRH, 1998).

É nesse contexto que surge no debate acadêmico um conjunto de formulações teóricas que identificavam as atitudes dos jovens em relação ao trabalho e sua recusa à disciplina do trabalho fordista como prenúncio da crise da sociedade do trabalho e a perda de sua centralidade nas vidas dos indivíduos.

A tese da alergia dos jovens ao trabalho, obteve grande audiência com a publicação do livro *“Alergie du Travail”* (Alergia do trabalho) de Jean Rousselet, em 1974, tornando-se um clássico sobre o tema, no qual defendia que os jovens rejeitavam a ética tradicional do trabalho, adotando uma relação meramente instrumental, manifestando uma atitude de indiferença e resignação frente às escolhas profissionais, bem como de recusa à ideia de realização profissional através do trabalho. Ao longo dos anos de 1980 e 90, o debate ganhou força e multiplicaram-se os argumentos e perspectivas que problematizaram a relação dos jovens com o trabalho, tentando qualificar o debate e descortinar as confusões teóricas existentes entre o trabalho, enquanto categoria antropológica e dimensão fundante da vida social, e as suas formas históricas, especialmente o trabalho assalariado fordista, que em grande medida favoreceu conclusões apressadas e/ou equívocos analíticos sobre os jovens e o mundo do trabalho (GALLAND, 1984; SANCHIS, 1997; CASTEL, 2010). Estariam os jovens recusando o trabalho ou determinadas formas de trabalho? Haveria uma única atitude dos jovens frente ao trabalho? Há uma relação específica dos jovens com o trabalho? O trabalho é uma categoria central na construção das trajetórias e itinerários juvenis?

Essas são algumas questões presentes no debate contemporâneo que requerem alguns desdobramentos necessários à compreensão deste estudo, e sobre os quais concentraremos o

nosso foco neste capítulo. Para tanto, faz-se necessário situar o debate geral sobre a centralidade e a crise de trabalho, objeto de grande audiência no espaço acadêmico e público nas últimas décadas, com o intuito de oferecer elementos explicativos que possibilitem uma melhor compreensão da relação dos jovens com o trabalho e o lugar que ele ocupa no processo de socialização e de construção dos itinerários e trajetórias juvenis. A estrutura desse capítulo, tal como no capítulo anterior, não apresenta uma discussão específica sobre a temática em foco para a realidade brasileira, que será abordada em profundidade nos capítulos 04 e 05 dessa tese.

### **3.1 O Trabalho: da origem do termo aos nossos dias**

O trabalho é um termo polissêmico, que ao longo dos tempos vem assumindo diferentes significados. Se fizermos um breve retrospecto do ponto de vista da etimologia, do pensamento cristão, da história, da filosofia, da economia, do imaginário social constataremos que o trabalho não tem uma definição universal (SANTOS, 2000). É um termo, uma palavra, um conceito que comporta significações ambíguas, contraditórias, que variam conforme as sociedades e contextos históricos. Desde a antiguidade até os nossos dias, o trabalho é expressão de vida e degradação, de criação e infelicidade, emancipação e alienação, atividade vital e escravidão, martírio e salvação, dever social e realização pessoal, sofrimento e produção útil (ANTUNES, 2009; BAJOIT, 2011).

Hannah Arendt (2009), na sua clássica obra *A condição humana*, ao propor uma distinção entre labor e trabalho, afirma que em todas as línguas europeias, antigas e modernas, há duas palavras etimologicamente diferentes para designar o que, no mundo moderno, significa a mesma atividade, as quais compartilham a peculiaridade de serem usadas como sinônimas. Sendo assim, constata a filósofa e pensadora política alemã: “a língua grega diferencia entre *ponein* e *ergazestahi*, que tem a mesma raiz etimológica, o francês, entre *travailler* e *ouvrer*, o alemão entre *arbeiten* e *werkhen*. Em todos estes casos, só os equivalentes de ‘labor’ têm conotação de dor e atribulação.

De acordo com João Bosco Feitosa dos Santos (2000), etimologicamente, o termo *trabalho* se origina no século XI do latim *tripalium*, para qual havia dois significados: (1) um instrumento de três pés, destinado à tortura e (2) um local onde se colocava os bois para serem ferrados. Segundo Susana Albornoz (1986), *tripalium* era um instrumento de três paus aguçados, às vezes com pontas de ferro, utilizado pelos agricultores para bater, rasgar e esfiapar o trigo, as espigas de milho e outros cereais. Entretanto, o significado que

prevaleceu foi o de tortura. Vale lembrar, a *tripalium* está relacionada com a palavra vulgar *tripalaire*, que significa “torturar”. Outra versão é apresentada por Celso Leite (1994), que aponta como origem do termo a palavra latina *trabaculu*, pertencente a mesma raiz que em português significa trava, travar, cujo significado em latim também se reporta a uma canga que os escravos eram obrigados a usar para trabalhar.

Na tradição judaico-cristã já havia uma imagem negativa de trabalho, na maioria das vezes, associada a castigo, sofrimento, provação. Na Bíblia, no livro do Gênesis<sup>30</sup>, o trabalho aparece pela primeira vez no imaginário cultural como castigo, condenação eterna e prova de arrependimento do pecado original. No Novo Testamento, o apóstolo Paulo já havia elevado o trabalho à categoria de obrigação moral, “quem não trabalha não deve comer!”.

No mundo antigo, o trabalho era considerado como uma atividade indigna, associada à escravidão e mais tarde como castigo divino. Curiosamente na mitologia grega não havia uma divindade para o trabalho, nem tampouco apenas uma palavra que expressasse o significado de trabalho que conhecemos hoje. Existiam três palavras: *pónos* – o labor forçado em contato com a matéria, *ergón* – obra e atividade em geral, e *techné* – o trabalho do artesão. A obra de Hesíodo, *O trabalho e os dias*, é considerada por alguns pesquisadores como texto fundante do entendimento da categoria trabalho (PORDEUS JR, 1993; AMZALAK, 1947 apud SANTOS, 2000). Nessa obra, escrita entre o Séc. VII e VI a.C., Hesíodo, através do mito de Pandora e Prometeu, justifica a importância do trabalho e da justiça. Nela, *pónos* e *érgon* são diferenciados, sendo que *érgon* é tarefa de Eris, deusa da emulação, mas *pónos*, assim como todos os males, é oriundo da caixa de Pandora e foi imposta por Zeus em resposta a traição de Prometeu (ARENDDT, 2009).

No final do século V a. C., Plantão e Aristóteles consideravam que o trabalho era fadiga do corpo, escravidão do espírito, privação do tempo para se dedicar a *polis* (SANTOS, 2000; BAJOIT, 2011, MÉDA, 2007). Na Idade Média, São Tomás de Aquino radicaliza a máxima paulina e eleva o trabalho como ato moral, digno de honra e respeito. Entretanto, a posição ocupada através do trabalho era fundamentada numa divisão gradativa de importância social: oradores (eclesiásticos), defensores (guerreiros) e lavradores (agricultores). Com o advento da Reforma Protestante, Lutero (1483-1546) propõe uma ética do trabalho e dá os primeiros passos em direção a uma concepção ascética da vida religiosa, conferindo ao trabalho um sinal de salvação, caminho celeste, uma vocação. Um pouco depois, Calvino

---

<sup>30</sup> No livro do Gênesis, capítulo II, versículo 19, encontra-se o trecho bíblico que dá origem esta visão negativa do trabalho, no qual está escrito: “Comerás o teu pão com o suor de teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado, porque és pó, e em pó te hás de tornar”.

(1509-1654) maximiza a ascese religiosa e converte definitivamente o trabalho em vocação<sup>31</sup>, contribuindo para o desenvolvimento do espírito do capitalismo, nos termos formulados por Max Weber<sup>32</sup>.

No final do Séc. XVIII e do Séc. XIX, com o advento da Revolução Industrial, o trabalho se seculariza, desvincula-se do discurso religioso, torna-se um fim em si mesmo, converte-se em mercadoria, valor de troca, assume a forma histórica de trabalho assalariado e passa a ocupar um lugar central no sistema de produção de riqueza da sociedade capitalista. Transforma-se em objeto do discurso econômico, ganha centralidade no pensamento econômico clássico, a exemplo de Adam Smith (1776) e a sua teoria do valor-trabalho.

De acordo com Gui Bajoit (2011) ao longo da história das sociedades ocidentais, o trabalho assumiu quatro dimensões diferenciadas, e por conseguinte, com significações específicas que coexistem até os nossos dias, embora haja predominância de uma sobre outra conforme as configurações socioculturais que orientam as condutas dos indivíduos em determinado contexto histórico, numa dada sociedade<sup>33</sup>. Dessa forma, o trabalho assume os seguintes sentidos na cultura ocidental: 1) **trabalho penoso**: um sofrimento, uma tortura física (*tripalium*), um constrangimento, uma punição, um castigo e até mesmo uma expiação (trabalho forçado); 2) **uma produção útil**: a transformação de um objeto ou uma ideia cujo produto é útil à sociedade, que possibilita o progresso humano e o controle sobre o ambiente natural e social; 3) **um dever social**: uma contribuição que responde a uma necessidade social e que é retribuída socialmente pelo reconhecimento de uma competência, de um mérito, por uma recompensa moral e por um salário; 4) e por fim, uma **realização pessoal**: permite a realização de si, de sentir-se orgulhoso, a realização dos dons e talentos, e, portanto, evita que os indivíduos tenham uma vida ociosa, de tédio, de preguiça etc.

---

<sup>31</sup> Sobre o trabalho como vocação afirmava Calvino: “se seguirmos fielmente nosso chamamento divino, receberemos o consolo de saber que não há trabalho insignificante ou nojento que não seja verdadeiramente respeitado e importante ante os olhos de Deus” (CALVINO, 2000, p. 77).

<sup>32</sup> “A avaliação religiosa do instigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como ‘espírito do capitalismo’ (WEBER, 1967, p. 123).

<sup>33</sup> O caráter polissêmico do trabalho além de ser uma questão de debate acadêmico, também encontra pregnância no imaginário social dos trabalhadores que em suas experiências concretas vivenciam as diferentes dimensões do trabalho propostas por Gui Bajoit; pois ... “algumas expressões utilizadas pelo senso comum[...] concebem o trabalho como negação, como sofrimento, por exemplo: *dar trabalho*, no sentido de exigir esforço ou atenção; causar transtorno ou preocupação; *uma coisa trabalhosa*, algo fatigante, difícil, demorado; *trabalhar a cabeça de alguém*, contribuir para mudar o modo de pensar e agir de alguém. De fato, transtorno, preocupação, fadiga e dificuldade, prazer, sofrimento, realização e transformação e independência são palavras utilizadas pelos estudiosos do mundo do trabalho, assim como pelo trabalhador, para denotar este ato de demonstração de utilidade, de aquisição de um estatuto social e de possibilidade de produção e consumo” (BOSCO, 2000, p. 48).



Para o referido autor, o ato de trabalhar combina duas finalidades essenciais que podem assumir duas modalidades diferentes se considerarmos essas quatro dimensões significativas. Por um lado, o trabalho é uma ação para transformar a matéria ou as ideias que sempre implicam um sofrimento (trabalho penoso) e uma realização (produção útil); e por outro, é uma ação para responder a uma necessidade social que produz outro tipo de sofrimento (dever social) e de realização (a realização pessoal). A hipótese sustentada por Bajoit (idem) é que ao longo do desenvolvimento das sociedades ocidentais se observa a construção de modelos culturais do trabalho que legitimaram a apropriação do excedente de trabalho de determinada categoria de indivíduos (a classe produtora/ trabalhadora) por outro grupo (classe dirigente), cuja tarefa é justamente decidir sobre os usos sociais do trabalho. Dessa maneira, em cada modo de produção (escravo, feudal, capitalista, socialista etc.) é necessária uma legitimação do sobretrabalho, de um modelo dominante de trabalho, inscrito num quadro geral do modelo cultural vigente. Essa concepção cultural do trabalho sempre é um desafio para luta de classes, é objeto de disputa, de interpretações conflitantes, uma vez que a classe dirigente elabora e difunde uma ideologia do trabalho que convém aos seus interesses; e a classe trabalhadora que elabora e difunde uma utopia do trabalho como um contra modelo à ideia dominante de trabalho e da sociedade. Portanto, nas sociedades cuja característica central é a produção e a acumulação de riquezas, o sentido cultural do trabalho é dado pela legitimação do uso social do sobretrabalho.

Na sociedade moderna, a concepção de trabalho será modificada radicalmente. Sob a égide de um novo regime de produção – capitalista, haverá um intenso movimento de inovação tecnológica, de crescimento da população e acumulação de riquezas, assim como um novo modelo cultural fundamentado na crença da razão, do progresso, da igualdade, que se difundirão nos países sob ritmos diferenciados, através das revoluções políticas. Paralelamente, ocorre uma legitimação cultural do trabalho que se generaliza, e, aos poucos a equação *tempo=dinheiro=trabalho* se torna hegemônica, o trabalho se converte em fonte de riqueza, objeto de troca, mercadoria como as outras.

A partir de então, a burguesia e o Estado liberal buscam impor a todos a sua concepção de trabalho, ou seja, a ideologia da glorificação do trabalho como produtor de utilidades e dever social. Entretanto, essa concepção encontra resistência de um conjunto de atores políticos, especialmente nos sindicatos e partidos vinculados à classe trabalhadora, que no campo da disputa política apresentam e defendem outras concepções de sociedade e do trabalho, dentre as quais se destaca a corrente romântica que defende o direito dos indivíduos ao trabalho como meio de subsistência; a corrente do socialismo radical, defensora da utopia

do trabalho liberado (da alienação) e de uma sociedade sem classes; e a corrente da social-democracia, preconizadora do ideário de um capitalismo humanizado, do trabalho suportável, com o Estado-Providência (Idem).

Nesse sentido, cabe destacar a importância da concepção de trabalho defendida por Karl Marx (2001) e sua crítica à forma histórica que o trabalho assumiu na modernidade. Na formulação marxiana, o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade humana, fundamento das diversas formas, através das quais os homens produzem a materialidade da vida social, organizam a produção e a distribuição da riqueza social. Confere ao trabalho um duplo conteúdo, ontológico e histórico: é atividade vital da existência humana, necessidade perene para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza, elemento constitutivo do ser social, mas assume formas históricas, e sob a égide da sociedade produtora de mercadorias converte-se em trabalho imposto, alienado, estranhado, compulsório. Portanto, Marx inaugurou uma leitura crítica ao caráter estranhado e des-efetivador do trabalho, e consequentemente, os efeitos deletérios da mercantilização das relações sociais na modernidade. Sendo assim, atribuiu ao trabalho uma função social central na construção de outro modelo de organização societal.

De acordo com Santos (2000), a partir da concepção de Marx sobre o trabalho e suas especificidades históricas assumidas na sociedade capitalista, inaugura-se um longo debate sobre a essência e a autonomia do trabalho que será abordada em perspectivas diferenciadas. Dentre as quais, se destacam uma perspectiva de entendimento do trabalho no sentido restrito de emprego, trabalho assalariado. Submetido à lógica da racionalização econômica do capitalismo, o trabalho não teria como assumir outro sentido, senão o da maximização e eficácia produtiva. No âmbito desta perspectiva há um conjunto de autores que tentam atualizar a discussão de Paul Lafargue (1983) sobre a importância de outros aspectos da vida das pessoas para além do trabalho, e para tanto, irão questionar se o trabalho não seria “um valor em via de desaparecimento” na sociedade contemporânea (HABERMAS,1998; OFFE, 1989; GORZ,2004; MEDÁ,1995; KURZ,1992). Todavia, há uma segunda perspectiva que reúne um conjunto de autores que defendem que o trabalho assalariado não esgota o conceito de trabalho, de modo que não haveria único sentido. Portanto, haveria uma essência antropológica do trabalho, constituída de realização pessoal e contradições com o mundo exterior aos indivíduos, que se alterou conforme os contextos históricos e não assume único sentido. Autores como Antunes (1995), Richard SENNETT (1999); Robert Castel (1998); Christophe Dejours (1987, 1999), Graça Druck (1999, 2000) entre outros, se aproximam mais dessa segunda perspectiva.

Frente a este debate, também concordamos com Santos (2000) quando afirma que os inúmeros estudos e pesquisas realizadas no campo da sociologia do trabalho não nos autorizam a falar em fim do trabalho e nem da perda de sua centralidade na sociabilidade humana. A nossa experiência de pesquisa e a escuta sensível dos jovens trabalhadores, herdeiros das inúmeras transformações no mundo do trabalho, nos credenciam a afirmar que o trabalho é o principal de suporte de inscrição social, dimensão central na estruturação das trajetórias e biografias, dos projetos de vida e aspirações juvenis. Parafrazeando o cantor e compositor Gonzaguinha, diríamos que os jovens carregam “a barra de seu tempo por sobre seus ombros”, e nas contingências de mundo do trabalho reconfigurado, “gritam” e “berram” a dor que têm no peito, pois “um homem se humilha, se castram seu sonho, seu sonho é sua vida, e *vida é trabalho*”. Logo é muito mais do que um valor a ser cultivado, é a própria vida concretizada no tempo e no espaço histórico, síntese da mediação homem e natureza, plataforma do ser social. Decerto, é preciso apreender as mutações do trabalho a partir da sua historicidade no esquadro da formação social do capitalismo e suas configurações específicas no processo de produção e reprodução social, que alteram os seus sentidos socialmente construídos.

### **3.2 Revisitando o debate sobre a crise e o fim do trabalho: Qual trabalho? Qual crise?**

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a problematização sobre a relação dos jovens com o trabalho está fortemente vinculada com o debate mais amplo sobre perda da centralidade do trabalho nas sociedades industriais, produzido por diversas matrizes explicativas das ciências sociais. Dentre elas, se destacaram, notadamente, as formulações teóricas de André Gorz (1993, 2004), que postulava a tese do declínio da relevância do trabalho e da perda de significado da identidade social do trabalho, considerado um dos principais autores a sustentar, face às evidências de mudanças nos processos de transição e inserção (incerteza, transitoriedade dos vínculos, desemprego em massa), que os jovens estariam desenvolvendo uma relação específica com o trabalho, antecipando o fim da centralidade do trabalho e a assunção da condição de exilados do trabalho e da sociedade da plena atividade. Com a publicação do livro Adeus ao proletariado em 1980, no qual defendia categoricamente o “fim do proletariado” e da importância das ações sociopolíticas das forças sociais do trabalho, André Gorz (1982) se consagrou como um dos primeiros a empreender uma dura crítica à sociedade do trabalho. Posteriormente, Klaus Offe (1989) irá defender que

o trabalho havia se tornado subjetivamente periférico, já que se mostrava objetivamente disforme.

Acrescenta-se, ainda, a tese sustentada por Dominique Medá (1995) do trabalho como um valor em via de desaparecimento, que se expressa nas mudanças de orientação dos indivíduos perante o trabalho, observadas nas atitudes das novas gerações, as quais não seriam mobilizadas por uma ética do trabalho, no sentido de dever moral, típico das gerações anteriores, mas como um meio de expressividade das potencialidades de cada indivíduo e de realização pessoal, sendo que uma ética da vida comandaria o trabalho e não o contrário. Estaríamos presenciando, como sugere Bauman (2001), a substituição de uma ética do trabalho por uma estética do consumo, sendo mais importante a gratificação e intensidade das experiências e das ocupações realizadas, do que a mera satisfação e sentimento de “dever cumprido” que possam advir de qualquer tipo de inserção produtiva.

Em contrapartida, nas últimas duas décadas houve uma significativa produção crítica das ciências sociais que rejeitou, teórica e empiricamente, as teses e diagnósticos sobre o fim da sociedade do trabalho e da classe trabalhadora. Trata-se de uma vasta literatura sociológica que, apesar da heterogeneidade de suas perspectivas teóricas e analíticas, indica que não há evidências de que estaríamos vivendo numa nova configuração societal, em que o trabalho não ocupa um lugar estruturante na organização da vida social. Mas ao contrário, o trabalho se apresenta como questão social central, que se expressa na pauta política protagonizada pelas frações da classe trabalhadora, em diversos contextos nacionais, que vivem no cotidiano as consequências sociopolíticas das reconfigurações das relações de trabalho e os dilemas materiais e simbólicos da construção das trajetórias e expectativas de vida quando o acesso ao principal mecanismo social de construção das biografias se encontra totalmente ou parcialmente bloqueado. Ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, reforça-se intensamente o valor moral do trabalho e o estigma de quem não trabalha, como um inválido e inútil socialmente, ressurgindo a figura emblemática do vagabundo ou dos trabalhadores sem trabalho, expressão cunhada por Hannah Arendt para descrever a condição dos indivíduos privados de trabalho e por isso também privados da principal atividade de realização humana. Como constata a autora, “certamente nada poderia ser pior” (ARENDR, 2009, p. 13).

### **3.2.1 Uma leitura marxista: “Adeus ao trabalho ou heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho e da “classe-que-vive-do-trabalho”?”**

No âmbito desta produção crítica merece destaque a contribuição de um conjunto de autores marxistas que irão problematizar os fundamentos ontológicos e históricos da chamada crise da sociedade do trabalho, a exemplo das obras de István Mészáros (2002), Alain Bihr (1998), David Harvey (1992). No Brasil, as formulações teóricas de Ricardo Antunes tornaram-se referência clássica no debate da sociologia do trabalho nacional, principalmente com a publicação do livro *Adeus ao Trabalho?* em 1995. Nessa obra, o referido autor apresenta um conjunto de argumentos (teses) que elucidam as imprecisões e equívocos existentes neste debate, aprofundadas em publicações posteriores, especialmente em *Os sentidos do trabalho* (1998) e *O caracol e sua concha* (2005). Antunes sustenta a tese de que as tendências em curso no mundo do trabalho, de uma maior intelectualização do trabalho (especialmente o trabalho fabril) ou incremento de trabalho qualificado; uma redução quantitativa do proletariado tradicional; uma desqualificação ou subproletarização da força de trabalho, cada vez mais precarizada, inserida em trabalhos em tempo parcial, subcontratados, por contrato determinado etc., são transformações que não permitem concluir que há uma perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias, tal como sugere a visão eurocêntrica da crise do valor trabalho.

Fundamentada na teoria marxiana do duplo valor do trabalho, a formulação teórica de Antunes considera que embora seja possível atestar a existência de uma redução quantitativa do trabalho vivo, com fortes impactos subjetivos, o trabalho abstrato ainda cumpre uma função decisiva no processo de valorização do capital. As mercadorias produzidas no sistema capitalista ainda são resultados da atividade que provém da interação dos homens com os meios de produção, ou seja, o trabalho humano. A redução do fator subjetivo no processo de trabalho em detrimento do aumento dos seus fatores objetivos (nos termos de Marx: aumento do capital constante em relação ao capital variável) não elimina o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca, de modo que a redução do tempo físico do trabalho no processo produtivo, do trabalho manual e ampliação do trabalho intelectualizado não nega a lei do valor, se consideramos a totalidade social do trabalho, a capacidade do trabalho socialmente combinado.

A problematização da crise da sociedade do trabalho à luz da teoria marxiana requer a distinção entre *trabalho concreto e abstrato*<sup>34</sup>. Para Marx o trabalho assume um duplo conteúdo, é por um lado dispêndio de força de trabalho, física e mental, que existe no mercado independente das formas concretas que assume na sociedade capitalista, e nesta condição compartilha da mesma qualidade, é trabalho humano abstrato, criador de valor de troca. Por outro lado, o trabalho tem um caráter útil, produz coisas socialmente necessárias e úteis para produção e reprodução da materialidade social dos homens, é elemento mediador entre os homens e a natureza, e nesta dimensão é trabalho concreto que produz valores de uso<sup>35</sup>. Uma das especificidades da sociedade capitalista é que se trata de um sistema produtor de mercadorias que se reproduz com base na apropriação, expropriação e exploração do trabalho humano, convertida na forma de mercadoria. Aliás, a única capaz de agregar mais valor ao processo de reprodução do capital. No universo da sociedade produtora de mercadoria, o objetivo principal é a criação de valores de troca, de tal forma que o valor de uso das coisas está subordinado ao seu valor de troca. Só tem algum valor enquanto condição necessária para o processo de valorização do capital, ou seja, a dimensão concreta do trabalho também está inteiramente subordinada à sua dimensão abstrata. Portanto, se a força de trabalho humana não acrescenta valor ao processo de produção do capital, deixa de ser útil, torna-se descartável e substituível pelo trabalho morto, objetivado nas máquinas, assim como pela massa de trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva.

De acordo com Antunes, é necessário qualificar o conteúdo da crise da sociedade do trabalho. É uma crise do trabalho abstrato? É uma crise de sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio do homem e da natureza? Se a crise é do trabalho abstrato, há de se fazer uma diferenciação importante, geralmente negligenciada na maioria das análises, pois a questão central é saber se “...a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias?” (ANTUNES, 1995, p. 77). Caso a resposta seja positiva, a crise da sociedade do trabalho abstrato pode ser entendida, em termos marxianos, como redução do trabalho vivo em detrimento da ampliação do trabalho morto.

---

<sup>34</sup> Segundo Marx (2001,p.68)“ todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma, especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valor-de-uso”.

<sup>35</sup> “... O trabalho, como criador de valor de uso, como valor útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que seja as formas de sociedade –, é necessidade natural e, portanto, de manter a vida humana”(MARX, 2001, p.64-65).

Nesse sentido, três vertentes explicativas ganham destaque na explicação da crise: uma que considera que o trabalho vivo não desempenha um papel importante no processo de criação dos valores de troca, e uma segunda que critica a sociedade do trabalho porque assume a forma de trabalho estranhado, fetichizado, e portanto, desefetivador e desvalorizador da atividade humana autônoma, configurando-se como uma crítica e recusa ao culto do trabalho assalariado; e por fim, uma terceira variante que nega o caráter capitalista da sociedade contemporânea e o papel central do trabalho, tanto na qualidade de abstrato, pois não seria mais decisivo na criação dos valores de troca, quanto na condição de trabalho concreto, já que não ocupa um lugar central na estruturação de um mundo emancipado e de uma vida cheia de sentido. Por essa ótica, independente da caracterização que possa ser atribuída à sociedade contemporânea (sociedade dos serviços, pós-industrial, pós-capitalista etc.), essa seria cada vez menos regida pela lógica do capital e cada vez mais movida por regras e relações de civilidade pautadas pela cidadania, reconhecimento e justiça social, relações menos mercantis e mais contratualistas, pela busca de relações de alteridade entre os sujeitos sociais e por valores pós-econômicos. (HABERMAS, 1998; OFFE, 1989; GORZ, 1993).

Sem a devida distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto, as análises que decretam o “fim do trabalho” cometem um forte equívoco analítico, uma vez que tratam de maneira unívoca um fenômeno que tem uma dupla dimensão. Amparado na interpretação de Agnes Heller (1977) sobre o duplo sentido do trabalho na obra de Marx, Ricardo Antunes argumenta que o trabalho deve ser apreendido como execução de um trabalho que é parte da vida cotidiana e como uma atividade de trabalho, como objetivação diretamente do ser humano genérico. As palavras inglesas “work” e “labour”<sup>36</sup> são utilizadas por Marx para caracterizar a dupla dimensão do trabalho, sendo que o “work” se efetiva enquanto trabalho concreto, criador de valores socialmente úteis, e “labour” representa a execução cotidiana do trabalho, e converte-se na sociedade capitalista em trabalho alienado. É a desconsideração dessa dupla dimensão do trabalho que permite que a crise da sociedade do trabalho abstrato seja interpretada como crise da sociedade do trabalho concreto. Se for possível conceber a eliminação da sociedade do trabalho abstrato, produtor de mercadorias, ontologicamente é totalmente distinto pensar no fim do trabalho como atividade útil, atividade fundante,

---

<sup>36</sup> A nota de rodapé n. 16 da 18ª edição, do livro “O Capital”, apresenta um trecho da nota de rodapé da 4ª edição em que Marx explica as vantagens do uso destes dois termos no inglês, que na tradução para o português está descrito da seguinte maneira: “A língua inglesa tem a vantagem de possuir duas palavras distintas para designar esses dois aspectos diferentes do trabalho. O trabalho que gera valores-de-uso e se determina quantitativamente chama-se ‘work’, distinguindo-se, assim, de ‘labour’, o trabalho que cria valor e que só pode ser avaliado qualitativamente” (MARX, 2001, p. 68).

plataforma da atividade humana. Portanto, “*entendido como ‘work’, como criador de coisas úteis, como auto-atividade humana, o trabalho tem um estatuto ontológico central na práxis social*” (ANTUNES, 1995, p. 83). Os críticos da sociedade do trabalho ao “constatarem empiricamente a perda de relevância do trabalho abstrato na sociedade moderna, e no seu lugar a ascensão de uma sociedade pós-industrial, de serviços, do conhecimento, deduzem e generalizam a partir dessa constatação, o fim da utopia de uma sociedade do trabalho em sentido amplo e genérico.

Entretanto, ainda que se possa constatar que as transformações históricas ocorridas ao longo do século XX no processo produtivo, nas relações e processos de trabalho, tiveram como consequência central o processo de *heterogeneização, complexificação e fragmentação* da classe-que-vive-do-trabalho, isso não significa a sua extinção ou um adeus ao trabalho. Mas pelo contrário, um novo desafio se impõe aos estudos sociológicos do trabalho: compreender a nova morfologia do trabalho, seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo e suas múltiplas transversalidades (trabalho material e material, trabalho produtivo e improdutivo, nova divisão sexual do trabalho, novas gerações, crise ambiental etc.) após as diversas mutações existentes na divisão sócio-técnica do trabalho e na divisão internacional do trabalho no contexto de mundialização do capital (ANTUNES, 2009, 2005). A tese dos críticos do fim do trabalho, calcada empiricamente em uma visão eurocêntrica do trabalho, não se sustenta quando se constata que 2/3 dos homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho estão localizados no Terceiro Mundo, na Ásia, Oriente Médio, África e América Latina. Embora tenha sofrido transformações significativas, o trabalho não se tornou uma mera virtualidade e nem tampouco deixou de ser uma mercadoria especial e necessária para o capital, cuja lógica destrutiva, inerente ao sistema capitalista, se expressa de forma cabal na velocidade em que se transforma grande parte da força de trabalho mundial, em mercadoria descartável e supérflua, seja na condição de precarizados ou de desempregados. Sob a égide da mundialização do capital, um conjunto de palavras que condensam processos, relações e práticas sociais do trabalho passaram a compor o dicionário do mundo do trabalho, tais como flexibilização, empresa enxuta, reengenharia, reestruturação, desregulamentação, polivalência etc., que impuseram enormes consequências para a classe-que-vive-do-trabalho.

De acordo com Antunes (2005), as mesmas podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- 1) Uma crescente redução do proletariado fabril estável, típico do período taylorista/fordista, em decorrência da reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico de produção, características típicas do toyotismo;
- 2) um enorme aumento do novo e precário proletariado, seja no trabalho fabril e no setor de serviços, composto por terceirizados,



subcontratos, part-time, que inicialmente eram ocupados por trabalhadores imigrantes e hoje atingem trabalhadores especializados e qualificados; 3) um aumento significativo dos assalariados médios e do setor de serviços; 4) há uma exclusão dos jovens e velhos no mercado de trabalho; 5) inclusão precoce e criminosa de crianças, principalmente em países em industrialização intermediária, como é o caso dos países asiáticos e latino-americanos; 6) uma feminização da força de trabalho em diversos países, cujas formas de integração no mercado de trabalho tem se dado, preferencialmente, no trabalho part-time, precarizado e desregulamentado, em situações e condições degradantes, além de uma enorme desigualdade social em relação aos homens, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho, remuneração e dos direitos trabalhistas; 7) expansão do trabalho no chamado Terceiro Setor, em grande parte por causa da retração do trabalho industrial e no setor de serviços, que se apresenta como uma ocupação alternativa, capitaneada por empresas de perfil comunitário, cujas ações são classificadas como assistencialistas, sem fins lucrativos ou relativamente à margem do mercado. Cumprem um papel funcional na incorporação de parcela dos trabalhadores desempregados, que foram expulsos dos seus empregos; 8) adiciona-se a estas mudanças o crescimento do trabalho em domicílio em virtude da desconcentração do processo produtivo e expansão das pequenas unidades de produção; 9) e por fim, no contexto atual de transnacionalização do capitalismo e do seu sistema produtivo, as conexões e relações de interdependência local, regional, nacional e global se intensificam na cadeia produtiva, tornando-se cada vez internacionalizada, que por sua vez, impõe novos desafios para a organização política dos trabalhadores, pois se estabelece uma nova configuração do sistema global de produção, que opera no tempo e no espaço, num processo contínuo de mobilidade territorial do capital, fazendo emergir ou desaparecer novas regiões industriais.

Na perspectiva de Ricardo Antunes, a questão central do debate sobre a crise do trabalho é justamente compreender a nova morfologia do trabalho, que tem como característica visível a sua configuração multifacetada. Para além das velhas e novas clivagens existentes entre trabalhadores estáveis e precarizados, mulheres e homens, jovens e velhos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, rurais e urbanos e tantas outras existentes nas diversas geográficas (local, regional, nacional e internacional), também se agravam os processos estratificação, fragmentação do trabalho e desmonte dos direitos sociais do trabalho face às mutações em curso em decorrência da crescente internacionalização do capital.

Se nas últimas décadas do século XX prevaleceu uma visão eurocêntrica do fim do trabalho, o trabalho renasce das cinzas e se transforma novamente em umas das questões

centrais na contemporaneidade, exigindo a compreensão da nova morfologia do trabalho” e das formas de resistências e ações coletivas da classe trabalhadora neste início do século XXI. Para tanto, a compreensão deste novo desenho do trabalho implica a construção de uma noção ampliada da classe-que-vive-do-trabalho, caracterizada por Antunes (2009) nos seguintes termos:

Essa nova morfologia compreende desde os operários industrial e rural clássicos, em relativo processo de encolhimento (que é desigual quando se comparam os casos do Norte e do Sul), até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários em processo de ampliação. Já a nova morfologia pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade toyotizada, das novas modalidades de trabalho, das quais são exemplos as trabalhadoras de telemarketing e call center, os motoboys que morrem nas ruas e avenidas, os digitadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, os assalariados do fast-food, os trabalhadores jovens dos hipermercados etc. Esses contingentes são partes constitutivas daquelas forças sociais do trabalho que Ursula Huws (2003) sugestivamente denominou cibertariado: o novo proletariado da era da cibernética que vivencia um trabalho (quase) virtual num mundo (muito) real, para glosar o sugestivo título do livro em que ela discorre sobre as novas configurações do trabalho na era digital, informática e telemática, novos trabalhadores e trabalhadoras que oscilam entre a enorme heterogeneidade (de gênero, etnia, geração, espaço, nacionalidade, qualificação etc.) de sua forma de ser e a impulsão tendencial para uma forte homogeneização resultante da condição precarizada de seus distintos trabalho (ANTUNES, 2009, p. 257-258).

Este novo desenho configuracional da classe trabalhadora aponta que o debate e a problematização da crise do trabalho, argumento com o qual concordamos, devem ser repensados em outros termos pela sociologia do trabalho. A questão central é desvendar e entender a tessitura complexa do trabalho nos dias atuais, a partir da relação dialética entre heterogeneidade dos trabalhadores e a precarização como a homogeneização *sui generis* dos distintos trabalhos<sup>37</sup>. Uma compreensão sociológica das interconectividades e transversalidades que (re)coloca o trabalho como questão central da atualidade exige também do campo de investigação a problematização do debate sob prisma das novas gerações de trabalhadores, isto é, os jovens trabalhadores, que constituem uma fração importante da classe trabalhadora precarizada, cujas experiências concretas de trabalho são expressivas das mudanças em curso, bem como do duplo sentido da centralidade do trabalho na práxis humana.

---

<sup>37</sup> A dissertação de mestrado de Barreto (2005) oferece elementos analíticos a partir da sua pesquisa empírica com trabalhadores informais e desempregados na cidade de Salvador, que são ilustrativos do fenômeno da precarização como condição de homogeneização da heterogeneidade de experiências e situações de trabalhos realizadas por uma parcela da força de trabalho sem-emprego e proteção social, no sentido do emprego fordista.

Entendemos que as novas gerações de trabalhadores vivem de forma completamente diferenciada a degradação do trabalho num quadro de reestruturação intensiva da esfera produtiva, orquestrada pelos gestores orgânicos do capital flexível, que reforça o caráter estranhado e alienado do trabalho sob a égide do capital. Ao passo que também expressa as contradições das relações de classes, pois no conjunto das manifestações, revoltas e novas formas de resistências inventadas contra a progressiva degradação e deterioração do trabalho, dos direitos e das condições de vida de trabalhadores em diversos países do Norte e Sul, os jovens trabalhadores, desempregados ou em empregos precários, foram/são atores políticos importantes. De certo modo, isso aponta para o fato de que os jovens trabalhadores vivem no cotidiano a negação e afirmação do trabalho, a perenidade e superfluidade do trabalho, para utilizarmos a sugestiva formulação de Antunes (2009). Em tempos de intensa precarização estrutural, surgem ecos de rebeldia das novas e velhas gerações de trabalhadores nos diversos países, do chamado Primeiro Mundo como do Terceiro Mundo, contra a ofensiva do capital global, dos agentes do Estado e agências financeiras multilaterais (Banco Mundial, FMI e outros), que através das reformas e ajustes econômicos e fiscais buscam solucionar a crise financeira dos capitais em detrimento da redução e perda de direitos sociais do trabalho, historicamente conquistados pela classe trabalhadora, aumentando vertiginosamente as fileiras do exército de trabalhadores precarizados e desempregados sem perspectivas de futuro.

Longe de qualquer sentença declaratória do fim do trabalho, o que urge na pauta da reflexão sociológica e política é a compreensão das implicações das complexas e intensas transformações do mundo do trabalho para os trabalhadores e suas conexões com as dimensões que perpassam a vida dos sujeitos no e para além do trabalho. E nesse aspecto, os jovens têm muito a dizer sobre o novo e precário mundo do trabalho (ALVES, 2000), uma vez que se trata de uma nova geração de trabalhadores, que já se insere no mundo laboral totalmente marcado pelo signo da crise do trabalho assalariado, na sua forma histórica do emprego fordista, vigente durante o período dos Trinta Gloriosos. É no bojo da crise do emprego fordista que a inserção dos jovens, e conseqüentemente, a relação como trabalho, aparece como problema social, objeto de intervenção das políticas públicas e de investigação sociológica (ALVES, 2007).

Em síntese, o equívoco nodal do debate geral sobre a crise do trabalho, que também se expressa no debate sobre a relação dos jovens com o trabalho, diz respeito à confusão, teórica e empírica, entre trabalho, enquanto categoria antropológica central da estruturação da vida humana, e a sua forma histórica na sociedade moderna, o trabalho assalariado, fundamento estrutural da sociedade produtora de mercadorias, que se configurou hegemonicamente a

partir da regulação salarial do período fordista, como uma relação salarial social protegida que assegurava aos trabalhadores a construção de uma identidade social (ainda que estranhada!) e de reconhecimento, a partir da posição social ocupada na divisão social do trabalho.

### **3.2.2 Uma leitura contratualista: crise da sociedade salarial e a centralidade do trabalho como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social**

No âmbito da produção crítica sobre o fim/centralidade da sociedade do trabalho, há um conjunto de contribuições sociológicas que não se situam no campo marxista, embora compartilhem, até certo ponto, de determinados argumentos, diagnósticos e tenham entre si pontos convergentes, as quais oferecem elementos analíticos que possibilitam um entendimento ampliado deste debate. As formulações de Robert Castel (1998, 2010), sociólogo francês, sobre a crise da sociedade salarial é um exemplo disso, na medida em que propõe uma compreensão diferenciada sobre a crise da centralidade do trabalho.

Em sua obra recente, *“La montée des incertitudes : Travail, protections, statut de l'individu”*, publicada em 2009 e traduzida para espanhol em 2010<sup>38</sup>, o referido autor busca aprofundar e atualizar o debate sobre a crise da sociedade salarial entre o período de 1995 e 2005<sup>39</sup>. Dentre as diversas questões abordadas nessa obra, Robert Castel retoma o debate sobre a centralidade do trabalho com o intuito de descortinar e se contrapor ao terreno nebuloso das representações apocalíptica” sobre o futuro do trabalho presentes na literatura sociológica e opinião pública, atendo-se especialmente à realidade da sociedade francesa. Sua posição teórica se situa, como já havíamos mencionado, na defesa da tese de que o trabalho ainda cumpre uma função integradora, ocupa um lugar central na estruturação da sociedade moderna. Para tanto, a sua construção argumentativa parte da premissa de que tal debate só faz sentido histórico-analítico, a partir de uma reflexão crítica sobre a estruturação e o devir da sociedade salarial<sup>40</sup>. Entendida como um tipo de formação social onde o trabalho, na forma

<sup>38</sup> Este livro foi publicado com o título *“El ascenso de las incertidumbres : trabajo, protecciones, estatuto del individuo”*, pela editora Fondo de Cultura Económica, em Buenos Aires, Argentina.

<sup>39</sup> O livro reúne uma coletânea de artigos, publicados durante este período, atualizados pelo autor na pós-data no final dos respectivos capítulos.

<sup>40</sup> Para Robert Castel (1998) a sociedade salarial é compreendida como uma formação social do capitalismo, na qual o estatuto de assalariado se torna hegemonicamente o mecanismo de integração, de classificação e desclassificação dos indivíduos na estrutura social, não se restringindo apenas a sua inserção na esfera produtiva. A sociedade salarial se efetiva historicamente a partir do momento em que as prerrogativas relacionadas ao trabalho assalariado, enquanto um princípio integrador do social, tenha a capacidade de cobrir os riscos sociais para além dos trabalhadores e suas famílias, mas também os não-assalariados e a quase totalidade dos inativos.

de emprego assalariado, ocupou um lugar hegemônico, se configurando como uma condição social estável que associava ao trabalho garantias e direitos sociais.

Nas últimas três décadas, o que se observa é a degradação do tipo de regulações organizadas a partir do trabalho socialmente protegido e a erosão do pacto de solidariedade, que possibilitou a coesão do social, certo equilíbrio entre o econômico e social, que criou as condições necessárias para produzir as riquezas e proteger aqueles que as produzem. É inegável que há um processo de fragilização da condição salarial, mas isso significa o fim do seu fundamento? Isso significa o fim do trabalho? Para Castel há duas possibilidades de enfrentamento dessas interrogações, tanto no plano teórico quanto no plano político. Se o tipo de pacto social vigente durante o período áureo da sociedade salarial se encontra na atualidade em deteriorização, isso não significa a sua obsolescência, pois os desafios sociais fundamentais ainda seguem em torno do trabalho, de sua organização e de sua possibilidade de manter ou restaurar o seu papel de grande integrador. Todavia, se considerarmos que o regime de emprego salarial foi apenas um parêntese na história do capitalismo e da sociedade moderna, o debate sobre a crise do trabalho remete para a construção de uma nova organização social que pode surgir a partir das fissuras da sociedade salarial. Para tanto seria necessário admitir o fim do trabalho, pelos menos em termos do fim da organização do trabalho na forma de trabalho assalariado, e buscar novos fundamentos para manter a perenidade do laço social.

A posição teórica de Castel se situa no campo da primeira hipótese, de modo que a sua problematização sobre o fim do trabalho implica necessariamente a construção de um diagnóstico sobre o estado atual da sociedade salarial. Esse diagnóstico tem como premissa básica a evidência histórica *da deteriorização* da sociedade salarial, ou seja, a sua estrutura se mantém ainda que o sistema de regulação da proteção e dos direitos vinculados ao emprego se enfraqueça. Desde o final dos anos de 1970, estaria em curso um processo de desmantelamento completo da sociedade salarial que se caracterizaria pela assunção de novos riscos que torna *aleatória e insegura* a relação com o trabalho, tendo o desemprego em massa e a precarização das relações de trabalho, que se agravaram no último decênio, como as manifestações da desestabilização profunda das regulações da sociedade salarial.

Aos poucos, o equilíbrio entre o social e a economia se inclina em direção aos imperativos da rentabilidade econômica e do culto da empresa como única fonte de riqueza social. Ao passo que os direitos e as proteções do trabalho se transformam, aos “olhos” do pensamento neoliberal, em verdadeiros obstáculos para competitividade na ordem econômica globalizada. A palavra de ordem, frente à hegemonia do capital financeiro internacional que

ataca frontalmente os regimes de proteção do trabalho construídos nos marcos dos Estados-Nação, passa a ser flexibilizar as relações de trabalho, os processos produtivos, a legislação social e os direitos do trabalho em nome da redução dos custos do trabalho e da maximização dos lucros e da eficácia produtiva.

Por sua vez, as transformações tecnológicas também têm efeitos significativos sobre a condição salarial, envolvendo desde a substituição do trabalho humano por máquinas mais produtivas, poupadoras de empregos, mudanças na natureza e o conteúdo do trabalho dado ao incremento de novas tecnologias nos processos de trabalho, bem como o aumento do trabalho virtual, possibilitado pelas novas tecnologias de informação, que permitiram a desterritorialização das tarefas para fora do espaço da empresa, o uso de trabalhadores autônomos conforme o surgimento de demandas, garantindo uma flexibilização máxima da produção e da força de trabalho. Emerge também desse processo a figura do prestador de serviço que negocia, ele mesmo, por conta e risco suas condições de trabalho em substituição a imagem do trabalhador assalariado inscrito em um sistema de regulações coletivas.

O que se constata é um conjunto de indicadores que comprova uma desconexão crescente dos sistemas de garantias mínimas relacionadas ao trabalho na sociedade salarial. De acordo com Castel (2010), o Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento (SMIC) se configura como um verdadeiro passaporte para a sociedade salarial na França, uma vez que associa um salário mínimo e a participação nos direitos coletivos de trabalho. No entanto, o diagnóstico que se tem é de uma nova configuração da sociedade salarial, marcada por uma expansão progressiva de assalariados abaixo do SMIC, em situações de subemprego e subprotegidos, destino quase sempre certo para as mulheres e os jovens, que geralmente também alternam com maior frequência as situações de empregos precários e períodos de desemprego, e aventuram a sorte no mercado de trabalho secundário, totalmente desvinculado dos sistemas de garantias do salariado fordista. Portanto, essa nova configuração atinge diretamente o coração da sociedade salarial.

O futuro do trabalho assalariado no sistema de normas que regulava se vê assim profundamente debilitado: redução massiva de efetivos conduzidos ao desemprego e destruição definitiva de empregos que muitas vezes eram aparentemente estáveis, como do setor industrial, ou bancário; desenvolvimento igualmente massivo da precariedade, o subemprego e os baixos salários que multiplicam as situações em que o trabalho já não pode assumir a função integradora que tinha na sociedade salarial, e, ao fim e ao cabo, a instalação nas margens da nossa sociedade de uma categoria de pessoas que denominei de “supranumerários”, isto é, que não parece já estar destinados a um lugar na sociedade, pelos menos se este lugar passar pela obtenção de um trabalho que responda aos critérios do emprego assalariado clássico. (CASTEL, 2010, p. 81) (Tradução livre).

Esse quadro atual da sociedade salarial fomentará as explicações do seu desmoronamento e o fim do trabalho, terreno fértil para uma vasta literatura sociológica e opinião pública, cujas comprovações do diagnóstico da *deteriorização* serão utilizadas para atestar o seu colapso, pois o trabalho, na sua forma de emprego assalariado, perderia a sua razão social, e já não poderia ser pensado como um vetor principal de integração. De acordo com Castel, muitas das reflexões sobre a transformação da sociedade salarial são exageradas e constroem uma representação apocalíptica da situação atual, articuladas a partir de um duplo discurso, entre si conectado, sobre o horror econômico<sup>41</sup> e o fim do trabalho que não se confirma quando se analisa empiricamente a sociedade salarial. Em sua totalidade, os dados e indicadores sobre a população ativa revelam que o trabalho, especialmente o trabalho assalariado, continua a ocupar um lugar central na estrutura social. No caso específico da França, as estatísticas existentes indicam que a proporção dos assalariados da população no final dos anos de 1990 (86%) permanece a mesma dos anos 60, período de apogeu da sociedade salarial.

Do ponto de vista das relações de trabalho também é questionável afirmar que o tempo de trabalho e a inversão no trabalho diminuíram substancialmente. Mesmo que se considere que os novos empregos são a rigor em ocupações precárias, a tempo parcial, que há um processo de destruição de empregos em tempo integral, a tendência tem sido a proliferação dos subempregos, e nem tampouco a escalada do desemprego foi capaz de suprimir as horas extras. Em linhas gerais, observa-se uma intensificação do e no trabalho, uma vez que as novas formas de emprego exigem cada vez uma maior mobilização dos trabalhadores em relação ao emprego fordista. Sem falar que as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de descanso, espaço de trabalho e espaço doméstico tornam-se fluidas com o advento das novas formas de trabalho em domicílio possibilitadas pelas novas tecnologias. Além disso, o discurso empresarial moderno exige uma disponibilidade permanente para empresa e uma adesão total aos seus valores e princípios. É preciso vestir e suar a camisa e assumir as suas metas como se fosse algo inerente à individualidade e subjetividade de cada indivíduo.

A implicação excessiva e o sofrimento no trabalho são dois aspectos centrais da relação com o trabalho. É consenso nas pesquisas recentes da sociologia do trabalho que a intensidade das pressões que se exercem sobre os trabalhadores dentro e fora do trabalho é um processo que atinge as mais diferentes categorias profissionais em escala global. Os trabalhadores são conclamados a se envolverem de corpo e alma e a mobilizarem um conjunto

---

<sup>41</sup> Título do livro de Viviane Forrester (1997), que se tornou um best-seller nos anos de 1990 na França.

de recursos (objetivos e subjetivos) a serviços da empresa; são impelidos a se qualificarem e se adaptarem às novas tecnologias, a serem competitivos e se anteciparem as mudanças nas empresas; e o medo do desemprego ou da perda do trabalho acentua ainda mais essas pressões e reacende a preocupação com o trabalho num contexto que o tempo livre é, paradoxalmente, cada vez menos livre. Portanto, as diversas formas de pressões exercidas sobre trabalhadores têm aumentado o sofrimento do conjunto dos trabalhadores e das formas de alienação, que se expressam nas situações patológicas da organização do trabalho. Essas experiências vividas no plano concreto e cotidiano em que se encerram as relações de trabalho sinalizam que a perda da centralidade do trabalho não passa de um antípoda da realidade, pois: “*o trabalho sempre está presente na vida cotidiana da gente, antes de tudo por expressar os sofrimentos e as preocupações cotidianas que pode suscitar*” (CASTEL, 2010, p. 86) (Tradução livre).

A premência da importância do trabalho torna-se mais eloquente quando os indivíduos vivem a sua ausência de trabalho na forma de desocupação, ou seja, do desemprego. No plano das aparências, a desocupação seria por excelência uma situação de total distanciamento do trabalho, mas as experiências dos solicitantes de emprego demonstram justamente o contrário, a importância do trabalho não é tanto sentida quanto na sua falta. Os estudos sobre o desemprego têm contribuído decisivamente para entender que a centralidade do trabalho torna-se mais inteligível quando analisada a partir das experiências de não-trabalho.

O conjunto de transformações cristalizado na sociedade salarial permite concluir que é um erro, do ponto de vista empírico e político, afirmar o fim do salariado. Como também, do ponto de vista da relação com o trabalho, a tese da perda da centralidade do trabalho encerra em si mesma uma confusão analítica que “... assimila o fato de que o emprego perdeu sua consistência ao juízo de valor de que haveria perdido sua *importância*” (idem). Na verdade, a grande transformação é que há muitos assalariados precários, assalariados que vivem sob ameaça constante do desemprego e desestabilizados em relação ao trabalho. E é justamente a relação com o trabalho que mudou profundamente, pois a incerteza e a insegurança tornaram regras do devir, tornando imprevisível o futuro.

De acordo com Castel, nos anos 2000, as referências sobre o fim do trabalho desapareceram completamente do debate público. O que se observa é uma extraordinária valorização do trabalho combinada com estigmatização de todos aqueles que não trabalham. Sobre os desempregados paira a ideia de que são desempregados voluntários, e sobre os quais irão se multiplicar as formas de controle e a pressão para que aceitem qualquer trabalho. Assim como os assistidos pelo Estado são acusados de parasitas que vivem à custa daqueles que querem trabalhar. Essas concepções que se reproduzem no discurso político e popular da



sociedade francesa estão profundamente afinadas com as características da conjuntura econômica atual, pois o novo capitalismo não está em condições de assegurar o pleno emprego, no sentido clássico da sociedade salarial. No seu lugar, surge uma nova configuração sistêmica que se assenta na ideia de uma sociedade da plena atividade, que não opera no registro do pleno emprego, caracterizada por três componentes básicos:

Em primeiro lugar, há não-emprego<sup>42</sup> e subemprego, vale dizer, uma escassez de lugar disponíveis no mercado de trabalho suscetível de satisfazer uma demanda completa de pleno de emprego. Em segundo lugar, há uma sobrevalorização do trabalho que o converte em um imperativo categórico, a exigência absoluta de trabalhar para ser socialmente aceito. Em terceiro lugar, e de maneira correlativa, há uma estigmatização do não trabalho assimilado ao ócio culpável, a figura tradicional do “mal pobre” que vive à custa da gente de bem (os que trabalham, que estão bem e que tem bens) (CASTEL, 2010, p.92) (Tradução livre e grifos nossos)

Esses três aspectos da conjuntura econômica atual alimentam uma política de retorno à plena atividade, contudo sem assegurar o retorno do emprego relativamente seguro e durável, amparado no direito do trabalho e com acesso a proteção social. Há uma valorização moral do trabalho, uma necessidade imperiosa de que todos trabalhem. Entretanto, isso não significa que todos podem gozar das prerrogativas do emprego socialmente protegido. A consequência visível desse processo é o retorno do trabalhador pobre na paisagem social. Se no passado o estatuto do emprego havia livrado a grande maioria dos trabalhadores da pobreza, paradoxalmente no presente já não dispõe das mesmas prerrogativas e se assiste ao retorno da figura do trabalhador pobre. A lógica da produção das situações de trabalho degradado tem como fundamento ideológico a premissa de que “se é absolutamente necessário trabalhar, é absolutamente melhor estar trabalhando do que ficar fora dele”, de modo que é muito mais interessante ser um trabalhador pobre, do que ser mal pobre, ao menos tem o mérito de trabalhar, ainda que seja em situações e condições de trabalho degradantes, sem se tornar uma parasita social ou inútil socialmente.

Além disso, essa conjuntura é marcada por uma situação de déficits de lugares no mercado de trabalho e por uma pressão político-moral, caracterizada pela sobrevalorização do trabalho. Em outros termos, significa que as pessoas devem trabalhar a qualquer preço, independente do estatuto do emprego. A regra passa ser a precarização do trabalho e

---

<sup>42</sup> Vejamos a definição de não-emprego proposta por Castel (2010, p 92): “Falo de ‘não-emprego’ mais que de ‘desocupação’, porque a concepção da desocupação implica que os ‘solicitantes de emprego’ esperam que se restabeleça um equilíbrio entre a oferta e a demanda do emprego. Se a demanda se prolonga e se torna massiva, se fala de ‘crise’ de mercado de trabalho sem questionar essa complementaridade ideal entre oferta e demanda. Não obstante, seria possível que, mais que desocupação assim entendida, haja não emprego, no sentido de que haveria solicitantes que não seriam capazes de encontrar um emprego no mercado de trabalho. Salvo que se mude a definição do que é um emprego, e me parece que não é isso que está acontecendo.”

consequentemente da vida, fazendo emergir neste cenário a figura do trabalhador híbrido, fruto da conjugação entre trabalho e assistencialismo, ou para utilizarmos a expressão de Castel, da institucionalização da precarização assistida. Isso ocorre porque o trabalho já não mais garante os recursos necessários para assegurar a reprodução social do trabalhador e de sua família, de modo que o trabalho, fundamento central da sociedade salarial, se reconfigura e ganha novas formas históricas, completamente deterioradas. As respostas e alternativas encontradas pelo novo regime do capitalismo para a escassez de empregos em nada garantem o retorno de emprego clássico, caminha no sentido oposto, da plena atividade, do trabalho destituído de direitos e garantias sociais.

Esse cenário, longe de ser um caminho sem volta, sem saída, do último grito, do fim da sociedade salarial, fortalece mais ainda a defesa do valor do trabalho. É uma prova cabal de que ainda não se encontrou uma alternativa consistente, capaz de assegurar a independência econômica e o reconhecimento social do indivíduo na sociedade moderna. Contudo as recentes tendências de transformação das condições do emprego demonstram que há trabalhos e trabalhos. Logo não se trata da defesa teórica e política de qualquer trabalho, mas qual trabalho?

Não é a incondicionalidade do valor trabalho que se deve defender, sim a importância essencial das condições graças as quais o trabalho pode constituir o suporte positivo da identidade dos indivíduos através dos recursos econômicos e os direitos sociais que ele proporciona... A instigação para se trabalhar em quaisquer condições tem mais a ver com a chantagem moral que com essa exigência de conservar o trabalho no seu lugar insubstituível de fundamento da integração social. (CASTEL, 2010, p. 95) (Tradução livre).

Portanto, podemos inferir dessa leitura crítica de Robert Castel que o trabalho permanece como referência central, não só em sua dimensão econômica, mas também no que se refere ao seu universo psicológico, cultural e simbólico, um fato social totalizante que pode ser percebido e constatado quando se analisam as experiências e trajetórias laborais e de vida dos trabalhadores, as quais corporificaram as mudanças com o trabalho, seja daqueles que sofrem as pressões da cultura do trabalho aleatório e precário, bem como, daqueles que vivenciam o drama do desemprego, do não-trabalho.

### **3.3. Os jovens e a relação com o trabalho**

O quadro analítico sobre a crise da sociedade do trabalho, esboçado na seção anterior a partir das duas leituras diferenciadas e complementares sobre a problemática em questão,

apresenta alguns desdobramentos teórico-analíticos quando se intenta apreender a questão social do trabalho e suas mutações na atualidade (nova morfologia do trabalho, deteriorização da sociedade salarial etc.) a partir das experiências de trabalho dos jovens, das novas gerações de trabalhadores. A relação que os jovens estabelecem com o trabalho tem se configurado como um campo de estudos estratégico de compreensão da sociedade do trabalho seja como ângulo privilegiado de investigação da realidade empírica ou como ferramenta metodológica de apreensão das transformações em curso.

No âmbito geral da discussão sobre a centralidade do trabalho na contemporaneidade, as experiências laborais dos jovens são tematizadas sob diversos enfoques para elucidar, comprovar e/ou atestar as evidências históricas de transformação cultural do trabalho e o seu possível descentramento na sociedade pós-industrial. Nesse caso, o argumento central é que as atitudes dos jovens seriam expressão visível das metamorfoses de sentidos do trabalho na atualidade, seus itinerários e experiências no tempo presente condensariam o futuro da sociedade do trabalho. Por outro, questiona-se a validade empírica e teórica desse argumento e defende-se que o trabalho ainda é suporte social central nas trajetórias juvenis, ainda que se constate a existência de uma relação heterogênea e diferenciada dos jovens com o trabalho conforme a origem social, capital escolar e familiar, e a insurgência de uma nova cultura do trabalho do aleatório e incerto, na qual estão inscritas em grande medida as experiências laborais juvenis.

Desde final dos anos de 1970, há uma série de estudos e pesquisas, produzidos sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, que problematizam a relação dos jovens com o mundo do trabalho a partir de matizes explicativos, nas quais as formas de apreensão nem sempre tinham a questão em foco (a relação com o trabalho) como objeto direto de investigação, mas aparece como um desdobramento teórico e prático da problemática da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A constatação empírica de que as transformações ocorridas no mundo do trabalho afetaram especialmente os jovens põe na pauta dos estudos sociológicos do trabalho e da juventude um leque de problemas sociológicos articulados em torno da centralidade do trabalho na vida dos jovens e sua importância não só como mecanismo de integração na vida ativa, no sentido econômico do termo, mas como dimensão significativa no processo de socialização e construção das identidades e trajetórias juvenis. A força heurística dessa questão se concentra na sua capacidade de descerramento dos enigmas e mutações do mundo do trabalho.

Contudo, constata-se que a relação dos jovens com o mundo do trabalho aparece muitas vezes apenas como expressão fenomênica da crise do trabalho ou de uma nova cultura do trabalho, mas o desafio é articular as relações de interdependências e interconectividades entre jovens e o mundo do trabalho. Posto de outra forma: jovens e mundo do trabalho são categorias dialógicas e interdependentes, de tal forma que as mudanças do mundo do trabalho interferem e estão imbricadas nas trajetórias e itinerários juvenis, ao mesmo tempo em que as experiências e os sentidos atribuídos na relação com o trabalho cristalizam as tessituras e envergaduras do mundo do trabalho revirado e reconfigurado na atualidade.

A nosso ver, a gênese e a evolução desse debate indicam que as teses e explicações sociológicas que buscam identificar na relação dos jovens com o trabalho, indícios da crise da sociedade do trabalho, operam numa lógica que desvincula as atitudes e valores dos jovens das condições objetivas de sua efetivação, ou seja, diferentemente das explicações que problematizam a questão do lado da oferta no mercado de trabalho, a ênfase central é nas atitudes e valores dos jovens que anunciam o último avatar da sociedade salarial, o declínio do trabalho como vetor de integração social. Alguns estudiosos consideram que a tese da alergia dos jovens ao trabalho, que obteve grande audiência com a publicação do livro *Alergie du Travail* de Jean Rousselet, em 1974, seria um texto clássico sobre o tema, no qual o referido autor defendia que os jovens rejeitavam a ética tradicional do trabalho, adotando uma relação meramente instrumental, manifestando uma atitude de indiferença e resignação frente às escolhas profissionais, bem como de recusa à ideia de realização profissional através do trabalho (SANCHIS, 1997).

Ao longo dos anos de 1980 e 90, o debate ganhou força e multiplicaram-se os argumentos e perspectivas que problematizaram a relação dos jovens com o trabalho, tentando qualificar o debate e descortinar as confusões teóricas existentes entre o trabalho, enquanto categoria antropológica e dimensão fundante da vida social, e as suas formas históricas, especialmente o trabalho assalariado fordista, que em grande medida favoreceu conclusões apressadas e/ou equívocos analíticos sobre os jovens e o mundo do trabalho (GALLAND, 1984; SANCHIS, 1997; CASTEL, 2010). Por outro lado, nos anos 2000 observa-se um recuo, acompanhado de uma revisão teórica das teses sobre a perda da centralidade e o lugar do trabalho na vida dos jovens. Se até então, o trabalho era um valor em via de desaparecimento, agora, passa-se a adotar uma perspectiva relativizadora da relação dos jovens com o trabalho com forte influência da perspectiva weberiana. Os estudos recentes desenvolvidos por Dominique Medá e outros (2010, 2011), se enquadram muito bem nesta perspectiva.

Do nosso ponto de vista, trata-se de questões cujas respostas exigem da investigação sociológica um olhar cuidadoso sobre a complexidade das situações de trabalhos em que os sujeitos jovens estabelecem com o trabalho, cujas possibilidades explicativas se afastam completamente das interpretações ideológicas e apocalípticas do fim do valor do trabalho, pois o conteúdo e sentido do trabalho não se alteram em sua profundidade, permanecem estruturantes da vida social (CASTEL, 2010). Dessa forma, as atitudes e os valores dos jovens em relação ao trabalho não se desvinculam das transformações objetivas em curso no mundo do trabalho nas últimas décadas, o que implica necessariamente a compreensão do lugar que os jovens ocupam no mercado e na organização do trabalho nos dias atuais, ou seja, trata-se de desvelar as articulações complexas entre juventude e trabalho, ou se preferirmos, das formas de integração das novas gerações ao mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, há um conjunto de estudos produzidos, que servem como parâmetros reflexivos sobre a relação dos jovens com o trabalho. Dentre esses, destacam-se as contribuições de Enric Sanchis (1997). A partir de uma ampla revisão da literatura espanhola, francesa e italiana sobre o tema, na década de 1980, ele defende que a afirmação de que os jovens rejeitam o trabalho e, por conseguinte, que o mecanismo de socialização através do trabalho se rompeu é essencialmente falsa. Se o trabalho perdeu sua centralidade e passou a ser considerado apenas em seus aspectos instrumentais (um meio para atingir outros fins), a questão se torna mais complexa ainda, porque os dados empíricos e as diversas linhas interpretativas não são convergentes a este respeito. Para além dos discursos moralistas e ideologicamente comprometidos, as análises sobre as atitudes e valores dos jovens sempre tiveram dificuldades metodológicas no que se refere a com que ou quem compará-los (“Com os jovens da geração anterior? Com os contemporâneos? Com um ‘antes’ idílico no qual havia consciência profissional, esperança na promoção, amor ao trabalho e satisfação na obra feita?”) (SANCHIS, 1997, p.162). Além disso, também constatou certa naturalização e homogeneização da condição juvenil, como se houvesse apenas uma única atitude dos jovens frente ao mundo do trabalho, ou seja, uma rejeição generalizada ao trabalho.

Essa crítica também é formulada em termos similares por José Machado Pais, no início dos anos de 1990. Ao analisar as teses vigentes, comumente utilizadas para explicar os problemas associados à inserção dos jovens, o sociólogo português considera que há um abuso de generalização nas teses<sup>43</sup> que analisam a transição dos jovens para o mercado de

---

<sup>43</sup> De acordo com José Pais Machado (1991) duas teses predominavam nos início dos anos de 1990 para explicar o problema da inserção juvenil: a tese da inadequação da escola ao mercado de trabalho e a tese da alergia dos

trabalho e sua relação com o trabalho, uma vez que tomam os jovens como um todo homogêneo e desconsideram as situações de classe, de gênero, etnia etc. que se entrelaçam à condição juvenil, e por isso, sua perspectiva analítica adota a tese das reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego (PAIS, 1991).

De certa forma, há que se questionar até que ponto o conteúdo da “recusa ao trabalho” atribuído como uma singularidade dos jovens, também não é compartilhado pelos adultos, se considerarmos que todas as gerações de trabalhadores estão subordinadas ao trabalho estranhado do regime de produção capitalista, embora apresentem diferentes aspirações conforme sua situação no mercado de trabalho (debutantes” X “veteranos). Por outro lado, também se questiona a afirmação sobre o caráter instrumental do trabalho, entendido como uma atitude e comportamento juvenil em decorrência das transformações e dificuldades de inserção laboral, uma vez que sob a égide da produção capitalista o trabalho se transforma em instrumento de acumulação de riqueza para o capital, e um meio de ganhar a vida para os trabalhadores. De acordo com Sanchis, tanto jovens quanto adultos desenvolvem uma atitude racional em relação do trabalho, de modo que haveria uma tendência de que o trabalho enquanto valor cederia lugar para o trabalho como meio para atingir outras coisas, hipótese bastante explorada pela perspectiva teórica da individualização das relações sociais, todavia, não haveria evidências de recusa ao trabalho.

Decerto, os jovens se deparam com o mundo trabalho reestruturado e suas trajetórias trazem as marcas do processo de desqualificação social do trabalho, o que não significa em absoluto a recusa ao trabalho, mas sinais de desafeição com a organização do trabalho taylorista-fordista, que também não deixam de ser do conjunto dos trabalhadores. Para além do discurso generalista da recusa dos jovens ao trabalho, o que se constata não é a contestação de uma ética do trabalho, mas o surgimento de novas modalidades de inserção sócio-profissional e de entrada na vida adulta, caracterizadas pelo prolongamento da condição juvenil, incerteza, precariedade e indeterminação crescentes, que determinam um conjunto de atitudes e reações diversas dos jovens frente ao trabalho.

Segundo Pais (1991) não é de se estranhar que os jovens que parecem recusar com certa recorrência a ética do trabalho tradicional sejam os jovens desempregados ou jovens trabalhadores precários oriundos da classe média e detentores de um diploma escolar (ensino secundário) sem valor no mercado de trabalho. Vítimas do processo de desqualificação social, decorrente do processo de ruptura do ciclo virtuoso entre educação e trabalho, vivem o drama

---

jovens ao trabalho, as quais operavam com grandes generalizações e desconsideravam a heterogeneidade das situações juvenis em relação ao emprego, trabalho e desemprego.

da dissociação entre as aspirações suscitadas com o prolongamento escolar e as dificuldades de concretização no mercado de trabalho, que exige deles o desenvolvimento de estratégias de diferenciação no processo de transição para vida adulta, que nem sempre são exitosas. Além disso, a própria recusa ao trabalho também se configura como mecanismo psicológico de defesa diante da escassez, quantitativa e qualitativa, de empregos no quadro de “crise” da sociedade salarial (SANCHIS, 1997), que encontra ressonância no plano das representações, construções simbólicas e da subjetividade juvenil, ainda que no plano concreto os jovens estejam confrontados com condições de trabalho degradado e precário.

As atitudes e os sentidos atribuídos pelos jovens ao trabalho não podem ser compreendidos fora dos contextos que os tornam possíveis, principalmente se entendemos que a juventude e trabalho são categorias socialmente construídas. Conforme já salientamos, as transformações globais ocorridas na organização e gestão do trabalho no capitalismo globalizado e flexível provocaram mudanças radicais nas relações e condições de trabalho, nas trajetórias sócio-profissionais e nas perspectivas ao longo prazo dos trabalhadores, sobretudo para os jovens. Nas últimas duas décadas, pouca audiência será dada à ideia de recusa ao trabalho, contudo novas interrogações sobre a relação dos jovens com o trabalho aparecem no debate acadêmico e político. Diante da constatação de que a inserção dos jovens no mundo do trabalho se caracteriza por uma relação cada vez mais precária, aleatória e incerta, não estariam os jovens na vanguarda do novo e precário mundo do trabalho? Sua relação com o trabalho não seria o prenúncio do futuro da sociedade do trabalho? Qual seja: a generalização da precariedade como norma da sociedade salarial e a estabilidade e a proteção social como estado de exceção? Ademais, os jovens estariam completamente envolvidos com a ideologia do trabalho flexível e incorporando um novo ethos do trabalho? Do novo espírito do capitalismo<sup>44</sup>? A nosso ver, estas questões traduzem e indicam que o debate contemporâneo sobre a relação dos jovens com o trabalho está relacionado com a intensificação das transformações do mundo trabalho em escala global no limiar do século XXI.

Também se interroga até que ponto pode tal questão ser explicada apenas por viés geracional, ou melhor, a idade (coorte geracional) é uma variável determinante das disposições ocupacionais e da relação que se estabelece com o trabalho? Se trata de uma especificidade da cultura (ou subcultura) juvenil no mundo globalizado, fluído, pós-moderno? Ou na verdade, a mudança de comportamento estaria relacionada com as mudanças ocorridas

---

<sup>44</sup> Para uma melhor compreensão do conceito de novo espírito do capitalismo, ver Boltanski e Chiapello (2009).

no próprio processo de transição juvenil para a vida adulta, especialmente aquelas referentes às transformações nas condições de escolarização e do mercado de trabalho?

De acordo com Castel (2010), à primeira vista poderia se afirmar que os jovens têm uma relação específica com o trabalho, principalmente se considerarmos que: por um lado, as transformações ocorridas no mundo do trabalho no último quartel do século XX atingiram principalmente os jovens, e de forma mais intensa aqueles que ocupam o primeiro emprego ou estão à procura de algum; e por outro lado, os jovens estão pouco socializados com o mundo do trabalho, sendo, portanto, normal que suas atitudes sejam diferentes em relação às gerações de trabalhadores mais velhas, diferença que se torna mais explícita quando se analisa a vivência do desemprego ou da inatividade forçada. Tal situação é vivida de maneira diferenciada para um desempregado que durante certo período (dez, vinte anos ou mais) esteve ocupado num trabalho fabril e um jovem que nunca trabalhou ou apenas se ocupou de trabalhos episódicos e irregulares. Sem dúvida, os jovens são os primeiros a experimentar as profundas transformações do mundo do trabalho, que se caracterizam essencialmente por relações cada vez mais aleatórias no trabalho. Entretanto, a questão é saber se relações mais aleatórias no trabalho implicam sumariamente relações mais distanciadas, desapegadas do trabalho.

Em geral, as evidências empíricas da situação juvenil no mundo do trabalho em mutação são interpretadas pelos críticos da sociedade do trabalho como sinal visível de uma transformação cultural do trabalho, da qual os jovens seriam a expressão cabal da perda de centralidade do trabalho. Todavia, Castel considera que não é possível estabelecer uma correlação automática entre relações mais problemáticas com o trabalho e relações mais desapegadas do trabalho, como se fossem sinônimas. As atitudes dos jovens e suas diferenciações em relação às gerações precedentes se inscrevem no quadro geral das mudanças que afetaram o trabalho e a relação com o trabalho no último quartel do século XX, cuja característica central é o processo crescente de precarização que se instaura no mundo do trabalho.

As implicações desse processo são significativas para os jovens, mas não só para jovens e nem todos jovens, no que diz respeito às trajetórias profissionais e as possibilidades de torná-las efetivas, a rigor marcadas pelo selo da incerteza. Em escala global, a precarização do trabalho é vivenciada desigualmente pelas diferentes gerações de trabalhadores, sendo que os jovens são um dos segmentos do mercado de trabalho que está mais exposto ao fenômeno do desemprego e às situações de emprego precário, assim como aos fluxos intermitentes entre desemprego, emprego precário e inatividade. As estatísticas do trabalho indicam que na escala



das assimetrias da precarização do trabalho, os jovens se encontram em desvantagem quando comparados com os trabalhadores adultos. As taxa de desemprego expressa muito bem essa situação. Segundo dados da OIT, em 2011 havia 195,9 milhões de desempregados no mundo, dentre os quais 74,5 milhões eram jovens de 15 a 24 anos, sendo que a taxa mundial de desemprego juvenil (12,7%) era mais que o dobro da registrada para os trabalhadores adultos (4,7%).

De acordo com Castel (2010), a variável idade propriamente dita não é uma categoria explicativa capaz de dar conta das disparidades ocupacionais e assimetrias da precarização do trabalho, pois os jovens representam na maioria das vezes os recém-chegados ao mercado de trabalho. Com as mudanças no regime de trabalho provocadas pelas políticas empresarias em busca da flexibilidade se impõe uma nova dinâmica, de modo que a variável idade oculta uma determinação mais profunda que está relacionada com transformações estruturais do mercado de trabalho, ou seja, na condição de recém-chegados ao mercado, os jovens estão subsumidos às novas políticas empresariais de gestão da mão de obra. Sendo assim, os jovens que dispõem de menor capital escolar são os mais afetados e vulneráveis aos principais riscos do mercado do trabalho.

O fato de ser jovem, dado geracional, corre o risco de se traduzir na desgraça de ser socialmente inempregável. Mais que ser jovem, o verdadeiro impedimento... é ser um recém chegado ao mercado de trabalho, ainda que essas duas qualificações com muita frequência estejam associadas. Pois o que fundamentalmente está nas entrelinhas é a maior ou menor probabilidade objetiva de ocupar os segmentos mais frágeis e mais expostos do mercado de trabalho, e a categoria idade intervém... sobretudo porque numa grande medida determina esta probabilidade. (CASTEL, 2010, p. 114) (Tradução livre).

Dessa forma, os jovens ocupam uma posição específica em relação ao trabalho, a qual só pode ser compreendida se levarmos em consideração as transformações gerais da organização do trabalho. Se tomarmos como parâmetro analítico o debate sobre a crise do trabalho, conforme foi discutido no item anterior deste capítulo (nova morfologia do trabalho e de deteriorização da sociedade salarial), o sentido geral dessas transformações põe em questão a ideia de uma carreira profissional estruturada e unificada a longo prazo a partir do paradigma do emprego socialmente protegido, que tem implicações profundas para os itinerários e trajetórias sócio-profissionais juvenis, engendradas, nesse cenário, sob novas formas de socialização no trabalho, marcadas pelo signo da aleatoriedade e da incerteza.

Nos termos propostos por Ulrich Beck (2010), a despadronização do trabalho, aspecto nodal e sintetizador da degradação da sociedade salarial, implica necessariamente a

desconstrução do modelo biográfico padrão, de tal forma que os itinerários profissionais assumem um caráter cada vez mais caótico, e sobre o indivíduo recairia todo peso e responsabilidade pela construção de sua existência profissional, uma vez que estariam liberados das regulamentações objetivas e permanentes. Dessa forma, a partir das desregulamentações que afetaram o mundo do trabalho, o indivíduo, portador de uma biografia auto-reflexiva, ocupa um lugar central na nova cultura do trabalho flexível e despadronizado. Liberado das regulamentações e das proteções sociais, ele é capaz de incorporar o espírito da empresa e maximizar as suas potencialidades, assumindo o papel de ganhador. Este indivíduo é uma construção ideológica e necessária ao funcionamento do capitalismo flexível, na medida em que os valores da empresa são incorporados enquanto ethos pessoal, portanto, a organização e gestão do trabalho buscam alcançar continuamente o envolvimento e engajamento dos indivíduos aos interesses das empresas e seus fundamentos. Na visão de Castel (2010), esta noção é bastante questionável, salvo que se tenha uma concepção a-histórica e substancialista de um indivíduo *a priori* dotado de plenos poderes, não é qualquer indivíduo que se orienta dessa maneira na vida cotidiana. O peso dos determinantes sociológicos, tais como a origem social, herança cultural, a educação, o nível de qualificação, os diversos tipos de capitais, no sentido da teoria de Bourdieu, não pode ser desconsiderado, caso contrário a própria noção de indivíduo perde sua força heurística. Portanto, conclui o sociólogo francês:

Para os indivíduos que necessitam de suportes objetivos para existir positivamente como indivíduos, o modelo biográfico corre o risco de se tornar um pesadelo biográfico... e o futuro não pode ser elaborado sob a forma de um projeto estável e nem dar origem a implicações duradouras (CASTEL, 2010, p. 115) (Tradução livre).

No caso específico dos jovens, esta situação se torna mais incômoda, pois ao não encontrarem suportes sociais necessários que assegurem a transição sócio-profissional e a emancipação plena, os itinerários juvenis são percorridos e reinventados a cada instante, a cada momento sem perspectivas efetivas de domínio sobre o futuro. Na condição de recém-chegados ao mercado de trabalho, os itinerários sócio-profissionais juvenis se configuram como os primeiros passos de tantos outros que irão acontecer ao longo do ciclo de vida dos jovens trabalhadores, porém determinantes para a construção das trajetórias de vida dos indivíduos no tempo futuro. É sobre este aspecto que as consequências da despadronização do trabalho são vividas de forma diferenciada pelos jovens, uma vez que a lógica de individualização dos riscos se impõe como regra constitutiva do presente, de modo que as trajetórias profissionais sempre resultam do esforço, do empenho individual de cada jovem,

que, se deseja alcançar “algum lugar” no mercado de trabalho, agora destituído de regulações objetivas, deve estar disposto a viver o tempo presente, viver o dia, sem se preocupar com o amanhã.

Se é verdade que os jovens se inserem no mundo do trabalho completamente transformado, cujas situações de trabalho estão menos inscritas nas regulações e proteções do emprego clássico, de igual modo também estão presentes nos setores onde ocorreram as transformações mais profundas e onde se experimentaram as mudanças mais “inovadoras” no ambiente de trabalho, logo, é possível inferir que os jovens representam uma ponta do *iceberg* do processo de transformação do trabalho que afeta o conjunto da sociedade. A prevalência de trajetórias individualizadas entre os jovens, bem como de atitudes “individualistas” em suas relações no e do trabalho, significa que eles foram profundamente afetados pelos processos objetivos de desregulação e fragmentação da ação coletiva em curso na organização do trabalho em geral (CASTEL, *idem*). Dessa forma, a individualização das trajetórias sócio-profissionais está associada às novas formas de constrangimento e controle existentes na organização do trabalho. Assim, as trajetórias e atitudes dos jovens frente ao trabalho na atualidade indicam a permanência de determinantes estruturais que continuam a moldar as trajetórias, biografias e atitudes dos indivíduos no mundo do trabalho. Nesse aspecto, é importante destacar que as contribuições de Robert Castel também compartilham das mesmas preocupações teóricas de Furlong e Cartmel (1997), Casal e outros (2011) no que refere ao papel dos determinantes sociais na estruturação das trajetórias sócio-profissionais dos jovens num contexto atual.

É incontestável que as transformações estruturais da sociedade do trabalho implicaram mudanças significativas nas atitudes em relação ao emprego, dado o processo de deteriorização do trabalho socialmente protegido desde os anos de 1970. Contudo, isso não significou a perda da importância do trabalho na vida das pessoas e na estruturação do tecido social. Particularmente, o caso dos jovens é bastante ilustrativo da inconsistência das teses sobre o fim do trabalho. O que se constata a partir de inúmeras pesquisas realizadas no âmbito das ciências sociais, tanto países do Sul quanto do Norte, é que o trabalho permanece uma categoria central, porém as relações que se mantêm com ele se tornaram mais problemáticas, principalmente quando as possibilidades de encontrar um emprego e de fazer uma carreira estruturada se tornaram mais difíceis e incertas. O que se verifica é a existência de uma diversidade de atitudes dos jovens no trabalho e frente ao trabalho. (CASTEL, 2010; SANCHIS, 1997; PAIS, 1990; BAJOIT, FRANSSEN, 1997; NICOLE-DRANCOURT; ROULLEAU-BERGER, 2001; GUIMARÃES, 2005).

No âmbito da produção sociológica contemporânea há diversos estudos amparados em surveys e pesquisas de opinião, de cunho quantitativo, e estudos de casos, de caráter qualitativo, que buscam entender a relação dos jovens frente ao trabalho a partir da sua ordem de importância (o lugar) em relação a outras dimensões da vida e/ou agências de socialização (família, escola, religião etc.). Para tanto, a questão orientadora diz respeito à construção de uma tipologia dos sentidos do trabalho que possibilite a compreensão da diversidade de situações em que os jovens estão vinculados no mundo do trabalho, que contribuem para uma heterogeneidade de atitudes, comportamentos e expectativas que tornam a relação com o trabalho mais problemática, mas em absoluto isto nos permite atestar que o trabalho é um valor em extinção. Por outro lado, também merecem destaque as contribuições dos estudos da sociologia do trabalho que abordam as transformações de atitudes dos jovens do ponto de vista inter-geracional, atendo-se às diferenciações existentes entre as gerações nas situações concretas de trabalho em que estão inseridos.

### **3.3.1. A relação com o trabalho do ponto de vista geracional.**

As singularidades das atitudes dos jovens no trabalho se tornam expressivas quando analisadas a partir das diferenças de gerações nas relações de trabalho. Geralmente a sociologia do trabalho tem privilegiado como objeto de análise das transformações do trabalho a empresa e a organização produtiva, os postos de trabalho, “o momento” do trabalho, as mudanças técnicas e os seus efeitos sobre as relações de trabalho, as relações de poder nos processos de trabalho, e de certa forma, separa o que acontece no espaço do trabalho do que está fora dele, e trata de forma isolada as trajetórias e os percursos seguidos pelos trabalhadores, que por sua vez remetem às origens sociais, aos modos de vida dos indivíduos.

Contudo, as mutações do trabalho estão correlacionadas com outras dimensões da realidade social, e por isso, a compreensão das diferenças de atitudes no trabalho entre as gerações deve ser apreendida a partir das relações estreitas entre transformações do trabalho e transformações no sistema escolar, tal como sugere o estudo pioneiro de Stéphane Beaud e Michel Pialoux (2009) sobre a condição operária, a partir de uma investigação na fábrica matriz da montadora francesa Peugeot, na tradicional região operária de Montbéliard na França.

Nesse caso, os autores indicam que o processo de reestruturação produtiva resultou numa nova configuração industrial, caracterizada por homogeneização social e profissional dos assalariados, que põs em questão a cultura do trabalho, típica do período fordista, e os

seus mecanismos de transmissão e de herança operária, os quais foram completamente modificados. Nas fábricas reestruturadas, cada vez mais especializadas, há uma intensificação da ruptura entre as gerações, ao mesmo tempo em que se adota uma triagem seletiva que possibilita afastar os trabalhadores não empregáveis ou incômodos, herdeiros de uma cultura do trabalho fordista e que ousa falar em sindicatos, daqueles suscetíveis a se curvarem às exigências das empresas.

Os novos critérios para contratar os jovens operários estão fundamentados, técnica e politicamente, na lógica da flexibilidade, que incluem no seu cabedal a competência, a adaptabilidade”, a reatividade e o potencial. Os jovens operários seriam essenciais no processo de desconstrução e reconstrução da nova condição operária, pois, pertencentes a uma geração formada pela e na escola, suas experiências formativas e profissionais se diferenciam das gerações anteriores, forjadas no regime de trabalho fordista, apresentando uma relativa cumplicidade ou afinidade com objetivos e interesses implícitos das práticas de gestão empresarial. Passa-se a valorizar o corpo flexível, de modo que as atitudes jovens se adequariam mais facilmente à modernização empresarial. Em nome da flexibilidade, as empresas da Peugeot incorporam aos seus quadros contingentes de jovens temporários que coexistem, no mesmo espaço de trabalho, com os velhos operários especializados profundamente arraigados em princípios tradicionais do trabalho operário.

As relações entre estes grupos estão fundadas num desconhecimento recíproco entre ambos, num desprezo cruzado, de tal forma que os jovens tendem a desvalorizar os velhos operários especializados, que mantêm uma cultura do trabalho pautada na solidariedade do grupo, na oposição às chefias imediatas e em práticas cotidianas de resistência ao ritmo de trabalho. Por sua vez, os jovens temporários tendem a demonstrar interesse pelo trabalho na esperança de se converterem num empregado fixo, e por isso, a mobilização para e no trabalho visa desconstruir os rótulos e preconceitos que recebem quando entram na fábrica (os temporários não estão nem aí). Fundamentados na ideia do jovem operário cooperativo (oposto à ideia do velho operário combatível) buscam demonstrar que são capazes de ser modernos e eficazes, sempre disponíveis e colaborativos. Dessa forma, se distanciam (cultura, social e intelectualmente) dos “velhos” operários, quer seja no interior das fábricas, na escola, na relação com a autoridade, com o corpo ou com a política. Sem dúvida, a oposição entre velhos e jovens operários repousa fundamentalmente em modos diferentes de inserção profissional, diretamente relacionados com as transformações do mercado de trabalho nas últimas décadas, como também em modos diferenciados de politização da condição operária. A experiência de precariedade e as sucessivas situações de empregos temporários vivenciadas

pelos jovens nas cadeias de produção, ao lado dos velhos operários, contribuem para produzir uma espécie de impotência social sobre os seus próprios destinos.

Uma das características de sua condição é o estreitamento de seu horizonte, o encerramento na vida do dia-a-dia, provocado por seu status de “não pessoa social” (de “não adulto” também): sem emprego estável, portanto sem residência própria e sem possibilidade de obter empréstimos (para comprar um carro, um moto, por exemplo,) daí certa forma de dessocialização (BEAUD; PIALOUX, 2009, p. 252).

Os jovens em situação de trabalho precário se encontram diretamente confrontados com a dominação econômica, e não dispõem de ferramentas simbólicas que possibilitem se reconhecerem efetivamente enquanto membros de uma comunidade de destinos, de um grupo socialmente constituído, de uma classe. Diferente dos velhos operários, não possuem palavras coletivas que possam exprimir as angústias e aflições da dominação no trabalho, não se reconhecem no vocabulário sindical, pois à margem dos partidos e dos sindicatos estão condenados à revolta individual, aos combates solitários. Por isso, uma das formas de sofrimento social é justamente a ausência de representação na cena pública. E nisso, repousa uma diferença fundamental entre velhos e jovens na relação com o trabalho, que se expressa diretamente na maneira como ambos pensam a sua condição (BEAUD; PIALOUX, 2009).

Para o grupo dos velhos operários (os *established*), a relação com o trabalho, mesmo num contexto da fábrica reconfigurada, está diretamente relacionada com a defesa da honra social de um grupo que lutou para preservar conquistas (simbólicas e materiais) que lhes custaram muito caro. Por sua vez, os jovens temporários estão em busca da sua dignidade social, a qual passa em primeiro lugar pelo fim da sucessão de trabalhos precários (temporário, contrato determinado), que não implica uma atitude combativa na fábrica. Diante do fechamento do horizonte profissional, da consciência do custo moral do fracasso escolar frente às respostas obtidas na busca de emprego, haveria uma assimilação das hierarquias sociais e das sanções da sociedade, expressas na adesão à lógica da empresa. Aos olhos dos velhos operários, os jovens não poderiam ser considerados como operários, a convivência com os mesmos no espaço de trabalho tornava explícito o fosso existente entre as gerações operárias. Isto se tornava mais dramático ainda, quando este questionamento vinha do interior da própria condição operária, isto é, dos seus próprios filhos. Para os velhos operários era a tomada de consciência de que não poderiam transmitir o seu saber e a sua experiência política, “o fio das gerações operárias na fábrica havia se rompido”.

Nesse sentido, a investigação de Stéphane Beaud e Michel Pialox mostra que a diferença de atitudes, segundo gerações, se torna mais significativa quando analisada para

além das situações de trabalho, a partir dos espaços de socializações que antecedem ou que ocorrem simultaneamente com o “momento do trabalho”. Assim, a maneira como os jovens começam a formar as suas representações sobre o trabalho, a partir dos espaços de socialização básicos, a família e a escola, constitui uma dimensão importante de compreensão das diferentes atitudes frente ao trabalho. As mudanças de atitudes dos jovens em relação ao trabalho, principalmente para as classes populares, se dá primeiramente através de uma ruptura da transmissão intergeracional que ocorre no seio da própria família. Durante os anos de 1990, a relativa ausência de perspectiva de futuro profissional operário levou as famílias, principalmente aquelas cujos pais eram operários especializados, a orientar os filhos a prolongar os estudos. Se até então o destino dos filhos dos operários era fábrica, agora se estabelecia uma nova configuração que transformaria profundamente as relações entre as gerações e o trabalho.

A fuga para escola, pautada no modelo dos estudos superiores, implicou a desvalorização do ensino profissionalizante, que outrora não só representava a estratégia de ascensão escolar como também um espaço de aprendizagem da cultura técnica, do orgulho de ser operário. Além disso, o prolongamento dos estudos não se configurou como garantia de êxito social, desprovidos de uma socialização escolar bem-sucedida, a maioria dos jovens de classes populares tende a ver o ensino médio como uma sala de espera do mercado de trabalho. Assim, relegados continuamente a uma inserção em trabalhos precários, o futuro se torna uma incógnita, de difícil decifração. Separados de sua cultura de origem, não dispõem dos recursos e meios necessários para integrar uma nova cultura marcada por valores e o *habitus* das classes médias. As transformações no mercado de trabalho para os jovens (a criação dos estágios, elevação da idade para encontrar um emprego estágio e o prolongamento escolar) interferiram fortemente na sucessão das gerações. Na maioria das famílias operárias, os filhos não dão continuidade aos pais, não querem reproduzir as suas profissões, geralmente associadas a valores negativos, ou então, o trabalho operário é visto como uma ocupação transitória até encontrar outra melhor, contudo, vivem uma situação paradoxal, uma vez que carecem dos dispositivos necessários para uma formação escolar que possibilite alcançar novas profissões.

Nesta perspectiva, Sanchis (1997) afirma que esta ruptura nos mecanismos de transmissão familiar da cultura do trabalho operário indica que num contexto de reconfiguração das sociedades industriais (desaparecimento do trabalho de ofício, degradação do trabalho, inovações tecnológicas, desemprego estrutural etc.) há um afrouxamento entre as formas em que se exerce o trabalho e a cultura, bem como as formas de vida a ele associadas.

O processo de degradação da condição operária resultou na inculcação no seio das famílias de determinadas formas de representação e de entendimento da vida e do trabalho, dando margem ao surgimento de atitudes refratárias dos jovens em relação ao trabalho. A interposição de processos e/ou instituições entre a família e a unidade produtiva, em especial o prolongamento escolar, a inserção tardia no mercado de trabalho e a existência de um mercado de consumo juvenil, ampliaram objetivamente as possibilidades de atitudes negativas com o trabalho. De maneira generalizada, no mundo globalizado e de hegemonia do capitalismo financeiro, as sociedades capitalistas, sejam elas de primeiro ou de terceiro mundo, não foram capazes de oferecer às novas gerações um trabalho condizente com as expectativas e a titulação escolar obtida, e ao desvincularem o sistema educativo do sistema produtivo, contrapondo-os ao invés de harmonizá-los, contribuíram para que os jovens estabelecessem uma relação cada vez mais complexa com o trabalho.

Ricard Sennett (1999), ao discutir as principais consequências do capitalismo flexível, utiliza as diferenças entre as gerações como recurso explicativo capaz de captar a “natureza” e as especificidades das mudanças do mundo do trabalho. Ele demonstra, ao utilizar o recurso metodológico de história de vidas, como o trabalhador fordista (exemplificado pela história de vida de Enrico), apesar de ter o seu trabalho burocratizado e rotinizado, consegue construir uma história cumulativa baseada no uso disciplinado do tempo com expectativas a longo prazo. Em contraposição, para a nova geração de trabalhadores do capitalismo flexível (como no caso de Rico – filho de Enrico), as relações de trabalho, os laços de afinidade com os outros não se processam no longo prazo, em decorrência de uma dinâmica de incertezas e de mudanças constantes de emprego e de locais que impossibilita os indivíduos de terem laços de afinidade com os vizinhos, amigos e com a própria família. Diante das mudanças no mundo do trabalho, **“...como se pode buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações duráveis?”** (SENNETT, 1999, p. 27). Sendo assim, a ênfase do novo capitalismo na juventude não se restringe apenas a uma questão de rebaixamento do valor da força de trabalho, mas diz respeito a certos atributos e qualidades considerados inerentes à juventude que são positivados nas organizações flexíveis como sintoma de uma nova cultura do trabalho.

A juventude se converte em sinônimo de *flexibilidade* em oposição à *rigidez* da idade dos trabalhadores mais velhos com esquemas mentais inflexíveis e com aversão a correr riscos. Trata-se de um “culto institucional” da juventude cuja lógica política e simbólica se circunscrevem no âmbito de uma nova cultura de trabalho sustentada em valores que apelam para o engajamento pessoal do trabalhador no processo de trabalho e na desconstrução da



noção de trabalho assalariado, e protegido, e no seu lugar o binômio empregabilidade/empreendedorismo ocupa o núcleo central da moderna forma de trabalho do capitalismo flexível (MACHADO DA SILVA, 2003; OLIVEIRA, L.P., 2005).

O que está em jogo é o surgimento de uma nova mentalidade de trabalho pautada na lógica do curto prazo em substituição à lógica de trabalho socialmente protegido advinda dos tempos fordistas, cujo elemento central é que os trabalhadores estejam dispostos a abrir mão do passado e a descartar as experiências já vivenciadas. Esta nova mentalidade implica a formação de um traço de caráter específico, “...*uma personalidade que mais se assemelha à do consumidor sempre ávido de novidades, descartando bens antigos, embora perfeitamente capazes de ser úteis, que à do proprietário muito zeloso daquilo que já possui*” (SENNETT, 2006, p. 14). Ou então, que assemelha o trabalhador à figura de um “turista” que vê o mundo como um espaço permanentemente circulante e que jamais projeta o futuro a partir das condições de vida do presente (BAUMAN, 2001). Desse modo, é justamente neste “...*tempo que celebra o desempenho, a performance e o sucesso como medidas (aliás inefáveis) de autonomia individual*” (TELLES, 2006, p. 177), que disposições juvenis como “maleabilidade” e capacidade de assumir “riscos” são enaltecidas como atributos da nova moral do trabalhador do capitalismo flexível. Aplicado ao mercado de trabalho, isso significa a positivação do desmonte da sociedade salarial, do fim do emprego e no seu lugar, o advento do trabalho com contratos de curto prazo ou sem contratos, sem coberturas trabalhistas e sociais.

De acordo com Daniele Linhart (2011), o modelo gerencial contemporâneo, denominado pela mesma de modernista, busca uma ruptura com a maior parte dos elementos fundadores do trabalho durante os Trinta Gloriosos, e para isto necessita da implicação individual e subjetiva de cada trabalhador na relação com o trabalho e com a lógica empresarial. Esse modelo tem se apresentado absolutamente problemático para o conjunto da classe trabalhadora, especialmente porque tem provocado novas penosidades do trabalho, um mal-estar profundo entre assalariados, tanto do setor privado quanto do setor público, que engloba os riscos psicossociais, o estresse, o sofrimento para com o trabalho, até as situações extremadas, de suicídio no trabalho. A individualização sistemática, o estabelecimento de metas difíceis de atingir, competição e avaliação constante, mobilidades impostas, exigências de disponibilidades constantes e as reestruturações recorrentes produzem situações de trabalho inseguras, difíceis de viver, onde a maioria dos trabalhadores se sente empurrada a dobrar-se, a flexibilizar-se permanentemente. É preciso se superar, se exceder, sempre mostrar

os seus talentos, se adaptar a ambientes de trabalho flutuantes, aceitar a perda de suas referências, suas redes, e recomeçar continuamente sem nostalgia.

Do ponto de vista da lógica do modelo gerencial do capitalismo flexível, essas situações geradoras de mal-estar tendem a estar associadas a uma geração de trabalhadores, os de meia-idade, para utilizarmos a expressão de Sennett, que teria dificuldades de adaptação, enquanto que os jovens seriam mais favoráveis a essas mudanças. Portanto, seria um momento de transição onde as gerações mais antigas estariam a penar com o processo de adaptação a um universo de trabalho instável, que demandaria espírito de iniciativa, da capacidade de adaptação, de mobilidade, com declínio das relações de confiança e cumplicidades com as chefias. Os jovens familiarizados com as novas tecnologias, com o mundo do efêmero, da imediaticidade e das mudanças em tempo real seriam naturalmente atraídos pelo tipo de exigências requeridas pelas novas formas de organização e gestão do trabalho. No plano da construção ideológica, busca-se construir uma imagem de que o modelo de gestão do trabalho não provoca danos sociais, sendo necessário esperar o processo natural de sucessão das gerações. Segundo Linhart, os jovens não constituem um conjunto homogêneo, sendo necessário identificar os tipos de jovens que seriam mais suscetíveis a aderir à ideologia empresarial modernista, bem como, aqueles que apresentam manifestações de intolerância a este modelo.

Segundo Linhart (2011), os jovens em diferentes situações de trabalho, sejam aqueles que compõem as equipes dos restaurantes “fast food”, a exemplo do McDonald’s, ou jovens engenheiros das empresas de tecnologia da informação, têm em comum o fato de serem confrontados como um modelo de gestão pensado para eles. Desde o momento da seleção até a obtenção da inserção propriamente dita, os jovens são julgados conforme os critérios da organização do trabalho, que preenchem as exigências requeridas para o funcionamento das empresas. O engajamento individual, o imediatismo, a disponibilidade permanente para o trabalho e o nomadismo profissional (múltiplas experiências e diversificação das responsabilidades) são extremamente valorizados enquanto atitudes a serem cultivadas pelos jovens no trabalho.

Este processo é mais nítido entre os jovens qualificados, como é o caso dos jovens engenheiros. Em oposição aos trabalhadores mais antigos, apreciam quase que em estado de frivolidade a ideia de permanente mudança, acúmulo de tarefas e responsabilidades, e, portanto, não compartilham das mesmas expectativas das gerações anteriores em relação ao trabalho e à construção da carreira profissional. O que se torna mais importante é a construção de um currículo de múltiplas experiências e responsabilidades diversificadas, e para tanto, as

empresas de softwares são vistas como um trampolim para atingir o sucesso. Por isso, a sobrecarga de trabalho e o estresse decorrente desse tipo de atividade profissional não são vistos como problema, mas como parte de um apostolado glorioso amplamente buscado pelos jovens. Entretanto, são justamente os jovens executivos que aderem com maior prospecção ao modelo modernista de gestão e encaram a empresa como lugar de realização individual e das aspirações profissionais, incorporando ao pé da letra o discurso da autonomia, da responsabilização e da possibilidade de carreiras baseada no engajamento profissional e com expectativas de altos ganhos financeiros.

Essas formas individualizadas de inserção geralmente estão acompanhadas de formas de sociabilidades festivas e de práticas de trabalho renovadas. Face as novas formas de trabalho, os jovens executivos teriam uma propensão natural a aceitá-las, estariam dispostos a jogar, a viver emoções fortes e aventuras profissionais, sendo portanto, mais sensíveis às dimensões lúdicas que as empresas oferecem como recompensa à extensão da jornada de trabalho e ao engajamento pessoal. Não por acaso, algumas empresas buscam adequar o espírito dos jovens aos seus interesses através da introdução dos esportes, como estratégia política sistemática de individualização e de personalização da gestão do trabalho<sup>45</sup>. Em certo sentido, a gestão modernista do trabalho busca a todo custo incorporar aos ambientes de trabalho os modos de ser jovem, como mecanismo de consentimento e adesão à cultura do trabalho flexível.

Por outro lado, Daniélie Linhart constata, tal como fizera Stéphane Beaud e Michel Pialox (2009), que os jovens menos qualificados, particularmente os jovens operários, em situação de empregos intermitentes também são receptivos à ideologia e a racionalidade empresarial. Socializados na cultura da empresa, o seu futuro, ou seja, a probabilidade de encontrar um emprego estável está dada mediante a aceitação positiva de todas as demandas e adesão à ideologia empresarial.

Todavia, a referida autora considera que a adesão dos jovens à nova ideologia empresarial é marcada por contradições e tensões, as quais se tornam rapidamente insuportáveis, tornando problemática a relação com o trabalho e com as novas práticas de gestão. A pressão e as exigências impostas pela nova lógica gerencial aos jovens executivos podem assumir dimensões violentas e inaceitáveis, pois a concorrência dilacerante, os ataques

---

<sup>45</sup> Um exemplo disso seria a filosofia de trabalho da Google, cuja engenharia do ambiente e a gestão do trabalho visam estimular a cultura da colaboração, favorecendo o desenvolvimento do “espírito do googler” (leia-se funcionário da empresa!), do qual se espera a habilidade para lidar com mudanças, flexibilidade, paixão por tecnologia, vontade de fazer trabalhos voluntários e interesses que vão além do trabalho, como gostar de esportes e de música..

personais, a ditadura do sucesso, o controle das hierarquias se tornam intensos, de modo que a autonomia dos jovens executivos se mostra problemática, sendo semelhante à situação dos presos em liberdade condicional. Isso provoca uma lógica inversa, pois os mesmos jovens estimulados pela ideologia empresarial na conquista do sucesso profissional e pessoal, agora são confrontados com o fracasso e a impotência pessoal, desprovidos de recursos e apoio eventual. “Eles se sentem abandonados, as regras do jogo não parecem que foram respeitadas. Estimulados no registro narcísico, eles são atacados em sua imagem de si e na confiança em si” (LINHART, 2011, p. 249, tradução livre). Tal situação também é vivenciada por jovens em outras situações de trabalho, seja nas empresas de tecnologias da informação ou nos restaurantes de “fast food”, os quais também se veem confrontados e desiludidos com as novas práticas de gestão e organização do trabalho.

Essa relação problemática dos jovens com o modelo modernista de gestão apresenta uma particularidade no que diz respeito às diferenças geracionais existentes na relação com o trabalho. Longe do registro do trabalho fordista, hegemônico durante os Trinta Gloriosos, quando os assalariados experimentavam e percebiam as injustiças do trabalho como sintoma da exploração e da dominação capitalista, os jovens não têm outros conteúdos para dar a sua experiência, a não ser a sensação de fracasso pessoal, uma incapacidade de adaptação, ou de falta de sorte. Sendo assim, o sofrimento, as decepções e frustrações são difíceis de interpretar, e nisso reside uma diferença crucial em relação ao período fordista (Idem, p. 51).

Para além das questões até então suscitadas, é importante destacar que entre o culto institucional da juventude e as experiências concretas de trabalho dos jovens, distâncias e contradições estão socialmente interpostas. Ao mesmo tempo em que se universalizam certos traços e atributos da juventude associados à noção de flexibilidade ou profundamente valorizados pelas novas formas de gestão do trabalho, também se redefinem as formas de inserção dos jovens no novo e precário mundo do trabalho, caracterizadas por situações diversas de trabalho que associadas à condição de social dos jovens em termos de origem social, capital escolar etc., fazem com que a relação com o trabalho se torne mais problemática ainda. Portanto, as diferenças entre as gerações na relação com o trabalho, enquanto um recurso metodológico se mostra útil no entendimento das situações de precariedade do trabalho vivenciadas por frações da juventude trabalhadora.

Nesse aspecto, há de considerar que parcela significativa dos jovens em diversos países desenvolvidos e subdesenvolvidos se insere na cartografia do mercado de trabalho na condição de trabalhadores supérfluos e descartáveis, fazendo parte do que Marx definiu como exército industrial de reserva (MARX, 2001). Inseridos no mundo do trabalho revirado e nas

ruínas do trabalho fordista, experiências juvenis de trabalho se processam pelo oposto, *o não trabalho (leia-se desemprego)*. Submersos no presente contínuo, expostos às incoerências e oscilações do moinho satânico do mercado (POLANY, 2000), os jovens têm uma vida de trabalho saturada de incertezas. É verdade que a incerteza não é uma novidade deste momento histórico da sociedade capitalista, mas a incerteza do presente produz um fato novo: a incapacidade de projetar o futuro.

Para a juventude trabalhadora, as mutações do mundo do trabalho interferem decisivamente sobre suas experiências, e sobretudo na relação dos jovens com o tempo. Ao longo do processo de consolidação da modernidade, o trabalho assalariado, na forma histórica de emprego, se consolidou como um mecanismo central de suporte e vinculação social dos indivíduos à estrutura social, e assim sendo, a inserção no mundo do trabalho se configurou como uma forma de antecipação do porvir para os jovens, ou seja, como um mecanismo de transição para o futuro, a vida adulta - associada à capacidade de independência e autonomia. Entretanto, as novas gerações de trabalhadores constatam que foram educados para um mundo de trabalho reconfigurado, e assim, compartilham um destino comum e vivem o tempo presente como um *continuum* que se encerra em si mesmo, e vislumbram-se como inúteis para o mundo e com futuro incerto. Esta incerteza com relação ao futuro e às perspectivas de inserção no mundo do trabalho aparece como fonte de sofrimento e suspensão do percurso da vida. Diferentemente das gerações mais velhas, o signo da incerteza para os jovens assume proporções inteiramente novas, principalmente para aqueles que vivem recorrentemente na condição de desempregados, uma vez que:

...o sentido [dessa] incerteza era diferente, pois não chegava a pôr em cheque as demais formas de experiência do tempo e do espaço. Hoje, a insegurança dos jovens em relação ao trabalho coloca-os numa zona liminar, na medida em que desloca os significados que ele possui, impulsiona a construção da identidade por outras vias [e] desorganiza as relações entre gerações (PIMENTA, 2005, p. 237).

Nesse sentido, as novas gerações de trabalhadores forjam suas experiências de trabalho num contexto societal em que a instabilidade, a precariedade e a incerteza se institucionalizaram como regras de vida e do devir, sem apresentar nenhum horizonte de mobilidade<sup>46</sup> (AUGUSTO, 2005). É concebível que para um determinado segmento dos jovens trabalhadores, imersos em situações de trabalho precário, intermitente, de desemprego, seja difícil estabelecer uma relação positiva com trabalho, o que não significa necessariamente

---

<sup>46</sup> “O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico imanente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo” (SENNETT, 1999, p. 33).

uma relação desapegada com o trabalho. Para muitos jovens a relação com o trabalho não está estruturada em torno do emprego estável ou da possibilidade de encontrá-lo, encontra-se arraigada na cultura da precariedade e aleatório. Contudo, a dificuldade de ascender a um emprego estável ou a impossibilidade de construção de uma carreira com êxito social não significa que eles não estejam fortemente implicados com o trabalho. Portanto, as relações que os jovens estabelecem com o trabalho são muito contrastantes e contraditórias, podendo existir uma diversidade de atitudes (CASTEL, 2010).

### **3.3.2 A diversidade de atitudes dos jovens frente ao trabalho: em busca de uma explicação sociológica.**

Uma questão que emerge a partir das considerações acima aludidas é a seguinte: como explicar sociologicamente a diversidade de atitudes e valores dos jovens frente ao trabalho?

À primeira vista, tal como postulam os críticos do fim da sociedade do trabalho, uma possibilidade explicativa seria pelo viés do discurso culturalista que declara que os jovens são portadores de uma transformação generalizada com o trabalho, antecipando novas formas de atividades e novas formas de justificação da existência fora do trabalho, uma dissociação entre a vida e o trabalho-emprego (GORZ, 2004). Nesse sentido, haveria uma desafeição dos jovens com a ética tradicional do trabalho e para tanto, a relação com o trabalho distende-se e os jovens buscam dar sentido e coerência a si próprios em outras esferas da vida. Daí deriva uma percepção instrumental do trabalho como apenas um meio de ganhar a vida, portanto os jovens seriam os heróis obscuros da precariedade, que antecipariam o futuro da sociedade. O exílio fora do trabalho seria uma tendência geral.

Uma segunda forma de pensar e problematizar a diversidade de atitudes dos jovens em relação ao trabalho parte do pressuposto de que a relação com o trabalho, o valor atribuído a ele, o lugar que ocupa na vida das pessoas não são dados a priori e nem tampouco são invariáveis, mas historicamente construídos. A compreensão das mudanças de atitudes, suas variações, semelhanças e diferenças pode ser explicada a partir dos significados atribuídos ao trabalho em dado momento histórico, levando em consideração as variáveis culturais ou econômicas, nacionais ou individuais. Do ponto de vista analítico, a relação com o trabalho não é unívoca quanto aos sentidos imputados ao trabalho, nem restringe a única dimensão da vida, da realidade social. Está diretamente vinculada à reflexão sociológica sobre as transformações do lugar que o trabalho ocupa nas sociedades, através das quais se tornam inteligíveis as mutações ocorridas nos sentidos que se atribuem ao trabalho. Por isso, haveria

de se considerar as dimensões diferenciadas do trabalho ao longo da história das sociedades ocidentais, com significações específicas que persistem, se combinam e coexistem até os dias de hoje. Neste sentido, podem-se elencar alguns exemplos na literatura sociológica que se encaixam nesta perspectiva, como as contribuições de Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (2001); Banjoit e Franssen (1997); Mèda e Vendramin (2010); e Mèda (2011).

Nesse sentido, Dominique Mèda (1995) propõe uma tipologia de diferentes dimensões do trabalho, através da qual busca apreender as diferentes significações sedimentadas no conceito de trabalho: o trabalho como fator de produção (descrito pela economia como um meio de obtenção de outra coisa, de produção de riqueza e também como inutilidade); o trabalho como essência do homem (“como uma liberdade criativa que permite ao homem se expressar e fazer o mundo a sua imagem e semelhança); e o trabalho como um sistema de distribuição de renda, de direitos e de proteções, fundamento da sociedade salarial. Essa tipologia proposta por Mèda, utilizada para sustentar a tese do trabalho como valor em via de extinção, tem desdobramentos nos estudos sobre a relação dos jovens com o trabalho. Inclusive, a autora retoma a sua tipologia em pesquisas recentes, nas quais interroga sobre a especificidade da relação dos jovens com o trabalho, nos países da Comunidade Europeia, em particular na França. Curiosamente, os resultados encontrados demonstram que os jovens franceses têm uma relação específica com o trabalho, marcada por uma forte importância acordada a ele, ainda que manifestem o desejo de que ocupe menos espaços em suas vidas. Além disso, não houve desvalorização do trabalho, pelo contrário, apresentam expectativas muito elevadas em relação a ele, tanto em termos relacionais e expressivos quanto instrumental. E por último, não se constata uma subcultura jovem, pelo contrário, as aspirações e as relações dos jovens com o trabalho são heterogêneas, marcadas pela natureza da inserção sobre o mercado de trabalho, e ainda mais pela trajetória escolar e social, e o gênero (MÈDA, 2011).

Por sua vez, Bajoit e Fransenn (1997) se interrogam sobre a emergência de novas formas de orientações dos jovens com relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego, a partir da crise do modelo cultural do trabalho da sociedade industrial. Esse modelo estava pautado numa ética do trabalho, enquanto ética do rendimento, que se caracterizava como um *dever social* (uma contribuição que responde a uma necessidade social e que é retribuída socialmente pelo reconhecimento de uma competência, de um mérito, por uma recompensa moral e por um salário), cuja contrapartida é o status social e satisfação pessoal que proporciona. Entretanto, num contexto de crise da sociedade industrial, os mecanismos tradicionais que asseguravam aos jovens uma inserção automática no mercado de trabalho se

tornaram escassos, sendo recorrentes experiências de desemprego interpostas por situações de empregos temporários que redefinem significativamente a relação dos jovens com o modelo tradicional de trabalho.

A precariedade do trabalho passa a se constituir como “...universo de referência, desencadeando efeitos de ruptura, de fragmentação ou desarticulação que impede a formação de uma relação estável com o trabalho” (BAJOIT; FRANSENN, 1997, p. 78). Entretanto, o trabalho continua sendo uma fonte importante de normatividade e uma experiência central de socialização, de modo que trabalhar – no sentido de uma atividade produtiva com caráter social associada a uma independência financeira – continua sendo uma expectativa básica na vida dos jovens, porém sob a aparente homogeneidade das expectativas, as experiências vividas e as significações atribuídas ao trabalho são múltiplas. Concluem os referidos autores que a diversidade das experiências dos jovens no trabalho precário e no desemprego indicam a fragmentação das diferentes dimensões do modelo tradicional de trabalho. Enquanto no passado, trabalho e emprego, participação social e realização social, dimensão instrumental e dimensão expressiva estavam associadas, as experiências juvenis no mercado de trabalho ilustram a dissociação dessas dimensões. Dessa forma, o trabalho não corresponde necessariamente a um emprego, na medida em que:

para um certo número de jovens, o trabalho é sentido como um obstáculo à realização pessoal, quando antes constituía uma condição, o superinvestimento de alguns no trabalho coincide com desimplicação de outros, o elo entre a contribuição e retribuição se atenua numa atitude garantista, quer dizer se investe de auto-realização ( Idem, p. 94)

Enfim, as diferentes experiências e representações do trabalho e do desemprego aparecem como socialmente diferenciadas. Contudo, em linhas gerais os jovens do meio popular estariam ainda mais vinculados a uma cultura tradicional do trabalho e sua vivência se aproxima da figura do desemprego total<sup>47</sup>, enquanto os jovens de classe média, portadores de maiores recursos, geralmente redefinem seus projetos de vida e o lugar do trabalho assalariado em detrimento da autorrealização pessoal.

Uma outra tipologia da relação com o trabalho é proposta por Nicole-Drancourt e Roulleau-Berger (2001). Para compreender as transformações na relação dos jovens franceses

---

<sup>47</sup> Bajoit e Franssen (1997) utilizam o conceito de desemprego total formulado por Dominique Schnapper (1984), definido por esse autor nos seguintes termos: “O *desemprego total* caracterizado pela humilhação, o tédio e a dessocialização, designa a experiência do desemprego vivida como um tempo vazio, desfeito, sem atividade de substituição e com o sentimento de sua própria inutilidade (SCHNAPPER, 1984 apud BAJOIT; FRANSENN, 1997, p. 90).



com o trabalho nos últimos 50 anos, propõem uma tipologia na qual a relação com o trabalho é decomposta em três dimensões, a saber: *dimensão instrumental ou material, dimensão social e a dimensão simbólica*. A dimensão instrumental se refere às expectativas materiais em relação ao trabalho, fonte de sustento e de riquezas exteriores e quantificáveis; a dimensão social diz respeito às sociabilidades, às relações humanas no trabalho, às possibilidades de cooperação e, sobretudo, às formas de reconhecimento social; e a dimensão simbólica remete ao conjunto de significações positivas ou negativas atribuídas ao trabalho pelos indivíduos na construção das identidades sociais. A partir dessa tipologia, as referidas autoras defendem a tese de que o equilíbrio entre estas três dimensões se transformou profundamente na relação dos jovens com o trabalho nos últimos 50 anos, sendo que na atualidade o trabalho irá regredir em sua dimensão material em proveito dos níveis social e simbólico. Além disso, defendem a hipótese de que diferentes formas de relação com trabalho coexistem na sociedade pós-salarial, sendo algumas mais visíveis ou mais legítimas que outras. Entretanto, o trabalho, fruto da civilização industrial, estaria progressivamente mudando de uma concepção para outra, ou seja, o trabalho como dever social (primazia da sociedade sobre o indivíduo) dá lugar a uma concepção de trabalho como realização de si.

Em suma, nessa segunda forma de explicação o que sobressai é a constatação de que há uma dissociação entre as dimensões do trabalho (instrumental e expressiva), cuja gênese está sedimentada na crise do modelo tradicional de trabalho que se consagrou no período dos Trinta Gloriosos. Ainda que não afirmem categoricamente o fim do valor do trabalho, enfatizam em suas análises o caráter policêntrico da relação dos jovens com o trabalho, bem como os aspectos intrínsecos (a dimensão expressiva, a realização de si), e sobretudo, a emergência de um novo ethos juvenil, no qual o trabalho é algo importante, mas não a via principal de realização pessoal. De certo modo, essa forma de apreender as diversidades das atitudes e orientações dos jovens frente ao mundo do trabalho pode ser classificada como uma *perspectiva relativizadora do valor do trabalho na vida dos jovens*, num contexto societal de prevalência da sociedade pós-industrial ou da sociedade pós-salarial. Nesse aspecto, se aproximam das teorias sociológicas que apreendem as mutações da condição juvenil a partir da perspectiva da individualização, despadronização e reversibilidade das trajetórias juvenis.

Por fim, há uma terceira forma de explicação sociológica que se distingue das anteriores, pois a principal diferença diz respeito à necessidade de interpretar as diversas atitudes e representações juvenis em relação ao trabalho, sem desconsiderar o peso dos determinantes sociais que continuam a estruturar o acesso ao trabalho e a relação que se mantém com ele. Consideramos que Robert Castel (2010) é um dos principais autores da

sociologia contemporânea que defende esse tipo de perspectiva analítica. De acordo com ele, se é verdade que a precarização das relações de emprego e o desemprego estrutural abalaram a confiança que se podia conceder ao trabalho como um meio privilegiado para ocupar uma posição social estável, a investigação sociológica há de se interrogar sobre quem são os mais afetados pelas transformações em curso, em que medida e como são afetados.

Em geral, as teses de inspiração culturalista que concebem os jovens como portadores de uma transformação generalizada da relação com o trabalho na atualidade, se apoiam, ainda que não explicitem, nas experiências de jovens cuja socialização familiar é mais problemática e cujas probabilidades de ascender a um emprego de qualidade são remotas. Entretanto, mesmo entre os jovens de origem popular, desfavorecidos na distribuição dos recursos sociais, as atitudes frente ao trabalho são muito contrastantes, o que requer da análise sociológica a investigação das modalidades diferenciadas de atitudes de acordo com os suportes sociais existentes. As atitudes podem também ser bastante contrastantes quando comparadas com outras categorias sociais que estão em condições de desenvolver estratégias mais eficazes de acesso ao emprego e aos mecanismos de transmissão de uma atitude mais positiva em relação ao trabalho. Ao que tudo indica, entre os jovens dos extratos sociais mais elevados, da alta burguesia, não parece haver crises do trabalho, uma vez que são socializados para conservar as posições dominantes na sociedade, e para isso, as famílias buscam transmitir o *habitus* de classe e investem na obtenção de diplomas altamente valorizados, na inculcação da ética do êxito profissional, que possibilitem as estes jovens acender as tais posições.

Os jovens, na condição de recém-chegados ao mercado de trabalho, estão em desvantagens em relação às gerações precedentes. Mas, “nem todos os jovens estão desarmados frente às novas situações” (Idem, 124). Dessa forma, as mudanças nas atitudes dos jovens frente ao trabalho e sua implicação qualitativa (positiva ou negativa), bem como o desenvolvimento das trajetórias profissionais, estão associadas à condição social dos indivíduos. Ou seja, “é a partir dos recursos socialmente distribuídos que se está em condições de existir mais ou menos positivamente como um indivíduo frente à nova problemática do trabalho” (idem, p. 124). Portanto, Castel defende a hipótese de que a atitude dos jovens frente ao trabalho depende amplamente da natureza e da qualidade dos suportes sociais que podem ser mobilizados. Por isso, afirmação de que haveria uma mudança global dos jovens tende a ocultar as disparidades existentes das atitudes segundo as categorias sociais e no interior delas.

Tendo em vista os objetivos desta tese, consideramos que a perspectiva sociológica de Robert Castel é a mais apropriada, uma vez que a compreensão das atitudes e representações juvenis em relação ao trabalho não desconsidera o peso dos determinantes sociais que estruturaram o acesso e a permanência juvenil no mercado de trabalho. Portanto, os sentidos e as representações sociais sobre o trabalho estão atrelados a uma materialidade sócio-histórica, os quais só podem ser compreendidos a partir da relação dialética entre os elementos objetivos e subjetivos que produzem e reproduzem no espaço e tempo, historicamente determinado, a relação dos jovens com o trabalho.

### **3.4 Considerações parciais: juventude trabalhadora e duplo registro sociológico**

O enfoque sociológico adotado neste estudo busca compreender como os jovens vivem em um mundo do trabalho radicalmente novo, cujas trajetórias e experiências de trabalho trazem consigo as tessituras de um mercado de trabalho regulado pelo processo de legitimação e *institucionalização da precarização do trabalho* como uma nova forma de dominação do capitalismo flexível fundamentada na gestão racional da insegurança do trabalho e da vida (BOURDIEU, 1998b); engendrada a partir de uma nova cultura de trabalho que promove rupturas com os mecanismos sociopolíticos advindos do estatuto salarial moderno que possibilitavam a construção de narrativas e experiências sócio-individuais alinhavadas pelo *que foi* (o passado histórico), *o que está sendo* (tempo presente) e *o que virá a ser* (perspectivas futuras) (SENNETT, 1999, 2006).

Nesse sentido, consideramos que a perspectiva analítica deve se interrogar sobre a situação concreta enfrentada pelos jovens no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho, enquanto integrantes da classe trabalhadora que integram ao processo produtivo através da venda da sua força de trabalho. Partimos do pressuposto de que as trajetórias e experiências de trabalho dos jovens são portadoras de “verdades” que não se restringem ao mundo de trabalho destinado aos jovens, sua força heurística reside justamente na capacidade de desvelar as consequências das mutações do mundo do trabalho na sua totalidade, pois o que se observa é que a transitoriedade das relações de trabalho típicas da inserção juvenil (rotatividade, empregos com baixa remuneração, longa procura de emprego etc.) se universalizaram como regra prescritiva no mercado de trabalho na atualidade. Como afirma Abad (2005, p.70-71), *“puede decirse que con relación al empleo, la juventud representa la metáfora del presente de la sociedad capitalista y, al mismo tiempo, la visión de su futuro.... la juventud se encuentra al centro de lo nuevo”*. Sendo assim, as experiências de trabalho dos

jovens não apenas interrogam as nossas categorias analíticas de entendimento das mutações do mundo do trabalho, mas também revelam que mutações são estas, quem são os seus sujeitos e como se dão as relações de poder, quais os deslocamentos políticos entre trabalho e cidadania, e principalmente como elas alteram as relações dos homens com o tempo social, o trabalho e os seus projetos de vida.

Segundo Vera Telles (2006), a diferença entre as gerações se torna uma ferramenta analítica valiosa que permite entender as mutações do trabalho e suas implicações no mundo social, uma vez que tal diferença tem na atualidade a especificidade histórica de coincidir com as mudanças estruturais do mundo do trabalho. Assim, os elos que vinculam juventude (s) e trabalho, isto é, as novas gerações ao mundo do trabalho são decifradoras das mutações figuradas com a crise do mundo do fordista e da cultura de trabalho a ele relacionada, e das formas de inserção no mercado de trabalho. Como nos lembra a autora:

Para os mais jovens... a situação ganha outras configurações e tem outros sentidos. Suas histórias já não podem ser compassadas pelas venturas e desventuras da epopeia do progresso que estrutura a narrativa de seus pais. As circunstâncias atuais do mercado de trabalho não significam uma degradação de condições que foram melhores ou mais promissoras em outros tempos; já entraram num mundo revirado, em que trabalho precário e desemprego compõem um estado de coisas com o qual têm que lidar, e estruturam o solo de uma experiência de trabalho em tudo diferente da geração anterior (TELLES, 2006, p.89).

Nesse sentido, não nos interessa estudar *juventude e trabalho* enquanto categorias sociológicas e empíricas autônomas e sobrepostas, mas interdependentes e interpostas, o que exige a problematização sociológica e política de questões atinentes às múltiplas determinações e as dimensões do contexto societal no qual se circunscrevem as trajetórias e as experiências laborais dos jovens trabalhadores. No esquadro dessa problematização o eixo articulador é a tríade *novas gerações, transformações do mundo do trabalho e políticas públicas de emprego*. Os estudos recentes que abordam a temática da juventude sob a ótica do trabalho na contemporaneidade têm suscitado novas indagações e inquietações teóricas que impulsionaram a construção desta tríade, dentre as quais se destacam: **i)** a ênfase nas experiências de trabalho juvenil e seus dilemas de inserção no mercado de trabalho, os quais oferecem elementos para repensar/reafirmar a centralidade do trabalho no universo da sociabilidade humana e das práticas que configuram o cenário social de crise do paradigma de produção fordista e da sociedade salarial (GUIMARÃES, 2005; TELLES, 2006, PERRIN, 2004); **ii)** como o Estado, mediante a elaboração e execução de políticas públicas de emprego e renda, tem respondido à forte demanda dos jovens pelo direito ao trabalho em face às altas

taxas de desemprego juvenil (ABAD, 2002, 2005; ALONSO, 2000; POCHMANN, 2007; SPOSITO, CORROCHANO, 2005; CARDOSO JR et. al., 2006); **iii**) por último, como se constituem as novas gerações que vivem do mundo do trabalho, como se diferenciam e se relacionam com as gerações anteriores (TELLES, 2006; TOMIZAKI, 2006).

Para tanto, a categoria *juventude trabalhadora* é concebida como a unidade central da tríade analítica acima mencionada, a qual tem um duplo registro sociológico, a saber, a de categoria e de condição social. Enquanto categoria social, trata-se de uma concepção cognitiva, simbólica e política produzida para nomear, classificar e significar as práticas e representações socioculturais de um conjunto de indivíduos integrados à sociedade mediante a inserção no mundo do trabalho, cujo recorte etário é socialmente produzido e arbitrariamente atribuído. Por outro lado, diz respeito a uma situação vivida em comum por um conjunto de jovens que fazem parte da classe que vive do mundo do trabalho (ANTUNES, 1995) e compartilham entre si os fluxos intermitentes entre trabalho precário, desemprego e inatividade.

Para além deste duplo registro, a validade teórica dessa categoria se encontra no fato de que as experiências de trabalho das novas gerações de trabalhadores são decifradoras dos enigmas e transformações sociopolíticas a que assistimos no Brasil durante a década de 1990 e na metade da primeira década deste novo século, principalmente no que concerne à desregulamentação e desestruturação do mercado de trabalho social protegido, cujos efeitos se tornaram visíveis no aumento do desemprego, da informalidade, da flexibilização das relações trabalhistas e da redução dos direitos trabalhistas e sociais.

Os percursos da juventude trabalhadora também são portadores e denunciadores dos efeitos sociais do ajuste do Estado e da adoção da agenda neoliberal no Brasil, no que concerne à redução das políticas sociais de caráter universal e o aumento de políticas sociais focalizadas com público-alvo seletivo, os bons pobres, os bons jovens, cuja matriz normativa deixa de ser a esfera dos direitos e se transmuta para o campo da filantropia e da ajuda humanitária, corporificada na transferência das responsabilidades do Estado para as denominadas organizações não-governamentais e à sociedade civil (TELLES, 2001).

#### **4. JOVENS E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: DESVENDANDO A CARTOGRAFIA DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL E NA BAHIA.**

Nos capítulos anteriores concentramos o nosso olhar na problematização de questões teóricas analíticas nodais à compreensão dos elos entre juventude e trabalho, em busca de elementos explicativos norteadores para investigação sociológica do objeto de estudo desta tese. Até aqui, a construção argumentativa do seu corpus teórico se concentrou na construção de uma teia discursiva, constituída por um conjunto de fios conectores que buscaram evidenciar as interdependências entre as transformações do mundo do trabalho e o processo de reconfiguração da condição juvenil contemporânea, bem como, a centralidade do trabalho na construção das trajetórias e itinerários biográficos juvenis.

O argumento subjacente a essa teia discursiva é de que a condição juvenil, os processos de transição para a vida adulta, e a relação que os sujeitos jovens estabelecem com o trabalho são historicamente construídos, engendrados em determinados contextos socioculturais, políticos e econômicos dotados de especificidades e variabilidades conforme a configuração societal que circunscreve os itinerários e trajetórias dos sujeitos jovens, o que não significa a impossibilidade de pontos de convergências entre os diferentes contextos sociais.

As trilhas analíticas a serem percorridas a partir de agora se enveredarão por caminhos explicativos referenciados nas tessituras complexas da realidade brasileira contemporânea, através dos quais interpelaremos a validade dos diagnósticos e problematização das categorizações teóricas aludidas, bem como sua pertinência, quando o escopo da análise se limita a apreender a estruturação e as metamorfoses da condição juvenil brasileira, nas últimas duas décadas, e em especial, as mutações existentes nos processos de transição e inserção da força de trabalho juvenil de mercado de trabalho brasileiro. Mercado esse, historicamente heterogêneo, precário e desigual regionalmente, cujas contradições se (re) atualizaram e se complexificaram a partir dos anos de 1990 com a abertura econômica do país, a adoção do receituário das políticas neoliberais pelo Estado brasileiro e a reestruturação produtiva, que alteraram completamente a cartografia social do trabalho, e, por conseguinte, o padrão de inserção juvenil no mercado de trabalho, de modo a redefinir os horizontes e as possibilidades efetivas de transição dos jovens à vida adulta, assim como as perspectivas futuras na esfera profissional e pessoal.

Ao final de década de 1990 e início dos anos 2000, os jovens reapareceram na cena pública brasileira como problema social, objeto de problematização e intervenção pública, que estava na agenda do dia dos pesquisadores das universidades, das instituições e organismos internacionais (UNESCO, OIT e outras), das Ong's, dos planejadores e executores das políticas públicas entre os diversos entes federados do Estado brasileiro. Sem sombra de dúvidas, no epicentro da agenda, o problema do desemprego juvenil surgia enquanto preocupação e questão de primeira ordem a ser enfrentada na primeira década dos anos 2000, colocando em evidência as mutações e as dificuldades encontradas pelos jovens no processo de transição e inserção num mercado de trabalho brasileiro reconfigurado, após um intenso processo de reestruturação produtiva, cujos efeitos sociais e políticos ressoaram de forma imperativa através da flexibilização e da precarização social do trabalho. Ao fim dos anos de 1990, a situação dos jovens no mercado de trabalho expressava o quadro dramático das desigualdades e da distribuição dos riscos associados ao mercado de trabalho na era da desertificação neoliberal (ANTUNES, 2004).

Segundo os dados Pnad/IBGE, em 1999, havia 14 milhões de jovens brasileiros sem-emprego<sup>48</sup> na faixa etária de 15 a 24 anos, ou seja, 71% dos jovens economicamente ativos estavam incorporados ao mercado de trabalho na condição de desempregados (3,6 milhões) ou ocupados na informalidade<sup>49</sup> (10,4 milhões). Quando contrastados com os dados da Pnad de 1992, é possível constatar que os jovens nos anos de 1990 se incorporaram ao mercado de trabalho com déficits estruturais de lugares (CASTEL, 2010) e com critérios de seletividade adotados pelas empresas demandantes de força de trabalho (credenciais escolares + experiência profissional) que tornaram escassas as chances dos jovens encontrarem um emprego com carteira assinada, sendo que, entre 1992 e 1999, a taxa de desemprego juvenil aumentou expressivamente, saindo do patamar de 11,9% para 18,3%, respectivamente, o que em números absolutos significou um aumento do estoque de jovens desempregados em 1,4 milhões em 1999, estando, portanto, sobre-representados no conjunto dos desempregados brasileiros.

A primeira década dos anos 2000, em geral, não apresentou rupturas em relação à década anterior. Ainda que se tenha observado uma retomada do nível de ocupação, de geração de empregos formais, redução das taxas de desemprego e elevação do rendimento médio dos trabalhadores ocupados, frente a uma conjuntura favorável à retomada do

---

<sup>48</sup> Sobre a categoria sem emprego ver BARRETO (2005).

<sup>49</sup> Considera-se como informais o conjunto de trabalhadores ocupados sem carteira assinada e que não contribuem para previdência social.

crescimento da economia brasileira a partir de 2004 (POCHMANN, 2009; BORGES, 2009), a crise econômica mundial iniciada em 2008 repercutiu negativamente na dinâmica econômica do país, destruindo em um curto período de tempo o nível de ocupação recuperada em cinco anos (2003-2007), apontando para a vulnerabilidade dos empregos, dada a inserção subordinada do país na globalização da economia (DRUCK, OLIVEIRA, L.P., SILVA, 2010). Ao se analisar as taxas de desemprego urbano no Brasil (IBGE/PME) após a crise mundial, constatou-se que em apenas 6 meses (outubro de 2008 a março de 2009) (IBGE/PME), os *desocupados* cresceram 19%, passando de 1.743.000 para 2.082.000, igualmente ao mesmo percentual de recuperação do desemprego em 5 anos, no período 2003/2007 (DRUCK, 2011).

Contudo, a relativa melhora nos indicadores do mercado de trabalho, amplamente registrada por economistas e sociólogos do trabalho, não significou uma ruptura com o processo de flexibilização, de desregulamentação das relações de trabalho e precarização engendradas na década passada, mas pelo contrário, persistem os seus efeitos sociais da precarização, os quais atingem diferenciadamente os grupos de trabalhadores mais vulneráveis, que constituem a chamada força de trabalho secundária, como é o caso dos jovens, das mulheres e dos negros (OFFE, 1990).

No caso específico dos jovens, o que merece destaque é a permanência da sua condição de filhos do desemprego (SILVA, 2009), a herança dos anos de 1990 persiste ao longo dos anos 2000, sendo que as taxas de desemprego juvenil apresentam uma curva crescente até o ano de 2005 (19,6%), com redução nos anos seguintes até 2008 (15,7%), e em 2009, após os efeitos negativos da crise mundial, retoma ao mesmo patamar registrado pela Pnad em 1999 (18%). Após uma década, houve uma pequena redução dos jovens brasileiros sem emprego, de 8 p.p. (pontos percentuais), que em números absolutos significa que havia em 2009, 13 milhões de jovens que ainda se encontravam à margem do emprego socialmente protegido. Embora se observe uma leve redução da taxa de desemprego, em números absolutos isso não se traduziu em redução do estoque de jovens de desempregados (3,7 milhões, 100 mil a mais em relação 1999), e, por conseguinte, continuam sobre-representados entre desempregados (44%).

No momento histórico em que o desemprego juvenil eclode na cena pública brasileira, enquanto urgência social a ser resolvida, as respostas públicas, traduzidas na implementação das políticas e programas de incentivo ao primeiro emprego a partir do final dos anos de 1990, foram motivadas muito mais pelo pânico moral condensado na imagem social de uma juventude ociosa, potencialmente violenta e criminosa, do que propriamente do



reconhecimento do direito dos jovens ao trabalho (MADEIRA, 2004 ABRAMO, 1997). Também será o momento em que se verifica um *processo de juvenização* do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, formas de inserção e relações de trabalho geralmente classificadas como tipicamente juvenis, porta de entrada para os recém-chegados, composta por um leque de atividades laborais mal remuneradas, sem proteção social, precárias e instáveis, em patamares sempre abaixo do mínimo necessário para reprodução da força de trabalho, que num contexto reconfiguração do mercado de trabalho deixa de ser exclusividade juvenil, e se transforma numa regra do mercado de trabalho.

Paradoxalmente, o rosto jovializado do mercado do trabalho tem traços e contornos delineados pelo desemprego estrutural e uma inclusão salarial precária, insegura e instável, que não se restringe e não pode ser compreendida enquanto um conflito de gerações, onde as gerações mais velhas estão escassamente dispostas a facilitar a incorporação das gerações mais jovens, mas na sua articulação com a totalidade do mundo do trabalho do Brasil, com suas múltiplas relações e contradições, e a maneira como este é afetado pelos processos de crises e reestruturação do capital em escala mundial. A juvenização do mercado de trabalho, enquanto regra normativa do seu *modus operandi*, tem implicações diretas na dinâmica de incorporação da força de trabalho juvenil, pois, face a um quadro de desemprego crescente, as vagas tradicionalmente atribuídas aos jovens passam a ser disputadas e preenchidas pelos adultos, logo, já ingressam no mercado de trabalho em posição de desvantagem social, ou seja, na condição de desempregados e quando encontram uma ocupação é precária e não permite uma projeção social (ABAD, 2005).

Nesse sentido, é importante desvelar os múltiplos aspectos que recobrem a situação dos jovens no mercado de trabalho jovializado, cuja cartografia social é traçada por mapas e labirintos que se articulam e se integram pela redundância e perenização da precarização social do trabalho, cujos fios que sustentam a tessitura de suas implicações na vida dos jovens estão entrelaçados a outros processos e espaços sociais que ultrapassam as fronteiras do mercado do trabalho e influenciam nas urdiduras existentes entre juventude brasileira e trabalho.

A nosso ver, a decifração das tensões e contradições que circunscrevem os nós que interligam os jovens ao mundo do trabalho deve levar em conta algumas dimensões analíticas. Em primeiro lugar, é importante destacar o peso das mudanças ocorridas na dinâmica demográfica brasileira nas últimas décadas e os seus ecos sobre a composição e o tamanho da população economicamente ativa, principalmente no momento atual, em que se observa o fim da onda jovem (MADEIRA, 1998) e a existência de bônus demográfico (DINIZ ALVES,

2010; SAAD, MILLER, MARTÍNEZ, HOLZ, 2012) considerado como uma janela de oportunidade para o desenvolvimento e o crescimento econômico do país, uma vez que se verifica uma mudança na pirâmide etária da população do país que altera significativamente a razão de dependência demográfica<sup>50</sup>. Contudo, as condições demográficas favoráveis não são em si mesmas suficientes para transformar a realidade social, e nisto, há que se avaliar a natureza das políticas macroeconômicas, fiscais e sociais do Estado e suas implicações na redução das desigualdades e bem-estar da população, principalmente no que diz respeito a políticas de formação e integração das novas gerações para a vida adulta, seja na oferta e ampliação do acesso a educação, bem como na inserção e permanência no mercado de trabalho.

Também é preciso levar em consideração a situação educacional dos jovens, as contradições e desigualdades sociais impregnadas no sistema escolar brasileiro, que se traduzem nas possibilidades desiguais de aquisição das credenciais escolares requeridas pelas empresas, num contexto em que se estabelecem patamares mínimos de escolaridade, de modo que os jovens adultos (20 a 29 anos) sem os níveis educacionais adequados são os mais afetados pelo processo de deterioração e precarização do trabalho. Por outro lado, nos anos 2000, houve elevação de nível de escolaridade formal dos jovens, embora aquém do desejável, e isso não tem assegurado um “passaporte” automático de inserção no mercado de trabalho.

Além disso, há que se problematizar a relação intermitente entre educação e trabalho na vida dos jovens brasileiros (MADEIRA, 1986), enquanto agências socializadoras que se superpõem ou se conciliam de acordo com a condição de classe, de origem ou o momento que esteja se vivendo este ciclo da vida, portanto, o ingresso precoce e a conciliação entre estudo e trabalho são marcos históricos nos processos de transição escola-trabalho dos jovens brasileiros, principalmente para aqueles que são oriundos das camadas populares (HANSELBALG, 2003).

Além dos aspectos demográficos e educacionais, é importante entender as especificidades dos processos de transição laboral dos “novos demandantes” ao mercado de trabalho, especialmente para os jovens das camadas populares e filhos de trabalhadores

---

<sup>50</sup> ... A razão de dependência, é, como o próprio nome diz, uma razão, um quociente que leva no numerador o estrato da população em idade dependente – por convenção internacional, os mais jovens, com idades entre 0 e 14 anos, e os mais idosos, com 65 anos e mais – para cada grupo de 100 pessoas em idade ativa – as coortes etárias com idades entre 15 e 64 anos. O nível de dependência é diretamente proporcional ao tamanho dessa razão: quanto maior o numerador, maior a dependência. Economicamente falando, isso significa que o peso da parcela da população em idades dependentes é maior sobre aqueles em idade economicamente ativa. Quando essa razão se reduz, o peso econômico da dependência diminui, e a população em idade ativa, ao produzir, gera recursos adicionais que podem ser revertidos em poupança, em investimentos e desenvolvimento econômico do país” (DINIZ ALVES, 2010, p.384).

assalariados dos extratos de renda inferiores num contexto de reestruturação econômica e de intensa precarização das relações de trabalho que restringem ainda mais as possibilidades de inclusão no mercado de trabalho. Tanto do ponto de vista empírico, quanto teórico, a juventude brasileira é marcada por uma “condição comum” e singular, de tal modo que é preciso adjetivá-la enquanto *juventude trabalhadora* (GUIMARÃES, 2005). Como afirma Sposito (2005), “o trabalho também faz a juventude”, é um suporte social efetivador da condição juvenil e dos modos de ser jovem em nosso país. É uma condição comum, vivida na heterogeneidade de situações e condições de trabalho, que produzem sentidos diferenciados para relação dos jovens com o trabalho. Logo, o contexto em se que trabalha, o itinerário percorrido e o perfil do jovem trabalhador também são peças-chave para a decifração dos sentidos do trabalho na vida dos jovens (CARROCANHO, 2008, TARTUCE, 2007, GUIMARÃES, 2005; SILVA, 2012).

Portanto, este capítulo busca estabelecer mediações analíticas entre as questões teórico-metodológicas problematizadas e discutidas nos capítulos anteriores e os itinerários e trajetórias sócio-profissionais dos jovens investigados na pesquisa de campo, objeto de discussão do capítulo 5. A fim de atingir este propósito, busca-se inicialmente caracterizar “quem são, onde estão e o que fazem os jovens brasileiros”, e na sequência, discutiremos a relação entre trabalho-estudo e a transição para a vida adulta, e por fim, analisaremos a evolução e as transformações no padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho metropolitano brasileiro e baiano na década de 2000, tendo em vista problematizarmos as especificidades da precarização social do trabalho juvenil e do emprego formal para jovens.

#### **4.1 Breve caracterização da situação juvenil do Brasil: quem são, onde vivem e o que fazem os jovens brasileiros?**

Conforme afirmamos no capítulo 2, a noção de juventude é uma construção histórica e social que remonta a um determinado momento do ciclo da vida, caracterizada por determinados valores, atitudes e práticas, cujos sentidos e formas de reconhecimento se alteram ao longo do tempo e se diferenciam de acordo com as configurações socioculturais de cada sociedade ou país. Assim, os dispositivos de fabricação social da juventude, sejam políticos, administrativos, ideológicos, sociais apresentam certa variabilidade de acordo com os contextos sociais, e é neste campo de batalhas que a sociedade constitui e atribui um significado à condição juvenil. Contudo, os jovens, enquanto sujeitos que vivem essa fase da vida, interpretam, rejeitam, ratificam ou reinventam os modelos de ser jovem predominantes

em determinado período histórico, ou seja, são sujeitos históricos concretos que experimentam a condição juvenil a partir da sua situação de classe, pertencimento étnico, origem social, gênero etc. Circunscrevendo o nosso olhar ao contexto da realidade brasileira, é fundamental para a nossa investigação, esboçar os traços gerais da situação dos jovens brasileiros a partir de ângulos e perspectivas diferentes que nos permitam responder a três questões básicas: Quem são eles? Onde vivem? O que fazem?

Um primeiro obstáculo a ser resolvido é definir os critérios de classificação e de mensuração da situação juvenil. Uma resposta comum seria definir como jovens todos aqueles que fazem parte de uma faixa etária, cujos limites de idade não são fixos, podendo se alterar conforme os dispositivos de fabricação da juventude, sendo, portanto, arbitrariamente definidos conforme já apontara Bourdieu (1982). Em geral, os estudos e pesquisas sobre juventude seguiram como parâmetro balizador a definição da ONU<sup>51</sup>, que define como jovens aqueles que têm entre 15 e 24 anos, podendo ser subdivididos em adolescentes (15 a 19 anos) e jovens propriamente ditos (20 a 24). Esses limites podem se ampliar, a depender das condições sociais ou transformações na transição escola-trabalho, sendo que “para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, no outro extremo – com o aumento de expectativas de vida e as mudanças no mercado de trabalho – uma parte deles acaba por alargar o chamado ‘tempo de juventude’ até a casa dos 30 anos” (NOVAES, 2006, p. 105). Estudos recentes apontam que as mudanças no padrão de inserção no mercado de trabalho é uma dimensão importante de compreensão dos processos de transição para a vida adulta, uma vez que as mutações do trabalho têm colaborado significativamente para o prolongamento da fase da vida e reconfigurado os papéis sociais e as fronteiras entre jovens e adultos, de modo que incorpora-se às análises recentes sobre a condição juvenil brasileira o subgrupo etário de 25 a 29 anos, denominado de jovens-adultos (CAMARANO; LEITÃO E MELO, KANSO, 2009; BORGES, 2008).

A partir de 2005, o Brasil passou a adotar os padrões internacionais<sup>52</sup>, e desde então, considera-se como jovem todo cidadão ou toda cidadã com idade entre 15 e 29 anos<sup>53</sup>. Em

---

<sup>51</sup> Em 1985, a ONU, em virtude das comemorações do Ano Internacional da Juventude, adotou uma definição de juventude com o objetivo de subsidiar as diretrizes para o planejamento e acompanhamento das questões relacionadas à temática. Adotou para fins estatísticos que jovens seriam as pessoas com idade entre 15 a 24, sem prejuízo de outras definições dos Estados Membros. Quando a Assembléia Geral aprovou o Programa Mundial de Ação para a Juventude até ao Ano 2000, reiterou novamente a definição de juventude como a coorte etária 15-24. Entretanto, reconhece que para além da definição estatística do termo juventude, a noção de juventude apresentava variações em diferentes sociedades em todo o mundo, cujos sentidos mudavam continuamente como resposta a flutuações das circunstâncias políticas, econômicas e socioculturais.

<sup>52</sup> Em 2001, em Dakar, Senegal, aconteceu o Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Nesta ocasião, o grupo de trabalho “Política, Participação e Direitos dos Jovens” solicitou a ONU a redefinição da sua noção de juventude, ampliando o limite superior para os 30 anos, uma vez que os jovens enfrentam dificuldades

2007, a Secretaria de Nacional de Juventude estendeu até os 29 anos de idade o limite de etário do público alvo das políticas e programas de governo destinados à juventude. Todavia, independente dos limites etários adotados, concordamos com a posição de Regina Novais, “*qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais*” (NOVAES, 2006, p. 105).

A definição dos jovens brasileiros, balizada por parâmetros etários, enquanto um conjunto de pessoas com idade de 15 a 29 anos, recobre um segmento populacional socialmente heterogêneo, inserido em contextos e condições sociais diferenciadas e desiguais, e, por conseguinte, em processos e etapas distintas de transição para a vida adulta. Todavia, a análise da condição juvenil com base em uma faixa etária, ainda que se demonstre imprecisa, é um critério de aproximação da situação concreta dos sujeitos jovens, principalmente quando os estudos se baseiam em dados produzidos pelas estatísticas oficiais, sendo que os riscos de simplificação podem ser reduzidos, quando se incorpora e associa a classificação etária às múltiplas dimensões ou aspectos que recobrem a vivência desigual da condição juvenil no Brasil (FERNANDES, 2008).

De acordo com Novaes (2006, p.106), a desigualdade de classe é a mais evidente entre os jovens brasileiros hoje, que se expressa de forma mais explícita na vivência da relação escola/trabalho, pois “quando e como um jovem começa ou termina de estudar ou trabalhar expõe as fissuras de classe presentes na sociedade brasileira”. Contudo, as diferenças de origem social e a situação de classe quando combinadas com recortes de gênero, raça e local de moradia, alteram significativamente a vivência da condição juvenil, pois “ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco”, morador das “favelas, subúrbios, vilas, preferias, morros” fazem a diferença nas possibilidades de viver a juventude. Para além desses recortes, não se pode desconsiderar as disparidades regionais existentes no país, bem como as relações entre campo e cidade, e suas implicações (negativas ou positivas) nos modos de ser jovem, pois as especificidades de determinada região ou local podem agravar ou incidir sobre os diversos fatores que produzem e/ou reproduzem as desigualdades sociais, cabendo destaque para as desigualdades existentes nos mercados de trabalho regionais marcados por uma forte

---

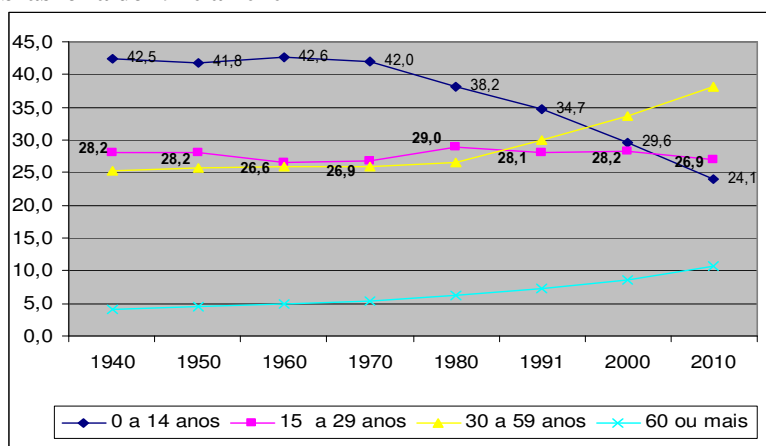
no processo de transição para a vida, principalmente nos países em desenvolvimento (FÓRUM MUNDIAL DA JUVENTUDE CONCLUI EM DAKAR, s/d).

<sup>53</sup> A lei 11.129/2005, ao definir as competências da Secretaria Nacional da Juventude, estabeleceu os jovens da faixa etária de 15 a 29 como o público alvo dos programas e projetos destinados à juventude no âmbito do governo federal.

heterogeneidade estrutural<sup>54</sup>. A seguir, iremos destacar alguns traços da situação juvenil brasileira atual.

Do ponto de vista de demográfico, o Brasil durante muito tempo foi considerado um país jovem. Todavia, no limiar do século XXI, os estudos populacionais têm apontado para o fim de uma era, uma vez que as projeções populacionais realizadas, tanto pelo IBGE quanto pela ONU, indicam uma tendência progressiva de envelhecimento da população brasileira nas próximas décadas. Durante o século XX, o peso relativo da população jovem de 15 a 29 anos no total da população brasileira se manteve estável, de tal forma que, tal caracterização (Brasil – país jovem!) se deve muito mais ao peso relativo da população de 0 a 14 anos, do que propriamente aos jovens. Em 1940, início de período de industrialização e urbanização do país, os jovens representavam 28,2% da população total e os que tinham menos de 15 anos estavam sobre-representados com 42,5%, ou seja, esses dois segmentos etários representavam 70,7% da população brasileira (Ver gráfico 1). Ao longo do século XX, a proporção desses dois segmentos etários manteve-se elevada em relação aos demais grupos etários da população, começando a diminuir a partir de 1970 em decorrência da redução das taxas de fecundidade. Até os anos 2000 mais da metade da população brasileira (57,8%) era constituída de crianças e adolescentes (29,6%) e de jovens (28,2%).

**Gráfico 1- Participação relativa dos grupos etários no total população brasileira de 1940 a 2010**



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1940 a 2010.  
Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE.

Os dados do Censo de Demográfico de 2010, conforme tabela 1, demonstram uma redução do peso relativo destes dois segmentos na composição total da população, os quais somados representam 51% da população brasileira. Portanto, se é verdade que estaríamos presenciando um fim de uma era, de um país relativamente jovem, isso não significa que os

<sup>54</sup> Sobre a heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho ver Francisco de Oliveira (2003).

jovens ainda não sejam um contingente populacional expressivo. Em 2010, o país contabilizou, em termos absolutos, o maior número de jovens de sua história, aproximadamente 51 milhões. Este número expressivo de jovens é um resultado da dinâmica demográfica dos últimos 30 anos, enquanto efeito das descontinuidades demográficas.

**Tabela 1- População de 15 a 29 anos no Brasil - 1940 a 2010**

Em valores absolutos e em percentual

ANO	TOTAL ABSOLUTO	VARIÇÃO		PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL	TAXA DE CRESCIMENTO
		ABSOLUTA	RELATIVA		
1940	11.613.648	-	-	28,2	-
1950	14.625.725	3.012.077	25,9	28,2	2,33
1960	18.658.579	4.032.854	27,6	26,6	2,47
1970	25.043.157	6.384.578	34,2	26,9	2,99
1980	34.531.408	9.488.251	37,9	29,0	3,26
1991	41.220.428	6.689.020	19,4	28,1	1,62
2000	47.930.995	6.710.567	16,3	28,2	1,69
2010	51.330.569	3.399.574	7,1	26,9	0,69

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1940 a 2010. Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE  
 Nota: 1 - Até 1960, população presente. A partir daí, população residente; 2- Para 1940, exclusive 16 713 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta; 3 - Para 1950, exclusive 31 960 pessoas recenseadas cujas declarações não foram apuradas por extravio do material de coleta; 4 - Para 1991 e 2010, dados da Amostra; 5 - Para 2000, dados do Universo.

De acordo com Madeira (1998), isso significa que os fatores que interferem na dinâmica demográfica (mortalidade, fecundidade e migração) podem produzir efeitos de alargamentos ou estreitamentos na pirâmide etária, os quais irão necessariamente produzir ecos (alargamento e estreitamento) em sucessivas gerações, o que explicaria a existência de uma sinuosa onda jovem no Brasil no final dos 90. Dentre os fatores explicativos, Camarano e outros (2009, p.75) destacam que:

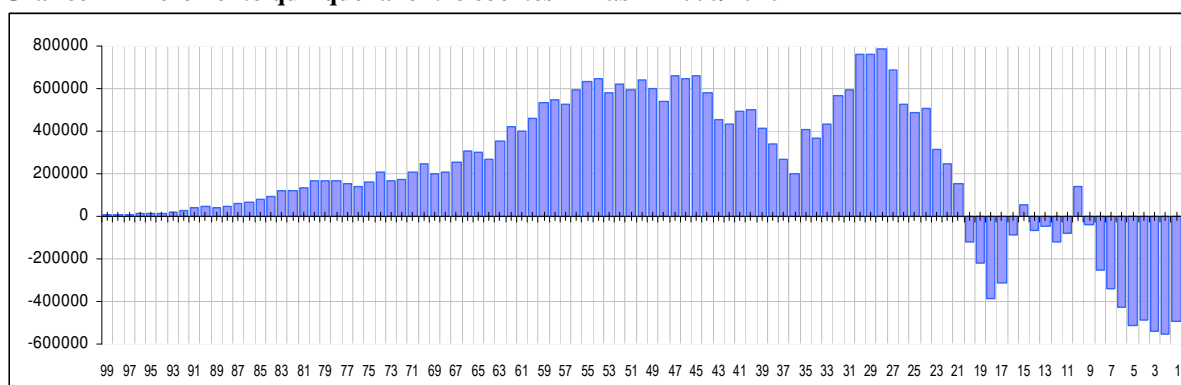
(...) a forte queda da mortalidade no Brasil após a Segunda Guerra Mundial seria a maior responsável pelo alargamento da base da pirâmide de 1960, refletindo-se, em 1980 e 2000, no aumento da proporção de mulheres em idades férteis e um alargamento da base da pirâmide, resultante do incremento no número absoluto destas mulheres.

Madeira (1998) chamava atenção ainda para os efeitos sociais e demográficos da onda jovem nos anos 2000, principalmente sobre o mercado de trabalho, que provocou um crescimento na população em idade ativa, ou seja, uma maior pressão dos jovens sobre o mercado de trabalho, especialmente dos grupos etários de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Por outro lado, também se verifica uma desaceleração acentuada na taxa de crescimento dos jovens de 15 a 29 anos, sobretudo no período de 2000-2010, que se expressa na redução da taxa de crescimento relativo registrada para este período, quando comparada com a taxa da

década anterior. Em 2010, houve um menor incremento da população jovem em relação aos anos 2000, mas que em números absolutos não deixa ser expressivo (3,4 milhões de jovens), dado em grande medida pelo crescimento relativo do subgrupo etário de 25 a 29 anos (23,5%), seguido do subgrupo de 20 a 24 anos (6,8%), em contrapartida da redução da proporção do subgrupo de 15 a 19 anos (-5,3%).

De certa forma, pode-se observar um deslocamento dos efeitos da onda jovem para o grupo etário de 25 a 29 anos (ver gráfico 2), segmento da população juvenil que vive de forma (in)tenso a transição escola-trabalho e o ingresso na vida adulta, apontando para a necessidade de políticas públicas diferenciadas para esses jovens, especialmente no que se refere à educação e a inserção no mundo do trabalho, num contexto de despadronização de trajetórias e itinerários para a vida adulta. Portanto, os jovens ainda constituem uma parcela significativa da população brasileira (26,7%), cuja magnitude<sup>55</sup> e importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do país não deve ser desprezada, o que implica o desafio político de converter o bônus demográfico em política social para os jovens (MUELLER, 2012; CAMARANO; LEITÃO E MELO, KANSO, 2009). A questão nodal é justamente o tipo de resposta do Estado brasileiro frente a esse novo cenário da dinâmica demográfica, especialmente no que diz respeito aos investimentos públicos destinados para atender as demandas dos jovens, que apresentam diferenças e disparidades sociais expressivas por regiões geográficas, níveis de renda, escolaridade, gênero, raça etc.

**Gráfico 2 - Incremento quinquenal entre coortes - Brasil - 2000/2010**



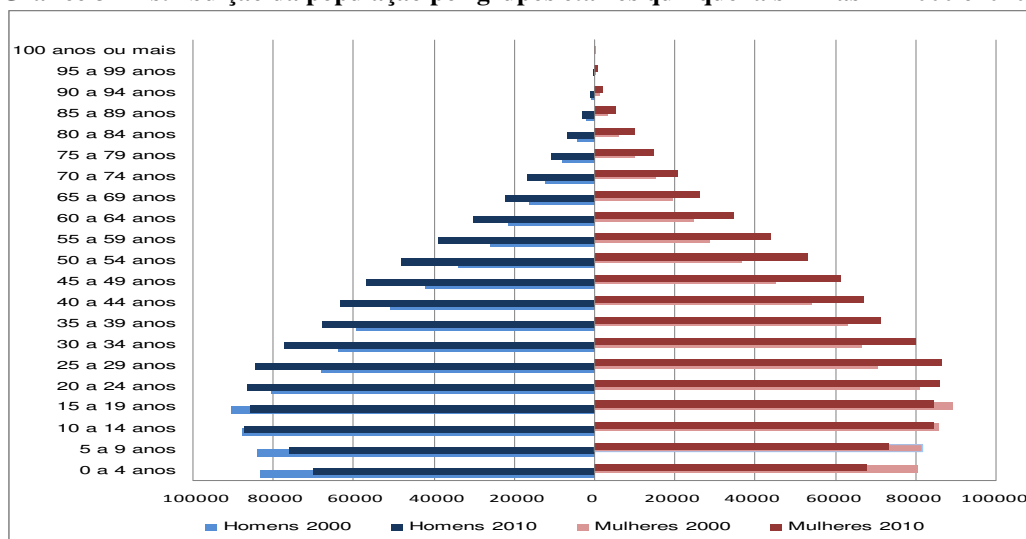
Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE.

<sup>55</sup> Para se ter uma noção da magnitude da população juvenil brasileira, basta compará-la com o tamanho da população da Colômbia (47.550.708) ou da Argentina (41.118.986 de habitantes), que depois do Brasil são os dois países mais populosos da América do Sul.



**Gráfico 3- Distribuição da população por grupos etários quinquenais - Brasil – 2000 e2010**



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE.

No que se refere à composição da população juvenil de 15 a 29 anos, segundo o sexo, metade desta é composta de mulheres e metade por homens, o que configura uma razão de sexo de 100%. Em geral, a participação das mulheres é ligeiramente maior que a dos homens na composição da população, gerando razões de sexo próximas de 100%, ou seja, uma maior proporção de mulheres na população total. Isso acontece quando há maior mortalidade dos homens em decorrência da violência ou por migração masculina (FERNANDES, 2008). No entanto, não há diferenças significativas nas razões de sexo entre adolescentes, jovens e jovens adultos quando se observa a média brasileira.

No caso de regiões ou metrópoles, onde se concentram maiores índices de mortes violentas, a razão de sexo tende a ser mais baixa, podendo apresentar leves alterações entre os subgrupos etários, influenciadas pela mortalidade de adolescentes e jovens adultos homens. Contudo, o equilíbrio de homens e mulheres na composição total da população juvenil não se traduz em igualdade de gênero entre homens jovens e mulheres jovens em diversas esferas da vida social, tanto na esfera privada quanto pública. Mais adiante, retomaremos esta questão para explicitar as desigualdades de gênero incrustadas nas mudanças ocorridas no padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, que cada vez mais é feminino e precarizado.

Os dados do Censo 2010 também dispõem de informações sobre a composição da população segundo a variável cor/raça, a partir da qual é possível inferir sobre pertencimento racial dos jovens brasileiros. O IBGE, ao adotar em suas estatísticas o conceito de cor/raça, classifica a população brasileira em branca, preta, parda, indígena, amarela e sem

declaração<sup>56</sup>. Contudo, essa forma de classificação não é inocente, principalmente se considerarmos que historicamente no Brasil houve um processo de construção ideológica de embranquecimento da população. Por isso, diferentemente do IBGE, utilizaremos a palavra negro para designar o somatório de pardo e preto, justamente por considerá-la mais representativa do processo de reconstrução identitária da população negra em nosso país. Ao analisarmos os dados do Censo dessa perspectiva, observa-se que 53,7% dos jovens brasileiros são negros; 44,7% são brancos, 1,1% amarelos e 0,4% são indígenas. Com efeito, as desigualdades raciais existentes no país, combinadas ou incrustadas nas desigualdades de classes, interferem acentuadamente nas experiências e práticas sociais de jovens negros e jovens brancos do país.

Os jovens negros, em grande medida, dado o seu pertencimento étnico e a sua condição de classe, enfrentam na vida cotidiana, nas relações de trabalho, na escola, nos espaços públicos formas diferenciadas de discriminação racial e social, de racismo e de violência material e simbólica. Apesar de uma década de políticas afirmativas, dentre as quais se destacam as políticas de cotas para as universidades, os jovens negros brasileiros ainda enfrentam um conjunto de problemas que limitam as possibilidades e as oportunidades de construção de trajetórias sociais ascendentes, estando sobre-representados na população juvenil desempregada e nas ocupações precárias do mercado de trabalho, bem como, entre os jovens que não trabalham e nem estudam. Além disso, os jovens negros são as principais vítimas da violência urbana no Brasil, o que se expressa nas elevadas taxas de mortalidade dos homens negros, os quais estão sobre-representados no total de homicídios do país<sup>57</sup>, configurando uma verdadeira situação de extermínio social.

Outro aspecto a ser levado em consideração, na construção do rosto multifacetado dos jovens no Brasil, é a sua distribuição pelo território nacional. Segundo os dados do Censo de 2010, em geral esta distribuição se aproxima da distribuição total da população. A região Sudeste é a região que concentra a maior parte dos jovens do país, aproximadamente 40% do total, ou seja, mais de 20 milhões vivem na região que concentra as atividades mais dinâmicas da economia do país, e por conseguinte, concentra os mercados de trabalho metropolitanos, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, com um patamar significativo de postos de

---

<sup>56</sup> Sobre os usos sociopolíticos e científicos dos termos raça, cor, cor da pele e etnia ver Antonio Sérgio Guimarães (2011).

<sup>57</sup> De acordo com Waiselfisz (2013, p.85) a participação dos jovens negros no total de homicídios juvenis em 2002 era de 63%, e em 2011 elevou-se para 76,9%. Enquanto isso, a participação dos jovens brancos caiu de 36,7% em 2002 para 22,8% em 2011. Portanto, “com esse diferencial de ritmos, a vitimização de jovens negros passa de 71,6% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 71,6% mais jovens negros que brancos – para 237,4% em 2011, maior ainda que a pesada vitimização na população total que nesse ano foi de 153,4%”.

trabalhos protegidos e de melhor qualidade existentes (BORGES, 2008). Por outro lado, não se pode desconsiderar que parcela significativa dos jovens vive na Região Nordeste, uma das regiões menos desenvolvidas do país, onde estão 38,2% dos jovens brasileiros. Se considerarmos que as regiões do Brasil apresentam desigualdades e assimetrias socioeconômicas entre si, mais da metade dos jovens vive nas regiões mais pobres do país, isto é, 52% da população juvenil vivem nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

**Tabela 2 - Distribuição da população residente de 15 a 29 por Grandes Regiões do Brasil – 2010**

Em percentual (%)

Brasil e Grandes Regiões	Grupos etários x Ano							
	15 a 19		20 a 24		25 a 29		15 a 29	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	8,5	9,7	8,0	9,0	7,6	8,6	8,1	9,1
Nordeste	31,1	30,2	28,7	29,3	26,6	27,9	29,0	29,2
Sudeste	39,9	38,8	42,3	40,6	43,7	42,0	41,8	40,5
Sul	13,7	13,8	13,7	13,6	14,5	13,7	13,9	13,7
Centro-Oeste	6,9	7,4	7,3	7,6	7,6	7,8	7,2	7,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE

Nota: 1 - Os dados são da Amostra

Quando se olha os jovens a partir da sua distribuição pelo território nacional, o lugar de origem, urbano ou rural, é uma dimensão complementar, e não menos importante, para a caracterização do rosto dos jovens brasileiros. Os dados do último Censo mostram que 85% dos jovens de 15 a 29 anos vivem nos espaços urbanos e 15% nas áreas rurais do país. Esta proporção é um pouco maior do que a observada no Censo 2000, cujo percentual registrado para este grupo etário foi de 82%. As regiões que concentram as maiores proporções de jovens urbanos acima da média nacional, por ordem de importância, são as regiões Sudeste (93,2%), Centro Oeste (90,3%) e Sul (86,6%). Por sua vez, as regiões Nordeste (73,7%) e Norte (75,3%) apresentam proporções de jovens urbanos abaixo da média nacional, e consequentemente, é nas áreas rurais dessas regiões que vive a maioria dos jovens rurais do Brasil, sendo que do total de jovens de 15 a 29 anos residentes em áreas rurais (7,8 milhões), metade desses vivem na Região Nordeste (3,9 milhões) (Ver tabela 3).

Do ponto de vista estatístico, os jovens rurais se constituem como uma “minoría” no conjunto da população juvenil, mas há de se considerar que não se trata de um contingente juvenil nada pequeno (7,8 milhões!!), com particularidades socioculturais e econômicas, os quais são invisibilizados socialmente. Conforme a tabela 04 demonstra, a proporção de jovens

que residem em áreas rurais apresenta uma variação de acordo com os subgrupos etários, o que indica que a decisão de sair ou ficar no campo assume contornos diferenciados (CASTRO, 2010). Quanto mais os jovens se aproximam do momento de transição escola-trabalho e de inserção na vida adulta, os fluxos migratórios do campo para a cidade se tornam mais intensos, de tal forma que os jovens de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos são os subgrupos etários que apresentam proporções relativas acima da média para o grupo de 15 a 29 anos.

**Tabela 3 - Proporção de jovens de 15 a 29 anos residentes em áreas urbanas por Grandes Regiões do Brasil – 2000 e 2010**

Em percentual (%)

Brasil e Grandes Regiões	Grupos etários x Ano							
	15 a 19		20 a 24		25 a 29		15 a 29	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	80,2	82,6	82,7	85,3	83,6	86,4	82,0	84,8
Norte	71,5	73,3	73,3	75,9	73,3	76,9	72,6	75,3
Nordeste	68,3	70,7	71,6	74,4	73,2	76,2	70,7	73,7
Sudeste	89,8	92,3	91,0	93,5	91,2	93,9	90,7	93,2
Sul	80,9	84,6	83,3	87,4	82,9	87,8	82,3	86,6
Centro-Oeste	87,7	89,3	88,1	91,1	87,4	90,6	87,7	90,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE

Nota: 1 - Os dados são da Amostra

**Tabela 4 - Proporção de jovens de 15 a 29 anos residentes em áreas rurais por Grandes Regiões do Brasil – 2000 e 2010**

Em percentual (%)

Brasil e Grandes Regiões	Grupos etários x Ano							
	15 a 19		20 a 24		25 a 29		15 a 29	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	12,2	14,9	12,5	14,8	12,4	14,6	12,4	14,8
Nordeste	49,8	51,0	47,2	51,1	43,4	48,9	47,3	50,4
Sudeste	20,5	17,3	22,0	17,9	23,4	18,9	21,8	18,0
Sul	13,2	12,2	13,2	11,6	15,0	12,2	13,7	12,0
Centro-Oeste	4,3	4,6	5,1	4,6	5,8	5,3	4,9	4,8

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE

Nota: 1 - Os dados são da Amostra

Por outro lado, os espaços urbanos concentram a maioria dos jovens brasileiros, em configurações socioeconômicas diversas e desiguais, cujas trajetórias e percursos biográficos, as formas de viver a juventude estão entrelaçadas às mutações sociais da experiência urbana das cidades brasileiras, no contexto da globalização, de financeirização da economia e de intensas mudanças na estrutura ocupacional dos mercados de trabalhos urbanos. Dada a sua magnitude, o rosto dos jovens urbanos é bastante heterogêneo, e, múltiplas são as suas demandas, sejam no campo da cultura, da educação, do trabalho e do lazer. Contudo, é preciso reconhecer que a condição de classe é o elemento que unifica a heterogeneidade de

situações e de especificidades que perpassam a condição juvenil brasileira. Nesse sentido, endossamos a afirmação de Gaudêncio Frigotto (2004, p.181), qual seja:

Os jovens a que nos referimos...têm “rosto “definido”. Pertencem à classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas... Compõem esse universo, uma enorme massa de jovens [que] trabalha com a família em minifúndios ou como arrendatários ou assalariados do campo. Outros milhares de jovens vivem nas centenas de acampamentos, de norte a sul, do Movimento do Trabalhadores Sem Terra (MST). **Mas certamente, o maior número de jovens filhos de trabalhadores reside em bairros populares ou favelas das médias e grandes cidades do Brasil.** [grifo nosso].

A nosso ver, a distribuição da renda domiciliar per capita<sup>58</sup> é um indicador indireto da distribuição dos jovens na estrutura socioeconômica brasileira, que nos possibilita realçar ainda mais os traços definidores de sua condição de classe. Embora saibamos que os estratos de renda econômica não se constituem como único indicador de definição da condição de classe, eles refletem indiretamente o lugar que os indivíduos ocupam na divisão social do trabalho, podendo ser utilizado como um indicador social de mensuração das condições de vida dos indivíduos, dos níveis de desigualdades de renda existentes entre ricos e pobres no país. Em 2010, os dados do Censo apontam que 15% dos jovens residiam em domicílios extremamente pobres com renda *per capita* de até ¼ salário mínimo<sup>59</sup>, e 21% residiam em domicílios com renda per capita entre ¼ a ½ salário mínimo, ou seja, 36% dos jovens brasileiros residiam em domicílios que se encaixavam nos critérios de elegibilidade dos programas sociais de transferência de renda do governo federal, a exemplo do Bolsa Família. Se utilizarmos os critérios oficiais de mensuração da pobreza, 18 milhões de jovens eram extremamente pobres. Aproximadamente 28% dos jovens residiam em domicílios situados um pouco acima do patamar oficial de extrema pobreza (Mais de ½ a 1 salário mínimo). Por sua vez, apenas 6,4% dos jovens moram em domicílios com renda per capita superior a três salários mínimos. Portanto, 64% dos jovens brasileiros viviam em domicílios com renda per capita inferior a um salário mínimo.

Essa assimetria existente na distribuição de renda dos jovens assume proporções bem maiores do que a média nacional, quando desagregamos os dados segundo o local de

<sup>58</sup> De acordo com os critérios adotados pelo IBGE, considerou-se como rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento nominal mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio particular, exclusive aqueles cuja condição no domicílio particular fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. De acordo com Fernandes (2008), a análise da distribuição dos rendimentos a partir desta variável possibilita incorporar a análise os jovens que não tem rendimentos, mas que fazem parte de um grupo de doméstico e estão solidariamente amparados pelos rendimentos financeiros dos seus membros.

<sup>59</sup> O salário mínimo vigente no país no período de coleta de dados do Censo em 2010 era de R\$510,00.

residência, a cor e regiões geográficas, ou seja, a situação de pobreza ou de extrema pobreza atinge principalmente os jovens das áreas rurais, os jovens negros, do Nordeste e do Norte do país. Os dados do IBGE evidenciam que 84,2% dos jovens rurais vivem em domicílios com renda per capita de até 1 salário mínimo, nessa mesma situação encontram-se 74% dos jovens negros, 80% dos jovens nordestinos e 75% dos jovens nortistas. Esse quadro da situação socioeconômica dos jovens brasileiros indica a gravidade da questão social brasileira contemporânea, na medida em que entendemos que a pobreza não traduz apenas uma condição de carência material, que pode ser mensurada a partir de determinados indicadores, mas “...é antes de mais nada, uma condição de privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade” (TELES, 1993, p.13).

Dessa forma, os “destinos sociais” dos jovens brasileiros estão desde já moldados pelas desigualdades de classes, expressas nas desigualdades de renda e nas situações de pobreza e pauperização das famílias trabalhadoras, que acompanham as suas trajetórias ao longo dos percursos para vida adulta, e conseqüentemente, se convertem em chances e oportunidades desiguais no acesso à escola e ao mercado de trabalho. É este lugar social que irá determinar, em grande medida, os limites e possibilidades de construção de uma determinada condição juvenil, a qual não se configura numa tarefa fácil para os jovens brasileiros com rosto “bem definido”, como nos lembra Gaudêncio Frigotto. Na condição de jovens pobres, os jovens brasileiros enfrentam na vida cotidiana o enorme desafio de garantir a sua própria sobrevivência, “numa tensão constante entre a busca de garantia imediata e um possível projeto de futuro” (DAYRELL, 2007, p. 1108).

Um último aspecto a ser destacado diz respeito à escolarização dos jovens brasileiros e à frequência à escola. Segundo dados do IBGE, a situação educacional dos jovens de 15 e 29 anos também é bastante heterogênea, havendo diferenciações entre os segmentos juvenis agrupados nesta faixa etária. Em primeiro lugar, é importante destacar que na última década houve acréscimo significativo da proporção de jovens de 15 a 17 anos na escola, a qual era de 77,% em 2000 e passou para 83,3% em 2010. O aumento de jovens nessa faixa etária é uma das conseqüências diretas do processo massificação do ensino fundamental e médio no país, através do qual se ampliou significativamente o acesso à escola pública. Entretanto, chama a atenção o fato de que essa proporção se reduz quase pela metade para o sub-grupo etário de 18 a 19 anos, havendo uma redução de 4,3 p.p entre 2000-2010, passando de 49,3% para 45% respectivamente. Diversos estudos apontam que geralmente a transição escola-trabalho ocorre entre 18 e 19 anos, de modo que o ingresso no mercado de trabalho é um dos principais fatores que incidem diretamente sobre a frequência dos jovens na escola,

principalmente entre os jovens do sexo masculino (CORROCHANO, 2011; HASENBALG, 2003).

À medida que avança em direção a vida adulta, progressivamente a escola ocupa menos espaço nos itinerários dos jovens de 20 a 29 anos. Os dados do Censo mostram que houve aumento da proporção de jovens adultos (25 a 29 anos) que frequentavam a escola no período em análise, sendo que em 2000 correspondia a 11,5% do total desse sub-grupo etário, e em 2010 saltou para 14,3%. Nesse caso específico, é importante ressaltar que aumentou a proporção de jovens adultos nos cursos superior de graduação, que em parte, está associada à expansão do acesso dos jovens ao ensino superior, a partir da implementação das políticas e programas adotadas pelo Governo Federal anos 2000, dentre as quais se destacam as políticas de cotas nas universidades públicas, e principalmente o PROUNI<sup>60</sup> (SILVA, 2012).

Mas, o quadro geral da situação educacional dos jovens é bastante contraditório. Se considerarmos os jovens de 15 a 29, na época de realização do censo 2010, apenas 35,8% estavam na escola, desde o nível da alfabetização até o doutorado, ou seja, 64,2% desses jovens já estavam fora da escola. Os jovens de 20 a 29 representam 84 % do total de jovens fora do sistema escolar, o que em termos de números absolutos corresponde a 27,5 milhões de jovens adultos. Além disso, ainda persiste a distorção idade/série entre jovens brasileiros. Segundo os dados do Censo (ver tabela 05), na faixa etária de 15 a 17 anos, considerada legalmente como faixa etária regular para se cursar o ensino médio, em 2010, aproximadamente 39% nem sequer havia concluído o ensino fundamental, enquanto que 56% estavam matriculados no ensino médio. Entre os jovens de 18 e 19 anos, observa-se que apenas 27,5% conseguiram acessar o ensino superior, sendo que 40% cursavam o ensino médio regular, 12% Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ensino médio, e 18,2% ainda frequentam o ensino fundamental, seja na modalidade regular (14,4%) ou na EJA. No caso dos sub-grupos etários subsequentes, constituídos de jovens adultos, verifica-se que aumenta a proporção de jovens que cursavam o ensino superior, atingindo mais da metade dos jovens estudantes de 20 a 24 anos e 48,2 % dos de 25 a 29 anos. Contudo, a outra face dos jovens adultos que estão na escola é constituída daqueles que buscam concluir o ensino médio regular, representando 20% do sub-grupo etário de 20 a 24 anos e 15,7% na faixa etária de 25 a 29 anos, bem como, daqueles que ainda se encontram matriculados no ensino fundamental (9,4% em ambos subgrupos etários).

---

<sup>60</sup> O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004, através da lei 11.096/2005, tem por objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e curso sequências de formação específica, em instituições particulares de ensino superior do país.

**Tabela 5 -Distribuição dos jovens que freqüentavam escola por nível de ensino e grupos de idade - Brasil – 2010**

Em percentual (%)

Nível de ensino ou curso que frequentavam	Grupos de idade				
	15 a 17	18 ou 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Alfabetização de jovens e adultos	0,9	1,0	1,5	2,8	1,3
Regular de ensino fundamental	32,9	14,4	9,4	9,4	21,2
EJA do ensino fundamental	5,1	3,9	3,6	5,3	4,6
Regular do ensino médio	56,8	40,4	19,7	15,7	39,9
EJA do ensino médio	2,9	12,0	8,4	8,9	6,5
Superior de graduação	1,4	27,5	53,9	48,2	24,2
Especialização de nível superior	-	0,8	2,8	6,9	1,7
Mestrado	-	0,1	0,7	2,0	0,4
Doutorado	-	0,0	0,1	0,8	0,1

Fonte: Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE

Nota: 1 - Os dados são da Amostra

A distribuição dos jovens que frequentam a escola por rede de ensino ratifica um dado histórico da realidade educacional brasileira, a dualidade entre público e privado na oferta de vagas na educação básica e no ensino superior. Em 2010, a imensa maioria dos jovens que frequentavam a escola básica na modalidade de ensino regular, seja no ensino fundamental (95%) ou ensino médio (86%), eram estudantes de escolas públicas. A massificação do sistema escolar na educação básica ampliou consideravelmente o número de vagas para os filhos dos trabalhadores e das camadas populares, assegurando o direito à educação, ainda que se tenha muito o que fazer e avançar no que diz respeito à qualidade da educação pública ofertada. Em compensação, observa-se a completa mercantização da oferta do ensino superior num contexto de elevação de patamares mínimos de qualificação escolar exigida pelo mundo produtivo, cujos elegíveis são justamente os jovens egressos de ensino médio público que em grande parte precisam financiar a sua qualificação formal no nível superior em instituições de ensino privado, uma vez que se encontram em desvantagens na concorrência das vagas ofertadas em universidades públicas, as quais geralmente são ocupadas por jovens com maior capital escolar, egressos de escolas privadas. Apesar do aumento de vagas em universidades públicas observado na última década, 70% dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam a graduação do ensino superior estão matriculados em instituições privadas. O censo de 2010 contabilizou aproximadamente 4,4 milhões de jovens estudantes do ensino superior, dos quais 3,1 milhões eram estudantes da rede privada.

Ainda sobre a situação educacional, ressalta-se que no limiar do século XXI os jovens brasileiros têm um nível de escolaridade mais elevado do que os adultos. Na comparação com



os adultos observa-se que os jovens de 15 a 29 anos estão em vantagem, pois 62,5% têm entre 8 a 14 anos de estudos, sendo que 34,3% têm o ensino médio completo ou superior incompleto e 28,2% têm o ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto. Enquanto que mais da metade dos adultos (53%) não concluiu nem sequer o ensino fundamental completo (Ver tabela 6).

Portanto, a situação educacional dos jovens no limiar do século XXI é um mosaico de avanços, desafios e problemas. Se por um lado, os jovens estão permanecendo mais tempo na escola, empreendendo um maior investimento em educação formal, dadas as exigências do mercado de trabalho e conquistando nível de escolaridade acima da média dos adultos, por outro, há desigualdades expressivas no acesso à educação, com graus assimétricos variáveis de acordo com o rendimento domiciliar *per capita*, a raça, o gênero, o lugar de moradia e as regiões do país. Persistindo, portanto, a necessidade de democratização, expansão da educação superior pública e melhoria da qualidade da educação em geral.

**Tabela 6 -Distribuição da população nível de instrução mais elevado segundo grupos etários – Brasil -2010**

Nível de instrução	Em percentual (%)				
	Grupos de idade				
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	30 ou mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e fundamental incompleto	36,5	25,4	28,2	30,0	53,1
Fundamental completo e médio incompleto	43,7	22,6	18,5	28,2	14,0
Médio completo e superior incompleto	17,1	45,8	39,9	34,3	21,8
Superior completo	0,4	5,5	13,0	6,3	11,0
Não determinado	2,4	0,8	0,5	1,2	0,2

Fonte: Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Elaboração Própria. Dados sistematizados através do Banco Sidra/IBGE  
Nota: 1 - Os dados são da Amostra

Esse breve quadro da situação educacional dos jovens brasileiros aponta que a escola é um espaço de socialização que ocupa um lugar diferenciado, cuja importância nas trajetórias juvenis perde sua força à medida que os jovens avançam nesse momento do ciclo da vida e se aproximam da vida adulta. A proporção de jovens adultos que já estão fora escola aponta nessa direção. Teoricamente se esperaria que estes jovens já tivessem concluindo pelo menos o ensino médio ou que parte deles estivesse no ensino superior, no entanto, não é isso que acontece, principalmente entre jovens pobres das camadas populares. Para uma parcela nada pequena dos jovens, a juventude não é vivenciada como um tempo de “moratória social”, um tempo exclusivo de formação para o momento futuro de inserção na vida e no mundo produtivo, mas os tempos e os movimentos da vida juvenil estão permeados pelo tempo do trabalho; ou então, pela conciliação do tempo do estudo com o trabalho. Apenas 19% dos

jovens de 15 a 29 anos dedicam-se exclusivamente aos estudos. E mesmo no universo dos jovens que estão na escola, 46% trabalham ou estão à procura de trabalho. Dessa forma, o fazer-se dos jovens brasileiros é fortemente mediado pelo mundo do trabalho, de modo que a transição escola-trabalho assume marcos históricos e específicos na realidade brasileira, especialmente para os filhos dos trabalhadores e oriundos de camadas populares.

Até aqui, o rosto que traçamos dos jovens brasileiros, mediante um conjunto de variáveis construídas a partir de informações censitárias, evidencia que a condição juvenil brasileira é múltipla e desigual. As situações concretas de existência dos sujeitos jovens são heterogêneas, cujos sentidos atribuídos aos modos de ser jovens ganham formas particulares conforme a idade, a classe social, o sexo, as regiões geográficas do país, os locais de moradias, níveis de escolaridade e rendimento.

A seguir, o foco da análise incide sobre as especificidades e mudanças ocorridas no padrão de transição da escola para o trabalho na última década no Brasil, tendo em vista compreender o lugar que o trabalho ocupa na socialização juvenil brasileira. Para tanto, reduziremos o grau de alcance das nossas lentes de visão, a fim de nos aproximarmos ainda mais da realidade empírica da nossa pesquisa de campo. Assim, o nosso olhar se direciona para a realidade dos jovens que moram nas metrópoles brasileiras, onde vivem, segundo dados da Pnad 2011<sup>61</sup>, aproximadamente 35% da população juvenil residente nas áreas urbanas do país. As metrópoles, por concentrarem o aparato produtivo, a riqueza e os mercados de trabalhos mais estruturados em relação demais núcleos urbanos, se configuram como espaços privilegiados de observação das transformações ocorridas no processo de transição da escola para o mundo do trabalho e nos destinos dos jovens trabalhadores num contexto de reconfiguração dos mercados de trabalho metropolitanos e de mutações da experiência urbana das grandes metrópoles como sugerem diversos estudos (TELLES, 2006, SASSEN, 1998; BORGES, 2008; CARVALHO, 2011, 2010).

#### **4.2 A relação entre estudo-trabalho e a transição para a vida adulta: o trabalho faz juventude(s) no Brasil?**

Na problematização teórica suscitada sobre as mutações sociais da condição juvenil contemporânea (capítulo 3), destacamos que as inúmeras análises empreendidas na literatura

---

<sup>61</sup> Os dados aqui aludidos ao “Brasil Metropolitano” referem-se à média das nove regiões metropolitanas pesquisadas pela PNAD, a saber: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal (Brasília).

internacional compartilham do pressuposto de que os dispositivos analíticos geralmente acionados pela investigação sociológica para compreender o processo de transição dos jovens para a vida adulta (**conclusão dos estudos**→ **inserção no mercado de trabalho**→**saída da casa dos pais** → **constituição de nova família**), tornaram-se insuficientes para apreender a complexidade das transições juvenis após as transformações ocorridas pós-crise do fordismo e do modelo de proteção social, erigido sob a tutela do Estado de Bem-Estar.

De maneira bastante esquemática, o que está em questão é a crise do padrão de transição para vida adulta hegemônico durante o período fordista, e conseqüentemente, os dispositivos institucionais que asseguravam a “passagem” programada para o mundo adulto, os quais deixaram de cumprir essa função, redefinindo as condições de reprodução social da juventude. Assim, emergem novos modelos de transição da vida adulta, marcados pela tendência generalizada de retardamento da emancipação familiar e da entrada no mercado de trabalho, com percursos e itinerários sócio-profissionais despadronizados, incertos, inseguros e precários.

Conforme já afirmamos, no modelo explicativo proposto por Joaquim Casal (2006), a transição para a vida adulta é definida como uma articulação complexa entre os dispositivos institucionais e os processos biográficos dos jovens, fruto da trama complexa entre as escolhas dos atores, os constrangimentos socioeconômicos e os dispositivos institucionais. Argumenta o autor que a transição prescinde de um sistema de dispositivos institucionais composto de uma rede de instituições sociais que interferem e regulam a existência da transição, no qual o Estado tem um papel determinante na configuração do padrão de transição para a vida adulta, especialmente na regulação e articulação entre o sistema escolar e sistema produtivo/mercado de trabalho. No caso dos países de capitalismo avançado, onde predominaram os regimes de Bem-Estar Social, o aparato estatal teve papel relevante enquanto agente regulador da transição da escola para o trabalho, principalmente no que diz respeito aos processos de qualificação formal e profissional para o mercado de trabalho, atribuindo à escola um peso determinante na mobilidade sócio-ocupacional dos indivíduos.

Durante os chamados Trinta Gloriosos, a passagem da escola para o mercado de trabalho se deu de forma quase automática, de modo que a noção de “inserção” era desprovida historicamente de qualquer sentido para descrever os processos de transição, tal como afirma Claude Dubar (2001) ao referir-se ao caso francês. Essa “passagem pré-programada” não se devia apenas ao quadro de expansão dos empregos fordistas, era também resultante da forte correspondência existente entre o sistema escolar e o sistema de classificações predominante no sistema de emprego, configurando uma espécie de ciclo

virtuoso que articulava as formas de prover a formação da mão de obra (sistema educativo), de organizar o uso do trabalho (sistema produtivo) e de regular as relações de trabalho (no sistema de relações industriais) (MAURICE, SELIER E SILVESTRE, 1982 apud GUIMARÃES, 2005). Contudo, a partir dos anos de 1970 a passagem instantânea e linear do sistema educativo para o mercado de trabalho vai dar lugar a percursos sinuosos, precários, inseguros e instáveis, como consequência da crise de sistema de emprego fordista. A inserção dos jovens no mundo do trabalho se converte em problema social e objeto de política pública nos países centrais (ALVES, 2007). Nesse cenário, irá ruir a equivalência entre formação/emprego, de modo que a escolarização dos jovens, ou melhor, “...o diploma escolar é uma condição necessária, porém, não suficiente, para se ter acesso ao emprego e que ele não ‘protege’ do desemprego senão de modo relativo” como nos lembra Lucie Tanguy (1999, p. 51-52).

Essa forma de problematizar o papel dos dispositivos institucionais de transição está estreitamente relacionada com a experiência histórica dos países do capitalismo avançado, onde se estabeleceu o Estado de Bem-Estar Social, nos quais predominou um determinado arranjo institucional que articulava o sistema educativo ao mercado de trabalho. Todavia, as formas como se institucionaliza o sistema escolar e como este se relaciona com o mercado de trabalho sofrem variações significativas entre os países.

Seguindo a trilha desse argumento, há alguns estudos que chamam atenção para a necessidade de se compreender a relação entre juventude, trabalho e educação no Brasil, dando destaque para as especificidades brasileiras da transição da escola ao trabalho, de modo a perscrutar as suas implicações nas trajetórias e nos percursos que os jovens percorrem até o ingresso na vida adulta. Aqui merecem destaque os estudos realizados por Madeira (1986); Hasenbalg (2003); Spósito (2005); Guimarães (2005, 2006), Tartuce (2007) e Cardoso (2010, 2012). Esses estudos lançam mão de argumentos substanciados na experiência histórica do Brasil, pondo em destaque alguns elementos determinantes da transição da escola para o trabalho. Então vejamos quais são os argumentos.

Em primeiro lugar, parte-se do pressuposto de que, diferentemente dos países centrais do capitalismo ocidental, o padrão de transição escola-trabalho instaurado no Brasil assumiu historicamente contornos bem diferenciados do padrão fordista de transição para a vida adulta, logo, a suposição de que os jovens ingressam no mercado de trabalho após término da educação formal não encontra lastro de sustentação empírica na realidade brasileira. Assim, duas características se sobressaem no padrão de transição escola-trabalho Brasil, quais sejam:

o **ingresso precoce no mercado de trabalho** e a **conciliação ou superposição de estudo e trabalho** (HASENBALG, 2003).

Esse achado instigante da realidade brasileira remete à problematização do lugar historicamente atribuído à educação nas trajetórias dos jovens e nos seus processos de emancipação e assunção dos papéis sociais da vida adulta, bem como, a necessidade de entendermos as especificidades do sistema escolar e os seus vínculos como o mercado de trabalho. E por outro lado, põe a questão da centralidade do trabalho como dimensão *sine qua non* da juventude, que a particulariza no interior da sociedade brasileira enquanto **juventude trabalhadora** (GUIMARÃES, 2005).

No que se refere às características do sistema escolar brasileiro e as articulações com o mercado de trabalho, as análises desenvolvidas por Hasenbalg (2003) e Guimarães (2006) buscam argumentar a partir da literatura internacional<sup>62</sup>, que a forma como se organiza o sistema escolar em diferentes sociedades/países tem uma forte incidência sobre as chances de êxito no processo de transição escola-trabalho. Argumentam que em geral prevalecem duas modalidades típicas de institucionalização, sendo que haveria sistemas de ensino mais orientados para a formação de qualificações/habilidades profissionais específicas e aqueles mais direcionados a uma formação geral. Um exemplo típico do primeiro caso seria o sistema dual de ensino da Alemanha, o qual apresenta uma forte combinação entre formação geral e treinamento na escola básica, visando à formação de habilidades específicas requeridas por certas ocupações, de modo que a formação profissional é institucionalizada no ensino vocacional oferecido na escola ou através do sistema de aprendizado nas empresas. Em contraposição a essa modalidade, há outros países que enfatizam a formação geral/acadêmica na educação básica, cujos elos entre escola e trabalho são mais frágeis, sendo o treinamento profissional, no local de trabalho ou pós-escolarização formal, o mecanismo importante para inserção no mercado de trabalho. Os Estados Unidos seriam um exemplo de país em que prevalece essa segunda modalidade. Nesse caso, o mercado de trabalho tende funcionar a partir da “competição por emprego”, ou seja:

Neste tipo de mercado de trabalho as credenciais educacionais ordenam as pessoas na “fila de trabalho” (*labour queue*) e, mais do que indicar qualificações específicas, servem aos empregadores como indicadores de custos de treinamento, hábitos de trabalho e disciplina dos postulantes.... A existência da fila de trabalho funciona como incentivo para os jovens adquirirem mais educação, de forma a preservar ou melhorar seus lugares na fila. Algumas das consequências possíveis disto são a oferta em excesso de graduados e a conseqüente desvalorização das credenciais educacionais, a elevação dos requisitos educacionais para preencher empregos que

---

<sup>62</sup>SHAVIT E MÜLLER (1998); ROSEBAUM; KARIYA (1989); KERCKHOFF (1990).

antes exigiam menos instrução formal e a deteriorização das oportunidades de emprego dos menos educados (HASENBALG, 2003, p. 149).

No caso do Brasil, a transformação ocorrida nas últimas três décadas no sistema escolar o aproxima muito mais do modelo de “fila de trabalho”, com o predomínio da educação acadêmica/geral do que da educação técnica-profissionalizante ou vocacional. Se levarmos em consideração a história recente do país, é possível afirmar que o ensino técnico no país teve uma relevante importância até o final dos anos 1960, quando o número de matrículas nesse nível de ensino correspondia a 1/3 das matrículas do ensino médio. Paralelamente, desde 1940 a qualificação profissional dos trabalhadores urbanos ocorreu em grande medida fora do sistema oficial de ensino, principalmente nos próprios locais de trabalho ou através de instituições como SENAI e SENAC. Durante o período da ditadura militar, tentou-se implementar o ensino profissionalizante do 2º grau de caráter compulsório, mas logo depois foi abandonado. Nos anos de 1990, mesmo após a aprovação da LDB/1996, a situação não era diferente das décadas anteriores. No bojo das reformas neoliberais, o governo FHC realizou uma reforma de ensino médio que o aproximava mais ainda do modelo generalista e propedêutico. De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica, organizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP, em 2012 o número de matrículas de cursos de nível técnico (integrado, concomitante ou subsequente ao ensino médio) mais que dobrou quando comparado com o número de matrículas do início dos anos 2000. Nesse ano, o número de matrículas no ensino médio regular do país totalizava 8.376.852 de matrículas, enquanto a educação profissional nível técnico perfazia 1.063.655 de matrículas, o que equivale apenas 12% do total de matrículas do ensino médio (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2013).

Entretanto, Hasenbalg (2003) chama atenção com base em informações estatísticas do Inep de 2001, que em geral a maioria dos alunos matriculados na educação profissional nível técnico tem 18 anos ou mais de idade e já se encontra fora do sistema de ensino regular. Ao que tudo indica, essa situação pouco se alterou ao longo dos anos 2000, dados do levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2007 sobre educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos, realizado em convênio com o Ministério da Educação – MEC, apontam que dentre as pessoas que frequentavam ou frequentaram curso de educação profissional, na ocasião do levantamento, os jovens de 18 ou 19 anos representavam apenas 5,8% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). Seguindo a linha de raciocínio do

referido autor, tais informações reforçam a hipótese de que uma parcela considerável dos adolescentes e jovens adentra ao mercado de trabalho desprovida das habilidades específicas requeridas pelos demandantes da força de trabalho, adquirindo-as no próprio local de trabalho ou em cursos profissionalizantes paralelos ao sistema de ensino, oferecidos por instituições privadas ou através dos programas de qualificação profissional financiados com recursos de fundos públicos, a exemplo do Fundo de Amparo do Trabalho (FAT).

Dessa forma, a suposta ideia de que o ingresso no mercado de trabalho estaria condicionado à conclusão da formação escolar no ciclo básico, socialmente aceita como requisito mínimo para os “novos debutantes”, não se aplicaria ao caso do Brasil. Hasenbalg (2003), ao analisar as “escolhas” condicionadas entre estudo e trabalho realizadas por crianças de adolescentes de 10 a 19 anos, com base em informações da Pnad em três períodos distintos (1982, 1990, 1999), conclui que nas últimas duas décadas do século XX houve um crescimento relativo das crianças e adolescentes que se dedicavam exclusivamente a estudar e daqueles que conciliavam estudo e trabalho, ao passo que reduzia a proporção de jovens dos que somente trabalhavam e dos que não estudavam nem trabalhavam. Sendo assim, observa-se uma tendência à universalização do acesso à escola e melhoria na capacidade de retenção do sistema escolar, o que por certo representou um ganho social, já que haveria menos crianças e adolescentes no mercado de trabalho, pois a taxa de participação caiu para todas as idades analisadas entre 1980 e 1990. Entretanto, tal redução não se dá exclusivamente em virtude da vigorosa expansão dos índices quantitativos do sistema educacional, mas também estaria associado à evolução desfavorável do mercado trabalho durante a década de 1990, em decorrência do aumento das taxas de desemprego e da deteriorização dos postos de trabalho.

Além disso, Hasenbalg constata que a maioria dos jovens que estuda e trabalha, principalmente os de 15 a 19 anos, ingressavam no mercado de trabalho sem ter concluído o ensino fundamental e apresentavam maior atraso escolar quando comparados com aqueles que apenas estudam. Portanto, apesar da expansão de níveis de escolaridade isto não significou uma alteração no padrão da relação estudo e trabalho:

... Os brasileiros começam a trabalhar muito cedo e com pouca educação. Com o passar do tempo, a idade e a educação no momento de ingressar no primeiro emprego tende a aumentar como resultado da transição de uma sociedade predominantemente agrária para uma sociedade urbana complexa e desigual. Essa transição estrutural foi acompanhada, nas duas ou três últimas décadas, por uma expansão do sistema educacional que redundou em uma melhoria do nível de instrução das novas coortes de ingressantes no mercado de trabalho... A maioria das pessoas consegue o seu primeiro emprego em ocupações inferiores ou iguais às de

seus pais e ingressa no mundo do trabalho pela base da hierarquia social. As trajetórias de autonomização longas, implicando uma permanência prolongada na escola e um ingresso tardio no mundo do trabalho, são privilégio de uma parcela bem mais reduzida dos estratos sociais mais elevados. (HASENBALG, 2003, p. 171).

Por sua vez, Adalberto Cardoso (2010), ao desenvolver uma análise sobre a inserção ocupacional dos brasileiros, à luz de informações censitárias desde a década de 1970 e das Pnad's de 1981 a 2005, sustenta a tese de que no Brasil prevaleceu um “*padrão desenvolvimentista de inserção ocupacional dos jovens*”, em que a educação tinha um peso diminuto na configuração das oportunidades iniciais de vida para a grande maioria dos jovens brasileiros. Este padrão distingue-se completamente do padrão fordista de transição escola-trabalho, típico dos países do capitalismo avançado e caracterizado pela forte presença do Estado e da família na regulação dos dispositivos de transição. No caso do Brasil, argumenta o referido autor, a virtual ausência do Estado na regulação desse processo, bem como a promessa (não cumprida) de universalização dos direitos sociais e do trabalho através da regulação do mercado de trabalho urbano promoveram uma inércia estrutural na dinâmica populacional, que implicou a reprodução das desigualdades nas coortes geracionais posteriores.

Para Cardoso, o padrão de transição da escola-trabalho brasileiro não pode ser qualificado como fordista pelas seguintes razões: 1) as taxas de evasão escolar sempre foram altas para os jovens de 15 anos ou mais, sendo que na idade de 18 anos, idade padrão para conclusão do ensino médio, 70 % dos jovens urbanos já não frequentavam a escola em 1970. Um dos fatores explicativos seria que durante o período de mudança estrutural do país (a partir de 1940), a educação formal desempenhou pouca relevância na qualificação dos trabalhadores urbanos, uma vez que a mesma ocorria no próprio local de trabalho e em instituições paralelas ao sistema de ensino regular; 2) Os jovens começavam trabalhar muito cedo, com proporções sempre maiores entre os jovens rurais; 3) Apesar do abandono precoce da escola, nem sempre a transição para o trabalho ocorria sem percalços, o mercado de trabalho nem sempre se constituía como o destino mais provável, havendo situações em que os jovens deixavam a escola direto para inatividade; 4) A inserção dos jovens no mercado de trabalho não se deu em condições tipicamente fordistas de trabalho, pois sempre foram elevadas as proporções de jovens em ocupações não regulamentadas pela CLT; 5) E por último, em mais de quatro décadas (1960-1990), os dados censitários captaram poucas mudanças na relação estudo-trabalho, havendo a cada decênio um leve aumento do percentual de jovens que só estudavam e pequeno decréscimo dos jovens que não trabalhavam e nem



estudavam; além disso, em todos os casos a idade de 17 anos era a fronteira etária em que os jovens eram repelidos para fora da escola.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a relação entre escola e trabalho era “intensamente quiástica e simétrica”, pois era quase que impossível a combinação desses dois mundos, sendo altamente excludentes, um em relação ao outro, para 80% dos jovens. Além disso, o intenso processo de urbanização que ocorrera nesse período só iria surtir efeito sobre a transição da escola-trabalho duas décadas depois (anos de 1990), provocando uma ruptura da simetria quiástica entre esses dois destinos típicos. Segundo Cardoso (idem), sair da escola deixou de significar arrumar um emprego, ou seja, para uma parcela crescente dos jovens, escola e trabalho/emprego deixaram de ser alternativas excludentes, na medida em que cada vez mais jovens, tanto da cidade quanto do campo, passaram a estudar e trabalhar, postergando, portanto, a saída da escola. Por outro lado, isso significou que o desemprego, cujas taxas elevaram-se progressivamente nos anos de 1990 e até meados dos anos 2000, ganhou relevância como destino provável dos egressos da escola. Dessa forma, o padrão desenvolvimentista de transição escola-trabalho irá se alterar substancialmente conforme afirma Cardoso (2010, p.155):

Esse fato inaugura um novo cenário na transição, que já não pode ser chamado “da escola para o trabalho”. Agora, os jovens transitam ou da escola para a força de trabalho, não necessariamente empregada; ou para a inatividade pura e simples... Quanto mais cedo o jovem urbano deixou a escola em 2000, maior a probabilidade de que seu destino fosse o desemprego ou a inatividade (Grifos nossos).

Dessa forma, observou-se durante o período desenvolvimentista do país, marcado por uma trajetória ascendente da economia brasileira entre 1940 e 1980, com efeitos diretos no processo de estruturação do mercado de trabalho através de expansão do emprego assalariado (POCHMANN, 1999), a constituição de um padrão de transição juvenil da escola para trabalho altamente desestruturado, se considerarmos que a educação formal não representou o principal mecanismo de qualificação para o trabalho. Do lado da demanda, isso se explica porque o mercado de trabalho urbano em construção não oferecia majoritariamente postos de trabalho que exigissem qualificação dos novos ingressantes; e do lado da oferta, boa parte das famílias não investia na qualificação de seus filhos jovens, uma vez que não recompensaria esse investimento e porque a educação formal demorou a ser valorizada como aspecto central da cidadania, enquanto um direito. Não resta dúvida que esse padrão de transição escola-trabalho condensava em si o caráter altamente concentrador e desigual da riqueza produzida

no país ao longo desse período, de modo que os jovens que galgaram as melhores posições no mercado de trabalho foram justamente aqueles para que suas famílias conseguiram transmitir, seja através da herança e/ou investimento em educação formal, os capitais simbólico, social e econômico acumulados. Num contexto em que o nível de escolaridade da imensa maioria da população ocupada era inferior ao patamar de 08 anos de estudos, “*o mercado formal de trabalho acolhia quase todos os trabalhadores qualificados disponíveis*” (CARDOSO, 2010, p.162).

Todavia, a expansão do sistema educacional a partir dos anos de 1980 e de forma mais intensa na década de 1990, combinada com a reestruturação econômica e produtiva empreendida durante essa década, irá provocar uma inflexão no padrão desenvolvimentista de transição escola-trabalho, cujos vetores principais serão o adiamento da entrada no mercado de trabalho, o desemprego no início das trajetórias de vida, e conseqüentemente a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas) são disputadas entre jovens e adultos. Paradoxalmente, no momento em que ocorre uma elevação da escolarização dos jovens e a escola passa a ganhar centralidade nas chances de inserção no mercado de trabalho, é justamente o momento em que as chances se tornam mais escassas e a busca do primeiro emprego se tornou mais difícil, quando comparado com as gerações jovens de períodos anteriores, o que pode ser explicado pelo déficit estrutural de vagas acumulado no período recente e a deteriorização da qualidade dos postos de trabalho existentes.

Na visão do referido autor, essa inflexão implicou o aprofundamento da insegurança e precariedade que sempre marcaram o transcurso da escola para o trabalho dos jovens brasileiros. Entretanto, é preciso diferenciar o sentido da velha e da nova precarização que acompanha os jovens em suas transições da escola para o trabalho, questão que nos ateremos mais a frente neste capítulo. Inclusive, o próprio autor lança mão de um argumento que não pode ser desprezado, qual seja, as mudanças no padrão de transição dos jovens para o mercado de trabalho configuram um quadro de reversão das expectativas de mobilidade social dos mais jovens em relação à geração dos seus pais, e disso decorre a necessidade de qualificar a natureza da precarização do trabalho no Brasil do século XXI e como a mesma incide sobre a vida dos jovens

A nosso ver, o conjunto de argumentos aqui apresentados sobre as especificidades da transição escola-trabalho entre os jovens brasileiros põe em evidência que a construção sócio-histórica da juventude brasileira é mediada fundamentalmente pelo trabalho, achado da realidade brasileira que não se pode perder de vista quando se busca compreender a condição juvenil contemporânea. Decerto, não se constitui em nenhum truísmo qualificar a juventude

brasileira de **juventude brasileira trabalhadora**. De fato, a transição escola-trabalho assumiu contornos bem específicos no caso do Brasil, o ingresso precoce, sobreposição e vivência concomitante de estudo e trabalho sempre fizeram parte dos percursos juvenis. De acordo com Tartuce (2007), para a imensa maioria dos jovens não se trata necessariamente de uma inserção no mercado de trabalho, mas de inúmeras re-inserções em virtude da sua trajetória ocupacional precoce, as quais geralmente também se superpõem às descontínuas trajetórias escolares.

Mesmo com a expansão do sistema escolar e o conseqüente prolongamento do tempo de permanência na escola ocorrido nos últimos anos, o que a rigor aproxima os jovens de um modelo ideal de vivência da condição juvenil moderna (moratória social), a condição de estudante não eliminou a experiência simultânea do trabalho. Se no modelo de transição ideal, “...o trabalho está posto no futuro, como projeto a ser ainda elaborado, no Brasil, ele já é vivido por muitos no presente, fazendo com que a transição à vida adulta seja vivida de modo peculiar” (idem, p. 32). Contudo, se é verdade que no Brasil, o espaço e o tempo da transição da escola para ao trabalho assume feições próprias, isso não quer dizer que a inserção no mercado de trabalho não se configure como um problema para os jovens.

... A questão não é necessariamente inserção no mercado de trabalho, já que boa parte dos jovens já desenvolve alguma atividade ocupacional..., trata-se da transição para ou inserção em um trabalho bom, decente e estável; se há trajetórias ocupacionais passadas, há também expectativas de inserção em um percurso diferente, que é imaginado e às vezes também planejado para se efetivar no futuro, próximo ou distante (IDEM, p. 38).

Neste sentido, antes mesmo de analisarmos a evolução e a dinâmica de “inserção” dos jovens no mercado de trabalho metropolitano brasileiro durante a década de 2000, a partir dos conceitos e indicadores básicos de análise do mercado do trabalho (PIA; PEA, População Ocupada e Desempregada etc.), é interessante colocar à prova, à luz dos dados da Pnad’s/IBGE realizada em 2001 e 2011, a especificidade da juventude brasileira, no sentido de apreender as continuidades e discontinuidades existentes nas escolhas condicionadas dos jovens em relação ao estudo e trabalho, para utilizarmos a expressão de Hasenbalg, no contexto mais recente de reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro.

Comumente os estudos e pesquisas no campo temático em questão classificam e mensuram a dedicação ao estudo e ao trabalho de jovens a partir de quatro situações distintas, que possibilitam identificar os distintos mundos nos quais estão perfilados e suas possibilidades de inter cruzamento ou de sobreposição na vida dos jovens, a saber: 1) *jovens que só estudam*; 2) *os que conciliam estudo e trabalho*; 3) *os que só trabalham*; 4) *os que não*

*estudam nem trabalham.* Entendemos que essa forma de classificação acaba por subestimar a real dimensão da juventude trabalhadora, uma vez que os jovens que estão exclusivamente à procura de trabalho ou a fazem em concomitância com os estudos, não aparecem por essa classificação como integrantes da população economicamente ativa, como se não fizessem parte do universo dos jovens trabalhadores. Por essa razão, optamos em classificar a relação estudo e trabalho a partir da condição de ocupação e a frequência à escola, através da qual é possível mensurar seis situações juvenis distintas, conforme exposto no quadro 01.

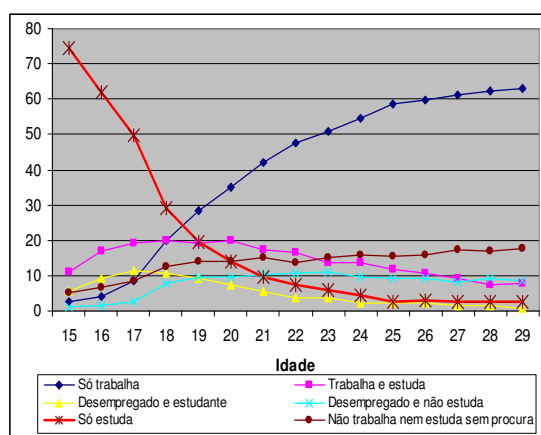
<b>Quadro 1 - Situações distintas da relação estudo e trabalho – jovens de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2011</b>		
Tipos de situações	Critérios de classificação a partir da Pnad	Em %
I - Só trabalha	Não freqüentava a escola e estava ocupado	45,4
II - Trabalha e estuda	Freqüentava a escola e estava ocupado	12,2
III-Desempregado e estudante	Desocupado e freqüentava a escola	3,1
IV - Desempregado e não estuda	Desocupada e não freqüentava a escola	6,3
V - Só estuda	Freqüentava a escola e não economicamente ativa (inativo)	19,9
VI- Não trabalha nem estuda sem procura	Não freqüentava a escola e não economicamente ativos	13,1
<b>JUVENTUDE TRABALHADORA = I+II+III+IV</b>		<b>67,0</b>
Fonte: Pnad/IBGE. Microdados 2011. Elaboração própria.		

Quando examinamos a dedicação ao trabalho e ao estudo dos jovens metropolitanos no início da década de 2010, a partir dessas situações típicas, evidencia-se ainda mais a importância do trabalho na vida dos jovens, confirmando a tese de que efetivamente se trata de uma **juventude fundamentalmente trabalhadora**. De acordo com os dados da Pnad de 2011, 67% dos jovens de 15 a 29 anos já estavam trabalhando ou à procura de um trabalho, ou seja, aproximadamente 10 milhões de jovens metropolitanos tinham como destino social o mercado do trabalho, que em sua grande maioria já tinha deixado o sistema escolar. A magnitude dessa juventude trabalhadora se manteve praticamente estável ao longo dos anos 2000, pois em 2001 a proporção da juventude trabalhadora era de 66,6%.

Lendo os dados por outra ótica, observa-se que houve deslocamentos importantes nas situações típicas da relação estudos e trabalho que ratificam o caráter das mudanças que provocaram a inflexão no padrão brasileiro de transição escola-trabalho. Os gráficos 04 e 05 dispõem de informações que nos permitem visualizar como ocorreram os deslocamentos, as concomitâncias e sobreposições existentes no processo de transição dos jovens metropolitanos entre 2001 e 2011. Observa-se que entre os jovens mais jovens (15 a 19 anos), a vivência da condição juvenil está fortemente marcada pela condição de estudante, sendo que em 2011 elevou-se o patamar de jovens que só estudavam, confirmando a tendência de expansão do sistema escolar. Entretanto, à medida que os jovens, ano a ano, ingressam as coortes

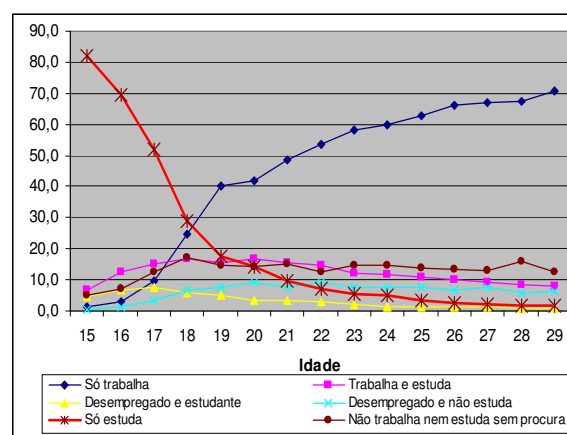
subsequentes a sua idade, a escola é progressivamente substituída pelo trabalho. Nos gráficos 04 e 05, esse deslocamento pode ser visualizado a partir da evolução das linhas vermelha e azul, que representam respectivamente a proporção de jovens que só estudam e só trabalham ao longo das idades que compõem o segmento juvenil, no intervalo de 15 a 29 anos. A curva de ambas as linhas explicita que trabalho e educação têm razões inversas nos percursos juvenis. No caso dos jovens que só estudam, a curva indica um movimento decrescente a partir do seu pico, a idade de 15 anos. Em 2011, 82% dos jovens dessa coorte estava na escola, proporção que se reduz drasticamente para 17,6% quando os jovens completam 19 anos. Entre os jovens de 20 a 29, decrescem ainda mais, chegando ao patamar de 1,8% aos 29 anos.

**Gráfico 4 - Relação trabalho e estudos dos jovens de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2001**



Fonte: Pnad/IBGE 2001, micro dados. Elaboração própria.

**Gráfico 5 - Relação trabalho e estudos dos jovens de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2011**



Fonte: Pnad/IBGE 2011, micro dados. Elaboração própria.

Por sua vez, a dedicação ao trabalho apresenta uma razão totalmente inversa, isto é, o engajamento exclusivo dos jovens no mercado de trabalho cresce progressivamente a partir dos 18 anos (24%) sendo que a curva dos que só trabalha atinge o pico de 79% entre os jovens de 29 anos. Diversos estudos indicam que um dos fatores determinantes desse processo são as elevadas jornadas de trabalho dos jovens que impossibilitam a combinação de trabalho e estudo, contribuindo decisivamente para o abandono da escola. Ademais, é importante destacar que o ponto de inflexão da relação trabalho e educação se dá principalmente quando os jovens completam 18 anos, o que demonstra que há um retardamento da inserção no mercado de trabalho, cujo fator explicativo não se restringe apenas à elevação de tempo de permanência na escola, mas está diretamente associado às elevadas taxas de desemprego dos jovens de 15 a 17 anos.

Em resumo, o mapa dessas situações típicas indica que a inserção no mercado trabalho metropolitano ocorre com maior intensidade em jovens de 20 a 29 anos, portanto, se trata de uma inserção tardia. Por fim, cabe ressaltar que 1,9 milhões de jovens metropolitanos encontram-se à margem da escola e do trabalho, conforme atestam os dados da Pnad 2011. Do ponto de vista dos processos de inclusão e construção de trajetórias futuras de vida, seja através da educação e/ou trabalho, o pior lugar é ocupado justamente pelos jovens que não estudam nem trabalham, tornando mais difícil e complexa a transição para a vida adulta, situação que atinge com maior intensidade os jovens de 20 a 29 anos.

No que se refere ao recorte de gênero, os estudos sobre a transição de jovens para a vida adulta apontam que tradicionalmente há modelos diferenciados para homens e mulheres. A transição masculina é marcada por um conjunto de mudanças que englobam a conclusão dos estudos, seguida de inserção no mercado de trabalho, saída das casas dos pais, casamento e constituição de família; enquanto que na transição feminina, o ingresso no mercado de trabalho após os estudos não é um delimitador da entrada na vida adulta, sendo mais comum o casamento e a constituição de nova família. De acordo com Cardoso (2010), de 1960 até o final dos anos de 1980, a inatividade pura era o destino mais provável das mulheres jovens do Brasil. A taxa de frequência das jovens na escola quase sempre era menor em comparação à dos jovens, de modo que era elevada a proporção de mulheres que nem estudavam nem trabalhavam. A partir dos anos de 1990 se observa que a transição feminina tende a se aproximar do modelo masculino, embora permaneçam elementos do padrão tradicional, a exemplo da responsabilidade feminina relacionada aos afazeres domésticos e à reprodução. (BORGES, 2008). Tal tendência se expressa através do processo gradativo de aumento da frequência escolar feminina, e bem como a ocorrência de uma incorporação de mulheres jovens ao mercado de trabalho, enquanto reflexo do processo de feminização do mercado de trabalho (NOGUEIRA, 2004).

Os dados da tabela 07 indicam que a distribuição dos jovens metropolitanos segundo as situações típicas da transição escola-trabalho apresenta diferenciações importantes para mulheres e homens nos anos 2000. A proporção dos jovens de 15 a 29 anos do sexo masculino que só trabalhavam continua a sendo maior do que a proporção feminina, porém, entre 2001 e 2011, o aumento percentual das mulheres que só trabalhavam apresenta uma variação relativa superior a dos homens, notadamente entre os jovens de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Assim, em 2001, 31,7% das mulheres só trabalhavam contra 46,4% dos homens, enquanto que em 2011, 39% das mulheres (variação de 8,7 p.p) contra 51,9% dos homens (variação de 5,5 p.p) estavam na condição de ocupadas no mercado de trabalho. No que se

refere à dedicação em relação aos estudos, durante esse período, o percentual das jovens mulheres que apenas estudavam permanece superior aos dos homens, principalmente entre os jovens de 15 a 19 anos, subgrupo juvenil que apresenta maiores taxas de participação no sistema escolar.

Desse modo, constata-se que a inatividade já não se configura como o único destino possível das jovens mulheres, mas os seus itinerários estão cada vez mais perpassados pela escola, o emprego e o desemprego (CARDOSO, 2010). Entretanto, as jovens mulheres ainda estão sobre-representadas entre os jovens que não trabalham e estudam, com destaque para as jovens adultas de 25 a 29 anos. Em 2011, 18% das mulheres de 15 a 29 encontravam-se nessa situação, percentual que se eleva para 21,3% entre as jovens de 25 a 29 anos. Também se observa que a proporção de jovens mulheres que realizam afazeres domésticos é praticamente o dobro quando comparado com jovens do sexo masculino, o que indica a predominância do padrão tradicional de divisão sexual dos papéis e atribuições sociais no espaço privado, sendo que as jovens estudantes-trabalhadoras ou desempregadas com ou sem estudo são as que mais acumulam a dupla ou tripla jornada de trabalho<sup>63</sup>. De acordo com Borges (2008), a persistência da elevada proporção de mulheres que não trabalham nem estudam nos anos 2000 apresenta certa coerência com as elevadas taxas de desemprego feminino das jovens, logo, não se descarta a hipótese de que as condições adversas do mercado de trabalho estariam constringendo parcela não desprezível das mulheres a reproduzirem as trajetórias de suas mães. Por outro lado, a referida autora argumenta que outra hipótese a ser explorada diz respeito ao fato de que parcela das jovens que estão fora da escola e do trabalho seja constituída por aquelas que estão se qualificando para o mercado de trabalho ou se preparando para concursos com maiores probabilidades de êxito social<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> É importante enfatizar que o conceito de trabalho enquanto atividade econômica utilizado na PNAD não permite captar um conjunto de atividades laborais que são realizadas pelas mulheres espaço doméstico, as quais são classificadas como inativas, o que contribui para invisibilidade do trabalho feminino (OIT, 2009).

<sup>64</sup> Segundo Borges (2008, p. 167) a metodologia adotada pela PNAD para captar a frequência escolar não inclui um conjunto de cursos de especialização profissional, de complementação a formação escolar e nem tampouco os cursos preparatórios para concursos, “...uma ‘atividade’ a qual vem se dedicando, com exclusividade, uma parcela não medida de jovens brasileiros pertencentes a família dos estratos de renda mais elevados”.

**Tabela 7-Distribuição dos jovens metropolitanos e proporção dedicada a afazeres domésticos, segundo a condição de ocupação, frequência a escola e sexo – 2001 e 2011**

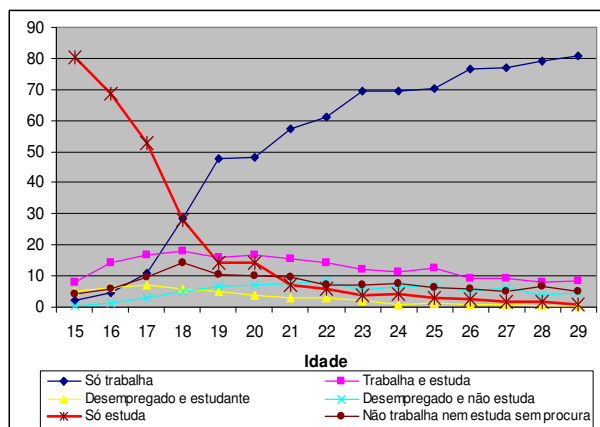
Em porcentagem (%)

2011								
Sexo e condição de ocupação e frequência a escola	Distribuição (%)				%realizam afazeres domésticos			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>58,8</b>	<b>60,6</b>	<b>66,6</b>	<b>62,1</b>
Só trabalha	15,6	52,5	67,0	45,4	51,6	58,1	63,0	59,8
Trabalha e estuda	13,2	14,2	9,2	12,2	54,9	53,9	60,0	55,8
Desempregado e estudante	5,9	2,6	1,0	3,1	77,4	63,2	80,0	73,8
Desempregado e não estuda	3,8	8,3	6,7	6,3	75,0	74,8	83,1	77,9
Só estuda	50,3	8,2	2,3	19,9	58,4	54,4	55,4	57,8
Não trabalha nem estuda sem procura	11,2	14,2	13,8	13,1	59,7	71,2	81,4	71,7
<b>Masculino</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>41,8</b>	<b>40,5</b>	<b>46,6</b>	<b>43,0</b>
Só trabalha	18,5	61,3	76,8	51,9	35,7	41,5	46,6	43,4
Trabalha e estuda	14,6	14,0	9,4	12,7	40,9	38,8	46,2	41,5
Desempregado e estudante	5,8	2,5	0,8	3,1	66,1	39,7	59,8	58,5
Desempregado e não estuda	3,1	6,9	5,2	5,1	50,6	48,7	61,6	53,6
Só estuda	49,3	7,0	2,0	19,7	42,7	38,8	30,2	41,8
Não trabalha nem estuda sem procura	8,8	8,3	5,7	7,6	32,0	30,5	36,5	32,6
<b>Feminino</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>76,9</b>	<b>79,7</b>	<b>85,4</b>	<b>80,8</b>
Só trabalha	12,6	44,2	57,7	39,0	76,4	79,9	83,4	81,4
Trabalha e estuda	11,8	14,3	9,0	11,7	73,2	68,1	73,5	71,1
Desempregado e estudante	6,0	2,7	1,3	3,2	89,0	84,2	91,7	88,0
Desempregado e não estuda	4,5	9,6	8,1	7,5	93,1	92,5	96,3	94,0
Só estuda	51,5	9,5	2,6	20,2	74,5	65,3	73,9	73,0
Não trabalha nem estuda sem procura	13,7	19,7	21,3	18,4	78,6	87,7	92,7	87,6
2001								
Sexo e condição de ocupação e frequência a escola	Distribuição (%)				%realizam afazeres domésticos			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>61,5</b>	<b>62,5</b>	<b>69,3</b>	<b>64,2</b>
Só trabalha	13,1	45,8	60,8	38,8	54,4	57,8	63,4	60,0
Trabalha e estuda	17,3	16,3	9,5	14,6	54,3	50,9	61,5	54,4
Desempregado e estudante	9,2	4,6	1,6	5,3	71,9	69,4	79,9	71,9
Desempregado e não estuda	4,7	10,3	8,8	7,9	76,4	74,3	78,7	76,2
Só estuda	46,2	8,3	2,6	19,9	60,6	58,6	76,8	61,0
Não trabalha nem estuda sem procura	9,6	14,7	16,6	13,5	71,1	81,9	88,5	81,7
<b>Masculino</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>40,1</b>	<b>39,5</b>	<b>47,4</b>	<b>42,1</b>
Só trabalha	15,5	54,8	74,1	46,4	35,4	39,5	47,1	42,6
Trabalha e estuda	20,0	17,8	10,8	16,5	37,6	35,0	47,1	38,5
Desempregado e estudante	10,0	5,0	1,5	5,7	54,2	51,6	64,7	54,3
Desempregado e não estuda	4,1	9,3	7,6	6,9	52,3	47,0	53,7	50,3
Só estuda	44,5	6,6	1,0	18,5	39,9	36,5	36,7	39,5
Não trabalha nem estuda sem procura	6,0	6,6	5,0	5,9	30,2	35,1	39,6	34,5
<b>Feminino</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>82,3</b>	<b>83,9</b>	<b>89,0</b>	<b>84,9</b>
Só trabalha	10,7	37,3	49,0	31,7	81,3	82,8	85,4	83,9
Trabalha e estuda	14,7	15,0	8,3	12,8	76,3	68,4	78,3	73,5
Desempregado e estudante	8,5	4,2	1,8	5,0	91,8	88,9	91,5	90,9
Desempregado e não estuda	5,2	11,3	9,9	8,8	94,8	95,3	96,1	95,5
Só estuda	47,9	10,0	4,0	21,2	79,3	72,2	85,7	78,5
Não trabalha nem estuda sem procura	13,0	22,3	27,0	20,5	89,3	94,8	96,5	94,3

Fonte: Pnad/IBGE 2001 e 2011, micro dados. Elaboração própria

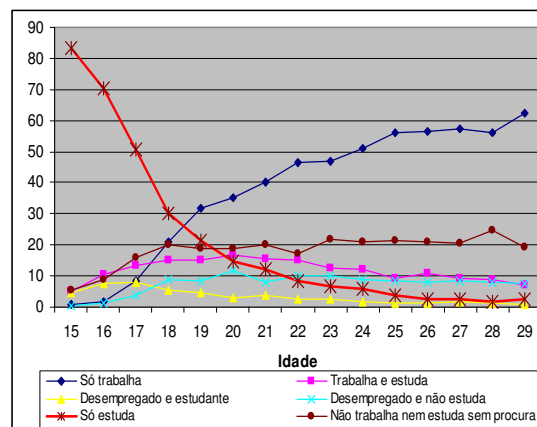


**Gráfico 6 - Relação trabalho e estudos dos homens de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2011**



Fonte: Pnad/IBGE 2011, microdados. Elaboração própria

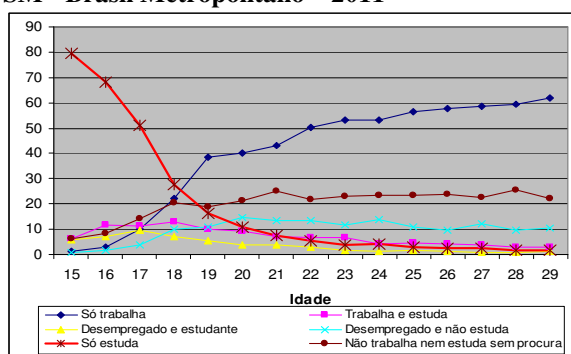
**Gráfico 7 - Relação trabalho e estudos das mulheres de 15 a 29 anos – Brasil Metropolitano – 2011**



Fonte: Pnad/IBGE 2011, microdados. Elaboração própria

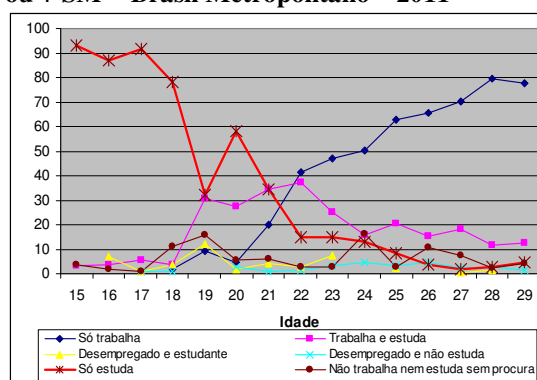
Por fim, faz-se necessário ressaltar que a distribuição dos jovens metropolitanos nas situações típicas da transição escola-trabalho está diretamente associada à posição das famílias na estratificação social e os recursos familiares disponíveis. Os gráficos 08 e 09 demonstram que os jovens metropolitanos fazem transições totalmente diferenciadas conforme a condição socioeconômica das unidades domiciliares em que residem. Para os jovens com renda *per capita* de até um salário mínimo (Gráfico 08), a razão inversa entre estudos e trabalho se mostra mais intensa, de tal forma que a proporção de jovens que só estudavam entre 15 e 19 anos diminui num ritmo acelerado, ou seja, enquanto 80% dos jovens com idade de 15 anos tinham como destino exclusivo a escola, essa proporção se reduz para 16,5% dos jovens de 19 anos. Ao mesmo tempo, aumenta progressivamente a presença dos jovens adolescentes no mercado de trabalho, seja na condição de ocupado ou desempregado. A partir dos 20 anos, os percursos dos jovens pobres estão inscritos na sua quase totalidade às situações típicas de só trabalho, desemprego sem estudo e não estuda e nem trabalha.

**Gráfico 8 - Relação trabalho e estudos de jovens de 15 a 29 anos com renda per capita domiciliar de até 1 SM - Brasil Metropolitano – 2011**



Fonte: Pnad/IBGE 2011, microdados. Elaboração própria

**Gráfico 9 - Relação trabalho e estudos de jovens de 15 a 29 anos com renda per capita domiciliar de 5 ou + SM - Brasil Metropolitano – 2011**



Fonte: Pnad/IBGE 2011, microdados. Elaboração própria

Em contraponto, os jovens que residem em domicílio com renda *per capita* de cinco ou mais salários mínimos permanecem por mais tempo na escola e ingressam tardiamente no mercado de trabalho, sendo que o ponto de inflexão entre estudos e trabalho ocorre aproximadamente aos 22 anos, idade em que a proporção dos jovens que só trabalhavam supera a dos jovens que apenas estudavam. Dessa forma, as chances de inserção no mercado de trabalho dos jovens dos extratos de rendimento mais elevados são maiores que as dos jovens pobres, os quais estão mais expostos aos ricos associados ao mercado de trabalho e aos processos de desfiliação social. De acordo com dados da Pnad 2011 (ver tabela 8), a proporção de jovens pobres metropolitanos de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham sem procura de trabalho (19,3%) ou que estão desempregados com ou sem concomitância com a escola (13,1%) é mais que o triplo da proporção dos jovens com renda *per capita* de cinco ou mais salários mínimos (6% e 4,5%, respectivamente). Portanto, os jovens que pertencem às famílias de baixa renda são aqueles que fazem em maiores proporções uma socialização temporã e antecipada pelo trabalho, sem muitas vezes ter concluído a escolaridade básica.

Segundo Pochmann (2007), a motivação dos jovens para ingressar no mercado de trabalho está vinculada diretamente às dificuldades de sobrevivência das famílias, pois “...quanto maior menor a renda familiar, maior a proporção de jovens que precisa trabalhar” (p. 63). Sem sombra de dúvidas esse argumento é extremamente importante e não pode ser ignorado, porém a decisão de entrada do mercado trabalho não se restringe apenas ao objetivo de atender as necessidades do grupo familiar, em virtude da insuficiência de renda familiar, há de se considerar “...o desejo juvenil de ter seus rendimentos para satisfazer seu próprio consumo – e também ajudar os familiares” (CORROCHANO, 2011, p.49).

**Tabela 8 - Distribuição dos jovens metropolitanos por renda domiciliar per capita, segundo a condição de ocupação, frequência à escola – 2011.**

Sexo e condição de ocupação e frequência à escola	Em percentual (%)							
	Renda domiciliar per capita até 1 Salário mínimo				Renda domiciliar per capita de 5 Salários ou mais			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
Só trabalha	13,6	47,9	58,8	37,7	2,0	34,4	71,8	46,3
Trabalha e estuda	10,4	6,7	3,7	7,2	8,6	27,5	15,3	18,0
Desempregado e estudante	7,0	2,6	1,2	3,9	4,3	3,3	0,8	2,3
Desempregado e não estuda	4,9	13,5	10,5	9,2	0,5	2,6	2,7	2,2
Só estuda	51,1	6,3	2,2	22,7	78,2	25,5	4,1	25,1
Não trabalha nem estuda sem procura	13,1	23,0	23,6	19,3	6,4	6,8	5,3	6,0

Fonte: Pnad/IBGE, microdados 2011. Elaboração própria

Nota: 1-

O quadro que acabamos de esboçar nos autoriza afirmar que as mudanças ocorridas no padrão brasileiro de transição produziram deslocamentos importantes nos percursos dos jovens brasileiros que impõem novos desafios e obstáculos no processo de transição para a vida adulta, sendo que as mutações do mundo do trabalho assumem um lugar central para construção dos destinos futuros. E nesse aspecto, o trabalho é um eixo estruturante da condição juvenil. O paradoxo imanente à inflexão do padrão desenvolvimentista de transição é que a geração dos jovens trabalhadores dos anos 2000, egressos da expansão escolar dos anos de 1990, descobre assim que tentam o ingresso no mercado de trabalho, que o seu horizonte de futuro está marcado pela inserção precária e instável em um mercado de trabalho reconfigurado. É bem verdade que o trabalho precário e instável está historicamente enraizado no longo de processo de formação do mercado de trabalho brasileiro, sendo porta de entrada provisória dos jovens no mercado de trabalho, uma vez que se tinha como horizonte a possibilidade de mobilidade ocupacional ascendente. O que há novo é o caráter permanente da inserção precária e instável que interdita as perspectivas futuras dos jovens trabalhadores (FRIGOTTO, S/d). De acordo com Pochmann (2007), a forma como o jovem ingressa no mercado de trabalho pode abrir ou fechar as portas que definirão sua trajetória sócio-profissional. Sendo assim, cabe-nos desvelar o que há de novo na cartografia social da inserção dos jovens num cenário de institucionalização da flexibilização e precarização das formas “modernas” de trabalho no Brasil (DRUCK, 2007; 2011).

#### **4.3 A inserção dos jovens no mercado de trabalho nos anos 2000: a vivência desigual da precarização do trabalho.**

Inúmeros estudos realizados ao longo das últimas duas décadas compartilham o pressuposto de que a maior parte dos problemas enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho decorre das intensas transformações ocorridas na economia brasileira a partir da década de 1990 (POCHMANN, 2007; CORROCHANO, GOUVEIA, 2003; MARTINS, 1997; QUADROS, 2001)

A adoção de um novo modelo econômico de cariz neoliberal, que emerge com o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e principalmente a partir de 1994 com as reformas neoliberais implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998; 1999-2002), promoveu uma inflexão histórica no modelo de desenvolvimento até então vigente no país, a qual se deu pela inserção passiva e subordinada no processo de globalização do capital, que implicou mudanças radicais no mundo do trabalho. Respaldo de um lado por

uma política macroeconômica fundamentada na prevalência do capital financeiro e no desmonte do Estado, enquanto mecanismo de regulação e de proteção social; e por outro lado, por um intenso processo de reestruturação produtiva das empresas da iniciativa privada e de privatizações das empresas de setor público (POCHMANN, 1999, 2007, 2009; ALVES, CORSI, 2009). As consequências eruptivas dessas mudanças foram sentidas pela classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2005) através da desestruturação, flexibilização e precarização do trabalho, cujos indicadores são: desemprego em massa e de longa duração, redução do emprego formal, o uso intensivo e extensivo da terceirização, aumento da informalidade, redução e perda de direitos trabalhistas e previdenciários. Como afirma Borges (2007, p.81-82)

...As transformações dos anos 1990 seguiram um caminho certamente não previsto para imensa maioria do país: mudou o padrão de desenvolvimento, mudaram as formas e mecanismos de inserção e permanência no mercado de trabalho, e assim, mudaram as expectativas sobre o futuro do país e sobre os projetos de vida da maioria dos que vivem do trabalho... Conformam um longo ciclo de mudanças [que] pode ser sintetizado em algumas poucas palavras: **perdas, precariedade e insegurança** (Grifos nossos).

Os efeitos dessas mutações tiveram impactos diferenciados conforme as especificidades históricas dos mercados de trabalho regionais, principalmente os das áreas metropolitanas, bem como entre os segmentos que compõem a força de trabalho do país. Contudo, atingiu de forma mais incisiva o núcleo duro do mercado de trabalho (BORGES,2003), composto por aqueles trabalhadores das empresas privadas e do setor público que possuíam um estatuto salarial estável, próximo da relação salarial fordista. Na vasta literatura da sociologia do trabalho sobre esse período, fica patente que os segmentos mais expostos aos efeitos da “crise do trabalho” no Brasil foram os trabalhadores vinculados a setores produtivos onde ocorreu de forma mais intensa a reestruturação produtiva, a exemplo dos trabalhadores do setor industrial automotivo, petroquímico e do setor bancário, bem como os segmentos da força de trabalho secundária, principalmente as mulheres e os jovens, cujas chances de acessar o trabalho socialmente protegido, regulado pela legislação social do trabalho, se tornaram escassas (CARDOSO, 2000; BORGES, 2010).

Nesse contexto, o ingresso dos jovens no mercado de trabalho sofrerá mudanças significativas, já que os postos de trabalho tradicionalmente reservados à força de trabalho juvenil nos segmentos assalariados reduziram-se drasticamente, quando não, foram disputados acirradamente com trabalhadores adultos, ao passo que aumentava a proporção de jovens no núcleo não estruturado do mercado de trabalho. Assim, novas barreiras no acesso ao primeiro

emprego e permanência na ocupação foram criadas, apontando para a um novo padrão de inserção ocupacional, o qual estava diretamente associado à concorrência no interior do mercado de trabalho, resultado da relação assimétrica entre escassez de empregos e a existência de um abundante exército industrial de reserva, no sentido proposto por Marx (2001). A densidade das transformações do mercado de trabalho sobre os jovens pode ser constatada pela magnitude e perfil do desemprego juvenil. De acordo com Pochmann (2007), até o final da década de 1980, o padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho se caracterizava geralmente pela rápida passagem pela inatividade, associada ao período de escolarização obrigatória. Embora houvesse certa dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a situação de desemprego juvenil era de natureza conjuntural e em patamares muito baixos, ainda que as taxas fossem superiores a dos adultos. A partir da era da desertificação neoliberal (ANTUNES, 2004), a situação juvenil no mercado de trabalho sofrerá inflexões importantes conforme afirma Pochmann (2007, p.61):

... O padrão de inserção ocupacional do jovem apresenta sinais inquestionáveis de alteração. Existe uma crescente instabilidade do padrão ocupacional diante da baixa capacidade da economia brasileira gerar postos de trabalho mais qualificados e em grande quantidade. Os empregos criados, além de insuficientes, são em geral precários, principalmente nos setores de serviços básicos (limpeza, segurança, garçons etc...) As vagas são instáveis e de baixa qualificação. A sua ocupação acaba ocorrendo, na maioria das vezes, por trabalhadores adultos com a escolaridade mais elevada e alguma qualificação profissional. Isto faz com que as antigas portas de ingresso dos jovens no primeiro emprego terminem sendo fechadas (construção civil, bancos e serviços nas grandes empresas e na administração pública,) e que as vagas existentes sejam ocupadas, preferencialmente, pelos adultos mencionados.

Nos anos 2000, principalmente a partir de 2004, a economia brasileira começou a apresentar resultados positivos, condicionada por um conjunto de fatores externos e internos, que refletiram diretamente sobre o mercado de trabalho, fazendo com a curva da ocupação e do emprego acompanhasse novamente o ritmo da produção, revertendo, conjunturalmente, a tendência de dessalariamento da década anterior. Entre 2004 e 2011 ocorreu uma expansão significativa da formalização do emprego combinada com a redução do desemprego e a elevação do rendimento médio dos trabalhadores brasileiros, o que vem sendo caracterizado por alguns autores como a década da formalização do mercado de trabalho (POCHMANN, 2009; KREIN; SANTOS, 2012). Para alguns analistas, estaríamos vivendo uma situação de quase pleno emprego em alguns mercados de trabalho metropolitanos, o que demonstraria a conjuntura favorável ao bom desempenho do mercado de trabalho e de melhora dos indicadores de emprego e renda do país.

Dentre os fatores explicativos, destacam-se a retomada do crescimento econômico, principalmente a partir de 2004, com taxas anuais superiores às duas décadas anteriores de estagnação da economia brasileira, fortemente condicionada pelo contexto econômico-político internacional a partir dos anos 2000, com o ingresso da China nos fluxos comerciais e financeiros da economia mundial. Favorecido pelo aumento da demanda e dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais, o Brasil começou a obter crescentes superávits no comércio externo e nas transações correntes, os quais passaram a compensar os déficits de Serviços e Renda, reduzindo a vulnerabilidade externa da economia brasileira, o que possibilitou a equipe econômica do governo brasileiro flexibilizar a política macroeconômica a partir de 2005/2006. A partir de então, configurou-se um novo cenário econômico, em que os efeitos multiplicadores do comércio externo sob a demanda interna, aliados às políticas de expansão do crédito e de elevação do salário mínimo estimularam o crescimento econômico, sendo que a partir de 2008 o mercado interno passou a se constituir como a principal fonte de elevação da demanda e do PIB (FILGUEIRAS et. al., 2012; KREIN; SANTOS, 2012).

Entre 2004 e 2011, houve uma expansão significativa da ocupação, notadamente do emprego assalariado formal, no setor privado e no setor público, que resultou na redução do desemprego, beneficiando diversos segmentos da força de trabalho. O número de ocupados cresceu com taxas anuais acima das registradas para população economicamente ativa, porém, não se deu de forma homogênea por todo país, apresentando variações de acordo com os mercados de trabalho metropolitanos. Os dados da Pnad indicam que entre 2001 e 2011, o aumento da ocupação nas áreas metropolitanas provocou uma redução significativa das taxas de desemprego aberto de 5.3 p.p., reduzindo-se de 13% em 2001 para 7,8% em 2011. Entretanto, nada assegura que essa seja uma tendência ao longo prazo, uma vez que a inserção do país na nova divisão internacional do trabalho é ainda bastante subordinada e depende dos capitais externos. Basta lembrar que, em 2009, houve um acréscimo de 409 mil trabalhadores no estoque de desempregados no agregado do Brasil Metropolitano, efeito direto da crise de 2008.

Quanto às formas de inserção, aumentou a proporção de trabalhadores com carteira assinada do setor privado de 39,7% em 2001, para 49,6% em 2011; bem como a proporção de trabalhadores assalariados do setor público, que passou de 5,9%, em 2001, para 6,7%, em 2011. De acordo com Borges (2010); Krein e Santos (2012), esse aumento da proporção de “trabalhadores socialmente protegidos”, que em 2011 atingiu de 56,3% dos ocupados no agregado dos mercados de trabalho metropolitanos é um indicador bastante ressaltado pelos

analistas do mercado de trabalho, já que aponta para uma inflexão no processo de desestruturação e de enxugamento do núcleo duro do mercado de trabalho, assim como põe em questão os argumentos e as teses dos analistas neoliberais sobre inexorabilidade da desregulamentação do trabalho enquanto tendência e condição *sine qua non* do bom funcionamento do capitalismo<sup>65</sup>. Decerto, esse novo “dado” é efetivamente um elemento positivo da dinâmica do mercado de trabalho nos anos 2000. Entretanto, a criação de postos de trabalho gerados em meados dessa década até o momento atual tem sido em sua grande maioria de baixa remuneração, concentrando-se basicamente nas faixas até 1 salário mínimo ou de 1 até 2 salários mínimos. Esta é uma das facetas mais evidentes da nova configuração do mercado de trabalho pós-reestruturação, ou seja, os baixos salários se constituem como a base pela qual se assenta a retomada do crescimento econômico, explicitando a perversão da precarização social do trabalho nos anos 2000.

Frente a esse cenário de melhora de mercado de trabalho, indaga-se se estaríamos assistindo ao retorno ao velho trabalho formal, vigente durante o período da cidadania regulada (SANTOS, 1979), no qual o trabalho se configurou como um passaporte simbólico e material de assunção aos direitos e proteção social. Estaria em curso, portanto, uma tendência estrutural de redução da precarização do trabalho? E no caso específico dos jovens? O que há de novo no que tange a sua inserção do mercado de trabalho?

De antemão, a resposta é não. De modo geral, o novo padrão de desenvolvimento em vigor a partir dos dois mandatos do governo Lula, classificado por alguns autores como “neoliberal restritivo” (ALVES, CORSI, 2009), “liberal periférico” (FILGUEIRAS, GONÇALVES, 2007) ou “desenvolvimentista às avessas” (GONÇALVES, 2011) não significou uma ruptura ou inflexão estrutural da relação capital x trabalho da década anterior, mas pelo contrário, a flexibilização e precarização do trabalho se intensificam viaterceirização, subcontratação, elevadas taxas de rotatividade, extensão da jornada de trabalho, acidentes de trabalho, assédio moral etc. E quanto aos jovens, pode-se afirmar que

---

<sup>65</sup> Diagnósticos realizados pela OIT (2009) sobre o “mundo do trabalho” nos países da América Latina, também questionam a validade das teses neoliberais sobre a eficácia das reformas neoliberais que tiveram como foco a flexibilização e desregulamentação do trabalho enquanto mecanismo de dinamização a geração de postos de trabalho. “A justificativa para esses processos era que todas essas instituições do mundo do trabalho constituíam uma forma de rigidez que devia ser eliminada para possibilitar a criação de emprego formal. No entanto, depois de uma década, a experiência de vários países mostra que, apesar dessas reformas, em lugar do aumento do emprego formal, o que se produziu foi um incremento do desemprego e da informalidade, acentuando-se ainda a precarização dos empregos, associada à insegurança das remunerações, à menor proteção social, à maior rotatividade da força de trabalho etc. Argumentou-se que os maus resultados se deviam ao fato de as reformas não terem sido completadas, ficando na metade do caminho. No entanto, não dispomos de qualquer evidência de que uma dose maior de reformas desse tipo traria melhorias a essa situação. Pelo contrário, a experiência recente faz pensar que mais reformas talvez a piorasse ainda mais” (grifos nossos)

há mais continuidades do que ruptura em relação ao padrão de inserção no mercado dos anos 1990. O cenário de recuperação do emprego formal não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos. Sobre eles recai a vivência desigual da precarização social do trabalho (DRUCK; OLIVEIRA, L.P.; SILVA, 2010), estando mais vulneráveis na condição mais precária de inserção no mercado de trabalho, isto é, o desemprego, bem como estão submetidos aos postos de trabalho e às formas de contrato mais precárias (terceirizado, contrário temporário, estágios etc..) e às condições de aviltantes de exploração do trabalho, com elevado grau de exposição aos acidentes de trabalho e de adoecimento físico e mental, e em casos extremos, em situações de trabalho análogo ao trabalho escravo.

Segundo os estudos da Organização Internacional do Trabalho, a persistência das dificuldades de uma parcela significativa dos jovens brasileiros em encontrar uma inserção em postos de trabalho com melhor qualidade no mercado de trabalho, expressas nas elevadas taxas de desemprego e de informalidade, nos baixos níveis de rendimentos de proteção social se configuram como obstáculos reais para a construção de trajetórias juvenis de trabalho decente<sup>66</sup>. Em 2009, a OIT publicou o *Relatório do Trabalho Decente e Juventude no Brasil* (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009), o qual contém um diagnóstico detalhado da evolução do mercado de trabalho para os jovens e concluiu que esse segmento da população trabalhadora apresenta elevado déficit de trabalho decente e índice de vulnerabilidade social<sup>67</sup>. Com base em dados da Pnad de 2006, o referido relatório constatou que o déficit de emprego formal<sup>68</sup> atingia 67% dos jovens de 15 a 24 anos economicamente ativos e 43,2% do total da população juvenil do país. Os dados da Pnad 2011 indicam que houve uma redução desse déficit, mas ainda é elevado o percentual de jovens ocupados na informalidade e desempregados, que é de 56,1% da PEA juvenil de 15 a 24 anos. Na verdade, os indicadores utilizados pelo OIT para mensurar déficit de trabalho decente juvenil expressam em última instância o grau de vulnerabilidade dos jovens em relação à precarização social do trabalho.

---

<sup>66</sup> De acordo com a *Agenda do Trabalho Decente* criada, em 1999, pela OIT – Organização Mundial do Trabalho, “O **Trabalho Decente** é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2006, p.5).

<sup>67</sup> Para mensurar déficit de trabalho decente juvenil, a OIT elege um conjunto de indicadores, denominado de “Índice de Vulnerabilidade Juvenil”, que são construídos “... por meio da soma entre o percentual de jovens excluídos do mercado de trabalho pelo déficit de emprego formal e os que não estudam e não trabalham, eliminando-se a sobreposição entre desempregados e desempregados que não estudam. Em relação ao total pode ser calculado como percentual de jovens que está desempregado, na informalidade e na condição de inativos que não estudam” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p.70).

<sup>68</sup> Somatório de jovens de desempregados + ocupados na informalidade.



Como bem nos lembra Pierre Bourdieu (2003), não existem palavras inocentes, elas expressam relações de poder, intencionalidades e as escolhas políticas dos sujeitos. Sendo assim, a produção de informações e dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos e o seu uso por instituições governamentais e estudiosos é fruto de escolhas, influenciadas por posturas ideológicas e científicas que interferem na manipulação e interpretação dos dados da realidade social. Nesse sentido, estamos de acordo com Druck (2011) sobre a necessidade de uma leitura crítica dos indicadores sociais do trabalho no Brasil, para além dos seus aspectos conjunturais, sem perder de vista as conexões existentes do país com os processos mais abrangentes do trabalho num quadro de crise da economia capitalista globalizada. Para tanto, a autora propõe a construção de um conjunto de indicadores de precarização, que possibilite apreender as suas múltiplas dimensões no atual cenário de reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro.

Druck (2007, 2011) defende a tese de que, na atualidade, há uma nova precarização social do trabalho no Brasil<sup>69</sup>, compreendida enquanto um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragilizando os vínculos e impondo inúmeras perdas (de direitos, do emprego, da saúde e da vida) para todos aqueles que vivem-do-trabalho. Nesse sentido, considera-se que há uma nova precarização do trabalho no Brasil do século XXI, que nas palavras da autora assume o seguinte sentido:

Nova porque foi re-configurada e ampliada, levando a uma regressão social em todas as suas dimensões. É isto porque hoje o seu caráter abrangente, generalizado e central: i) atinge tanto as regiões mais desenvolvidas do país, a exemplo de São Paulo, quanto às regiões mais tradicionalmente marcadas pela precariedade; ii) está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país, como as indústrias de ponta, como nas formas mais tradicionais do trabalho informal, por conta própria, autônomo, etc.; iii) atinge tanto os trabalhadores mais qualificados como os menos qualificados (DRUCK, OLIVEIRA, L.P., SILVA, 2010).

Segundo Druck (2011), as formas de precarização do trabalho podem ser classificadas em seis tipos: i) as formas de mercantilização da força de trabalho, produzindo um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários e de redução na proteção social, com destaque para a

---

<sup>69</sup> De acordo com Druck, Oliveira e Silva (2010), a precarização do trabalho sempre esteve presente na realidade brasileira, desde o trabalho escravo e sua transição para o trabalho assalariado. Além disso, o grau de informalidade do trabalho, especialmente nas regiões de fraco desempenho industrial, como é o caso do Norte e Nordeste, se constituiu historicamente como uma das marcas precarização. Contudo, em diversos momentos históricos, houve conquistas dos trabalhadores nas formas de proteção social e trabalhista, a exemplo do surgimento da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, em 1944, e com o avanço da industrialização e do crescimento da classe operária brasileira.

difusão da subcontratação/terceirização, recurso a cooperativas, pejetalização, consultorias etc.; ii) os padrões de gestão e organização do trabalho – que têm levado a condições extremamente precárias de trabalho, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc.) sustentados na gestão racional da insegurança e pelo medo; iii) a perda das identidades individual e coletiva, fruto da desvalorização simbólica e real, à medida que há uma estratégia de gestão centrada na descartabilidade das pessoas, na insegurança e na responsabilização dos indivíduos pela sua empregabilidade. A condição que mais evidencia essa fragilização é o desemprego que se torna, cada vez mais, de longa duração, deixando de ser uma condição provisória, para se tornar uma situação de longo prazo ou mesmo permanente; iv) as condições de (in)segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas; v) a organização sindical e as formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre os mesmos, a sua heterogeneização e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos criada pela terceirização; vi) a crise do Direito do trabalho, expressa através do ataque às formas de regulamentação do Estado, sendo as leis trabalhistas e sociais sistematicamente condenadas pelos defensores dos princípios liberais que preconizam a flexibilização como processo inexorável da economia globalizada.

Consideramos que essa tipologia da precarização social do trabalho se mostra útil na compreensão da cartografia da inserção dos jovens nesse contexto de reconfiguração do mercado de trabalho. Nesse sentido, a seguir, objetivamos apresentar alguns indicadores gerais da participação dos jovens no mercado de trabalho metropolitano, que nos possibilitem problematizar as especificidades da precarização social do trabalho juvenil e do emprego formal para jovens nos anos 2000.

#### **4.3.1. Indicadores gerais da precarização social do trabalho juvenil no mercado de metropolitano brasileiro.**

Os indicadores que analisaremos nesta secção referem-se à média do mercado de trabalho metropolitano do Brasil, os quais foram construídos a partir da base de dados da Pnad, realizada nos anos de 2001 e 2011. De antemão, é importante destacar que as áreas metropolitanas investigadas pela Pnad, as quais configuram que ora denominamos de “Brasil Metropolitano”, não constituem um todo homogêneo, apresentam desigualdades econômicas

inter e intrarregionais que se expressam na configuração heterogênea e desigual dos mercados de trabalho metropolitanos do país. Ao utilizarmos indicadores cuja escala de mensuração refere-se à média nacional, corremos o risco de ocultar as diferenças e assimetrias regionais existentes. Entretanto, consideramos que tais diferenças não podem ser ignoradas, já que as mesmas refletem a magnitude e o perfil de cada economia regional, e o lugar que ocupam na divisão inter-regional e internacional do trabalho, que por sua vez, refletem diretamente na configuração da estrutura setorial e ocupacional, que determinam a capacidade incorporação de trabalhadores aos respectivos mercados de trabalho metropolitanos, bem como a qualidade dos postos de trabalhos que são criados. Como nos lembra Borges (2010), da mesma maneira que as especificidades de cada economia regional exercem um papel importante na conformação dos impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, também influenciam decisivamente no perfil da recuperação dos mercados de trabalho metropolitanos no período de expansão do emprego formal. Por isso, a análise dos indicadores de precarização social do trabalho juvenil não pode perder de vista a heterogeneidade desses mercados de trabalho e os diferentes “graus” de precarização existentes entre eles.

Desde já, antecipamos que a precarização social do trabalho no Brasil, ao mesmo tempo em que homogeneiza aqueles que *vivem-do-trabalho*, atinge desigualmente os diferentes segmentos que compõem a população trabalhadora, especialmente os jovens. Contudo, a precarização do trabalho não atinge os jovens da mesma forma, apresentando variações importantes conforme a estrutura dos mercados de trabalho metropolitanos e o perfil da juventude trabalhadora (sexo, cor, escolaridade e nível de renda). Nesse sentido, faz-se necessário apresentar algumas tendências gerais da precarização do trabalho juvenil nos anos 2000, bem como destacar a sua redundância na Região Metropolitana de Salvador, a qual se destaca entre as demais metrópoles brasileiras, como a que apresenta os maiores índices de precarização social do trabalho juvenil.

Os jovens residentes nas áreas metropolitanas brasileiras, tal como os demais jovens brasileiros, são bastante heterogêneos e desiguais na vivência da condição juvenil. Em 2011, aproximadamente 15 milhões de jovens de 15 a 29 anos residiam nas nove regiões metropolitanas pesquisadas pela Pnad/IGBE, correspondendo a 35,3% do total de jovens residentes em áreas urbanas do país. Apesar da sua composição por subgrupos etários apresentar uma distribuição equilibrada: 4,9 milhões de jovem-adolescentes (15 a 19 anos), 5 milhões de jovem-jovens (20 a 24 anos) e 5,1 milhões de jovem-adultos (25 a 29 anos); observa-se que 2/3 dos jovens metropolitanos têm entre 20 e 29 anos, subgrupos juvenis que exercem maior pressão sobre o mercado de trabalho.

Quanto a sua distribuição por regiões metropolitanas, 50,8% dos jovens metropolitanos vivem nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (32,7%) e de Rio de Janeiro (18,1%); o que é coerente com a distribuição total da população. Embora entre 2001 e 2011 tenha ocorrido uma redução (6.5 p.p.) do seu peso na população residente, os jovens representam 31,4% da população metropolitana, sendo que as regiões metropolitanas de Belém (36,1%) e Fortaleza (35,6%) apresentam as maiores proporções de jovens entre a população residente, seguidas do Distrito Federal (34%) e Salvador (33,8%). A Região Metropolitana de Rio de Janeiro é a que tem a menor proporção, 27,9% da população residente. Isso indica a presença de dinâmicas demográficas diferenciadas entre as regiões do país, sendo que as elevadas proporções de jovens nas regiões metropolitanas de Norte e Nordeste podem ser explicadas pelo fato de que a transição demográfica nessas regiões encontra-se em estágio menos avançado do que nas regiões Sul e Sudeste.

No que concerne à distribuição dos jovens por sexo, verifica-se que as mulheres estão levemente sobre-representadas (50,4%) em relação aos homens (49,6%), tendência que se confirma em quase todas as regiões, exceto na região metropolitana de São Paulo, onde a situação se inverte. Quanto à cor/raça, 51,7% são negros e 48,3% são brancos. Porém, há de se observar as diferenças étnico-raciais, inerentes ao processo formação sociocultural do país, existentes entre as regiões. As regiões Metropolitanas do norte-nordeste: Salvador (86,6%), Belém (73,2%), Fortaleza (66,5%) e Recife (64,6%) concentram as maiores proporções de jovens negros metropolitanos. Enquanto que as regiões metropolitanas de Sul: Porto Alegre (18,4%) e Curitiba (29,7%) são as que têm menores proporções de jovens negros.

Um aspecto que chama atenção na caracterização dos jovens metropolitanos refere-se à escolaridade. Os dados da Pnad 2011 mostram que 45,8% dos jovens de 15 a 29 anos tinham o ensino médio completo ou superior incompleto, enquanto que em 2001, esse percentual correspondia 30,9%. Esta proporção é mais elevada entre os jovens de 20 a 24 anos (61%) e de 25 a 29 anos (54%). Também se observa que aumentou a proporção de jovens com ensino superior, principalmente entre os jovens adultos, que passou de 9,7% em 2001 para 16,7% em 2011. Entretanto, na faixa etária de 20 a 24, apenas 7,4% já concluíram o curso superior. Diversos estudos têm apontado que esta é a geração mais escolarizada que o país teve, contudo, observa-se que é ainda elevada a proporção de jovens metropolitanos de 15 a 19 que não concluíram o ensino fundamental completo (26%), sendo que no caso da Região Metropolitana de Salvador é a que apresenta a proporção mais elevada de jovens nessa situação (38,5%). Sem sombra de dúvidas, os ganhos de escolaridade obtidos pelos jovens metropolitanos ao longo da última década não foram suficientes para assegurar a inserção no

mercado de trabalho, se convertendo muito mais em um mecanismo de seletividade adotado pelas empresas demandantes da força de trabalho, do que propriamente um passaporte automático para o mercado de trabalho, processo que se torna mais evidente quando se analisam as taxas e a distribuição do desemprego juvenil por escolaridade, conforme veremos mais adiante. Também é importante destacar que os ganhos de escolaridade foram mais elevados entre os jovens das regiões metropolitanas do Sul e Sudeste, indicando a persistência das desigualdades históricas de acesso e permanência na escola dos jovens das regiões metropolitanas de Norte e Nordeste do país.

Além disso, outro aspecto a ser considerado quanto à escolaridade diz respeito à qualidade das credenciais escolares obtidas por esses jovens. De acordo com Borges (2009), a segmentação existente no sistema escolar brasileiro entre ensino de boa qualidade e “má qualidade” que perpassa os níveis de ensino não se traduz apenas em desigualdades escolares atinentes aos níveis e aos diplomas obtidos, mas também se expressa nos desníveis de qualificação existentes entre indivíduos com o mesmo nível de escolaridade. Esse tipo de desigualdade não tem como ser captado em pesquisas domiciliares sobre o mercado de trabalho, mas pode ser mensurada a partir dos exames nacionais de avaliação do sistema educacional brasileiro. Argumenta a referida autora que num contexto em que o mercado de trabalho oferece poucas oportunidades de emprego de melhor qualidade, e em ritmo decrescente, e o número de diplomados aumenta rapidamente, a segmentação entre os que possuem os conhecimentos e habilidades certificadas no diploma e os que não têm se configura como um mecanismo fundamental de recrutamento/exclusão da força de trabalho, uma vez que esta segmentação

... repõe, automaticamente, a seletividade que a universalização (ou o aumento acentuado) do acesso a dado grau de ensino procurou reduzir e explica uma parte das desigualdades de oportunidades e de rendimentos entre trabalhadores com a mesma escolaridade (BORGES, 2009, p. 225).

No tocante à distribuição da renda domiciliar *per capita*, os dados da Pnad 2001 apontam que 49,5% dos jovens metropolitanos residem em domicílios com renda *per capita* de até 1 salário mínimo<sup>70</sup>, sendo que 19,7% residiam em domicílios extremamente pobres (até ½ salário mínimo) e 29,8% em domicílios cujos rendimentos situavam-se entre ½ S.M e 1 S.M. Também se observa que 29,8% encontravam-se em domicílios com renda de *per capita* de 1 a 2 S.M. Apenas 11% dos jovens residiam em domicílios com rendimentos superiores a

---

<sup>70</sup> O salário mínimo na data de realização da Pnad (Setembro de 2011) era de R\$ 545,00.

3 S.M. Portanto, se constata que as distâncias sociais que separam jovens pobres e ricos ainda são enormes nas metrópoles brasileiras, bem como prevalecem e se reproduzem as desigualdades existentes entre as regiões do país. Sendo assim, as regiões metropolitanas de Recife (71,7%), Belém (69,6%), Fortaleza (69,6%) e Salvador (62,9%) concentram as maiores proporções de jovens em situação domiciliar de extrema pobreza ou de pobreza conforme os critérios oficiais, enquanto que o Distrito Federal (21,8%), Curitiba (13,9%) e Porto Alegre (13,1%) são as regiões que apresentam as maiores proporções de jovens com renda domiciliar acima de 3 salários mínimos.

Após esta síntese do perfil dos jovens metropolitanos brasileiros, a seguir, iremos apresentar o quadro atual da situação dos jovens no mercado de trabalho. Inicialmente, concentraremos a análise nos indicadores referentes ao primeiro tipo de precarização do trabalho, conforme propõem Druck e Franco (2007), isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho juvenil, o que nos possibilita entender a capacidade dos mercados de trabalho metropolitanos de incorporarem o segmento juvenil e as formas predominantes de inserção na estrutura produtiva. Para tanto, utilizaremos os seguintes indicadores: taxas de participação, de desocupação/desemprego e ocupação, de informalidade segundo as variáveis: faixa etária, sexo, cor, escolaridade e nível de renda.

Conforme analisamos no subitem 4.2 deste capítulo, os jovens metropolitanos em sua diversidade são fundamentalmente trabalhadores. Com base nos dados da Pnad, demonstramos que ao longo dos anos 2000 o tamanho da juventude trabalhadora manteve praticamente estável, sendo que em 2011, 67% dos jovens metropolitanos estavam trabalhando ou à procura de algum trabalho, enquanto que em 2001, este percentual correspondia a 66,7% desse segmento. Também já demonstramos que na medida em que os jovens avançam na idade, eleva-se a proporção de jovens trabalhadores, principalmente nos subgrupos etários dos jovens de 20 a 24 anos (77,6%) e de 25 a 29 anos (83,9%), bem como, reduz drasticamente a frequência à escola, o que evidencia a centralidade do trabalho e as consequências da sua ausência na experiência da condição juvenil e no processo de transição para o mundo adulto. Por outro lado, houve um aumento da proporção de jovens estudantes no grupo etário de 15 a 19 anos, de 46,2% em 2001 para 50,3% em 2011. Entretanto, o prolongamento de tempo de permanência da juventude na escola não implicou necessariamente o afastamento dos jovens metropolitanos do mercado de trabalho, pois em 2011, 38,5% estavam trabalhando ou a procura de trabalho com ou sem concomitância com a escola. Além disso, ainda persiste a negação do direito ao trabalho e à educação, em 2011, 19,4% dos jovens de 15 e 29 anos não trabalhavam e nem estudavam, sendo registrado na

última década uma redução de apenas 2 (p.p), já que em 2001 essa proporção era de 21,4%, cabendo destaque para a situação das jovens mulheres de 25 a 29 anos.

A análise da taxa de atividade ou de participação<sup>71</sup> dos jovens no período analisado apresenta diferenças conforme as regiões metropolitanas pesquisadas pela Pnad. Os jovens metropolitanos de São Paulo, Salvador e Curitiba são os que exercem maior pressão sobre o mercado de trabalho, sendo que nessas regiões de cada 100 jovens, 72 estavam trabalhando ou à procura de um trabalho. A forma como estes são incorporados aos respectivos mercados de trabalho irá apresentar variações significativas que estão associadas à estrutura e à dinâmica de funcionamento de cada um deles. Por outro lado, as regiões metropolitanas de Recife e Belém apresentam as menores taxas de participação juvenil no mercado de trabalho, 55% e 58% respectivamente, seguidas pelo Rio de Janeiro, cuja taxa de participação dos jovens foi de 59% em 2011.

Conforme demonstra a tabela 09, a evolução da taxa de participação entre 2001 e 2011 indica um duplo movimento: por um lado, observa-se a redução da participação dos jovens entre 15 a 19 anos, de 44,3% em 2001 para 38,8% em 2011; e por outro lado, o aumento da participação dos jovens entre 25-29 anos, de 80,8% em 2001 para 83,9% em 2011. A participação dos jovens de 20-24 anos não apresentou variação durante este período, permanecendo no patamar de 77%. Embora a taxa média de participação dos jovens mantenha-se estável no período analisado, os dados da Pnad mostram que as mulheres jovens exerceram maior pressão sobre mercado de trabalho, sendo que houve um acréscimo nas taxas de participação feminina de 3,2 pontos percentuais, aumentando para 61,4% em 2011. É importante destacar o aumento significativo de 7,2 p.p. na taxa de participação das mulheres jovens de 25 a 29 anos, passando de 69% em 2001 para 76,1% em 2011. Em contraposição, há um decréscimo de 2,9 p.p. da participação dos homens jovens, que em 2001 era de 75,6% e em 2011 reduz para 72,7%.

Os incrementos ocorridos na população juvenil economicamente ativa no período analisado evidenciam que as mulheres foram exclusivamente responsáveis pela pressão juvenil sobre o mercado de trabalho metropolitano. Entre 2001 e 2011, o tamanho da PEA juvenil apresentou uma variação negativa no mesmo patamar registrado para PIA juvenil (-0,1%); a PEA juvenil masculina teve variação negativa -2,6%; enquanto que a PEA juvenil feminina apresentou uma variação positiva de 1,4%.

---

<sup>71</sup> A taxa de atividade ou de participação é a proporção das pessoas economicamente ativas em relação em pessoas em idade ativa.

**Tabela 09 - Taxa de Participação dos Jovens Metropolitanos por sexo, cor/raça e anos de estudos – Brasil – 2001 e 2011.**

Em percentual (%)

Atributos	Faixa etária x ano							
	2011				2001			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
<b>Total</b>	38,8	77,6	83,9	67,0	44,3	77,0	80,8	66,7
<b>Sexo</b>								
Masculino	42,0	84,7	92,3	72,7	49,5	86,8	94,0	75,6
Feminino	34,8	70,8	76,1	61,4	39,1	67,8	69,0	58,2
Atributos	Faixa etária x ano							
	2011				2001			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
<b>Cor/Raça</b>								
Branços	36,4	77,8	84,8	67,2	43,7	77,2	81,3	66,9
Negros	40,3	77,4	83,2	66,8	45,2	77,0	79,9	66,4
<b>Anos de Estudo</b>								
S/ inst. e menos de 1 ano	32,5	54,0	59,1	50,0	34,4	59,5	64,6	55,2
1 a 3 anos	22,0	65,2	67,4	47,7	40,7	69,0	76,3	63,2
4 a 7 anos	28,1	71,7	75,7	48,7	38,7	73,6	75,5	59,0
8 a 10 anos	33,8	74,8	80,2	51,6	42,6	75,8	78,9	59,1
11 a 14 anos	62,1	80,0	86,0	79,7	64,8	81,0	85,4	79,8
15 anos ou mais	-	81,5	91,2	88,3	-	81,6	92,6	89,1

Fonte: Fonte: Pnad/IBGE, microdados 2011 e 2001. Elaboração própria  
Nota 1: Excluído sem rendimentos

De acordo com Borges (2009), essa pressão das jovens mulheres sobre o mercado está condicionada por um conjunto de determinantes demográficos (a onda jovem), econômicos (pressão dos provedores familiares para entrada dos filhos no mercado de trabalho em decorrência do desemprego ou rebaixamento do nível de renda familiar) ou socioculturais (a conquista da independência financeira, mudanças na relação das mulheres com o trabalho na esfera produtiva, aumento do número de mulheres chefe de domicílio etc.). Portanto, ainda que permaneçam as distâncias entre as taxas de participação juvenis masculinas e femininas, praticamente desaparecem as diferenças no padrão de participação de ambos os sexos, pois

a curva de participação das jovens é idêntica à dos jovens, não se observando mais o declínio da taxa no período em que a maioria das mulheres está se casando e tendo filhos, confirmando um fenômeno amplamente diagnosticado: para a atual geração de mulheres jovens o casamento, a maternidade e a criação dois filhos já não se constituem em obstáculos à sua participação no mercado de trabalho (BORGES, 2009, p. 228).

No que se refere à taxa de participação dos jovens por cor, observa-se que tanto jovens negros quanto jovens brancos permaneceram praticamente inalteradas, apresentando um leve aumento. Porém, os jovens negros de 25 a 29 anos aumentaram a sua participação no mercado de trabalho, passando de 79,9% em 2001 para 83,2% em 2011; e os jovens brancos dessa



mesma faixa etária também aumentaram a sua participação para 84,8% em 2011, enquanto que em 2001 esse percentual foi de 81,3%.

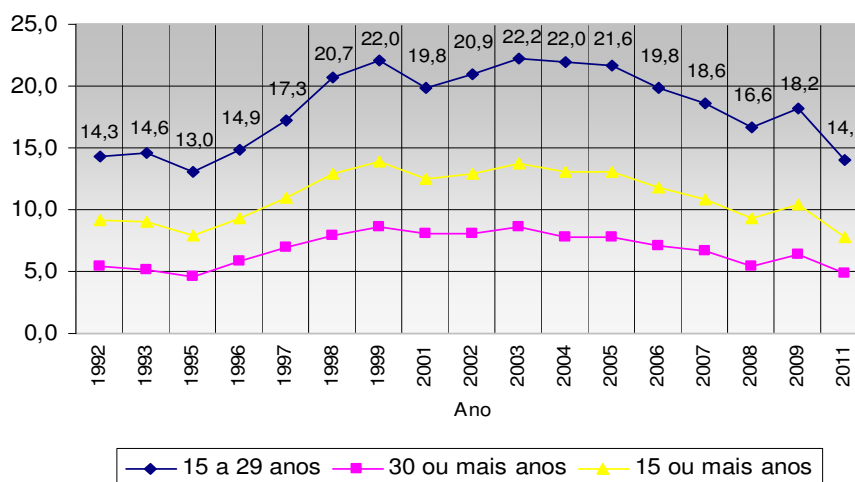
As taxas de participação dos jovens por escolaridade indicam os jovens metropolitanos que concluíram o ensino médio ou estão cursando o ensino superior, assim como os que já concluíram o ensino superior, principalmente os subgrupos etários de 20-24 anos e 25-29 anos são aqueles que exercem maior pressão sobre o mercado de trabalho e com maiores chances de encontrar um emprego. Entre 2001 e 2011, a taxa de participação dos jovens mais escolarizados esteve acima da média geral, enquanto que a dos jovens menos escolarizados em patamares bem inferiores. Nesse sentido, se observa que o ensino médio tem se configurado como critério mínimo de seleção e recrutamento da força de trabalho juvenil, e, por conseguinte, os jovens com baixa escolaridade acabam ocupando as posições mais precárias existentes no mercado de trabalho.

Se de um lado, as taxas de participação expressam as demandas da juventude em sua heterogeneidade em torno da importância do trabalho em suas vidas, de outro, o desemprego se constitui como uma das facetas mais perversas do processo de precarização social do trabalho que atinge de forma severa os jovens metropolitanos brasileiros. Em 2001, os jovens representavam 60,8% (2 milhões) do total de desempregados das áreas metropolitanas do país pesquisadas pela Pnad/IGBE, e em 2011, 57,6% (1,4 milhões) dos desempregados metropolitanos eram jovens.

A evolução das taxas de desemprego dos jovens metropolitanos durante os anos 1990 e 2000 (ver gráfico 10), embora reproduzam, conjuntamente, as melhoras no desempenho da economia e no nível de emprego formal, evidenciam a perversa herança transmitida às novas gerações de trabalhadores que ingressam no mercado trabalho pós-reestruturação produtiva. Se tomarmos como referência a série histórica da Pnad de 1992-2011, observamos que a curva da taxa de desemprego desse segmento apresenta uma linha ascendente na década de 1990, elevando-se de 14,3% em 1992 para 22,9% em 1999. Nos anos 2000, também se reproduz esse movimento até 2005 (21,9%), e decrescendo a partir de 2006 (19,8%), 2007 (18,6%) e 2008 (16,6%), acompanhando o movimento mais geral do emprego no país. Já em 2009, após a eclosão da crise econômica mundial em outubro de 2008, a taxa de desemprego dos jovens metropolitanos aumentou para 18,2%. Entre 2009 e 2011, houve um aumento significativo do nível de ocupação dos jovens metropolitanos que implicou a redução de 4.1 p.p. na taxa de desemprego (14,1%) em 2011. Contudo, o quadro de melhora do nível de ocupação registrado entre 2004 e 2011 não foi suficiente para reverter o grau de exposição dos jovens ao principal risco do mercado de trabalho, de modo que os jovens continuam

sobre-representados no estoque de desempregados do país. Se por um lado, é inegável que ocorreu um decréscimo acentuado da taxa de desemprego juvenil a partir de meados dos anos 2000, por outro, convém destacar que em termos relativos à proporção de jovens desempregados em 2011 é praticamente a mesma verificada em 1992 e 1993.

**Gráfico 10 - Evolução da taxa de desemprego por faixa etária - Brasil Metropolitan- 1992 a 2011**



Fonte: Pnad/IBGE 1992 a 2011, microdados. Elaboração própria

O grau de vulnerabilidade dos jovens metropolitanos torna-se mais grave quando se compara com as taxas de desemprego da população adulta (30 ou mais) e com a taxa de desemprego total (15 anos ou mais). Em 2011, a taxa de desemprego juvenil (14,1%) é praticamente o triplo da taxa de desemprego da população adulta (4,8%) e 1,8 vezes maior do que a taxa de desemprego das pessoas com 15 ou mais anos (7,8%). Ao se comparar com 2001, é possível concluir que a incorporação de 513.000 jovens na condição de ocupados em 2011 não foi suficiente para reduzir o grau de vulnerabilidade dos jovens ao fenômeno de desemprego, pois, mesmo numa conjuntura marcada por baixas taxas de desemprego, a variável idade se configura como uma variável determinante nas chances de ficar desempregado. Contudo, na atual conjuntura fica evidente que a permanência de taxas de desemprego juvenis muito além da média do desemprego total ou das pessoas adultas está relacionada com a própria incapacidade dos mercados de trabalho metropolitanos oferecerem oportunidades de empregos para a juventude trabalhadora, ou seja, há um déficit estrutural de empregos. Entre 2001 e 2011, as taxas de crescimento relativo da PIA e da PEA juvenil foram negativas, exceto para os jovens de 25 a 29 anos, de tal forma que os efeitos demográficos (a “onda jovem”) já não ocorrem na mesma intensidade como aconteceu no início dos anos

2000. Dessa forma, o crescimento de 6% da população juvenil ocupada foi insuficiente para zerar o estoque de jovens desempregados nas áreas metropolitanas em 2011.

Diversos estudos e pesquisas realizadas em diferentes países e momentos históricos atestam que as taxas de desemprego entre os jovens geralmente são mais elevadas que a taxa de desemprego dos adultos, seja em momentos de crescimento econômico ou de retração na criação de empregos. No caso do Brasil, isso é não diferente, pois na conjuntura econômica do final dos anos 2000, em que se amplia a criação de empregos formais, os jovens são menos beneficiados. Por certo, isso aponta para a urgência de políticas públicas destinadas aos jovens no mercado de trabalho, as quais não se restringem a aspectos adstritos à qualificação profissional dos mesmos. Isso também remete ao debate de que haveria causas específicas para o desemprego juvenil, as quais não se limitam às causas geradoras do desemprego para a população em geral<sup>72</sup>.

Nesse sentido, as taxas médias gerais de desemprego juvenil tendem a “camuflar” as desigualdades existentes no universo dos jovens metropolitanos. Como já salientamos anteriormente, a condição de desemprego é vivenciada diferenciadamente entre os jovens metropolitanos, a qual se torna mais visível quando desagregamos os dados por região metropolitana, faixa etária, sexo, cor, anos de estudos e nível de renda domiciliar. Verifica-se que as mulheres jovens, os jovens negros, os menores escolarizados e os jovens residentes nas áreas metropolitanas do Norte–Nordeste do país são os segmentos juvenis mais expostos ao desemprego. Dentre as regiões metropolitanas pesquisadas pelo Pnad (ver tabela 9), a região Metropolitana de Salvador (RMS) é a que detém os maiores índices de desemprego juvenil,

---

<sup>72</sup> De acordo com Madeira (1998, 2004) uma parcela significativa das análises supõe que a causa do desemprego juvenil advém da falta de dinamismo econômico. Porém, na visão dessa autora este argumento não é suficiente, uma vez que em períodos de crescimento econômico e acréscimo de níveis de emprego globais, o desemprego juvenil não diminui na mesma proporção em que ocorreu para trabalhadores adultos, portanto, o desemprego juvenil é estrutural. Um segundo argumento, geralmente utilizado pelos empregadores seria a falta de experiência dos jovens, o que explica apenas parte do problema. Um terceiro argumento utilizado para explicar o desemprego dos jovens diz respeito às atitudes comportamentais dos jovens em relação ao mercado de trabalho, dentre as quais se destacaria a intermitência. Assim, os primeiros passos em direção ao mercado de trabalho seriam marcados pelo descompasso entre a formação profissional/escolar e a expectativa de um trabalho “ideal”, movidos pela ideia de que “tudo pode”, em geral buscam ocupações incompatíveis com a sua formação profissional ou com as exigências do mercado. À medida que amadurecem e deixam a fase da adolescência, as taxas de desemprego começam decair. Desse modo, uma parte dos jovens estaria “inflacionando” a demanda de trabalho, quando na verdade não estariam motivados a inserir no mercado de trabalho ou estariam em busca de inserção muito especial. Por último, um quarto argumento seria que o desemprego juvenil é causado pela alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho, ou melhor, de uma “alta propensão de transitar entre emprego para o desemprego ou para inatividade”, o que seria mais comum entre os adolescentes e tendendo a diminuir entre os “jovem-adultos”. Nesse caso, os jovens teriam dificuldades de permanecer muito tempo em um trabalho, devido a pouca experiência adquirida no emprego anterior, o que faz com transitem rapidamente de uma situação ocupacional para outra. Todavia, para determinado grupo de jovens prevalece uma dinâmica diferenciada, principalmente para aqueles que acumulam múltiplas desvantagens sociais (baixo nível educacional, minorias étnicas, moradores de locais distantes dos locais de trabalho), uma vez que permanecem por maiores espaços de tempo sem emprego, intercalados por curtos períodos com trabalhos insatisfatórios.

disputando o inusitado título de campeã do “desemprego juvenil” com a Região Metropolitana de Recife. Em 2001, a taxa de desemprego dos jovens da RMS era de 23,5%, 3.7 p.p. acima média metropolitana, e nos três anos subseqüentes subiu para o patamar de 29%; a partir de 2005, acompanhando a tendência geral, as taxas de desemprego reduziram, atingindo o patamar de 23,1% em 2011. Portanto, na última década, a dinâmica do mercado de trabalho mostrou-se bastante desfavorável para os jovens da metrópole baiana, de tal forma que, ao final de 2011, a taxa de desemprego é a mesma registrada em 2001. Após uma década de “retomada” do crescimento econômico, com expansão significativa da formalização do emprego combinada com a redução do desemprego e a elevação do rendimento médio dos trabalhadores, observa-se que não se alterou o quadro de “desemprego estrutural” dos jovens.

No caso dos jovens da RMS, o grau de exposição ao desemprego torna-se mais evidente quando se contrasta com a taxa global desemprego juvenil metropolitano. Em 2011, a proporção de jovens à procura de trabalho na RMS era bem acima da média nacional (23,1% - RMS / 14,1% - Brasil Metropolitano). Isso significa que, para cada 100 jovens desempregados no Brasil Metropolitano, havia 163 jovens da RMS na mesma condição. Logo, a situação e a recorrência do desemprego atingem desigualmente os jovens metropolitanos, cuja incidência em maiores proporções entre os jovens residentes nas metrópoles nordestinas, como é o caso de Salvador, comprova que a porta de entrada por excelência desses jovens no mercado de trabalho se dá mediante a condição mais instável e precária: o desemprego.

**Tabela 9 - Taxa de Desocupação de Pessoas com 15 a 29 anos por Região Metropolitana – 1992 a 2011**

Em porcentagem (%)

RMs	Ano																
	92	93	95	96	97	98	99	01	02	03	04	05	06	07	08	09	11
Total	14,3	14,6	13,0	14,9	17,3	20,7	22,0	19,8	20,9	22,2	22,0	21,6	19,8	18,6	16,6	18,2	14,1
BEL	19,2	14,8	14,2	17,1	19,5	15,7	25,9	23,0	21,1	20,0	20,6	20,9	21,9	19,8	15,5	16,8	19,6
FOR	14,9	13,9	14,5	13,3	16,8	17,7	18,5	18,2	22,4	22,3	22,1	21,4	20,6	18,8	15,7	17,3	11,6
REC	19,6	21,7	15,2	18,0	19,8	23,0	22,0	22,2	24,1	26,8	29,3	29,0	25,7	29,5	25,9	25,4	19,1
SSA	18,1	22,2	14,8	23,3	23,6	25,5	28,1	23,5	29,2	29,5	29,3	26,9	27,0	24,3	23,9	24,0	23,1
BH	14,9	12,6	11,2	12,3	14,5	18,9	22,8	20,2	19,3	19,4	20,4	20,1	17,3	14,6	11,9	15,6	12,6
RJ	11,1	14,0	12,5	13,8	15,6	19,1	19,1	21,5	21,2	23,5	20,6	22,3	21,7	19,1	18,4	17,5	15,4
SP	15,1	14,4	13,1	14,7	18,7	22,9	24,4	19,4	20,4	22,4	23,0	21,4	19,1	17,9	15,7	18,7	12,6
CTBA	11,0	9,5	10,4	9,3	13,5	15,7	16,3	14,7	14,5	15,7	13,2	15,6	13,6	11,5	10,2	13,1	9,9
POA	11,5	10,9	12,7	14,8	14,5	18,0	16,5	14,9	17,2	17,0	15,7	15,3	13,9	15,9	12,1	13,5	9,8
DF	12,8	14,7	12,7	17,9	15,0	17,6	21,6	21,9	22,2	22,3	23,3	22,8	20,1	20,3	19,7	20,2	14,7

Fonte: Phad/IBGE 1992 a 2011, microdados. Elaboração própria

Nota: RMs – Regiões Metropolitanas; BEL – Belém/PA; FOR – Fortaleza-CE; REC – Recife-PE; SSA – Salvador-BA; BH- Belo Horizonte – MG; RJ – Rio de Janeiro-RJ; SP – São Paulo – SP; CTBA- Curitiba-PR; POA – Porto Alegre-RS; DF – Distrito Federal

Para além das assimetrias regionais existentes nas taxas de desemprego juvenil metropolitano, também se percebe que determinados jovens têm maiores chances de ficarem desempregados, estando, portanto, mais vulneráveis ao desemprego (Ver tabela 10). A redução das taxas de desemprego observadas nos anos 2000 não ocorreu na mesma intensidade para jovens possuidores de certos atributos pessoais, adstritos ou adquiridos. A desigualdade de gênero no acesso dos jovens ao mercado de trabalho continua a operar como elemento discriminatório da força de trabalho juvenil. As taxas de desemprego das jovens ainda são mais elevadas que a dos jovens, assim como, acima da média metropolitana. Entre 2001 e 2011, a taxa de desemprego das jovens de 15 a 29 anos passou de 23,5% para 17,4%, respectivamente, apresentando uma redução de 6,1 p.p.; já a taxa de desemprego dos jovens apresentou uma redução um pouco menor (5.6 p.p.), passando 16,8% para 11,2% no período analisado.

No que se refere aos atributos por cor, a taxa de desemprego dos jovens negros teve uma significativa redução (12.5 p.p.) entre 2001 (23,2%) e 2011 (10,7%), mas ainda é superior a dos jovens brancos. Dentre os fatores que contribuíram para elevação nível de ocupação dos jovens negros, a elevação do nível de escolaridade, principalmente o nível médio completo, aumentou as chances dos jovens negros encontrarem um emprego, ou seja, a obtenção das credenciais escolares mínimas requeridas pelo mercado de trabalho pode estar interferindo positivamente na inserção de jovens negros. Todavia, isso não significa a anulação da discriminação racial incrustada ao funcionamento do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego dos jovens segundo a escolaridade indica que os jovens menos escolarizados estão mais expostos ao desemprego. Os jovens com ensino médio completo ou cursando o ensino superior foram os mais beneficiados com as insuficientes vagas de trabalho criadas para os jovens metropolitanos nos anos 2000. A taxa de desemprego dos jovens com 11 a 14 anos de estudos caiu de 16,8% em 2001 para 12,2% em 2011; já entre aqueles que têm 15 anos ou mais de estudos, a taxa de desemprego era de 8,5% em 2001 e em 2011 decresceu para 6,7%. Por sua vez, os jovens com ensino fundamental incompleto ou completo encontram dificuldades para inserir numa ocupação, sendo que em 2011, a taxa de desemprego dos jovens com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto perfazia 20%. Contudo, é importante destacar que a elevação do nível de escolaridade das novas gerações de trabalhadores dos anos 2000 não assegurou um passaporte automático para o emprego ou ocupação. A distribuição dos jovens metropolitanos por condição na ocupação segundo os anos estudos põe em evidência que os jovens trabalhadores ingressos no mercado de trabalho no final década de 2000 são mais escolarizados. Basta observar que mais da

metade dos jovens metropolitanos economicamente ativos já galgaram o diploma do ensino médio em 2011, porém, nem todos têm como destino certo uma inserção no emprego, de modo a validar a tese defendida por alguns autores de que a escolaridade é uma condição atenuante do grau de exposição ao desemprego, porém insuficiente, não sendo, portanto, uma garantia de que todos encontrarão uma vaga no mercado de trabalho.

**Tabela 10 - Taxa de desocupação dos Jovens Metropolitanos por sexo, cor/raça, anos de estudos, renda domiciliar per capita – 2001 e 2011**

Em percentual (%)

Atributos	Faixa Etária x Ano							
	2011				2001			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
<b>Total</b>	25,2	14,0	9,2	14,1	31,5	19,3	12,9	19,8
<b>Sexo</b>								
Masculino	21,3	11,1	6,5	11,2	28,4	16,4	9,7	16,8
Feminino	30,1	17,4	12,3	17,4	35,2	22,8	16,9	23,5
<b>Cor / Raça</b>								
Branços	25,0	12,1	7,7	12,4	29,2	16,0	11,1	17,2
Negros	25,4	15,8	10,7	15,6	34,0	23,6	15,4	23,2
<b>Anos de Estudo</b>								
S/ inst. e menos de 1 ano	20,2	18,7	12,9	16,1	19,3	20,0	14,5	17,3
1 a 3 anos	29,7	11,4	10,2	14,4	22,8	19,4	13,7	17,4
4 a 7 anos	26,7	18,6	12,5	18,9	32,3	22,2	14,3	22,2
8 a 10 anos	28,7	17,3	11,2	20,0	34,2	22,1	14,3	24,5
11 a 14 anos	19,8	13,0	9,2	12,2	27,0	17,2	12,5	16,8
15 anos ou mais	-	9,5	5,6	6,7	-	10,0	7,9	8,5
<b>Renda domiciliar per capita<sup>1</sup></b>								
Até ½ SM	45,2	38,2	26,2	35,2	44,7	31,0	20,5	31,2
Mais de ½ até 1 salário	27,2	16,0	10,7	16,6	28,0	14,4	8,8	15,1
Mais de 1 até 2 salários	15,7	7,8	5,2	8,3	25,6	10,6	5,8	11,0
Mais de 2 até 3 salários	15,3	6,4	3,2	5,8	24,9	12,5	7,1	11,7
Mais de 3 até 5 salários	14,0	6,9	4,2	6,1	24,5	11,1	4,6	8,6
Mais de 5 salários	30,9	8,7	3,8	6,5	44,7	31,0	20,5	31,2

Fonte: Fonte: Pnad/IBGE, microdados 2011 e 2001. Elaboração própria

Nota 1: Excluído sem rendimentos

Conforme demonstram os dados da tabela 11, em 2011, 47% dos jovens desempregados de 15 a 19 anos já tinham concluído o ensino médio ou estavam cursando o ensino superior e 5% tinham curso superior completo; sendo que no caso dos jovens de 20-24 anos e 25-29 anos os percentuais são mais elevados ainda. Quando se compara este quadro com a situação dos jovens em 2001, conclui-se que o peso da proporção dos jovens com diplomas de nível médio ou ensino superior incompleto no estoque dos desempregados aumentou significativamente (16,1 p.p), o que revela os limites do mercado de trabalho reconfigurado pós-reestruturação produtiva, bem como põe em questão os argumentos da

teoria do Capital Humano<sup>73</sup>, os quais foram bastante enfatizados pelo discurso neoliberal e ganharam força na cena pública brasileira, contraditoriamente, no contexto de desemprego em massa dos anos de 1990.

**Tabela 11 - Taxa de Desocupação e Distribuição dos jovens metropolitanos desempregados no segundo ano de estudos – 2001 e 2011**

Em percentual (%)

Anos de Estudo	Faixa Etária X Ano							
	2011							
	15 a 19		20 a 24		25 a 29		15 a 29	
	Tx. DES	% DES	Tx. DES	% DES	Tx. DES	% DES	Tx. DES	% DES
S/ instrução e < de 1 ano	20,2	1,6	18,7	2,3	12,9	3,3	16,1	2,4
1 a 3 anos	29,7	1,2	11,4	0,7	10,2	1,2	14,4	1,0
4 a 7 anos	26,7	16,9	18,6	10,3	12,5	11,0	18,9	12,7
8 a 10 anos	28,7	52,2	17,3	23,2	11,2	18,1	20,0	31,5
11 a 14 anos	19,8	27,5	13,0	58,2	9,2	55,3	12,2	47,1
15 anos ou mais	-	-	9,5	5,3	5,6	11,0	6,7	5,1
Não determinados		0,5		0,1		0,1		0,2
Total	25,2	100,0	14,0	100,0	9,2	100,0	14,1	100,0
Anos de Estudo	2001							
	15 a 19		20 a 24		25 a 29		15 a 29	
	OC*	DES**	OC	DES	OC.	DES	OC.	DES
S/ instrução e < de 1 ano	19,3	0,9	20,0	2,3	14,5	3,3	17,3	2,0
1 a 3 anos	22,8	2,8	19,4	3,9	13,7	6,2	17,4	4,0
4 a 7 anos	32,3	29,7	22,2	23,7	14,3	26,5	22,2	26,6
8 a 10 anos	34,2	47,8	22,1	27,3	14,3	22,9	24,5	33,9
11 a 14 anos	27,0	17,7	17,2	39,8	12,5	34,2	16,8	30,3
15 anos ou +	-	-	10,0	2,0	7,9	6,4	8,5	2,3
Não determinados	-	1,0	-	1,0	-	0,4	-	0,9
Total	31,5	100,0	19,3	100,0	12,9	100,0	19,8	100,0

Fonte: Fonte: Pnad/IBGE, microdados 2011 e 2001. Elaboração própria

Nota:Tx. DES – Taxa de Desocupação; \*\* %DES – Distribuição dos Desocupados

<sup>73</sup> “Sua origem está ligada ao surgimento da disciplina **Economia da Educação**, nos Estados Unidos, em meados dos anos 1950. Theodore W. Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago à época, é considerado o principal formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. Esta disciplina específica surgiu da preocupação em explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção. A conclusão de tais esforços redundou na concepção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital. Aplicada ao campo educacional, a ideia de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” (das teorias econômicas neoclássicas). Além disso, legítima a ideia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento. Em 1968, Schultz recebeu o prêmio Nobel de Economia pelo desenvolvimento da teoria do capital humano”. (MINTO, 200?).

Conforme demonstramos até então, existem graus diferenciados de vulnerabilidade dos jovens metropolitanos ao principal risco do mercado de trabalho, os quais estão relacionados às desigualdades geracionais, de gênero, étnico-raciais e educacionais. Essas desigualdades estão profundamente entrelaçadas nas trajetórias e experiências laborais dos jovens, no entanto, elas não estão desvinculadas da origem social dos jovens e do grupo doméstico do qual fazem parte, visto que a posição da família de origem na estrutura socioeconômica das sociedades metropolitanas interfere nas probabilidades de inserção no mercado de trabalho. Os dados da tabela 12, referentes à taxa de desemprego segundo a renda domiciliar *per capita* mostram que os jovens residentes nos domicílios extremamente pobres ou pobres continuam sobre-representados entre a população juvenil desempregada. Em 2011, as taxas de desemprego dos jovens pobres de 15 a 29 anos era **5,4 vezes** (35,2%) superior a taxa dos jovens residentes em domicílios com rendimentos acima de 5 salários mínimos (6,5%). Quando confrontamos esses resultados com os auferidos pela Pnad de 2005, momento de recuperação da economia, conclui-se que não há rupturas com o padrão desigual de incorporação dos jovens pobres aos mercados de trabalho metropolitano. Apesar da redução das taxas de desemprego, tanto jovens pobres quanto de estratos de renda mais elevados, isso não implicou efetivamente a redução do grau de vulnerabilidade dos jovens ao desemprego, mas pelo contrário, ampliou-se ainda mais. Isso se comprova a partir da constatação de que em 2005, o grau de exposição ao desemprego dos jovens oriundos de domicílios extremamente pobres (até ½ salário mínimo) era 4,6 vezes superior ao dos jovens oriundos de domicílios com renda média e alta (acima de 5 salários mínimos).

**Tabela 12 - Taxa de desocupação dos Jovens Metropolitanos segundo a renda domiciliar per capita<sup>1</sup> – 2005 e 2011**

Renda domiciliar per capita	Em percentual (%)							
	Faixa etária X Ano							
	2011				2005			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
Até ½ SM	45,2	38,2	26,2	35,2	52,5	40,2	29,9	40,4
Mais de ½ até 1 salário	27,2	16,0	10,7	16,6	38,4	25,4	14,0	24,9
Mais de 1 até 2 salários	15,7	7,8	5,2	8,3	28,0	14,4	8,8	15,1
Mais de 2 até 3 salários	15,3	6,4	3,2	5,8	25,6	10,6	5,8	11,0
Mais de 3 até 5 salários	14,0	6,9	4,2	6,1	24,9	12,5	7,1	11,7
Mais de 5 salários	30,9	8,7	3,8	6,5	24,5	11,1	4,5	8,6

Fonte: Fonte: Pnad/IBGE, microdados 2011 e 2001. Elaboração própria

Nota 1: Exclusive sem rendimentos

Portanto, se consideramos que o desemprego é a condição mais precária e instável do mercado de trabalho, há de se interrogar sobre as suas implicações simbólicas e materiais nas



trajetórias dos jovens trabalhadores pobres, bem como sobre a natureza e a qualidade dos suportes sociais que podem ser mobilizados por esses jovens nas suas trajetórias no e pelo trabalho, como bem nos lembra Castel (2010). Ademais, é bom lembrar que os desníveis de poder existentes entre jovens pobres e dos estratos de renda média e alta são mais expressivos nos mercados de trabalho metropolitanos das regiões menos desenvolvidas do país, especialmente na Região Metropolitana de Salvador.

Contudo, o desemprego se configura apenas como uma das dimensões da precarização do trabalho dos jovens. A natureza e a qualidade dos postos de trabalhos ocupados pela força de trabalho juvenil metropolitano são indicadores importantes para entendermos as especificidades e as características do trabalho juvenil no cenário atual de reconfiguração do mercado de trabalho metropolitano.

Como afirmamos anteriormente, os jovens foram um dos segmentos menos beneficiados com o processo de expansão de formalização do mercado de trabalho nos últimos anos, uma vez que ainda continuam sobre-representados no estoque de desempregados. Na última década, a proporção de jovens ocupados sem proteção social e trabalhista reduziu significativamente em razão do aumento (ainda que insuficiente!) dos números de postos de trabalho formais ocupados pelos jovens. Em 2011, a taxa de informalidade dos jovens metropolitanos de 15 a 29 anos atingiu o patamar de 30,5%, enquanto que em 2001 esse percentual foi de 44,5%. Ao final dos anos 2000, o “emprego” com carteira assinada se configurava como porta de entrada para 63% dos jovens ocupados na faixa etária de 15 a 29 anos, notadamente para os jovens mais velhos (20 a 29 anos) (Ver tabela 13). No caso dos jovens adolescentes (15 a 19 anos), as ocupações mais precárias ainda se configuram como importantes portas de entrada no mercado de trabalho, de modo que as primeiras experiências de trabalho ocorrem em atividades que não dispõem de nenhum tipo de proteção social e à margem da legislação trabalhista. Ademais, as chances de conquista do emprego formal são profundamente desiguais entre jovens das metrópoles brasileiras. As taxas de informalidade dos jovens de Belém (50,3%), Fortaleza (50,8%) e Salvador (42,1%) estão acima da média metropolitana nacional, explicitando que a magnitude do grau de exposição dos jovens trabalhadores dessas regiões à precarização do trabalho, o que não deixa de ser coerente com o grau de desestruturação desses mercados de trabalho metropolitanos.

**Tabela 13 - Distribuição dos jovens metropolitanos por posição na ocupação do trabalho principal – 2001 e 2011**

Em percentagem (%)

Posição na ocupação do trabalho principal	2011				2001			
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29
Empregado c/cart. de trabalho assinada	47,4	66,9	64,7	62,7	33,1	51,8	50,4	47,5
Militar	1,2	0,9	0,3	0,7	1,4	1,3	0,8	1,1
Funcionário público estatutário	1,0	2,2	4,3	2,9	0,2	1,6	4,3	2,4
Outro empregado s/ cart. de trabalho assinada	35,8	18,8	12,8	18,8	40,6	24,2	16,8	24,5
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0,3	0,8	1,4	1,0	1,0	2,3	3,0	2,3
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	2,8	2,1	2,7	2,5	7,3	5,5	5,2	5,7
Conta própria	7,7	6,8	11,6	9,1	7,5	9,7	15,7	11,6
Empregador	0,3	0,7	1,6	1,0	0,2	1,2	2,2	1,4
Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,3	0,0	0,2	0,2	0,6	0,2	0,4	0,3
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2	0,3	0,3
Não remunerado	3,1	0,7	0,5	1,0	7,7	2,1	1,0	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pnad/IBGE, microdados 2011 e 2001. Elaboração própria

O aumento da proporção de jovens empregados com carteira assinada ainda que seja um indicador positivo da inserção juvenil no mercado de trabalho, não é *per se* um indicador de redução da precarização social do trabalho, e nem tampouco pode ser analisado enquanto um fenômeno isolado da cartografia social do trabalho metropolitano. Os lugares que os jovens ocupam nessa cartografia social explicitam as fissuras do modelo de desenvolvimento capitalista em vigência no país, visto que não é desprezível a proporção de jovens urbanos e metropolitanos sem emprego, principalmente nos mercados de trabalho urbanos das regiões menos desenvolvidas. Segundo a Pnad de 2011, no agregado total, 40,2% dos jovens metropolitanos estavam inscritos na cartografia social do trabalho na condição de “sem-empregos<sup>74</sup>”, a qual é vivenciada com maior intensidade pelos jovens trabalhadores de Belém (60%), Salvador (55,5%), Fortaleza (50,8%) e Recife (45,5%). Portanto, o déficit de emprego formal juvenil explicita que as dificuldades de inserção dos jovens não foram interrompidas na atual conjuntura do mercado de trabalho brasileiro.

<sup>74</sup> Segundo Barreto (2005, p. 76) “Os sem emprego [...] são todos os trabalhadores que não tem um contrato de trabalho por indeterminado, nem um salário fixo, nem direitos e benefícios garantidos por lei. Ou seja, se usarmos as denominações da literatura são todos aqueles que se encontram na situação de desemprego e/ou exercendo uma atividade informal”.

Por outro lado, os jovens situados na cartografia do mercado de trabalho metropolitano na condição de assalariados privados com carteira assinada ou do setor público (estatutários) ingressam num novo e precário mundo do trabalho, em que a formalização do contrato de trabalho não assegura aos jovens trabalhadores a conquista de direitos sociais e trabalhistas tipicamente fordistas. Mas pelo contrário, os percursos juvenis pelos empregos formais são cada vez mais marcados por inseguranças, inconstantes, incertezas e fluxos contínuos entre empregos (formais) regidos pelo baixo padrão salarial e por péssimas condições de trabalho, além da intensificação da jornada de trabalho e do grau de envolvimento pessoal nas relações de trabalho. Na reconfiguração do trabalho nas metrópoles brasileiras, o processo de formalização do trabalho juvenil não implicou nenhuma inflexão ou ruptura com os aspectos centrais do processo de precarização social do trabalho em curso no Brasil.

Nesse sentido, a análise dos tipos de inserção e das condições de trabalho e renda dos jovens ocupados oferece elementos elucidativos da conformação social da precarização do trabalho como regra de funcionamento do mercado de trabalho nos anos 2000.

Antes mesmo de analisarmos alguns indicadores sobre as características do trabalho juvenil no Brasil Metropolitano, faz-se necessário tecer um breve comentário a respeito do peso relativo dos jovens na composição da população ocupada e na força de trabalho subordinada ao capital nas metrópoles brasileiras. Em primeiro lugar, não obstante o fato de que os jovens estão sobre-representados no universo da população desempregada, o peso dos jovens na população ocupada de 10 anos ou mais é bastante relevante (29,5%), sendo inclusive superior ao seu peso na população metropolitana de 10 anos ou mais (28,4%), conforme a Pnad de 2011. Do mesmo modo, observa-se que o seu peso relativo no núcleo duro subordinado ao capital (37,6% - dos empregados com carteira assinada) demonstra que os jovens metropolitanos não estão sendo excluídos do mercado de trabalho, como bem afirma Borges (2009). Inclusive, observa-se que num contexto de pós-reestruturação ou em momentos de pós-crise financeira<sup>75</sup>, como foi o caso de 2008, há uma expansão de empregos de baixa remuneração, precários e sem perspectiva de carreira. Por outro lado, a distribuição dos jovens por posição na ocupação demonstra que apenas 9% estão ocupados no trabalho por conta própria, dado que põe em xeque o discurso falacioso da empregabilidade/empreendedorismo amplamente propagados nos discursos oficiais, de governos, das escolas de administração e do empresariado, como alternativa de inserção no

---

<sup>75</sup> De acordo com Alves e Corsi (2009), as empresas em momentos de crise financeira tende a demitir trabalhadores assalariados mais velhos e com experiência por jovens que estão dispostos a aceitar uma remuneração mais baixa.

mercado de trabalho, principalmente frente às elevadas taxas de desemprego juvenil. Diversos estudos têm demonstrado que o ingresso neste núcleo tradicional da informalidade também apresenta requisitos indisponíveis para a maioria dos jovens, a exemplo da disponibilidade de algum montante de capital, rede de relações sociais, experiência em algum tipo de ofício e maturidade para disputar um lugar no trabalho informal (BORGES, 2003; 2009; OLIVEIRA, L.P.; 2005). Além disso, a informalidade não se constitui como alternativa ao desemprego juvenil, não só porque é marcado pela precariedade do trabalho, mas porque ela tem seus próprios limites, é um espaço de trabalho saturado e não há lugar para todos.

No tocante à qualidade de postos de trabalhos, um primeiro aspecto a ser destacado diz respeito à estrutura setorial das ocupações juvenis. Em 2011, os setores que mais empregaram os jovens foram do comércio e reparação (24,3%), da indústria de transformação (14,1%), serviços sociais, educação e saúde (9%) e construção civil (7,1%), que somados representam em torno de 55% dos jovens ocupados. Além disso, chama atenção o fato de que 17% dos jovens metropolitanos estão ocupados em outras atividades, que abrangem desde as atividades de intermediação financeira, atividades imobiliárias (administração de condomínios) até os serviços prestados principalmente às empresas (agenciamento e locação de mão de obra de terceirização/trabalho temporário; serviços de limpeza, de segurança e vigilância). Embora a Pnad não capte diretamente o trabalho terceirizado, grande parte dos jovens ocupados nessa categoria é constituída de trabalhadores terceirizados, o que é possível de ser deduzido a partir das especificidades das atividades agrupadas nela. A terceirização e o trabalho temporário se configuram como portas de entrada de muitos jovens no mercado de trabalho. Segundo informações da Asseritem<sup>76</sup>, em 2011 havia 10,5 milhões de trabalhadores empregados no Brasil pelo setor de Prestação de Serviços Terceirizáveis e Temporários, dentre os quais, os jovens em situação de primeiro emprego representam 11,5% desse montante, ou seja, cerca de 1,2 milhões de jovens trabalhadores terceirizados (ALBERNAZ, 2012). Em estudo sobre *A Dinâmica das Contratações no Trabalho Terceirizado*, com base em informações para o Estado de São Paulo, Márcio Pochmann identificou que a rotatividade entre os trabalhadores terceirizados é maior entre os jovens de 18 a 29 anos, com taxa de alternância de aproximadamente 72% em 2010 (CRUZ, 2012).

No caso específico do trabalho dos jovens no comércio, os resultados de um estudo realizado pelo DIEESE em 2008, com base nos dados do Sistema de Pesquisa e Desemprego – Sistema PED, concluiu que o setor do comércio não exige muita experiência e qualificação

---

<sup>76</sup>Associação Brasileira das Empresas de Serviços Terceirizáveis e de Trabalho Temporário.

para a maioria dos postos de trabalho oferecidos por este setor, absorvendo parcela significativa dos jovens que procuram se inserir no mercado de trabalho. Esse estudo ainda revelou que a maior parte dos jovens trabalha sem contrato de trabalho e direitos trabalhistas, os rendimentos são inferiores aos dos trabalhadores adultos, independente de terem o mesmo tempo de trabalho ou instrução, e têm dificuldades de prosseguir ou retomar os estudos devido a extensas jornadas de trabalho (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2009).

A distribuição dos jovens por grupamento ocupacional reitera a estrutura setorial apresentada acima. Em sua maioria, os jovens são trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação (21,3%); trabalhadores administrativos (20,7%), trabalhadores dos serviços (17,7%), e vendedores e prestadores de serviços do comércio (15,7%); e apenas 3,2% dos jovens são dirigentes. Por fim, destaca-se que há uma maior participação mulheres jovens entre os trabalhadores de serviços administrativos e de serviços; e dos homens entre os trabalhadores da produção de bens e serviços, e de reparação e manutenção.

Através dos dados das RAIS/MTE é possível traçar o ranking das ocupações formais dos jovens metropolitanos em situação de primeiro emprego (ver tabela 14). Em 2011, 10 ocupações eram responsáveis por 55% dos empregos ocupados pelos jovens debutantes no mercado de trabalho formal, a saber: 1) escriturários, agentes, assistentes e auxiliares administrativos; 2) vendedores e demonstradores em lojas; 3) garçons, barmen, copeiros e sommeliers; 4) operadores de telemarketing; 5) ajudantes de obras civis; 6) caixas e bilheteiros; 7) trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações; 8) alimentadores de linhas de produção; 9) recepcionistas; 10) trabalhadores de embalagens e etiquetagem. Na comparação com 2003, observa-se que os operadores de telemarketing tiveram um aumento relativo no estoque de empregos formais gerados para jovens em primeiro emprego na ordem de 388%, seguido dos ajudantes de obras civis, que aumentaram a sua participação em 118%. Trata-se de dois setores que demandam jovens trabalhadores com perfis diferenciados, cujas atividades laborais são de naturezas distintas, mas que convergem no uso intensivo e predatório da força de trabalho juvenil, e com altas taxas de rotatividade e de adoecimento físico e mental<sup>77</sup>. O setor de telemarketing tem configurado uma porta de entrada para jovens com ensino médio ou de nível superior, principalmente para as jovens mulheres. Segundo os dados da RAIS, do total de vínculos ativos nesse setor em 2011, nas áreas metropolitanas do país, 73% eram ocupados por jovens de 16 a 29 anos, em sua grande maioria mulheres (74%).

---

<sup>77</sup> Sobre as condições de trabalho e especificidades do trabalho de jovens em telemarketing ver Braga, Antunes, (2009); Braga (2012); Bonfim (2009); Pena, Cardim, Araújo (2011).

Por sua vez, o setor da construção civil é lócus tradicional de inserção dos jovens do sexo masculino com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, que se expandiu consideravelmente nos últimos anos com o boom imobiliário e a expansão das obras de infraestrutura nas principais metrópoles do país<sup>78</sup>.

**Tabela 14 - Ranking das 10 Ocupações Formais do 1º Emprego dos Jovens Metropolitano- 2011**

Ranking das Ocupações		2003	2011	Varição Relativa em %
1º	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	55354	100178	81,0
2º	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	51269	78829	53,8
3º	Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	25324	46565	83,9
4º	Operadores de telemarketing	6648	32472	388,4
5º	Ajudantes de obras civis	12070	26408	118,8
6º	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	15619	24103	54,3
7º	Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações	-	18555	-
8º	Alimentadores de linhas de produção	11970	18131	51,5
9º	Recepcionistas	13342	15819	18,6
10º	Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	8535	13927	63,2
Outros (45% restantes)		242745	302387	24,6
Total		442876	677374	52,9

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Dados sistematizados a partir da consulta online a bases estatísticas da Rais/Caged. Elaboração própria.

No que se refere à qualidade do trabalho dos jovens, a jornada de trabalho semanal é outro indicador importante. Em 2011, os dados da Pnad indicam que 51% dos jovens metropolitanos trabalhavam de 40 a 44 horas semanais e 28,3% trabalhavam acima da jornada legal de trabalho (44 horas). Em comparação com 2001, observa-se que ampliou a proporção de jovens ocupados com jornada de trabalho integral, já que naquele ano 39,2% dos jovens trabalhavam de 40 a 44 horas semanais; mas por outro lado, houve uma redução daqueles que trabalhavam acima de 44 horas semanais, uma vez que em 2001, 39% dos jovens ocupados estavam nessa situação. No entanto, a extensa jornada de trabalho dos jovens continua sendo um dos elementos que impossibilita a conciliação entre trabalho e estudo ou retorno para os estudos. Em 2011, 62,5% dos jovens de 15 a 29 anos que trabalhavam e estudavam tinham jornada de trabalho acima de 40 horas, proporção que se elevava para 83% entre os jovens que apenas trabalhavam.

Quanto aos rendimentos, os dados da Pnad reforçam o grau de precarização das ocupações dos jovens metropolitanos em 2011. Observa-se que os rendimentos são desiguais entre os jovens trabalhadores, com acentuadas assimetrias conforme os subgrupos etários que

<sup>78</sup> Sobre o trabalho de jovens na construção civil ver Neri (2011).

compõem a população jovem e os seus atributos pessoais. Os dados da tabela 15 demonstram que os rendimentos médios dos jovens em 2011 situavam-se entre um e dois salários mínimos, com exceção dos jovens funcionários públicos e empregadores que são as categorias que têm os rendimentos mais elevados entre os jovens metropolitanos ocupados. No entanto, no agregado geral, o rendimento médio estimado para os jovens ocupados, R\$ 1.088,00, é inferior ao rendimento médio do total de ocupados, estimado em torno de R\$ 1.654,00.

À medida que os jovens avançam nas faixas etárias, os rendimentos do trabalho tendem a aumentar, o que por certo não se explica apenas em função da idade, mas está relacionado com o acúmulo de experiências profissionais e de qualificação profissional. Entretanto são visíveis os desníveis salariais entre trabalhadores jovens e adultos no mercado de trabalho metropolitano, independente da posição na estrutura ocupacional. Sendo assim, os jovens integrados ao “núcleo duro” do mercado de trabalho (carteira de trabalho assinada) auferem rendimentos médios inferiores aos dos trabalhadores adultos, embora com jornadas de trabalho muito próximas ou até superior em termos de horas semanais trabalhadas. Em média, jovens de 15 a 29 anos empregados com carteira assinada (15-19 anos) recebem 63% do rendimento médio dos trabalhadores adultos com 30 anos ou mais, diferença que se torna ainda maior quando se compara com os jovens adolescentes em posição ocupacional homóloga (40%).

Mas as assimetrias se tornam gigantescas quando se trata do serviço público (militares e estatutários), uma vez que os ganhos salariais se assentam em critérios de promoção (tempo de serviço, qualificação especializada) que põe os jovens em início carreira em desvantagem em relação aos mais velhos. Os níveis de precariedade salarial dos jovens metropolitanos variam conforme a posição ocupacional, sendo que, em um mesmo espaço de trabalho podem coexistir jovens que realizam as mesmas tarefas ou similares, mas com rendimentos desiguais em virtude de tipo vínculo/contrato de trabalho, como é o caso de jovens empregados com carteira de trabalho assinada e os sem-carteira assinada, sendo que esses últimos recebem em média 67% do valor médio dos rendimentos daqueles estão empregados com registro formal na carteira.

**Tabela 15 - Rendimento médio e jornada de trabalho dos ocupados metropolitanos por grupos etários, segundo a posição na ocupação do trabalho principal – 2011**

Posição na ocupação do trabalho principal	Rendimento médio mensal no trabalho principal (R\$)					Jornada média semanal no trabalho principal (Horas)				
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	30 ou +	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	30 ou +
Empregado com carteira de trabalho assinada	716	997	1.365	1.133	1.788	40	42	42	42	43
Militar	785	1.325	2.549	1.424	3.924	45	43	39	43	41
Funcionário público estatutário	902	1.453	2.490	2.094	3.445	43	39	38	38	38
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	513	754	1.030	761	1.466	34	38	40	37	41
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	597	663	722	698	761	45	43	44	43	42
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	313	421	577	479	558	36	33	35	35	33
Conta própria	588	917	1.341	1.116	1.570	34	38	39	38	41
Empregador	2.068	2.607	3.403	3.147	5.489	51	49	46	47	47
Trabalhador na produção para o próprio consumo	-	-	-	-	-	19	10	21	18	18
Trabalhador na construção para o próprio uso	-	-	-	-	-	26	34	20	29	33
Não remunerado	-	-	-	-	-	26	36	34	30	33

Fonte: Pnad/IBGE, microdados 2011 e 2001. Elaboração própria

Nota: 1- Exclusive os ocupados sem rendimentos e sem declaração2 – Exclusive os ocupados sem declaração de jornada

Quando se analisa o rendimento médio e a jornada de trabalho média dos jovens ocupados a partir dos setores da atividade econômica, conclui-se que os setores que mais empregam os jovens metropolitanos são também os que dispõem dos postos de trabalho de baixa qualidade (Ver tabela 16). No setor do comércio, responsável por 24% da ocupação juvenil, o rendimento médio estimado em 2011 era R\$ 918,00 para uma jornada de trabalho média de 42 horas. No setor da construção civil, os jovens trabalhavam em média 42 horas por semana e rendimento médio mensal girava em torno de R\$ 897. E mesmo na indústria de transformação, que em tese, gera postos de trabalho de melhor qualidade e que exige trabalhadores com maior nível de escolaridade, os rendimentos auferidos pelos jovens estão abaixo do rendimento médio dos ocupados. A administração pública, apesar das desigualdades geracionais, é onde se concentra o nicho de ocupações que possibilitam aos jovens rendimento médio mensal acima do rendimento médio do total de ocupados nas regiões metropolitanas, entretanto, emprega apenas 4,2% dos jovens ocupados.



**Tabela 16 - Rendimento médio e jornada de trabalho dos ocupados metropolitanos por grupos etários, segundo grupo de atividade do trabalho principal – 2011**

Grupo de atividade principal	Rendimento médio mensal no trabalho principal (R\$)					Jornada média semanal no trabalho principal (Horas)				
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	30 ou +	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 29	30 ou +
Agrícola	462	620	749	626	1.110	34	42	37	37	35
Outras atividades industriais	884	1.211	1.776	1.497	3.634	34	39	41	40	41
Indústria de transformação	666	1.015	1.326	1.106	1.839	38	42	42	41	41
Construção	618	852	1.049	897	1.451	40	42	43	42	43
Comércio e reparação	622	866	1.102	918	1.560	39	43	44	42	43
Alojamento e alimentação	638	787	926	804	1.276	38	42	43	42	45
Transporte, armazenagem e comunicação	662	963	1.346	1.099	1.882	39	43	43	42	45
Administração pública	717	1.236	2.493	1.705	3.691	38	38	39	39	40
Educação, saúde e serviços sociais	551	922	1.588	1.245	2.363	32	36	37	36	37
Serviços domésticos	336	490	626	541	636	37	36	38	37	37
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	530	1.013	1.217	1.031	1.602	32	39	37	37	39
Outras atividades	681	1.121	1.876	1.402	2.735	35	39	40	39	41
Atividades mal definidas	490	472	872	647	1.240	28	27	36	31	34

Fonte: Pnad/IBGE, microdados 2011 e 2001. Elaboração própria

Nota: 1- Exclui os ocupados sem rendimentos e sem declaração2 – Exclui os ocupados sem declaração de jornada

No que diz respeito às condições de (in) segurança e saúde do trabalho, diversos estudos no campo da saúde do trabalhador têm destacado que uma das consequências mais graves da reestruturação produtiva e da adoção das práticas toyotistas de gestão e organização do trabalho nas últimas duas décadas consiste na intensificação do trabalho e dos riscos aos quais estão submetidos os trabalhadores no processo de trabalho, e, por conseguinte, o acometimento da saúde, ou seja, maior exposição aos acidentes e adoecimentos do trabalho. Para além dos acidentes e adoecimentos físicos, emergem novas formas de constrangimento e sofrimentos psicossociais germinados no e pelo ambiente de trabalho, fruto da gestão racional da insegurança (Bourdieu, 1998b) e da lógica de flexibilidade/precarização do trabalho e dos trabalhadores. Como afirma Druck (2011), em nome da produtividade a qualquer custo, os novos padrões de gestão flexível do trabalho desrespeitam as normas de segurança do trabalho, as medidas preventivas coletivas, a necessidade de treinamento profissional e de informações sobre os riscos do trabalho.

Este novo e precário ambiente de trabalho prefigurou-se como o principal destino dos jovens trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000. E assim que conseguem o primeiro emprego e passam a fazer do núcleo duro do mercado de trabalho, já o fazem com fortes probabilidades de adoecimento, de acidente fatal, ou então,

em situações sofisticadas de maus tratos no ambiente trabalho, típicas das práticas de gestão e dominação pelo constrangimento ou do assédio moral. Neste sentido, a evolução dos acidentes de trabalho no Brasil envolvendo jovens de 20 a 29 anos na última década é um indicador importante do grau de exposição aos riscos do trabalho, sendo, portanto, indicador da precarização do trabalho juvenil. De acordo com dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (EAPS), produzido pelo INSS, os números de acidentes de trabalho com jovens de 20 a 29 anos no Brasil aumentaram expressivamente entre os anos de 2001 e 2011 (Ver tabela 17). Em 2001, foram contabilizados 123.664 acidentes de trabalho com registro no CAT<sup>79</sup>, o que correspondia a 36% do total geral de acidentados; já em 2008, o número de jovens trabalhadores acidentados atingiu o patamar de 218.317, ou seja, um aumento de 72% em 08 anos. Nos anos seguintes, registrou-se uma redução da quantidade de acidentes envolvendo os jovens, mas em patamares elevados, pois em 2011, foram registrados 196.972 acidentes de trabalho.

**Tabela 17- Quantidade de acidentes do trabalho de jovens de 20 a 29 anos segundo o motivo<sup>1</sup>– Brasil – 2001 a 2011**

Ano	Tipos de acidentes			Total	% Total Geral de acidentados
	Acidentes Típicos	Acidentes de Trajeto	Doenças do trabalho		
2000	111.923	14.550	4.821	131.294	36,1
2001	104.741	14.488	4.435	123.664	36,3
2002	122.123	18.049	5.639	145.811	37,1
2003	124.281	19.570	6.087	149.938	37,6
2004	145.308	24.057	7.895	177.260	38,1
2005	155.110	27.629	8.281	191.020	38,2
2006	159.183	30.491	7.369	197.043	38,5
2007	165.805	32.762	5.045	203.612	39,3
2008	175.902	37.793	4.622	218.317	39,6
2009	162.887	37.103	4.025	204.015	38,2
2010	156.984	38.837	3.283	199.104	37,6
2011	154.355	39.962	2.655	196.972	36,6

Fonte: Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social. Elaboração própria. Dados sistematizados da base de dados históricos da Previdência Social, disponível no sítio <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/>>

Nota: 1- Não foram contabilizados os acidentes de trabalhadores sem Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

<sup>79</sup> De acordo com pesquisadores da saúde do trabalho, a produção nacional das estatísticas sobre doença ocupacional e acidentes de trabalho, sob responsabilidade do INSS, são subnotificadas, pois a mensuração dos acidentes depende da emissão das CATs (Comunicado de Acidentes de Trabalho) pelas empresas, obrigatória por lei. A partir de 2007, o INSS adotou uma nova medida para conceder os benefícios acidentários, que implicou na forma de mensuração do número total de acidentados. Sua principal mudança foi que não é mais exigida a entrega CAT e sua vinculação a um benefício para caracterizá-lo como acidentário. Dessa forma, passou-se a contabilizar no total de acidentes, os beneficiários acidentados sem registro da CAT.

De acordo com o levantamento realizado pelo Centro Colaborador de Vigilância do Trabalho UFBA/ISP/PISAT<sup>80</sup>, com base em dados do EAPS/INSS e do SINAN<sup>81</sup>/Ministério da Saúde, os jovens trabalhadores de 20 a 29 anos é o grupo de trabalhadores que tem maior risco de sofrerem acidentes não-letais, como também de morrer por acidentes de trabalho (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA..., 2011a, 2011b). A expansão do número dos jovens trabalhadores acidentados e o elevado grau de exposição aos riscos do trabalho ocorrem no mesmo período de expansão da formalização do mercado de trabalho, o que permite inferir sobre a qualidade dos novos postos de trabalho criados para os jovens. Ao que tudo indica, o grau de precarização do trabalho dos jovens não se limita apenas ao rebaixamento do valor pago pela sua força de trabalho, ao seu confinamento nas fileiras do exército industrial reserva e nos empregos precários-formais, mas assume múltiplas dimensões, que no extremo implica a mutilação do corpo e na interrupção da própria vida. Embora os dados acima apresentados tomem como referência todo o território nacional, tal realidade é bastante conhecida dos jovens metropolitanos.

Os indicadores apresentados sintetizam uma condição de trabalho da juventude brasileira marcada por um processo intenso de precarização social, apresentando duas importantes facetas experienciadas de forma desigual pelos jovens trabalhadores: o desemprego e as formas de emprego precário. Os jovens trabalhadores metropolitanos se inserem em um novo e reinventado mercado de trabalho, cuja precariedade histórica passada é reconfigurada no presente, de tal forma que os filhos e herdeiros da atual precarização passam a viver uma condição permanente de instabilidade e insegurança do capitalismo flexível brasileiro, cujas feições concretas se expressam num contingente de aproximadamente 6 milhões de jovens metropolitanos vulneráveis socialmente, dos quais 4 milhões são sem emprego, ou seja, 1,4 milhões de jovens desempregados e 2,6 milhões de jovens trabalhadores informais; e 2 milhões que não estudam e nem trabalham.

#### **4.3.1.1. A redundância da precarização social do trabalho juvenil: o caso da Região Metropolitana de Salvador**

O conjunto dos indicadores apresentados na análise precedente sobre o quadro geral da situação juvenil no mercado de trabalho metropolitano põe em questão o peso dos traços estruturais dos mercados de trabalho metropolitanos e sua capacidade de incorporação das

---

<sup>80</sup> Universidade Federal da Bahia; Instituto de Saúde Coletiva. Programa Integrado em Saúde Ambiental e do trabalhador.

<sup>81</sup> Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde.

novas gerações de trabalhadores num cenário de recuperação de nível de ocupação, de redução das taxas de desemprego e aumento do rendimento médio do trabalho, tal como se registrou a partir de meados dos anos 2000. A tendência de inflexão no processo de desestruturação do mercado de trabalho não provocou rupturas estruturais com a precarização do trabalho instaurada pós-reestruturação produtiva, nem tampouco implicou mudanças efetivas na situação dos jovens no mercado de trabalho. Os jovens trabalhadores continuam em situação de desvantagem social, e certamente, se constituem como a fração da classe trabalhadora mais vulnerável às consequências sociais da precarização do trabalho no Brasil nas últimas décadas. As mudanças ocorridas na dinâmica do mercado de trabalho não foram tão favoráveis à inserção dos jovens, conforme atesta o conjunto de indicadores até aqui analisados.

Também fica explícito o caráter desigual da precarização do trabalho entre os jovens trabalhadores, e suas gradações sociais conforme os atributos adstritos e adquiridos, os quais são condicionados pela condição de classe e o lugar que ocupam na estrutura socioeconômica das sociedades metropolitanas em que vivem. Nesse sentido, o campo de possibilidades da inserção laboral dos jovens não depende apenas da sua capacidade criativa, enquanto indivíduos, de inventar caminhos e de estabelecer estratégias racionais que transformem o seu desejo e a sua busca por um trabalho em conquista efetiva de emprego, mas também estão condicionadas pelas propriedades estruturais e específicas dos mercados de trabalho metropolitanos. Ora, neste caso, a situação dos jovens trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se configura como um exemplo típico da redundância da precarização social do trabalho no Brasil.

Em comparação com as outras regiões metropolitanas do país, a RMS destaca-se como a região que concentra os piores indicadores de precarização do trabalho dos jovens metropolitanos, os quais explicitam dois traços estruturais do mercado de trabalho metropolitano baiano<sup>82</sup>: a subutilização da força de trabalho, expressa nas elevadas de taxas

---

<sup>82</sup> Em estudo anterior sobre trabalhadores de informais de rua na cidade de Salvador (OLIVEIRA 2005), buscamos destacar, a partir da literatura existente, alguns aspectos do processo de formação histórica do mercado de trabalho na Bahia, chamando atenção para as seguintes características: 1) Até a metade do século XX a cidade de Salvador, principal centro urbano do Estado, era um “espaço não-produtivo”, mas profundamente “vacionada” às funções político-administrativas e mercantis; 2) A presença de uma economia informal enraizada na história da cidade, atestando a importância das atividades não-capitalistas (trabalho informal) na estrutura produtiva da cidade de Salvador; 3) A formação de um Exército Industrial de Reserva (EIR) que é anterior ao processo de industrialização; 4) Com a implantação da Petrobrás na década de 1950, iniciou-se o processo de industrialização na economia regional e de configuração de um novo mercado de trabalho montado no assalariamento da população trabalhadora; que se consolidará com a instalação do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari na década de 1970; 5) A forma de integração da Bahia na divisão nacional do trabalho e a economia brasileira foram marcadas por dois aspectos importantes: seu o caráter complementar

de desemprego aberto e oculto, o que demonstra a incapacidade da estrutura produtiva da economia regional em gerar posições ocupacionais capazes de atender a crescente oferta de trabalho; bem como, a enorme heterogeneidade das relações de trabalho, em níveis sempre elevados, acima dos padrões nacionais. Estes traços estruturais se tornaram mais expressivos nos anos de 1990, com o processo de reestruturação que ocorreu nos setores mais dinâmicos da já frágil economia regional, como o Pólo Petroquímico de Camaçari, pondo em evidência os seus limites e a sua incapacidade de incorporar a população disponível para trabalhar (BORGES, 2003; SANTOS, BISPO FILHO, SOUZA, 2010).

Se durante a década de 1980 o Pólo Petroquímico de Camaçari foi uma “fábrica de fazer fábricas”, não se pode afirmar o mesmo para a década de 1990. O que se observou foi um processo intenso de reestruturação das empresas, de ajustes, de fusões, demissões em massa, adoção de novas práticas de gestão e organização do trabalho (OLIVEIRA, L.P, 2003). Assim, a Cidade da Bahia<sup>83</sup>, capital do Brasil Colônia por mais de dois séculos e meio, ou ainda, como formula o historiador Cid Teixeira, a Capital do Atlântico Sul, se converteu no limiar do século XXI na *Metrópole Brasileira do Desemprego*. A dinâmica do trabalho no mercado metropolitano acompanhou o ritmo e a dança da nova ordem produtiva na qual o Brasil se inseriu na década de 1990, forjada no bojo da crise do modelo brasileiro de desenvolvimento e na adoção do ideário neoliberal pelo Estado brasileiro. É nesse contexto que a Bahia vivenciará um radical desmonte da sua já frágil e incompleta sociedade salarial. A desestruturação do mercado de trabalho metropolitano se traduziu principalmente através

---

ao processo de industrialização do Centro-Sul e a subordinação aos interesses capitalistas sediados naquela região; 6) Tal processo resultou em uma frágil articulação da indústria moderna com as atividades tradicionais pré-existentes no Estado, contribuindo decisivamente na formação de economia e de um mercado de trabalho regionais marcados por uma forte heterogeneidade estrutural, sendo que apenas pequena parcela da população trabalhadora pôde sentir o “gosto” do emprego assalariado, enquanto que a imensa maioria da força de trabalho se ocupava de diversos “expedientes” urbanos para assegurar a própria reprodução social; 07) A pobreza é um dos traços estruturais do mercado de trabalho metropolitano, expressa não apenas pela presença histórica do trabalho informal, mas também pelo grande número de empregos com vínculos precários e à margem da legislação social do trabalho; 08). Por último, é importante destacar o peso do emprego público e o papel do Estado na configuração do mercado de trabalho metropolitano. No contexto regional, marcado pela subutilização da força de trabalho disponível, o emprego público afigurou-se como uma política compensatória amplamente utilizada pelas elites políticas, que se tornou mais recorrente na Bahia durante a crise dos anos de 1980. Concomitante a isto, os incentivos e subsídios concedidos pelo Estado às empresas privadas durante o processo de industrialização, principalmente a partir da década de 1970, resultaram diretamente na geração de empregos com carteira assinada (BORGES, 2003; SOUZA; FARIA, 1980; CARVALHO; SOUZA 1980).

<sup>83</sup> Se levarmos em consideração o próprio processo de povoamento e de formação histórica da Bahia (MATTOSO, 1992), veremos que a cidade de Salvador e os seus arredores mais próximos constituíam em termos geográficos, culturais e econômicos o centro dinâmico da província da Bahia no final do século XIX. De certo modo, pode-se afirmar que a Bahia se resumia à cidade de Salvador, a qual era atribuído o título de Cidade da Bahia. Não é por acaso que até hoje ainda é bastante comum no interior do Estado a seguinte indagação quando alguém anuncia que vai à Capital: *vai para Bahia?* Para além do imaginário popular, também é verdade que por um bom tempo a dinâmica econômica do estado da Bahia se concentrou na cidade de Salvador e seus municípios vizinhos, compondo o que hoje se conhece como região metropolitana de Salvador, que por sua vez teve influência direta na estruturação do mercado de trabalho baiano.

do aumento do desemprego e da precarização do seu núcleo estruturado, lócus do emprego social protegido, bem como provocou um reordenamento do seu núcleo não-estruturado, mediante o surgimento de uma “nova informalidade” (BORGES, 2003; DRUCK, BORGES, 2004; OLIVEIRA, L.P, 2005).

Esse processo também foi acompanhado de mudanças importantes no que diz respeito ao perfil da população trabalhadora disponível para trabalhar, dos níveis de subutilização da força de trabalho e suas desigualdades. Como também ocorreram mudanças significativas na distribuição setorial da ocupação e das formas de inserção no mercado de trabalho da RMS. Do lado da oferta do trabalho observa-se que: 1) a *população em idade ativa*<sup>84</sup> (PIA) durante a década de 1990 apresentou uma taxa de crescimento inferior à da *população economicamente ativa*<sup>85</sup> (PEA) e dos *ocupados*, de modo que não contribuiu para elevar a pressão da oferta sobre o mercado de trabalho da RMS. Todavia, constata-se que os jovens e a mulheres foram os grupos que mais pressionaram o mercado de trabalho regional nos anos de 1990; 2) A população economicamente ativa tornou-se mais feminina, aumentou a proporção dos jovens e dos trabalhadores mais maduros, bem como, elevou-se o nível de escolaridade da força de trabalho. Além disso, as diferenças de gênero indicam que a PEA feminina é mais escolarizada do que a masculina; 3) A resposta do mercado do trabalho metropolitano respondeu à expansão da oferta de trabalho e aos ganhos de escolaridade com um aumento expressivo da subutilização da força de trabalho existente, ou seja, com o aumento das taxas de desemprego para todos os grupos etários e ambos os sexos, explicitando os seus limites de incorporação da força de trabalho<sup>86</sup>; 4) Embora as mudanças ocorridas no mercado de trabalho tenham atingido negativamente grande parte dos trabalhadores, percebe-se que o grau de exposição dos trabalhadores ao principal risco do mercado de trabalho, o desemprego, é bastante diferenciado se analisado segundo os atributos natos e/ou adquiridos. Sendo assim, os segmentos que estão em mais desvantagem e expostos ao risco do desemprego são: **os jovens, as mulheres (em todas as idades) e os menos escolarizados**. Já os homens, os adultos e os mais escolarizados são os segmentos menos expostos ao risco do desemprego. Entretanto, foram justamente os segmentos historicamente mais bem situados no mercado de

---

<sup>84</sup> Corresponde à população com dez anos ou mais.

<sup>85</sup> É a parcela da PIA ocupada ou desempregada.

<sup>86</sup> Borges (2003, p. 98), com base nos dados do IBGE/PNAD, demonstra que a radicalidade das mudanças ocorridas no mercado de trabalho metropolitano na década de 1990. Afirmar a autora: “... no início do período considerado (1992), em cada mil pessoas em idade ativa, 553 eram economicamente ativas, sendo que, 488 dessas estavam ocupadas e apenas 65 encontravam-se em situação de desemprego aberto. Já a composição do incremento da PIA entre 1992 e 1999 é totalmente distinta: em cada mil novos integrantes desse agregado, nada menos do que 965 era economicamente ativos e 542 estavam ocupados. Entretanto, mesmo assim, 423 ficaram desempregados”.

trabalho que foram atingidos pelos efeitos perversos da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, pois as taxas de desemprego masculino e dos adultos cresceram mais que a feminina e a dos jovens, respectivamente. Além disso, as taxas de desemprego também cresceram relativamente entre os trabalhadores com a escolaridade mais elevada (os portadores do diploma do 3º grau), o que indica que a conquista do diploma não é suficiente para afastar o “fantasma” do desemprego. Conclui-se, portanto, que as mudanças ocorridas na década de 1990 indicam que houve uma precarização generalizada da força de trabalho, que atingiram indistintamente tanto os segmentos melhores posicionados no mercado de trabalho metropolitano quanto os mais vulneráveis historicamente nesse mercado (BORGES,2003).

Do ponto de vista da estrutura ocupacional /setorial e das formas de inserção no mercado de trabalho da RMS, constata-se que as principais mudanças foram: 1) A exemplo do aconteceu com as demais regiões metropolitanas brasileiras, uma das principais mudanças na estrutura ocupacional da RMS foi a redução do peso das atividades industriais e aumento relativo e absoluto das atividades terciárias na incorporação da força de trabalho, ou seja, a *“terciarização da ocupação”*;2)A redução do peso das atividades industriais na RMS está associada ao processo de reestruturação produtiva da indústria petroquímica baiana iniciado no final dos anos de 1980 e radicalizado durante a década de 1990, que resultou no “enxugamento” do moderno operariado baiano, bem como influenciou diretamente no declínio de número de postos gerados no setor industrial, sendo o chamado setor terciário o principal responsável pela incorporação de novos trabalhos ou pela re-inserção dos que foram expulsos do setor industrial; 3) Quanto à composição do emprego, observa-se que boa parte dos ocupados no Terciário encontrava-se no setor de Prestação de Serviços e no Comércio<sup>87</sup>, seguidos dos Serviços classificados na rubrica do Social (Educação, Saúde etc.), e, em menor proporção, nos serviços relacionados à produção, a exemplo dos Serviços Auxiliares da Atividade Econômica; 4) Quanto às formas de inclusão da população trabalhadora ao mercado de trabalho metropolitano, observa-se uma redução da participação do núcleo estruturado do mercado de trabalho, lócus do emprego protegido (celetistas e funcionários públicos) no total de ocupados da RMS. O reverso desse encolhimento é o aumento do

---

<sup>87</sup> De acordo com Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) a terciarização que ocorreu nas metrópoles brasileiras nas últimas décadas, a exemplo da RMS, não pode ser confundida com a terciarização espúria” dos anos 60 e 70; pois muitos segmentos do setor de serviços apresentam uma dinâmica própria, que independe do desempenho imediato do setor industrial, como é o caso do turismo e dos serviços sociais (educação e saúde). Entretanto, não se pode deixar de reconhecer, que o processo de terciarização que ocorrera nos anos de 1990 contribuiu de forma considerável para a expansão dos serviços, principalmente dos serviços auxiliares.

processo de informalização das relações de trabalho, ou seja, do núcleo não estruturado<sup>88</sup> do mercado de trabalho, que agrega desde os pequenos empresários bem-sucedidos até o biscateiro e o vendedor ambulante de rua; 5) Embora as atividades “não-capitalistas” tenham um forte peso histórico na estrutura ocupacional do mercado de trabalho da RMS (CARVALHO, SOUZA, 1980), durante os anos de 1990 não houve um aumento expressivo da proporção dos ocupados por conta própria, tal como se deu em outras metrópoles brasileiras, indicando para um processo de saturação do *informal*, isto é, a redução da capacidade do trabalho por conta própria de funcionar como “válvula de escape” para os que não conseguem emprego.

É nesse cenário de completa incapacidade do núcleo estruturado do mercado de trabalho de absorver a força de trabalho existente e de fortes indícios de saturação do informal, que se evidenciou o processo de desestruturação do mercado de trabalho na RMS, resultando em graus de vulnerabilidade social diferenciados para os trabalhadores baianos, principalmente para os jovens. Assim, ao longo dos anos de 1990, aumentou significativamente a pressão das novas gerações nascidas antes do declínio da fecundidade, com idade de trabalhar, sobre o mercado de trabalho da RMS. A taxa de participação dos jovens de 15 a 29 anos elevou-se de 49,5% em 1992 para 64,7% em 2009, num cenário completamente desfavorável à inserção dos jovens baianos. Se o mercado de trabalho se configurava ao final como destino certo de boa parte dos jovens da RMS, as chances de obter um emprego socialmente protegido eram mínimas, pois de cada 10 jovens que ingressavam no mercado de trabalho em 1999, apenas 4 se encontram uma ocupação formal. Dessa forma os piores lugares da cartografia social do trabalho eram destinados aos jovens: o desemprego e a informalidade do trabalho. Como evidencia a tabela 18, a taxa de desemprego entre 1992 e 1999 mais que dobrou, e a taxa de informalidade aumentou 12.4 p.p nesse período, ou seja, a condição de sem-emprego se configurava como o destino certo de 62,7% dos jovens economicamente ativos em 1999. Portanto, na condição de recém-chegados ao mercado metropolitano reestruturado dos anos de 1990, os jovens trabalhadores ingressaram num mercado de trabalho que não oferecia alternativas plausíveis que construção de um futuro melhor, explicando a gravidade da crise que se abateu sobre o trabalho na metrópole baiana.

---

<sup>88</sup> Para Borges (2003, p. 117) o segmento não-estruturado do mercado de trabalho são: “... por um lado, consultores especializados de diversas áreas, prestadores de serviços e assalariados precários da cascata de terceirização, todos eles integrando as velhas e novas formas de flexibilização da compra de força de trabalho pelo capital, e, por outro, os trabalhadores por conta própria, os não remunerados e os trabalhadores domésticos que vendem seus serviços/produtos para famílias e para o público em geral.”



**Tabela 18 - Taxas de participação, desocupação, informalidade e proporção de sem emprego – pessoas de 15 a 29–Região Metropolitana de Salvador -1992 a 2011**  
Em percentual (%)

<b>Ano</b>	<b>Taxa Participação</b>	<b>Tx. Desocupação</b>	<b>Tx. Informalidade</b>	<b>% Sem emprego</b>
2011	72,0	23,1	42,1	55,5
2009	80,9	26,9	58,2	71,7
2001	69,0	22,5	52,8	63,1
1999	64,7	25,2	48,7	62,7
1992	49,5	12,4	36,3	40,4

FONTE: Pnad/IBGE, microdados 2011. Elaboração própria

Nos anos 2000, principalmente a partir de 2004, o mercado de trabalho apresentou uma rápida recuperação do nível de ocupação, com taxas superiores às da PEA, que resultaram na redução da taxa de desocupação, mas ainda em patamares inferiores à condição de funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 1992, momento em que a consequência da reestruturação produtiva não havia se manifestado na sua inteireza sobre o mundo do trabalho na Bahia (BORGES, 2011; CARVALHO, 2011). Entretanto, o crescimento do emprego formal nessa década não foi capaz de reverter o quadro de precarização do trabalho dos anos de 1990 e nem eliminar os traços estruturais do mercado de trabalho da RMS. Contudo, se trata de um mercado de trabalho completamente reconfigurado, o que implica dizer que houve metamorfoses importantes no que tange à oferta e demanda do trabalho, para utilizarmos um jargão típico da economia.

Do ponto de vista da oferta do trabalho, observam-se algumas linhas de continuidade com os anos de 1990, dentre as quais destacam a elevação das taxas de participação; redução do peso de crianças e jovens na composição etária da PEA em detrimento do aumento da participação dos adultos, reflexos das mudanças demográficas em curso; a contínua elevação da participação das mulheres na PEA e principalmente a elevação do nível de escolaridade, sendo cada vez mais crescente o contingente de trabalhadores com 11 a 14 anos de estudos (ensino médio ou superior incompleto). No caso específico dos jovens que chegam ao mercado de trabalho no final dos anos 2000, os ganhos de escolaridade são mais elevados do que os dos trabalhadores adultos e acima da média geral da PEA. Entretanto, a recuperação do mercado metropolitano ampliou o grau de precarização e de exposição aos riscos sociais associados ao trabalho entre as novas e velhas gerações de trabalhadores, sendo que os jovens da metrópole baiana continuam em desvantagem social em relação aos trabalhadores adultos.

Nas últimas duas décadas, elevou-se drasticamente o grau de vulnerabilidade e de precarização do trabalho dos jovens metropolitanos baianos. Os níveis de subutilização da força de trabalho juvenil e a inserção em posições ocupacionais precárias só fizeram se

multiplicar entre 1992 e 2009. A evolução das taxas de participação põe em relevo a centralidade do trabalho na vivência da condição, o que aponta para a necessidade de pesquisas qualitativas que possibilitem compreender o lugar que o trabalho ocupa na construção das trajetórias e experiências de vida de jovens metropolitanos, questão de primeira ordem a ser tratada no próximo capítulo. Principalmente, quando as trajetórias e formas de inserção são marcadas por experiências recorrentes de desemprego, informalidade e empregos precários-formais. As taxas de desemprego e de informalidade dos jovens de 15 a 29 anos cresceram vertiginosamente, 92% e 60% respectivamente, refletindo diretamente no aumento da proporção de jovens sem-emprego, que em 2009, atingiu o patamar de 71%. Todavia, os dados da Pnad para 2011 indicam um incremento significativo de postos de trabalho com registro formal, os quais foram ocupados pelos jovens, incidindo diretamente na redução da taxa de informalidade juvenil, mas num patamar acima do registrado em 1992. Por outro lado, a taxa de desemprego reduziu apenas 3.8 p.p. entre 2009 e 2011, passando de 26,9% para 23,1% respectivamente. Logo, os jovens continuam sobre-representados no contingente dos desempregados metropolitanos (57%).

**Tabela 19 - Taxas de participação, desocupação, informalidade e proporção de sem emprego – pessoas de 15 a 29 anos – Regiões Metropolitanas – 2011.**

RMs	Em percentual (%)			
	Taxa Participação	Tx. Desocupação	Tx. Informalidade	% Sem emprego
BEL	57,8	19,6	50,3	60,0
FOR	62,8	11,6	44,4	50,8
REC	55,3	19,1	32,6	45,5
<b>SSA</b>	<b>72,0</b>	<b>23,1</b>	<b>42,1</b>	<b>55,5</b>
BH	71,0	12,6	28,7	37,7
RJ	59,2	15,4	30,4	41,2
SP	72,2	12,6	25,6	35,0
CTBA	72,3	9,9	28,8	35,8
POA	70,9	9,8	26,3	33,5
DF	65,2	14,7	29,1	39,6
Brasil Metropolitano	67,0	14,1	30,5	40,2
Brasil Urbano	66,7	12,4	43,1	50,2

FONTE: Pnad/IBGE, microdados 2011. Elaboração própria

Nota: RMs – Regiões Metropolitanas BEL – Belém/PA; FOR – Fortaleza-CE; REC – Recife-PE; SSA – Salvador-BA; BH- Belo Horizonte – MG; RJ – Rio de Janeiro-RJ; SP – São Paulo – SP; CTBA- Curitiba-PR; POA – Porto Alegre-RS; DF – Distrito Federal

A cartografia social do trabalho juvenil no mercado metropolitano baiano é composta por um elevado déficit de trabalho decente. Se utilizarmos o critério utilizado pela OIT para mensurar tal conceito, conclui-se que em 2011 aproximadamente 386 mil jovens

trabalhadores de 15 a 29 anos faziam parte do conjunto de trabalhadores brasileiros que vivem à margem da norma salarial, dos direitos do trabalho e da proteção social. Esse quadro de vulnerabilidade e de precarização do trabalho e da vida dos jovens em suas múltiplas dimensões ganha contornos mais nítidos quando confrontado com a realidade das demais metrópoles brasileiras. Por este prisma, percebe-se o caráter desigual e combinado da precarização do trabalho no Brasil, cujos graus e as amplitudes dos seus efeitos sociais sobre as trajetórias de trabalho e de vida dos jovens são mais redundantes em determinados mercados metropolitanos, como é o caso dos jovens da metrópole baiana. Portanto, na cartografia social dos mercados de metropolitanos brasileiros, os jovens trabalhadores da RMS são mais expostos à condição mais instável e precária do mercado de trabalho: a condição de desempregados.

#### **4.4 Considerações parciais**

Neste capítulo buscamos identificar e analisar as principais transformações ocorridas nos processos de transição e inserção da força de trabalho juvenil de mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000. Para tanto, a partir das informações do Censo de 2010, evidenciamos que o rosto dos jovens brasileiros é múltiplo e desigual, logo, as situações concretas de existência dos sujeitos jovens são heterogêneas, cujos modos de ser jovens ganham formas particulares conforme a idade, a classe social, o sexo, as regiões geográficas do país, os locais de moradias, níveis de escolaridade e rendimento. Na sequência, concentramos o foco da análise sobre as especificidades das mudanças ocorridas no padrão de transição da escola para o trabalho na última década no Brasil. Com base em dados Pnad dos anos 2001 e 2011 interpretados à luz da literatura especializada sobre o tema, busca ratificar-se a tese de que o trabalho é um eixo estruturante da condição juvenil brasileira, não sendo, portanto, nenhum truísmo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. No entanto, houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho, de tal forma que a geração dos jovens trabalhadores dos anos 2000, egressos da expansão escolar dos anos de 1990, ingressa no mercado de trabalho cujo destino ocupacional está marcado pela inserção precária e instável num mercado de trabalho reconfigurado.

Por último, recorreremos a um conjunto de indicadores construídos a partir de estatísticas oficiais, defendemos o argumento de que a precarização social do trabalho no Brasil, ao mesmo em tempo que homogeneíza aqueles que *vivem-do-trabalho*, atinge desigualmente os diferentes segmentos que compõem a população trabalhadora,

especialmente os jovens. Contudo, a precarização do trabalho não atinge os jovens da mesma forma, apresentando variações importantes conforme a estrutura dos mercados de trabalho metropolitanos e o perfil da juventude trabalhadora (sexo, cor, escolaridade e nível de renda).

Nesse sentido, conclui-se que na cartografia social dos mercados de metropolitanos brasileiros, os jovens trabalhadores das RMS são aqueles que estão mais expostos à condição mais instável e precária do mercado de trabalho: a condição de desempregados. Logo, sobre eles o peso das transformações do mundo do trabalho assume feições próprias, cujos percursos e trajetórias de trabalho carregam as marcas materiais e simbólicas da herança socialmente imposta: filhos da precarização social do trabalho. Por esta razão, as trajetórias e experiências de trabalho de jovens trabalhadores da cidade de Salvador, egressos do Programa Primeiro Emprego na Bahia nos anos 2000, podem nos ajudar entender a natureza das transformações.

## **5. TRAJETÓRIAS JUVENIS NO MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO DOS JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO NA CIDADE DE SALVADOR**

Este capítulo tem como objetivo central problematizar a relação dos jovens com o mundo do trabalho, num contexto de precarização social do mercado de trabalho metropolitano, a partir das trajetórias e experiências de trabalho jovens egressos de Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) implementado pelo governo federal entre os anos de 2003 e 2007. Para tanto, o recorte empírico de análise são jovens egressos de uma das modalidades de ação desse programa na Região Metropolitana de Salvador, a saber: o Consórcio Social da Juventude. Inicialmente, contextualizaremos o cenário sócio-histórico e a lógica prescritiva dos dispositivos institucionais de inserção juvenil no mercado de trabalho nos 2000, em que ocorrem as tramas de acontecimentos e os itinerários sócio-laborais dos jovens trabalhadores pesquisados nesta tese, a fim de evidenciar as particularidades do PNPE, e em específico o Consórcio Social da Juventude, enquanto uma resposta política ao problema da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Na sequência, busca-se apresentar o Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador como cenário e ponto de partida para a investigação empírica. E por último, intenta-se apresentar os principais achados de pesquisa de campo, mediante análise das trajetórias e experiência de trabalho de vinte e um jovens entrevistados.

### **5.1 Elementos introdutórios para investigação dos itinerários sócio-laborais dos jovens trabalhadores pesquisados**

Em 30 de junho de 2003, o Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia oficial de lançamento do Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE) proferiu durante o seu discurso a seguinte afirmação:

Eu diria que, nós estamos dando, hoje, um passo excepcional para resolver um dos problemas mais graves que o Brasil vive... Gerar empregos para jovens é mais que uma responsabilidade coletiva, é a gente plantar, hoje, o futuro que precisamos colher amanhã... E porque geração de empregos para a juventude e não geração de empregos?...Porque a juventude brasileira vive, possivelmente, o maior momento de incerteza e de angústia que a juventude brasileira já viveu. Nós temos a responsabilidade, enquanto governantes, e eu diria, também toda a sociedade civil brasileira, de não permitir que o narcotráfico e o crime organizado possam conquistar um jovem, ao invés de o Estado conquistá-lo.

....

Quando pensamos no emprego para o jovem, pensamos na obrigatoriedade deste jovem trabalhar, mas não de parar de estudar, porque o objetivo é garantir que ele continue estudando. O emprego para esse jovem pressupõe também que ele aprenda uma profissão. Pressupõe que quem o contrate tenha como compromisso, não apenas pagar o salário, mas também de formá-lo profissionalmente. Isso, na verdade, significa dar uma oportunidade a todo ser humano para vencer na vida. Quem de nós aqui não teve uma oportunidade? Quem de nós aqui não teve a primeira chance?...Uma jovem ou um jovem, quando sai para procurar emprego, hoje a primeira pergunta que lhe fazem é se tem experiência. Mas, se a pessoa nunca trabalhou, com é que pode ter experiência? A segunda pergunta que fazem é se tem o segundo grau completo. Se não tiver, não tem chance....O primeiro emprego é, na verdade, a primeira possibilidade que temos de dar oportunidades às pessoas para conquistarem a sua cidadania. Até porque está muito mais difícil do que no nosso tempo ou do que no meu tempo de jovem... Cabe a nós, enquanto Estado brasileiro, ...criarmos as condições para que as oportunidades possam se apresentar diante dos olhos das nossas meninas e meninos. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO, DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA... 2003).

Esse discurso condensa um conjunto de questões político-normativas incrustadas nas políticas e programas públicos destinados aos jovens brasileiros nos anos 2000, especialmente no que se refere às demandas juvenis frente ao mundo do trabalho. Nas entrelinhas do discurso do “operário-presidente”, aparece um esboço das ações políticas do seu governo, ainda que incipiente, o vir a ser dos programas públicos destinados à juventude nos anos subsequentes dos seus dois mandatos eletivos (2003-2010). Decerto que após uma década, o trecho acima citado do discurso do presidente Lula se configura como uma fonte documental escrita, de caráter público, que ajuda a entender e reconstruir o cenário sócio-histórico e a lógica prescritiva dos dispositivos institucionais de inserção juvenil no mercado de trabalho nos 2000. Em se tratando de um documento, quatro aspectos analíticos hão de ser destacados: o contexto, o autor, os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Em 2003, a taxa de desemprego aberto dos jovens de 16 a 24 anos no território nacional atingiu um dos patamares mais elevados nas últimas duas décadas, principalmente nas áreas metropolitanas. Conforme evidenciamos no capítulo anterior, no cenário de profundas transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil durante a década de 1990, o problema da inserção dos jovens no mercado de trabalho ganha visibilidade e centralidade na cena pública brasileira, suscitando um amplo debate acadêmico e político sobre as rupturas do padrão tradicional de inserção ocupacional do jovem brasileiro. No bojo desse debate, o desemprego juvenil aparece como uma das principais consequências sociais do processo da reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho, passando a ocupar um lugar central na agenda das políticas públicas, e suscitando um conjunto de iniciativas e medidas governamentais no âmbito do Estado (SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

A centralidade do trabalho para a juventude brasileira se torna evidente justamente no contexto histórico marcado pela sua ausência – o desemprego. Ao analisar os dados de um *survey* com representação amostral realizado com jovens brasileiros em 2003, intitulado *Perfil da Juventude Brasileira*, Nadia Guimarães demonstra que o trabalho aparece para os jovens como questão de interesse central em detrimento de outros interesses que comumente são considerados como “tipicamente” juvenis:

[...] a centralidade do trabalho para os jovens não advém predominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta da sua urgência enquanto problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar [...]. Diria que é, sobretudo, enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade no coração da agenda, para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não-trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca (GUIMARÃES, 2005, p. 156).

Se a centralidade do trabalho para juventude brasileira é resultante de uma urgência social que se apresenta enquanto um problema, então é necessário repensá-la enquanto um problema político e circunscrito à lógica das políticas públicas de emprego para juventude no Brasil a partir do final dos anos de 1990.

De um modo em geral, as políticas para juventude<sup>89</sup> desenvolvidas a partir da última década têm retomado a perspectiva *integracionista* do jovem, sendo que a maioria delas opera com a figura da juventude perigosa que necessita de uma intervenção da sociedade civil e do Estado a fim de assegurar a sua transição para o mundo adulto. Inclusive, é importante destacar que a temática do desemprego enquanto um problema de juventude, que ocupará lugar de destaque no final da década de 1990, aparece também na agenda pública de debates como um problema social que impõe aos jovens a vivência de um tempo livre perigoso e, portanto, os aproxima do mundo da criminalidade e do tráfico de drogas ilícitas (MADEIRA, 2004). No plano do discurso, bem como da ação política, o desafio de gerar empregos para os jovens aparece como ação prioritária do governo do presidente Lula, e resposta política do

---

<sup>89</sup> Se levarmos em consideração o termo “políticas para juventude” no seu sentido restrito, poderíamos afirmar que estas já existem no Brasil há muito tempo, uma vez que os jovens já podiam acessar programas de caráter universal (a exemplo da saúde e educação). No entanto, a partir da metade dos anos de 1990 e de forma cabal nos anos 2000, as demandas por políticas para juventude passam a ter um caráter mais preciso, estando o “problema da juventude” correlacionado com questões atinentes às segmentações socioeconômicas, raciais e de classe; as mudanças recentes do mercado de trabalho e a associação entre violência e falta de oportunidade de educação e trabalho (CARDOSO JR, 2006; GONZÁLES, p. 2009; SPOSITO, CARRANO, 2007). Trata-se de um novo formato para políticas públicas que visam atender as demandas por ações focalizadas, de caráter *transversal e periférico*, cujo público-alvo destinatário passa a ser definido a partir do nível de necessidade, pobreza e risco (ABAD, 2002; SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

Estado para questões sociais que interditam e tornam incerto o futuro para os jovens brasileiros dos anos 2000. Em grande medida, a representação social sobre sujeitos jovens implícita no discurso do presidente não apresenta grandes rupturas com as representações normativas sobre os problemas da juventude.

Dentre os argumentos utilizados para justificar a criação de um amplo programa nacional para enfrentar a situação juvenil no mercado de trabalho, verifica-se uma correlação automática entre violência/criminalidade e falta de oportunidades e de acesso à educação e trabalho. Assim, a geração de empregos, e conseqüentemente a inserção no mundo do trabalho seria um antídoto social à situação de vulnerabilidade e risco latentes para parcela significativa dos jovens, particularmente os jovens pobres e desempregados. Dessa forma, o lançamento do PNPE seria o marco simbólico de um novo caminho a ser trilhado pelo Estado Brasileiro no campo das políticas públicas para juventude, cuja opção política seria “*investir em educação ou trabalho ao invés de construir prisões*”. A geração de postos de trabalho e a qualificação profissional, bem como medidas que visassem à elevação do nível de escolaridade se constituíram como aspectos centrais do governo Lula no tocante à formulação e execução de políticas públicas de emprego e renda destinadas aos jovens.

O feixe de palavras *oportunidade, a primeira chance; experiência e segundo grau, aprender uma profissão* são categorias axiais, que na lógica interna do discurso do presidente aparecem como forma e conteúdo dos pressupostos e sentidos políticos imputados à geração de emprego para os jovens no país. Obviamente que ao lançar mão dessas categorias, as quais assumem contornos mais expressivos nas experiências concretas dos jovens pesquisados, o discurso do presidente Lula deixa entrever nas suas entrelinhas a intencionalidade político-normativa do PNPE. A inserção dos jovens no mercado de trabalho estaria condicionada tanto por aspectos macroeconômicos quanto microeconômicos, e conseqüentemente exigiria a adoção de políticas macroeconômicas combinadas com políticas sociais que favorecessem a transição escola-trabalho.

O protocolo de intenções anunciado no discurso do presidente Lula efetivou-se enquanto ação de governo mediante a institucionalização do Programa Nacional de Primeiro Emprego através da lei 10.748 de 22 de outubro de 2003, objetivando promover: 1) “*a criação de postos de trabalho para jovens e prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda*” e 2) “*a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e a inclusão social*”. O público-alvo do programa eram os jovens de 16 a 24 anos em situação de desemprego involuntário, sem experiência ou vínculo prévio no mercado de trabalho formal, com renda familiar *per capita* de ½ salário mínimo, que estivesse cursando



ou concluído o ensino fundamental ou médio, com foco prioritário para os jovens em situação de vulnerabilidade ou discriminação social.

Originalmente o PNPE estava organizado em três linhas de ação: *Subvenção Econômica, Serviço Civil Voluntário e Consórcios Sociais*, e posteriormente foram acrescentadas mais duas: *Empreendedorismo Juvenil e as Parcerias de Aprendizagem*. No primeiro ano, as ações do programa estavam bastante centradas na Subvenção Econômica<sup>90</sup>, no entanto, após os primeiros quatro meses de sua implantação, as empresas de todo o país só tinham disponibilizado dois mil postos de trabalho, dos quais apenas 441 foram ocupados (RIBEIRO; JULIANO; 2005), fazendo com que no ano seguinte a arquitetura do programa fosse reordenada pelo Departamento de Políticas para Juventude do Ministério do Trabalho e Emprego (DPJ/MET).

A partir de dados disponibilizados pelo MTE, Bastos (2011) constata que entre outubro de 2003 e abril de 2007, 918.408 mil jovens se inscreveram no programa em todo o país, sendo que durante esse período foram criados 10.250<sup>91</sup> empregos para os jovens, ou seja, apenas 1,1% dos jovens inscritos obtiveram um emprego com carteira assinada. Os resultados alcançados estiveram muito abaixo das metas estabelecidas pelo Plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007) do Ministério do Planejamento, que previa a criação de 672.725 postos de trabalho através da linha de ação de estímulo financeiro às empresas para geração de primeiro emprego para jovens (BRASIL, Ministério do Planejamento, 2003, p. 452).

Diante do fracasso inicial, o desenho institucional do programa sofreu alterações significativas, as quais implicaram o desequilíbrio entre as duas linhas de atuação do programa, de modo que as ações começaram pender para o lado dos projetos que visavam “*primeiramente qualificar e depois inserir*” no mercado de trabalho. Ao que tudo indica, este redirecionamento está balizado no diagnóstico de que um dos entraves do programa estava no próprio perfil do público-alvo, além dos entraves burocráticos que dificultavam o credenciamento das empresas interessadas ao programa. Portanto, aquilo que se apresentava

---

<sup>90</sup> A lei 10.748, instrumento legal de regulamentação do PNPE estabelecia que as empresas que aderissem ao programa teriam acesso à subvenção econômica de R\$ 100,00 ou R\$ 200,00 a depender do faturamento. Posteriormente, através da lei 10.940 de 2004, foi estabelecido um novo valor de seis parcelas bimestrais de R\$ 250,00 por emprego gerado independente do faturamento. A contratação de jovens através do PNPE também tinha como critério o tamanho das empresas, a saber: as empresas que tinham de 2 a 5 empregados, podiam contratar um jovem; empresas de 5 a 10 empregados, dois jovens; e acima de 10 empregados, era facultada a possibilidade de contratar jovens até 20% do total de empregadas. Quanto aos contratos de trabalhos, havia duas modalidades possíveis: o contrato por prazo indeterminado e por prazo determinado. No caso desse último, a sua vigência não poderia ser inferior a 12 meses.

<sup>91</sup> Os dados do MTE analisados por Bastos (2011) não permitem discriminar o número de empregos gerados através da subvenção econômica daqueles gerados através da responsabilidade social, podendo haver uma superestimação dos números de jovens colocados através de estímulo financeiro às empresas contratantes da mão de obra juvenil inscrita no programa.

como um elemento diferenciador do PNPE, a subvenção econômica, em relação aos programas anteriores implementados no âmbito do governo federal, acabou sendo secundarizado, de modo que, a reorientação do programa trouxe à tona novamente que a solução do desemprego juvenil estaria na qualificação social e profissional dos jovens atendidos pelo programa. O *Relatório de Gestão de 2007* da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE, ao avaliar o desempenho operacional do PNPE afirma o seguinte:

Desde a criação do programa, o número de jovens inseridos no mercado de trabalho vem crescendo consideravelmente. Entende-se que a política de qualificação para a inserção de jovens no mundo do trabalho via ação do PNPE, teve um salto significativo após a mudança de concepção do Programa. A partir de estudo conduzido pela assessoria técnica da SSPE/MTE, diagnosticou-se que um dos problemas para a inserção do jovem no mundo do trabalho não era a falta de incentivo às empresas para a sua contratação, mais sim a falta de requisitos de qualificação apresentados pelos jovens (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego..., 2008, p. 130).

Por essa razão, os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ's) passaram a ocupar um lugar central no conjunto de ações do PNPE, que tinham como objetivo geral “*promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade social, por meio da mobilização e da articulação da sociedade civil organizada*” (BRASIL, Ministério do Trabalho, 2005, p. 2). Uma das suas especificidades diz respeito ao fato de que esses eram geridos pela sociedade civil (Ong's, Movimentos sociais e Organizações da juventude), inclusive podiam participar como parceiros instituições do setor privado, governos e organismos de financiamento e cooperação.

A concepção e a execução dos Consórcios Sociais da Juventude explicitavam uma face oculta e contraditória do PNPE, na medida em que se evidenciava uma clara transferência de responsabilidades do Estado e de recursos públicos para o chamado “Terceiro Setor” no que diz respeito à qualificação profissional e inserção juvenil no mercado de trabalho. Por outro lado, observa-se a partir do governo Lula a ampliação do entendimento sobre a capacidade das organizações da sociedade civil de aportar novas experiências às políticas públicas de geração de emprego e renda para os jovens, principalmente as Ong's com vasta experiência acumulada no trabalho com jovens em situações de vulnerabilidade social (MAGALHÃES, 2009).

O público-alvo do Consórcio Social da Juventude eram os jovens de 16 a 24 anos que, dadas as suas condições socioeconômicas, tivessem dificuldade de acesso ao SINE, ou seja, o de maior vulnerabilidade social, e que atendessem aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 10.748/2003. Contudo, o público prioritário era os jovens afrodescendentes, indígenas, jovens

em conflito com a lei ou em cumprimento de medidas socioeducativas, portadores de necessidades especiais, jovens trabalhadores rurais e arrimos de famílias. Portanto, tratava-se de uma ação pública que se destinava a um universo focalizado de vulnerabilidade social juvenil, isto é, os jovens pobres dos pobres.

Segundo Cardoso Júnior e outros (2006), o Consórcio Social da Juventude tornou-se uma novidade institucional no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda na medida em que suas ações buscavam articular qualificação profissional com prestação de Serviço Civil Voluntário e a Intermediação de mão de obra através das entidades executoras (inclusive através do incentivo ao empreendedorismo). De certa forma, o formato do CSJ se configurava como uma ação afirmativa para jovens em desvantagens sociais, buscando integrar em único espaço formativo alguns aspectos de políticas já existentes.

O processo formativo dos jovens atendido pelo CSJ tinha duração de seis meses (um semestre), com carga horária total de 400 horas, destinadas às atividades de qualificação social e profissional, subdividida em atividades de formação básica<sup>92</sup> e oficina-escola<sup>93</sup>. Além disso, os jovens tinham que prestar 100 horas de Serviço Civil Voluntário<sup>94</sup>, realizado em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos cujos propósitos fossem de cunho cívico, cultural, educacional etc., e em contrapartida o jovem recebia um auxílio financeiro de R\$ 600,00, pago em quatro ou cinco parcelas ao longo do semestre. O encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho tinha como condicionante o cumprimento mínimo de 320 horas de qualificação, ou seja, 80% da carga horária total.

Entre 2003 e 2007, o Ministério de Trabalho e Emprego firmou 89 convênios com entidades e movimentos da sociedade civil de diferentes regiões do país<sup>95</sup>, sendo que foram

---

<sup>92</sup> A qualificação básica do Consórcio Social da Juventude era composta por ações formativas nas seguintes temáticas: 1) inclusão digital; 2) valores humanos, ética e cidadania; 3) educação ambiental, saúde, qualidade de vida, promoção da igualdade racial e equidade de gênero; e 4) ações de estímulo e apoio à elevação da escolaridade.

<sup>93</sup> A oficina-escola era o lócus de desenvolvimento de atividades de qualificação profissional específica com vistas à inserção no mercado de trabalho. Cada Consórcio tinha que oferecer Oficinas-Escola no mínimo em três áreas temáticas, tendo como referência os seguintes temas: arte e cultura; beleza e estética; comunicação e marketing social; atenção específica aos jovens em conflito com a lei ou em situação de rua; empreendedorismo, turismo e economia solidária; esporte e lazer; meio ambiente, saúde e promoção da qualidade de vida; promoção dos saberes indígena e popular; promoção da igualdade racial e equidade de gênero; segurança alimentar e promoção da qualidade de vida no campo; voluntariado e trabalho social. A partir de 2007, a oferta das Oficinas-Escola fora constituída a partir dos Arcos Profissionais estabelecidos pelo Ministério do Trabalho.

<sup>94</sup> O serviço voluntário foi introduzido a partir de 2005 enquanto exigência do Tribunal de Contas da União para o pagamento do auxílio financeiro dos jovens habilitados para o primeiro emprego através do Consórcio Social da Juventude.

<sup>95</sup> Embora os convênios firmados pelo MTE com as Ong's para realização da primeira edição tenham sido firmados no segundo semestre de 2003, as atividades dos seis projetos-pilotos iniciais do Consórcio Social da Juventude (Regiões Metropolitanas: ABC Paulista; Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife e Salvador) começaram no primeiro semestre de 2004. E no segundo semestre desse mesmo ano, foram ampliados para 14 Consórcios em diferentes regiões do país (AVANTE, 2007; SILVA, 2009).

qualificados 148.905 jovens, dentre os quais 49.415 foram inseridos no mercado de trabalho através do Consórcio. Os dados do MTE (ver tabela 20) indicam que na última edição do CSJ (2007) foram qualificados 70.270 mil jovens e 21.081 mil foram inseridos no mundo do trabalho.

**Tabela 20 - Jovens atendidos por ações de qualificação profissional para inserção do PNPE**

**Jovens atendidos - Consórcio Social da Juventude <sup>(1)</sup>**

Ano	N. de convênios	Jovens qualificados	Jovens inseridos	Recursos aplicados
2003	6	6.811	2.049	R\$ 18.715.893,27
2004	15	20.376	7.563	R\$ 47.780.850,08
2005	25	32.928	13.166	R\$ 63.772.926,19
2006	13	18.520	5.556	R\$ 30.398.127,21
2007	30	70.270	21.081	R\$ 158.591.357,06
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>148.905</b>	<b>49.415</b>	<b>R\$ 319.559.153,81</b>

FONTE: BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (2007,2008). Dados sistematizados a partir dos Relatórios de Gestão da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego dos anos de 2006 e 2007.

Nota:(1) - Os dados referem-se a metas físicas executadas e número efetivo de jovens qualificados

Infelizmente não foi possível fazer um levantamento completo do número total de jovens qualificados e inseridos no mercado de trabalho, a partir de todas as modalidades de ação de PNPE durante os cinco anos de vigência do Programa. Entretanto, a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego sistematizados por Cardoso Jr. e outros (2006), referentes aos anos de 2003 a 2005, é possível inferir sobre os resultados alcançados pelo PNPE em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Nos três primeiros anos de operacionalização do programa, estima-se que 400 mil jovens foram beneficiados, dos quais 142 mil foram inseridos no mercado de trabalho. Não necessariamente através de um emprego formal, mas também através das chamadas formas alternativas de trabalho e renda<sup>96</sup>. Os CSJ foram responsáveis por 15% dos jovens atendidos e 6% do total de jovens inseridos, percentual pouco expressivo do universo analisado. Observou-se ainda que 70% do total de jovens atendidos foi através da ação de aprendizagem<sup>97</sup>, decorrente da fiscalização dos Auditores Fiscais do Trabalho em relação ao cumprimento das cotas de contrato de

<sup>96</sup> De acordo com a portaria 120/2006 do Ministério do Trabalho, para fins de comprovação das metas de inserção dos CSJ, consideravam-se como formas alternativas de trabalho e renda os seguintes indicadores: I - registro e abertura de microempresa pelo jovem ou participação como sócio ou cotista; II - registro como profissional autônomo; III - financiamento para implantação de empreendimento próprio; IV - aquisição de espaço físico para funcionamento do empreendimento; V - prestação de serviços a terceiros, mediante contrato; VI - participação em associação ou cooperativa em funcionamento; e VII - aquisição, pelo jovem, de equipamentos e insumos produtivos (BRASIL, Ministério do Trabalho, 2006a).

<sup>97</sup> A Aprendizagem é estabelecida pela Lei nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos e portadores de necessidades especiais sem limite máximo de idade.

aprendizagem a que estão submetidas médias e grandes empresas, conforme estabelece a lei 10.097 de 2000 (Lei de aprendizagem) e da qualificação dos aprendizes do Sistema S, executados sem dotação orçamentária (CARDOSO JR et.al., 2006).

Ao privilegiar os CSJ como ação preponderante do PNPE percebe-se que no âmbito das políticas destinadas à juventude o governo federal atribuiu muita importância ao tema trabalho, sendo que as ações de qualificação profissional se configuram na principal via de enfrentamento do mesmo. No entanto, os resultados finais de uma pesquisa desenvolvida junto aos seis projetos-pilotos dos Consórcios Sociais da Juventude, para avaliar o processo de implementação dessa modalidade de atuação do PNPE, realizada por uma equipe de pesquisadores do IPEA a pedido do DPJ/MTE, indicam que o desenho lógico dos CSJ apresenta dois pontos problemáticos: *1) formato da qualificação social e profissional; 2) formato da inserção laboral juvenil* (CARDOSO JR.et. al., 2006).

No que diz respeito ao formato da qualificação social e profissional dos CSJ, constatou-se que a rede de entidades operantes não dispõe de uma tecnologia pedagógica de intervenção adequada à concepção original dos CSJ, resultando em dificuldades enfrentadas pelas ONG's na resolução de conflitos existentes entre: a vocação histórica de atuação das entidades; os conteúdos e métodos de ensino; a carga horária máxima permitida; a contratação e a formação de instrutores; e perfil dos jovens atendidos (Idem).

No tocante ao formato da inserção laboral juvenil, este parece ser o ponto mais problemático dos Consórcios Sociais da Juventude, uma vez que afirmam os autores:

... O formato de intervenção baseado nos CSJ, porquanto inovador e promissor em vários aspectos, ainda não parece ter encontrado um lugar permanente no rol das políticas públicas de nova geração. Sem articular-se a políticas educacionais, profissionalizantes e laborais mais consistentes, acaba reforçando – ainda que não deliberadamente – o *trade off* clássico entre formação social-profissional ruim e primeiro emprego precário.. **...Se os CSJ têm algum mérito (e certamente os têm), ele não reside no seu enfoque sobre a inserção laboral juvenil** (CARDOSO JR. et. al., 2006, p. 101-102).

O formato das ações dos CSJ revela que a engenharia política do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego estava circunscrita na lógica de institucionalização da precariedade do trabalho, cuja força normativa reside no imperativo: qualificar os jovens para inserção subordinada e instável no mercado de trabalho, que pela própria natureza das mudanças ocorridas nas últimas décadas alterou profundamente o padrão de transição e inserção laboral juvenil. A reorientação das ações PNPE evidencia que a estratégia adotada para geração de emprego para jovens pobres buscava resolver o problema de inserção dos jovens a partir de ações destinadas à formação de habilidades sociais e profissionais

requeridas dos jovens no momento de procura de trabalho e/ou de inserção no mercado de trabalho. Ao considerar que o problema da inserção era quase exclusivamente decorrente do perfil dos jovens atendidos (situação de vulnerabilidade social e déficits de escolaridade e qualificação profissional), as ações acabaram atuando exclusivamente sobre a oferta da mão de obra juvenil, ou seja, na elevação da empregabilidade juvenil. A análise de Márcio Pochmann sobre os limites das políticas públicas de geração de primeiro emprego fundamentadas no plano microeconômico podem nos ajudar a entender os limites do PNPE:

No âmbito microeconômico, por exemplo, as ações de atenção ao trabalho juvenil tendem a se concentrar quase que exclusivamente no funcionamento do mercado. Isto é, restringem-se à atuação pública sobre a oferta e a demanda de trabalho...Nesta mesma direção, ganha importância argumentos que procuravam ressaltar o papel do indivíduo na definição do melhor momento de inserção e na responsabilidade pelo planejamento prévio da trajetória ocupacional. Por conta disso, não restam outras medidas que não seja o estímulo à aprendizagem, à postura do jovem quanto à procura do trabalho, por meio de distintas formas de montagem de currículo, comportamento e vestimenta, clubes de procura de trabalho e contratos de busca de trabalho” (POCHMANN, 2007,p. 76-76).

O Consórcio Social da Juventude, enquanto uma modalidade inovadora da política pública de emprego, configurou-se como um espaço de contraditório de qualificação e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Do ponto de vista da gestão e operacionalização, governo e entidades da sociedade civil nem sempre compartilhavam dos mesmos pressupostos quanto à concepção e finalidades do CSJ, conforme evidenciou o estudo de Mendonça (2009). A autora destaca que as principais divergências entre governo e Ong's diziam respeito à inserção dos jovens no mercado de trabalho e as finalidades do CSJ. Na visão do governo, fundamentado no enfoque microeconômico, transferiu a responsabilidade pela inserção para Ong's; essas por sua vez, consideravam que a inserção era de responsabilidade do governo, na medida em que dependia de políticas macroeconômicas. Do ponto de vista dos jovens atendidos, embora os CSJ não tenham se constituído como garantia efetiva da conquista do primeiro emprego, destaca-se a importância das atividades transversais na formação dos jovens enquanto sujeitos de direitos, no fortalecimento da autoestima, na valorização das diferenças, no exercício da cidadania e do protagonismo juvenil, bem como, na construção de projetos de vida (SILVA, 2009; SOUZA, 2005; DULTRA, CERQUEIRA, 2008).

Ainda que os resultados alçados pelo PNPE evidenciem os limites da política pública de emprego para jovens, focalizada quase que exclusivamente na qualificação profissional, a experiência contraditória das ações do CSJ aponta que a inserção de jovens pobres e desempregados no mundo trabalho requer a construção de políticas públicas de trabalho de

atenção integral e integrada aos jovens, para além do carácter compensatório e focalizado dos programas públicos destinados a esse público-alvo. De fato, o formato lógico dos CSJ ambicionava que estes se constituíssem como um espaço microscópico das políticas de educação (por meio das ações de elevação de escolaridade), de formação de profissional (as oficinas-escola), de assistência social (concessão de bolsa auxílio financeiro) e de trabalho, emprego e geração de renda (através da intermediação da mão de obra e geração de formas alternativas de renda). Contudo, a sua execução evidenciou limites dos programas públicos destinados à qualificação e inserção de jovens de baixa renda e baixa escolaridade no mercado de trabalho, uma vez que se buscavam resolver as múltiplas demandas dos jovens pobres elegíveis do CSJ num curto espaço de tempo e com uma carga horária insuficiente, não conseguindo, portanto, romper completamente com a lógica de formação profissional aligeirada e contraditória de aprendizado, de conformação e de inserção precária no mercado de trabalho, predominante durante o governo FHC nos anos de 1990. Portanto, uma das principais contribuições do PNPE, em particular do Consórcio Social da Juventude, foi demonstrar a importância da integração de vários serviços e políticas relacionadas à transição escola-trabalho (GONZALES, 2009), e para, além disso, a necessidade da construção de uma política pública de atenção integral dos jovens pobres e trabalhadores do país.

Em 2008, a lei de criação do PNPE foi revogada, sendo que a subvenção econômica foi extinta e parte de suas ações foram incorporadas ao Programa Integrado de Juventude (ProJovem)<sup>98</sup>, instituído através da Lei 11.629 de 10 de junho de 2008, que unificou boa parte dos programas do governo federal destinados aos jovens, em várias modalidades de ação. Das ações existentes no PNPE, o Consórcio Social da Juventude, o Empreendedorismo Juvenil<sup>99</sup> e a Juventude Cidadã foram incorporados à modalidade Projovem Trabalhador, mas

---

<sup>98</sup> O Programa Integrado de Juventude é uma reformulação a partir do antigo ProJovem ( Programa Nacional de Inclusão de Jovens), criado em 2005. Surgiu a partir da unificação de programas já existentes: o próprio Projovem (que até 2011 foi executado pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, migrando, em 2012, para o Ministério da Educação); Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego). No seu novo formato, o programa ampliou a faixa-etária do público, passando atender jovens de 15 a 29 anos, em consonância com o padrão etário da nova definição de juventude do país, tendo como objetivo central promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, qualificação profissional e desenvolvimento humano a partir das seguintes modalidades: Projovem Adolescente; Projovem Urbano, Projovem do Campo e Projovem Trabalhador.

<sup>99</sup> O Empreendedorismo juvenil tinha como objetivo fomentar a geração de oportunidade de trabalho e estímulo ao desenvolvimento do empreendedorismo da juventude brasileira, através de parcerias com instituições nacionais e internacionais de apoio aos jovens. Envolveu a qualificação de jovens empreendedores, através da parceria com Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), com vistas a capacitá-los na elaboração de plano de negócios a serem submetidos a linha de crédito especial denominada Proger-Jovem Empreendedor, financiada com recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador. De acordo com a OIT (2009) a execução desta linha de ação se mostrou bastante limitada, devido a um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam a obrigatoriedade legal de capacitação antes do empréstimo; dificuldades em atender os jovens com

na prática os CSJ foram desativados<sup>100</sup>. Já os Contratos de Aprendizagem e os Parceiros da Aprendizagem não foram incorporados ao ProJovem Integral. O objetivo central da integração dos programas era evitar a fragmentação, a desarticulação e a falta de escala nas ações destinadas aos jovens no âmbito do governo federal. Entretanto, alguns estudos apontam que muitos limites precisam ser superados, já que na prática os programas continuam sendo executados independentemente pelos diferentes ministérios (CORROCHANO, 2011; SPOSITO, 2011).

Uma década depois do lançamento do PNPE, as ações do governo federal referentes às políticas de juventude para o trabalho permanecem prioritariamente na elevação da escolaridade e na qualificação profissional dos jovens. Ou seja, a resposta pública à demanda legítima dos jovens do direito ao trabalho opera fundamentalmente no plano da política microeconômica desarticulada das políticas macroeconômicas. Portanto, se considerarmos

... o conjunto dos programas do governo federal, focados ou com interface com o mercado de trabalho, é possível entrever que estamos distantes de uma política estrutural de emprego para jovens... Prevalecem programas de caráter focalizado, que, embora seja importantes, não dizem respeito a problemática do trabalho para a juventude como um todo, tendo tempo e público determinados. Também não se observa a proposição de ações que considerem a diversidade das relações que a heterogeneidade do segmento juvenil estabelece com o trabalho, o estudo ou com ambas as esferas concomitantemente (CORROCHANO, 2011, p. 63).

No passado recente, o primeiro emprego foi anunciado e prometido, como *“a primeira possibilidade que temos de dar oportunidade às pessoas conquistarem a sua cidadania”*, como proferiu o presidente Lula. No entanto, no presente tal demanda ainda não se efetivou enquanto direito social para a imensa maioria dos jovens brasileiros egressos ou não dos programas federais, ou quando não, se configura para parcela não desprezível dos jovens pobres trabalhadores como *“...um engodo e fonte de imensa decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela”* (BOURDIEU, CHAMPGNE, 2011).

---

perfil do PNPE; resistência das instituições financeiras em conceder empréstimos a jovens empreendedores, que devido à idade geralmente têm pouca experiência.

<sup>100</sup> Segundo dados dos Relatórios de Gestão da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE, em dezembro de 2007 ainda foram firmados 22 convênios com entidades da sociedade civil para execução do Consórcio Social da Juventude, que foram executados em 2008, com meta de qualificação de 54.230 jovens e de inserção de 15.969 jovens. De 2009 a 2010, foi firmado apenas um convênio devido à disponibilidade de recursos de emenda parlamentar. De acordo com Gonzales (2009), o formato do Consórcio Social da Juventude se assemelhava ao do Projovem Urbano, mas não tinha como objetivo central a elevação da escolaridade. A sobreposição desses dois programas provocou uma pressão interna no governo para que houvesse uma unificação em virtude do diagnóstico de que os programas federais destinados aos jovens eram fragmentados e apresentavam problemas de escala. Com a unificação dos programas, o Juventude Cidadã passou a ser a principal ação do ProJovem Trabalhador.



Esse breve panorama do principal programa público do governo federal dos anos 2000 destinado à geração de emprego para a juventude tem como objetivo situar o leitor desta tese sobre o contexto político-normativo da inserção juvenil no mercado de trabalho, em que se processam as trajetórias e itinerários biográficos dos jovens trabalhadores da cidade de Salvador, pesquisados neste estudo. A condição de jovem beneficiário (leia-se jovem pobre e desempregado) do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, especificamente do Consórcio Social da Juventude, se constitui como um evento convergente aos diferentes itinerários biográficos dos jovens pesquisados. Embora a avaliação dos impactos deste programa não se constitua como objeto desta tese, sua importância na construção das trajetórias sócio-laborais dos pesquisados não pode ser ignorada na medida em que a participação dos sujeitos investigados nessa ação pública se entrelaça, altera, reforça ou resignifica as rotas e percursos juvenis no mercado de trabalho. Por essa razão, metodologicamente, o Consórcio Social da Juventude é, a um só tempo, o ponto de partida e o cenário da pesquisa de campo conforme detalharemos a seguir.

## **5.2. Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador: ponto de partida e cenário da pesquisa de campo**

Entre os anos de 2004 e 2007, inúmeras notícias foram divulgadas na mídia impressa, falada e televisionada (no âmbito nacional e local), como também no site do MTE sobre as ações do Consórcio Social da Juventude na Região Metropolitana de Salvador (CSJ/RMS). Muitas dessas notícias e reportagens foram assistidas por mim na condição de simples leitor ou telespectador, principalmente aquelas veiculadas nos dois primeiros anos de existência desse programa. Como afirma Clarice Lispector, *“tudo é o olhar”*. A partir de 2006, despertava-me o interesse sociológico pela problemática dos jovens e o mundo do trabalho, e quase que por um passe de mágica, ocorreria uma conversão do olhar. Matérias jornalísticas passaram a ser recortadas e arquivadas, na expectativa de que em algum momento elas pudessem ser úteis a minha imaginação sociológica sobre este tema, como a que foi publicada no Jornal Correio da Bahia, em 13.05.2007, pela jornalista Mariana Rios, que veiculava a seguinte notícia:

O presente esperado por Lucinéia Maria Feliciano, 52 anos, desempregada há seis meses, para o Dia das Mães é uma vaga no mercado de trabalho para o filho Luciano Silva, 18 anos. Ele é um dos 1.500 jovens inscritos na quarta edição do Consórcio Social da Juventude de Salvador e região metropolitana, desenvolvido pelo Programa Primeiro Emprego, do governo federal. “Sofrimento na vida da gente é o

desemprego”, afirmou Lucinéia que ontem foi uma das mães que celebraram com um café da manhã, na Estação da Calçada... A “surpresa” que ele prometeu para a mãe é uma pista para a mudança de atitudes e expectativas que passa a permear a cabeça quando as pessoas se veem diante de uma possibilidade concreta de poder mudar (RIOS, 2007, p. 12).

O conteúdo de matérias jornalísticas como essa aguçava ainda mais a necessidade de empreender um exercício de imaginação sociológica, nos termos propostos por Wright Mills (1965), sobre as trajetórias de jovens pobres da cidade de Salvador em situação de desemprego e suas expectativas em relação ao trabalho, mediadas pela ação pública, e suas possibilidades de efetivação, as quais aparecem na matéria acima tão bem expressa na díade: o *presente esperado*, pela mãe, e a *surpresa prometida* pelo jovem filho diante de uma possibilidade concreta de mudança, portanto, de supressão do *sofrimento na vida da gente* (leia-se o desemprego). Interrogava-me sobre as conexões automáticas, que muitas vezes este tipo de matéria jornalística deixa entrever, entre qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho numa metrópole, como é o caso da cidade de Salvador, com os maiores índices de desemprego do país conforme demonstramos no capítulo anterior.

Entre fevereiro de 2010 e janeiro de 2011 nos lançamos pelas veredas da pesquisa de campo, e para tanto, o ponto de partida foi buscar informações e pistas na entidade âncora do CSJ em Salvador, que nos ofereceu subsídios para a construção de uma rota de pesquisa. Começava então, as escavações e lapidações do objeto de pesquisa.

### **5.2.1 Escavações e lapidações do objeto de pesquisa: documentos, números e falas de outros sobre os jovens pesquisados.**

As primeiras anotações do trabalho de campo foram escritas na noite do dia 25 de março de 2010, poucas horas depois de ter iniciado os primeiros contatos com Thereza Marcilio, sócia fundadora da Avante<sup>101</sup>, que esteve à frente da coordenação geral do Consórcio Social da Juventude de Salvador e Região Metropolitana nas suas quatro edições. Nelas, estão registradas as primeiras cenas e movimentos da pesquisa de campo, como também as ansiedades, as angústias e as expectativas do pesquisador em relação ao primeiro encontro com a informante-chefe da pesquisa. Metaforicamente, a ida ao encontro de Thereza,

---

<sup>101</sup> A Avante-Educação e Mobilização Social é uma Organização Não-Governamental fundada em 1996 com a missão de “contribuir para a formação do cidadão, pela educação e o desenvolvimento de tecnologias de intervenção social, visando à garantia dos direitos sociais básicos e ao fortalecimento da sociedade civil”. Para tanto, atua em quatro Linhas (Formação de educadores e tecnologias educacionais; de agentes culturais, para mobilização e controle social, e para o trabalho) desenvolvendo ações que contribuem para a formação cidadã e garantia de direitos de acordo com o seu papel na sociedade (Ver [www.avante.org.br](http://www.avante.org.br)).

na antiga sede da Avante, na rua Baependi, bairro de Ondina, na tarde do dia 25 de março, era um sinal de que as águas de março abriam uma ponte, um caminho, um horizonte para o trabalho de campo.

À medida que conversávamos aos poucos se constituía um cenário de pesquisa. De maneira bastante entusiástica, a informante-chave falava sobre a memória e/ou aspectos importantes do CSJ/RMS, e entre um assunto e outro, levantava à procura de documentos que validassem o que estava afirmando, e em poucos instantes, voltava com documentos, relatórios finais, produções audiovisuais, folhetos, material didático-pedagógico, bancos de dados, lista de endereços de Ong's, através das quais seria possível estabelecer contatos com jovens egressos que poderiam ser entrevistados, tabelas etc. Mas, ao longo dessa conversa não só a memória objetivada nos documentos era acionada no trabalho de (re)construção discursiva sobre os jovens do CSJ, mas outras pessoas da ONG's que trabalhavam nas atividades do CSJ, e que naquele momento estavam presentes, também foram acionadas enquanto testemunhas vivas do CSJ enquanto fato acontecido.

Aos poucos os jovens egressos eram evocados, sejam aqueles considerados como bem sucedidos a exemplo dos jovens que conseguiram o primeiro emprego através do CSJ e ainda se encontravam empregados ou daqueles que ingressaram no ensino superior na universidade pública ou nas instituições privadas através do Prouni; ou então, aqueles jovens que tinham tudo para dar certo, mas que tiveram as trajetórias bloqueadas ou descaminhadas por certos eventos sociais, como o aparecimento da gravidez indesejada, ou o uso de drogas e ingresso no tráfico de entorpecentes. Enfim, as palavras e as coisas se entrelaçavam em torno de uma pequena mesa arredondada, oferecendo pistas importantes para o trabalho de campo.

Para além das informações iniciais coletadas foram realizadas quatro entrevistas gravadas com ex-integrantes da equipe da entidade âncora do CSJ/RMS, a saber: a coordenadora geral do CSJ; duas integrantes da coordenação de inserção dos jovens qualificados no mercado de trabalho, em edições distintas do CSJ, e a coordenadora das oficinas de qualificação profissional ofertadas pela própria Avante.

Ao longo do período de realização do trabalho de campo constituiu-se um arquivo de pesquisa com inúmeras informações secundárias e primárias sobre as ações do Consórcio Social da Juventude. Boa parte desse acervo de pesquisa, ainda que não tenha sido explorado no corpo desta tese, foi recorrentemente consultada e confrontada com as informações advindas das entrevistas realizadas com alguns membros da entidade âncora e com os jovens egressos do CSJ. Como afirma Wright Mills, no clássico texto *Do artesanato intelectual*, a organização de um arquivo de pesquisa é fundamental para o trabalho do sociólogo, assim

como os escritores necessitam de um diário para registrar as ideias criadoras que lhe aprazem em diversas situações do cotidiano, a reflexão sistemática exige que o sociólogo mantenha um arquivo sistematizado. Desse modo, o uso do arquivo auxiliou na (re) definição das categorias de análise e rotas da pesquisa de campo, bem como no exercício de autocontrole e de reflexividade na análise dos dados da pesquisa e na própria escrita da tese.

### 5.2.2 As especificidades do Consórcio Social da Juventude de Salvador

O Consórcio Social da Juventude de Salvador e Região de Metropolitana foi uma das principais ações do PNPE no Estado da Bahia. Foi inaugurado em 22 de março de março de 2004, enquanto projeto piloto, tal como ocorreu em seis regiões metropolitanas (incluindo Salvador), e após ajustes e correções da equipe técnica do Ministério do Trabalho, foi ampliado para mais de quatorze regiões. Entre 2004 e 2007, ocorreram quatro edições do CSJ em três municípios da RMS, a saber: Salvador, Itaparica e Vera Cruz. Segundo informações do MTE, estima-se que durante a vigência das ações do CSJ/RMS foram qualificados 5.064 jovens e 1.347 jovens inseridos no mercado de trabalho.

A operacionalização das ações do CSJ/RMS se deu mediante a constituição de uma rede de ONG's, sob a coordenação de uma entidade âncora, no caso, a Avante-Educação e Mobilização Social, as quais eram responsáveis pela oferta de oficinas de qualificação profissional e formação básica. A gestão do CSJ/RMS envolvia cinco instâncias: o Consórcio (Rede), Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo, Secretaria Executiva e o Conselho Jovem<sup>102</sup>. Durante as quatro edições do CSJ/RMS, 30 instituições da sociedade civil, incluindo a entidade âncora, foram responsáveis pela execução de suas ações (Ver anexo A).

Em consonância com os propósitos gerais previstos no termo de referência do Ministério do Trabalho, o Consórcio da Região Metropolitana de Salvador tinha como objetivo central “*mobilizar e articular diferentes atores sociais para a criação e ampliação de oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho*”, mediante a promoção de

---

<sup>102</sup> A rede do Consórcio competia acompanhar as ações do Consórcio aprovadas no plano de trabalho e deliberar a respeito de situações-problemas demandadas pelo Conselho Deliberativo ou por iniciativa própria. O Conselho Deliberativo tinha como atribuição principal acompanhar as atividades desenvolvidas pelas entidades consorciadas e tomar decisões sobre situações-problemas, encaminhando-as para reunião ampliada da Rede. O Conselho Consultivo era responsável em promover a articulação com o setor privado e colaborar com a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A Secretaria Executiva se responsabilizava pela gestão técnica e administrativa, composta pela Coordenação Geral e pelas equipes técnicas da Avante – entidade âncora, organizadas em coordenações específicas: Administrativa e Financeira; Pedagógica; Inserção no Mercado de Trabalho, Comunicação, Estação da Juventude, Balcão da Juventude e Acompanhamento e Avaliação (AVANTE, 2007).

ações de qualificação social e profissional, de inserção no mundo do trabalho, bem como o desenvolvimento de ações de estímulo à participação juvenil na formulação de políticas públicas de juventude e de prestação de Serviço Voluntário (AVANTE, 2007).

Os jovens selecionados recebiam uma formação social e de qualificação profissional com carga horária total de 400 horas, sendo que 220 horas destinavam-se para ações transversais, envolvendo conteúdos de apoio ao desenvolvimento escolar (ADE), de inclusão digital, equidade, e na última edição (2007), incluiu-se um módulo específico sobre juventude e mundo do trabalho. Para o desenvolvimento destas ações, o CSJ/RMS contava com um espaço específico, denominado Estação da Juventude<sup>103</sup>, localizado na Estação Ferroviária da Calçada. As oficinas de qualificação profissional tinham carga horária de 180 horas, sendo que em 2007 foram oferecidas 15 oficinas de qualificação a partir dos arcos ocupacionais, agrupando as qualificações profissionais mais próximas, que resultaram na oferta de 33 cursos pelas entidades participantes (Ver anexo B e C). As atividades das oficinas de qualificação ocorriam nos espaços físicos das ONG's, que geralmente tinham ação territorializada em determinados bairros periféricos e/ou populares da cidade de Salvador, concentradas principalmente nas áreas centrais da cidade ou do Subúrbio Ferroviário (Ver anexo D).

No caso do CSJ/RMS, devem-se destacar duas especificidades que o diferenciavam dos demais Consórcios existentes. A primeira diz respeito ao conteúdo transversal de equidade, ofertado por entidades vinculadas ao movimento negro, componente curricular exclusivo do CSJ/RMS, que buscava dialogar com uma característica própria do perfil dos jovens atendidos, preponderantemente afrodescendentes. Além disso, a temática étnico-racial, as relações de gênero, a defesa dos direitos e a cidadania dos portadores de necessidades especiais também faziam parte dos conteúdos trabalhados no componente de equidade. Outra especificidade do CSJ de Salvador era o Balcão da Juventude, tecnologia social desenvolvida pela entidade âncora, com objetivo de dar suporte psicossocial aos jovens e atender as suas demandas sociais, jurídicas, psíquicas e biológicas.<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> O espaço da juventude, denominado “Estação da Juventude”, localizava-se numa área de fácil acesso, na Estação da Companhia de Transportes de Salvador - CTS (Antiga Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU), no bairro da Calçada. Este espaço servia como um “ponto de encontro” das ações do CSJ/RMS, das vivências e trocas de experiências entre as organizações da rede, dando visibilidade às ações desenvolvidas, bem como se constituía como um espaço de encontro dos jovens, além de facilitar aproximação e articulação do Consórcio com a sociedade metropolitana e o mundo do trabalho. A estrutura da organização da Estação de Juventude englobava os Núcleos de **Formação** (oficinas e palestras, atividades culturais e o Balcão da Juventude), **Informação** (biblioteca, videoteca e acesso internet), **Inserção** (aproximação com as empresas e o banco de oportunidades), **Inclusão Digital** (ciber solidário); e o Conselho Jovem (AVANTE, 2007).

<sup>104</sup> As ações do **Balcão** tinham as seguintes finalidades: 1) **Grupos de Orientação para Projeto de Vida**: tratava-se de encontros em que os jovens orientados por uma psicóloga e uma assistente social, refletiam sobre o seu perfil profissional, tiravam dúvidas sobre a profissão que gostaria de seguir ou passos necessários

Nos relatórios finais das edições do CSJ/RMS e nas entrevistas da equipe âncora do CSJ, a formação cidadã dos jovens atendidos aparece como um dos aspectos mais valorizados das ações do Consórcio, como o principal ganho social, muito mais do que a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Conclui-se que entidade âncora tinha clareza dos limites estruturais do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, em especial do Consórcio, no que tange à inserção dos jovens no mercado de trabalho, seja pelos desafios do ambiente interno (perfil dos jovens atendidos e a carga horária de formação profissional), como também do ambiente externo (elevadas taxas de desemprego metropolitano e os critérios de seleção e contratação da mão de obra). Assim sendo, a experiência do Consórcio se engendrava num campo de contradições em relação aos objetivos e às finalidades do programa, ao mesmo tempo em que se configurava como um laboratório de experimentação para a construção de uma política pública de atenção integral para os jovens pobres, conforme se evidencia no depoimento abaixo:

Tinha gente que achava que tinha que formar, formar mesmo, fazer tipo uma formação profissional, que você tinha que sair daqui torneiro mecânico, chapista, sem nenhuma condição, ofertando aqueles currículos [palavra indecifrável], sem máquina, precário... E tinha quem via que o Consórcio não ia formar mesmo e nem poderia formar, nem pela quantidade de horas, nem pelo público... meninos ainda em formação, nem pelo mercado, nem pela situação do mundo. Não é isso que a gente tava fazendo. Aí o Consórcio também chega nesse espaço de super contradições, quer dizer no mundo globalizado, o emprego do jeito que tá aí, o desemprego estrutural aí, as questões postas, o nível de [escolaridade]... enfim... essas mudanças todas do mundo do trabalho. As [instituições] que enxergavam a complexidade e dificuldade, eu me incluo, a gente ia por esse outro caminho, a gente tem que formar, ajudar esses meninos a criarem novas redes, a perceberem o mundo do jeito que ele tá, minimamente, e a procurarem onde é que eles vão ficar pra não ficarem no limo e serem essa coisa descartável, tentar fazer de alguma pra diminuir a iniquidade, aumentar a possibilidade de vida dessas pessoas, enfim... (Coordenadora geral do CSJ/RMS 2003-2004, 02/12/2010).

A ampliação da escolaridade e a constituição de redes de suportes sociais que auxiliassem os jovens na construção dos projetos de vida e sócio-profissionais, na orientação e encaminhamento para o mundo do trabalho aparecem como elementos diferenciais do Consórcio enquanto política pública:

---

para alcançá-la; 2) **Grupos de Desenvolvimento:** em grupos formados por até 25 membros, sob a orientação de psicólogos sociais, os jovens discutiam sobre sexualidade, drogas, conflito de gerações e violência, visando desenvolvimento pessoal e grupal; 3) **Orientação jurídica:** visava o esclarecimento e encaminhamento de questões jurídicas e de intermediação de pequenas causas, informando e orientando os jovens no que se refere aos seus direitos e deveres legais; 4) **Balcão da Juventude:** oferecia atendimento psicossocial em geral aos jovens, em alguns casos para os seus familiares, bem como encaminhamentos especializados; além da realização de oficinas teatrais e de sexualidade, passeios turísticos e serviço de informação relacionadas ao mercado de trabalho (AVANTE, 2007).

Acho que eu e outras instituições, algumas, tinha essa compreensão que o Consórcio não era pra profissionalizar. Se a gente inserisse, ótimo, ótimo!.. Apesar de ter a meta, e da gente se comprometer com ela, confesso a você que vibrava muito quando via um jovem dizer: “eu fiz vestibular e passei”. Eu dizia: “então meu filho se vira agora pra conseguir o seu financiamento, porque eu prefiro que esteja lá do que está empregado, porque dos empregos eu não sei”.. Nunca vi a inserção como a coisa mais importante que o Consórcio podia dá, por isso que fico frustrada dele não ter... se transformado em algo permanente, uma política pública. Eu vejo [como] mais importante a ampliação de educação para esses jovens... Esse apoio que o centro [ Estação da Juventude] dava, quer dizer um lugar pros jovens de se conhecer, pra se descobrir discutir, de se relacionar, fazer a sua rede, quem que sobrevive hoje sem rede?... Quem vive no mundo sem rede? (Coordenadora geral do CSJ/RMS 2003-2004, 02/12/2010).

Na visão da coordenadora da entidade âncora, o Consórcio da Juventude era uma ação afirmativa que se diferenciava dos outros programas públicos destinados à formação profissional dos jovens por oferecer uma formação integral que contribuía para exercício da cidadania dos jovens, ajudando a estabelecer metas para o futuro e construir um projeto de vida, bem como possibilitou a aproximação e a convivência juvenil através da Estação da Juventude, e sua circulação e apropriação da cidade. Decerto, enquanto uma ação afirmativa o seu grau de cobertura em relação à Região Metropolitana de Salvador é mínimo, se consideramos que começou um projeto-piloto e se expandiu muito pouco, atendendo em 4 anos aproximadamente 5.000 mil jovens. Contudo, foi uma experiência que contribuiu:

...Acho que ajudou muito aos meninos a se enxergarem de uma forma diferente... Essa ideia de você... querer, que não é bem assim, que você não pode querer ser estrela senão trabalhar um pouquinho para poder chegar lá. “Você quer ser médico?” Você pra ser médico, agora tem que fazer pra ser médico, por onde você tem que caminhar, você tem que conseguir, que programa você tem que estabelecer... O Consórcio ajudou os meninos a planejar a vida. ...Acho que a Estação aproximou os meninos que jamais falariam com o outro porque era de tal lugar. Além de conhecer a cidade, se apropriando da cidade, jovens que moram no subúrbio e nunca tinha visto onda... Acho que é uma estrutura pública completa, tem que ter isso pros órgãos públicos... uma rede de serviços servindo ao coletivo e tratando as pessoas como pessoas inteiras; então não é o aluno, o trabalhador, o dependente de droga, o negro excluído. Não, é um sujeito. (Coordenadora geral do CSJ/RMS 2003-2004, 02/12/2010).

Para além desses aspectos destacados pela coordenadora do CSJ, há de interrogar até que ponto a sua virtuosidade enquanto ação afirmativa consegue neutralizar ou anular as expectativas frustradas dos jovens atendidos por um programa que tinha como objetivo qualificar e inserir no mercado de trabalho. Ao avaliar as ações do PNPE, uma integrante da coordenação de inserção da 3ª e 4ª edição do CSJ/RMS, aponta nesta direção:

Olha, a ação afirmativa pra mim, é ação afirmativa. Quer dizer, ela não resolve o problema, um paliativo, que não pode ficar para todo tempo, exatamente por essas características. O que a gente mais queria era política pública de educação que fizesse realmente qualidade, que pudesse preparar profissionais competentes. Então eu acho que é uma política pública ainda muito deficiente... e faz com que realmente esse jovem tenha muito pouco expectativa, isso que eu acho que é mais injusto. Você sentir que as expectativas são pequenas e que as armas que ele[tem], coitado, não são suficientes pra o enfrentamento dessas dificuldades, né?  
Agora assim, a gente fez diferença na vida dessas pessoas... Eu acho que uma coisa que o consórcio ajudou muito foi exatamente nessa definição de objetivos de vida...projeto de vida. O que é que sou? O que é que eu quero? Pra onde vou?  
 (Integrante da coordenação inserção do CSJ/RMS, 3ª edição, 22/07/2010).

O que se observa a partir das “falas” dessas entrevistadas é que as ações do Consórcio Social da Juventude foram gestadas em um campo de contradições que envolvem dimensões, processos e atores distintos. Do ponto de vista dos executores, o ganho social de suas ações se concentrou no processo formativo para a cidadania, a construção de suportes sociais que auxiliem os jovens nas suas transições para o mundo do trabalho e para a vida adulta. Por outro lado, ao que tudo indica, tais aspectos não foram levados em consideração pelo governo federal, uma vez que pouco ou quase nada do formato das ações do Consórcio Social da Juventude foram incorporados aos programas públicos destinados à juventude, prevalecendo o modelo tradicional de qualificação profissional. Por isso, há na avaliação da equipe executora um sentimento de frustração, já que alentavam o sonho de que os diferenciais do Consórcio pudessem ser incorporados a uma política integral de juventude, o que se assemelha, em parte, à proposta formulada por Márcio Pochmann (2007) de criação de uma Agência Nacional para Inserção Ocupacional da Juventude<sup>105</sup>.

Do ponto de vista dos jovens atendidos, dadas as especificidades do seu perfil conforme veremos a seguir, o ganho social das ações do Consórcio acima aludidas podem assumir sentidos e possibilidades diferenciadas, sendo necessário identificar para quais jovens o estabelecimento de metas e a construção de um projeto de vida, e por conseguinte, a sua efetivação social enquanto percurso sócio-profissional se constituía como uma probabilidade futura do possível, principalmente quando no tempo presente, as experiências de formação profissional e a inserção no mercado de trabalho são gestadas sob o signo da incerteza, do instável e do precário. Aqui, as tensões e as contradições entre as biografias eletivas e os

<sup>105</sup> De acordo com Márcio Pochmann (2007, p.82-83), “... deixado à mercê do funcionamento do mercado de trabalho, o jovem continuará tendo de seguir um caminho muito difícil. É por isso que caberia – sobretudo no caso brasileiro, conhecido pela enorme parcela jovem em sua população – a definição e constituição de uma agência direcionada especificamente ao ingresso da juventude no mercado, cuja estrutura de ação poderia ser estar fundada em, pelo menos, seis linhas de ação: Serviços de informação a juventude; Centro de expressão e criatividade da juventude; Unidades de monitoramento da inserção ocupacional; Sistema nacional de treinamento e formação profissional do jovem trabalhador; Programa Nacional de Promoção de Trabalho para a Juventude; e Medidas de postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho”.



constrangimentos sociais que modelam e interferem na definição dos projetos de vida dos jovens não podem ser ignorados conforme evidenciamos no capítulo 1. De igual modo, há que se destacar que as expectativas e motivações dos jovens em relação ao Consórcio, enquanto mecanismo político de mediação com o mercado de trabalho e de acesso ao primeiro emprego, incide diretamente nesse processo, bem como a história de vida dos sujeitos jovens. Disso decorre uma indagação que necessita ser respondida: a quem se destinava o Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador?

### **5.2.3. O perfil dos jovens atendidos**

Nas quatro edições do CSJ/RMS foram qualificados mais de 5.000 jovens, elegíveis a partir dos critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho. O perfil dos jovens atendidos apresenta relativa regularidade estatística quando se analisa a distribuição percentual a partir das variáveis: sexo, cor, faixa etária e escolaridade (Ver tabela 21). De acordo com os dados apresentados na tabela abaixo, o público alvo do CSJ/RMS era composto em sua maioria de jovens afrodescendentes (94% em 2006 e 91% em 2007), o que é coerente com o peso da população negra na Região Metropolitana de Salvador. Além disso, observa-se a presença preponderante das jovens mulheres em todas as edições, sempre acima de 50%, chegando ao patamar de 61% dos jovens participantes da 4ª edição em 2007. A participação das jovens mulheres no CSJ/RMS esteve acima da sua participação média na composição da população juvenil da Região Metropolitana para o mesmo período. Dentre os fatores explicativos, deve-se considerar que as elevadas taxas de homicídios entre jovens pobres e negros é um dos fatores sociais que interferem na razão de sexo dos jovens metropolitanos, como é o caso de Salvador, e principalmente em bairros populares, a exemplo do Subúrbio Ferroviário.

**Tabela 21- Perfil dos Jovens qualificados pelo Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador – 2004 a 2007**

Perfil dos Jovens do CSJ/RMS	Ano			
	2004	2005	2006	2007
<b>Sexo</b>				
Masculino	43%	49%	42%	39%
Feminino	57%	51%	58%	61%
<b>Cor</b>				
Parda	-	-	26%	29%
Preta	-	-	68%	62%
Branca	-	-	04%	05%
Amarela	-	-	01%	02%
Indígena	-	-	01%	02%
<b>Faixa Etária</b>				
16 a 18 anos	41%	35%	26%	28%
19 a 21 anos	47%	43%	51%	46%
22 a 24 anos	12%	22%	23%	26%
<b>Escolaridade</b>				
Fundamento Incompleto	33%	15%	16%	16%
Fundamental Completo	38%	05%	0%	0%
Médio Incompleto	01%	51%	54%	53%
Médio Completo	29%	29%	30%	31%
<b>Total Geral(Abs)</b>	<b>1.104</b>	<b>1.387</b>	<b>1.319</b>	<b>1.254</b>

Fonte: Ministério do Trabalho, 2009 apud Mendonça (2009); Avante (2006, 2007).

Nota: 1) Os dados referentes a cor foram retirados dos Relatórios Finais das edições do CSJ/RMS 2006 e 2007. Não foram encontradas informações para os anos 2004 e 2005.

Quanto à distribuição dos jovens beneficiários por faixa etária, constata-se que concentravam-se na faixa etária de 19 a 21 anos. Os dados da tabela acima indicam que, a partir da segunda edição, aumentou relativamente a proporção de jovens de 22 a 24 anos. Em 2004, 59% dos jovens tinham entre 19 e 24 anos, percentual que se eleva para 72% em 2007. Da mesma maneira, também se observa no decorrer das edições do CSJ/RMS uma mudança expressiva do nível de escolaridade dos jovens selecionados, de tal forma que jovens com ensino médio incompleto passaram a ser preteridos, já que o Ministério do Trabalho estabelecia o percentual máximo de 30% para jovens com ensino médio completo. Para a coordenadora da entidade âncora, a experiência da primeira edição do Consórcio havia demonstrado que o ensino médio completo se constituía num requisito mínimo exigido pelo mercado de trabalho, daí a necessidade de homogeneização do nível de escolaridade, de modo a assegurar maiores probabilidades de cumprimento da meta de 30% de inserção dos jovens qualificados.

Além dessas variáveis básicas, as condições socioeconômicas das famílias, as motivações dos jovens para participar do Consórcio merecem um breve comentário. A esse respeito, o banco de dados da Avante sobre o perfil dos 1.254 jovens qualificados da 4ª edição

(2007)<sup>106</sup> dispõe de informações interessantes. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a maioria dos jovens atendidos dessa edição era solteira (96%), morava com a mãe<sup>107</sup> (87%), não tinha filhos (91%). Em relação à composição do grupo doméstico, 21% dos jovens declararam que viviam em domicílios com até 3 membros, 46% em domicílios de 4 a 5 membros e 33% viviam em domicílios com 6 ou mais membros. Além disso, 70% dos jovens moravam em domicílios em que apenas um membro da família trabalhava e 30% eram membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A motivação inicial para participar do Consórcio Social da Juventude é um segundo aspecto a ser destacado. Do total de respostas válidas<sup>108</sup>, 62% tinham como o motivo principal iniciar ou aprender uma profissão, 32% conseguir um emprego e apenas 2% gostariam de abrir o próprio negócio. Portanto, a expectativa inicial de boa parte dos jovens girava em torno da aquisição da qualificação profissional e da inserção no mercado de trabalho.

Em síntese, tratava-se de jovens pobres, oriundos de famílias de baixa renda, moradores de bairros populares, geralmente estigmatizados como lugares marginais<sup>109</sup>, que viviam em domicílios em que apenas um membro da família trabalhava, cuja motivação inicial era justamente a formação profissional e a conquista de um primeiro emprego. De fato, a história de “Lucinéia e do seu filho Luciano”, relatada na matéria do Jornal Correio da Bahia, sintetiza em boa medida a condição social e as expectativas materiais e simbólicas dos jovens atendidos pelo Consórcio Social da Juventude da metrópole baiana.

#### **5.2.4. A “difícil” tarefa de inserir jovens pobres no mercado de trabalho metropolitano**

Um último aspecto a ser destacado do CSJ/RMS refere-se à inserção dos jovens qualificados no mercado de trabalho metropolitano baiano.

---

<sup>106</sup> Na 4ª edição, as fichas cadastrais dos jovens inscritos no CSJ/RMS eram alimentadas no Sistema de Banco de Dados da AVANTE. Este banco contém informações; escolaridade; experiência de trabalho anterior; motivos da participação no CSJ; Ocupações pretendidas; Curso e turma que frequentou no CSJ; Formas de inserção no Mercado de Trabalho; Formas de Encaminhamento para MT; -Dados sobre as empresas; Motivos da Evasão.

<sup>107</sup> Esta informação não permite captar a natureza do arranjo familiar, ou seja, se trata uma família composta por mãe e filhos. No entanto, os estudos sobre família e mercado de trabalho indicam que a Região Metropolitana de Salvador é uma das regiões do país com maiores indícios de domicílios chefiados por mulheres, com proporções médias mais elevadas entre as famílias em situação de pobreza (BORGES, 2006)

<sup>108</sup> 30% dos jovens não informaram o que motivou a participar do Consórcio, o que corresponde em termos absolutos a 410 jovens qualificados.

<sup>109</sup> Sobre a construção social dos bairros periféricos como “lugares marginais ver os estudos realizados por Gey Espinheira (2004) e José Raimundo Santos (2004) sobre a criminalidade no cotidiano na vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Em linhas gerais, o que se constata no discurso da equipe executora é que a experiência acumulada nas edições do CSJ/RMS possibilitou um aprendizado e entendimento da complexidade da questão da inserção do mercado de trabalho, e dos limites do programa enquanto resposta política ao desemprego de jovens em situação de vulnerabilidade social. Tanto nos documentos quanto nas falas da equipe executora, a inserção dos jovens do Consórcio aparece como um desafio que estava para além da realização de suas edições. Tal diagnóstico, a nosso ver, se fundamentava a partir de um conjunto de fatores relacionados às discrepâncias entre: a) o perfil dos jovens qualificados e as credenciais escolares e habilidades profissionais exigidas pelas empresas demandantes da mão de obra juvenil; b) os critérios discriminatórios e os preconceitos velados existentes nos processos seletivos contra jovens pobres, pretos e da periferia, ou então, de jovens de projetos; c) as especificidades da intermediação da mão de obra para jovens pouco socializados para o trabalho; d) as contradições entre o curso de qualificação ofertado (genérica versus específica) e as vagas captadas no mercado de trabalho; e) e por fim, a própria dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho metropolitano, com elevadas taxas de desemprego para jovens.

Do ponto de vista da dinâmica do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, o período de vigência das edições do CSJ foi marcado por uma conjuntura totalmente desfavorável aos jovens na faixa etária de cobertura do programa, que estavam à procura de trabalho. As taxas de desemprego para jovens de 16 a 24 anos se mantiveram nesse período em patamares elevados, sendo acima da média registrada para o Brasil Urbano e Brasil Metropolitano, apesar de melhora do crescimento da economia regional e expansão da oferta de emprego na RMS a partir de 2004. Aliados à incapacidade estrutural do mercado metropolitano, os critérios de seletividade adotados pelas empresas contratantes quanto à escolaridade, o ensino médio completo se configuram como uma primeira barreira para inserção dos jovens qualificados pelo Consórcio, ou seja, 70% dos jovens do CSJ já estavam em desvantagem na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, “... *considerando-se as exigências que empurram para o fim da fila os pretendentes a postos de trabalho com menos de 11 anos de estudo*” (AVANTE, 2007, p. 59).

Para além da escolaridade, outro fator identificado pelos executores do CSJ como impeditivo à inserção era a ausência de habilidades básicas e pessoais, tais como *saber ler, escrever, contar, falar, se expressar*, fazendo com que a qualificação tivesse um caráter muito mais genérico do que específico, daí porque os conteúdos de formação básica (ADE, Inclusão Digital...etc) passaram a ocupar uma carga maior do que a destinada a formação profissional a partir da 3ª edição. Contudo, tratava-se de demandas que o Consórcio não poderia suprir com

uma carga limitada (400 horas), explicitando a fissura existente entre o sistema de ensino e o mundo do trabalho, conforme afirma a entrevistada no depoimento abaixo:

É... aprendemos que a questão que tava basicamente impedindo a entrada no mercado era ler, escrever, contar e falar, então a gente conseguiu aumentar as horas de leitura e escrita, e matemática e expressão, linguagens de um modo em geral, em detrimento também da qualificação. Percebemos que a qualificação não tinha esse peso todo.... [Aprendemos] que esses jovens podiam se inserir, que o mercado na Bahia era um mercado basicamente de serviços, o mercado industrial é muito incipiente e difícil pra esse jovem de primeiro emprego acessar, que o acesso seria mais pelo serviço, pelo comércio, é...o ramo de hotelaria e turismo, comércio mesmo, serviços de um modo em geral. Então, a qualificação profissional tinha que ser uma qualificação mais genérica, não tão focada em alguma habilidade específica, porque poucos entravam (Coordenadora geral do CSJ/RMS 2003-2004, 02/12/2010).

Aliada ao déficit de habilidades básicas requeridas pelo mercado de trabalho, uma terceira constatação diz respeito ao fato de que o encaminhamento dos jovens para o mercado de trabalho requer orientação e treinamento prévio, o “*jovem não pode chegar lá sozinho*”, para utilizar uma expressão cunhada pela coordenadora geral do Consórcio. A experiência das primeiras edições havia apontado que os jovens atendidos eram pouco socializados para o mundo do trabalho, no que diz respeito ao aprendizado das regras, das atitudes e comportamentos exigidos nos processos seletivos formais realizados pelas instituições públicas de intermediação de mão de obra, como o SINE e SIMM, ou realizados diretamente pelas empresas; como também em relação às noções básicas da organização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores. Nesse aspecto, investiu-se intensamente no processo de inculcação ideológica e disciplinamento do corpo juvenil demandante de uma vaga no mercado de trabalho. Para tanto, foram desenvolvidas várias estratégias que envolviam desde a elaboração de cartilha; material didático específico sobre juventude e mundo do trabalho; a realização de simulações e de pré-seleções para avaliar a “*performance*” dos jovens; orientações relacionadas à forma de se vestir e de se portar nas entrevistas de emprego, elaboração de currículo etc.; até “*o passar de sala em sala*” para explicar aos jovens o que era o trabalho e o mercado de trabalho.

Esse processo também esteve acompanhado do esforço de desconstrução de uma representação negativa do trabalho e da desvalorização do trabalho manual. Na visão da equipe técnica, essas construções negativas ganham expressão concreta na rejeição de alguns jovens em participar de seleções para empregos considerados de baixo prestígio social ou que demandasse esforço físico, considerados como indignos. Daí a importância do valor social do trabalho.

Existe, e aqui na Bahia isto é fortíssimo, uma rejeição ao trabalho. Trabalhar aqui Bahia é mal visto...porque o rico não gosta de trabalho porque é coisa de pobre, o pobre não gosta de trabalhar porque é coisa de escravo, ele não gosta vírgula, no discurso entendeu?...No imaginário. Isso atrapalha profundamente porque quando você... no fundo todo mundo tem que trabalhar ( risos)... aí quando você entra com a realidade do que é o trabalho, e aí todo mundo quer um trabalho glamoroso, ninguém quer trabalhar em algo que seja menor.... Então quando você entra com o discurso vamos malhar, ninguém quer. E tinha jovem que dizia não, teve jovem de ser chamado, de vir pra entrevista conosco pra ser preparado e quando a gente dizia “ olhe, o trabalho é esse, tipo o trabalho de ficar no balcão de atendente”, - “não quero isso não, isso é muito pouco, não me interessa. Isso? Não” (Coordenadora geral do CSJ/RMS 2003-2004, 02/12/2010).

Uma das estratégias utilizadas para desmistificar a “rejeição ao trabalho menor” foi a realização de palestras com convidados externos, inclusive a presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas de Salvador.

Por outro lado, a existência de uma mão de obra abundante no mercado de trabalho contribuía para que as empresas estruturassem seus processos seletivos a partir de critérios que priorizavam a contratação de trabalhadores mais qualificados, que nem sempre correspondiam aos pré-requisitos necessários para participação do processo seletivo e execução da tarefa, limitando as possibilidades dos jovens trabalhadores sem experiência de obterem uma vaga no mercado de trabalho. Dessa forma, as expectativas das empresas sempre estavam aquém da realidade dos jovens do Consórcio, ou melhor:

... na contramão do perfil do público alvo do CSJ, situação agravada pela incipiente percepção do empresariado brasileiro quanto estímulo ao primeiro emprego como um meio de Responsabilidade Social. (AVANTE, 2007, p. 67)

A gente contava com a confiança social desses empresários, de pessoas que soubesse que essa juventude, que tem toda uma situação de vulnerabilidade, precisava de uma chance e isso é muito difícil, não é? Nós tivemos, por exemplo, alguns empresários que solicitavam os meninos e a gente mandava, tipo assim, dez. Não passava! Mais dez. Não passava! Então, você viu o seguinte: é porque tá querendo algo... completamente descontextualizado do tipo de público com o qual a gente lida. E aí, a gente via que o problema do perfil, de nível exigência, e isso sabe pra quê? Pra trabalhar em restaurante, servindo mesa! (Integrante da coordenação inserção do CSJ/RMS, 3ª edição, 22/07/2010).

Além disso, os critérios discriminatórios em relação à aparência física, a cor da pele e preconceitos velados contra os jovens de bairros periféricos eram práticas adotadas pelas empresas nos processos seletivos, tal como releva o depoimento abaixo:

Tem empresa...aí é outro lado da história, né? É, colocam tantos requisitos, tantas restrições que parece que não tá no Brasil, que não tá na Bahia! Por que vai desde a aparência física, loiro do olho azul. Então, você tá onde meu filho, né? ...A gente teve que fazer um trabalho também junto as empresas, de mostrar o que era o

programa, qual era o propósito (Integrante da coordenação inserção do CSJ/RMS, 3ª edição, 22/07/2010).

Quando um cara... diz “não fiquei porque é gordinha” , você dizer: “não, isto é um preconceito, a menina é boa, ela é inteligente, ela é esperta”, tem outras tarefas que ela pode desempenhar e isso não pode ser motivo. Alguns a gente chegou até ameaçar: “você sabe se isso for pra imprensa, você pode ser ...sei lá... denunciado, né? “A gente conseguiu, por exemplo acabar com boa aparência” (Coordenadora geral do CSJ/RMS 2003-2004, 02/12/2010).

Não é por acaso que os jovens entrevistados que moram em bairros estigmatizados como violentos, perigosos, tendem a omitir o real endereço de moradia. Por outro lado, a distância do local de moradia geralmente pesa no momento de contratação, uma vez que as empresas alegam que isso onera o custo de folha de pagamento, como também o tempo de deslocamento do trajeto casa-trabalho, configurando-se como uma desvantagem social para jovens que residem em bairros interiorizados da cidade de Salvador, a exemplo de algumas localidades do Subúrbio Ferroviário ou Cajazeiras, restando-lhes na maioria das vezes o trabalho precário em pequenas empresas ou lojas do comércio local ou as atividades informais.

A adjetivação “jovem de projeto” (NOVAES, 2006), em geral atribuída a jovens moradores de áreas urbanas marcadas pela pobreza e violência que são assistidos por projeto sociais desenvolvidos por ONG’s, também era um rótulo social atribuído aos jovens do Consórcio, nem sempre bem visto pelos empresários. Segundo relatos da coordenadora da equipe de inserção das primeiras edições, os empresários no início tinham dificuldades de aceitar a ideia de contratar jovens para suas empresas, orientados por uma imagem negativa dos jovens do Consórcio: “*Ah, meninos de projeto? Meninos de projeto dá muito trabalho! [sic]*”. Essa foi uma expressão que ele escutou de empresários em algumas ocasiões quando apresentou as ações do Consórcio. Tal expressão estava carregada de ambiguidades, pois, de um lado incide sobre ela a ideia de jovens sabedores dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos e trabalhadores, com a autoestima elevada, de tal forma que não se submeteriam a qualquer situação de trabalho. Mas por outro lado, essa imagem era construída a partir do comportamento dos jovens do Consórcio considerados inadequados no ambiente de trabalho (furtos, destruição de mercadorias), que reforçavam a ideia de que parte daqueles jovens não queria trabalhar. A informante declarou que recebia queixas de alguns empresários, “*olha, peguei fulano quebrando as canetas pela filmadora da loja, o que faço?*”? Em tais situações, a informante ficava desesperada, porque moralmente se sentia responsável por aquele jovem não ter dado certo naquele emprego. Essas situações também fizeram com que determinada empresa passasse a realizar nos processos seletivos verdadeiros inquéritos sobre a vida

peçoal dos jovens, inclusive “queria conhecer os pais dos jovens”, declarou a informante, para averiguar maiores informações sobre o comportamento dos filhos e com base nisso decidir pela contratação ou não dos jovens do Consórcio.

Entretanto, havia as empresas de grande porte no setor de serviços ou comércio, que estavam à busca de determinado perfil de jovem trabalhador, dos chamados jovens de atitudes, dispostos a engajar-se na cultura do trabalho flexível. O exemplo da C&A, uma das maiores lojas de departamento do país, é um caso típico conforme relatou a coordenadora da equipe de inserção das primeiras edições:

... Muitas empresas quando é primeiro emprego assim, não exigiam, não precisava ser... Por exemplo, pra trabalhar na C&A, o que você precisa? Precisa ser esperto, precisa ter uma, não é ser bonito, não é isso. A C&A quer é, atitude! Pronto, achei a palavra, atitude! ... C&A e outras lojas de departamento parecidas que querem as meninas de atitude. Então pode ter o cabelãaaa, desde que seja bem tratado, nenhum problema! Pode botar o brincão, pode botar, botar um batom mais [exagerado]..., não é? Mas tem que fazer uma provinha de português e matemática, meu amigo! Um ditado, uma compreensão de texto, senão é.... Pra ser carregador de roupa, entendeu? Então, a gente antes de mandar pra lá fazia uma prova porque senão tirasse seis na prova... E pra tirar seis, meu filho, fazer contas de dividir, minha nossa senhora! Conta de dividir, meu amigo, é problema, é problema. (Coordenadora da equipe de inserção do CSJ/RMS, 1ª e 2ª edição, 07/01/2011).

O entendimento de que as habilidades básicas tinham uma importância acentuada para a contratação de jovens encaminhados pelo Consórcio fez com que a coordenação executiva pressionasse as demais entidades executoras a ofertarem cursos de qualificação profissional, de natureza mais genérica, que se adequassem às demandas exigidas naquela conjuntura pelo mercado de trabalho. Boa parte dos cursos inicialmente oferecidos apresentava um total descompasso com o que era exigido pelo mundo do trabalho em termos de habilidades e competências pessoais e profissionais, sendo que a escolha dos mesmos se dava a partir de critérios arbitrários ou a partir da missão institucional das ONG's, sem a realização de um estudo prévio de demanda de mercado.

Na avaliação das entrevistadas da equipe técnica, nem todas as instituições executoras conseguiam perceber a complexidade do programa, de modo que a qualificação era vista como algo desvinculado da inserção dos jovens no mercado de trabalho, inclusive algumas defendiam que isso não era tarefa delas, mas do governo federal. Embora na última edição tenha se adotado que a oferta das oficinas de qualificação profissional se estruturaria a partir de um arco ocupacional definido conforme as especificidades do mercado de trabalho local, o que prevaleceu nas quatro edições do Consórcio foi uma completa dissociação entre a



qualificação obtida pelos jovens e a inserção no mercado de trabalho. Neste sentido, José Humberto da Silva (2009), ao analisar os dados da inserção dos jovens da 3ª edição do CSJ/RMS, concluiu que dos 30% dos jovens inseridos, apenas 4,2% encontraram uma vaga de trabalho correlata à “qualificação” obtida.

Por sua vez, os números de jovens inseridos do Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador, conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho (ver tabela 22), apontam que em 4 anos foram inseridos aproximadamente 1.347, o que corresponde a 26,6% do total de jovens qualificados no mesmo período. Como podemos verificar nos dados da tabela 22, exceto no primeiro ano, as taxas de inserção estiveram próximas (2005 e 2006) ou um pouco acima da meta 30% de inserção (2007), prevista pelo Termo de Referência do Consórcio.

**Tabela 22 - Número de Jovens qualificados e inseridos no mercado de trabalho pelo Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador 2004-2007**

Descrição	Ano				Total
	2004	2005	2006	2007	
Qualificados	1.104	1.387	1.319	1.254	5.064
Inseridos	172	402	383	390	1.347
Taxa de Inserção (em %)	15,6	29,0	29,0	31,1	26,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2009) apud Mendonça (2009).

Esses números confirmam que a inserção se constituiu no calcanhar de Aquiles do Consórcio Social da Juventude, e do Programa Nacional do Primeiro Emprego de uma forma em geral, evidenciando não só os limites do programa focalizado, mas também que não existem vagas para todos no mercado de trabalho. Além disso, quando se analisa a distribuição dos jovens inseridos conforme as formas de inserção, conclui-se que a dinâmica de inserção do Consórcio reproduziu a dinâmica mais ampliada da precarização do trabalho e do mercado de trabalho metropolitano. Embora os dados contidos na tabela 23, produzidos a partir de informações disponibilizadas pela entidade âncora do Consórcio, apresentem certa discrepância com os dados da tabela anterior do Ministério do Trabalho, especificamente em relação ao total de inseridos no ano de 2007, verifica-se que o sonho do primeiro emprego se concretizou para poucos. Estima-se que em quatro anos, apenas 28,5% dos jovens inseridos acessaram o mercado de trabalho através do emprego formal; e 15,6% através de estágios ou na condição de menor aprendiz. Mas por outro lado, o destino ocupacional de 51,8% dos jovens inseridos foram as formas alternativas de emprego e renda, ou seja, o leque de atividades/ocupações que engloba desde a abertura de microempresa pelo jovem, o registro como profissional autônomo; financiamento para implantação de empreendimento próprio;

prestação de serviços a terceiros, mediante contrato; até participação em associação ou cooperativa de trabalho.

**Tabela 23 - Distribuição dos jovens inseridos por formas de inserção no mundo do trabalho Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador- 2004 a 2007**

FORMAS DE INSERÇÃO	Ano				Total
	2004	2005	2006	2007	
Emprego formal	35,8	41,0	17,3	21,0	28,5
Estágio	15,0	5,6	1,3	5,5	5,5
Menor aprendiz	0,0	0,0	20,3	16,9	10,1
Formas alternativas de emprego e renda	49,1	49,9	52,6	55,2	51,8
Sem classificação	0,0	3,5	8,5	1,4	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Avante. Elaboração própria.

Nota: 1- Dados parciais para o ano de 2007. Não foram encontradas informações sobre o número total de jovens inseridos na 4ª edição.

Portanto, a inserção de jovens das camadas mais pobres da classe trabalhadora envolve uma trama complexa de elementos que estão para além do processo de inculcação ideológica e da socialização juvenil para mundo do trabalho em constante mutação, estando diretamente vinculada aos processos estruturais que modelam as possibilidades de acesso dos jovens a um trabalho socialmente protegido, e aos processos sociais abrangentes que interferem na construção das trajetórias e itinerários de jovens, como as desigualdades socioeconômicas incrustadas nas histórias de vida deles. Estariam os jovens pobres da cidade de Salvador, assistidos pelo Consórcio, condenados as situações recorrentes de desemprego e trabalho precário? Quais as possibilidades de reversão desse destino provável?

Neste sentido, ir ao encontro de jovens egressos do Consórcio na cidade de Salvador e ouvi-los a respeito de suas trajetórias e itinerários pelo mundo do trabalho na metrópole baiana, sobre as suas experiências de trabalho e não-trabalho e os sentidos atribuídos ao trabalho enquanto dimensão mediadora e efetiva da condição juvenil e dos projetos de futuro se constituiu como um passo seguinte do nosso itinerário de pesquisa.

### **5.3. Os critérios de seleção dos jovens entrevistados**

O processo de escavação do objeto de pesquisa, e consequente o trabalho de análise dos documentos e as entrevistas realizadas com a equipe técnica da Avante que participou das ações do CSJ/RMS possibilitou uma compreensão ampliada das múltiplas dimensões e da complexidade que envolvia a operacionalização desse programa, do seu público-alvo e o

contexto do mercado de trabalho metropolitano. Para tanto, tínhamos que fazer escolhas e adotar estratégias metodológicas. Duas questões iniciais se impuseram ao trabalho de campo: quais jovens seriam investigados e como encontrá-los?

Antes mesmo de explicitar os critérios usados para seleção dos entrevistados, é importante ressaltar que adotamos como estratégia metodológica a realização de um estudo de caso. De acordo com Yin (2005) a realização de um estudo de caso não acontece aleatoriamente ou porque se trata de uma estratégia metodológica de fácil aplicação. Assim como qualquer outro tipo de investigação científica, a sua validade depende dos objetivos e pressupostos teóricos de determinado projeto de pesquisa. De acordo com Bourdieu, Chamboderon e Passeron (2004) as escolhas das técnicas mais empíricas da pesquisa não estão dissociadas das escolhas teóricas, de tal forma que a opção por realizar um estudo de caso e a definição de sua amostra não é acidental, e nem tampouco desprovida de rigor científico.

Optamos pela realização de um estudo de caso, de caráter qualitativo, por entendermos que se trata uma modalidade de pesquisa que oferece vantagens analíticas para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa. Pela própria natureza da pesquisa qualitativa, a lógica de análise dos dados não se fundamenta nos princípios da *generalização empírica*, típica do método quantitativo, isto é, a *indução estatística*. Mas na generalização analítica, também denominada de *indução analítica*, na qual se procura a partir de um caso concreto, ou pequeno número de casos, identificar as suas características essenciais ou propriedades constitutivas, podendo ser aplicados a outros casos similares (PIRES, 2008).

Os casos estudados, enquanto microunidades sociológicas, condensam em si aspectos e propriedades macrossociais. Isto significa que cada entrevistado é muito mais do que um simples informante, é “...portador de uma cultura e das subculturas às quais ele pertence e das quais ele é representativo” (MICHELAT, 1975, p.232 apud PIRES, 2008,p. 194), ou seja, cada jovem entrevistado é portador de uma trajetória e experiência de trabalho, através da qual é possível compreender as mutações do mundo do trabalho na sociedade brasileira e soteropolitana. Além disso, cada caso estudado nos possibilita compreender, a partir de suas especificidades, a situação de outros sujeitos que compartilham das características sociais comuns, portanto, da mesma condição e situação social. Isso significa que a partir de uma pequena amostra de entrevistados, é possível apreender aspectos globais de um processo ou fenômeno social e proceder a generalizações teóricas a respeito do objeto pesquisado. Para tanto, o pesquisador precisa ter clareza do que pretende investigar e com base nisso

estabelecer a unidade de análise do estudo de caso e os princípios de escolha do (s) caso(s) a ser investigado(s).

Definimos como recorte empírico de investigação e unidade de análise os jovens egressos do Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador. Optamos pela constituição de uma amostra de múltiplos casos, a partir da diversidade de casos no interior do grupo estudado. Inicialmente, havíamos estabelecido como critério de definição da amostra apenas os jovens egressos que efetivamente foram inseridos no mercado de trabalho pelo Consórcio Social da Juventude. Contudo, avaliamos que este critério praticamente inviabilizava a própria realização da pesquisa empírica, pois demandaria um maior tempo para localizar os jovens inseridos, já que apenas 30% do total de jovens qualificados se inseriram no mercado de trabalho através do Consórcio. Então, a seleção da amostra teve como critério básico a diversificação dos casos a partir das formas de inserção no mercado de trabalho, ou seja, jovens egressos que no momento de realização da entrevista encontravam-se posicionados na cartografia do mercado de trabalho metropolitano na condição de desempregados ou de ocupados; inseridos ou não no mercado de trabalho pelo Consórcio. Além desse critério, buscou-se diversificar os casos a partir do sexo, idade, escolaridade, local de moradia. Contudo, estes critérios não tinham um estatuto rígido, já que possíveis ajustes poderiam ocorrer no próprio desenrolar da pesquisa de campo, a depender das dificuldades encontradas.

Uma vez definidos esses critérios, o passo seguinte foi justamente ir ao encontro dos jovens egressos, localizá-los e entrevistá-los. De fato, enquanto pesquisador estava diante de uma tarefa nada fácil, se considerar que entre o período de realização das entrevistas (2010-2011) e o período de realização das edições do Consórcio (2004 – 2007) haviam se passado no mínimo quatro anos, tempo suficiente para que ocorresse um conjunto de eventos desfavoráveis à realização da pesquisa, tais como mudanças de endereço, de número de telefone etc. Por isso, adotamos como estratégia de localização dos jovens e de realização das entrevistas a técnica da bola de neve, também conhecida como cadeia de informantes. Como já mencionamos, as entidades executoras das oficinas de qualificação do Consórcio, em geral, desenvolviam ações territorializadas nos bairros populares da cidade de Salvador, o que significa que boa parte dos jovens que participaram das ações do CSJ/RMS residia em bairros nos quais essas instituições estão presentes. Portanto, a estratégia que utilizamos para localizar os entrevistados foi através de informantes da Avante, que desenvolve um conjunto de projetos sociais no Bairro do Calabar; e um informante da Sociedade Primeiro de Maio, localizada no bairro de São João do Cabrito (Novos Alagados), no Subúrbio Ferroviário de

Salvador. Em linhas gerais, a amostra de casos se formou a partir de rede de informantes, constituída por integrantes da Avante e uma informante da Sociedade Primeiro de Maio, além dos jovens entrevistados.

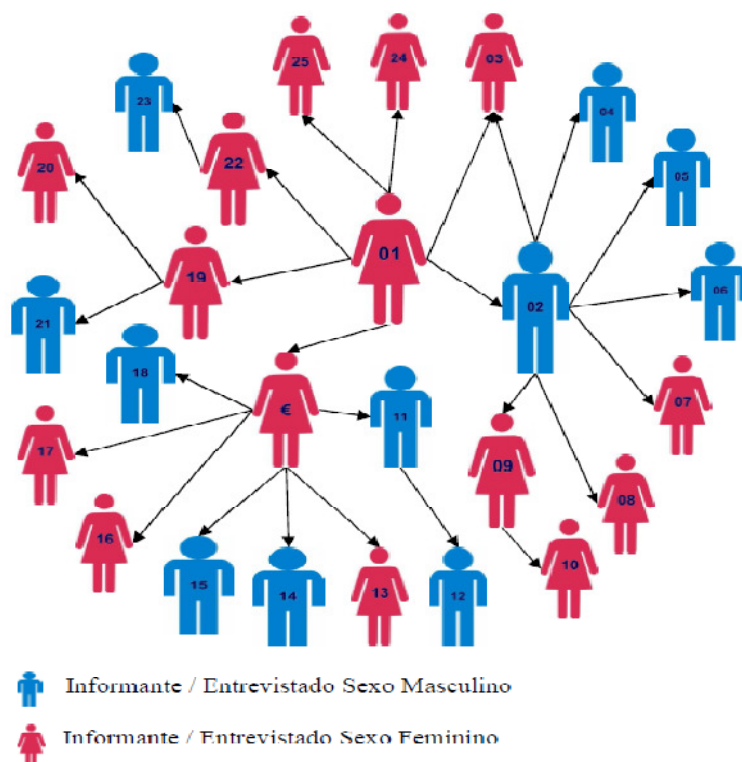
A figura abaixo ilustra o processo de construção da rede de informantes. A coordenadora geral do Consórcio foi a informante inicial (n.1), através da qual foi possível chegar a três integrantes da equipe técnica da entidade âncora (n.19, 22, 24 e 25), a uma informante da Sociedade Primeiro de Maio (letra £) e ao primeiro jovem, informante e entrevistado do Bairro do Calabar (n. 02). Através desses dois últimos, conseguimos entrevistar quatorze jovens. Os demais jovens entrevistados foram indicados por outros jovens e membros da equipe técnica, desempenhando um papel secundário na constituição de rede de jovens informantes entrevistados. Ao todo foram entrevistados vinte e um jovens.

Decidimos encerrar o trabalho de campo, do ponto de vista operacional, quando percebemos que havíamos atingido a saturação empírica<sup>110</sup>, ou seja, as informações coletas eram suficientes para os propósitos desta tese, não havendo necessidade de realização de novas entrevistas.

---

<sup>110</sup> De acordo com Pires (2008, p. 198) a saturação empírica "... designa o fenômeno ... pelo qual o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações suficientemente novas, ou diferentes, para justificar uma ampliação do material empírico... É menos um critério de constituição de amostra do que um critério de avaliação metodológica. Ela cumpre duas funções capitais: de um ponto de vista operacional, ela indica em qual momento o pesquisador deve parar a coleta de dados, evitando-lhe, um desperdício inútil de provas, tempo e dinheiro; de um ponto de vista metodológico, ela permite generalizar os resultados para o conjunto do universo de análise (população) ao qual o grupo analisado pertence (generalização empírico-analítico)".

**Figura 01 – Rede de informante da pesquisa de campo**



#### 5.4 Caminhos e aventuras sociológicas pela cidade de Salvador: o encontro com os jovens entrevistados

Ao iniciar a descrição da minha primeira visita a sede da Avante, no subitem 5.2.1, afirmei metaforicamente que aquele encontro era um sinal de que as “águas de março” estavam abrindo “uma ponte”, “um caminho” para a pesquisa de campo. Decerto, vários caminhos foram percorridos até o encontro dos jovens entrevistados, de abril de 2010 a janeiro de 2011. Inúmeras andanças e aventuras pelas cidades de Salvador<sup>111</sup>, para utilizar a sugestiva expressão cunhada por Carvalho e Pereira (2008), foram empreendidas e resultaram no encontro entre pesquisador e os jovens entrevistados. Praças de alimentação de Shoppings Center, bancos de praças públicas, salas da Associação Comunitária do Calabar e do Centro de Profissionalização Primeiro de Maio (CEPRIMA) em Novos Alagados, mesa de bar,

<sup>111</sup>“Pode-se dizer que Salvador é uma metrópole que comporta uma cidade ‘tradicional’, uma cidade ‘moderna’ e uma cidade ‘precária’. Na cidade tradicional o tecido é compacto, relativamente homogêneo, e não há um crescimento expressivo da população, que é composta predominantemente pelos setores médios. É a cidade que se constituiu a partir do centro antigo e de seu entorno. Já na cidade moderna o tecido urbano está se modificando com a produção de novas habitações e centro de consumo e serviços,...ocupando a partir do centro, as áreas mais próximas à orla atlântica e crescendo em direção ao litoral norte. ... Finalmente, na cidade precária, ocupada predominantemente pelos setores populares, o tecido urbano se caracteriza pela dispersão e pela contínua expansão de habitações precárias” (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 101).

canteiros de obras da construção civil, batente de rua e “salas de estar” se constituíram como cenário de encontro e realização das entrevistas.

Os caminhos da pesquisa possibilitaram o retorno do pesquisador às ruas das “cidades” da metrópole baiana, mas numa condição de pesquisa totalmente diferenciada daquela vivenciada na primeira metade dos anos 2000, quando realizei um estudo sobre os trabalhadores informais de rua da cidade de Salvador (Bahia). O cotidiano da pesquisa de campo favoreceu o meu retorno às áreas urbanas da cidade, historicamente marcadas pela precariedade das condições de habitação, da oferta e acesso aos serviços públicos; por elevadas taxas de desemprego e índices de violência urbana, e recentemente pela ação intensiva do tráfico e uso de drogas (CARVALHO, 2008). Embora se configurem na vida cotidiana como territórios de precariedade, cujos efeitos do lugar (BOURDIEU, 2011) são percebidos e vividos pelos jovens de diversas formas, tanto na batida policial quanto na procura por emprego; estes também são territórios de resistências, ocupados por famílias da classe trabalhadora pauperizadas que teimosamente insistem em lutar pelo direito à cidade, como é o caso do bairro do Calabar<sup>112</sup>, um pedaço de terra nas franjas da cidade rica, e dos bairros que foram se constituindo a beira da Avenida Suburbana, no Subúrbio Ferroviário, a exemplo de Novos Alagados<sup>113</sup>.

---

<sup>112</sup> O bairro do Calabar é constituído por famílias da classe trabalhadora de baixa renda, com um forte histórico de organização, lutas e resistência de homens e mulheres negras e pobres pelo direito de permanecer numa área central da cidade e de alta especulação imobiliária, localizado entre os bairros de Ondina, Jardim Apipema, Alto das Pombas e Avenida Centenário. De acordo com o historiador Cid Teixeira, no passado, alguns escravos oriundos de uma região da África, denominada Kalabari (atual Nigéria) se refugiaram nesta área e constituíram o Quilombo dos Kalabari, dando origem ao nome do bairro. A partir de 1960, a densidade populacional do bairro cresceu significativamente face aos fluxos migratórios de famílias do interior do Estado para Capital e a chegada de famílias expulsas de outras áreas da cidade do poder municipal, sob a liderança de Antonio Carlos Magalhães, prefeito da época. É neste contexto que surge um forte movimento de organização comunitária em defesa dos direitos básicos (moradia, saúde, educação etc.), com destaque para a ação do grupo de Jovens Unidos do Calabar – JUC até o final dos anos de 1980. (CONCEIÇÃO, 1984) Apesar do histórico de lutas, o bairro é visto socialmente como o “lugar marginal”, um “lugar violento, imagem fortemente corroborada pela mídia local, a exemplo da seguinte notícia jornalística: “*Tiroteio no Calabar deixa Apipema em pânico: bairro nobre fica em fogo cruzado*” (TRIBUNA DA BAHIA, 03.04.2008). E, recentemente o bairro voltou a ser destaque na mídia local, com a implantação da Base Comunitária de Segurança em 2011, ação do Governo do Estado da Bahia que visa promover a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração das instituições de segurança pública com a comunidade local e reduzindo os índices de violência e criminalidade, com através do policiamento comunitário.

<sup>113</sup> O Subúrbio Ferroviário abrange 22 bairros onde moram aproximadamente 500 mil habitantes. Até 1970, essa zona da cidade era composta por lugarejos, comunidades tradicionais de pescadores e veranistas que aproveitavam a pesca farta e as belezas das praias e enseadas banhadas pelas águas calmas da Baía de Todos os Santos. A partir de 1970 e 1980, com o crescimento populacional da cidade, deu-se início o processo de ocupação nas áreas da maré, nas pequenas enseadas de mangue, através das ocupações de palafitas, dando origem a invasão de Alagados, iniciando-se primeiro na parte de Itapagipe, e posteriormente nas áreas do Lobato e da enseada de Cabritos, os Novos Alagados também conhecido como São João dos Cabritos. (SOUZA, 2004; CARVALHO, 2008). Aliado a isso, conformava-se um tecido urbano precário, marcado por profundas desigualdades e pela completa ausência de serviços públicos, mas ao mesmo tempo, emergiam iniciativas protagonizadas pelos moradores organizados em associações comunitárias e movimentos populares que

Ao andar pela cidade em busca dos sujeitos jovens, transitamos pelas múltiplas faces da *Bahia de todos os pobres* (SOUZA, FARIA, 1980), cuja opulência do passado cedeu lugar a opulência de uma cidade dominada pelos interesses do capital globalizado, cujos efeitos são percebidos pelos novos exilados do presente, usurpados cotidianamente do direito de (con)viver, circular e trabalhar na metrópole baiana, segregada e desigual no acesso ao seu mercado de trabalho e aos bens e serviços urbanos, conforme evidenciam a coletânea de trabalhos reunida na publicação *Como Anda Salvador e sua Região Metropolitana*, organizada pelos pesquisadores Ianá Carvalho e Gilberto Pereira (2008). Por certo, ao seguir as trilhas dos jovens entrevistados pelo mundo do trabalho, certamente suas experiências de trabalho podem auxiliar na compreensão da opulência do presente.

Resta-nos agora textualizar o que foi visto e escutado nessa aventura sociológica, constituída de objetividade, estranhamento, paixão, improvisações, escuta atenta e tratamento analítico cuidadoso das entrevistas concedidas pelos jovens investigados.

### **5.5 Jovens trabalhadores da cidade de Salvador: de quem estamos falando?**

O conjunto de informações já aludidas neste capítulo certamente ofereceu pistas ao leitor sobre os jovens pesquisados na pesquisa de campo. No entanto, algumas informações complementares são necessárias a respeito dos jovens trabalhadores que constituem a amostra de casos pesquisados. Os jovens pesquisados têm um rosto bem definido, fazem parte de parcela significativa dos jovens brasileiros que compartilham da mesma condição de classe, qual seja, os jovens trabalhadores que residem em bairros populares ou favelas das metrópoles brasileiras, público-alvo das políticas públicas de juventude na década de 2000. É a partir dessa condição que vivenciam a condição juvenil e as múltiplas as dimensões que trespassam esse momento da vida, e especial, a relação com o trabalho.

#### **5.5.1 Perfil dos jovens entrevistados**

A amostra de casos pesquisados é constituída de vinte e um jovens egressos do Consórcio Social da Juventude (ver quadro 02), moradores de bairros populares da cidade de Salvador, sendo que dez jovens moram no Calabar, no centro da cidade, e onze jovens moram em bairros do Subúrbio Ferroviários, a saber: São João do Cabrito/Novos Alagados (oito

---

buscavam respostas alternativas para demandas urbanas, sociais e ambientais, a exemplo do surgimento da Escola Comunitária Popular de Novos Alagados e Sociedade Primeiro de Maio, na década de 1970.



jovens), Plataforma (um jovem), Itacaranha (um jovem) e Uruguai (um jovem). A amostra é composta por jovens que participaram das quatro edições do Consórcio Social de Salvador, sendo que dez entrevistados são egressos da 4ª edição de 2007.

No que diz respeito à idade, trata-se de jovens com idade entre 20 a 29 anos, com uma distribuição equilibrada entre os que têm de 20 a 24 anos (doze casos) e de 25 a 29 (nove casos). A esse respeito, é importante destacar que os jovens pesquisados fazem parte dos segmentos etários que vivem de forma (in)tenso as transformações ocorridas no padrão de inserção no mercado de trabalho na década de 2000, tal como analisamos no capítulo 04.

Em relação ao sexo, a amostra de casos tem distribuição muito próxima da observada para a população juvenil residente em áreas metropolitanas. Em relação ao pertencimento étnico, todos os entrevistados se autodeclararam como negros. Em alguns casos, a afirmação da negritude era acompanhada do sentimento de pertença a uma comunidade periférica ou um gueto. As autodeclarações dos jovens Ítalo<sup>114</sup> (“*Eu sou negro, de comunidade periférica!*”) e Fabrício (“*Negro, do gueto mesmo!*”), são bons exemplos dos discursos dos jovens entrevistados, principalmente dos que moram no Calabar. Para outros jovens, a exemplo de Milene, José e Beatriz, o reconhecimento do pertencimento étnico vinha acompanhado dos relatos indignados das situações de discriminação racial sofridas nas seleções de emprego e no ambiente de trabalho. Assim foi a tônica do início da entrevista da Jovem Milene, que trabalha numa livraria num Shopping Center da cidade, ao relatar as atitudes racistas de determinadas clientes quando descobrem que serão atendidos por uma “*negona com o cabelo armadíssimo*”, verbalizada na seguinte indagação: “*Ah! É essa daí que irá me atender?!?!*”.

Os jovens desta amostra, em grande maioria, são solteiros e não têm filhos. Apenas os jovens Diogo e Beatriz declararam na época da realização da entrevista que “moravam juntos” com um(a) companheira (a). Além desses jovens, apenas Reinaldo e Margaret tem filhos. Margaret é mãe-solteira, de filhos gêmeos, e no caso de Reinaldo, conviveu por determinado tempo com a mãe de sua filha, mas depois se separavam, sendo que compartilha com ela a guarda da filha. É importante destacar que quase todos moram com a família de origem. Esta configuração da amostra está em consonância com as tendências reveladas nos estudos sobre a condição juvenil contemporânea, conforme destacamos no segundo capítulo, as mutações existentes no modelo clássico de transição para a vida adulta implicaram no prolongamento dos jovens na casa dos pais, bem como na vivência de certos elementos antes consideramos

---

<sup>114</sup> Todos os nomes dos jovens entrevistados são fictícios.

típicos da vida adulta (casamento e procriação) sem realizar a independência da família de origem.

A situação educacional dos entrevistados é uma das particulares mais importantes desta amostra. Trata-se de jovens que dispõem das credenciais de escolaridade mínimas exigidas pelo mercado de trabalho, ou seja, o ensino médio completo. Do total de entrevistados, apenas o jovem Diogo não concluiu ensino médio em virtude da impossibilidade de conciliar estudo e trabalho. Destaca-se, ainda, que sete jovens estão cursando ensino superior, cinco em instituições de ensino da rede privada e duas jovens na rede pública. Por certo, essa situação educacional os diferencia da parcela considerável dos jovens das camadas populares de Salvador, ainda que o capital escolar adquirido não assegure um posto de trabalho socialmente protegido no mercado de trabalho metropolitano. Entretanto, esses jovens fazem parte do segmento juvenil que conseguiu absorver o recado por mais educação, ou seja, a importância das credenciais escolares na peregrinação em busca de um emprego com carteira assinada, como afirma Madeira (1998).

Quanto à situação ocupacional dos jovens entrevistados, a amostra é composta de sete jovens desempregados, sete jovens empregados com carteira assinada, um jovem funcionário público; e quatro jovens ocupados em emprego sem registro, estágios e trabalho por conta própria; e duas jovens inativas. Constituindo-se numa amostra diversificada das formas de inserção dos jovens na cartografia do mercado de trabalho metropolitano.

**Quadro 2 –Perfil dos Entrevistados**

<b>Entrevistado</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Cor/etnia</b>	<b>Situação Educacional</b>	<b>Local de Moradia</b>	<b>Situação Ocupacional</b>	<b>Edição do Consórcio</b>
<b>Haroldo</b>	20	M	Solteiro	Negro (a)	MC	Subúrbio Ferroviário	Emprego com carteira assinada	2005
<b>Laís</b>	21	F	Solteira	Negro (a)	MC + SI	Subúrbio Ferroviário	Bolsista	2007
<b>Rita</b>	22	F	Solteira	Negro (a)	MC + SI	Alto das Pombas	Emprego sem carteira assinada	2007
<b>Beeatriz</b>	22	F	Casado	Negro (a)	MC	Calabar	Desempregado	2006
<b>Fabricio</b>	22	M	Solteiro	Negro (a)	MC	Calabar	Desempregado +bicos	2004
<b>Jonas</b>	22	M	Solteiro	Negro (a)	MC	Subúrbio Ferroviário	Desempregado + bicos	2007
<b>José</b>	22	M	Solteiro	Negro (a)	MC	Subúrbio Ferroviário	Emprego com carteira assinada	2007
<b>Margaret</b>	23	F	Solteiro	Negro (a)	MC + SI	Calabar	Desempregado + bicos	2007
<b>Milene</b>	23	F	Solteira	Negro (a)	MC + SI	Subúrbio Ferroviário	Emprego com carteira assinada	2004
<b>Walesca</b>	23	F	Solteira	Negro (a)	MC	Subúrbio Ferroviário	Desempregado	2007
<b>Ítalo</b>	24	M	Solteiro	Negro (a)	MC + SI	Calabar	Estágio	2006
<b>Júlia</b>	24	F	Solteira	Negro (a)	MC + SI	Subúrbio Ferroviário	Emprego com carteira assinada	2004
<b>Luisa</b>	25	F	Solteira	Negro (a)	MC	Alto das Pombas	Emprego com carteira assinada	2007
<b>Rosa</b>	25	F	Solteira	Negro (a)	MC	Calabar	Desempregado	2007
<b>Diogo</b>	25	M	Casado	Negro (a)	MC	Subúrbio Ferroviário	Emprego com carteira assinada	2004
<b>Cibele</b>	25	F	Solteira	Negro (a)	MC	Subúrbio Ferroviário	Trabalho autônomo	2007
<b>Adalberto</b>	26	M	Solteiro	Negro (a)	MC	Subúrbio Ferroviário	Emprego com carteira assinada	2005
<b>Cesar</b>	27	M	Solteiro	Negro (a)	MC	Calabar	Desempregado	2007
<b>Reinaldo</b>	27	M	Solteiro	Negro (a)	MC + SI	Calabar	Estágio	2005
<b>Erivaldo</b>	27	M	Solteiro	Negro (a)	MC	Subúrbio Ferroviário	Servidor público	2004
<b>Iago</b>	28	M	Solteiro	Negro (a)	MC	Calabar	Desempregado	2004

Fonte: Pesquisa de campo 2010-2011. Elaboração Própria.

Nota: 1)F= Feminino; M=Masculino; 2) MC= Ensino médio completo; MI=Ensino médio incompleto ; MC+SI= Ensino médio completo e cursando Ensino Superior

2) Todos os nomes dos jovens entrevistados são fictícios.

### 5.5.2 Origem social e arranjos familiares

Os jovens entrevistados pertencem às famílias de baixa renda, cujos arranjos domésticos estão para além do modelo tradicional formado pelo casal com filhos. A maioria deles vive em famílias compostas por mãe e filhos e por outros tipos de famílias expandidas, chefiadas pela mãe e compostas por inúmeras combinações de parentesco ou agregados. Além disso, verificam-se alguns arranjos familiares compostos por irmãos ou então de irmãos, cônjuge e filhos.

Embora alguns jovens entrevistados não soubessem informar a renda dos membros do grupo doméstico, verifica-se que em muitos casos os rendimentos não ultrapassam um salário mínimo. De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, os bairros de Calabar (entre 54% a 61%) e Novos Alagados (46% a 53%) concentram elevadas proporções de domicílios chefiados por mulheres, cujos rendimentos médios são inferiores a R\$ 600,00.

A Região Metropolitana de Salvador é uma das regiões do país que apresenta um dos maiores índices de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Diversos estudos sobre família e mercado de trabalho indicam que, nas últimas décadas, houve mudanças significativas nos arranjos familiares que estão associadas às mudanças culturais relativas ao papel da mulher na sociedade, mas também foram significativamente influenciadas pelos impactos negativos das mudanças no mundo do trabalho sobre as oportunidades de trabalho e renda das famílias. Além disso, as elevadas taxas de desemprego dos homens adultos incidiram diretamente sobre a imagem do chefe provedor, que em muitas situações, provocou conflitos intrafamiliares, separação de casais, ou então, o abandono das responsabilidades da paternidade (BORGES, 2008; MONTALI, 2006).

Os impactos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho de Salvador e região foram duramente sentidos pelas famílias dos jovens entrevistados, provocando reordenamentos nos arranjos familiares em razão da perda do padrão salarial do grupo doméstico após a demissão do progenitor masculino, a exemplo do que aconteceu com as famílias dos jovens Milene e Ítalo, com impacto direto no orçamento doméstico e no investimento em educação dos filhos, que passaram a estudar em escolas públicas. Em outros casos, o abandono da responsabilidade paterna implicou o ingresso precoce dos filhos homens no mercado trabalho para ajudar as mães “na guerra pela sobrevivência”, catando latas nas ruas, vendendo mariscos e peixes, carregando entulhos da construção civil etc., tal como aconteceu com os jovens Diogo, Haroldo e Jonas.

A história de vida de Haroldo, 22 anos, é um caso ilustrativo de um jovem arrimo de família. Quando o entrevistei, em janeiro de 2013, em sua residência, no Bairro de Novos Alagados, numa pequena sala, pude testemunhar o orgulho estampando nos olhos de sua mãe e a admiração dos seus quatro irmãos quando ele começou a narrar as inúmeras virações inventadas dia a dia para ajudar a vencer a batalha pela sobrevivência. Assumiu desde cedo o lugar do pai e sentia-se moralmente corresponsável pelo provimento da família. O seu percurso biográfico se confunde com o percurso do grupo familiar e a luta para impedir a sua destituição enquanto agrupamento humano, o que muito vezes exigiu a mudança de rotas e secundarização dos estudos ou a sua interrupção momentânea.

Nesse sentido, as condições de reprodução de social e existência das famílias de origem moldaram os itinerários escolares e o ingresso no mundo do trabalho, e a própria vivência da condição juvenil dos jovens entrevistados. No entanto, a qualidade dos suportes sociais, econômicos e afetivos encontrados no ambiente familiar interfere decisivamente nas trajetórias dos jovens estudados, principalmente no que se refere à postergação no mercado de trabalho, na dedicação aos estudos e na construção de projetos para o futuro.

Do ponto de vista geracional, o ingresso dos jovens no mercado, a recorrência do desemprego e do trabalho precário não deixam de ser fonte de tensão e conflitos entre as mães, tias ou avôs e os entrevistados, principalmente para os jovens desempregados. De um lado, o medo dos filhos de cair na marginalidade, no mundo das drogas ou então, de serem assassinados, faz com que o trabalho apareça no imaginário social de famílias pobres como antídoto moral contra a ociosidade forçada.

Por outro lado, as mães, ao incentivarem suas filhas a concluírem o ensino médio ou a ingressarem na universidade, apostam num futuro diferente do que elas tiveram. Essa parece ser aposta das mães e parentes próximos de Milene, Luisa, Margaret, Júlia e Laís.

Contudo, face às transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas, a grande questão é saber em que medida os percursos juvenis no mercado de trabalho e as posições conquistadas são capazes de romper com as posições ocupadas pelos seus pais no mercado de trabalho, ou seja, romper com o histórico de trabalho marcado por bicos, trabalhos avulsos e precários.

No campo educacional, ao que tudo indica os ganhos de escolaridade dos jovens já superaram as trajetórias escolares de seus pais, representando uma promessa de redenção social, mas em relação às trajetórias de trabalho já não se pode dizer o mesmo.

### **5.5.3 Os percursos escolares e a aquisição das credenciais mínimas para busca do primeiro emprego**

Os percursos escolares dos jovens entrevistados revelam a existência de trajetórias diferenciadas ao longo da vida escolar que resultaram na aquisição ou não do título escolar, das habilidades e competências requeridas pelo mundo do trabalho. Durante o trabalho de campo, em determinado momento da entrevista, cada jovem era interpelado a respeito de suas trajetórias escolares e as possíveis contribuições da formação escolar em relação à inserção ao mundo do trabalho. Esta parte da entrevista era iniciada com uma pergunta mais ampla sobre a escola, onde cada jovem era convidado a “falar” sobre os seus percursos formativos. Em geral, a maneira como buscam reconstruir no plano discursivo a sequência de eventos que constituem seus respectivos trajetos escolares está associada ao lugar que a escola ocupa ao longo de seus itinerários biográficos.

Nesse sentido, não podemos perder de vista, no plano analítico, as especificidades do padrão brasileiro de transição escola-trabalho, as quais encontram ressonância nas trajetórias dos jovens entrevistados. Nos capítulos anteriores desta tese, argumentamos que o fazer-se dos jovens brasileiros é fortemente mediado pelo mundo do trabalho, especialmente para os filhos dos trabalhadores e oriundos de camadas populares, para os quais as possibilidades de vivência da juventude como um tempo de moratória social, um tempo exclusivo de formação para o momento futuro de inserção no mundo do trabalho se apresenta como condição ideal bastante distante da realidade vivida da maioria dos jovens entrevistados. Desse modo, os percursos escolares dos jovens podem ser precedidos ou acompanhados pelo ingresso precoce no mercado de trabalho ou pelas múltiplas possibilidades de combinação ou sobreposição do estudo e do trabalho.

Seguindo essa pista, uma primeira observação a ser feita diz respeito ao fato de que os percursos escolares dos jovens estão entrelaçados por um traço em comum, qual seja: a escola pública. Na maioria dos casos estudados, a formação escolar obtida na educação básica, do ensino fundamental até o ensino médio, seu deu no sistema público de ensino nos anos de 1990. Observa-se que alguns dos jovens entrevistados tiveram os primeiros passos da vida escolar (pré-escola; 1ª a 4ª série) em escolas comunitárias ou em escolas particulares dos bairros populares, apelidadas popularmente de “escolinhas”. Do total de jovens entrevistados, apenas a jovem Milene dispõe de um percurso escolar com maior tempo em escola da rede privada de ensino, estudando da 5ª série do ensino do fundamental até 1º ano do ensino médio. No caso dos jovens que tiveram uma rápida passagem por escolas particulares, pode-

se inferir a partir das entrevistas que se tratava de uma estratégia familiar prematuramente abortada em decorrência da incapacidade de custear as mensalidades, face ao achatamento do orçamento doméstico provocado pelo desemprego dos pais.

Dentre os casos investigados, observa-se que os percursos escolares apresentam diferenciações significativas, os quais podem ser classificados a partir de duas situações típicas: os itinerários de *“difícil escolha entre escola e trabalho”*, e os itinerários *“minha praia é o estudo... praticamente uma coisa bem retinha, bem linear”*.

Os itinerários de *“difícil de escolha entre escola e trabalho”* englobam as trajetórias escolares dos jovens entrevistados, que desde a infância acumulam um repertório de experiências concomitantes ou sobrepostas entre a escola e o ingresso precoce no mundo do trabalho. A necessidade imperativa de trabalhar para ajudar no sustento da família e a própria dinâmica do cotidiano de trabalho (jornada de trabalho, cansaço físico etc.) contribuiu para que os percursos escolares fossem marcados por situações de abandono, retenção e repetência, de mudanças de escola, por muitas idas e vindas. As trajetórias de Haroldo e Diogo são ilustrativas desta situação típica, narradas por eles da seguinte forma:

Rapaz, eu trabalho desde sete anos ... Eu estava necessitando de trabalho, minha mãe desempregada, meu pai tinha largado minha mãe. Quando a gente tinha doze anos, com cinco filhos, todos na época ainda era pequeno, alguns com seus cinco anos, seis anos, sete, oito e aí eu achei, eu achei a necessidade de um pouco no momento largar o estudo de lado e procurar trabalhar porque não encaixa o trabalho sem estudo e nem sem trabalho, porque as duas tem que tá em concordância, porque se você estuda você fica com fome e se você trabalha você não fica com fome mais os estudos ficam de lado. Aí eu dei prioridade ao trabalho porque é, ia dá pra amenizar um pouco nossa situação... Eu tinha meus doze anos, de doze a treze, de doze a treze anos. Depois desses três anos voltei a estudar, voltei a trabalhar, estudava pela tarde e trabalhava pela manhã, depois fui trabalhar em um lava-jato aqui com o rapaz dali de baixo, estudando!

Então, pra mim foi difícil porque o meu ponto de vista era sempre estudar e só começar a trabalhar no momento que eu terminasse verdadeiramente os meus estudos, completasse os meus estudos, fizesse um cursinho, pra amanhã ou depois conseguir, ter um trabalho melhor. Mas eu não tive essa facilidade desde quando tive minhas necessidades dentro de casa... Foi viola! {Risos} Foi... foi difícil porque é... como eu parava e voltava, foi passando devagarzinho aqui e ali, foi que eu consegui pelo menos o ensino médio, né? (HAROLDO, 20 anos, 07/01/2011)

Eu comecei a trabalhar com oito anos de idade, catando latinha nos carnavais, quando chegou aos dez anos trabalhei vendendo picolé até os quatorze, cheguei ao ponto de me envolver com coisas ruim, drogas... Mas, tudo isso eu fazia e estudava, pra ter mais espaço durante o dia. Eu pedi a minha mãe com dezesseis anos, na oitava série, par me transferi pra noite. A escola não queria me aceitar, não tinha vaga e fiquei um ano sem estudar, até que escola daqui do subúrbio encontrasse uma vaga e daí por diante...fiz suplência...parei no primeiro ano [ensino médio]....(DIOGO, 25 anos, 07/01/2001)

Esses depoimentos demonstram que os percursos escolares desses jovens estão diretamente associados às condições materiais de reprodução da família, sendo que a difícil escolha era na verdade uma imposição social que se tornava mais tensa na medida em que os jovens descobriam no próprio processo de escolarização o valor atribuído à educação e ao diploma escolar na construção de futuro melhor. A percepção de Haroldo de que *“não encaixa o trabalho sem estudo e nem estudo sem trabalho, porque as duas tem que tá em concordância”* explicita dialética dos itinerários de jovens pobres arrimos de família. Os percursos tornam-se tensos na medida em que os jovens percebem que necessitam trabalhar para assegurar no mínimo a comida na mesa, mas por outro lado, acreditam que qualquer possibilidade de superação dessa condição depende da conclusão dos estudos, ou seja, é preciso no mínimo concluir o ensino médio.

Por sua vez, também se observa que existem jovens que contaram com os suportes da família, possibilitando que a centralidade dos itinerários estivesse direcionada para a dedicação aos estudos. Assim, as sequências dos eventos que compuseram os percursos escolares conformam itinerários “praticamente certinhos”. Nessa situação típica incluem-se as trajetórias dos jovens estudantes que praticamente nunca trabalharam, exceto em situações esporádicas, que não colocassem em risco o desempenho escolar, cuja inserção no mercado de trabalho efetivamente ocorreu após a conclusão do ensino médio. As trajetórias de Margaret, Júlia, Laís, Milene e Ítalo são expressivas desta situação típica.

Eu sou filha única, então os meus pais sempre me incentivaram nos estudos. [Os] primeiros anos foi em escola particular, mas depois sempre foi pública. Da quarta a meu, ensino médio foi de escola pública. Mas assim, eu tinha um incentivo muito grande em relação aos estudos... como eles são educadores, né? ..Eu sempre fui boa aluna {risos}. Agora na faculdade que ..., mas eu sempre gostei de estudar, minha praia é o estudo. (MARGARET, 06/12/2010)

Guria, eu sempre estudei em escola particular, sempre. Aí depois quando teve um momento de recessão econômica, quando meu pai saiu da Guerdau e tal, e aí tava doente, então eu fui pra uma escola municipal. Eu estudei da primeira a quarta série na escola municipal. ...E da quinta ao primeiro ano, eu estudei em particular novamente. Foi colégio de freira, super chato, particular, lá em Nazaré.... Meus pais pagavam a escola com muito esforço, elas eram cheias de caprichos... Depois eu fui pro Manoel Novais. (MILENE, 12/01/2011).

Eu não tinha isso na cabeça de procurar trabalho porque, primeiro eu pensava em estudar, meu pai me apoiava pra estudar, aquela questão toda. O auxílio familiar que eu tinha nessa época, o pessoal puxava mermo essa questão de estudo, entendeu? De início, assim... eu considerava a escola boa, pelo fato de, de eu me interessar de estudar, entendeu? Mas só que, por ter tido uma base um pouco diferenciada da maioria do pessoal que estudava na escola pública, é, vamos dizer, o aluno viveu naquele contexto da escola pública a sua vida toda e ele não é preparado, vamos dizer assim, pra buscar o conhecimento, ser autônomo na sua busca, na busca de seu conhecimento, entendeu?... Mas eu tive um período da escola particular, gostava de estudar e buscava outros meios de estudar. Não ficava preso só aquela questão do



que o professor mandava na sala de aula, queria debater com o professor, queria questionar as ideias, aquela coisa toda. (ÍTALO, 24 anos, 20/08/2010).

Eu sempre fui motivada a estudar, sempre minha mãe ou meu pai me falava: “terminar seus os estudos você procura um trabalho, procure estudar!” Sempre fui motivada a estuda. (JÚLIA, 24 anos, 29/12/2010).

Os percursos escolares desses jovens em boa medida se diferenciam dos demais, uma vez que contaram com o incentivo, o investimento e o suporte de familiares no processo de aquisição da formação escolar, bem como o estímulo a prosseguirem nos estudos no ensino superior. Embora isso não assegure plenamente a constituição de itinerários formativos de excelência, uma vez que tal conquista depende também do ambiente escolar, não podemos desconsiderar o fato de que esses jovens estão em vantagem social em relação aos jovens cujos percursos são marcados pela “*difícil escolha entre trabalho e educação*”.

Apesar dos percursos trilhados apresentarem diferenciações significativas, a percepção dos jovens entrevistados em relação à contribuição da formação escolar para inserção no mercado, e em especial para a conquista do primeiro emprego, apresenta algumas convergências em relação à importância da qualificação formal como requisito exigido pelas empresas demandantes da força de trabalho juvenil. Essa percepção ancora-se nas lições adquiridas na peregrinação pela busca do 1º emprego nas agências de intermediação, ou então, nas experiências de trabalho que foram acumuladas ao longo de suas trajetórias. Um primeiro ponto de convergência diz respeito à precariedade da escola pública, no que se refere à qualidade da formação obtida, cujas lacunas se tornam perceptíveis na hora de concorrência de uma vaga no mercado de trabalho.

Para o jovem Iago, de 29 anos, as defasagens acumuladas nas matérias de português e redação, desde a quinta série até o terceiro ano do ensino médio, têm contribuído para que ele se “dê mal” nas seleções de emprego, demonstrando que o título escolar adquirido não tem correspondência com as habilidades e competências que se espera do seu detentor.

Eu frequentei a escola pública sempre... Quando chegou ano segundo grau, entrei no Odorico Tavares. Primeiro ano: colégio máximo! ... Quando eu entrei, primeiro ano: massa! ....Quando eu passei pro segundo ano, aí já foi defasando, professor de inglês já não tinha, professor de português já não tinha e aí foi indo e a gente passando, redação apareceu no final do ano e deu um trabalho valendo dez. Quando eu terminei a escola em dois mil e três, percebi ... assim, eu sou mal em redação... E aí vem a preocupação nas seleções, porque o que mais pesa na seleção é a redação. E hoje, eu já até procurei um curso de redação pra fazer e tal, mas também não tive a oportunidade de se inserir.... A redação é algo que eu sou mal. Aí eu joga a culpa no governo, eu me formei... entrei no ensino médio, aí eu não tive mais aula de português. (IAGO, 28 anos, 28/04/2010)

A precariedade do ensino ofertado nas escolas públicas que os jovens estudaram, seja nas áreas centrais da cidade ou no Subúrbio Ferroviário, marcou profundamente as suas experiências formativas, sendo internalizada por alguns jovens como algo natural, um estado de coisas. É dessa forma que Fabrício, desempregado há cinco anos, define a sua passagem do sistema público de ensino, como um estado de carência que *“todo aluno de rede pública passa, que é falta de professores, falta de aulas”*. Para outros jovens, o simples fato de ter conseguido concluir o ensino médio é visto como algo importante. Mas aos poucos começam a perceber que o diploma de ensino médio não é suficiente para competir num mercado de trabalho cada vez mais seletivo, sendo necessária a aquisição de novas credenciais escolares e profissionais. O diploma de nível superior ou cursos técnicos profissionalizantes, de preferência do Sistema S, passam a ser vistos como um diferencial na busca por um “emprego de verdade”. Nessa perspectiva, Fabrício e Beatriz acreditam que é preciso estar em permanente qualificação:

Hoje a gente procura um emprego, só que esse emprego não quer mais o ensino médio, ele quer o superior entendeu?. Então a todo instante você tem que se capacitar, a todo instante você tem que se capacitar. Eles não querem uma ou duas capacitações, eles querem mais, querem experiências e é uma coisa que a gente não tem. Eu mesmo não tenho muita experiência assim, em áreas, eu não tenho. (FABRÍCIO, 22 anos, 28/04/2011)

Eu vivo falando que pra você tá trabalhando mesmo, você tem que tá numa faculdade. Parece que as portas se abrem, quando você tá numa faculdade. O povo vivia dizendo que pra você trabalhar, ter um bom emprego, tem que ir estudar porque o mercado de trabalho não quer ninguém que não tenha nem o segundo grau, que isso, que aquilo. Depois quando eu concluir, eu vi que não era nada disso, se você tem o segundo grau continua tudo difícil. Dificuldade sempre (BEATRIZ, 22 anos, 03/01/2011).

Já o Reinaldo acredita que é preciso romper com a cisão existente entre trabalho e educação, sendo que alternativa é investir no ensino médio integrado ao ensino técnico profissionalizante, conforme ele explica no depoimento abaixo:

Hoje não se separa trabalho de educação. A pessoa sai da escola ela tá pensando em trabalhar, então deveria ter alguma coisa assim... algum curso, por exemplo, cursos técnicos, que ela tá fazendo em turno oposto, Mas deveria ser, por exemplo, um curso dado pelo SENAI, curso técnico, curso de informática pra tá atuando no trabalho e também incentivar a pessoa a sair da escola pra ir pra faculdade. Você sai da escola e pensa que morreu o ensino médio. Então, não morre, estuda pra sempre hoje, então devia preparar a pessoa pra tá atuando no mercado de trabalho. O curso técnico [é] que dá esse incentivo pra a pessoa quando sair, se sentir mais preparado pra entrar, pra fazer um vestibular e entrar na faculdade (REINALDO, 27 anos, 12/04/2010).

E nessa direção, complementou a jovem Milene:

Se eu dependesse da escola pra... se eu saísse pura e seca da escola [para o] mercado de trabalho, eu não ia conseguir nada, cara! Ia bater com a porta na cara. Tem que associar escola e ensino profissionalizante, não tem como dissociar isso. Não sei como isso se perdeu no caminho da história da educação brasileira, não tem como. ... A teoria e prática não são coisas dissociáveis. Não existe isso! Qualquer pessoa que saia pura do ensino médio e tal, ele não vai conseguir um trabalho legal. Não vai! Vai conseguir bico, emprego só se for escravocrata! (MILENE, 23 anos, 12/01/2011).

Esse também é o sentimento verbalizado por Ítalo, quando o indaguei sobre a importância da escola para a sua inserção no mercado de trabalho. Na opinião dele, a escola não o preparou para um “trabalho digno”, mas para ocupar “*subempregos*”, muito embora ele desejasse que a escola o oferecesse a base para ingressar na universidade e romper com o ciclo vicioso entre formação escolar precária e trabalho precário, imposto aos jovens das classes populares.

A escola não me preparou no mercado de trabalho. Eu não queria que a escola me preparasse para o mercado de trabalho,... mas uma base pra eu entrar na universidade, entendeu? A formação do ensino médio, ela não proporciona uma visão de mercado de trabalho que proporcione uma condição de trabalho que a gente talvez deseje, entendeu? Com bons salários aquela coisa toda. Pra mim essa questão de preparar pra empregos que, vamos dizer assim... eu vou chamar de subempregos, entendeu? Pra mim, isso não é um trabalho digno para as classes populares. Eu acho que a escola talvez prepare os estudantes pra trabalhos que não são valorizados, talvez seja isso (ÍTALO, 24 anos, 28/04/2010).

O que chama atenção nos percursos escolares dos jovens entrevistados é que se trata de uma amostra de casos que condensam em suas trajetórias o paradoxo imanente à inflexão do padrão desenvolvimentista de transição escola-trabalho brasileiro (CARDOSO, 2010). Fazem parte da geração dos jovens trabalhadores brasileiros dos anos 2000, egressos da expansão escolar dos anos 1990, que dispõem das credenciais mínimas para a conquista de um emprego do núcleo duro do mercado de trabalho. Nesse sentido, cabe uma indagação: são esses jovens um grupo privilegiado, cujas trajetórias de trabalho são uma exceção no universo dos jovens de baixa renda da metrópole baiana em relação à inserção no mercado de trabalho? Portanto, perscrutar os seus itinerários e experiências de trabalho pode nos ajudar a compreender os lugares ocupados pelos jovens trabalhadores na cartografia social do mercado trabalho da *Bahia de todos os pobres* e as implicações da precarização social do trabalho nas trajetórias juvenis.

### **5.6 Itinerários e experiências de trabalho de jovens na “Bahia de Todos os Pobres”: motivações, itinerários e os sentidos do trabalho.**

O esforço de reconstituição e a avaliação subjetiva empreendidos pelos entrevistados a respeito dos percursos realizados, das dificuldades encontradas nas permanentes tentativas de

inserção e (re) inserção no mercado de trabalho aparecem em seus discursos precedidos pelas motivações objetivas e subjetivas que lhes impulsionaram a procurar trabalho, permitindo ao pesquisador apreender sociologicamente a centralidade do trabalho em suas vidas, a partir dos sentidos atribuídos ao trabalho. Por essa razão, optamos por organizar esta seção da seguinte maneira: primeiro, apresentaremos quais são as motivações para o trabalho; em seguida, os itinerários e experiências de trabalho; e por fim, os sentidos atribuídos ao trabalho.

### **5.6.1 As motivações juvenis para o trabalho**

A nosso ver, as motivações dos jovens entrevistados para o trabalho estão correlacionadas à condição de classe e a importância da força de trabalho juvenil na reprodução social da família, como também estão associadas com as necessidades tipicamente juvenis e o desejo de autonomia financeira e emancipação familiar. Em geral, os estudos que abordam a questão da inserção dos jovens de camadas populares no mercado de trabalho consideram como fator causal para a procura de trabalho o grau de pauperização das famílias, ou seja, quanto maior for o grau de dificuldade de sobrevivência, maior será a proporção de jovens que precisam trabalhar, como nos lembra Marcio Pochmann (2007).

No entanto, outros estudos irão defender que esse argumento é insuficiente, pois não se consideram outros elementos motivacionais. A busca de uma atividade remunerada também pode ter por finalidade a aquisição de uma renda própria para consumo próprio, tais como roupas de marcas, tênis etc.; ou então, para ter maior autonomia nas decisões de sua própria vida. O estudo realizado por Madeira em meados dos anos de 1980 com jovens pobres de bairros periféricos da cidade de São Paulo já apontava nesta direção (MADEIRA, 1986).

Entretanto, os achados da pesquisa de campo nos indicam que pode coexistir mais de um elemento motivacional para a procura de trabalho, ou então, pode mudar conforme a conjuntura do arranjo familiar e o momento em que se esteja vivendo esse ciclo da vida, sendo que determinados fatores podem exercer um peso maior nessa decisão. A partir dos relatos de colhidos nas entrevistas, compartilho da mesma preocupação de Juarez Dayrell, qual seja:

a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro (DAYRELL, 2007, p. 1108-1109).

Essa tensão constante entre a garantia da própria sobrevivência e o possível projeto de futuro assume gradações mais intensas para os jovens que começaram a trabalhar ainda na infância, realidade bastante conhecida pelos jovens Haroldo, Jonas e Diogo, moradores do bairro de Novos Alagados. A “*difícil escolha entre trabalho e educação*” que acompanhou os seus percursos escolares, quando analisada sob o prisma dos motivos que os levaram a procurar trabalho, tem sua gênese naquilo que o jovem Diogo chamou de “*ajudar a mãe na guerra da sobrevivência*”. As histórias de vidas desses jovens não se unem simplesmente pelo fato de morarem no mesmo bairro, mas acima de tudo porque desde cedo precisaram vender sua força de trabalho para assegurar a reprodução material de sua mãe e irmãos. No caso de Jonas, e seus irmãos, que não conviveram com sua mãe e nunca tiveram contato com o seu pai, não tinha alternativa a não ser trabalhar para ajudar sua avó, considerada por ele como a sua verdadeira mãe, na batalha diária pela sobrevivência. Dessa forma, os primeiros passos no mundo de trabalho estavam motivados exclusivamente pela necessidade de ajudar na sobrevivência da família. O depoimento de Diogo abaixo é bastante elucidativo.

Minha mãe sempre foi guerreira, meu pai abandonou eu com cinco anos de idade, minhas duas irmãs... Ela carregava nós três pros carnavais, no meio de briga, de tombo, a gente com as caixas de cervejas pra ajudar ela e voltava... as duas trazia as caixas de cervejas e eu trazia mais outra saco de lata, latinha vazia pra vender, pra fazer um dinheiro a mais. Então minha mãe tava sempre nessa guerra, sempre nessa batalha. Quando não tinha festa pra vender, a gente ia para a maré de marisco, aqui próxima do Subúrbio Ferroviário, pra pescar pra ter almoço, então ela sempre tava naquele corre (DIOGO, 25 anos, 07/01/2011).

Para os jovens cujos arranjos familiares não estavam marcados pelas contingências da “guerra da sobrevivência”, mas que as condições de existência não permitiam muitos luxos, a decisão de trabalhar estava orientada pela consciência prática de que era hora de ter uma renda própria “*para comprar coisas de consumo pessoal*” como afirmou a jovem Cibele, ou o que “*a idade pede*” segundo o ponto de vista de Laís. Mas não apenas isto, também estava inculcada a vontade de trabalhar para poder ajudar a família, ainda que não houvesse uma pressão explícita de seus pais a respeito disso.

A pessoa quando vai chegando determinada idade né? Passa a ter interesse de ter suas coisas, de poder, especialmente mulher né? De cuidar dos seus cabelos, de comprar um brinco, de se vestir melhor, até mesmo pra poder passar uma boa impressão e pra auto-estima da pessoa mesmo.... Daí vem o interesse de trabalhar e até mesmo de ajudar em casa em alguma coisa. Que pra a família pobre de tempo em tempo surge algum problema, alguma dificuldade, é sempre bom a gente poder tá contribuindo com alguma coisa. Então acho que é quase que unânime esse

pensamento do jovem de quatorze, até quatorze pra frente começar a pensar em ajudar a família de alguma maneira, de trabalhar, de contribuir de alguma forma, então por isso veio meu interesse em trabalhar (LAIS, 22 anos, 29/12/2010).

No entanto, a ocorrência de eventos inesperados ou indesejados, como a morte de um membro da família ou o nascimento de primeiro filho, como foi o caso de José e Reinaldo, respectivamente, fizeram com que as motivações primeiras se convertem em “*necessidades urgentes*”, uma vez que tinham consciência do peso que representariam para as suas mães. No caso de José, a morte de seu pai fez com que a “*ficha caísse*”, de que era o “*único homem da casa e não caía bem...*” ficar dentro de casa enquanto a sua mãe e suas irmãs saíam pra trabalho, então era hora de assumir o papel social de substituto do chefe provedor, para isso era preciso trabalhar!

A ausência do meu pai na minha família, por ele ter falecido, fez com que um pouco dessa responsabilidade fosse para mim, né? O único homem da família era eu, não cai bem, né? Assim três mulheres em casa trabalhando (risos) e assim... um homem da casa, só em casa, não cai bem. Esse foi um dos motivos, assim ajudar a minha família. E o outro motivo é pra ter a minha renda também particular, né? Sua renda própria, que é bem interessante, bem importante isso no mundo atual. Ter o que querer, um desodorante, um perfume, uma rouba bonita que achar na rua, poder comprar com seu próprio dinheiro, né? Isso é bem importante (JOSÉ, 22 anos, 28/12/2010).

É... já tava procurando emprego mas não com tanta preocupação, porque sempre tive apoio da minha mãe e a preocupação dela é que eu terminasse estudo e continuasse estudando e... a maior preocupação, motivação mesmo, foi quando minha filha nasceu. Quando minha filha nasceu não, quando minha esposa ficou grávida, aí foi preocupação mesmo... (REINALDO, 27 anos, 12/04/2010).

Nas jovens de trajetórias praticamente certinhas, a exemplo de Milene, a motivação para o trabalho está circunscrita pela lógica de ganhar autonomia para “nunca pesar” para a mãe, principalmente no plano econômico, sendo que a conquista de um emprego é vista como uma possibilidade de devolver todo investimento familiar feito com ela. Em outras palavras, a motivação para o trabalho estava orientada por uma ética do “gosto de devolver”. Conforme veremos mais a frente, no momento em que a entrevistei, janeiro de 2011, Milene estava entre “a cruz e a espada”, pois não estava conseguindo conciliar os estudos, no curso de Letras na Universidade Federal da Bahia, com o emprego em uma livraria em um Shopping Center da cidade, portanto, estava disposta a pedir demissão, mas sabia que tal decisão iria “pesar” para a sua mãe.

...Nunca pesar pra minha mãe, nunca dá trabalho, sempre foi minha motivação!... Porque quando meus pais se separaram, meu pai não assumiu as responsabilidades,

não assumiu as despesas. Passamos uns momentos de aperto muito, muito, muito grandes, então eu falei assim: “eu tenho que trabalhar pra ganhar autonomia, pra não ter que dá trabalho para minha mãe e um dia...”. Poder dá uma grana pra ela assim... Não por questão de status, mas por questão de gosto de devolver. Ó, minha mãe, você investiu em mim, você ralou pra caramba e eu tô aqui devolvendo! (MILENE, 23 anos, 12/01/2011).

A busca da autonomia financeira e independência em relação à família também aparecem como motivações para o trabalho entre os jovens pesquisados, principalmente para aqueles que se encontravam desempregados, a exemplo de Iago, Rosa e Beatriz. A jovem Beatriz desde os 13 anos sempre quis trabalhar porque *“queria ter o seu próprio dinheiro”*, ou como ela própria afirmou *“eu queria ser independente, eu sempre quis!”*. No entanto, em janeiro de 2011, ela se encontrava desempregada, e reaver a sua independência financeira continua sendo a sua principal motivação para o trabalho.

Apesar de ter o meu esposo, de ter a minha mãe, eu não gosto de ficar dependendo de ninguém, eu não gosto de pedir, eu sou uma pessoa que eu vejo uma coisa assim interessante, ou pra mim, ou pra meu filho, ou até mesmo pra casa eu quero comprar. Então, eu não gosto de chegar “ah, me dê”. Nossa! Parece que trava, é uma coisa horrível. Eu não gosto não, o que mais me motiva é isso, poder... meu filho tá crescendo, eu pretendo colocar ele na escola com dois anos, e eu quero mesmo um emprego (BEATRIZ, 22 anos, 03/01/2011).

A exposição de motivos apresentados pelos entrevistados indica que jovens pobres, filhos e filhas de famílias da classe trabalhadora, residentes nos bairros populares de Salvador, ingressam no mundo trabalho orientados pela sua própria condição de classe, sendo o trabalho uma dimensão central na construção dos itinerários biográficos, de modo que a condição juvenil só é vivida porque trabalham, para assegurar o mínimo de recursos para a família, o lazer, o estudo, o namoro etc. Por isso, precisamos entender como as motivações para trabalho encontram correspondência nas experiências de trabalho, num contexto de profundas transformações na sociedade do trabalho metropolitana, cuja característica central é a redundância da precarização social do trabalho juvenil.

### **5.6.2 Os itinerários dos jovens pesquisados pelo mercado de trabalho metropolitano**

Os itinerários percorridos pelos jovens entrevistados no mercado de trabalho metropolitano são constituídos de dois pontos de partidas distintos. Se levarmos em consideração o momento em que ocorrem os primeiros movimentos de aproximação ou de contato com o mundo do trabalho, verifica-se que boa parte dos entrevistados, 14 jovens, tem

como marca inicial uma “*socialização temporã no mundo trabalho*”. Trata-se dos jovens que ingressaram precocemente no mercado de trabalho num fluxo permanente entre atividades ou ocupações precárias, irregulares e descontínuas, intercaladas ou combinadas pela procura de trabalho. Em síntese, percursos de trabalho que poderiam ser classificados como situações de desemprego por trabalho oculto, conforme a metodologia utilizada pela PED.

Por outro lado, também encontramos no rol dos casos estudados 07 jovens entrevistados cujos itinerários de trabalho “*praticamente certinhos*” ocorrem basicamente após a conclusão do ensino médio. Trata-se dos jovens pouco “experimentados” nas formas clássicas de entrada do segmento juvenil no mercado de trabalho. Entretanto, isso não significa dizer que esses jovens tenham feito a passagem automática da escola para o 1º emprego, pelo contrário, no momento em que “decidem” trabalhar, alguns já o fazem em situação de desemprego.

É desses pontos de partida que os jovens entrevistados participam das ações do Consórcio da Juventude da Região Metropolitana de Salvador, e, por conseguinte, a conquista de “um emprego de verdade”, leia-se um trabalho socialmente protegido, era um dos elementos motivadores da participação nesse programa. Tendo em vista os objetivos desta tese, tomamos como marco temporal para proceder à análise retrospectiva das formas de ingresso e itinerários de trabalho dos jovens o momento em que os jovens foram qualificados para o mercado de trabalho através das ações do Consórcio Social da Juventude.

No caso dos jovens cujos itinerários têm como ponto de partida a “socialização temporã pelo trabalho” observa-se que as primeiras experiências não estão circunscritas às regras formais do trabalho assalariado, isto é, as atividades ou ocupações realizadas não exigiam pré-requisitos para desempenhá-las, a não “*ser a coragem para trabalhar*” ou “*a vontade de ter uma renda própria*”, para utilizar a linguagem nativa de dois jovens entrevistados. Os itinerários de *Beatriz, Rosa, Jonas, César, Iago, Haroldo, José, Diogo, Adalberto, Erivaldo, Reinaldo, Rita e Cibele* compartilham deste mesmo ponto de partida.

As portas de entradas foram praticamente as mesmas, apresentando diferenças em relação ao gênero. As jovens mulheres começaram a trabalhar como ajudantes em salões de beleza, babás, empregadas domésticas, revendedoras de catálogos de empresas que vivem da exploração do trabalho não-pago, como Hermes, Avon, Natura e outras, nos bairros onde moram e suas adjacências. Já os jovens rapazes começaram em atividades típicas do comércio de rua da cidade de Salvador, tais como: vendedores ambulantes de alimentos, de artesanato, pequenos biscates como ajudantes de pedreiro, de pintor etc. Alguns seguiram a rota do trabalho informal até a idade de 20 anos, a exemplo de Jonas; já no caso de Reinaldo, os



encargos da paternidade lhe fizeram perceber que “ninguém conseguia ficar vivendo assim com eventuais trabalhos”, fazendo com que ele começasse a procurar um emprego com carteira assinada.

Eu comecei cedo, como autônomo eu comecei cedo. Em torno de 13 para 14 anos, já vendi picolé, já vendi doce, já vendi batata frita. Já catei até lata, garrafa pet. Agora carteira assinada mesmo eu comecei aos 20 anos de idade (JONAS, 22 anos, 28/12/2010).

Olhe, eu comecei a tomar conta de criança, foi o que? Oito anos. Tomar conta de criança, fora minha sobrinha que eu tomava conta dela. Aí depois com uns dezoito anos e meio comecei a vender a revista.... Aí eu saí porque ia entrar num consórcio, porque não tava dando pra distinguir. Aí eu saí ( ROSA, 25 anos, 02/12/2010).

Eu comecei a trabalhar com 13 anos no salão da minha tia. É... eu comecei a trabalhar assim para comprar algumas coisas, que eu precisava, a partir daí eu fui aprendendo mais coisas, aprendi a fazer uma escova, tratar do cabelo. Depois comecei a vender alguns produtos naturais, já fiz várias coisas. Fui vendedora de produtos naturais, vendedora de revista, de roupas e fui subindo, né?... Logo após, eu conheci aqui esse projeto, me convidaram, eu vim, fiz o curso (CIBELE, 25 anos, 28/12/2010).

O meu primeiro trabalho mesmo foi o que? Foi fazendo ferragem. Eu era bastante novo....Aí depois disso aí, fui vender picolé, bala, doces, tal. Depois num determinado período, com idade assim 16, 17 anos, eu vi que não dava dando certo, né!? Eu vendia artesanato também gnomos, bruxas, pulseiras, brincos, colares. Aí eu: “porra, véi, tô fazendo 17, hen! Eu tô fazendo 16 anos, tava fazendo 16 anos na época e não tinha nenhuma profissão, né!? Não sabia fazer nada, quer dizer, sabia fazer artesanato, mas só que não via aquilo como uma profissão, né!? Pô, sou artesão? Sou vendedor? Que nada! Vendedor não é profissão, vendedor é passa tempo, né!? Eu ia vender ninharias, isso não..... aí: “não, eu tenho que conseguir uma profissão” (ADALBERTO, 26 anos, 15/01/2011).

Sete anos comecei a trabalhar em praia, meu tio tinha ponto na Barra, eu comecei a trabalhar com ele. Depois eu vim trabalhar na oficina com doze anos, ..após sair [de] lá, voltei de novo pra praia porque era uma coisa certa assim, tá entendendo?. Depois, fui trabalhar de artes plásticas, trabalhei três anos, fui morar em São Cristóvão, fiquei fora de casa porque era uma coisa que eu necessitava... Depois fui trabalhar em um lava-jato aqui com o rapaz dali de baixo, estudando. Aí com o tempo foi que surgiu o Consórcio (HAROLDO, 20 anos, 07/01/2011).

Eu já fazia bicos com meu tio direto, trabalhava com pintura... Eu ia com meu tio direto, ele ia pintava mansões, prédios, essas coisas e me chamava pra ser ajudante dele e aí pagava uma grana pra que eu não ficasse duro. Na verdade não era nem um pagamento, era só pra estimular eu aprender a profissão, tinha vez que ele mim dava trinta reais, tinha vez que ele dava vinte reais, aí eu fui crescendo (IAGO, 28 anos, 28/04/2010).

Os itinerários de partida de *Milene, Margaret, Fabrício, Walesca, Láis, Júlia, Ítalo e Luísa* não se caracterizam por uma “socialização temporã no mundo”. Os primeiros contatos com o trabalho são mais tardios, sendo que as preocupações com a procura de trabalho se tornaram mais frequentes quando se aproxima a conclusão do ensino médio. No caso específico de Milene, a sua preocupação em “não pesar para mãe”, fez com que ela tivesse contato com o trabalho aos 14 anos, quando “trabalhou clandestinamente” numa loja de roupa

de uma conhecida durante o período de Natal, mas nada que tirasse o foco dos estudos. É após a conclusão do ensino médio que efetivamente pressionam o mercado de trabalho, e para tanto, lançam de mão de várias estratégias, e uma delas era fazer vários “cursos mais palpáveis” e direcionados ao mercado de trabalho, daí porque o Consórcio Social da Juventude era visto por esses jovens como uma forma de aproximação com o mercado de trabalho. O itinerário de Júlia, egressa da edição do Consórcio Social da Juventude de 2005, é um exemplo típico.

Eu comecei a trabalhar, na verdade, acho com dezoito porque antes disso eu participei da maioria dos cursos do CEPRIMA. Participei de elétrica, impressão off-set, e informática, não, é menos informática. Engraçado, informática! Eu ficava lá na secretaria digitando algumas coisas e fui me aprimorando. Aí depois eu fui indicada, no caso pra fazer uma capacitação pra educadores de informática, e daí comecei a trabalhar. Fiz voluntariado, dezessete anos a dezoito anos quase dezanove, só foi voluntariado...Num turno eu dava voluntariado lá no CEPRIMA ; a tarde, ia para outro local, dava aula de informática no caso, já era um serviços a parte pra outras instituições e a noite estudava. Estudei até dois mil e cinco, no caso até os meus dezanove anos (JÚLIA, 24 anos, 29/12/2010).

Os itinerários percorridos por esses jovens entrevistados em relação ao ingresso no mercado de trabalho antes de Consórcio Social da Juventude são relativamente diferenciados, de tal forma que o argumento sustentado por Pochmann (2007) de que a forma como o jovem ingressa no mercado de trabalho pode abrir ou fechar as portas que definirão sua trajetória sócio-profissional futura é bastante plausível. Observa-se que os jovens tinham expectativas distintas em relação ao Consórcio Social da Juventude, que estão correlacionadas com as motivações em relação ao mundo do trabalho e ao seu futuro.

Os jovens de “*socialização temporã no mundo do trabalho*” tinham como expectativa “expandir no mercado de trabalho”, ou seja, inserir-se no núcleo duro do mercado de trabalho, para tanto desejavam “aprender uma profissão” e receber um “empurrãozinho” na conquista do primeiro emprego. Para os jovens de itinerários “praticamente certinhos” as expectativas em relação ao Consórcio não estavam relacionadas diretamente com a inserção no mercado de trabalho, a exemplo de Laís, que tinha como interesse “*conseguir dinheiro para poder financiar um cursinho pré-vestibular*”, e só depois veio a perceber a importância de se inserir no mercado de trabalho.

Assim, os achados da pesquisa de campo indicam que tanto os jovens de “*socialização temporã no mundo trabalho*” quanto aqueles classificados como “*praticamente certinhos*”, compartilham de experiências comuns nos percursos trilhados em busca do primeiro emprego e na tentativa de permanência no circuito do emprego formal. Se as condições objetivas e as

motivações iniciais para a procura de trabalho lhes puseram em caminhos diferentes nos pontos de partida, agora os itinerários de trabalho se encontram e se entrelaçam pela vivência da precarização social do trabalho.

Os percursos e experiências de trabalho vivenciados pelos jovens seguiram rotas diversas cujos fios que articulam as sequências de eventos que compõem as trajetórias ocupacionais são tecidos por vínculos de trabalho frágeis, instáveis e inseguros. Trabalho voluntário, estágio, emprego temporário, trabalho em tempo parcial, emprego sem carteira assinada, desemprego fazem do repertório de situações ocupacionais vivenciadas pelos jovens em busca do primeiro emprego. No entanto, quando encontraram a primeira chance, tão prometida pelo presidente Lula no seu discurso de lançamento do Programa Nacional de Primeiro Emprego em 2003 e pouco cumprida, percebem que suas vidas estão suspensas por um fio, pois os empregos aparentemente seguros também são instáveis, passageiros e precários, de modo que dorme-se empregado e acorda-se desempregado. Para os jovens que ainda estão em busca do primeiro emprego, o sentimento de impotência e de fracasso marca os seus percursos, principalmente por não conseguirem entender onde estão errando, mas aos poucos percebem que os ensinamentos internalizados nas aulas do Consórcio não eram suficientes para encontrar uma vaga no mercado de trabalho, descobrem duramente que fazem parte do exército industrial de reserva.

Por essa razão, faz-se necessário destacar algumas características das rotas percorridas pelos jovens em suas experientes trajetórias de trabalho. Após a participação no Consórcio Social da Juventude, os jovens entrevistados tiveram como destinos ocupacionais as seguintes situações iniciais: *os jovens que se inserem de imediato no mercado de trabalho através do primeiro emprego com carteira assinada; os jovens que se inserem através das formas típicas de trabalho precário; os jovens que estavam à procura de emprego.*

- a) *Os jovens que se inserem de imediato no mercado de trabalho através do primeiro emprego*

A conquista do primeiro emprego “logo de cara”, para usar expressão utilizada por Fabrício ao se referir a sua própria trajetória, foi uma experiência vivida apenas por quatro jovens, *Walesca, Luísa e Margaret* e o próprio *Fabrício*. Os empregos encontrados por esses jovens foram em ocupações de vendedores de lojas, operadores de telemarketing, auxiliar administrativo e atendimento ao público. Em geral o tempo de médio de permanência nas ocupações encontradas não ultrapassou um ano. Alguns desses já sabiam que os empregos

que encontrariam não durariam muito tempo, pois não demoraram a perceber no cotidiano de trabalho que a dança das cadeiras nas empresas em que trabalhavam era permanente, como foi o caso das jovens Walesca e Luísa. O primeiro emprego de Walesca foi numa loja da McDonald's no bairro da Graça, e no caso de Luísa foi como operadora de telemarketing de uma empresa que prestava serviços à Coelba. Esses empregos caracterizam-se pelo uso intensivo da força de trabalho e baixos salários, sendo que a estratégia das empresas ao recrutarem jovens sem experiência prévia de trabalho é justamente atrair jovens em busca da primeira oportunidade, que estariam dispostos a se submeterem às situações degradantes de trabalho em nome da primeira experiência.

No caso da jovem Margaret, cuja trajetória esteve sempre marcada pela dedicação aos estudos, o primeiro emprego como vendedora numa loja de segmento de varejo apareceu no momento certo. Embora não fosse o emprego que sonhava, serviu para poder experimentar o mundo do trabalho e adquirir experiência. Além disso, com o seu ingresso no curso de Jornalismo numa faculdade particular da cidade, no mesmo ano em que participou do Consórcio (2007), o valor da mensalidade começou a pesar no orçamento familiar, fazendo com que a permanência em um emprego com carteira assinada se convertesse em uma condição necessária para a continuidade dos estudos.

No caso de Laís, a sua primeira e única experiência de emprego formal foi como auxiliar administrativa na mesma Ong que a qualificou para o mercado de trabalho. Dentre os jovens entrevistados, a trajetória de Laís se caracteriza pela passagem rápida no mercado de trabalho, sucedida do ingresso no Ensino Superior. Para ela, a conquista do primeiro foi importante para dar continuidade ao seu projeto de vida, pois com o salário que recebia foi possível custear as despesas com transporte e apostilas do cursinho pré-vestibular gratuito que ela fazia na UFBA.

Por sua vez, o jovem Fabrício ingressou no mercado de trabalho através do Consórcio, sendo que a sua experiência de primeiro emprego foi como orientador de clientes de um Shopping da cidade, que durou exatamente um ano. Ter um emprego fixo e carteira assinada significava a possibilidade de sentir útil socialmente e disso decorre a sua angústia na procura interminável por um emprego desde que foi demitido do primeiro emprego em 2005.

Para três jovens desse grupo, as sequências ocupacionais ocorridas após o primeiro emprego serão caracterizadas por situações recorrentes de emprego e desemprego. As jovens Walesca e Luísa percorreram o fluxo intermitente no mesmo ramo de atividade do emprego inicial, ou seja, no setor de serviços (Telemarketing) e no setor do comércio de alimentos. Em

janeiro de 2011, Walesca tinha acabado de sair de um emprego temporário e estava decidida a não procurar mais emprego nessa área em razão das péssimas condições de trabalho, do grau de despotismo dos patrões e os irrisórios salários; e Luísa encontrava-se reempregada, após nove meses de desemprego. No caso da jovem Margaret, seu percurso de trabalho após o primeiro emprego foi um pouco diferente, encontrou um novo emprego em uma Casa de Shows e eventos sociais, e depois de um ano pediu demissão para realizar trabalhos eventuais como modelo, que foram interrompidos com o nascimento de filhos gêmeos em 2009, e na data de realização da entrevista não estava procurando emprego porque seus filhos eram recém-nascidos, mas dava aulas em um projeto social no bairro e recebia uma ajuda de custo de aproximadamente R\$ 180,00 por mês.

Para a jovem Laís, a saída do primeiro emprego se deu em decorrência da sua aprovação no vestibular para o curso de História da Universidade Federal da Bahia em 2009, pois os horários das aulas impossibilitavam a conciliação com o trabalho. No primeiro semestre do curso, ainda chegou a participar de algumas seleções no SIM, mas as vagas encontradas não eram compatíveis com jornada de estudos. Mas no segundo semestre do curso foi contemplada com uma Bolsa de Iniciação à Docência PIBID no valor de R\$ 400,00 à qual estava vinculada até o momento em que aconteceu a entrevista.

*b) Os jovens que se inserem através das formas “típicas” de trabalho precário*

A segunda modalidade de sequências ocupacionais pós-Consórcio diz respeito aos jovens de itinerários de “*formas típicas de trabalho precário*”, nas quais se encaixam as trajetórias de *Adalberto, Haroldo, Júlia, Milene, Reinaldo, Ítalo, Rita, Beatriz e Cibele*. Nessa modalidade, a forma de inserção de jovens no mercado de trabalho se deu mediante um conjunto de situações típicas da nova precarização do trabalho, que engloba diversas modalidades e contratos de trabalho precários. Nesse caso, os itinerários profissionais percorridos pelos jovens são constituídos de várias experiências forjadas em atividades circunscritas à lógica do trabalho voluntário, dos estágios, dos contratos de aprendizagem, por tempo determinado, trabalho temporário, trabalho autônomo ou empreendimentos associativos etc.

Ao analisar as trajetórias dos jovens entrevistados, percebemos que o rumo dos itinerários assumiu rotas completamente diferentes. Assim, quando confrontamos a forma de inserção pós-Consórcio com a posição ocupacional no período de realização das entrevistas, identificamos três situações possíveis nessa segunda modalidade: a) há jovens que após

sucessivas experiências de trabalho “atípico” encontram um emprego com carteira assinada; b) há jovens cujos itinerários estão subordinados à lógica de “viver de projetos”, o que resulta numa permanente instabilidade do tipo de vínculo de trabalho, situação que se aplica principalmente aos jovens que trabalham em projetos sociais ou comunitários desenvolvidos por entidades do Terceiro Setor, subsidiados com recursos públicos ou oriundos da iniciativa privada; c) e também verificamos itinerários cujo destino final resultou em abrir o próprio negócio.

Os itinerários dos jovens *Adalberto, Haroldo, Júlia e Milene* podem ser classificados como itinerários de sucessivas experiências de trabalho tipicamente precário até encontrar um emprego com carteira assinada.

O jovem Adalberto, 26 anos, após concluir o curso de elétrica pelo Consórcio participou do “*Projeto Conexão Solidária*”<sup>115</sup>. A possibilidade de organizar uma cooperativa de trabalho formada por jovens eletricitistas aparecia como alternativa de trabalho viável para jovens que, como ele, haviam sido “qualificados” e não foram encaminhados para o mercado de trabalho. Desde o período do curso de elétrica, o jovem Adalberto “...já ficava *futucando, assim mexendo com os colegas*”, como ele afirmou, para formar um empreendimento associativo na área de elétrica. O sonho da cooperativa acabou não se concretizando, principalmente por falta de apoio e acompanhamento institucional aos grupos formados após a conclusão do projeto. Além disso, as dificuldades inerentes ao trabalho cooperativado (trabalho individual x trabalho coletivo) combinadas com a ausência de referências próximas, no bairro ou entre familiares, de empreendimentos ou de empreendedores de sucesso fizeram com que a ideia da cooperativa de trabalho não desse certo. Após o término do projeto Conexão Solidária em 2006, a Adalberto foi indicado para trabalhar como Agente de Desenvolvimento Local (ADL), do Programa de Promoção de Desenvolvimento Local e Economia Solidária<sup>116</sup> (PPDLES) do Ministério do Trabalho. Entre

---

<sup>115</sup> O “Projeto Conexão Solidário” uma ação complementar do Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador, financiado pelo Ministério do Trabalho, que tinha como objetivo “*proporcionar a efetiva inserção de jovens oriundos do Consórcio Social da Juventude no mundo do trabalho, pautada na cultura da cooperação e empreendedorismo, através do apoio a viabilização de cinco negócios associativos / cooperativos, competitivos e sustentáveis, com vistas à produção de bens e serviços pertinentes à cadeia produtiva da confecção*” (AVANTE, 2006).

<sup>116</sup> O Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária ( PPDLES) foi criado 2006 no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho, com o objetivo de promover ações de apoio e fomento ao desenvolvimento local tendo em vista a geração de emprego e renda, e em especial, estimulando a criação de empreendimento econômico solidário (EES). Tinha como prioridade o apoio e fomento a empreendimentos organizados por mulheres, jovens, povos tradicionais e beneficiários do Programa Bolsa Família. Em 2008, o PPDLES foi reformulado e passou-se a chamar Programa Brasil Local – Desenvolvimento e Economia Solidária. (BRASIL, Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2012, p. 77)

2006 e 2008, a sua rotina de trabalho envolvia as tarefas de identificar potencialidades e dificuldades enfrentadas pelos pequenos empreendedores; fazer diagnósticos técnicos sobre os empreendimentos; buscar soluções por meio da constituição de parcerias com instituições públicas; bem como acompanhar e dar suporte aos empreendimentos e emitir relatórios mensais a sua supervisora em Brasília. Do ponto de vista da relação de trabalho, se tratava de um contrato de prestação de serviço de pessoa física tendo como forma de remuneração o pagamento de bolsa no valor de R\$ 700,00 mensais, através da Fundação Universitária de Brasília. Segundo Adalberto, embora não fosse um emprego com carteira assinada, o trabalho como bolsista do PPDLES não deixava de ser um ponto de inflexão na sua trajetória ocupacional, uma vez que não precisaria ficar mais *“debaixo do sol, naquela labuta, aquele sofrimento, aquele corre-corre”*, como ocorria nas atividades de informais de rua que realizava antes do Consórcio. Essa experiência de trabalho lhe possibilitou *“conhecer uma infinidade de pessoas”* e instituições, como também a entender os limites da economia solidária como alternativa de geração de renda e emprego para os jovens.

A partir de 2008, Adalberto seguiu um novo itinerário de labuta, caracterizado pelo fluxo do emprego subcontratado intercalado por procura de trabalho e a realização de bicos na área de elétrica. A sua primeira experiência de emprego com carteira assinada seria numa empresa prestadora de serviço à Braskem, no Pólo Petroquímico de Camaçari, na função de eletricitista, aos 24 anos de idade. O jovem eletricitista estava confiante de que o seu 1º emprego, ainda que terceirizado, no Pólo Petroquímico duraria um bom tempo. A sua expectativa inicial foi descrita por ele da seguinte forma: *“Aí no Pólo foi aquela coisa, salário maior, estabilidade, tudo, aí eu: “Pô, eu tô no céu! Vou ficar no Pólo”! Tô bombano!”*. Passados cinco meses, foi demitido e sofreu na pele as consequências diretas da crise econômica de 2008 no setor industrial baiano, expressa na seguinte afirmação: *“aí vem esse troço aí, essa crise econômica aí... Éta, porra! Aí foi meio mundo de gente pra rua, os contrato caindo tudo. Aí foi embora uma equipe lá e eu estava no meio”*.

A experiência de primeiro emprego no Pólo Petroquímico era sinal de que o seu destino profissional era o mesmo do seu avô e de *“meio de mundo de eletricitistas [da] família”*. A partir de abril de 2009, Adalberto começou a trabalhar como eletricitista no setor da construção civil, sendo que o problema que enfrenta no seu cotidiano é o descumprimento, por parte das empresas, dos seus direitos trabalhistas, por isso já trabalhou em três empresas diferentes. Em janeiro de 2011, tinha apenas um mês que estava *“fichado”* numa grande empreiteira do setor da construção civil, responsável pela construção de condomínio de luxo na região central da cidade.

O itinerário de trabalho do jovem Haroldo após o Consórcio será constituído por uma sequência ocupacional que começa com o emprego de temporário de três meses em panificadora do bairro, mas como era menor de idade (dezessete anos), o dono estabelecimento o acabou dispensando. Na condição de arrimo de família, “*sempre tinha necessidade de trabalhar, não importava o trabalho no momento*”, por isso voltou a trabalhar como ajudante numa oficina de mecânica próxima a sua casa, onde já havia trabalhado na adolescência, durante sete meses. Como se tratava de atividades sem vínculo formal de trabalho, sempre que aparecia uma nova oportunidade com ganhos monetários maiores, Haroldo não pensava duas vezes, mudava de trabalho. Assim sendo, trocou a oficina mecânica para trabalhar novamente como ajudante do seu tio na praia do Porto da Barra.

Dessa vez, o retorno ao trabalho na praia foi fundamental para ele conseguisse o seu primeiro emprego com carteira assinada. Através de uma cliente foi indicado para trabalhar numa empresa de prestação de serviços de limpeza hospitalar. Se até então, a sua trajetória ocupacional era formada por mosaico de atividades informais, Haroldo seguiria um novo itinerário de trabalho, cujo percurso estaria circunscrito à terceirização do trabalho. Durante nove meses, a sua rotina de trabalho noturno se restringia a limpeza e desinfecção de superfícies hospitalares. Para tanto, o uso excessivo de produtos químicos acabaram causando danos à saúde do jovem trabalhador, que devido a um princípio de infecção na garganta foi demitido pela empresa. O tempo de permanência no primeiro emprego lhe assegurou o direito ao seguro-desemprego por quatro meses, período que utilizou para entregar currículo nas agências de intermediação de mão de obra, mas, sem ter muito sucesso na procura de um novo emprego.

Essa experiência de trabalho contribuiu para a aquisição da nova vaga de trabalho em outra empresa terceirizada, prestadora de serviços condominiais. Apesar de não ter que manusear produtos químicos tão agressivos quanto aqueles utilizados na área hospitalar, a rotina de trabalho, num condomínio no bairro de Brotas, era bastante intensa e estressante. Tratava-se de um emprego instável que não lhe assegurava nenhuma perspectiva a longo prazo, uma vez que a concorrência acirrada entre as empresas do setor implicava a perda de contratos para a empresa que trabalhava, e conseqüentemente, resultando na demissão ou o aguardo na fila de espera até que a empresa o alocasse em um novo posto, porém numa condição de “empregado” sem salários. Haroldo suspeitava que não permaneceria por muito tempo nesse emprego, mas o desemprego não lhe preocupava porque “*nunca ficou sem fazer nada*”, logo, sempre iria encontrar uma forma de assegurar o sustento de sua família.



Os itinerários de trabalho de Adalberto e Haroldo seguiram destinos ocupacionais homólogos. Ambos têm uma trajetória de vida marcada pela socialização temporã no mercado de trabalho, sendo que tiveram como destino final o circuito do trabalho terceirizado e em setores econômicos com elevadas taxas de rotatividade do emprego e desrespeito aos direitos dos trabalhadores, como é o caso da construção civil e das empresas terceirizadas do setor de limpeza.

Por outro lado, é importante analisar os itinerários de trabalho tipicamente precário das jovens trabalhadoras universitárias, *Júlia e Milene*, que acumulam em seus respectivos currículos de trabalho, até conseguirem um emprego com carteira de trabalho, uma vasta experiência de trabalho voluntário, de estágios, trabalho cooperativo ou contrato de trabalho por tempo determinado em instituições do Terceiro do Setor, intercalada por períodos de procura de trabalho e ingresso no ensino superior. Diferentemente dos jovens trabalhadores terceirizados, essas jovens irão se inserir no mercado de trabalho formal em postos de trabalho cujos requisitos exigidos tendem a privilegiar os jovens com maior escolaridade.

A jovem Júlia, egressa da 1ª edição do Consórcio (2004), é um exemplo típico de jovens de projetos. Começou trabalhar aos dezoito anos, quando ainda estava cursando o segundo ano do ensino médio. O certificado do curso de contabilidade básica do CSJ/RMS era mais um que a jovem entrevistada acumulava ao seu histórico de “cursos” profissionalizantes. À medida que Júlia participava dos cursos oferecidos pelo CEPRIMA também começou a trabalhar como voluntária em atividades e projetos sociais desenvolvidos por essa instituição.

A partir do seu envolvimento e comprometimento no trabalho voluntário, foi indicada para trabalhar como instrutora de informática básica num projeto de inclusão digital desenvolvido por Ong Internacional, com sede em Salvador, durante dois anos (2005 a 2007). As aulas do projeto aconteciam na sede da Sociedade Primeiro de Maio, no turno matutino, e recebia apenas uma ajuda de custo, não havendo remuneração salarial pelo trabalho realizado. Nesse mesmo período começou a trabalhar no turno oposto como instrutora de informática em outras Ong's do Subúrbio Ferroviário, executoras de programas públicos de qualificação profissional para jovens, a exemplo de Juventude Cidadã. Embora não fosse trabalho voluntário, também não havia vínculo formal de trabalho e a remuneração do trabalho realizado se dava mediante o pagamento de R\$ 16,00 por hora-aula.

Em 2008, Júlia foi aprovada no vestibular de Administração numa faculdade privada para estudar no turno noturno, e concomitantemente, foi trabalhar durante o turno diurno em duas Ong's distintas. Na parte da manhã trabalhava na sede da Ong, que mantinha o projeto

de inclusão digital, no bairro do Imbuí, onde exercia a função de assistente de comunicação. Como declarou Júlia, *“dessa vez eles me contrataram, mas aí era cooperativado porque lá não era carteira assinada, ninguém lá tinha carteira assinada, era cooperativado”*. E no turno vespertino, trabalhava como estagiária numa outra Ong no bairro do Rio do Vermelho, que havia lhe contratado para realizar atividades de auxiliar administrativa.

Na condição de estudante-trabalhadora, as despesas de Júlia aumentaram, ainda que se tratasse de *“um curso barato”*, precisava dispor de alguma renda para manter as despesas com livros, xerox, alimentação e transporte. Por isso, não se importava com fato de que os vínculos de trabalho (cooperativado e estágio) daquele momento não se lhe assegurassem os direitos trabalhistas. No segundo semestre de 2008 começou a trabalhar apenas como estagiária, pois a outra Ong reduziu o quadro de pessoal porque a instituição mantenedora (empresa privada do ramo de mineração) deixou de financiar os projetos sociais dessa instituição.

Em julho de 2009, o contrato de estágio de Júlia não é renovado e ficará seis meses desempregada. Ao mesmo tempo, também irá trancar a sua matrícula no curso de Administração porque havia sido contemplada com uma bolsa integral do PROUNI para cursar Design Gráfico numa faculdade particular localizada na Av. Paralela, no primeiro semestre de 2010. Enquanto aguardava o início das aulas e não encontrava um emprego, Júlia realizou bicos de informática (cartões de visitas, gravação de CD's, impressões) para ajudar na despesa da casa. Em dezembro de 2009, trabalhou como recepcionista numa empresa de recarga de cartuchos, no bairro da Pituba, esta seria a sua primeira experiência de trabalho com carteira assinada, mas durou apenas 03 meses. Pediu demissão porque os salários dos meses anteriores estavam atrasados, e, além disso, havia poucas linhas do transporte coletivo do local de trabalho até a Faculdade na Paralela.

Durante o primeiro semestre do curso de Design Gráfico, em 2010, Júlia apenas se dedicou aos estudos e continuou a fazer os bicos da informática. No segundo semestre, devido a problemas burocráticos da instituição, teve que trancar a matrícula do curso de Design, mas iria retomar os estudos no primeiro semestre de 2011. Enquanto aguardava ansiosa o retorno à faculdade, Júlia foi indicada por uma colega de trabalho para uma vaga de estágio, na área de design gráfico, oferecida por um sindicato de trabalhadores da cidade. Embora soubesse que não teria chances concretas de preencher aquela vaga de estágio, uma vez que houvera problema com a sua matrícula, Júlia enviou um currículo pra sua ex-colega sem maiores pretensões. *“Por uma sorte”*, assim definiu a entrevistada, começou a trabalhar na função de arte finalista, sendo responsável pela editoração eletrônica do jornal e boletins informativos

do sindicato. Na data de realização da entrevista, o contrato de experiência de Júlia estava se encerrando, mas a direção do sindicato já tinha lhe comunicado que seria contratada por prazo indeterminado. Até março de 2013, o nome de Júlia aparecia na ficha técnica do jornal do sindicato, o que nos sugere a sua permanência no seu primeiro emprego.

A trajetória ocupacional de Milene pós-Consórcio apresenta aspectos incomuns com a de Júlia. Sua primeira experiência antes do Consórcio aconteceu esporadicamente no período das férias escolares do final de ano, quando trabalhou clandestinamente numa loja de “uma conhecida”, e recebia meio salário mínimo. Desde muito jovem Milene acreditava que a aquisição do diploma do ensino médio não seria suficiente para se inserir no mercado de trabalho, por isso, estava permanentemente com o “nome na praça”, ou seja, tinha que construir um currículo competitivo para disputar uma vaga futura no mercado de trabalho.

O curso de gestão ambiental oferecido pelo Consórcio Social da Juventude era mais uma oportunidade em que Milene “se jogava”, após concluir o ensino médio. Na avaliação dela, as atividades formativas do Consórcio Social da Juventude lhe auxiliaram na descoberta de suas habilidades profissionais e na construção de um projeto de vida, dando-lhe suportes para responder a difícil pergunta: “*Por onde é que vou começar?*”. Antes do Consórcio, Milene não tinha muita certeza sobre o destino profissional, como ela própria explica: “*eu achava assim: pô vai ser difícil, eu tenho que ficar eternamente no SIM lá, batalhando, ralando, vivendo de bico, sacou?... “Ah, Meu Deus! Não vai dar certo. Vou ser fadada a ser uma subempregada”*”. Portanto, ao sair do Consórcio Milene tinha como perspectiva o ingresso no ensino superior público, pretendia prestar vestibular para comunicação ou letras, pois havia descoberto no Consórcio que tinha habilidade para “lidar” com pessoas.

No entanto, o itinerário de Milene após o Consórcio não terá como rumo imediato o ingresso na universidade, mas irá acumular uma relativa experiência de trabalho que envolve desde o trabalho temporário até a participação voluntária em projetos sociais. Motivada pela ideia de “nunca pesar” para sua mãe, assim que terminou as atividades do Consórcio em 2006, Milene começou a distribuir currículos nas agências do SIMM e do SINE à procura de uma vaga de trabalho. Mas sem obter êxito, situação que se postergou até abril de 2007, quando foi chamada para trabalhar na quarta edição do CSJ/RMS, ficando responsável pela gestão da biblioteca existente na Estação da Juventude, além de desempenhar outras funções como acolhimento e informação aos jovens, gestão da biblioteca, atendimento telefônico, inscrição dos jovens para os eventos, inscrição para atendimento do Balcão da Juventude e informação ao público em geral. Milene sabia que o contrato de prestação de serviço na Estação da Juventude duraria apenas seis meses, por isso buscou ampliar a sua rede de contatos com

peças que trabalhavam em outras Ong's tendo em vista outras oportunidades de trabalho. Em paralelo ao trabalho de recepcionista no Consórcio, Milene fazia um curso de inglês, se preparava para o vestibular e trabalhava voluntariamente como professora de literatura num cursinho comunitário de uma Igreja Evangélica.

Assim que encerrou o contrato de prestação de serviço no CSJ/RMS, ela conseguiu um bico numa loja de roupas durante o período do natal, e em janeiro de 2008 foi chamada para trabalhar na mesma Ong em que fez a oficina de qualificação profissional do Consórcio em 2006. Quando lhe fizeram o convite para trabalhar nessa Ong, Milene achava que iria desenvolver funções de assistente administrativa, mas na verdade foi trabalhar na equipe gestora da Ong, na captação de recursos e desenvolvimento de projetos sociais. Nessa nova experiência profissional, o vínculo de trabalho não tinha um estatuto definido e nem uma remuneração fixa, pois a Ong sobrevivia de projetos, de tal forma que as fronteiras que separavam trabalho remunerado e trabalho voluntário eram muito tênues. Na avaliação de Milene, era um trabalho muito enriquecedor, porque interagia diretamente com as pessoas do bairro onde morava. Contudo, a incerteza em relação aos rendimentos e o comportamento inadequado de certos membros da equipe gestora da Ong em relação à gestão financeira dos projetos contribuíram para o seu desencanto com o Terceiro Setor, e por conseguinte, o seu afastamento dela.

Após a rápida experiência de trabalho frustrada no Terceiro Setor, Milene participou de uma seleção de pública para educador do Projovem (antigo ProJovem Urbano), programa do governo federal executado em convênio com a Prefeitura de Salvador. A experiência como professora voluntária do cursinho comunitário foi importante para sua aprovação nessa seleção. Durante um ano (2008-2009) trabalhou como educadora de jovens de 18 a 29 anos, em três escolas do Subúrbio, cujo vínculo de trabalho era regido por um contrato de trabalho. Em 2009, a jovem entrevistada finalmente foi aprovada no vestibular da Universidade Federal da Bahia para o curso de Letras Vernáculas com Inglês, e passa a cursá-lo no segundo semestre, coincidindo com o término do contrato do ProJovem Urbano.

No primeiro semestre do curso de Letras (2009.2), a jovem entrevistada dedicou-se apenas aos estudos e não procurou trabalho, como ela própria afirmou, "*cursei meu primeiro semestre com excelência*". Mas em 2010, no segundo semestre do curso, começou a experimentar uma condição até então não vivida, a condição de estudante-trabalhadora. Após passar por um "teste de resistência", assim definiu a entrevistada, num processo de seletivo para uma vaga de livreira, oferecida por livraria de renome nacional, com filiais na cidade de Salvador, Milene terá a sua primeira experiência de trabalho com carteira assinada, e por

“coincidência” numa livraria! Desde o tempo da escola básica, ela era “*uma rata de livraria e de biblioteca*” e sonhava em trabalhar numa livraria, pois achava que poderia conciliar “*o útil com o agradável*”. Entretanto, descobriu no dia adia do seu trabalho que se tratava apenas de um mero sonho, pois na jornada de trabalho de oito horas diárias todo seu tempo era absorvido pelas demandas do trabalho, expressa na seguinte declaração: “*é uma ironia, mas não tenho tempo, é muita demanda aí, eu tenho que pensar em mesas temáticas, eu tenho que tá sempre por dentro dos prêmios, eu tenho que tá sempre por dentro dos autores, que são amadores que têm editora própria*”. Além disso, se tratava de um trabalho “mal pago”, uma vez que ganhava um salário e a comissão por vendas, o que lhe deixava irritada, já que nunca sabia quanto ganharia no final do mês.

Em fevereiro de 2011, a jovem entrevistada tinha completado um ano de tempo de serviço no seu primeiro emprego. Estava muito indecisa em relação a sua permanência naquele emprego, pois não estava sendo fácil conciliar o ritmo de estudo no curso de Letras, no turno matutino, com o ritmo da jornada de trabalho, das 14 horas às 22 horas.

De um modo geral, observa-se que os itinerários de trabalho dos jovens *Adalberto, Haroldo, Júlia e Milene* compartilhavam de uma sequência de situações ocupacionais que apresenta uma mobilidade progressiva de formas de trabalho atípicas ao emprego com carteira assinada. Mas também encontramos na amostra pesquisada jovens cujos itinerários estão subordinados à lógica de “*viver de projetos*”, a exemplo dos jovens: *Reinaldo, Ítalo, Rita, Beatriz e Iago*.

Os itinerários de Reinaldo, Ítalo, Rita e Beatriz estarão entrelaçados pelo engajamento em ações comunitárias destinadas à melhoria da qualidade vida dos moradores do bairro do Calabar, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação e a cultura. Em 2005, após o término do Consórcio, a Avante desenvolveu um projeto intitulado “*Jovens em Ação*”, com o objetivo de acompanhar e dar apoio técnico a jovens moradores do Calabar para criação da Biblioteca Comunitária do Calabar. Efetivamente as ações desse projeto se intensificaram durante o ano de 2006, e para tanto, contavam com um apoio de financeiro de uma instituição sem fins lucrativos de interesse público mantida com recursos de uma empresa multinacional do setor de varejo de moda. Os recursos do projeto não previam inicialmente a remuneração salarial dos jovens envolvidos diretamente na implementação da biblioteca, apenas uma ajuda de custo de R\$ 150,00.

O trabalho voluntário na Biblioteca unirá os itinerários biográficos de Reinaldo, Ítalo, Rita e Beatriz. No caso de Reinaldo, o envolvimento com o trabalho voluntário se dará no momento posterior a sua saída do Consórcio em 2005, enquanto para os demais ocorrerá

no mesmo ano em que participaram do Consórcio, isto é, 2006. No caso específico de Ítalo, Rita e Beatriz, a motivação para participar do Consórcio não estava necessariamente vinculada com a busca do primeiro emprego, mas era consequência do envolvimento com o trabalho comunitário e do contato direto com membros da equipe da Avante. Na avaliação deles, o elemento diferencial do Consórcio não foi a qualificação em vista da inserção no mercado de trabalho, em geral avaliada como “*formação restritiva para o subemprego*”, mas as “*outras qualificações*” que o “*mercado ignora*”, para utilizar uma expressão da jovem Beatriz, tais como: a formação para o exercício da cidadania e o aprendizado adquirido com as aulas de equidade e inclusão social. Embora não houvesse um vínculo de trabalho formal, o trabalho voluntário na biblioteca era visto pelos jovens entrevistados como um trabalho dotado de valor social, na medida em que estariam exercendo uma atividade vital para o desenvolvimento social do lugar onde vivem, cujo “trabalho não pago” seria recompensado com os resultados alcançados ao longo do tempo através de projetos de incentivo à leitura.

Entre os anos 2007 e 2008, o vínculo de trabalho desses jovens mudou de estatuto. Durante esse período, os recursos financeiros captados possibilitaram remunerar dois jovens na forma de emprego de carteira assinada (salário mínimo) e duas jovens como estagiárias. Do ponto de vista da dinâmica do mercado de trabalho, os jovens Reinaldo e Ítalo iriam ter a sua primeira experiência de emprego com carteira. Ainda que a dinâmica do cotidiano de trabalho não apresentasse alterações, o fato de ter uma remuneração fixa era um sinal de conquista e de recompensa pelo trabalho realizado. No caso de Beatriz e Rita, as duas solidariamente irão dividir o valor de 600,00 (R\$ 300,00 para cada uma), porque apenas uma delas estava estudante (Beatriz), podendo legalmente ser contratada na modalidade de estágio. Em 2009, os recursos captados pela Avante permitiram que apenas Reinaldo continuasse trabalhando de carteira de assinada. Os jovens Ítalo, Rita e Beatriz continuarão trabalhando voluntariamente, mas esporadicamente, sem a dedicação dispensada nos anos anteriores.

O jovem Ítalo, antes mesmo de encerrar o seu contrato com carteira assinada, já estava se preparando para fazer vestibular e concorrer a uma bolsa do PROUNI. A experiência de trabalho na biblioteca comunitária e o contato com “pessoas mais politizadas” de movimentos sociais foram importantes na formação de “*uma nova visão de mundo, de vida*”, da necessidade “*de buscar novas alternativas pra sobreviver*”. A continuidade dos estudos no nível superior se constituía como uma estratégia importante para a sua carreira profissional, além de contribuir a partir de sua formação técnica na elaboração, captação de recursos e execução de projetos sociais no bairro. Após concorrer duas vezes, sem sucesso, à bolsa do PROUNI, Ítalo passou no vestibular de uma faculdade particular para o curso de

pedagogia. Começou a cursá-lo no primeiro semestre de 2009, cujas mensalidades foram pagas com as economias que acumulou durante o ano de 2008, provenientes do seu primeiro emprego. No semestre seguinte, Ítalo foi contemplado com uma bolsa parcial de estudos da Prefeitura de Salvador, concedida a filhos de servidores públicos, e o seu pai custeou 50% do valor das mensalidades semestrais. E no semestre seguinte (2010.1), o jovem tinha sido contemplado com uma bolsa integral concedida pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, por intermédio do seu pai. Durante o primeiro semestre, Ítalo dedicou-se apenas aos estudos e não procurou trabalho. No entanto, em 2010, voltou a trabalhar novamente na biblioteca comunitária no turno matutino, na condição de estagiário.

Em 2010, os recursos financeiros que custeavam as despesas de manutenção da biblioteca comunitária passaram ser captados por uma Associação, criada em 2009, composta por 04 jovens restantes do “Projeto Jovens em Ação” (Reinaldo, Ítalo, Rita e Beatriz) e mais 03 membros da comunidade, que assumiram a gestão plena da Biblioteca. Os recursos financeiros captados em 2010 possibilitaram que Reinaldo e Ítalo fossem remunerados na condição de estagiários, no valor de R\$ 450,00.

Dentre os quatro jovens acima mencionados, Reinaldo é o que apresenta maior engajamento no trabalho como educador da biblioteca comunitária. O trabalho social aparece como eixo articulador da sua perspectiva pessoal e profissional, motivo que o impulsionou a ingressar no ensino superior. Inicialmente pretendia fazer um curso da área do “social”, mas a pontuação obtida no ENEM não permitiu que concorresse a uma vaga do PROUNI. A alternativa foi o curso de administração, que começou a cursar no primeiro semestre de 2008, após ser contemplado com uma bolsa parcial do PROUNI. Em abril de 2010, Reinaldo estava cursando o 5º semestre do curso de administração, exercia a função de presidente da Associação responsável pela gestão dos recursos financeiros da Biblioteca, e no que se refere ao vínculo de trabalho estava na condição de estagiário. Indagamos-lhe a sobre a constante indefinição da sua situação ocupacional enquanto educador da biblioteca comunitária, o qual respondeu da seguinte forma: *“como constantemente (risos) eu tô desempregado, já estou me acostumando a ficar desempregado-empregado-desempregado-empregado, é uma coisa muito rápida porque trabalho em projeto, então essa vida aqui é muito doida!”*. Embora esteja se acostumando com a “vida doida” de “viver de projetos”, a preocupação de Reinaldo era conseguir “gerir” o projeto da Biblioteca Comunitária, de tal forma que cumpra a sua missão institucional, e ao mesmo tempo ser bem remunerado pelo trabalho que realizava.

Quanto às jovens Rita e Beatriz, os itinerários tiveram caminhos distintos. A jovem Rita, após o término do trabalho remunerado na biblioteca, passou a procurar emprego no

SINE, mas sem obter êxito nas seleções de emprego. A falta de experiência comprovada na carteira e a ausência de qualificação profissional específica, na avaliação da jovem entrevistada, foram as principais dificuldades enfrentadas na procura de emprego. Na ausência de um emprego fixo, a jovem Rita afirmou que *“nunca ficou parada”*, sendo que sempre fazia algum *“bico”*, como por exemplo, o emprego temporário (um mês) de auxiliar de dentista etc. Movida pelo espírito comunitário, Rita trocou a possibilidade de um emprego com carteira assinada por um emprego sem carteira para trabalhar como secretária de um candidato a deputado estadual. Ao indagá-la sobre os motivos de tal decisão, afirmou: *“ele quer trabalhar com política voltada pro bairro né? Então eu me joguei... fiz o sacrifício pelo meu bairro”*. No mesmo período, segundo semestre de 2009, também ingressou no ensino superior, no curso de gestão ambiental, numa faculdade particular à noite. Em julho de 2010, Rita tinha concluído o segundo semestre do curso de gestão ambiental, mas estava planejando trancar o semestre seguinte devido ao aumento da demanda de trabalho no escritório do candidato a deputado, uma vez que estava se aproximando do período das eleições (outubro de 2010).

No caso da jovem Beatriz, a descoberta de que estava grávida do seu primeiro filho em 2009 irá reconfigurar significativamente o seu itinerário biográfico e os planos em relação ao mundo do trabalho. Embora continuasse trabalhando voluntariamente na biblioteca, a sua participação foi reduzindo-se à medida que avançava nos meses de gestação. Após o nascimento do pequeno Alex em agosto de 2009, o aprendizado dos papéis de mãe e de esposa fizeram com que ela se afastasse completamente do trabalho voluntário na biblioteca, passando a cuidar do filho e dos afazeres domésticos. Em abril 2010, o seu pai faleceu e, por conseguinte, vieram as dificuldades financeiras da família. Em virtude dessa reconfiguração do arranjo familiar, Beatriz começou a trabalhar como vendedora de uma loja de roupas na Baixa dos Sapateiros.

Mas a sua primeira experiência de trabalho no comércio lojista foi traumatizante, de tal forma que nunca mais procurou trabalho nessa área. Dentre os motivos do trauma, o grau de exploração de trabalho e baixa remuneração deixaram Beatriz indignada. Embora tenha sido atraída pela ideia de que se tratava de um emprego com carteira assinada, na prática se tratava de um trabalho comissionado, cuja remuneração no final do mês era de aproximadamente R\$ 160,00. Portanto, a experiência traumatizante durou apenas 03 meses, de julho a setembro de 2010. Na data da entrevista (janeiro de 2011), ela estava à procura de um emprego, pois desejava retomar a sua independência financeira, e por isso mesmo, encontrar uma vaga no mercado de trabalho é uma condição indispensável. No segundo



semestre de 2010, a jovem entrevistada participou de três seleções de emprego, mas não foi selecionada em nenhuma. Ao avaliar a sua trajetória de trabalho, ela considerou que o tempo dedicado ao trabalho voluntário na biblioteca acabou prejudicando a procura por um emprego com carteira assinada, mas iria cotidianamente insistir na batalha por um emprego. Afinal de contas *“eu sou brasileira, o que é que eu tiro é...persistência!. Você tem que insistir ali, batalhando, lutando, porque um dia, não é possível, um dia você tem que conseguir”*. Concluiu a jovem entrevistada.

No caso específico do jovem Iago, 28 anos de idade, o itinerário de trabalho pós-Consórcio também estará subordinado à lógica de viver de projetos, acumulando uma vasta experiência enquanto educador social na área de arte-educação em projetos sociais de Ong's e em escolas públicas da cidade de Salvador. Os primeiros bicos da adolescência foram convertidos em situações recorrentes de trabalho por contrato, trabalho voluntário e desemprego, que poderiam ser classificados como bicos da arte-educação. A instabilidade financeira é um traço marcante da sua trajetória de trabalho, conforme se evidencia no seguinte depoimento do jovem entrevistado:

Meu primeiro salário foi de mil e quinhentos reais, um salário que assim pra um jovem é muito, né? Mas passou, porque o projeto acabou. Então é muito contraditório pra você tá recebendo algo grande, logo de início e depois você receber duzentos reais, cem reais pra tá fazendo atividade de projeto social, algo que deixa a pessoa quase em depressão. A minha trajetória foi essa (IAGO, 28 anos, 28/04/2010).

Nesse sentido, as expectativas de Iago em relação ao Consórcio estavam relacionadas com a possibilidade de encontrar o primeiro emprego com carteira assinada. Mas não foram correspondidas. Na sua avaliação, um dos aspectos negativos do Consórcio foi a contradição entre a qualificação obtida e a vaga de trabalho para a qual era encaminhado nos processos seletivos. Na maioria das vezes em que participou de processos seletivos encaminhados pelo Consórcio, o jovem entrevistado se sentiu como uma “marionete”, ou seja, *“como é que você faz um curso, e é mandado pra [uma] oportunidade de emprego de outra [área]?”* Para Iago, o Consórcio Social não cumpriu com as “fantasias” prometidas, conforme explicita no depoimento abaixo:

Se você tiver contato hoje [com os jovens do Consórcio], pergunte quem tá trabalhando devido a isso, não tá. Se conseguiu emprego ficou seis meses, no máximo um ano, e depois disso teve que se virar. Fizeram fantasias na cabeça da juventude dentro da comunidade, então eu acho que a gente precisa fantasiar e cumprir as fantasias (IAGO, 28 anos, 28/04/2010).

Apesar de não ter sido inserido no mercado de trabalho através do Consórcio, o jovem Iago buscou efetivar a “fantasia” do primeiro emprego, enviou currículos, participou de inúmeras de seleções de emprego, mas sempre a resposta era a mesma: “*olha, a gente liga pra avisar*”. Enquanto não se concretizava a “fantasia” do primeiro emprego, o jovem entrevistado voltou a trabalhar em projetos sociais com dança. O itinerário de trabalho de Iago após o Consórcio é marcado por uma tensão latente entre o “currículo formal” e “currículo artístico”. Durante o ano de 2005, Iago dedicou-se a um trabalho voluntário com um grupo de dança, formado por jovens do bairro do Calabar, e praticamente não realizou atividades remuneradas, vivendo “*à custa de sua mãe*”. A partir de 2006, começou a trabalhar como oficinairo de dança numa escola estadual no bairro de Sussuarana, adesista do Programa Escola Aberta<sup>117</sup>. Pela realização desse trabalho, o jovem oficinairo recebia a quantia mensal de R\$ 150,00. Na prática, se tratava de um trabalho voluntário, que apenas ressarcia as despesas de transporte e alimentação.

Em 2009, o jovem oficinairo deixará o bico da arte-educação para trabalhar como recepcionista numa academia de capoeira no centro da cidade. Atraído pela possibilidade de ter a sua carteira de trabalho assinada, Iago acabou “agarrando” aquela oportunidade. Mas, trabalhou apenas seis meses porque não conseguiu se adaptar à lógica do trabalho de recepcionista e nem tampouco o seu contrato de trabalho foi legalmente formalizado. Depois dessa experiência “mal sucedida” na academia, voltou a trabalhar como oficinairo em duas escolas estaduais, e recebia uma ajuda de R\$ 300,00. Em abril de 2010, dedicava-se à montagem de um espetáculo de dança e estava “correndo atrás” para vender o seu trabalho em espaços culturais e teatros da cidade, mas não estava realizando nenhuma atividade remunerada, voltando a depender da ajuda financeira da família.

Portanto, os itinerários dos jovens cujas sequências ocupacionais estavam circunscritas à lógica de viver de projetos demonstram que os tipos de vínculos mudam constantemente devido ao grau de incerteza que prescreve o trabalho social, uma vez que dependem da capacidade de captação de recursos financeiros juntos as instituições parceiras ou de programas públicos. Ao que tudo indica, a possibilidade de conciliar os estudos universitários com a inserção em atividade remunerada (incerta e insegura) no projeto social é vista por

---

<sup>117</sup> O Programa Escola Aberta foi criado em 2004 a partir de cooperação técnica do Ministério da Educação e da UNESCO com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz, por meio da ampliação da integração entre escola e comunidade; ampliação das oportunidades de acesso; a formação para cidadania e redução de violências na comunidade escolar. Em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, as escolas públicas da educação básica localizadas em territórios de vulnerabilidade social que aderem ao Programa abrem aos finais de semana para que alunos e comunidade desenvolvam atividades diversas, incluindo ações educativas que contribuem para valorizar o jovem, afastando-o da violência e integrando-o à escola e à comunidade.

Reinaldo e Ítalo com uma situação mais vantajosa do que procurar uma vaga de emprego ou estágio no mercado de trabalho nas áreas dos respectivos cursos superiores em que estão matriculados. Por outro lado, se observa que esses jovens que estão relativamente “liberados” da contribuição com orçamento familiar podem experimentar a “*vida louca*” de “*viver de projetos*” sem maiores preocupações. Todavia, isso não deixa ser uma fonte de tensão com os seus respectivos familiares que não veem muito “futuro” no “trabalho social” enquanto perspectiva profissional. No caso da jovem Bárbara, o progressivo distanciamento da lógica de viver de projetos está correlacionado com a assunção dos novos papéis sociais (a maternidade e nupcialidade) e a com a reconfiguração do arranjo familiar após o falecimento do seu pai, sendo que a procura de um emprego com carteira se converteu numa urgência social frente às dificuldades financeiras da família e a necessidade de voltar a ser independente financeiramente. E no caso do jovem Iago, a trajetória de trabalho é constituída de “bicos da arte-educação”, o que não lhe permite uma estabilidade financeira e nem a conquista da emancipação plena em relação à família, já que na maioria das vezes depende de sua mãe para se manter.

No rol dos itinerários de trabalho tipicamente precários, cabe destacar o caso da jovem Cibele, cujo destino ocupacional pós-Consórcio teve como resultado o microempreendedorismo individual, ou seja, a abertura de um pequeno negócio por conta própria.

Após concluir o curso de elétrica pelo Consórcio Social da Juventude em 2007, Cibele percorreu um itinerário de trabalho um pouco de distinto das jovens mulheres entrevistadas na pesquisa de campo. Em decorrência das suas experiências prévias de trabalho no momento posterior ao Consórcio, a jovem entrevistada buscou sempre realizar algum de tipo atividade remunerada, pois não conseguia se imaginar “sem fazer nada”. Além das atividades informais que já realizava, também começou a realizar pequenos serviços e consertos na área de elétrica na vizinhança.

Em 2008, ela foi aprovada no processo seletivo do curso de aprendizagem básica em eletricidade industrial ofertado gratuitamente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Esse curso teve duração de oito meses, e após esse período, Cibele foi indicada para trabalhar como jovem aprendiz numa indústria do setor metalúrgico em Candeias. Durante quatro meses, a jovem entrevistada pôde experimentar um cotidiano de trabalho fabril, descrito por ela da seguinte forma: “*olha, foi uma experiência onde pude realmente ter uma visão do que é o mercado de trabalho. Tive uma ideia da grandiosidade da indústria. Me assustei quando vi o tamanho do local e quantas pessoas trabalhavam lá*”.

Para a jovem aprendiz, a experiência de trabalho na fábrica lhe possibilitou um aprendizado prático do trabalho com eletricidade, das normas de segurança de trabalho e dos seus direitos e deveres enquanto trabalhadora, bem como os primeiros contatos com o sindicato e sua importância na luta pelos direitos dos trabalhadores. No início se sentiu bastante discriminada no ambiente de trabalho por ser a única mulher numa área de trabalho tipicamente masculino, mas “*soube dar a volta por cima*” e aos poucos conquistou a confiança dos operários. A jornada de trabalho era de oito horas diárias e o salário era aproximadamente quatrocentos reais (R\$ 415,00), equivalente ao valor do salário mínimo em 2008. Cibele acredita que não foi contratada pela empresa porque não tinha o curso técnico avançado em elétrica, condicionante básico para contratação de empregados efetivos, o qual não tinha condições financeiras para custear. Contudo, não se pode desconsiderar que a participação da força de trabalho feminina no setor industrial é bastante reduzida, principalmente no setor de manutenção (mecânica e elétrica). Após o término do contrato de aprendizagem, ela continuou realizando serviços autônomos de eletricista, mas não encontrou emprego fixo nessa área.

Dessa forma, o itinerário de trabalho percorrido entre os anos 2009 e 2010 seguiram uma rota que cada vez mais lhe distanciava do mundo fabril, de modo a reaproximá-la do circuito do trabalho informal. Em 2010, teve duas experiências de emprego temporário como balconista de farmácia e vendedora de uma loja de roupas em estabelecimentos localizados no bairro de Plataforma, próximo da sua residência. Foi a partir da experiência de trabalho como vendedora da loja de roupas que nasceu “*uma ideia assim, um estalo!*”, conforme afirmou a jovem Cibele, de montar o seu próprio negócio. Para tanto, se associou a outra vendedora para montar uma pequena loja, especializada na venda de peças íntimas femininas no bairro da Ribeira. Para montar o negócio, a sócia dela pediu demissão da loja e utilizou o valor da multa rescisória e do FGTS para comprar mercadorias, e Cibele tomou um empréstimo no banco.

Em dezembro de 2011, o pequeno negócio de Cibele havia completado seis meses e funcionava num ponto comercial alugado no bairro de Plataforma, próximo de sua residência. Do ponto de vista financeiro, o lucro auferido com a venda das peças íntimas estava sendo reinvestido na própria loja, não permitindo a retirada de ganhos individuais. Enquanto isso, a jovem entrevistada se mantinha com a renda de pequenos bicos que fazia em horas vagas, a exemplo dos serviços de manicure. Cibele estava confiante no sucesso do pequeno negócio e tinha se inscrito no programa Microempreendedor Individual (MEI) do governo federal, pois era uma forma assegurar o direito a alguns benefícios sociais (auxílio maternidade, auxílio doença, contribuição para aposentadoria etc.). Contudo, os pais de Cibele não veem com bons

“olhos” a ideia do pequeno negócio em sociedade, preferem que a filha invista numa alternativa de trabalho mais segura, por isso, indiretamente tentavam convencê-la a buscar um emprego com carteira assinada na área de curso de elétrica. Se levarmos em conta o tempo médio de duração dos pequenos empreendimentos no Brasil, podemos inferir que a probabilidade de sucesso do pequeno negócio de Cibele depende de fatores que extrapolam o seu excesso de otimismo.

*c) Os jovens que estavam à procura de emprego*

No rol dos itinerários percorridos pelos jovens entrevistados após o Consórcio, também encontramos um grupo de jovens que estavam à procura do primeiro emprego com carteira assinada, os quais poderiam ser classificados em situação de desemprego aberto. Os itinerários de partida após o Consórcio serão marcados por um período de procura de emprego sem a realização de trabalho eventual remunerado (bicos). Nesse caso verifica-se que os percursos em busca do emprego assalariado resultaram em destinos ocupacionais distintos, ou seja, alguns jovens encontraram o primeiro emprego e permaneceram no circuito do emprego assalariado; há aqueles que após a experiência do primeiro emprego encontram-se recém-demitidos, e por último, também encontramos jovens que continuam em busca do primeiro emprego. Os itinerários dos jovens entrevistados *Diogo, Erivaldo, José, Jonas, César e Rosa* se encaixam nessa situação.

Os jovens Diogo e Erivaldo, após o término do Consórcio, estavam à procura de emprego com carteira assinada. Embora as motivações fossem diferentes, esses dois jovens foram indicados pelo Consórcio para participar de um curso avançado em eletricidade oferecido pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) em 2005. O objetivo desse curso era oferecer treinamento profissional que habilitava os respectivos jovens a participar de um processo seletivo de contratação de eletricitas para trabalhar nas empresas prestadoras de serviço à Coelba no interior do Estado da Bahia. Diogo e Erivaldo foram aprovados na seleção, mas apenas Diogo aceitou o desafio de trabalhar longe de casa e da família.

Na opinião de Diogo, essa oportunidade de trabalho chegava num momento certo, pois estava desempregado e aguardando o nascimento de sua primeira filha. Aos dezenove anos, o jovem entrevistado teve a sua primeira experiência de emprego com carteira assinada, exercendo a função de auxiliar de eletricitista na área da “*Coelba terceirizada*”, expressão utilizada ao se referir à empresa em que trabalhava. A partir de então “*abriu as portas de*

*mercado pra mim, eu já não fiquei mais desempregado,...outras empresas me procurou já automaticamente sem precisar colocar currículo*”, afirmou o jovem Diogo. Ele já havia trabalhado em três empresas diferentes, o que é coerente com o alto grau de rotatividade do emprego terceirizado no setor elétrico. Segundo informações do relatório de gestão da Coelba de 2010, a taxa de rotatividade dos trabalhadores terceirizados atingiu o patamar de 55%<sup>118</sup> (COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2010). Na primeira empresa, Diogo permaneceu um ano e cinco meses, período em que trabalhou no município de Juazeiro; depois trabalhou durante um ano numa segunda empresa que prestava serviço à “Coelba” na região da Chapada Diamantina, na cidade de Itaberaba. E por fim, na data de realização da entrevista, o jovem estava empregado há dois anos e três meses numa terceira empresa que atuava na região do Extremo Sul, nos municípios de Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis. Devido às constantes mudanças de emprego e de local de trabalho, Diogo se considera um trabalhador itinerante, cuja instabilidade do emprego lhe impossibilitava de levar a esposa e filha para morar com ele, bem como, o salário que recebia como eletricitista não lhe permitia alugar um imóvel na cidade de Eunápolis, cujo custo de vida era bastante elevado. Por isso, ele morava num alojamento disponibilizado pela empresa e a cada quarenta e cinco dias a empresa lhe concedia uma folga de cinco dias, com passagem paga de ida e volta, para visitar a família em Salvador.

A experiência de trabalho acumulada na primeira empresa por Diogo foi importante para sua “classificação”, isto é, para que ele fosse promovido da função de auxiliar de eletricitista para eletricitista. Na prática, isto significa que o jovem estava habilitado a “subir no poste” e trabalhar com a “energia”. O processo de “classificação” também implicou o aumento do salário, sendo que em 2010 ele recebia seiscentos e quarenta reais de salário base acrescidos de 30% do adicional por periculosidade. Entretanto, o valor do seu salário correspondia a 55% do salário médio de trabalhador efetivo do setor operacional da Coelba (R\$ 1.434,70). Segundo o jovem entrevistado é *“pouco salário para muito trabalho”*, principalmente porque se trata de um trabalho de “risco”. Inclusive, esse é o principal desafio que enfrenta no cotidiano de trabalho, conforme declarou Diogo: *“o principal desafio é acordar e saber que novamente eu vou trabalhar com a rede energizada... Qualquer falha,*

---

<sup>118</sup> Segundo dados do Relatório de Gestão da Coelba, 83% da força de trabalho da empresa era composta de trabalhadores terceirizados/subcontratados, o corresponde em números absolutos a 12.086 trabalhadores terceirizados contra 2.541 trabalhadores efetivos da empresa. Observa-se que 41% dos trabalhadores terceirizados têm apenas o ensino fundamental, recebem salários inferiores e estão mais expostos aos acidentes de trabalho (COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2010).

*qualquer erro pode levar um membro do corpo, uma sequela muito grande ou até a vida, principalmente a vida”* (tom de voz lento e semblante de tristeza).

Diferentemente do percurso profissional trilhado por Diogo, Erivaldo não quis trabalhar no interior. O fato de ser muito apegado a sua mãe, bem como as condições de trabalho e o salário pago não compensavam o seu afastamento da capital baiana. Embora tenha recusado a proposta de trabalho na empresa terceirizada do setor elétrico, o seu primeiro emprego foi numa empresa terceirizada do setor de telecomunicações, na qual trabalhou durante três anos (2005-2008) realizando a tarefa de triagem de telefones públicos danificados e entregas de telefones públicos na Região Metropolitana de Salvador. A conquista do primeiro emprego aos 23 anos representou a independência financeira em relação a sua mãe, e ao mesmo tempo lhe possibilitou pagar cursinhos preparatórios para concursos públicos.

Nesse sentido, Erivaldo investiu parte do salário mínimo que recebia em cursos preparatórios para os concursos da Polícia Militar do Estado da Bahia, Agente Público de Endemias da prefeitura municipal de Salvador, sendo aprovado em ambos. No caso do concurso da Polícia Militar foi desclassificado no psicoteste porque não compareceu na data prevista. Mas não cometeu o mesmo deslize quando foi convocado a assumir a vaga de Agente de Combate a Endemias. Em fevereiro de 2008, começou a trabalhar no bairro próximo do qual mora e estava bastante contente com aprovação da mudança de regime de trabalho celetista para estatutário em 2010. Embora não houvesse mudanças salariais significativas em relação ao emprego anterior, a estabilidade e os direitos adquiridos eram vistos por Erivaldo como aspectos positivos do emprego público. Entretanto, continuava estudando para outros concursos públicos em busca de algo melhor, ou seja, um emprego público com vantagens salariais mais atrativas.

O jovem José, após cinco meses de procura de trabalho nas agências do SIMM e SINE conseguiu o seu primeiro emprego em um Hospital Privado no centro da cidade, por intermédio de um amigo que já trabalhava na instituição e lhe avisou da existência do processo seletivo para uma vaga de auxiliar de transporte hospitalar ou maqueiro, para utilizar uma expressão do cotidiano hospitalar. Após a morte de seu pai, a busca por um emprego assalariado tornou-se muito mais do que uma necessidade econômica, mas também uma obrigação moral, já que era único homem da casa e na condição de desempregado. Quando o recebeu o telefonema do setor de pessoal do Hospital para que se apresentasse no dia seguinte no local de trabalho, José e sua família fizeram uma grande comemoração.

Quando o entrevistei no final do ano de 2010, o jovem José tinha sido aprovado numa seleção interna para exercer a função de auxiliar de suprimento, após ter trabalhado dois anos

como maqueiro num regime de trabalho em escalas de horários alternados. Nos primeiros meses de trabalho, José encontrou dificuldades no exercício de sua função porque no setor onde trabalhava, o setor de internamento de pacientes, havia poucos jovens e, por conseguinte, os funcionários mais antigos o olhavam com certa desconfiança, conforme ressaltou o jovem entrevistado: *“Assim que eu cheguei, um colega que falou - Hi! Será que eles agora vão renovar o setor, vai botar só garotos para trabaiá”?- Dizendo assim né? Vai botar só garotos, vai só diminuir, vai botar garotos*”. Esse clima de desconfiança se desfez com o “passar do tempo” e José pôde aprender os “macetes” da função com os trabalhadores mais antigos. Apesar de não demonstrar grandes insatisfações com o ambiente de trabalho, José ressaltou que a intensidade da jornada de trabalho diária era bastante variável, sendo que se tornava mais desgastante quando aumentava a demanda de pacientes do hospital. Por fim, o jovem entrevistado considerava que as possibilidades de ascensão profissional e salarial eram bastante reduzidas, já que não dispõe de formação técnica na área dos serviços de saúde. A recente mudança de função não implicou aumento salarial, uma vez que continuou recebendo um salário mínimo ( R\$ 520,00 em 2010). Por isso, o jovem entrevistado declarou que não pretendia continuar por muito tempo naquele emprego, e para tanto, estava se planejando financeiramente para ter uma profissão, ou seja, iria fazer um curso técnico profissional que lhe assegurasse um futuro melhor.

Com podemos observar, os itinerários dos jovens trabalhadores Diogo, Erivaldo e José após o Consórcio foram constituídos por uma sequência lógica do desemprego ao (re)emprego. No caso dos jovens Jonas e César, a procura por um posto de trabalho também resultou na conquista da primeira e única experiência de primeiro emprego com carteira. Quando entrevistamos esses jovens, ambos tinham sido desligados dos respectivos empregos há menos de um mês. O que nos chama atenção nas trajetórias desses dois jovens é a inserção tardia do mercado de trabalho formal. No caso de Jonas, a experiência de emprego com carteira assinada ocorreu em 2008, quando tinha 20 anos de idade. A inserção de César no primeiro emprego foi mais tardia ainda, ocorreu aos 26 anos de idade. Egressos da 4ª edição do Consórcio (2007), os jovens entrevistados também estavam à procura de um emprego fixo, pois as experiências prévias em atividades informais não lhes ofereciam condições de planejar o futuro. De certa forma, a motivação para a procura do 1º emprego compartilhava da mesma preocupação apresentada por Reinaldo para procura de emprego, *“ninguém consegue ficar vivendo com eventuais trabalhos*”.

A estratégia adotada por Jonas após o Consórcio buscou combinar a procura de emprego com a realização de um curso de elétrica hidráulica numa outra Ong do Subúrbio



Ferroviário, através do qual foi encaminhado para um processo seletivo de uma empresa de engenharia no bairro de IAPI, sendo contratado para função de office-boy em novembro de 2008. Nesse mesmo período, o jovem César também havia encontrado o seu primeiro emprego num Shopping Center para exercer a função de orientador de clientes, por intermédio de amigo que trabalhava nesse Shopping. Para esses jovens a inserção no primeiro emprego era vista como uma oportunidade rara num contexto de crise de desemprego do mercado de trabalho metropolitano, que representava a possibilidade de estabilidade e acesso aos direitos trabalhistas.

A experiência de primeiro emprego de César e Jonas durou exatamente dois anos. No caso de César, desde quando começou a trabalhar, já havia sido alertado por uma colega sobre a dinâmica das relações hierárquicas entre patrão e empregado. A sua postura crítica frente “as coisas erradas” que aconteciam no ambiente de trabalho não era bem vista pela chefia imediata, o que resultou na sua demissão após “um bate-boca” com o chefe do setor em novembro de 2010. De acordo com César, “o trabalho em si” não era ruim, mas a “*opressão da chefia*” com o passar do tempo se tornou inaceitável, e por isso, a notícia da demissão foi recebida com um “grito de liberdade”.

No caso de Jonas, a experiência do primeiro emprego como office-boy é percebida como uma experiência ambígua, uma vez que:

Eles me deram oportunidade pra fazer cursos, só que foi muito estressante pra mim, deram oportunidade pra crescer, mas não aguentei a pressão... a oportunidade que ele me dava ao mesmo tempo tirava todo meu ânimo do trabalho... Aí eu saí. (JONAS, 22 anos, 28/12/2010).

O desânimo do trabalho tinha sua gênese na sobrecarga de trabalho e na pressão exercida pela chefia para realizar um número considerável de tarefas num espaço de tempo. Durante a sua jornada de trabalho, a maior parte de tempo realizava serviço de rua, que envolvia a realização de inúmeras tarefas, desde serviços cartoriais até serviços bancários, inclusive o transporte de valores, estando em permanente tensão e exposto aos riscos de assalto. A “*preocupação em não fazer, em não cumprir as obrigações e o medo*” transformaram a “*oportunidade de crescimento*” em fonte de estresse, assumindo proporções que ultrapassavam as fronteiras do tempo de trabalho, de modo a interferir na vida pessoal.

Quando começou a afetar a minha vida diária, comecei a desanimar, coisa do cotidiano não tinha mais ânimo. Aí eu parei para refletir, o que será? Aí eu percebi que o motivo principal era o trabalho, aí eu fiquei com medo até de ficar com problema, depressão ou coisa desse tipo. O estresse prolongado causa muitos problemas, aí eu resolvi dá um basta nessa situação (JONAS, 22 anos, 28/12/2010).

Embora a empresa tenha disponibilizado acompanhamento psicológico, Jonas preferiu pedir demissão. Devido ao seu bom desempenho profissional, “...eles tiveram consciência, não aceitaram a minha demissão e me demitiram. Não, não... descontaram os quarenta por cento”, o que assegurou o direito ao seguro desemprego. Na condição de recém-demitidos do primeiro emprego, Jonas e César não demonstravam preocupação com a situação de desemprego, pois na opinião deles a principal barreira de entrada no mercado de trabalho formal já havia sido superada, a saber, a experiência registrada na carteira. Além disso, consideram que devido às redes de contatos de pessoais construídas a partir do primeiro emprego e a expansão das vagas de trabalho no mercado metropolitano não encontrariam dificuldades para encontrar um novo emprego. Na visão de Jonas e César, as oportunidades de emprego para jovens em Salvador existem, o que falta é “*interesses deles em sair pra buscar essas oportunidades*”, complementou Jonas.

“*Correr atrás de outro*” emprego era a meta de César e Jonas quando foram entrevistados em dezembro de 2010. Os dois já haviam requerido o seguro-desemprego e planejavam utilizar esse período para descansar do trabalho estressado, no caso de Jonas, e César iria fazer um curso profissionalizante na área de segurança do trabalho e retirar a carteira de habilitação para condução de veículos. E depois, sair à procura de emprego novamente.

Por fim, também merece destaque o itinerário da jovem Rosa, que estava à procura do primeiro emprego desde que concluiu o curso de Recreadores e Animadores de Educação Infantil pelo Consórcio em 2007. Quando entrevistamos a jovem Rose, em 03 de dezembro de 2010, ela estava comemorando o seu vigésimo quinto aniversário e o presente que gostaria de receber era muito simples: *um emprego com carteira assinada*. Ao ser indagada sobre a sua experiência de trabalho, Rose foi enfática na sua afirmação:

Minha carteira tá toda... minha carteira tá limpinha, nunca assinou. Mas eu já trabalhei tomando conta de criança, já pelo consórcio não, não arranjei nada. Agora eu não tô fazendo nada, tô ajudando minha irmã a tomar conta de meu sobrinho(ROSA, 25 anos, 02/12/2010).

Essa afirmação de Rose sintetiza o seu itinerário de trabalho após o término do Consórcio, ou seja, a procura do primeiro emprego com ou sem realização de trabalho precário e a inatividade forçada fazem parte do percurso percorrido pela jovem, filha de pescadores de Santo Amaro da Purificação. A jovem entrevistada perdeu as contas da quantidade de currículos que já entregou nas agências do SIMM e do SINE, diretamente em

lojas e escritórios de empresas ou enviados pela internet. Mas até a data de realização da entrevista não obteve êxito na (in)cansável peregrinação em busca de um “trabalho mesmo”, ou seja, um emprego com carteira assinada. Enquanto não encontrava, Rose “*corria atrás*” de um trabalho avulso que possibilitasse ao menos “*ter o dinheiro no seu bolso*”.

Em determinados períodos, Rose concentrou esforços para procurar emprego, principalmente no momento posterior ao Consórcio. Na medida em que não encontrou uma vaga no mercado de trabalho formal, retornou ao circuito do trabalho doméstico e da revenda de catálogo da Hermes, Avon e Abelha Rainha. Por intermédio de uma tia, empregada doméstica, ela voltou a trabalhar em casas de família nos bairros adjacentes ao Calabar, seja como diarista ou mensalista. Entre 2008 e 2010, Rose trabalhou como babá em “três casas de famílias”, de segunda a sábado, com remunerações sempre abaixo de um salário mínimo, cujos valores variavam entre R\$ 90,00 a R\$ 120,00. Na avaliação da jovem entrevistada, o “trabalho de cuidar de crianças” era muito cansativo, mal pago e na maioria das vezes as patroas não cumpriam com os horários acordados. As situações recorrentes de desrespeito aos horários acordados e o trabalho não pago pelo acúmulo de tarefas para além do trabalho de babá fizeram com que Rose desistisse de trabalhar em casas de famílias.

De acordo com Rose, as novas experiências de trabalho doméstico a ajudaram a refletir sobre a necessidade de voltar a procurar um emprego com carteira assinada, principalmente porque a idade estava chegando e era preciso encontrar um trabalho estável e seguro. De certa forma, o peso da transição para a vida adulta se tornava mais dramático e fonte de sofrimento, à medida que avançava na idade e não dispunha dos meios e suportes materiais necessários para uma passagem tranquila para o mundo adulto. A conquista do emprego com carteira assinada era visto por Rose como uma condição indispensável para efetivação do seu futuro. No primeiro semestre de 2010, Rose intensificou a procura de emprego e participou de novas seleções, mas obteve a resposta de sempre: “*ah, você não passou, tente de novo!*”. Em dezembro de 2010, após inúmeras tentativas sem sucesso, Rose se sentia desanimada e não estava à procura de emprego. Dedicava-se apenas aos afazeres domésticos e cuidava de sua sobrinha recém-nascida.

Se utilizarmos as formas de classificação de desemprego utilizadas pela PED, pode-se afirmar que a jovem Rose se encontrava numa situação típica de desemprego por desalento. Dentre os motivos que lhe desanimavam na busca pelo emprego, a exigência de experiência comprovada na carteira e o diploma do ensino superior aparecem como os principais fatores que dificultavam a sua entrada no mercado de trabalho formal.

### **Síntese dos itinerários: múltiplas experiências de trabalho entrelaçadas pela vivência da precarização social do trabalho**

Os itinerários de trabalho percorridos pelos jovens entrevistados após a participação no Consórcio Social da Juventude foram constituídos de múltiplas experiências de trabalho e não-trabalho no mercado de trabalho metropolitano de cidade de Salvador. Ao reconstruirmos os percursos laborais percorridos pelos entrevistados buscamos demonstrar a heterogeneidade das situações ocupacionais experimentadas pelos jovens trabalhadores na cartografia social do mercado de trabalho no contexto dos anos 2000.

A sequência de eventos que constituem os itinerários dos jovens que compõe a amostra estudada não obedeceu a uma única lógica no que diz respeito às formas de inserção no mercado de trabalho pós-Consórcio. Sendo assim, os jovens entrevistados seguiram de três pontos de partida distintos, os quais foram classificados como *jovens que se inserem de imediato no mercado de trabalho através do primeiro emprego; os jovens que se inserem através das formas “atípicas” de trabalho e os jovens que estavam à procura de emprego*. Embora os pontos de partida sejam diferentes quanto à forma de inserção e a sequência dos itinerários, os jovens trabalhadores compartilham de um elemento comum, a vivência da precarização social do trabalho.

De um modo geral, observa-se que os itinerários de trabalho dos jovens entrevistados estão inscritos num fluxo constante de situações de trabalho e não-trabalho marcadas pelo signo do aleatório, da incerteza e da instabilidade. Na condição de novos demandantes do primeiro emprego, os percursos percorridos até encontrá-lo em geral são precedidos por estágio probatório em inúmeras situações de trabalho tipicamente precário. Mas os empregos formais disponíveis para os jovens também estão circunscritos à lógica da precarização. Seja no circuito das empresas terceirizadas, prestadoras de serviços de limpeza ou de manutenção ou do setor de serviços ou comércio, predominam elevadas taxas de rotatividade e baixos salários. Por outro lado, para aqueles que vivem na permanente busca de um emprego com carteira assinada, como é o caso da jovem Rose, os itinerários se perfazem na tensão constante entre a busca fracassada pelo “trabalho de verdade” e viver de bicos ou do trabalho avulso.

Quando analisamos a situação ocupacional dos jovens na data de realização da entrevista, observa-se que nem sempre os “pontos de partida” foram os mesmos “pontos de chegada” (ver quadro 03). Após terem experimentado situações recorrentes ou combinadas de trabalho tipicamente precário, de 1º primeiro emprego, re-emprego e desemprego, a situação ocupacional dos jovens entrevistados era a seguinte: sete jovens encontravam-se

desempregados; sete jovens empregados com carteira assinada; um jovem no emprego público, quatro jovens ocupados em trabalho tipicamente precário e duas jovens inativas. Os itinerários dos jovens em sua maioria foram marcados pela transitoriedade ocupacional, de tal forma que na “dança de cadeiras”, os jovens trocaram de lugares no mercado de trabalho inúmeras vezes. Assim, os esforços empreendidos pelos jovens na busca por um lugar no mercado de trabalho nem sempre implicaram uma inserção automática no primeiro emprego, ou quando ocorre não há nenhuma garantia de que será para sempre, podendo resultar no retorno à situação de desemprego, ao trabalho tipicamente precário ou (re) inserção no emprego formal-precário de curto prazo.

O tempo de permanência dos jovens entrevistados na última situação ocupacional nos sugere que estar ocupado ou desempregado são situações ocupacionais que se alteraram rapidamente para boa parte dos entrevistados. De acordo com as informações do quadro abaixo, metade dos jovens entrevistados encontrava-se na situação de recém-demitidos ou recém-ocupados no momento de realização da entrevista. O tempo de duração dos empregos encontrados não ultrapassa o prazo de dois anos, sendo que predominam as ocupações instáveis e de curta duração. No que se refere ao tipo de ocupação encontrada, verifica-se que boa parte dos jovens ocupados estão inseridos no circuito de emprego formal das empresas terceirizadas ou no setor de serviços, como também encontramos jovens que estão inseridos em atividades de trabalho tipicamente precário. Apenas um jovem estava inserido no serviço público municipal. Em relação aos rendimentos, constata-se que a maioria ganhava um salário mínimo, sendo que apenas dois jovens eletricitas que trabalhavam em empresas terceirizadas no setor elétrico e da construção civil ganhavam um pouco mais.

Em relação aos jovens entrevistados em situação de desemprego (sete jovens), observa-se que três deles tinham sido demitidos há menos de um mês, e os demais estavam em situação de desemprego há mais tempo, sendo que o jovem Fabrício era o único caso de desemprego de longa duração. Apenas dois jovens estão amparados pelo seguro-desemprego e os demais realizavam pequenos bicos, a exemplo de Fabrício, que dava aulas de reforço escolar algumas vezes por semana, ou dependiam da ajuda dos pais ou familiares para se manterem. Por fim, duas jovens entrevistadas encontram-se na inatividade, mas por motivos diferentes. A jovem Laís dedicava-se aos estudos do Curso de História da Ufba, e mantinha-se com uma bolsa de R\$400,00. E a jovem Margaret cuidava dos filhos recém-nascidos, sendo que uma vez na semana dava aulas voluntariamente em um projeto social do bairro e recebia uma ajuda de custo de 180,00 por mês, que somava a pensão de R\$ 200,00 que recebia do pai das crianças.

Em suma, os jovens entrevistados se inserem num mercado de trabalho metropolitano historicamente marcado pela subutilização da força de trabalho existente, que se expressa no grau de exposição do segmento juvenil ao desemprego em suas diversas modalidades, e por uma enorme heterogeneidade das formas de mercantilização do trabalho. Por conseguinte, o campo de possibilidades da inserção laboral dos jovens egressos no Consórcio Social da Juventude não depende apenas do uso da capacidade criativa e empreendedora individual da cada jovem entrevistado de inventar caminhos ou estabelecer estratégias racionais capazes de converter as aspirações em relação à conquista do “trabalho de verdade” em realidade. Em grande medida, os lugares que os jovens entrevistados ocupam estão condicionados pelas propriedades estruturantes do mercado de trabalho metropolitano da *Bahia de Todos os Pobres*. Por certo, os jovens pobres que fazem parte desta amostra já dispõem de certos atributos que os diferenciam da pobreza clássica, principalmente no que diz respeito à aquisição das credenciais mínimas para competir por uma vaga de emprego, mas isso não é suficiente para garantir uma inserção automática no mercado de trabalho com déficits estruturais de postos de trabalho. Portanto, os itinerários de trabalho dos jovens entrevistados estão imersos em situações típicas da redundância da precarização social do trabalho, estando expostos às situações recorrentes de desemprego, trabalho tipicamente precário e emprego formal-precário.

Se o campo de possibilidades e alternativas de inserção dos jovens está inscrito na lógica da precarização do trabalho, há de se questionar sobre os sentidos atribuídos ao trabalho e o lugar que o mesmo ocupa na vida dos jovens pesquisados no contexto do mercado de trabalho reconfigurado dos anos 2000 na cidade de Salvador. A próxima seção destina-se a essa questão, conforme veremos a seguir.

**Quadro 3 - Situação Ocupacional dos jovens entrevistados em 2010/2011**

Entrevistado	Idade	Sexo	Escolaridade	Situação Ocupacional 2010/2011	O que faz	Tempo de trabalho/ não trabalho em meses	Remuneração
<b>Jonas</b>	22	M	MC	Desempregado	Recém-demitido	01	Seguro desemprego
<b>Beeatriz</b>	22	F	MC	Desempregado	Cuida de afazeres domésticos	03	Sem rendimentos
<b>Walesca</b>	23	F	MC	Desempregado	Recém-demitida	01	Sem rendimentos
<b>Rosa</b>	25	F	MC	Desempregado	Cuida de afazeres domésticos	09	Sem rendimentos
<b>Cesar</b>	27	M	MC	Desempregado	Recém-demitido	01	Seguro desemprego
<b>Iago</b>	28	M	MC	Desempregado	Não procura emprego, dedica-se a montagem de espetáculo de dança	04	Sem rendimentos
<b>Fabricio</b>	22	M	MC	Desempregado com bico	Dá aulas de reforço escolar	60	R\$ 70,00
<b>Haroldo</b>	20	M	MC	Emprego com carteira	Zelador de prédio	04	R\$ 536,00
<b>José</b>	22	M	MC	Emprego com carteira	Auxiliar de suprimento	24	R\$ 520,00
<b>Milene</b>	23	F	MC + SI	Emprego com carteira	Livreira	12	R\$ 480,00 + Comissão
<b>Júlia</b>	24	F	MC + SI	Emprego com carteira	Arte finalista	03	R\$ 600,00
<b>Luisa</b>	25	F	MC	Emprego com carteira	Atendente de Telemarketing	09	R\$ 520,00
<b>Diogo</b>	25	M	MI	Emprego com carteira	Eletricista	27	R\$ 800,00
<b>Adalberto</b>	26	M	MC	Emprego com carteira	Eletricista predial	01	R\$ 913,00
<b>Rita</b>	22	F	MC	Emprego sem carteira assinada	Secretária	12	R\$ 510,00
<b>Ítalo</b>	24	M	MC + SI	Estágio remunerado	Educador social	03	R\$ 440,00
<b>Reinaldo</b>	27	M	MC + SI	Estágio remunerado	Educador social	01	R\$450,00
<b>Erivaldo</b>	27	M	MC	Servidor público	Agente de Saúde	24	R\$ 510,00
<b>Cibele</b>	25	F	MC	Trabalho autônomo	Dona de pequena loja de peças íntima	06	Sem ganhos mensais
<b>Margaret</b>	23	F	MC + SI	Inativo com bico	Cuida dos filhos e dá aulas em projeto social	24	R\$ 180,00 + Pensão dos Filhos de R\$200,00
<b>Laís</b>	21	F	MC + SI	Inativo	Bolsista	18	R\$ 400,00

Fonte: Pesquisa de campo 2010-2011. Elaboração Própria.

Nota: 1)F= Feminino; M=Masculino; 2) MC= Ensino médio completo; MI=Ensino médio incompleto ; MC+SI= Ensino médio completo e cursando Ensino Superior.

### 5.6.3. Os sentidos atribuídos ao trabalho

Nesta seção, se pretende apresentar os achados da pesquisa de campo no que se refere ao lugar que o trabalho ocupa na vida dos jovens entrevistados e os significados que são atribuídos a ele num contexto de profundas transformações do mundo do trabalho. Por certo, o nosso olhar está prefigurado pelo debate teórico sobre a crise da sociedade do trabalho e as atitudes dos jovens em relação ao trabalho, apresentado no terceiro capítulo, sem perder de vista as especificidades da realidade brasileira no que diz respeito às correlações entre juventude e trabalho.

A nosso ver, a análise das atitudes e representações juvenis em relação ao trabalho não pode desconsiderar o peso dos determinantes sociais que modelam o acesso ao mercado de trabalho e nem tampouco a sua própria dinâmica de funcionamento. Estamos de acordo com a perspectiva interpretativa de Robert Castel (2010) no que concerne ao fato de que a relação que os jovens estabelecem com o trabalho depende da qualidade dos suportes sociais que podem ser acionados ao longo das trajetórias juvenis. No caso específico dos jovens entrevistados, cujas trajetórias de trabalho estão circunscritas na lógica da precarização social do trabalho, a priori poderíamos supor que o trabalho seria apenas um meio de ganhar a vida, ou seja, os jovens que não teriam uma implicação positiva com trabalho num contexto onde as formas e os vínculos de trabalho são cada vez incertos, aleatórios e inseguros. Entretanto, os achados da nossa pesquisa apontam que o trabalho é uma dimensão central na vida dos jovens, cujos sentidos estão para além da sua dimensão instrumental, conforme veremos a seguir.

Durante a realização das entrevistas interrogamos os jovens a respeito das seguintes questões: 1) O que é trabalho para você? 2) Qual o lugar que o trabalho ocupa na sua vida? Ao interrogá-los sobre essas questões, intentava-se captar a percepção dos sujeitos jovens sobre a importância do trabalho nas suas trajetórias de vida e os sentidos imputados ao trabalho. Sem sombras de dúvidas, as percepções juvenis sobre o trabalho estão correlacionadas a sua condição social e de classe, com as motivações para o trabalho e a estrutura do mercado de trabalho metropolitano.

Quando analisamos as respostas apresentadas pelos jovens entrevistados às questões acima destacadas, observa-se que os jovens concebem o trabalho como uma atividade central de produção e reprodução da vida humana, através da qual homens e mulheres podem assegurar a existência enquanto seres sociais portadores de múltiplas necessidades, que não restringe apenas a sobrevivência econômica. O trabalho é visto pela maioria dos jovens



entrevistados não apenas como um meio de adquirir uma renda para sobreviver, mas como o principal mecanismo de inscrição dos indivíduos na estrutura social e para se manter sociável.

Uma primeira noção de trabalho que aparece nas “falas” dos jovens entrevistados refere-se ao “*trabalho como uma maneira de você se manter sociável*”, de “*você ser um ser social*”. Os depoimentos dos jovens Adalberto e Reinaldo nos oferecem elementos elucidativos a esse respeito, vejamos:

Pra mim o que é trabalho? Rapaz ...trabalho? Trabalho é uma forma de você sobreviver, né? De você se manter vivo, né? De você se manter sociável, né? Acho que o mais ideal, a palavra mais indicada é essa, o trabalho é uma maneira de você se manter sociável, né? Que você não trabalha, você deixa de ser, um...uma pessoa assim...no convívio assim social que falo, né? De estar nos lugares, de frequentar... Sem um trabalho você não vai no cinema. Sem um trabalho, você vai levar sua namorada pra onde? Pra ver o por do sol, né? Muito romântico, né? Se ela der sede... “Poxa, nêga! Vou ali bater numa porta ali, pedi a moça ali um copo” {risos}. Comer um acarajé, sei lá, sem o trabalho você, o cara não é nada, né? Trabalho é uma maneira de você se manter sociável, né? Você ser um ser social, né? (ADALBERTO, 26 anos, 15/01/2011).

Bom, velho, trabalho, trabalho é essencial e vital pra todo mundo né? Sem trabalho você não tá nem inserido na sociedade. Então, para mim trabalho é dinheiro, é a sustentabilidade da família, e inserção da sociedade, sem trabalho a pessoa, hoje, não é nada sem trabalhar (REINALDO, 27 anos, 12/04/2010).

Na opinião dos jovens entrevistados, o trabalho aparece como atividade essencial e vital, através da qual é possível aos homens se “manterem vivos”, logo, é uma forma de sobreviver e de estar inserido na sociedade. O trabalho é o elemento constituinte do ser social, e somente através dele que os indivíduos podem conviver em sociedade. Por essa razão, o trabalho aparece como uma condição necessária e indispensável para que os jovens possam acessar o mundo social e viver a própria condição juvenil. A centralidade do trabalho torna-se mais visível justamente quando os jovens se encontram em situação de não-trabalho, ou seja, quando não dispõem dos meios para manterem-se sociáveis, situação vivida principalmente quando os jovens estão desempregados. É nessa condição que os jovens aprendem a dura lição de que “*sem trabalho a pessoa não é nada*”, se tornou um inútil socialmente. Esse é o sentimento vivenciado pelo jovem Iago a se referir a importância do trabalho no momento em que se encontrava desempregado:

Rapaz, eu acho que é o primeiro topo pra puder você se manter, é o topo pra você criar sua família, é o primeiro topo pra você se estabilizar, eu acho que o trabalho tá aí. Sem o trabalho você não é ninguém, você não vale nada, então eu acho que o trabalho na minha trajetória de vida tá em primeiro lugar.

....

Quando você tá trabalhando você é o melhor amigo, você é o melhor irmão ...os pais tão sempre de dente aberto a todo tempo lhe tratam de uma forma diferenciada, talvez o seu irmão não tivesse trabalhando e você tiver trabalhando, joga na cara dele: “seu irmão aí ô, trabalha e tal, não sei o que, vá correr atrás”. Então o trabalho facilita pra você, onde você quer ir, você vai. Se você quer comprar algo, barato ou caro, você divide em prestações e compra; então o trabalho faz esses benefícios... você consegue pagar um curso, pagar sua faculdade... (IAGO, 28 anos, 28/04/2010).

No caso dos jovens que começaram a trabalhar para ajudar as famílias na “guerra pela sobrevivência”, o trabalho é visto como uma necessidade ou o único meio para garantir a subsistência, como a única alternativa possível e socialmente aceita de superação e redenção social da pobreza. Para os jovens de socialização temporã, a exemplo de Haroldo e Diogo, o sentido atribuído ao trabalho foi construído a partir de inúmeras experiências de trabalho precário, de tal forma que “*trabalhar não é luxo, mas uma necessidade*”. A noção de trabalho como “necessidade” também é compartilhada pelos jovens desempregados César e Fabrício. Para eles “*o homem precisa trabalhar pra se vestir e não se vestir pra trabalhar*”, para tanto, estão à busca de uma oportunidade de trabalho para “*poder se vestir e se manter*”. E nessa condição, “*a gente tem que trabalhar onde está abrindo as portas*” do mercado de trabalho, concluiu o jovem César.

O que é o trabalho pra mim? Olhe, pra mim trabalho é tudo aquilo que melhora minha vida familiar, porque eu acho que se a pessoa não trabalha, a pessoa não tem nada. Então quando você começa a trabalhar, não importa o trabalho, a sua vida adianta em alguma coisa. Então pra mim trabalho, é... ajuda familiar. A lição mais importante que eu tiro na minha vida é que... a verdade que a pessoa sem trabalho, hoje no tempo que estamos vivendo, a pessoa não é nada, infelizmente. Você sem o trabalho, você necessita de todo mundo, precisa de tudo e de todos... Então o que eu aprendi foi que o trabalho nunca foi luxo, mas sim necessidade (HAROLDO, 20 anos, 07/01/2011).

Na verdade, eu trabalho pra viver, eu não vivo pra trabalhar. Ele é o essencial em nossa vida... Eu coloco como uma ponte na minha vida, até eu chegar ao meu objetivo (DIOGO, 25 anos, 07/01/2011).

Trabalho, trabalho é um meio que a gente tem pra suprir nossa subsistência... todo ser humano precisa de alimento físico, preciso de um alimento, de uma roupa, do necessário para sobreviver e se não tiver um trabalho não consegue sobreviver (JONAS, 22 anos, 28/12/2010).

[ O trabalho] é algo importante na vida de todos...porque é uma das necessidades humana básica.... O homem precisa trabalhar pra se vestir e não se vestir pra trabalhar, entendeu? Então tem que ter o que? Tem que ter é... oportunidade para que ele venha a trabalhar para poder se vestir e se manter (FABRICIO, 22 anos, 28/04/2011).

Em grande medida os sentidos que os jovens atribuem ao trabalho são (re) construídos no próprio fazer-se dos itinerários de trabalho e a partir das experiências de

trabalho e não-trabalho. Para os jovens que acumulam em seus currículos uma variedade de experiências em ocupações informais, formas típicas de trabalho precário e desemprego, a noção de trabalho também implica necessariamente uma diferenciação em relação ao emprego, “o trabalho de verdade”. Nesse caso, o trabalho é entendido como uma atividade que se realiza a fim de obter uma renda ou retorno financeiro, enquanto que o emprego com carteira assinada representa estabilidade financeira e segurança dos direitos sociais enquanto cidadão, daí porque boa parte dos jovens entrevistados prefere o emprego ou estão em busca de algum.

Trabalho? Você fez uma pergunta interessante (riso). Eu acho difícil você definir trabalho, porque trabalho pode ser visto de diversas formas. Trabalho é o nome que algumas pessoas tem como sinônimo de emprego, mas hoje em dia no Brasil as pessoas tem como trabalho justamente aquele emprego que não há a carteira assinada. Eu acho que trabalho vai ser isso mesmo, é a atividade que você realiza com o fim de conseguir alguma renda. Eu acho que é isso trabalho (LAIS, 22 anos, 29/12/2010).

O que é trabalho? (silêncio) Bom trabalho pra mim, digamos [que] não seja a mesma coisa que um emprego, né? Porque trabalho a gente trabalha todo dia, até em casa mesmo. Mas, assim, a única diferença é que você está em um emprego e no trabalho são coisas diferentes. Porque no emprego você tem ali seus direitos né? Adquiridos, tudo certinho. E trabalho não, é algo temporário. É bom, mas que é algo... que é passageiro, você tá ali, daqui a pouco você não tá mais atuando naquilo ali, naquela área (WALESCA, 23 anos, 04/01/2011).

Trabalho pra mim... posso dizer que é a atividade que nós exercemos, que tenha no final tenha um fim lucrativo na verdade.... Pra mim é algo importante, nesse atual sistema é muito importante ter o seu emprego, sua estabilidade. Porque sem ele né? Nós não vamos muito a frente.... Depois que conseguir esse emprego, consegui me estabilizar financeiramente (JOSÉ, 22 anos, 28/12/2010).

Trabalho é todo esforço que demanda energia, energia, desgaste mental e físico. E emprego pra mim tem representado até segurança. Segurança dos meus direitos como cidadã. Então eu acho [que] um não é menos importante que o outro, mas eu prefiro emprego, sacou? Porque eu tô assegurada de um retorno daquilo, sei lá, que eu me desgastei há um ano ou dois anos dentro de uma empresa, então por mais que ela me explorou, se ela me chateou, me irritou, eu vou alguma devolução, uma compensação disso. Isso é a longo, a longo e médio prazo garantido, o trabalho não. Eu posso trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, me acabar, perder minha qualidade de vida, e o retorno? Então na dinâmica ainda eu prefiro emprego (MILENE, 23 anos, 12/01/2011).

Eu acho que depois de ter trabalhado...eu acho que o trabalho é uma questão de segurança... Quando você tá empregado, você tem uma certa segurança... direitos né? Quando você tá desempregado você tem os seus direitos é... resguardados porque você já trabalhou (MARGARET, 06/12/2010).

É interessante destacar que embora os jovens tenham interpretações diferenciadas em relação ao trabalho, ele ocupa um lugar central nas trajetórias de vidas dos jovens trabalhadores entrevistados. A ideia de lugar remete-nos a pensar que a centralidade do

trabalho tem um duplo sentido, pois não diz respeito apenas ao dispêndio de energias físicas e mentais gastas na realização de uma atividade em termos de dias e horas, mas refere-se também à importância do trabalho enquanto “lugar das conquistas” e da “realização dos projetos de vida”. Consideramos que a fala do jovem eletricitista Adalberto sintetiza muito bem o “duplo lugar” do trabalho na vida dos jovens:

Rapaz...o lugar do trabalho na minha vida? O lugar dele é o lugar que ele ocupa! Das sete, não, das quatro e meia, que é quando eu acordo pra começar a me preparar... o lugar do meu trabalho são as 24 horas da minha vida, né? Porque às vezes pelo menos de segunda a sábado, né? Você vive em função do trabalho, né? Muitas vezes é. Aí o trabalho ocupa... o lugar do trabalho na minha vida é quase toda minha vida, né? Acho que tem um lugar, mas tem um lugar, falando de uma forma diferente, né? Que é o quê? O lugar que trabalho tem na minha vida é o lugar das conquistas. É oportunidade que eu tenho de conquistar algo além do que eu tenho, né? Algo além do que sou, né? Porque atualmente mesmo eu penso, penso, quero e vou fazer meu curso de eletrotécnica, né? Que minha ambição agora, minha ambição agora é essa e após o curso é...sei lá, virar operador aí, da Brasken , Dawquímica, White Martins, Petrobras, Bahiagás. A minha ideia é essa aí. É petroquímica, entendeu? É o setor petroquímico (ADALBERTO, 26 anos, 15/01/2011).

O jovem Adalberto é um caso típico dos jovens adultos que apenas trabalham nas metrópoles brasileiras. Conforme já demonstramos no capítulo anterior, à medida que os jovens se aproximam da vida adulta, o trabalho passa a ocupar mais tempo em suas vidas, como sugere a narrativa de Adalberto sobre a jornada semanal de trabalho. Ao responder o questionamento sobre o lugar do trabalho na sua vida, o jovem entrevistado demonstrou um certo espanto, dando a entender que se tratava de pergunta óbvia. Para um jovem operário da construção civil, que acorda para trabalhar antes do sol raiar e só retorna para casa no fim do dia, de segunda a sábado, a resposta era lógica: “o lugar dele é o lugar que ele ocupa!”. No entanto, Adalberto considera que existe um lugar diferente, e talvez o mais importante, pois o trabalho representa o lugar das conquistas, ou como ele próprio afirmou: “*a oportunidade que eu tenho de conquistar algo... além do que eu sou*”. Na perspectiva do jovem entrevistado, ele necessita trabalhar para se realizar enquanto “ser humano”, nas suas múltiplas dimensões, “*tanto física como social, intelectual, de todas as formas, como ser humano mesmo*”. Por isso, Adalberto almeja conquistar uma oportunidade de trabalho que lhe ofereça melhores condições objetivas de se realizar enquanto “ser humano”. Para tanto, planejava “juntar uma grana” para custear as despesas de um curso de eletroeletrônica, pois a sua “ambição” é se tornar um operário do Pólo Petroquímico de Camaçari.

O trabalho como lugar das conquistas também é compartilhado pelas jovens entrevistadas Rita, Beatriz e Rosa. Para as jovens desempregadas, Beatriz e Rosa, o trabalho

aparece em primeiro lugar nas ordens das prioridades e como suporte social das outras dimensões constitutivas da vida, sem trabalho os laços sociais da família se fragilizam e não se efetiva os desejos e os sonhos. A ausência do trabalho significa a impossibilidade de realização enquanto ser humano nas múltiplas necessidades, por isso o “*trabalho é tudo*”, como afirmou a jovem Rosa. Para a jovem Rita, o trabalho é uma atividade através da qual é possível “*provar pra si mesmo que é capaz de tomar conta de você, de cuidar de você mesmo, de cuidar de suas coisas e ter o que você quer*”. Nesse sentido, o trabalho significa a conquista da emancipação financeira e social, a materialização do “querer aquilo” e dos sonhos que são alentados a curto e longo prazo.

Trabalho hoje em dia eu coloco em primeiro lugar. Porque... sempre fala em primeiro lugar a família, mas você não tiver o emprego sua família desmorona. Porque você precisa do seu trabalho pra tudo, né? Pra se... pra realizar, no caso. Se você tá trabalhando você consegue fazer a realização. Você quer uma casa, você tá trabalhando ali, vai demorar, mas você vai conseguir (BEATRIZ, 22 anos, 03/01/2011).

Pra mim trabalho é um meio de vida, viu? Sem o trabalho a gente não vive, sem o trabalho a gente não come, não estuda, não tem nada. Pra mim o trabalho é tudo, principalmente no dinheiro que mês em mês, que você trabalha ali ó, suado, no final do mês tem aquele seu dinheirinho. Pra você dizer: “aqui é meu trabalho, aqui é meu suor!”. Trabalho é tudo pra mim... Sem trabalho a gente num... quer dizer, a gente não vive, né? Porque [é] o trabalho que dá o nosso dinheiro, nosso pão de cada de dia pelo esforço que a gente faz... Se dizer “quero aquilo”, é aquilo. Agora mesmo se eu tivesse trabalhando, eu poderia ajudar na formatura de minha sobrinha... Trabalho é tudo na vida (ROSA, 25 anos, 03/12/2010).

...Pra mim trabalho se resume em... você dar, provar pra si mesmo que é capaz de tomar conta de você, de cuidar de você mesmo, de cuidar de suas coisas e ter o que você quer. Mais ou menos isso... É porque todo mundo tem seu sonho, né? De construir uma casa, fazer uma faculdade melhor, e outras coisas. E tudo gera em torno do dinheiro, então não tem outro jeito [a] não ser trabalhar. Roubar e nem matar eu [não] quero, eu prefiro trabalhar (RITA, 22 anos, 27/07/2010).

A relação que os jovens estabelecem com o trabalho pode se alterar no próprio decurso dos itinerários pelo mundo do trabalho, conforme as circunstâncias sociais ou eventos inesperados que insurgem em determinada “idade” da juventude. No caso da jovem Margaret, após o nascimento dos filhos gêmeos, a sua relação com o trabalho sofreu alterações significativas. Para ela o trabalho assume múltiplos sentidos, é um mix de *obrigação, necessidade, sofrimento e realização*, conforme se evidencia no depoimento abaixo transcrito.

Eu acho que é obrigação minha sim eu trabalhar, porque eu tenho dois filhos pra sustentar, né? É uma obrigação, eu tenho que trabalhar... Eu tenho vinte e três anos, então eu acho que se não fosse muito por essa questão do incentivo ao estudo, e se não tivesse eles, já estaria formada ou trabalhando no jornal, mas continuaria trabalhando, obrigação. Necessidade porque antes não tinha necessidade, não tinha

“aspas” né? Tinha necessidade, mas o foco, o objetivo era outro, era o estudo. Mas, necessidade porque eu tenho necessidade, né? A realidade me mostra que a necessidade de trabalho é importante. Sofrimento porque eu não quero vê eles passando por nenhum tipo de necessidade, então o trabalho não permite que isso aconteça, né? Se você se organizar direitinho... Eu queria tá trabalhando na minha área, mas eu me sinto realizada em tudo que eu faço. Se eu for trabalhar com atendimento eu vou tá realizada, porque tem a questão da estima também. Eu tô muito em casa com eles, acho que quando voltar a trabalhar vou me sentir melhor também (MARGARET, 06/12/2010).

O jovem Ítalo foi o que se demonstrou mais crítico ao sentido socialmente imposto ao trabalho na sociedade capitalista. Em sua opinião, *“o trabalho tá desde a existência do ser humano, sempre o ser humano trabalhou”*, mas nos dias de hoje é visto como o único meio de sobrevivência imposto pela sociedade, sendo *“difícil... achar meios legais de sobreviver na sociedade sem o trabalho”*. Para Ítalo *“o trabalho deveria ser uma coisa... não dirigida a sua sobrevivência”*, para além da mercantilização da vida. O trabalho como necessidade socialmente imposta *“toma muito tempo da vida das pessoas”*, impedindo de realizar outras atividades para além do trabalho. Nesse sentido, Ítalo considera que quando uma pessoa não realiza *“um trabalho que gosta... com certeza ela vai sofrer no local de trabalho”*. Portanto, o fato de estar trabalhando numa área que está relacionada com a *“...maioria das coisas que eu faço”* (leia-se área de pedagogia), faz com que o jovem Ítalo não se “incomode” com a “padronização do trabalho” imposta pela sociedade.

Eu acho que a pessoa sem trabalhar, ela não se torna um cidadão, entendeu? Eu acho que é necessário trabalhar porque é o único meio de sobrevivência. Um meio de sobrevivência em que a sociedade colocou como um legal pra você adquirir é... um meio de se sustentar. Então o trabalho tá desde a existência do ser humano, sempre o ser humano trabalhou, mas hoje é visto como uma forma realmente de sobrevivência. Se você não trabalhar de uma forma legal que a sociedade padronizou...é difícil pra você achar meios legais de sobreviver na sociedade sem o trabalho. ..Mas eu não gosto muito desse trabalho não, entendeu? Pra mim trabalho devia ser uma coisa não dirigida a sua sobrevivência, entendeu?

O que nos chama atenção nas representações juvenis em relação ao trabalho é o seu caráter alienado e fetichizado que o mesmo assume na nossa sociedade. Os sentidos imputados ao trabalho estão mais associados ao *ter* do que ao *ser social*. O trabalho enquanto um meio para manter-se sociável, como afirmou o jovem Adalberto, está associado à possibilidade de acesso à sociedade produtora de mercadorias, enquanto sujeito consumidor, do que com o conteúdo em si do trabalho realizado. Além disso, também se evidencia uma relação fetichizada com o trabalho, que se expressa de forma intensa nos depoimentos dos jovens em situação de não-trabalho, como se observa no depoimento da jovem Rose: *“o*

*trabalho é o que dá o nosso dinheiro.... pra você comprar o que você quer... quero aquilo, é aquilo”.*

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o trabalho ocupa um lugar central na vida dos jovens entrevistados. Se levarmos em consideração que as trajetórias e experiências de trabalho e não-trabalho estão circunscritas à lógica da precarização social do trabalho, poderíamos supor a prevalência de uma relação “desapegada” dos jovens com o mundo do trabalho, principalmente se considerarmos que haveria uma rejeição cultural ao trabalho na “*Bahia de todos dos pobres*” agudizada pelos efeitos sociais da redundância da precarização no mercado de trabalho metropolitano nas últimas duas décadas. Por certo, a centralidade do trabalho nos itinerários biográficos dos jovens entrevistados não significa necessariamente que estejam satisfeitos com o lugar que ocupam na cartografia social do mercado de trabalho e muito menos com as condições objetivas em que realizavam as atividades laborais. Mas, na condição de membros da “classe-que-vive-do-trabalho”, o trabalho se constitui como condição *sine qua non* de (re)produção social dos sujeitos jovens, sendo portanto o fio articulador das múltiplas dimensões da condição juvenil e da transição para a vida adulta. Nesse sentido, se os jovens creditam ao trabalho um lugar central em suas vidas, ainda que este assuma um caráter alienado, é porque as expectativas em relação ao futuro dependem em grande medida da qualidade dos vínculos imanentes à sua inserção no mundo do trabalho do tempo presente. Na próxima seção, iremos apresentar as expectativas futuras dos jovens entrevistados em relação ao mercado de trabalho e os horizontes de possibilidades no que diz respeito à efetivação dos sonhos e projetos de vida.

### **5.7 Tecendo o futuro: o trabalho como fio articulador dos sonhos, efetividades e horizontes de possibilidades.**

As perspectivas dos jovens entrevistados em relação ao mercado de trabalho assumem contornos diferenciados conforme a situação ocupacional em que se encontram no tempo presente, sendo que boa parte dos entrevistados percebem que as chances de mobilidades no mercado de trabalho não estão asseguradas, contribuindo para que as realizações futuras se tornem incertezas. Na opinião do jovem José, que se encontrava em situação de primeiro emprego, as incertezas em relação ao futuro não podem ser explicadas apenas no plano individual, mas tem sua gênese no “sistema que oprime”, ou seja, como podem os jovens “crescer futuramente” se faltam oportunidades no mercado de trabalho? E quando encontram um emprego, nem sempre oferece condições de planejar o futuro, já que os vínculos, as

condições de trabalho e remuneração são precárias e instáveis. Para a jovem Margaret, que se encontrava na inatividade forçada, *“nada está garantido”* no que se refere à inserção dos jovens no mundo do trabalho na atualidade, nem mesmo para ela que teve uma *“trajetória praticamente certinha”*.

Embora as realizações futuras sejam incertezas, os jovens entrevistados almejam a curto e longo prazo encontrar um “trabalho decente”, mas nem sempre dispõem dos meios necessários. A depender da situação ocupacional em que se encontram, os horizontes de ação se diferenciam.

No caso dos jovens em situação de desemprego, as expectativas no plano imediato eram encontrar um emprego. No caso jovem Rosa, a busca de um emprego garantido com carteira assinada continuava a ser o principal objetivo, para tanto, a única arma de que dispõe é a disponibilidade permanente de ir à luta para *“procurar muito trabalho”*. Já os jovens desempregados Fabrício, Beatriz e Jonas também desejavam encontrar um “bom emprego”, mas em áreas que estão em alta no mercado de trabalho, a exemplo da área de saúde e da construção civil. Para isso, precisavam encontrar qualquer emprego a fim de obter recursos financeiros necessários para custear as despesas com um curso técnico profissionalizante que lhes possibilite concorrer a uma vaga nessas áreas. Essa foi a estratégia utilizada por Fabrício, assim que foi demitido do primeiro emprego em 2005, investiu os recursos financeiros provenientes da rescisão do contrato de trabalho na realização de um curso técnico de enfermagem. Além disso, os jovens também almejam ingressar no ensino superior, na esperança de *“uma coisa melhor”*, ou seja, um emprego que ofereça estabilidade financeira.

A estabilidade financeira é um dos motivos apresentados por Iago para se “jogar” nos editais de concurso público, cujas vagas disponibilizadas contemplem a sua linha de atuação profissional nos projetos sociais, isto é, arte-educador. Na sua avaliação, essa é uma das alternativas de superação da lógica de viver de projetos, mas ao mesmo tempo, Iago tem consciência de que as vagas dos concursos nessa área tendem a exigir como requisito mínimo o diploma de nível superior, por isso também tem como perspectiva fazer um cursinho pré-vestibular Universidade para Todos do governo de Estado para *“quem sabe um dia”* ingressar na Escola de Dança da UFBA.

A expectativa da jovem Walesca era encontrar um emprego que permitisse conciliar o trabalho e os estudos, pois o seu maior sonho era voltar a estudar. No entanto, a extensa jornada de trabalho dos empregos que havia trabalhado anteriormente no setor de comércio de alimentos fizera com a jovem desempregada postergasse por prazo indeterminado a realização do seu sonho.



Voltar a estudar para ter “*a vida de uma mulher diferente*” era a expectativa futura da jovem Luísa, operadora de telemarketing. A jovem entrevistada almejava um futuro profissional diferente do que tiveram a sua mãe e sua avó, ou seja, o percurso trilhado no mundo do trabalho estava orientado pela vontade imperativa de romper com ciclo de trabalho discriminado e desvalorizado vivenciado pelas matriarcas da família na condição de lavadeiras. Das vezes que ficou desempregada, a dúvida que pairava sobre ela era a seguinte: “*meu Deus será que não vou conseguir um emprego, vou ter que ficar nessa vida mesmo? Porque minha mãe... minha vó foi lavadeira, minha mãe é lavadeira. Será que eu vou seguir o mesmo ramo também?*” Nesse sentido, a permanência no emprego era uma condição indispensável para que a jovem, filha de lavadeira, pudesse sonhar com “outros horizontes”, ou seja, para se manter na faculdade precisava trabalhar porque a família não dispõe de recursos financeiros para custear os seus estudos, portanto, não “pode se dar ao luxo de ficar sem trabalhar”, afirmou a jovem entrevistada. Na data da realização da entrevista, Luisa estava se preparando para fazer o ENEM, e pretendia concorrer a uma bolsa do PROUNI para o curso de psicologia.

Os jovens ocupados no circuito dos empregos precários das empresas terceirizadas ou da construção civil, os quais estão submetidos ao trabalho intermitente e mal pago, não desejam continuar por muito tempo nos seus respectivos empregos. O jovem Adalberto, eletricitista da construção civil, tinha como perspectiva profissional “*tornar-se um operário do Pólo Petroquímico de Camaçari*”, mas estava convicto de que era preciso se qualificar, por isso iria “guardar um dinheiro” para fazer um curso pago na área de eletrotécnica pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI). Quanto ao futuro, as condições sociais do presente apenas permitiam a Adalberto concebê-lo como um devaneio: “*Ficar rico (risos). Comprar um... comprar um Lamborguini, uma Monsarat.(risos) E botar uma negra da cor da noite dentro dele (risos)*”.

Os jovens trabalhadores terceirizados Haroldo e Diogo não nutriam grandes devaneios. Na condição de arrimos de família, apenas desejavam mudar de ramo de trabalho e encontrar um emprego ou ocupação que oferecesse menos riscos e melhores condições de trabalho. O sonho de Haroldo era retornar a trabalhar na área hospitalar, mas numa ocupação totalmente diferente do seu primeiro emprego. Desejava trabalhar na área de enfermagem e sua meta era fazer um curso técnico. Por sua vez, o jovem Diogo pretendia continuar trabalhando no circuito da “Coelba terceirizada” para “ver se alcançava” o seu objetivo: montar o próprio negócio. Mas considerava que este era “um sonho distante da sua realidade”, pois precisava trabalhar para sustentar as duas filhas, o que lhe obrigava a viver o risco

cotidiano de trabalhar na “rede energizada”. Embora não tenha concluído o ensino médio, a experiência profissional adquirida nos empregos anteriores e a disponibilidade para trabalhar no interior do Estado contribuía para que Diogo estivesse integrado ao circuito do emprego terceirizado do setor elétrico, embora não soubesse por quanto tempo.

O jovem José, auxiliar de suprimentos hospitalares, embora não esteja diretamente vinculado ao trabalho terceirizado, também pretendia mudar de emprego. Na sua avaliação a ausência de uma formação profissional específica diminuía as chances de encontrar um emprego estável, por isso que era preciso ter uma profissão fixa, através da qual pudesse ser reconhecido socialmente. Além da estabilidade financeira, a busca de identidade profissional mobilizava o jovem José a fazer um curso técnico, o mais breve possível.

No caso do único funcionário público da amostra de casos pesquisados, as perspectivas em relação ao mercado de trabalho era “*sempre garimpar algo melhor*”. Erivaldo não estava disposto a permanecer no emprego público de Agente de Saúde e Combate a Endemias por muito tempo, pois se tratava de um emprego de “estabilidade precária”, ou seja, de baixa remuneração (salário mínimo) e a ausência de direitos, a exemplo do plano de saúde. Por isso, estava se preparando para concursos públicos tendo em vista um emprego com “*salário maior, menos trabalho e mais direitos*”, conforme declarou o jovem entrevistado. A busca por um emprego público de melhor qualidade representa para ele a possibilidade de efetivar duas vontades materiais, *a conquista da casa própria e a compra de um carro*, e se possível o ingresso no curso superior de educação física.

A busca de um emprego estável no serviço público também era uma das expectativas da jovem Laís, estudante de curso de História na UFBA, que optou pelos estudos na impossibilidade de conciliá-lo com o trabalho, desde que ingressou na universidade em 2009. O percurso formativo no ensino superior tem contribuído para que a jovem entrevistada direcione seu horizonte profissional para o exercício da docência na educação básica, sendo que a sua participação como bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) tem contribuído para aproximá-la do futuro campo de atuação profissional. As expectativas de Laís após o concluir o curso superior eram “*tentar um emprego mais estável*” e dar prosseguimento aos estudos no âmbito da pós-graduação, sendo que compartilhava da crença de que a aquisição do diploma escolar iria elevar o seu padrão de vida e de sua família. Na avaliação da jovem entrevistada, o “*valor da sua força de trabalho*” não seria mais o mesmo após a conclusão da graduação. No entanto, a futura professora tinha clareza do processo de precarização do trabalho docente no Brasil nas últimas décadas e considerava que emprego público ainda é a melhor alternativa.

...No colégio particular a pessoa está empregada hoje e amanhã pode não está e no Estado não existe essa regra. Então a gente já se baseia nisso pra ter estabilidade. A pessoa precisa de estabilidade pra constituir família e tudo mais. Então o Estado passa esta segurança, embora não proporcione ao profissional que trabalha lá as melhores condições para realizar esse trabalho, em compensação oferece estabilidade (LAIS, 22 anos, 29/12/2010).

“*Entre a cruz e a espada*” foi a maneira como a jovem Milene, estudante universitária e trabalhadora, definiu a “*difícil escolha entre trabalho e educação*”, a qual estava lhe deixando “*em tempo de ficar de doida*” desde o primeiro semestre do curso de Letras na UFBA, em 2009. Em fevereiro de 2011, Milene encontrava-se numa “*encruzilhada*” em que precisava optar entre a carreira no trabalho e a carreira acadêmica. Embora o elemento motivacional para trabalhar sempre esteve pautado pela lógica de “*nunca pesar*” para a sua mãe, ou seja, desde que começou a trabalhar na livraria sua mãe “*não precisa se preocupar com nada*”. No entanto, não era nada fácil conciliar a jornada de trabalho com os estudos na UFBA, sendo que em determinados momentos o cansaço físico e o desgaste mental lhe desmotivavam a prosseguir com os estudos universitários, mas a “*vontade de vencer*” e o suporte afetivo de sua mãe era o que a animava a não desistir dos seus sonhos.

Na opinião da jovem entrevistada, o que estava em jogo na “*difícil escolha entre trabalho e educação*” era o seu futuro, sendo que a “*crise*” de escolha estava pautada na seguinte interrogação: “*que tipo de vida eu quero para mim?*”. Embora soubesse que a decisão de sair do emprego iria “*pesar para sua mãe*”, ela considerava que não poderia abrir mão dos seus sonhos. Mas ao mesmo tempo, estava “*balanceada*” com as chances de ascensão profissional na livraria. Todavia, tudo indica que o pêndulo da balança tenderia para dedicação aos estudos universitários. As perspectivas futuras de Milene tinham como horizonte o ingresso na carreira pública no magistério superior. A jovem sonhava em “*devolver à sociedade tudo aquilo*” a que teve acesso, mas para isso precisava chegar a “*outras zonas de influências*”.

No caso dos jovens Reinaldo e Ítalo, as perspectivas futuras estavam marcadas pelo desafio de conciliar o trabalho social que desenvolviam no bairro e estabilidade financeira. Os jovens educadores pretendiam trabalhar com projetos sociais, porém estavam empenhados no processo de profissionalização da Ong responsável pela gestão da Biblioteca comunitária para que em longo prazo pudessem assegurar a sustentabilidade financeira dos projetos sociais, e, por conseguinte estarem sendo remunerados pelo trabalho realizado. Não obstante o excesso de otimismo e engajamento ético no trabalho social, esses dois jovens tinham clareza de que não seria uma tarefa nada fácil subverter a lógica da “*vida louca*” de “*viver de projetos*”. Por

isso, acreditavam que a formação obtida na faculdade e a aquisição do diploma de nível superior era estratégia importante no processo de profissionalização da Ong, tanto na captação de recursos financeiros junto às instituições privadas ou órgãos públicos, quanto na gestão e execução dos projetos.

Por outro lado, os jovens entrevistados viviam uma tensão latente com os seus respectivos familiares no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Ainda que demonstrassem orgulho do trabalho comunitário que desenvolviam no bairro, a mãe e avó de Reinaldo se preocupavam com a estabilidade financeira dele, sendo que sua avó, funcionária pública aposentada, era que verbalizava com maior frequência a preocupação com o seu futuro profissional, estimulando-lhe a fazer um concurso público na área de administração. O pai de Ítalo, também funcionário público, compartilhava da mesma preocupação, porém era mais enfático na sua descrença em relação à inserção do seu filho no trabalho social. Frente às pressões dos familiares e a instabilidade de viver de projetos, os jovens entrevistados buscavam o equilíbrio entre a satisfação do trabalho social e a estabilidade financeira. Na impossibilidade de viver de projetos, os jovens acreditavam que não encontrariam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho após concluírem o ensino superior. Nesse sentido, os jovens encaravam o futuro profissional como um campo de possibilidades em aberto, o qual se constituiria a partir das escolhas e caminhos a serem perseguidos. Por isso, a prioridade do momento era “*conseguir trabalhar no que a gente gosta e ser remunerado por isso*” conforme declarou o jovem Reinaldo.

As indefinições em relação à inserção no mercado de trabalho também fazem parte das preocupações da jovem Cibele. Apesar de demonstrar bastante otimismo com as possibilidades de crescimento do pequeno negócio que havia montado com sua sócia, a jovem entrevistada estava insegura em relação ao sucesso do “microempreendimento individual”. Por isso, as suas expectativas futuras giravam em torno da possibilidade de “*ter um emprego que possibilite também ter meu próprio negócio*”. Enquanto o emprego não aparecia, ela pretendia arriscar a sorte dia a dia na venda de peça íntimas femininas. Como se considerava uma pessoa determinada, a jovem declarou o seguinte: “*eu só vou desistir se realmente ver que não tem jeito*”. De certa forma, a preocupação em combinar emprego e pequeno negócio estava fundamentada na própria incerteza em relação aos ganhos financeiros do trabalho por conta própria, o que lhe impossibilitava assumir compromissos em longo prazo. Imersa na solidão do mercado, não dispõe de meios para prever o que acontecerá amanhã, mas “*estava fazendo a sua parte*”, ou seja, inventar constantemente novas formas de atrair os clientes e

vender as mercadorias da loja. Portanto, a incerteza do presente mobilizava a jovem entrevistada na “luta” por um futuro mais previsível, por isso, ela não desanimava fácil.

Nessa direção, pode-se afirmar que as expectativas futuras dos jovens, e portanto, os processos de transição para a vida adulta estão mediados pela inserção no mundo do trabalho. Contudo, se observa que as possibilidades de efetivação das aspirações nutridas pelos jovens trabalhadores não estão asseguradas *a priori* num contexto de intensas transformações no padrão de transição escola-trabalho na realidade das últimas décadas. Herdeiros de um mundo do trabalho revirado, na condição de filhos de famílias da classe trabalhadora que vivem em bairros populares da capital brasileira do desemprego e da precarização do trabalho, lançam mão de estratégias variadas, conforme as condições sociais do presente, para alçar um lugar na cartografia social no mercado de trabalho que ofereça condições de sonhar com futuro melhor. Para tanto, o limite de efetivação dos sonhos dos jovens entrevistados é apenas a conquista de trabalho decente, é o que desejam!

### **5.8 Considerações parciais**

Em síntese, o que se constata a partir da análise das trajetórias e experiências de trabalho e não trabalho dos jovens entrevistados é que a aquisição das credenciais escolares mínimas exigidas pelo mercado de trabalho e a “formação” profissional obtida no Consórcio Social da Juventude não foram suficientes para garantir uma inserção automática no mercado de trabalho com déficits estruturais de postos de trabalho. Portanto, as motivações, os itinerários de trabalho e as expectativas futuras estão subordinados à lógica da precarização social do trabalho.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a escrita desta tese, compete-nos retomar os objetivos e pressupostos teóricos anunciados na introdução, e, a partir dos dados empíricos, quantitativos e qualitativos, tecer algumas considerações finais.

Nos capítulos dois e três, a partir da literatura especializada, buscamos evidenciar as interdependências entre as transformações do mundo do trabalho e o processo de reconfiguração da condição juvenil contemporânea, bem como a centralidade do trabalho na construção das trajetórias e itinerários biográficos juvenis. O argumento subjacente à problematização teórica é que a condição juvenil, os processos de transição para a vida adulta, e a relação que os sujeitos jovens estabelecem com o trabalho são historicamente construídos, engendrados em determinados contextos socioculturais, políticos e econômicos dotados de especificidades e variabilidades conforme a configuração societal que circunscreve os itinerários e trajetórias dos sujeitos jovens. Portanto, a inserção e permanência dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho e suas mobilidades ocupacionais (ascendentes ou descendentes) não se processam em um vazio social, mas fazem parte de uma teia complexa de relações e processos sociais que envolvem as suas histórias de vida. Por isso compartilhamos das preocupações teóricas de Joaquim Casal e dos pesquisadores do Grupo GRET, quanto ao fato de que a tarefa do trabalho sociológico é desvelar as desigualdades sociais incrustadas na situação juvenil. Isso significa que itinerários e trajetórias estão atrelados a uma materialidade sócio-histórica e sua compreensão não se restringe ao caráter subjetivo dos itinerários e das escolhas dos indivíduos.

Nesse sentido, as trilhas analíticas percorridas nos capítulos seguintes (quatro e cinco), buscaram interpelar a validade dos diagnósticos e problematização das categorizações teóricas aludidas, a partir das mutações existentes nos processos de transição e inserção da força de trabalho juvenil de mercado de trabalho brasileiro nos 2000. A partir dos anos de 1990, com a abertura econômica do país, a adoção do receituário neoliberal pelo Estado brasileiro e a reestruturação produtiva, que alteraram significativamente a cartografia social do trabalho e, por conseguinte, o padrão de inserção juvenil no mercado de trabalho, redefiniram os horizontes e as possibilidades efetivas de transição dos jovens à vida adulta, assim como as perspectivas futuras na esfera profissional e pessoal.

Dentre os argumentos apresentados para delimitar as especificidades da transição escola-trabalho entre os jovens brasileiros, destaca-se o pressuposto de que a construção

sócio-histórica da juventude brasileira é mediada fundamentalmente pelo trabalho. Decerto, não se constitui em nenhum truísmo qualificar a juventude brasileira de **juventude brasileira trabalhadora**. De fato, a transição escola-trabalho assumiu contornos bem específicos no caso do Brasil, o ingresso precoce, sobreposição e vivência concomitante de estudo e trabalho sempre fizeram parte dos percursos juvenis. Segundo Tartuce (2007), para a imensa maioria dos jovens, não se trata necessariamente de uma inserção no mercado de trabalho, mas de inúmeras re-inserções em virtude da sua trajetória ocupacional precoce, as quais geralmente também se superpõem às descontínuas trajetórias escolares. Nesse aspecto, as trajetórias dos jovens entrevistados de socialização temporã são exemplos típicos dessa situação.

A partir dos anos de 1990, houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva que implicaram o adiamento da entrada no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida, e conseqüentemente, a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas) passaram a ser disputadas entre jovens e adultos. Contraditoriamente, no momento em que ocorre uma elevação da escolarização dos jovens e a escola passa a ganhar centralidade nas chances de inserção no mercado de trabalho, é justamente o momento em que as chances se tornam mais escassas e a busca do primeiro emprego se torna mais difícil, quando comparado com as gerações jovens de períodos anteriores, o que pode ser explicado pelo déficit estrutural de vagas acumulado no período recente e a deterioração da qualidade dos postos de trabalho existentes. O paradoxo imanente à inflexão do padrão desenvolvimentista de transição é que a geração dos jovens trabalhadores dos anos 2000, egressos da expansão escolar dos anos de 1990, descobre assim que ingressa no mercado de trabalho, que o seu horizonte de “futuro” está marcado pela inserção precária e instável em um mercado de trabalho reestruturado, situação amplamente conhecida e experienciada pelos jovens trabalhadores da cidade de Salvador, pesquisados no estudo de caso.

A análise dos principais indicadores da situação juvenil no mercado de trabalho metropolitano nos autoriza afirmar que a tendência de inflexão no processo de desestruturação do mercado de trabalho não provocou rupturas com a precarização do trabalho instaurada pós-reestruturação produtiva, nem tampouco implicou mudanças efetivas na situação dos jovens no mercado de trabalho. Os jovens trabalhadores continuam em situação de desvantagem social, e certamente, se constituem como a fração da classe trabalhadora mais vulnerável às conseqüências sociais da precarização do trabalho no Brasil nas últimas décadas.

Também fica explícito a partir da análise dos indicadores o caráter desigual da precarização do trabalho entre os jovens trabalhadores, e suas gradações sociais conforme os atributos adstritos e adquiridos, os quais são condicionados pela condição de classe e o lugar que ocupam na estrutura socioeconômica das sociedades metropolitanas em que vivem. Nesse sentido, a situação dos jovens trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se configura como um exemplo típico da redundância da precarização social do trabalho no Brasil.

A cartografia social do trabalho juvenil no mercado metropolitano baiano é composta por um elevado déficit de trabalho decente. Segundo os dados da Pnad de 2011, aproximadamente 386 mil jovens trabalhadores de 15 a 29 anos faziam parte do conjunto de trabalhadores brasileiros que vivem à margem da norma salarial, dos direitos do trabalho e da proteção social. Quando confrontado com a realidade das demais metrópoles brasileiras, conclui-se que os jovens trabalhadores das RMS são aqueles que estão mais expostos à condição mais instável e precária do mercado de trabalho: a condição de desempregados.

Nesse sentido, as trajetórias e experiências de trabalho de jovens trabalhadores da cidade de Salvador, egressos do Programa Primeiro Emprego na Bahia nos anos 2000, que compõe a amostra de casos pesquisados, são ilustrativas das transformações ocorridas no padrão de inserção juvenil e das implicações sociais da precarização do trabalho na vida dos jovens. Embora os jovens trabalhadores pesquisados disponham das credenciais mínimas para a conquista de um emprego do núcleo duro do mercado de trabalho, e compartilhem entre si o fato de terem sido qualificados para o primeiro emprego, suas trajetórias não se constituem numa exceção ao universo dos jovens trabalhadores de baixa renda da metrópole baiana em relação à inserção no mercado de trabalho.

Embora os itinerários percorridos pelos jovens entrevistados no mercado de trabalho metropolitano sejam constituídos de dois pontos de partidas distintos quanto à forma de inserção e a sequência de eventos ocupacionais, os achados da pesquisa de campo indicam que tanto os jovens de *“socialização temporã no mundo trabalho”*, quanto aqueles classificados como *“praticamente certinhos”* compartilham de experiências comuns nos percursos trilhados em busca do primeiro emprego e na tentativa de permanência no circuito do emprego formal, ou seja, estão entrelaçadas pela vivência da precarização social do trabalho.

De um modo geral, os itinerários de trabalho dos jovens entrevistados estão imersos num fluxo constante de situações de trabalho e desemprego marcadas pelo signo do aleatório, da incerteza e da instabilidade. Na condição de novos demandantes do primeiro emprego, os



percursos percorridos até encontrá-lo em geral são precedidos por estágio probatório em inúmeras situações de trabalho tipicamente precário. Mas os empregos formais disponíveis para os jovens também estão circunscritos à lógica da precarização. Seja no circuito das empresas terceirizadas prestadoras de serviços de limpeza ou de manutenção ou do setor de serviços ou comércio, predominam elevadas taxas de rotatividade e baixos salários. Por outro lado, para aqueles que vivem na permanente busca de um emprego com carteira assinada, como é o caso da jovem Rose, os itinerários se perfazem na tensão constante entre a busca fracassada pelo “trabalho de verdade” e viver de bicos ou do trabalho avulso.

Nesse sentido, o campo de possibilidades da inserção laboral dos jovens egressos no Consórcio Social da Juventude não depende apenas do uso da capacidade criativa e empreendedora individual da cada jovem entrevistado de inventar caminhos ou estabelecer estratégias racionais capazes de converter as aspirações em relação à conquista do “trabalho de verdade”. Os lugares que os jovens entrevistados ocupam estão condicionados pelas propriedades estruturantes do mercado de trabalho metropolitano da *Bahia de Todos os Pobres*. Por certo, os jovens pobres que fazem parte desta amostra já dispõem de certos atributos que os diferenciam da pobreza clássica, principalmente no que diz respeito à aquisição das credenciais mínimas para competir a uma vaga de emprego, mas isso não é suficiente para garantir uma inserção automática no mercado de trabalho com déficits estruturais de postos de trabalho.

Por último, pode-se afirmar que o trabalho ocupa um lugar central na vida dos jovens entrevistados. Se levarmos em consideração que as trajetórias e experiências de trabalho e não-trabalho estão circunscritas à lógica da precarização social do trabalho, poderíamos supor a prevalência de uma relação desapegada dos jovens com o mundo do trabalho. Na condição de membros da classe-que-vive-do-trabalho, o trabalho se constitui como condição sine qua non de (re)produção social dos sujeitos jovens, sendo portanto o fio articulador das múltiplas dimensões da condição juvenil e da transição para a vida adulta. Se os jovens creditam ao trabalho um lugar central em suas vidas, ainda que este assuma um caráter alienado, é porque as expectativas em relação ao futuro dependem em grande medida da qualidade dos vínculos imanescentes à sua inserção no mundo do trabalho do tempo presente.

Herdeiros de um mundo do trabalho revirado, na condição de filhos de famílias da classe trabalhadora que vivem em bairros populares da terceira metrópole brasileira do desemprego e da precarização do trabalho, os jovens trabalhadores lançam mão de múltiplas estratégias, conforme as condições sociais do presente, para alcançar um lugar na cartografia

social no mercado de trabalho que ofereça condições de sonhar com futuro melhor. O limite de efetivação dos sonhos é apenas a conquista de um trabalho decente.

Enfim, sobre eles o peso das transformações do mundo do trabalho assume feições próprias, cujos percursos, trajetórias de trabalho e expectativas futuras carregam as marcas materiais e simbólicas da herança socialmente imposta: *filhos da precarização social do trabalho!*

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Políticas de juventud y empleo juvenil: el traje nuevo del rey. **Última década**, Val Paraíso, vol.13, n.22, pp. 63-94, 2005.

\_\_\_\_\_. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía e nova condición juvenil. **Última Década**, CIPDA, Viña del Mar, n. 16, pp. 119-155, mar. 2002.

ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoini (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p.25-36, 1997.

ALBERNAZ, Luciana. Os jovens e o 1º primeiro emprego. **PRESSTEM**, São Paulo, n.44; p.18-19, mar/2012. Disponível em <[http://www.sindeprestem.com.br/pdf/Revista\\_PRESSTEM\\_Marco\\_2012.pdf](http://www.sindeprestem.com.br/pdf/Revista_PRESSTEM_Marco_2012.pdf)> Acesso em 10 jul. 2013.

ALBORNOZ, Susana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALGUACIL, Carolina. Yo soy mileurista. **El País**, Barcelona, 25 ago. 2005. Disponível <[http://elpais.com/diario/2005/08/21/opinion/1124575203\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2005/08/21/opinion/1124575203_850215.html)> Acesso em 10 jan. 2012.

ALONSO, LUIS Enrique. **Trabajo y posmodernidad: em empleo débil**. Madrid: Fundamentos, 2000.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 1981.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luiz. Precarização do trabalho e a nova precariedade salarial no Brasil na década de 2000. In.: TOLEDO, Enrique Garcia; NEFFA, Júlio César (orgs.) **Trabajo y modelos productivos em América Latina: Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal**. Buenos Aires: Clasco, 2009.

ALVES, Maria Natália de Carvalho. **Inserção profissional e formas identitárias: percursos dos licenciados da Universidade de Lisboa**. 2007. 610f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo, SP : Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho).

\_\_\_\_\_. **A desertificação neoliberal: (Collor, FHC, Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

ARENDDT, HANNAH. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Jeunesse et conjugaison des temps. **Sociologies et sociétés**, v. 28, n. 1, p.13-22, 1996.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Retomada de um legado intelectual Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.17, n.2, pp. 11-33, nov. 2005.

AVANTE EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Relatório final Consórcio da Juventude 4ª edição**. Salvador: Avante, 2007.

AVANTE EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Conexão solidária**: uma nova estratégia de inclusão sócio-produtiva para jovens egressos do Consórcio Social da Juventude em arranjo produtivo local. Salvador: Avante, 2006. 71 slides color.

BAJOIT, Guy. Modeles culturels et sens du travail In.: VULTUR, Mirceia; MERCURE, Danile (orgs.). **Perspectives internationales sur le travail des jeunes**. Laval: Les Presses de l'Université Laval, 2011.p. 269-288.

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.5, pp. 76-95, set./out./nov./dez. 1997.

BARRETO, Theo da Roca. **Trabalhadores informais e desempregados**: a precarização como homogeneização “sui generis” na formação dos “sem emprego”. Um estudo sobre as trajetórias de trabalhadores informais e desempregados da RMS – no final do século XX. 2005. 269f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

BASTOS, Paulo. A experiência do Programa Primeiro Emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Bahia Análise e Dados**, v. 21, n.1,p 87-104, 2011.

BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zarh,2001.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **O retorno à condição operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009. Coleção Mundo do Trabalho.

BECK, Ulrich. **Sociedade dos riscos**: rumo a outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BIRH,Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: martins Fontes, 2009.

BONFIM, A. S. V. **Entre a voz e ouvido**: trabalho emocional e os impactos para a saúde dos trabalhadores do teleatendimento/telemarketing em Salvador. 2009. 198f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA. Salvador, 2009.

BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: duas décadas de transformações. **Bahia Análise&Dados**, Salvador, v.21, n.2, p449-462, abr/jun.2011.

\_\_\_\_\_.As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. **Caderno CRH**, v. 23, p. 619-632, 2010.

\_\_\_\_\_.Jovens e trabalho: questões a partir da análise dos mercados de trabalho metropolitanos do Brasil. In: TOLEDO, Enrique Garcia; NEFFA,Júlio César (orgs.) **Trabajo y modelos productivos em América Latina**: Argentina, Brasil, Colômbia, México e

Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal. Buenos Aires: Clasco, 2009. V. II, p. 217-247.

\_\_\_\_\_. Os jovens nos anos 1990: desemprego, inclusão tardia e precariedade. **Bahia e Análise de Dados**, Salvador, v. 18, n. 1, p. 157-270, abr/jun 2008.

\_\_\_\_\_. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, G; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo : Boitempo, 2007. p.81-94.

\_\_\_\_\_. Impacto do desemprego e precarização sobre famílias metropolitanas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 23; n. 2, p. 205-222; jul/dez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 1990**. 2003. 374f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O que quer dizer falar. In: \_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003. p. 101-118.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. Classificação, desclassificação, reclassificação. NOGUEIRA M.A. & CATANI, A. (org.) **Escritos de Educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998a.

\_\_\_\_\_. A precariedade está por toda parte. In.: BOURDIEU, P. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

\_\_\_\_\_. A juventude é apenas uma palavra. In.: \_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983b. p. 46-81. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBODERON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre. coord.). **A miséria do mundo**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BIGGART, Andy, FURLONG, Andy, CUCONATO, Morena, LENZI, Gabriele, STAUBER, Barbara; MORGANI, Enzo, BOLAY, Eberhard; WALTHER, Andreas. “Trayectorias fallidas”, entre estandarización y flexibilidad en Gran Betaña, Italia y Alemania Occidental. **Revista Estudios de Juventud**, Madrid, n. 56, p. 11- 29, 2002.

BRAGA, R. A angústia dos subalternos. In: BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo/ USP-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012. (Coleção Mundo do Trabalho).

BRAGA, R.; ANTUNES, R. (Orgs.) **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Primeiro Emprego**. Brasília: Palácio do Planalto, 30 de junho de 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2004-2007** – Projeto de Lei. Brasília: MPOG, 2003. Volume II.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal Solidária 2003/2010**. Brasília: TEM/SINAES, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. 7. ed. Brasília: Assessoria de Comunicação do MTE, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Relatório de Gestão 2007**. Brasília: MTE, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Relatório de Gestão 2006**. Brasília: MTE, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria n.120, de 31 de Agosto de 2006**. Brasília: MTE, 2006a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Relatório de Gestão 2005**. Brasília: MTE, 2006b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de referência do Social da Juventude**. Brasília: MTE, 2005.

CALVINO, João. **A verdadeira vida cristã**. São Paulo: Novo Século, 2000. p. 77.

CAMARANO, Ana Amélia; LEITÃO E MELO, Juliana; KANSO, Solange. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. IN.: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. pp. 71-88.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Juventudes desesperadas, gerações perdidas: duas dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro. In: Alves, Giovanni; Estanque, Elisio. (Org.). **Trabalho, juventude e precariedade: Brasil e Portugal**. 1ed. Bauru: Canal 6, 2012, v. 1, p. 65-97.

\_\_\_\_\_. **A construção da sociedade do trabalho: socialibilidade capitalista, padrões de justiça e persistência das desigualdades**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. (Ebook).

\_\_\_\_\_. **Trabalhar, verbo intransitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CARDOSO JR, José Celso et. al. Longa caminhada, fôlego curto: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios sociais da juventude. **Textos para discussão do Ipea**, Rio de Janeiro, n. 1224, out. 2006.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de Carvalho. Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade em Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Caderno CRH**, v. 24, p. 397-412, 2011.

\_\_\_\_\_. Introdução ao Dossiê Metrôpoles. **Caderno CRH**, v. 23, p. 215-219, 2010.

\_\_\_\_\_. Trabalho, renda e pobreza na Região Metropolitana de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá M. M., PEREIRA, Gilberto Corso. 2. ed. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Inaiá M. M., SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

CARVALHO, Inaiá M. M., PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In: CARVALHO, Inaiá M. M., PEREIRA, Gilberto Corso. 2. ed. **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; ALMEIDA, Paulo Henrique; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. In: **Tempo Social**, São Paulo, v.13, n.2, p. 89-114, Nov. 2001.

CASAL, Joaquim. Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precariedad y desestructuración. **Reis**, Revista Española de Investigaciones Sociológicas, Madrid, n. 75, p.295-316, 1996.

CASAL, Joaquim; MERINO, Rafael; GARCÍA, Maribel. Pasado y futuro del estudio sobre la transición de los jóvenes. **Papers**, Madrid, n. 96, v. 04, p. 1139-1162, 2011.

CASAL, Joaquim; GARCÍA, Maribel; MERINO, Rafael; QUESADA, Miguel. Aportaciones teóricas y metodológicas a la sociología de La juventud desde la perspectiva de la transición. **Papers**, Madrid, nº 79, p. 21-48, 2006.

\_\_\_\_\_. **Enquesta als joves de Catalunya 2002: avançament de resultat**. Barcelona: Generalitat de Catalunya Departament de la Presidència; Secretaria General de Joventut, 2002. (Aportacions, 19).

CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres** : trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2010.

\_\_\_\_\_. Et maintenant, le precariat. **Le Monde**, 20 abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. Vol 1. (A era da informação : economia, sociedade e cultura)

CASTRO, Eliza Guaraná de. Juventude. In: HOLANDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendes e Vertecchia, 2010.

CAVALIA, A. La gioventù: condizione o processo? **Rassegna Italiana di Sociologia**, Bologna: Il Mulino, n. 4, p. 519-542, 1980.

CHAMBOREDON, J. C. Adolescence et post-adolescence: la juvénisation, remarques sur les transformations récentes des limites et de la définition sociale de la jeunesse. In: ALLÉON, Anne-Marie; MORVAN, Odile; LÉBOVICI, Serge. **Adolescence terminée, adolescence interminable**. Paris: PUF, 1985.

\_\_\_\_\_. La société française et sa jeunesse. In: Darras, Les Partage des Bénéfices, Paris: Ed. de Minuit, 1966. pp. 155-175.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Salvador: COELBA, 2010.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Cala a boca Calabar**: a luta política dos favelados. Petrópolis: Vozes, 1984.

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (orgs). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011. pp. 45-70.

\_\_\_\_\_. **O trabalho e a sua ausência:** narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008. 442f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

CORROCHANO, Maria Carla; GOUVEIA, Jorge Luiz. A dança das cadeiras: os jovens e o mundo do trabalho no Brasil. In: TOKMAN, V.; CORRACHANO, M.C.; GOUVEIA, J. L. **Desemprego Juvenil no Cone Sul:** uma análise da década. São Paulo: Friedrich Ebert, 2003. p. 41-76.

CRUZ, Elaine Patrícia. A rotatividade de terceirizados em São Paulo é maior entre os jovens e os que têm ensino médio completo. **Agência Brasil**, Brasília, 05 mar. 2012. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-05/rotatividade-de-terceirizados-em-sao-paulo-e-maior-entre-os-jovens-e-os-que-tem-ensino-medio-completo>>. Acesso em 10 jul. 2013.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p. 1105-1128, out. 2007.

\_\_\_\_\_. **A música entra em cena:** o rap e o Funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. 2001. 412f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEJOURS, Cristopohe. **A banalização da injustiça social.** Rio de Janeiro: FVG, 1999.

\_\_\_\_\_. **A loucura do trabalho.** Rio de Janeiro: Guanabra Koogan, 1987.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. O jovem comerciário: trabalho e estudo. **Boletim Técnico**, ano I, n. 3, mai./2009.

DINIZ ALVES, José Eustáquio. Estrutura etária, bonus demográfico e população em idade ativa: cenário de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. IN: IPEA. **Macroeconomia para o desenvolvimento:** crescimento, estabilidade e emprego. Brasília : IPEA, 2010. Vol. 04, p.p373-401.

\_\_\_\_\_. **O Bônus demográfico e o crescimento econômico.** S/D. Disponível em : [www.abet.org.br](http://www.abet.org.br)

DUBAR, Claude. La construcion sociale de l’insertion professionnelle. **Éducation et societies**, Paris, n.7, p. 23-36, 2001. Disponível em <[http://www.cairn.info/load\\_pdf.php?ID\\_ARTICLE=ES\\_007\\_0023](http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=ES_007_0023)>. Acesso em 20.08.2011

DUBET, F. Des jeunesses et des sociologies: le cas français. **Sociologie et Sociétés**, Montreal, v. 28, n. 1, 1996.

DU-BOIS-REYMUND, Manuela; BLASCO; Andreu Lopez. Transiciones tipo yo-yo y trayectorias fallidas: hacia las políticas integradas de transición pra los jóvenes europeos. **Revista Estudios de Juventud**, Madrid, n. 65, v. 04, p. 11- 29, 2004.

DU-BOIS-REYMUND, Manuela; PLUG, Wim; FERREIRA, Vitor; PAIS, José Machado; KIELY, Elizabeth; LORENZ, Walter; BENDIT, René; HEIN, Kerstin. Transiciones modernizadas e políticas de desventaja: Países Bajos, Portugal, Irlanda y jovens inmigrantes em Alemanha. **Revista Estudios de Juventud**, Madrid, n. 56, p. 55-75, 2002.

DURKHEIM, Émile. Definição de educação. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociologia.** 3. ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1952. p. 29-32



DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p.35-55, 2011.

\_\_\_\_\_. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. XXXI Encontro Anual da Anpocs, 2007. **Anais...** Caxambu, MG, 2007.

\_\_\_\_\_. **Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na sociedade capitalista**, In: DSS e Economia Solidária. Recife: Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste, 2000.

\_\_\_\_\_. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico**. Salvador/São Paulo: Edufba/Boitempo, 1999.

DRUCK; Graça; OLIVEIRA, LuizPaulo.; SILVA, Selma Cristina de Jesus. A precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos. In: BRAGA, T.; VIDAL, F; NEVES, L. (Org.) **Trabalho em questão**. Salvador:SEI, 2010. p. 103-129. (Série estudos e pesquisas, 86).

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo : Boitempo, 2007.

DRUCK; Graça; BORGES, Ângela. Flexibilidade e precarização: a desestruturação do mercado de trabalho e a “nova informalidade”. Seminário da CLASCO Las nuevas formas de trabajo emergentes en América Latina em la era post-neoliberal, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro,RJ, 2004.

DUTRA, Judite Amélia Lago; CERQUEIRA, Sônia Margarida Bandeira. Qualificação e inserção de jovens no mundo do trabalho: possibilidades e limitações – a experiência do Consórcio Social da Juventude RMS. In: II SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA, 2008. **Anais...** Salvador, BA.

EISENSTADT, S.N. Grupos informais e organizações juvenis nas sociedades modernas . In: BRITO, Sulamita (org.). **Sociologia da Juventude IV: os movimentos juvenis**. Tradução de Esperança Lourdes de Franco Netto. Rio de Janeiro: Zahr Editores, 1968. (Coleção Textos básicos de Ciências Sociais). p.13-30.

ELIAS,Nobert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições-70,1970.

ESPINHEIRA, Gey (cord.) **Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida de moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, EDUFBA; 2004.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro. Brasília:ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007. p 19-54 (Coleção Educação para todos; 27).

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1960.

FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Juventude em transição para o mundo do trabalho**. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

FILGUEIRAS, Luiz .et. all. O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. **Revista Desenhavia**, n. 17, p. 119-154, set. 2012.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação: o presente e o futuro interditados ou em suspenso**. S/d. Disponível em <<http://www.univox.com/educacao23.html>>. Acesso em 20.05.2013.

\_\_\_\_\_. Juventude, trabalho e educação: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred. **Young people and social change: individualization and risk in late modernity**. Buckingham: Open University Press, 1997.

FURLONG, A.; CARTMEL, F.; BIGGART, A.; SWEETING, H.; WEST, P. **Youth Transitions: patterns of vulnerability and processes of social inclusion**. Edinburgh: Scottish Executive, 2003.

FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred; BIGGART, Andy. Choice biographies and transitional linearity: re-conceptualising modern youth transitions. **Papers**, Madrid, nº 79, p. 225-239, 2006.

FURTER, Pierre. **Juventude e tempo presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GALLAND, Olivier. *Les Jeunes*. 7. ed. Paris: Le Découvert, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sociologie de la jeunesse: la entrée dans la vie**. Paris: Armando Colin, 1997.

\_\_\_\_\_. Précarité et entrées dans la vie. In: **Revue Française de Sociologie**, XXV, 1984.

GAUTHIER, Madeleine. L'âge des jeunes: "un fait social instable". **Lien social et Politiques**, nº 43, p. 23-32, 2000.

GENTILI, Alessandro. **Inestabilidad laboral y estrategias de emancipación: los jóvenes-adultos mileuristas en Barcelona y Roma**. 2009. 460fls. Tese (Doutorado em Sociologia), Facultad d'Economia i Empresa, Departamento de Teoría, Filosofía del Dret i Metodología de les Ciències Socials, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas. **Economistas**, Brasília, v.2; n.6, p.6-19, out/nov.2011.

GONZALES, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão de ; AQUINO, Luseni Maria de C.; ANDRADE, Carla Coelho de (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GORZ, André. **Miséria do presente, riqueza do possível**. Trad. Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

\_\_\_\_\_. O declínio da relevância do trabalho e a ascensão de valores pós-econômicos. **O Socialismo do Futuro**, Salvador, n. 6, p. 25-31, 1993.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p.265-271, jan./dez.2011.

GUIMARÃES, Nadia. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CARAMANO, Ana Amélia (Org.) **Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. pp. 171-197.

\_\_\_\_\_. Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoini (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social.** Madrid: Taurus Humanidades, 1998. Vol.1

HASENBALG, Carlos. A Transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.147-172.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 8.ed. São Paulo: Loyola, 1992. 349p.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana.** Barcelona, Península, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional – Pnad 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Censo da educação: 2012 – resumo técnico.** Brasília: INEP, 2013.

KERCKHOFF, A.C. **Getting started: transition to adulthood in Great Britain.** Boulder, CO e Oxford: Westview, 1990.

KREIN, José Dari; SANTOS, José Anselmo. A formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil. **Nueva Sociedad**( Especial em português), p. 60-73, jun.2012.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** São Paulo, Paz e Terra, 1992.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça: a religião do capital.** São Paulo: Kairós, 1983.

LAGREE, Jean Charles. **L'Allongement de la jeunesse en question.** Paris, 1988. (mimeo).

LANGEVIN, A. A construção social das idades: mulheres adultas de hoje e velhas de amanhã. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, p. 129-149, jul./dez. 1998.

LEITE, Celso B. **O século do desemprego.** São Paulo: LTr, 1994.

LINHART, Danièle. Le management moderne, un modèle conçu pour les jeunes ? In.: VULTUR, Mirceia; MERCURE, Danile (orgs.). **Perspectives internationales sur le travail des jeunes.** Laval: Les Presses de l'Université Laval , 2011.p. 239-252.

LONGO, María-Eugenia. **Trayectorias laborales de jóvenes en Argentina: un estudio longitudinal de las prácticas de trabajo, las disposiciones laborales y las temporalidades juveniles de jóvenes de la Zona Norte del Gran Buenos Aires, en un contexto histórico de diferenciación de las trayectorias.** 2011. 451fls. Tese(Doctoutorado em Ciências Sociais / Sociologia) Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** São Paulo: Boitempo, 2003.

MADEIRA, Felícia R. A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações, o caso do primeiro emprego. In.: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 18, v. 2; p.78-4, 2004.

\_\_\_\_\_. Recado dos jovens: mais qualificação. In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. Vol. 02, pp. 427-498.

\_\_\_\_\_. Os Jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionado pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, n.58, p.15-48, ago.1986.

MAGALHÃES, Polyana Santiago. **O Consórcio Social da Juventude no contexto da política de educação profissional do governo Lula (2003-2007) : encontros e desencontros**. 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pernambuco, Recife.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia da juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. v. 1.

\_\_\_\_\_. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. São Paulo: Nacional, 1978, p. 91-100

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud és mas que una palabra. In: MARGULIS, Mario (ed.). 3ª Ed. **La juventud és mas que una palabra: ensayos sobre cultura e juventud**. Buenos Aires: Biblos, 2008. p.13-30.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6 (n. esp. Juventude e Contemporaneidade), p.96-109, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Livro primeiro, Vol. II.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITO, Sulamita (org.) **Sociologia da juventude III: vida coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. Cap. 7, pp. 81-106.

MAUGER, Gérard. **Les jeunes en France: état des recherches**. Paris: La Documentation Française, 1994.

MAURICE, Marc; SELLIER, Pierre; SILVESTRE, Jean-Jacques. **Politiques d'éducation et organisation industrielle: une comparaison France-Allemagne**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

MÉDA, Dominique. Les jeunes ont-ils un rapport ao travail spécifique? In: In.: VULTUR, Mirceia; MERCURE, Danile (orgs.). **Perspectives internationales sur le travail des jeunes**. Laval: Les Presses de l'Université Laval , 2011.p. 177-198.

\_\_\_\_\_. **¿Qué sabemos sobre el trabajo?** Revista de Trabajo, ano 3, n. 4, p.17-32, mar. 2007

\_\_\_\_\_. **Le travail: une valeur en voie de disparition**. Paris, Aubier,1995.

MÉDA, Dominique; VENDRAMIN, Patricia Vendramin. Les générations entretiennent-elles un rapport différent au travail ?. In: **Sociologies** [On line], Théories et recherches, dez 2010. Acessi em 20.11.2012 Disponível em:<http://sociologies.revues.org/3349>.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2002.

MILLS, C. Wright. *A imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MINTO, Lalo Watanabe. Teoria do capital humano (verbete). 200?. Disponível em <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_teor%C3%ADa\\_do\\_capital\\_humano.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_do_capital_humano.htm)>. Acesso em 10 jul. 2013.

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 123-135, dez. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 mar. 2013.

MORC, Mathide; MORCH, Sven; BÖNISCH, Lotar; SEIFERT, Holger; LÓPEZ, Andreu; BASCUÑÁN, Javier; GIL, Germán. Sistemas educativos em sociedades segmentadas: ‘trayectorias fallidas en Dinamarca, Alemania orientada y España. **Revista Estudios de Juventud**, Madrid, n. 56, p. 31-54, 2002. Disponível em <http://www.injuve.es/sites/default/files/2012/44/publicaciones/Revista-56-capitulo-2.pdf>

MUELLER, Maria Helena Henriques. O fim de uma era: de “país da juventude” à terra de idosos. In.: TURRA, Cássio M.; CUNHA, José Marcos P. da. **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos populacionais**. Belo Horizonte: ABEP, 2012. pp.195-198.

NERI, Marcelo Cortes. **Trabalho, educação e juventude na construção civil**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011. Disponível em <http://www.cps.fgv.br/cps/construcao/> Acesso em 10 jul. 2013.

NICOLE-DRANCOURT, Chantal; ROULLEAU-BERGER, Laurence. **Les jeunes et le travail (1950-2000)**. Paris: Press Universitaires de France, 2001.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. Trabalho: uma categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, nº 10, jun., p. 5-20, 1989. Tradução de Lucia Hippolito a partir da versão publicada, em inglês, em *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of work and politics*. Oxford, Basil Blackwell, 1986. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/132/54/>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: OIT, 2009.

\_\_\_\_\_. **Juventud e Trabajo Decente**. Lima: OIT, 2007.

\_\_\_\_\_. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica 2006-2015**. XVI Reunião Regional Americana, Brasília, Mai. 2006

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador**. 2005. 236f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. **A “Desestabilização dos estáveis” do pólo petroquímico de Camaçari nos anos de 1990.** 2003. 116f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscoitos:** jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.

\_\_\_\_\_. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. In: **Análise Social**, ano 5, n. 114; p. 945-987, 1991.

\_\_\_\_\_. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 105/106, 1990.

PAIS, José Machado; CARINS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo Social**, v.17, n.2, p. 109-140, nov. 2005.

PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. **Revue Française de Sociologie**, ano 30, v. 1, p. 3-22, jan/mar.1990.

PARSONS, Talcott. A classe como sistema social. . In: BRITO, Sulamita (org.). **Sociologia da Juventude III: vida coletiva.** Tradução de Esperança Lourdes de Franco Netto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (Coleção Textos básicos de Ciências Sociais). p.47-47.

PENA, P. G, L.; CARDIM, A.; ARÁUJO, M.P.N. Taylorismo cibernético e lesões por esforços repetitivos em operadores de Telemarketing em Salvador-Bahia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p.131-151, 2011.

PEREZ ISLÁS, Jose Antonio (coord.). **Jóvenes e instituciones en México. 1994-2000.** México: SEP-Instituto Mexicano de La Juventud, 2000.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 1997.

PERRIN, Évelin. **Chômeurs et précaires, au coeur de la question sociale.** Paris : La Dispute, 2004.

PIMENTA, Melissa Matos. **Ser jovem e ser adulto: identidades, representações e trajetórias.** 2007, 464fl. Tese ( Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias juvenis.** Pesquisa de doutorado, em andamento. São Paulo, Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2005.

PIRES, Álvaro. Amostra e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert. PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Sociologia).

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob o regime pós-neoliberal. In.: TOLEDO, Enrique Garcia; NEFFA, Júlio César (orgs.) **Trabajo y modelos productivos em América Latina:** Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal. Buenos Aires: Clasco, 2009.

\_\_\_\_\_. **A batalha pelo primeiro emprego:** a situação atual e as expectativas do jovem no mercado de trabalho. 2. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

- \_\_\_\_\_. **O trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- PORDEUS JR., Ismael. **A magia do trabalho**: macumba cearense e festas de possessão. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado do Ceará, 1993.
- QUADROS, Waldir. **O desemprego juvenil no Brasil nos anos noventa**. Campinas: Unicamp, 2001. (Cadernos do CESIT, n. 31).
- RIBEIRO, Rosana; JULIANO, Adir A. Desemprego juvenil e impactos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 47-76, jun. 2005.
- RIOS, Mariana. Consórcio Social: projeto beneficia jovens. **Correio da Bahia**, Salvador, 13/05/2007.
- ROUSSELET, Jean. **A alergia ao trabalho**. Lisboa: Edições 70, 1976.
- ROSEBAUM, J.E., KARIYA, T. From high school to work: market and institutional mechanisms in Japan. **American Journal of Sociology**, v. 94, n.6, p. 1.334-1.365, 1989.
- SAAD, Paulo; MILLER, Tim; MARTÍNEZ, Ciro; HOLZ, Mauricio. Juventud y bono demografico em Iberoamérica. Madrid: OIJ/NAÇÕES UNIDAS/CEPAL, 2012.
- SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do gênesis**: a saga de quem não tem trabalho. São Paulo: Annablume, 2000.
- SANTOS, José Raimundo. Subúrbio Ferroviário: um lugar marginal . ESPINHEIRA, Gey (cord.) **Sociabilidade e violência**: criminalidade no cotidiano de vida de moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, EDUFBA; 2004. p. 60-177.
- SANTOS, L.C.C.; BIPO FILHO, L.M.; SOUZA, L.N. Um índice para o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. In: BRAGA, T.; VIDAL, F; NEVES, L. (Org.) **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010. p. 207-237. (Série estudos e pesquisas, 86).
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro, Campus. 1979.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SAVIT, Y.; MULLER, W. **From school to work**: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations. Osford: Clarendon Press, 1998.
- SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SCHNAPPER, D. Crise Economique, chômage, anomie. In: \_\_\_\_\_. **La crise dans tous ses états**: ouvrage collectif, CIACO, Louvain-La-Neuve, 1984.
- SILVA, José Humberto da Silva. **Juventude trabalhadora brasileira**: percursos laborais, trabalhos precários e futuro (in)certo. 2012. 307 fl. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Estadual de Campinas, Campinas. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Os filhos do desemprego**: jovens itinerantes do primeiro emprego. Brasília: Líber Livro, 2009.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. Da idealização do Subúrbio à construção da periferia: estudo da expansão suburbana no Século XX, em Salvador-Ba. **Anais Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 08, n. 2004.

SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (orgs.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

SOUZA, Maria Thereza Oliva de. A experiência do Consórcio Social da Juventude da Região Metropolitana de Salvador. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 26, p. 23-27, 2005.

SOTO, Filipe Ghiardo; LÉON, Oscar Dávila. **Trayectorias sociales juvenilis: ambivalencias y discursos sobre el trabajo**. Santiago: Injuv / Ediciones CIDPA, 2008.

SPOSITO, Marília. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para os jovens no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011. pp. 331-342.

\_\_\_\_\_. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n. especial, p. 95-106, 2010.

\_\_\_\_\_. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoini (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

\_\_\_\_\_. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

\_\_\_\_\_. Considerações em torno conhecimento sobre juventude na área de educação. In: SPOSITO, Marília et al. **Juventude e escolarização (1980/1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. (Estado do Conhecimento 7).

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: FAVERO, Osmar; SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. (Coleção Educação para Todos, n.16)

SPOSITO, Marília; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.17, n.2, pp. 141-172, nov. 2005.

STANDING, Guy. **The precariat: the new dangerous class**. Londres: Bloomsbury, 2011.

TANGUY, Lucie. Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 20, n. 67, p. 48-69, Ago.1999.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo**. 2007. 441f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p.173-195, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.



\_\_\_\_\_. Pobreza e cidadania - dilemas do Brasil contemporâneo. In: **Caderno do CRH**, Salvador, n.19, p.8-21, jul/dez. 1993.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMIZAKI, Kimi. A herança operária entre a fábrica e a escola. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.18, n.1, pp. 153-171, jun. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Saúde Coletiva / Programa integrado de em saúde ambiente e do trabalho. Acidentes de trabalho fatais no Brasil 2000-2010.

**Boletim Epidemiológico Acidentes de Trabalho**, Salvador, n.1, abr.2011a. Disponível em <[http://www.2pontos.net/preview/pisat/hp/upload/boletim\\_1\\_final\\_3.pdf](http://www.2pontos.net/preview/pisat/hp/upload/boletim_1_final_3.pdf)> Acesso em 13 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Acidentes de trabalho não-fatais no Brasil 2006-2010. **Boletim Epidemiológico Acidentes de Trabalho**, Salvador, n.2, abr.2011b. Disponível em <[http://www.2pontos.net/preview/pisat/hp/upload/boletim\\_2\\_final.pdf](http://www.2pontos.net/preview/pisat/hp/upload/boletim_2_final.pdf)> Acesso em 13 jun. 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

YIN, RobertK. Projetando estudos de casos. In: \_\_\_\_\_. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. Cap.4, p. 37-79.

**Anexo A – Instituições executoras do Consórcio Social da Juventude – 2005 a 2007**

<b>Instituição Executora</b>	<b>Ano da fundação</b>	<b>Missão institucional</b>
ABAQ (Associação Baianade Aquicultura e Saúde)	Informação não encontrada	Atuar em parceria com empresas públicas, privadas, prefeituras e governo na implementação de projetos autossustentáveis de aquicultura (cultivo de organismos aquáticos) voltados para as comunidades de pescadores da Baía de Todos os Santos.
ACOPAMEC (Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão)	1990	Investir na educação da criança, do adolescente, e do jovem na prevenção ao risco social, na preservação do ambiente familiar, nos bairros de Mata Escura e Calabetão.
ADESOL (Associação para o Desenvolvimento Social Integrado)	1999	Promover o desenvolvimento do capital humano e social integral e sustentável.
ADS (Agência de Desenvolvimento Social - CUT)	1999	Promover ações com base na economia solidária e no desenvolvimento sustentável para o fortalecimento e constituição de cooperativas e de empreendimentos coletivos solidários como um meio de gerar trabalho e renda para trabalhadores que buscam formas alternativas de inserção social.
AESOS (Associação Educacional Sons do Silêncio)	2000	Promover a inclusão Social e articular ações de defesa de direitos da Pessoa com Deficiência, em especial do cidadão surdo, visando assegurar sua formação educacional, profissional e inserção no mundo do trabalho, assim como apoiar a sua família, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e solidária.
ASSOCIAÇÃO VIDA BRASIL	1996	Valorizar e fortalecer, por meio da educação e da participação, indivíduos e grupos socialmente vulneráveis e excluídos, contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável, inclusiva e democrática.
AVANTE - Mobilização Social e Educação	1996	Contribuir para a formação do cidadão, pela educação e o desenvolvimento de tecnologias de intervenção social, visando à garantia dos direitos sociais básicos e ao fortalecimento da sociedade civil
CAMA (Centro de Arte e Meio Ambiente)	1996	Informação não encontrada
CEAFRO - Programa de educação para igualdade racial e de gênero do CEAO/UFBA	1995	Enfrentar o racismo e o sexismo por meio de ações de educação para promover políticas afirmativas e a equidade de direitos
CENAB (Centro Náutico da Bahia)	1996	Promover o desenvolvimento do segmento náutico na Bahia no âmbito socioeconômica e cultural, bem como resgatar e incentivar as tradições ligadas ao

		mar.
CESEP (Centro Suburbano de Educação Profissional)	1995	Investir na formação profissional dos jovens do subúrbio ferroviário, visando sua inclusão na sociedade através da qualificação, para inseri-los no mercado de trabalho.
CIPÓ - Comunicação Interativa	1999	Criar oportunidades para o pleno desenvolvimento e a participação social, cultural e política de crianças, adolescentes e jovens, por meio da democratização da comunicação e da educação.
EMPRESA JÚNIOR da UFBA	1989	Realizar projetos de consultoria com o objetivo de desenvolver os clientes e formar membros capazes de transformar a sociedade
FUNDAÇÃO TERRA MIRIM	1994	Desenvolver ações ecológicas integrativas, ações assistenciais sócio-comunitárias, ações que implementem a autossustentabilidade e ações que fortaleçam o desenvolvimento comunitário, todas estas orientadas para a recriação, preservação, respeito à vida, o que se cumprirá através de programas de recuperação, conservação, educação ambiental e desenvolvimento comunitário sustentável
GAPA ( Grupo de Apoio e Prevenção a Aids)	1998	Desenvolver estratégias articuladas de educação para prevenção à Aids, assistência e defesa dos direitos das pessoas infectadas e afetadas pela aids e ação política, visando o controle da epidemia de Aids, especialmente para os setores mais pobres e excluídos.
ILÊ AIYÊ (Associação Cultural Ilê Aiyê)	1978	Preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira.
ILÊ OXUMARÉ (Associação Cultural e Religiosa São Salvador)	1998	Difundir e preservar o legado cultural e religioso afro-brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade, fundamentado na promoção dos direitos humanos e na garantia do respeito inter-religioso.
INSTITUTO BOM PASTOR	Informação não encontrada	Informação não encontrada
Instituto INTEGRAR -BA	1998	Contribuir para a criação de alternativas de políticas públicas de formação para o trabalho, geração de trabalho e renda e de combate ao desemprego e à exclusão social .
LAR FABIANO DE CRISTO	1950	Desenvolver proteção social e educação transformadora, contribuindo para a construção de um mundo melhor.
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA	1872	Educar jovens para a vida, pelo trabalho e pela arte

OAF ( Organização do Auxílio Fraterno)	1958	Acolher e educar crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude, e mães solteiras em dificuldades, contribuindo para o seu processo de crescimento humano, afetivo, social e profissional, resgatando sua dignidade e autoestima.
Núcleo OMI DÚDÚ	1998	Acolher, educar e preparar a juventude negra para uma existência mais digna e humanamente cidadã, através de projetos voltados para o regaste e preservação da cultura negra
PANGEA	1996	Contribuir para a construção de uma sociedade sustentável, identificando, propondo e implementando soluções integradas para problemas sociais, econômicos e ambientais
PRACATUM	1994	Melhorar da qualidade de vida dos moradores do bairro do Candeal através do desenvolvimento comunitário e de programas educacionais e culturais
SOCIEDADE 1º DE MAIO (Centro de Profissionalização 1º de Maio- CEPRIMA)	1977	Contribuir para transformação comunitáriado bairro de Novos Alagados e adjacências, através de ações educativas ( formal e informal), culturais e formação para o mundo do trabalho
SOCIEDADE 25 DE JUNHO	Informação não encontrada	Informação não encontrada
SOFIA - Centro de Estudos	2001	Promover, incentivar, difundir e democratizar o acesso à cultura, à informação e a elevação da escolaridade de crianças, adolescentes e jovens do Subúrbio Ferroviário de Salvador
STEVE BIKO (Instituto Cultural Steve Biko)	1992	Promover a ascensão política e social da população negra por meio da educação e do resgate de seus valores ancestrais.
ÚNICA	Informação não encontrada	Informação não encontrada

FONTE: Este quadro foi elaborado a partir do estudo de Mendonça (2009). Porém foi ampliado para quatro edições do CSJ/RMS, e atualizado com base informações disponibilizados nos sites e blogs das instituições executoras.

**Anexo B - Oficinas de formação básica e qualificação ofertadas pelas instituições executoras do Consórcio Social da Juventude entre 2005 e 2007.**

N.	ENTIDADE	Ano		
		2005	2006	2007
1.	ABAQ	Aquicultura		
2.	ACOPAMEC	Serviços Administrativos Alimentação e Hotelaria	Serviço Administrativo Alimentação e Hotelaria Serviços de Bar	
3.	ADESOL	Técnico de Secretariado	Auxiliar em Secretariado Auxiliar em Serviços de Farmácia	<p><u>Alimentação:</u> chapista; cozinheiro auxiliar; repositor de mercadorias; vendedor ambulante (alimentação)</p> <p><u>Turismo e Hospitalidade:</u> organizador de eventos; cumim (auxiliar de garçom); recepcionista de hotéis; guia de turismo local</p> <p><u>Vestuário:</u> costureiro; montador de artefatos; costureira de reparação de roupas; vendedor de comércio varejista</p>
4.	ADS	Empreendedor Socioambiental Oficina de Papel Reciclado		
5.	AESOS		Informática e Manutenção de Computadores	<p><u>Administração:</u>arquivador ; almoxarife;contínuo (office –boy / Office Girl); auxiliar administrativo</p> <p><u>Gráfica:</u> Guilhotineiro (indústria gráfica; encadernador; impressor (serigrafia; operador de acabamento (indústria gráfica)</p> <p><u>Vestuário:</u> costureiro; montador de artefatos; costureira de reparação de</p>

				roupas; vendedor de comércio varejista
6.	AVANTE	Operador em Telemarketing	Atendimento em Serviços e Vendas Recreatores e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil	<u>Administração:</u> arquivador; almoxarife; contínuo (office –boy / Office Girl); auxiliar administrativo <u>Educação:</u> monitor de recreação; reforço escolar; contador de história; auxiliar de administração escolar.
7.	CAMA	Educação Ambiental e Ecoturismo	Agente de Educação Ambiental e Ecoturismo	
8.	CEAFRO / FA	Rede de Informática Técnico Administrativo		
9.	CENAB	Manutenção Náutica	Construção Náutica	<u>Manutenção e construção em fibra de vidro:</u> modelador; laminador; montador; pintor e responsável por acabamento.
10.	CESEP	Informática Mecânica Industrial	Informática Mecânica Industrial	<u>Metalmecânica:</u> serralheiro; funileiro industrial; auxiliar de promoção de venda; assistente de vendas (automóveis e autopeças) <u>Telemática:</u> operador de microcomputador (helpdesk); telemarketing (vendas); assistente de vendas (informática e celulares)
11.	ILÊ AIYÊ	Instrumentos Percussivos		
12.	ILÊ OXUMARÉ	Corte / Costura / Bordado Instrumentos musicais	Vendas e Atendimento ao Público Customização de roupas	
13.	INTEGRAR	Gestão e Planejamento	Culinária e Congelamento	
14.	INSTITUTO BOM			<u>Administração:</u> arquivador ; almoxarife; contínuo (office

	PASTOR			<p>–boy / Office Girl); auxiliar administrativo</p> <p><u>Turismo e Hospitalidade:</u> organizador de eventos; cumim (auxiliar de garçom); recepcionista de hotéis; guia de turismo local</p>
15.	LAR FABIANO DE CRISTO			<p><u>Telemática:</u> operador de microcomputador (helpdesk); telemarketing (vendas); assistente de vendas (informática e celulares).</p> <p><u>Vestuário:</u> costureiro; montador de artefatos; costureira de reparação de roupas; vendedor de comércio varejista.</p>
16.	OAF	Empreendedorismo Navegação	Instalador Polivalente Manutenção em Microcomputadores	<p><u>Navegação:</u> comandante de embarcações; trabalhador responsável por manutenção preventiva e básica de embarcações; faxineiro de embarcações; trabalhador de marinas ou hotéis com ancora náutica.</p> <p><u>Vestuário:</u> costureiro; montador de artefatos; costureira de reparação de roupas; vendedor de comércio varejista.</p>
17.	OMI DÚDÚ	Estética Afro	Estética Afro Recepcionista Afro Confecção e Moda Afro	<p><u>Serviços pessoais:</u> manicura; pedicura; depilador; cabeleireiro; maquiador.</p> <p><u>Turismo e Hospitalidade:</u> organizador de eventos; cumim (auxiliar de garçom); recepcionista de hotéis; guia de turismo local</p> <p><u>Vestuário:</u> costureiro;</p>

				montador de artefatos; costureira de reparação de roupas; vendedor de comércio varejista
18.	PANGEA	Empreendedorismo e Liderança na Gestão e Gerencia de Cooperativas	Atendimento em Vendas Artesanato	<u>Alimentação:</u> chapista; cozinheiro auxiliar; repositor de mercadorias; vendedor ambulante (alimentação)  <u>Madeira e Móveis:</u> Marceneiro; reformador de móveis; auxiliar de desenhista de móveis; vendedor de móveis.
19.	PRACATUM	Moda em Serigrafia	Costura e Acessório de Moda	<u>Vestuário:</u> costureiro; montador de artefatos; costureira de reparação de roupas; vendedor de comércio varejista
20.	SOFIA		Manutenção de Microcomputadores Paisagismo e Jardinagem	<u>Administração:</u> arquivador ; almoxarife;contínuo (office –boy / Office Girl); auxiliar administrativo.  <u>Paisagem e jardinagem:</u> vendedor de produtos agrícolas; paisagista; agente ambiental; jardineiro.  <u>Telemática:</u> operador de microcomputador (helpdesk); telemarketing (vendas); assistente de vendas (informática e celulares)
21.	SOCIEDADE 1º DE MAIO	Eletricidade Predial, Consertos de Eletrodomésticos e Mecânica Automotiva, Aproveitamento de Retalhos e Confecção de Peças Intimas	Eletricidade predial, Consertos de Eletrodomésticos e Mecânica Automotiva, Confecção de Peças intimas e Moda Praia, Serigrafia, Técnico em Design	Construção e Reparos II: eletricista (edifícios); trabalhador da manutenção de edificações; instalador – reparador de linhas e aparelhos de telecomunicações; instalador de sistema eletrônicos de segurança  <u>Gráfica:</u> Guilhotineiro (indústria gráfica);



			(Webdesign e Design Gráfico), Técnico em Impressão e Off-Set	encadernador; impressor (serigrafia; operador de acabamento (indústria gráfica)  <u>Vestuário:</u> costureiro; montador de artefatos; costureira de reparação de roupas; vendedor de comércio varejista
22.	STEVE BIKO	Atendimento a área de Saúde DJ's	Atendimento ao Público com ênfase em Saúde Gestores de Produção Cultural	<u>Administração:</u> arquivador ; almoxarife;contínuo (office –boy / Office Girl); auxiliar administrativo.  <u>Saúde:</u> atendente de laboratório de análises clínicas; recepcionista de consultório médico ou dentário; atendente de farmácia (balconista); auxiliar de administração (hospitais e clínicas).
23.	ÚNICA	Técnicas de Contabilidade		
24.	SOCIEDADE DE 25 DE JUNHO	Cuidado de Idosos Corte / Costura / Bordado	Corte / Costura / Bordado Panificação e Confeitaria	<u>Alimentação:</u> chapista; cozinheiro auxiliar; repositor de mercadorias; vendedor ambulante (alimentação)  <u>Vestuário:</u> costureiro; montador de artefatos; costureira de reparação de roupas; vendedor de comércio varejista

Fonte: Relatórios finais do Consórcio Social da Juventude – Região Metropolitana de Salvador de 2005, 2006 e 2007; produzidos pela Avante.

**ANEXO C - Oficinas de Formação Básica / Ações Transversais – 2005 a 2007**

<b>AÇÃO TRANSVERSAL</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Apoio ao Desempenho Escolar (ADE)</b>	Avante, Adesol; Instituto Integrar	Avante, Adesol; Instituto Integrar	Avante; Fundação Terra Mirim; Sofia
<b>Equidade</b>	Vida Brasil	Ceafro; Steve Biko e Associação Vida Brasil	Associação Vida Brasil
<b>Inclusão Digital</b>	Liceu de Artes E Ofícios; Cipó	Liceu de Artes E Ofícios; Cipó	Cesep; Liceu de Artes e Ofícios
<b>Juventude e Mundo do Trabalho</b>			Adesol; Instituto Bom Pastor; Pangea

Fonte: Relatórios finais do Consórcio Social da Juventude – Região Metropolitana de Salvador de 2005, 2006 e 2007; produzidos pela Avante.

Anexo D – Localização das Entidades Executoras e dos Jovens – CSJ/RMS -2007

